



Ambiente, Saúde e Sociedade

Interdependências
e Diálogos



Márcia Grisotti | Isaura Wayhs Ferrari
(organizadoras)

Ambiente, Saúde e Sociedade
Interdependências e diálogos

**Márcia Grisotti
Isaura Wayhs Ferrari
(organizadoras)**

Ambiente, Saúde e Sociedade

Interdependências e diálogos

E-book



São Leopoldo
2024

© Dos(as) autores(as) – 2024

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: André Dick

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

A492 Ambiente, saúde e sociedade: interdependências e diálogos. [E-book]. / Organizadoras: Márcia Grisotti e Isaura Wayhs Ferrari. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

452 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-183-0

1. Ecologia humana. 2. Ambiente e Sociedade. 3. Impactos da pandemia – Tomada de decisão. 4. Crise sanitária. 5. Família multiespécie – Saúde – Pets. 6. Racionalização – Humanização – Hospital público. 7. Violência estrutural – Saúde. I. Grisotti, Márcia. II. Ferrari, Isaura Wayhs.

CDU 504.75

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Agradecimentos

Agradecemos ao PPGICH/UFSC e à Fapesc
(através do edital 12/2020)
que, através do suporte financeiro,
viabilizou a produção deste e-book.

Sumário

Apresentação 9
Márcia Grisotti e Isaura Wayhs Ferrari

Parte 1: Saúde e sociedade: mapeando controvérsias, incertezas e riscos

A saúde possível 20
Fernando Dias de Ávila-Pires

A pandemia de Covid-19: reflexões sobre ciência, políticas de saúde
e interdisciplinaridade 41
Márcia Grisotti

Mapping the fluidity of frontiers: the *ontological plasticity* of
the human embryo in the (re)evaluations among ART beneficiaries 53
Luís Gouveia e Catarina Delaunay

Légitimité, gouvernabilité. Enjeux et évolutions des systèmes
démocratiques en situation de pandémie 79
Stella Volpe

Um ensaio sobre a observação flutuante e os impactos da pandemia
no cotidiano: visões de perto e de dentro do campo de estudo 112
*Daniel Granada, Priscila Pavan Detoni, Márcia Grisotti,
Eliana Elisabeth Diehl e Maria Conceição de Oliveira*

Parte 2: Violência estrutural e saúde

Violência estrutural na representação da morte materna em
uma comunidade haitiana – O caso de Juliene 122
Fabiane Gioda

O fardo da finitude: cuidados e limites em contextos
de pobreza no Brasil 144
Lucas Faial Soneghet

Racionalização e humanização em um hospital público:
considerações sociológicas sobre a política nacional de humanização ... 175
Lucas Maciel Ferreira

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
na atenção primária à saúde: alcance das ações e tecnologias
para subsidiar implementação 199
Manoela Costa

Parte 3: Relações humanos e animais não humanos

As relações homem-animal e a ambição bioseguritária	210
<i>Muriel Figuié</i>	
“#filhodequatropatas: uma perspectiva sociológica sobre a família multiespécie”	224
<i>Júlia Rapôso Gomes de Souza e Isaura Wayhs Ferrari</i>	
A saúde dos pets: relações entre a indústria farmacêutica e a medicalização da vida animal	250
<i>Kênia Mara Gaedtke e Bárbara Luiza Gaedtke</i>	
O javali, o capimannoni e a emergência de paisagens ferais no extremo sul do Brasil	261
<i>Caetano Sordi</i>	

Parte 4: Ambiente e sociedade: uso e gestão de recursos comuns

Esclarecendo pressupostos na gestão costeira: análise dos valores e incertezas embutidos nos índices de qualidade de praias	288
<i>Briana Angélica Bombana e Eduard Ariza</i>	
A virada cosmopolita e as inovações de baixo carbono: o caso da certificação da soja	318
<i>Julia S. Guivant</i>	
Experiências e práticas cotidianas de mulheres indígenas no sul da Amazônia colombiana	341
<i>Ivón Natalia Cuervo e Eunice Sueli Nodari</i>	
A produção de base ecológica como estratégias de saúde(s)	358
<i>Flavia Soares Ramos</i>	
Aceitabilidade social e o papel da população local durante a construção da barragem de Belo Monte (Brasil)	378
<i>Vanessa Boanada Fuchs, Guillaume Leturcq e Márcia Grisotti</i>	
A Educação Ambiental crítica e os Bens Comuns	399
<i>Cristiano Kerber</i>	
Avanços e bloqueios na gestão de áreas protegidas. Análise do conflito socioecológico no Parque Nacional da Lagoa do Peixe	418
<i>Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, Fabiana Jacomel, Erika Ikemoto e Marcia Grisotti</i>	
Autores e autoras	445

Apresentação

Como campo de investigação das relações entre a espécie humana e o meio ambiente, a Ecologia Humana distingue-se da Ecologia Básica ou Ecologia Geral tradicional pelo fato de destacar o papel fundamental desempenhado pelos fatores socioculturais, políticos e econômicos nas práticas (individuais e coletivas) e na estruturação das sociedades humanas.

A ênfase crescente nas dimensões e aspectos sociais e econômicos dos problemas ambientais, especialmente desde a adoção da Agenda 21 e a emergência do tema *desenvolvimento sustentável*, decorrente das diversas conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizadas nas últimas duas décadas, implicaram no aumento do interesse pela abordagem interdisciplinar e do número de centros de estudos e pesquisas envolvidos na busca de soluções economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e ecologicamente sustentáveis. Segurança ambiental, dependente das questões tornadas urgentes e agudas pela globalização, em todos os seus aspectos, somente poderá ser entendida e trabalhada através de uma nova abordagem transdisciplinar que supere as limitações da clássica abordagem reducionista. A busca pela compreensão integrada dos geosistemas e das complexas relações humanidade-meio ambiente (que inclui os animais não humanos) constitui o tema central e o objeto da Ecologia Humana.

Tão controversos quanto potencialmente poderosos, os eventos relacionados à saúde de indivíduos e populações colocam desafios às ciências humanas e sociais ao exigirem novas abordagens que tratem de forma interdependente as relações entre cultura-natureza, ambiente-sociedade, humanos e animais não humanos, mesclando campos distintos de atuação, nem sempre compreendidos de forma interdisciplinar. A recente pandemia de Covid-19 nos mostra o impacto que eventos sanitários globais possuem não apenas na clínica e na epidemiologia, mas também na segurança ontológica inerente a muitas dimensões na vida de indivíduos, grupos e instituições. O termo “segurança ontológica” refere-se à sensação de estabilidade, previsibilidade e confiança que as pessoas experimen-

tam em sua vida cotidiana. Quando esta sensação é abalada, muitas vezes devido a eventos inesperados ou situações de incertezas, como na pandemia, mudanças drásticas nas rotinas e expectativas cotidianas ocorrem, cujos impactos de longo prazo ainda precisam ser melhor investigados.

As sociedades tecnológicas modernas são parte de um sistema global de produção e consumo, e ao mesmo tempo agentes de dispersão mundial de plantas, animais e microorganismos. O impacto dos seres humanos sobre a biosfera provocou mudanças que nenhuma outra espécie foi capaz de rivalizar. O ser humano não é o único animal com potencial para alterar um ambiente físico ou biótico, mas é o único que pode compreender sua estrutura e preservar sistemas ecológicos. Ao longo da história, a humanidade inventou e desenvolveu novos métodos para o armazenamento, transmissão, difusão e recuperação do conhecimento acumulado, o que deu origem a um sistema não genético e exclusivo de transmissão de experiências adquiridas. Entretanto, embora seja reconhecida a importância de pesquisas interdisciplinares e a construção de uma consciência sobre interdependência entre os sistemas naturais e sociais, elas ainda carecem de efetivação prática.

Além disso, a distância existente entre a produção de conhecimento científico e a implementação de seus resultados permanecem como um problema a ser resolvido, como é enfatizado pelos autores que trabalham tanto na perspectiva da *Implementation research* (PROCTOR *et al.*, 2011; PROCTOR; POWELL; MCMILLEN, 2013) quanto na perspectiva da ciência cidadã (IRWIN, 1995). Através da participação de diversos atores e da promoção de parcerias, essas abordagens fomentam a produção de métodos e estratégias para estreitar as lacunas entre a pesquisa e a implementação de políticas, programas e intervenções. É importante mencionar que, sob outras denominações (por exemplo, pesquisa participante e pesquisa-ação), as relações entre leigos e peritos e o processo de coprodução de conhecimento e de práticas já existiam. O que é novo parece ser o aprendizado derivado das experiências participativas (incluindo os seus erros, críticas e novos desafios) de produção e implementação do conhecimento científico (WAYNE, 2014).

Maria Cecília de Souza Minayo (2008) ressalta que qualquer debate que envolva meio ambiente e saúde deve partir de dois pressupostos: o primeiro é a essencialidade da relação entre seres humanos e natureza; o segundo é que o próprio conceito de meio ambiente, como o concebemos,

é fruto da ação humana. Por isso, é necessário pensar esta relação de forma histórica, situada, dando atenção às dinâmicas e fluxos de constituição daquelas condições que permitem a vida dos indivíduos enquanto sociedade na biosfera. Reconhecemos que as relações entre estrutura social e agência humana, indivíduo e sociedade e cultura e ambiente são temas historicamente abordados pelas Ciências Sociais e Humanas, mas nem sempre de forma relacional. Uma abordagem recente e promissora na sociologia, da Sociologia Relacional, nos traz de volta a questionamentos básicos e fundamentais na área, com a intenção de prover subsídios para pensarmos em termos de interdependência, de interdisciplinaridade e de dinâmica. Como questiona François Dépelteau (2018), devemos permanecer pensando com base nos dualismos entre agência e estrutura, indivíduo e sociedade e privilegiando a importância de explicações causais? Ainda, nesse contexto: como fica o debate sobre a importância de agentes não humanos nas explicações das ciências sociais e humanas?

Nesse sentido, muitas das problemáticas apresentadas nos capítulos deste livro encontram suporte nos debates atuais sobre as estratégias científicas de resolução de problemas, especialmente as questões ambientais globais e complexas da atualidade, nas quais “os fatos são incertos, os valores estão em disputa, os riscos são altos e as decisões são urgentes” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997). O diagnóstico, as informações sobre a exposição aos riscos socioambientais dependem, cada vez mais, de fatores socioantropológicos. Por isso, as ciências humanas e sociais, através de suas peculiares ferramentas teóricas e metodológicas, detêm, muitas vezes, a chave para a explicação de padrões epidemiológicos particulares e para o auxílio na construção de uma consciência de interdependência, requerida para a governança global em saúde e ambiente (GRISOTTI, 2020).

Os capítulos deste livro, que refletem a multiplicidade de temáticas e abordagens exploradas pelos autores/as, estão dispostos quatro partes: (1) Saúde e Sociedade: mapeando controvérsias, incertezas e riscos; (2) Violência estrutural e saúde; (3) Relações humanos e animais não humanos e (4) Ambiente e sociedade: uso e gestão de recursos comuns.

A primeira parte do livro – “Saúde e sociedade: mapeando controvérsias, incertezas e riscos” – inicia com o capítulo “A saúde possível” do professor e querido colega de muitas pesquisas, debates e conversas, Fernando Dias de Ávila-Pires. Fernando é a personificação de um pesquisa-

dor comprometido, gentil, acessível e extremamente competente no trabalho interdisciplinar – muito antes da interdisciplinaridade tornar-se uma palavra chave no mundo acadêmico. A partir de uma perspectiva histórica, contextual e dinâmica, o autor discute, neste capítulo, os níveis de complexidade envolvidos nas definições de representações sociais das doenças. O texto também explora o campo da ecologia médica, que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial como uma disciplina integradora e multidisciplinar e, a partir de exemplos, discute a evolução dos hospitais, o papel da epidemiologia e da saúde pública na classificação e prevenção de doenças.

Na direção do debates atuais e da agenda de pesquisa que se desenvolve no pós-pandemia, Márcia Grisotti escreve o segundo capítulo: “Pandemia de Covid-19: reflexões sobre ciência, políticas de saúde e interdisciplinariedade”, no qual aborda os limites da teoria da transição epidemiológica para compreender as doenças infecciosas emergentes, bem como a influência de fatores extraepidemiológicos na gestão da pandemia. O texto destaca como a interação entre humanos, animais não humanos e ambiente e a necessária gestão interdependente dos setores públicos ligados à saúde desafiam as perspectivas disciplinares tradicionais, assim como o papel crucial das ciências humanas e sociais para mediar as relações entre os pesquisadores da saúde, a sociedade e os profissionais da saúde pública, especialmente quando se trata de decisões envolvendo mudanças de hábitos e comportamentos.

Em sequência, o terceiro capítulo, “Mapping the fluidity of frontiers: the *ontological plasticity* of the human embryo in the (re)evaluations among *art* beneficiaries”, de Luís Gouveia e Catarina Delaunay, explora como a biomedicalização no contexto da *Assisted Reproductive Technology (ART)*, produz um ator e uma identidade coletiva: o embrião humano *in vitro*. As autoras desenvolvem o argumento de que se trata de um objeto de fronteira, no sentido de que produz uma fluidez de significados e *status* conferidos, não se constituindo, assim, como uma entidade biológica estática ou universal.

Stella Volpe desenvolve, em “Légitimité, gouvernabilité. Enjeux et évolutions des systèmes démocratiques en situation de pandémie”, uma reflexão sobre as dinâmicas dos processos de tomada de decisão em situação de crise sanitária devido a uma pandemia, tal como a Covid-19. Através de uma comparação entre os casos francês e italiano, a autora centra o

debate em duas questões principais: em primeiro lugar, como evoluem os processos de legitimação das decisões políticas face a uma crise sanitária internacional e, em segundo lugar, como a sua evolução influencia a (re)configuração dos modos de governança.

Inspirada por uma pesquisa de campo realizada sobre a Covid-19 enquanto a pandemia ocorria, esta primeira parte é finalizada com o capítulo: “Um ensaio sobre observação flutuante e os impactos da pandemia no cotidiano: visões de perto e de dentro do campo de estudo”, que mostra um conjunto de imagens registradas durante a pandemia de Covid-19 por um grupo de pesquisadores que integraram o projeto Covid-Humanidades.

A segunda parte apresenta artigos que versam sobre violência estrutural e saúde. O primeiro capítulo traz a contribuição de Fabiane Gio-da, que toma como base para o desenvolvimento do capítulo memórias de um diário de campo reunidas em *Kaydesa*, um pequeno povoado no interior do Haiti. “Violência estrutural na representação da morte materna em uma comunidade haitiana – O caso de Juliene” é parte de um trabalho etnográfico que deu origem à tese “Agentes, saberes e práticas no processo Saúde/Doença no Haiti”, em que se buscou, além de reconhecer os modelos de atenção e os agentes envolvidos no processo de interpretação, diagnóstico e cura das doenças, discutir os saberes que compõem as representações em saúde em meio ao contexto socioeconômico local.

No segundo capítulo, em “O fardo da finitude: cuidados e limites em contextos de pobreza no Brasil”, Lucas Faial Soneghet argumenta que o *cuidado* deve ser definido como uma orientação presencial e provisória para lidar com problemas morais e materiais em contextos de limites estabelecidos, mesmo se negociados. O autor propõe um conceito detalhado de cuidado como uma modalidade de prática (incluindo sua natureza onerosa), contribuindo às discussões atuais sobre cuidados nas ciências sociais, sem desligar a experiência do cuidado na vida cotidiana de seu lugar mais amplo na ordem social. O embasamento conceitual se apoia em dados etnográficos sobre o trabalho das famílias e dos profissionais de saúde no cuidado de pacientes terminais no sistema de saúde público do Brasil.

O terceiro capítulo, “Racionalização e humanização em um hospital público: considerações sociológicas sobre a política nacional de huma-

nização”, de Lucas Maciel Ferreira, analisa os conceitos de racionalização e humanização da saúde no contexto de um hospital público do município de Florianópolis/SC. O autor realizou uma observação participante no período de doze semanas com a equipe de enfermagem (enfermeiras e técnicas em enfermagem) ressaltando a relação dialética entre o “cuidado indireto” proporcionado pela administração burocrática do ambiente, com as qualidades pessoais do atendimento, possibilitando laços de solidariedade na produção da saúde. Ao mesmo tempo, o capítulo revela que as condições materiais de precarização do trabalho da enfermagem (com o acúmulo de tarefas pertencentes à outra categoria profissional, o escriturário) afetam tanto o progresso da racionalização quanto o avanço da humanização do cuidado.

E Manoela Costa, no quarto capítulo “A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na atenção primária à saúde: alcance das ações e tecnologias para subsidiar implementação”, aborda os temas emergentes na literatura das ciências em Saúde Coletiva, no âmbito da atenção primária à saúde, sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua implementação, bem como a existência (ou não) de consenso na literatura.

Adentrando a temática das relações entre humanos e animais não humanos, a terceira parte do livro inicia com o capítulo de Muriel Figuié (CIRAD/França) intitulado “As relações humano-animal e a ambição bioseguritária” (do original, “Les relations humain-animal et l’ambition biosecurité”), no qual a autora discute a adoção do conceito *One Health* e as relações interdependentes entre humanos, animais e meio ambiente na governança de saúde global. O artigo mostra que a implementação deste conceito se baseia em dispositivos de biossegurança limitados, já que a saúde animal continua sendo tratada de forma antropocêntrica, não permitindo o questionamento das relações entre humanos e animais não humanos.

Partindo da emergência de novas configurações de família e da análise sobre o lugar dos indivíduos na rede de relações familiares, Júlia Rapôso Gomes de Souza e Isaura Wayhs Ferrari abordam, em “#filhodequatropatas: uma perspectiva sociológica sobre a família multiespécie”, as características do discurso sobre o cão como um membro da família multiespécie, partindo de uma análise de perfis de cães na rede social do Instagram e de uma entrevista com uma família multiespécie. As autoras

demonstram, através de uma análise de discurso, a preponderância com que o cão, como indivíduo, se constitui através das emoções e do afeto, e como isso está intimamente relacionado ao seu lugar na família. Ademais, observam que, para serem valorados e considerados membros da família, estes cães são postos em situação performática, que evidencia as características de indivíduos humanizados.

Em “A saúde dos pets: relações entre a indústria farmacêutica e a medicalização da vida animal”, Kênia Gaedtker e Bárbara Luiza Gaedtker propõem uma reflexão acerca da medicalização da vida animal e o aumento significativo de investimentos na área da saúde animal por parte das maiores indústrias farmacêuticas do mundo. O capítulo expõe resultados importantes, que demonstram que, dentre as vinte maiores indústrias farmacêuticas do mundo, pelo menos um terço delas investe na área da saúde animal, obtendo faturamentos expressivos. As autoras identificam a capacidade de expansão dessas indústrias, que diante de um cenário de crise, enfrentado nos últimos anos, torna seu negócio interespecie.

Caetano Sordi, no capítulo que fecha a terceira parte, “O javali, o capim-annoni e a emergência de paisagens ferais no extremo-sul do Brasil”, discute a produção de paisagens ferais no extremo sul do país, tendo como ponto de partida a expansão de duas espécies: o javali asselvajado europeu e a gramínea sul-africana. As paisagens ferais são entendidas como produtos de configurações espaço-temporais que mesclam influências de seres vivos, não vivos e das infraestruturas humanas e seus projetos de modernização.

A última parte do livro – “Ambiente e Sociedade: uso e gestão de recursos comuns” –, inicia com o artigo “Esclarecendo pressupostos na gestão costeira: análise dos valores e incertezas embutidos nos índices de qualidade de praias”, de Briana Angélica Bombana e Eduard Ariza. O texto explora a análise das praias como sistemas socioecológicos a partir da contribuição potencial da Ciência Pós-Normal (CPN) – uma perspectiva epistemológica tomada como guia, a qual enfatiza os altos riscos e incertezas envolvidos em problemas socioecológicos.

Com base na teoria da cosmopolitização e da teoria multinível, Júlia Guivant, em “A virada cosmopolita e as inovações de baixo carbono: o caso da certificação da soja”, analisa como as crescentes pressões internacionais de diferentes atores podem influenciar uma possível transição sustentável da cadeia da soja no Brasil, tendo como estudo de caso a *Round*

Table for Responsible Soy (RTRS), a qual emite certificação da produção de soja em áreas não desmatadas e está baseada em normas que remetem à diminuição das emissões de carbono.

Ivón Cuervo e Eunice Sueli Nodari, no capítulo denominado “Experiências e práticas cotidianas de mulheres indígenas no sul da amazônia colombiana”, adentram a área da Ecologia Humana, com enfoque na perspectiva de gênero, para investigar as formas com que grupos de mulheres indígenas, por meio dos seus trabalhos na roça, na floresta e nas associações produtivas locais têm contribuído para a transformação socioambiental do território multiétnico de Tarapacá no departamento de Amazonas (Sudeste da Colômbia). O estudo é conduzido qualitativamente com enfoque na história oral, e conta com os resultados de entrevistas de 20 mulheres e de um trabalho etnográfico realizado entre 2020 e 2022.

Flavia Soares Ramos, em “A produção da base ecológica como estratégias de saúde(s)”, adentra o contexto da produção de alimentos de base ecológica, a fim de compreender as motivações de agricultores e agricultoras da Região da Grande Florianópolis para produzirem com base nessas matrizes. A autora observa como os discursos desses agricultores e agricultoras evidenciam aspectos de saúde, direta ou indiretamente, e em que medida a produção de alimentos de base ecológica pode ser considerada uma estratégia de saúde coletiva.

Tendo como estudo de caso a implantação de Belo Monte na região amazônica, a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, Vanessa Boanada Fuchs, Guillaume Leturcq e Márcia Grisotti, no artigo: “Aceitabilidade social e o papel da população local durante a construção da barragem de Belo Monte (Brasil)”, analisam as configurações e deficiências nos processos de aceitabilidade social e de governança relacionadas aos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil que, no caso de Belo Monte, foram estabelecidas em um contexto no qual as responsabilidades entre as entidades públicas e privadas se mostraram turvas, não transparentes e conflituosas. De acordo com os autores, o exemplo brasileiro serve como objeto de estudo para avaliar a relevância da literatura sobre a aceitabilidade social (em inglês, *social license to operate*), especialmente em situações nas quais o papel do Estado pode se confundir com o papel do empreendedor privado, uma situação ainda pouco ilustrada na literatura.

O capítulo de Cristiano Kerber, “A Educação Ambiental crítica e os Bens Comuns: apontamentos introdutórios”, explora a forma como a Edu-

cação Ambiental (EA), tida como uma das principais ferramentas e estratégias de enfrentamento das crises socioambientais, apresenta uma configuração não homogênea, mas constituída por distintas vertentes que refletem modos de interpretar os fenômenos naturais e nossa relação com eles. O autor reflete sobre a articulação entre a formação do discurso ecológico na modernidade e a educação ambiental, bem como as contribuições das teorias dos Comuns a esta discussão e o papel da Educação Ambiental Crítica na construção de projetos societários mais amplos.

Partindo da premissa da compatibilidade entre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, a pesca artesanal e a conservação da biodiversidade, o capítulo de Carolina Alvite, Fabiana Jacomel, Erika Ike moto e Márcia Grisotti, que encerra a quarta parte do livro, “Avanços e bloqueios na gestão de áreas protegidas. Análise do conflito socioecológico no parque nacional da Lagoa do Peixe” visa a compreender, a partir de uma abordagem sistêmica, em que condições é possível conciliar a conservação da biodiversidade e os direitos de apropriação de recursos comuns por pescadores e pescadoras artesanais no território abrangido pelo parque nacional da Lagoa do Peixe, conferindo uma dupla proteção ao território híbrido.

Desejamos a todo/as uma boa e agradável leitura!

Márcia Grisotti
Isaura Wayhs Ferrari

Referências

- DÉPELTEAU, François (ed.). *The Palgrave handbook of relational sociology*, 2018.
- FUNTOWICZ, Silvio O.; RAVETZ, Jerome R. Uncertainty, complexity and post-normal science. *Environmental Toxicology and Chemistry*, v. 13, n. 12, p. 1881-1885, 1994.
- GRISOTTI, Marcia. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, 30 (02), 2020.
- IRWIN, A. *Citizen science: a study of people, expertise and sustainable development*. London and New York: Routledge, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Saúde e ambiente: uma relação necessária. *Traçado de saúde coletiva*, p. 81-111, 2008.

PROCTOR, Enola *et al.* Outcomes for Implementation Research: Conceptual Distinctions, Measurement Challenges, and Research Agenda. *Adm Policy Ment Health*, 38, p. 65-76, 2011.

PROCTOR, Enola K.; POWELL, Byron J.; MCMILLEN, J. Curtis. *Implementation strategies: recommendations for specifying and reporting Implementation Science*, 8, p.139, 2013. Disponível em: <http://www.implementationscience.com/content/8/1/139>.

WYNNE, Brian. “Elefantes nas salas” onde os públicos encontram a “ciência”? Uma resposta a Darrin Durant, “Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo”. *Revista Antropolítica*, n. 36, p. 83-110, 2014.

PARTE 1

Saúde e sociedade:
mapeando controvérsias,
incertezas e riscos

A saúde possível

Fernando Dias de Ávila-Pires

Manter-se saudável dá trabalho e custa caro. Compreender os mecanismos biológicos que vão significar doença ou saúde, é difícil. Mais fácil é culpar os deuses e tentar suborná-los com penitências e a promessa (vã) de não reincidir nos pecados. Assim, na antigüidade – e ainda hoje – a saúde pode ser negociada nos templos, através da intermediação dos representantes das divindades, em troca de oferendas e sacrifícios. Na Grécia clássica, os oráculos e locais de culto recebiam enfermos, reais ou imaginários, em busca de cura para as mazelas do corpo e paz para o espírito conturbado. A ideia da doença como resultado de culpa também se aplica às crenças que atribuem o mal à maquinação de inimigos, invejosos, desafetos e feiticeiros.

A *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (que incluía boa parte do norte e nordeste) traz um interessante relato legado pelo Padre João Felipe Betendorff, de uma epidemia de varíola que assolou o Brasil na segunda metade do século XVII. A origem do mal era questionada e o bom padre reconhece que

Ninguém poudo conhecer de onde vinha aquelle mal ... porém o certo é que foi occasionado de nossos peccados com que ... a Divina justiça a nos castigar; mais mortes haveria se os Padres Missionarios não tivessem accudido não só com os Sacramentos para a cura das almas, mas ainda com as mezinhas para a saúde dos corpos ...

O Padre notou que a epidemia não poupou brancos, índios ou negros e provocou importante mortandade tanto nas missões como nas aldeias. Um século mais tarde, Charles Marie de la Condamine, membro da Academia de Ciências da França, e integrante de uma expedição à América do Sul, reportada por ele em 1745, também relata os *estragos das bexigas* no Pará e observa que

...esta moléstia é ainda mais funesta nos Índios nus, recém-vindos dos bosques para as missões, do que entre os Índios vestidos, nascidos entre os Portugueses, ou aí moradores há longo tempo.

Resistentes seriam, igualmente, os escravos negros chegados da África. Menciona, então, a tentativa pioneira de controlar a epidemia:

Há quinze ou dezesseis anos que um missionário carmelita dos arredores do Pará, vendo todos os seus índios morrer um após o outro, e tendo lido numa gazeta o segredo da inoculação, que fazia então muito barulho na Europa, julgou prudentemente que usando tal remédio, tornava pelo menos duvidosa uma morte que era certa empregando os remédios ordinários ... esse religioso foi o primeiro na América que teve coragem de executá-lo. ... Outro missionário do Rio Negro seguiu o seu exemplo com o mesmo resultado.

Estas ideias de culpa, castigo, contágio e risco, representadas por estrangeiros, permanecem até o século XXI.

Doenças e doentes

Doentes e doenças situam-se em diferentes níveis de integração ou de complexidade. O **doente** é um indivíduo e a **doença**, uma construção teórica, que varia de uma sociedade a outra e de uma época a outra: situa-se no nível populacional. À construção leiga das doenças chamamos de **representação social** e à científica, de **representação oficial**. Podemos diagnosticar um **doente** através de sintomas e sinais, acompanhar o seu curso, descrever suas manifestações físicas e as alterações anatômicas e fisiológicas que causa – e que a caracterizam. Cada doente apresenta certas manifestações que lhe são peculiares: daí dizer-se que há doentes e não doenças. A doença e suas características dependem do grau de sensibilidade ou imunidade do indivíduo. O doente fala de “sua” doença de forma possessiva e quase: “no meu caso...” ou “a minha exaqueca”, “a minha hipertensão”, a que atribui características pessoais ou personalizadas. Traçando um paralelo entre a peste e a tuberculose, Herzlich e Pierret dizem (1991, p. 60) que *cette maladie presque abstraite chacun la ressent comme profondément sienne*. E que (1991, p. 56) *En effet, même si la tuberculose tue en nombre, elle n’entraîne pas, comme l’épidémie, la mort collective et brutale... On meurt individuellement et assez lentement de la tuberculose*.

Estar doente é experiência pessoal, episódica ou crônica e intransferível. O doente experimenta dor, mal-estar, incômodo, febre, prejuízos financeiros, despesas extras, mudança em sua posição social ou *sick-role*. Depende dos comportamentos de risco do paciente. O diagnóstico baseia-se em comparações com padrões e limites de *normalidade*, ou seja, ausência de doença declarada ou clinicamente detectável. Doentes não apresentam, em geral, todos os sintomas e sinais da doença, que são descritos a partir da observação de um grande número de casos individuais, ao longo do tempo. Para Herzlich e Pierret (1991, p. 47), para que surja a figura do que hoje

chamamos de **o doente**, foi necessário que a visão da doença deixasse de ser a de um fenômeno de massa, isto é, epidêmica e passasse a ser clínica; que a doença passasse a ser uma forma de vida e não de morte; e que a diversidade de enfermidades e sofrimentos pudesse ser reduzida, por um olhar uniformizador, o da medicina clínica – como se verá abaixo.

A **doença** é abstração, generalização e indução: uma entidade composta, criada a partir da observação de doentes, onde as diferentes manifestações individuais são combinadas: daí as advertências constantes de que: “pode ocorrer...” “em alguns casos...” “com frequência...”

A doença tem uma representação oficial, uma representação social e uma representação individual. Suas características diagnósticas e sua representação social evoluem com o tempo. Por sua vez, microorganismos perdem ou ganham virulência e, como organismos, modificam-se geneticamente. Novos conhecimentos sobre sua etiologia, transmissibilidade e origem influenciam na maneira como a sociedade vê e trata os portadores, aceitando-os ou discriminando-os.

Representações

Human beings never think for themselves, they find it too uncomfortable. For the most part, members of our species simply repeat what they are told and become upset if they are exposed to any different view. The characteristic human trait is not awareness but conformity, and the characteristic result is religious warfare. Other animals fight for territory or food; but, uniquely in the animal kingdom, human beings fight for their “beliefs”. The reason is that beliefs guide behavior, which has evolutionary importance among human beings.

(CRICHTON, M., 1995, *The lost world*. Ballantine, N. York)

Sperber (1996, p.125, grifos meus), discorrendo sobre o *contágio das ideias*, escreveu:

La rationalité n'impose que des contraintes assez lâches sur les idées à demi comprises: leur cohérence interne et leur cohérence mutuelle ne peuvent pas être bien évaluées. ... **Avec les idées à demi comprises, ce qu'on appelle “l'argument d'autorité” fait en effet autorité.** Certaines de ces croyances paradoxales pourraient être clairement représentées, mais alors leur incompatibilité manifeste avec les connaissances ordinaires devrait entraîner leur rejet. Ce rejet cependant entraînerait un autre paradoxe: il ne serait guère compatible en effet avec la **confiance accordée à la source de ces croyances**. La seule façon de préserver la cohérence d'ensemble est de traiter ces croyances comme des mystères. Or ces croyances, conçues comme des mystères, sont pertinentes, et ce du fait même de leur caractère paradoxal, et grâce au riche contexte de connaissances empiriques ordinaires elles s'écartent

systematiquement. Les multiples tentatives pour expliquer les croyances religieuses et d'autres mystères culturels à partir de dispositions psychologiques universelles n'ont guère été convaincantes. ... A la différence des connaissances empiriques ordinaires, les croyances religieuses se développent non pas à cause d'une disposition, mais à cause d'une réceptivité.

O problema das representações, ou imagens da realidade, está relacionado com a confusão que se faz entre fenômenos que se passam em distintos níveis de complexidade, e, neste caso especial, dos níveis individual e social. Modelos da realidade podem ser de três naturezas distintas: **individuais, sociais e oficiais**.

Modelos **individuais** são os modelos da realidade que cada um de nós constrói ao longo da vida. O conhecimento é sempre uma aproximação da realidade (que, segundo os filósofos, nunca se alcança). A construção pode combinar elementos contraditórios, em um sincretismo explicado por Sperber como sendo em parte resultante da experiência e observação pessoal e em parte, da autoridade (incluindo leituras, TV, conversas, escola, tradição familiar). Assim, a gripe é aceita como uma virose, mas pode ser, ao mesmo tempo, um resfriado agravado e contraída pela exposição ao frio – ou por mau olhado. Podem ter uma componente misteriosa, que permite a aceitação do paradoxo. Para o indivíduo, a doença é real e significa dor, desconforto, exclusão social, prejuízo financeiro, tédio, isolamento, busca de solidariedade, expressão de carência afetiva, arma de chantagem emocional. Os sintomas mais importantes para o indivíduo não são, obrigatoriamente, aqueles necessários para o diagnóstico e, portanto, importantes para o médico. A expressão dos sintomas depende do meio social e cultural, como inúmeros trabalhos demonstram. Sua gravidade é medida em função dos riscos de vida ou de sequelas.

Representações **culturais** ou **sociais** constituem o imaginário popular e são de natureza distinta dos modelos individuais: dependem de um processo de indução, da criação de uma entidade que não tem existência real: a gripe, a tuberculose, o sarampo. Esta entidade é um modelo composto de sintomas e sinais individuais, de fenômenos reais e outros imaginários. A diferença da concepção individual é a mesma que existe entre o sentimento de estar apaixonado e o conceito abstrato do amor. A imagem social depende muito dos veículos de comunicação de massa: livros de divulgação, rádio, TV, campanhas de esclarecimento da opinião pública: para os perigos do fumo, da AIDS, das drogas. Independe de experiências pessoais. Os riscos para a população são medidos por projeções estatísticas. Um caso

benigno de peste é benigno para o indivíduo, mas extremamente grave para a população, uma vez que pode ser o caso index de uma epidemia. Doenças subclínicas, em portadores sãos têm as mesmas características.

É importante discutir se as representações sociais são coletivas ou emergentes. Os modelos **oficiais** resumem o conhecimento especializado, expresso em linguagem impessoal nos trabalhos e textos formais. Em geral, usa-se a expressão: “verificou-se que...”: “Our knowledge gained by personal experience and therefore “true” in our everyday realm of life, may in our culture have to yield to an alternative mode of conceptualisation that links with a scientific ‘version of the world’” (SÄLJÖ, 1984, p. 1).

No caso específico da saúde e doença, o modelo individual caracteriza a visão personalista e a experiência física e mental do **doente**, enquanto que, no nível social, traduz a concepção ou versão popular da **doença** e, na visão oficial, as características diagnósticas e descritivas dos conhecimentos científicos atualizados ou do estado da arte. No caso das representações individuais, a entrevista retrata, com certa fidelidade, a visão – e as contradições – do indivíduo. O problema prático é o de como identificar e delimitar as concepções sociais, nos diferentes subgrupos de cada sociedade. Bergandi (1992) revela a contradição de Odum, defendendo uma visão holística do ecossistema, mas propondo uma metodologia reducionista de análise: através da análise energética, que seleciona como fator-chave.

Para a análise das representações sociais, devemos decidir, portanto, se elas são propriedades coletivas ou emergentes. Se coletivas, o somatório das respostas a um questionário buscando identificar representações individuais será suficiente para revelá-las. Mas, se constitui o resultado de “opiniões emergentes”, pode significar que as respostas às entrevistas não expressam opiniões pessoais somente. Mas como identificar o que é emergente e separar do que é coletivo?

A representação social, como a compreendemos agora, nasceu dos esforços de Sydenham, no século XVIII, de descrever, diagnosticar e classificar as doenças dentro de um sistema taxonômico que ele comparou ao utilizado por botânicos para classificar as plantas. Doenças passaram a ser encaradas como *entidades*. Herzlich e Pierret (1991, p. 46-47), comparam a visão das doenças individuais e das epidemias, signos do pecado:

Mais ces maux et ces affections n’avaient pas l’importance de l’épidémie et ne structuraient pas l’image de ‘la maladie’.... De même... jusqu’à la fin du XVIIe. siècle, la médecine se préoccupe bien davantage de l’homme souffrant qu’elle ne le fera après le tournant de la médecine clinique. Jusqu’à

Sydenham au moins, la conception du mal est particularisante: il y a un lien indissoluble entre la personne et son mal.

Em seguida, mencionam, citando Foucault, que, no fim do século XVIII e durante o XIX, com o surgimento da clínica, a concepção religiosa de castigo e a ideia particularizante do mal desaparecem: “les symptômes permettent de lire la nature de la maladie, ils cessent d’exprimer un lien indissoluble et spécifique entre le patient et son mal. Apparemment, ‘l’homme malade’ disparaît de la cosmologie médicale tandis que se cristallise le discours clinique” (HERZLICH; PIERRET, 1991, p. 55-56).

A representação depende das experiências próprias vividas, dos relatos tradicionais de família, da memória escrita e oral e dos meios de comunicação de massa.

A distinção entre a doença individual, real, e sua representação social não é estanque. Assim, Herlich e Pierret (1991, p. 64) relatam como

Au cours de sa maladie, et de son lent cheminement vers la mort, le tuberculeux abandonne donc toute vision romantique du mal. Il ne croyait pas à sa matérialité, or la maladie est matérielle. Il la croyait être seul concerné par elle, elle marque, en creux, sa place dans la société et parfois même dans l’histoire.

Relatam, também, a diferença que existe em sociedades ou etnias distintas e entre a visão popular – dos que não foram atingidos por uma doença – e os doentes. Um estudante africano vivendo em Paris e contraindo tuberculose descreveu as visões distintas da doença em sua aldeia no Cameroun e na França: “En France... la tuberculose est banale et quand vous pensez à l’Afrique, c’est quelque chose d’affreux”. Entretanto, revela ambivalência, quando compara a visão popular na França – dos que não são tuberculosos – e sua própria: “Mais son discours nous montre aussi que si, pour l’ensemble de la population, la maladie a, de nos jours, perdu toute réalité, pour l’individu qui en est atteint elle peut encore évoquer la mort” Herlich e Pierret (1991, p. 72).

A doença na história

O século XVIII foi a época dos enciclopedistas e dos sistemas. Desde o século XVII, tentava-se reunir os conhecimentos disponíveis em obras enciclopédicas, e ordená-los sob diferentes sistemas de classificação. Thomas Sydenham, como vimos, classificara as doenças em um sistema publicado em 1676, que se inspirava nas tentativas dos botânicos de sistematizar

os milhares de espécies já conhecidas. Essas tentativas baseavam-se na identificação de caracteres diagnósticos. Para as plantas, utilizaram-se as características dos órgãos florais e, para as doenças, os sinais e sintomas. No século XVIII, Lineu publicou o seu *Systema Naturae*, e Lavoisier classificou as substâncias químicas propondo, independentemente, a adoção de sistemas de nomenclatura internacionais que dispensavam os códigos secretos pessoais e as designações descritivas utilizadas, respectivamente, pelos alquimistas e naturalistas contemporâneos. Multiplicaram-se, igualmente, os sistemas filosóficos.

Distintamente dos atuais sistemas que classificam animais, plantas e microorganismos de acordo com suas relações filogenéticas, o sistema internacional de doenças hoje adotado não utiliza um critério único. As categorias reúnem entidades que participam de mais de uma delas, como as doenças infecciosas e parasitárias; agudas ou crônicas; neoplasias; distúrbios glandulares, da nutrição e metabolismo; transtornos imunitários; problemas do sangue; transtornos mentais; doenças do sistema nervoso e dos sentidos; doenças do aparelho circulatório; do aparelho respiratório; do aparelho digestivo; do aparelho genitourinário; da gravidez; da pele e tecido celular subcutâneo; do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; anomalias congênitas; afecções originadas no período perinatal; sintomas, sinais e afecções mal definidas (que corresponde à *incertae sedis* na botânica e zoologia); lesões e envenenamentos (incluindo fraturas e traumatismos); acidentes de qualquer natureza.

Além deste sistema oficial, outros são utilizados no dia a dia. Uma classificação de base **legal** distingue as doenças que exigem notificação compulsória a autoridades sanitárias. A lei nº 6259 de 30 de outubro de 1975 rege a matéria. São elas: cólera, peste, febre amarela, hanseníase, tuberculose, poliomielite, tétano, meningites, raiva, febre tifóide, sarampo, leishmanioses. Algumas delas demandam notificação internacional, à Organização Mundial de Saúde. A confirmação de casos acarreta medidas extremas como a quarentena, instituída pela primeira vez no século XIV (nos casos de peste, febre amarela, cólera e varíola, esta considerada erradicada). A legislação relaciona, também, as doenças que justificam a ausência ao trabalho, às aulas, e a aposentadoria precoce. Certas doenças mentais implicam na perda dos direitos individuais. Há provisões legais para os casos de epidemias nos contratos de seguros. Herlich e Pierret (1991), discutindo a Seguridade Social mostram que “elle distingue différentes caté-

gories: “longue maladie”, “incapacité”, “maladie professionnelle”, “accident du travail”, “qui ont un sens juridique et ouvrent droit à des prestations et des indemnités, mais qui sont aussi des catégories sociales...”.

Socialmente, as doenças são classificadas segundo diferentes critérios, nem sempre claros ou justificáveis em relação ao risco de contágio ou possível ameaça à sociedade. Uma categoria compreende as enfermidades toleradas, como as gripes e resfriados, mas que justificam a ausência de funções sociais. No Japão e em alguns outros países asiáticos, o indivíduo resfriado deve sair à rua de máscara. As doenças sexualmente transmitidas são classificadas como vergonhosas e, há algum tempo atrás, podiam ser consideradas como rito de passagem. Algumas levam à discriminação e isolamento dos portadores de sintomas visíveis, como a hanseníase e as afecções dermatológicas confundidas com ela. Outras estigmatizam para sempre, como a epilepsia e os distúrbios mentais. No curso da história encontram-se conotações próprias, como a do *mal que desfigura* (a varíola); ao castigo, que leva à morte social, com todos os seus ritos realizados pela igreja (lepra), o *mal que apavora* (a peste), a *morte romântica*, e os sanatórios como um mundo à parte (tuberculose, no século XIX).

Não existe, em português, a distinção encontrada na língua inglesa entre *disease* e *illness* ou *malaise*. *Malaise* é a sensação de mal-estar que pode significar tanto a fase pré-clínica ou incubatória de uma doença, como um desconforto físico ou mental: a sensação de que algo não está bem. As sociedades chamadas de tradicionais consideram a doença em seu aspecto global, com todo o seu imaginário pessoal e não, apenas, sob o aspecto científico, isto é, aquele que se sujeita aos métodos de observação e experimentação.

Para a **epidemiologia**, importam muito as categorias dos portadores de enfermidades contagiosas, e das doenças que têm hospedeiros, reservatórios e vetores.

Como para a **saúde pública**, importam as categorias de doenças transmissíveis e não transmissíveis, incluindo aquelas de transmissão hereditária onde um portador não apresenta sintomas, constituem critérios operacionais mais importantes que a classificação em infecciosas e não infecciosas. Assim, enquanto que, para o parasitólogo, a peste bubônica, pneumônica ou septicêmica são caracterizadas pelo mesmo agente, *Yersinia pestis*, para o epidemiólogo e o sanitariano constituem três entidades distintas segundo o critério de transmissibilidade e exigem medidas distintas de prevenção e de controle.

A conceituação **científica** da saúde e da doença baseia-se na proposição filosófica que admite uma ordem no universo, e de leis que regem os fenômenos naturais.

Entre os antigos egípcios, a classificação das doenças em curáveis e incuráveis, registrada no papiro de Ebers, implicava na aceitação da fatalidade irreversível dos desenganados. Na cristandade antiga, criticavam-se os pagãos pelos cuidados excessivos com o corpo. Para eles, a água que protege e salva é a do batismo e não a das termas. A dor e as doenças do corpo acarretam o sofrimento redentor dos pecados, e garantem a vida eterna. Mas existe a esperança do milagre, que pode curar as piores mazelas.

Já a noção da doença como resultado do desequilíbrio humoral, adotada no oriente e na Gécia clássica, encerra a esperança de se poder retornar à condição de saúde com o auxílio de certas práticas, exercícios, regimes e tratamentos. A prevenção se conseguia pela adoção de hábitos higiênicos, os mesmos que foram preconizados por Galeno, no segundo século de nossa era. Hipócrates é creditado, erradamente, como pioneiro das noções de ecologia humana, quatrocentos anos antes de Cristo. Para ele, a doença é um fenômeno natural e que, como tal, origina-se de causas naturais. Essas devem ser buscadas na constituição dos solos, no regime dos ventos, nas peculiaridades dos climas, na qualidade dos ares e das águas. O registro da evolução das doenças permite que se chegue a um diagnóstico que, por sua vez, leva a um prognóstico. A ênfase nos **fatores do ambiente** caracteriza a medicina hipocrática, que persistiu vigente por mais de vinte séculos. Assim, em 1863, a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* publicou um relatório do Conselheiro Jobim sobre o ensino médico no Brasil, propondo a adoção de várias reformas, incluindo uma referente às teses de graduação e doutorado. Pelo estatuto vigente, devia o candidato dissertar, em latim, sobre seis aforismos de Hipócrates. E o Conselheiro reconhecia que, além da questão de atualidade, os estudantes escolhiam sempre os mesmos e copiavam-se uns aos outros.

Nas faculdades de medicina do século XIX, os instrumentos de meteorologia eram mais cuidados que os de cirurgia. Diagnósticos e prognósticos baseavam-se nas condições do tempo, que era o grande responsável pela ocorrência das epidemias. Galeno, no segundo século de nossa era, seria responsável por uma mudança de ênfase importante, que passou a concentrar a atenção do médico no **paciente**. Sua visão finalista do universo, admitindo um destino e um desígnio universais, garantiu sua aceitação

pela Igreja através da Idade Média e marcou sua influência no pensamento médico até o século XIX. O século XIX traria uma nova mudança de ponto de vista, junto com a descoberta de medicamentos realmente eficientes. Na segunda metade do século, Claude Bernard demonstrou a importância do laboratório e das pesquisas em fisiologia básica, opondo-se aos defensores da escola clínica. Na mesma época, Louis Pasteur estabeleceu os princípios da microbiologia médica, comprovando a especificidade bacteriana e reconhecendo a origem microbiana das infecções. Pasteur foi responsável pela ênfase na identificação do **agente** patogênico, além de proporcionar os meios de preveni-los e de combatê-los de maneira eficaz. Soros e vacinas passaram a ser incorporados aos métodos de higiene e de assepsia, como garantia da saúde pública.

Razões e causas

A ideia de causa é complexa e carregada de conotações diversas. Interpreta-se a sucessão de eventos como relação de causa e efeito; passa-se da observação fortuita de uma sequência causal como evidência de correlação; associa-se causa com culpa. A distinção que se faz entre causa próxima e remota não é suficiente para definir relações e causas. Claude Bernard (1911, p. 39) restringiu as possibilidades de investigação das causas, em fisiologia experimental, às causas imediatas:

La recherche des causes premières...n'est point du domaine scientifique. ... L'expérimentateur ou le déterministe doit donc observer les phénomènes de la nature uniquement pour trouver leur cause déterminante, sans vouloir, pour leur expliquer dans leurs causes premières, recourir à systèmes qui peuvent flatter son orgueil, mais qui font en réalité que voiler son ignorance. ...Nous ne pouvons remonter au principe de rien...nous ne pouvons aller au-delà du comment, c'est à dire au delà du déterminisme...la limite de nos connaissances s'arrête au déterminisme.

Enquanto o clínico busca a explicação e encontra a **causa** suficiente na correlação imediata da relação parasita-hospedeiro ou na resposta imunitária reduzida do doente, a preocupação deste é a de saber por que particularmente aconteceu a ele, o que iria remeter a questão à investigação de seu patrimônio genético e história imunológica. Socialmente, a ideia de culpa associa-se à de causa. Recomendações para que não se saia na chuva ou no frio sem agasalho, utilize água potável, alimentos e bebidas com moderação e todos os demais conselhos recebidos da família, dos médicos e dos

veículos de comunicação, fazem com que a doença exponha o paciente à sociedade como relapso. Especialmente no caso daquelas doenças condenadas socialmente. Daí o apelo das práticas de magia e feitiçaria e das explicações religiosas, que incluem a expiação da culpa como parte do tratamento.

A ecologia médica

Após a Segunda Guerra Mundial uma nova revisão conceitual teria lugar, resultando no desenvolvimento da moderna **ecologia médica**, de caráter integrador e multidisciplinar. Ecologia é a disciplina que estuda as relações recíprocas dos organismos entre si e com os fatores do meio físico e biótico. Um longo caminho teve a percorrer, partindo das contribuições de Wöhler, em 1828, para a síntese das substâncias orgânicas e de Liebig, em 1840, para a química agrícola e para o conhecimento da fisiologia vegetal, até chegarmos à conceituação de um sistema aberto, de circulação de nutrientes e de reciclagem através dos processos de fermentação e putrefação, que foram elucidados por Pasteur em 1867.

Ao contrário da epidemiologia e da ecologia médica, na ecologia geral o homem não ocupa uma posição central, privilegiada, mas é visto como um integrante dos sistemas ecológicos ou ecossistemas. A aplicação de certos conceitos básicos da ecologia geral à ecologia humana e, em particular, à ecologia médica, permitiu um avanço na compreensão de certos problemas que não permitiam a abordagem reducionista, determinista e causal do movimento pastoriano.

A preocupação com as influências dos fatores do meio físico ou abiótico sobre o organismo vem, como vimos, da mais remota antiguidade e, ainda hoje é parte do imaginário popular, herdada em conjunto com tradições culturais de distintas etnias e superstições arraigadas. Clima, água e ar foram os fatores apontados por Hipócrates para explicar as epidemias. Hoje, juntam-se a eles as radiações, os resíduos industriais e os produtos químicos e orgânicos poluentes. Alguns exemplos ilustrativos da influência dos fatores abióticos sobre o organismo são as relações da luz com a fixação da vitamina D, as variações de temperatura e da umidade do ar sobre a resistência a infecções respiratórias e alergias, a natureza do solo e as geohelminthiases, e todo o moderno campo da ecotoxicologia.

Os fatores bióticos incluem a hereditariedade e a resistência orgânica, as relações com a flora e fauna, incluindo microrganismos, hospedei-

ros, vetores, e com os organismos comensais, parasitas e inquilinos, que compartilham nossos habitats. Dentre os fatores sociais, as condições econômicas permeiam as relações interpessoais, reguladas por leis, costumes e normas e intervêm na transmissão de enfermidades. Fatores culturais como as tradições, os conhecimentos adquiridos, as superstições e os hábitos pessoais constituem elementos importantes na exposição aos riscos.

Podemos reconhecer, contudo, que o campo preferencial da ecologia médica, por oferecer a problemática mais interessante e pertinente é exatamente aquele que se preocupa com as relações entre parasitas, hospedeiros e vetores. Interdisciplinar por excelência, seu estudo exige que se levem em consideração os fatores do meio físico, biótico e social.

Um episódio histórico ilustra bem o nascimento da ecologia médica. Em 1927, um jovem agrônomo francês preparava sua tese de doutorado em New Jersey, nos Estados Unidos, na área de microbiologia de solos. Tratava da decomposição da matéria orgânica e, em particular, da questão da decomposição da celulose. Diferentes tipos de solos abrigam microbiotas distintas, e os produtos químicos resultantes da decomposição diferem. Ao apresentar seus resultados em um congresso de Química de Solos, em Washington, teve seu trabalho disputado para publicação por uma importante revista de ecologia, o que o surpreendeu por imaginar que tratara de resolver, apenas, um problema de bacteriologia.

No mesmo ano, René Dubos conheceu o chefe do Serviço de Doenças Respiratórias Infecciosas do Hospital do Instituto Rockefeller, então empenhado em descobrir um tratamento para a pneumonia lobar. O pneumococo responsável é protegido por uma cápsula de semicelulose, então impossível de ser destruída sem prejudicar os tecidos subjacentes, e que a protegia das defesas orgânicas do indivíduo infectado.

Raciocinou Dubos, como ecólogo: se não houvesse degradação natural dessa substância, quimicamente afim à celulose, ela se teria acumulado de maneira a recobrir a terra – um dos princípios básicos da ecologia, já vislumbrado por Leeuwenhoek, no século XVII, em relação aos mexilhões dos canais de Delft. Dois anos e meio mais tarde, Dubos, trabalhando no Instituto Rockefeller em New York conseguiu descobrir uma bactéria capaz de destruir a cápsula e extrair a enzima responsável. Essa enzima era capaz de curar as cobaias inoculadas com o pneumococo. Foi este o primeiro antibiótico produzido, em 1928-1929. Dez anos mais tarde, descobria um outro antibiótico, que foi o primeiro a ser produzido comercialmente em grande escala (a tirotricina).

Dubos, agrônomo, foi Chefe do Serviço de Medicina Tropical da Universidade de Harvard e um dos pioneiros da ecologia médica. Na mesma época, trabalhava em Londres um dos pioneiros da moderna ecologia, que se dedicava, então, ao estudo da dinâmica das populações animais. Além de estabelecer o modelo das comunidades sob a forma de uma “pirâmide de números”, Charles Elton, fundador, em 1932, do Bureau de Populações Animais da Universidade de Oxford, foi igualmente atraído para o estudo das relações entre hospedeiros e parasitas, em função de seu interesse pelos mecanismos responsáveis pela regulação das populações. Dedicou-se a desvendar os ciclos plurianuais de populações e de doenças, a competição, a predação e a seleção natural. Enquanto nos Estados Unidos os ecólogos desenvolviam teorias utilizando como modelo os problemas da produção agrícola e do controle de pragas, na Inglaterra Elton preocupou-se, a partir de 1922, em compreender as flutuações periódicas de mamíferos. Para isso, utilizou os dados sobre os surtos de peste no oriente, especialmente na Mandchúria.

Em 1905, P.L. Simond, pesquisador do Instituto Pasteur, utilizou exemplarmente, na Índia, o método epidemiológico para esclarecer os mecanismos de transmissão da peste bubônica dos roedores ao homem e identificar o vetor. Elton, vinte anos mais tarde, mostrou que, para o ecólogo, a peste constitui um mecanismo natural de controle populacional e desvendou seu ciclo na natureza. Precedeu Pavlovski no delineamento de uma epidemiologia paisagística e legou-nos uma metodologia de pesquisas da ecologia médica, que continua a ser utilizada nos dias de hoje. Pode-se dizer que as maiores contribuições à ecologia médica vieram das pesquisas de campo sobre a peste bubônica na Ásia, as tripanossomíases africanas, a malária na Europa, e a febre amarela, no Brasil.

A ecologia endógena

Um aspecto menos popularizado da ecologia médica trata das relações entre parasitas e os fatores do meio interior dos hospedeiros. Da mesma maneira que os elementos do meio exterior que estamos acostumados a analisar, como: temperatura, pressão, umidade, pH, velocidade de fluxo, outros organismos competidores, inibidores e cooperadores, definem o ambiente exógeno de organismos de vida livre no interior de um hospedeiro, os parasitas integram-se em um meio ambiente endógeno, caracterizado pelos mesmos fatores. Parasitas distribuem-se em uma microgeografia

interna, colonizando aqueles endobiótopos que oferecem condições ecológicas favoráveis à sua existência. Os processos de simbiose e antibiose desenvolvem-se tanto no meio exterior como no meio interior. A maioria das pesquisas têm lugar na medicina veterinária, dirigida à elucidação da ecologia dos simbiosites do aparelho digestivo dos ruminantes. Outra série de estudos focaliza a colonização do aparelho digestivo dos recém-nascidos.

Dois aspectos são característicos da ecologia endógena. O primeiro é que o “ambiente exterior” do parasita é, ao mesmo tempo, o meio interior do hospedeiro, que reage à colonização e aos impactos através de respostas fisiológicas que podem alterar o meio interno. Já no ambiente exógeno ou exterior, as influências das comunidades sobre ele têm efeitos menos imediatos. O segundo aspecto é que fatores sociais e culturais exercem profunda influência sobre a constituição das comunidades endógenas – o que nós consideramos como fatores condicionantes da exposição aos riscos. Devemos a Claude Bernard, no século passado, as expressões **meio interior** e **meio ambiente**. No Brasil, sentimos a influência do pesquisador francês no texto do necrológio do Conselheiro Jobim, feito por Teixeira de Souza, em 1879: “sabia ele que os fatos mórbidos têm particularidades, hábitos especiais, manifestações sutis, a dependerem não tanto primitivamente da diversidade da raça e meio interior como do meio cósmico exterior”. E, em 1916, Olympio da Fonseca Filho que, em sua tese de doutoramento sobre hematozoários do sangue de mamíferos incluíra um capítulo de ecologia geral, apresentava, em um congresso na Argentina, considerações sobre a ecologia dos flagelados parasitas do sangue. Considero que a maior contribuição da ecologia geral à ecologia humana e, em especial, à ecologia médica é a visão interdisciplinar que a caracteriza e que vai permitir identificar em que ponto das cadeias de relações nossa intervenção será bem sucedida.

A visão interdisciplinar

Prevenção, controle e cura exigem a aplicação de conhecimentos de diversas áreas que se busca concatenar através da criação de cursos e programas transdisciplinares. Não se trata de abolir as fronteiras entre disciplinas ou de imaginar o fim do conhecimento especializado, mas sim de preparar profissionais com uma visão ampla dos diferentes aspectos dos problemas que nos afligem e de desenvolver a capacidade de identificar os caminhos para resolvê-los.

A solução do problema dos acidentes com veículos, por exemplo, demanda a colaboração de engenheiros, urbanistas, legisladores, professores, autoridades de trânsito, policiais rodoviários, médicos, enfermeiros, paramédicos, bombeiros e de motoristas. A multiplicação de hospitais e de viaturas de socorro podem reduzir a mortalidade, mas não o número de acidentes. Zoonoses envolvem zoólogos, botânicos, ecólogos, microbiólogos, engenheiros sanitaristas, engenheiros de barragens, urbanistas, arquitetos, agrônomos, veterinários, geógrafos e outros profissionais que nem mesmo suspeitam de seu papel nessa missão.

O normal e o patológico

Antes de ser preocupação de médicos e pacientes, a conceituação da normalidade é tarefa dos taxonomistas. A descrição de uma espécie de animal, planta ou microorganismo, incluindo a espécie humana, ressalta suas características diagnósticas – aquelas que as distinguem das demais – e registra as que se aplicam à maioria dos seus indivíduos. Essa descrição é feita sobre uma amostra populacional, que deve incluir indivíduos de todas as idades ou fases de desenvolvimento e sexos, no caso das espécies sexuais. O autor da descrição de uma nova espécie analisa e representa, em tabelas e gráficos, as curvas senoidais que traduzem a média, e as variações do desvio-padrão nas diferentes medidas utilizadas para caracterizar a espécie.

No século passado, era costume listar as variações patológicas e teratológicas encontradas em uma coleção zoológica. Mencionavam-se anomalias, como as de coloração – melanismo, albinismo, eritrismo – de membros e estruturas anatômicas, e as de tamanho, como gigantismo e nanismo. De um modo geral, as patologias descritas resumem-se a anomalias anatômicas ou ontogenéticas, isto é, que ocorrem ao longo do desenvolvimento do indivíduo desde a concepção ao estado adulto.

Em sua famosa tese de doutoramento, Georges Canguilhem trata apenas da espécie humana e distingue dois significados para **norma**: o de um padrão convencional definido ou a média observada em uma população. Este último significado coincide com o conceito de relativismo cultural da antropologia cultural. No caso das doenças mentais e dos desvios de conduta social essa conceituação é importante.

Em terra de cego... O relativismo das deficiências

Os zoólogos estão bem conscientes dos limites de adaptação e de acomodação que apresentam os diferentes organismos. Sistemas imunitários, órgãos dos sentidos, estruturas anatômicas são plasmados por um longo processo de variação genética ou fenética, que envolve a mutação, recombinação e seleção natural. Dentro dos limites que caracterizam a espécie, isto é, o conjunto de suas populações, os organismos apresentam padrões e limites individuais de acomodação: visual, auditiva, imunitária, homeotérmica. Na espécie humana, por exemplo, o âmbito de variação térmica suportado naturalmente vai, aproximadamente, de 10°C a 40°C. Mas os limites de temperatura que provocam sensação de desconforto variam muito de uma pessoa para outra.

Quando se comparam espécies distintas verifica-se que a percepção do mundo exterior também varia. Morcegos insetívoros têm uma acuidade auditiva que lhes permite distinguir sons de até 130 000 ciclos por segundo, enquanto que o ouvido humano é surdo para frequências acima de 15 000 c.p.s. Na água, mamíferos aquáticos utilizam um sistema de ecolocalização sofisticado, que não encontra paralelo entre nós. Peixes provam o alimento à distância, enquanto cães distinguem odores variados e percebem sons à distância. Um guepardo pode correr a 110 km por hora e certas espécies de roedores de desertos nunca ingerem água e dispõem de mecanismos fisiológicos engenhosos para controlarem seus níveis de ureia. Abelhas utilizam faixas luminosas que não enxergamos e o catálogo de nossas deficiências é enorme, quando comparamos a nossa espécie com outras.

Assim, quando comparamos espécies distintas, cada uma delas apresenta-se como deficiente em certas adaptações, e mais proficiente em outras, em relação às demais espécies. Dentro de uma mesma espécie, contudo, são deficientes aqueles indivíduos que não conseguem sobreviver, segundo a teoria da seleção natural. Algumas deficiências, no homem, por exemplo, são de origem genética, como a hemofilia, o daltonismo, a síclemia e a síndrome de Down. Outras são adquiridas, como a amputação de membros ou a perda de visão ou audição.

A espécie humana distingue-se pela evolução cultural e pela socialização altruísta. Portanto, se, como mostra a teoria da evolução, a vida é injusta, a sociedade não deve sê-lo. A deficiência passa a ser definida como a falta de possibilidade de desempenho na sociedade, que não oferece um

nicho a certos indivíduos. A deficiência existe em função da organização social estabelecida pela maioria. O período diurno de atividade, os edifícios e seus acessos, os meios de transporte e os sinais de trânsito são todos dirigidos aos que possuem membros e órgãos dos sentidos funcionais, dentro da faixa de adaptação da espécie humana.

H.G.Wells publicou um conto em que ilustra a relatividade do conceito de deficiência. Um esquiador perde o controle e termina em um vale isolado, onde vive uma população inteira de cegos. Em lugar de ser reconhecido como Rei – em terra de cegos –, não consegue desempenhar as tarefas mais simples, pois toda a organização social estava adaptada às necessidades e possibilidades dos cegos. Basta lembrar que, em uma cidade estranha, à noite, sob blackout, o melhor guia será um cego. Cegos desenvolvem maior acuidade auditiva e sensibilidade tátil. Durante a Segunda Guerra Mundial, verificou-se que indivíduos daltônicos podiam enxergar através da camuflagem, em fotos infravermelho, que enganavam os olhos normais. Kohl descobriu que indivíduos surdos adquirem grande capacidade de distinguir a linguagem corporal, que passa despercebida pelos que possuem audição normal. Habitantes das altitudes elevadas possuem maior número de hemácias que os que vivem em terras baixas.

Herzlich e Pierret (1991, p. 131), ao discutirem o papel social do doente, ressaltam que

...c'est aussi et même surtout comme individu inactif et improductif que le malade se donne à voir. C'est donc à un statut social – celui de l'incapacité – que renvoient aujourd'hui la maladie et le corps malade: la rupture de la capacité à faire et de l'intégration sociale, ainsi que le rapport à la médecine, plus que la transformation de l'apparence, marquent aujourd'hui le corps malade.

É necessário, assim, firmar o conceito de integração social como fator de qualidade de vida. Se a sociedade oferecer *nichos sociais*, ou seja, condições apropriadas ao desempenho, trabalho, diversão, aos agora considerados deficientes, estes deixarão de sê-lo. A Constituição não pode impedir a deficiência, mas pode garantir a seus portadores as condições para que seus portadores possam desempenhar, com eficiência, as funções sociais. Herzlich e Pierret (1991, p. 60) citam a afirmação de doentes crônicos que dizem: “Je ne suis pas un malade ... signifiant par là – outre le caractère non visible de leur atteinte corporelle dont nous avons analysé l'importance quant à l'image du mal d'aujourd'hui – la persistance de leur intégration sociale par le travail notamment”.

A saúde oficial

A Organização Mundial da Saúde parafraseou, como definição oficial, aquela que foi proposta para **ajustamento** psicológico. Kohl (1994, p. 129) cita a definição de Redl e Wattenberg: “... adjustment ... means the ‘ability of an individual to live harmoniously with his environment – physical, social, intellectual, and moral...’”.

Na prática, define-se a saúde como a ausência de doença declarada, de dor e de dificuldade ou impossibilidade de exercer suas funções e obrigações sociais, como trabalhar. Entretanto, é necessário distinguir sua manifestação nos distintos níveis de complexidade, celular, individual, social e do ecossistema. Deixando à parte os níveis celular e organismal, com seus aspectos patológicos particulares, é importante notar que uma infecção afeta um indivíduo, que as doenças transmissíveis exigem uma densidade populacional mínima para se estabelecerem e que as epidemias e zoonoses envolvem ecossistemas ou sistemas ecológicos complexos para os quais colaboram fatores como o clima, solo, água, luz, vetores e reservatórios.

A medicina moderna, cada vez mais dependente de alta tecnologia de diagnóstico e tratamento, cara e desvinculada do hospital tradicional, restringe-se a tratar das anomalias observáveis na estrutura ou no funcionamento dos órgãos e sistemas. Sociólogos da medicina apontam estas como sendo as principais causas da popularidade de sistemas e práticas ditos alternativos. O custo crescente dos procedimentos médicos nos Estados Unidos foi discutido por Crichton (1970), que conclui que “a growing proportion of that cost derives from legislation passed by American politicians, who are not accountable for costs they impose”.

No Brasil, dentre os direitos fundamentais garantidos pela Constituição, a saúde aparece entre os Direitos Sociais (Art. 6º do Cap. II). Na Ordem Social, seção II, o Art. 1º define: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Não há, entretanto, definição de saúde. Por outro lado, o que o Estado deve assegurar é o **direito à doença**. Herzlich e Pierret (p. 212, 218) historiaram a evolução do **direito à doença**, isto é, à inatividade legítima e dos direitos dos trabalhadores à assistência médica, que levaram à medicalização do direito e do papel social e a condição de doente descrita por Talcott Parsons.

A saúde possível

É indispensável que se defina o que se pode esperar e exigir do Estado como direito individual e social. É evidente que este não pode garantir a felicidade prometida na definição da OMS. Acresce que, sendo a doença um fenômeno biológico, natural, com componentes sociais e ecológicas, e a morte, o resultado final, universal do ciclo vital, não é possível assegurar que todos devem morrer constitucionalmente saudáveis.

Até o início do século XX, os diagnósticos eram precários, dependentes mais da acuidade dos sentidos do clínico que de técnicas e equipamentos sofisticados. O médico, com seus sentidos treinados, fazia o diagnóstico e formulava a receita a ser aviada pela farmácia de manipulação. Os recursos terapêuticos eficientes eram reduzidos até a década de 1930. Hospital era o último recurso e a cirurgia, um procedimento excepcional, com taxas de até 80% de mortalidade.

Hospital tem a mesma raiz de *hospício*, *hotel*, *hospedaria*, *hóspede*. Originalmente, designava um abrigo destinado a viajantes e indigentes desvalidos. Não se destinava necessariamente ao tratamento dos doentes, mas ao repouso e, geralmente, à morte. Durante a Idade Média, cuidados corporais, ervas e simples eram oferecidos pela igreja, especialmente pelos conventos e mosteiros. A enfermaria destinava-se aos religiosos, que ali se recuperavam de longos jejuns, flagelações, sangrias e penitências. Ocasionalmente, nobres e peregrinos eram ali recebidos. Uma casa situada na muralha externa atendia os comuns.

Na Inglaterra, Henrique VIII firmou, em 1511-2, a primeira lei que retirava os cuidados médicos da alçada da Igreja e os atribuía ao Estado. Em 1542, o Parlamento reconheceu a falta de profissionais e permitiu que leigos exercessem a medicina, sem direito a pagamento. A enfermagem profissional surgiria somente no século XIX. Na França, um sistema hospitalar modelo foi estabelecido em 1544 por François I, destinado aos pobres. Enquanto a disputa entre médicos e cirurgiões se estendia, o rei James I, em 1606, distinguiu os farmacêuticos dos comerciantes de especiarias e alimentos. Na Inglaterra, a cirurgia deixou as barbearias em 1745, malgrado a resistência da Company of Barber Surgeons. Somente em 1709 a frequência ao hospital e a prática do exame clínico de pacientes foram introduzidos no ensino médico.

A evolução recente dos hospitais, historiada por Crichton (1970), deveu-se à evolução das teorias sobre infecção – e infecção hospitalar; dos re-

curso terapêuticos, da anestesia, da cirurgia e dos métodos de diagnóstico. No século XIX, contava-se com o estetoscópio, esfigmomanômetro, termômetro, raios X e laboratório de análises clínicas. Nos dias de hoje, a precisão nas medidas e as novas maneiras de obter novos dados retiraram do hospital a função de fazer diagnóstico, transferida para centros computadorizados de bio-imagem. Os hospitais passaram a abrigar doentes agudos ou crônicos em fase crítica e atuam no tratamento curativo e nos procedimentos cirúrgicos. Não exercem qualquer papel na prevenção de doenças, na busca ativa de pacientes, na saúde pública e nos levantamentos epidemiológicos.

A multiplicação de hospitais não melhora os níveis de saúde pública e não previne a doença. O Ministério da Saúde substituiu a Igreja, e a saúde passou a ser obrigação do Estado. A doença deixou de ser vista como castigo e prova de culpa ou de pecado. O médico de família foi substituído pela equipe de plantão e perdeu-se a possibilidade de descobrir, através das pequenas mudanças nas condições individuais, o início precoce de uma enfermidade. Diluiu-se a responsabilidade e dificultaram-se os procedimentos, sujeitos às horas de visita e de troca de equipes. Uma nova equipe examina o paciente pela primeira vez e perde o sentido da evolução de sintomas, nos intervalos. Do diagnóstico e tratamento artesanais à padronização de exames e terapêuticas, chegou-se à medicina *prêt-à-porter*. Houve um aumento crescente no custo das internações em consequência da maior complexidade dos equipamentos e das equipes que os operam, dos custos dos medicamentos, do controle do ambiente hospitalar, das unidades de terapia intensiva e da sofisticação dos laboratórios.

O Estado tem condições e obrigação de garantir e proporcionar condições de moradia e de trabalho saudáveis, que resultam na prevenção de doenças, através da higiene pública e saneamento, mantendo a boa qualidade do ar, solo, e água e com o controle de reservatórios e vetores a eliminação de poluentes – em lugar de recomendar o uso de soro caseiro quando ocorrem as diarreias causadas pelo uso de água contaminada servida às residências. Deve supervisionar as condições de trabalho e controlar as doenças evitáveis por vacinação, através de cronogramas bem planejados. Exercer a vigilância sanitária e epidemiológica, zelando pela qualidade dos alimentos, medicamentos e outros produtos. Proporcionar a realização de exames preventivos, implementar a legislação urbana e viária, visando à redução de acidentes. Enfim, zelar pela segurança pública e educação para a saúde. Muitas dessas ações devem ser centralizadas, para que sejam eficientes.

Referências

- AVILA-PIRES, F. D.. On the concept of disease. *Rev. Hist. Human. Med.*, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2008.
- BERGANDI. Fundamentals of ecology de E.P.Odum: véritable “approche holiste” ou reductionnise masqué?. *Bull. Ecol.*, v. 24, n. 1, p. 57-68, 1992.
- BERLINGUER, G. *A doença*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BERNARD, C. *La science expérimentale*. 5ème éd. Paris: J.-B-Baillière, 1911.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CRICHTON, M. *Five patients*. New York: Balantine, 1970.
- HERZLICH, C.; PIERRET, J. *Malades d’hier, malades d’aujourd’hui*. Paris: Payot, 1991.
- KOHL, H. Creative maladjustment. In: *I won’t learn from you*. New York: The New Press, 1994.
- REDL, F.; WATTENBERG, W. *Mental hygiene in teaching*. Harcourt, N.York: Brace & World, 1951.
- WELLS, H. G. *Selected short stories*. London: Penguin, 1965.
- SÄLJÖ. Learning from reading. In: F. MARTON.; HOUNSELL, D. J.; ENTWISTLE, N. J. (eds.). *The experience of learning*. Edinburgh: Scottish Acad. Press, 1984. (Cit. In: LAURILLARD, D. *Rethinking University teaching*. London: Routlege, 1993).
- SPERBER, D. *La contagion des idées*. Paris: Odile Jacob, 1996.

A pandemia de Covid-19: reflexões sobre ciência, políticas de saúde e interdisciplinaridade¹

Márcia Grisotti

Introdução

Pandemias ocorreram ao longo da história e ocasionaram profundas rupturas no sistema social. O que aprendemos com a história social das epidemias? Apesar do avanço científico e tecnológico dos últimos séculos dispomos, em termos práticos e no curto prazo, apenas de dispositivos e práticas de biossegurança anteriores à descrição da teoria dos germes: a quarentena, a instalação de cordões sanitários nas fronteiras dos Estados-Nações (assim chamados a partir do final do século XVIII) e uso de máscaras.

Somente no século XX, houve três surtos de gripe pandêmica, cada uma diferente no que se refere aos agentes etiológicos, epidemiologia e severidade da doença, sendo que duas delas (1957 e 1968) ocorreram dentro do período da moderna virologia (KILBOURNE, 2006). A gripe de 1918-19, na qual ao menos 50 milhões de pessoas pereceram no mundo, resultou em poucos monumentos de memória e foi de certa forma esquecida pela coletividade da sociedade (HONIGSBAUM, 2020). Ainda assim, especialistas em doenças infecciosas emergentes, especialmente as de origem zoonótica², vêm alertando há décadas sobre possíveis epidemias em escala global a partir do transbordamento das fronteiras entre as espécies, ou seja, sobre as formas como certos microorganismos que infectam animais selvagens ou domésticos conseguem “pular” e se adaptar na espécie humana, causando doenças e mortes (GRISOTTI; GRANADA; BIRRIEL, 2022). No en-

¹ Este artigo é uma versão revisada e ampliada do artigo *Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais*, publicado na revista *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, 2020.

² Revistas científicas como *Emerging Infectious Diseases* e *Transboundary and Emerging Diseases*, além várias revistas nacionais, como a *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*.

tanto, ainda existem pessoas (e mesmo cientistas) que se surpreenderam com a emergência da pandemia de Covid-19.

No início do ano de 2020, fomos confrontados diante de uma doença infecciosa emergente, para a qual não havia tratamento, nem vacina, nem imunidade preexistente. Além disso, os processos de tomada de decisões estavam baseados em protocolos que mudavam conforme os contornos dinâmicos apresentados pela origem e distribuição do vírus (e da infecção) em diferentes indivíduos e grupos; em conhecimento científico ainda incipiente (apesar do intenso esforço de equipes internacionais de pesquisas), especialmente sobre o papel dos portadores assintomáticos, sobre a relação entre infecção e imunidade e sobre a especificidade e sensibilidade dos testes diagnósticos. Nesse contexto de incertezas, fomos forçados a alterar a rotina e os laços sociais, através do distanciamento físico (erroneamente chamado de “social”)³ que permite a redução da velocidade de dispersão do vírus e, conseqüentemente, do número de pessoas que, simultaneamente, precisariam da estrutura hospitalar de alta complexidade para o tratamento dos sintomas graves.

As medidas de isolamento (ou a resistência a elas) são práticas com múltiplas variantes, dependendo de quem e onde é isolado. Sua implantação, enquanto estratégia de saúde pública, colocou em evidência os múltiplos desafios e conseqüências sociais, que vão desde a experiência individual da pandemia, com as restrições de contato e circulação, até as relações entre os Estados-nações com o fechamento de fronteiras.

Enquanto experiência individual e coletiva, a pandemia rompeu a segurança ontológica que, de forma mais ou menos contínua, nos garantia um cotidiano vivido com base em normas, rotinas e expectativas estáveis, sustentadas socialmente em nossas práticas sociais (GOFFMAN, 2002), assim como provocou o desencaixe dos sistemas sociais, que, segundo Giddens (1991, p. 29) se refere ao “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço”. A percepção do risco da doença modificou, de

³ O uso do termo “social” para se referir ao distanciamento é equivocado, primeiro porque é impossível imaginar que os indivíduos possam viver muito tempo em distanciamento social, segundo porque o que as campanhas demandavam à população, de fato, é que se mantivessem pelo menos há dois metros de distância (o que implica em distância física, não social). Além disso, conexões e relações sociais podem ser (e foram) estabelecidas durante a pandemia (basta ver quantas experiências *online* foram criadas no período) evidenciando as adaptações do sistema social para manter graus de coesão social.

diferentes formas. As relações de contato entre amigos e familiares e as relações de trabalho e lazer e seus impactos a longo prazo ainda precisam ser analisados; e as desigualdades sociais, refletiram-se nas disparidades em saúde, gerando efeitos perversos que ainda devem ser sentidos nos próximos anos. O peso das desigualdades sociais e a existência de muitos grupos vulneráveis se tornaram evidentes no momento da adoção de medidas de contingência para o controle de epidemias. Afinal, como estão propostas as medidas de distanciamento para grupos vulneráveis economicamente? Como viabilizar a higiene em locais carentes de infraestrutura básica de saneamento? (No Brasil, 48% da população não tem coleta de esgoto). Em geral, a resposta era: *nesse caso não há o que fazer no momento!* A crise de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19 foi marcada por incerteza, sofrimento e pânico, mas, ao mesmo tempo, desafiou nossas visões obrigando-nos a “colocar na mesa” velhos problemas não resolvidos ou naturalizados: a epidemia evidenciou, de forma muito mais latente, os enormes problemas sociais e econômicos que já existiam antes da epidemia no país.

Em outro lado desse cenário, os profissionais de saúde foram impactados de tal forma que se torna relevante refletir de que modo a formação acadêmica os prepara para trabalhar em contextos de riscos e incertezas.

A crise sanitária provocada pela disseminação da Covid-19 revelou, também, uma série de problemas decorrentes do comércio e da circulação rápida de mercadorias, pessoas, animais, plantas e microrganismos. Tais problemas impactaram profundamente, embora de forma diferenciada, as esferas globais, regionais e locais de gestão da pandemia, especialmente em relação às diretrizes de governança global em saúde estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a sua aplicação efetiva em todas essas esferas de gestão (GRISOTTI, 2016, 2020). Com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde, muitos governos fomentaram a criação de protocolos, redes de cooperação internacionais, medidas de mitigação e de prevenção, dentre elas o isolamento físico, fechamento de fronteiras, a instituição de quarentenas e o uso de máscaras –medidas essas já conhecidas de outros eventos epidêmicos.

A novidade nesta pandemia, além das vacinas viabilizadas em curto tempo, foi a criação e difusão de modelos estatísticos de difusão logarítmica da doença, os chamados *dashboards*, caracterizados como ferramentas visuais para comunicar dados sobre a Covid-19, informar os tomadores de decisão (gestores) e incentivar as mudanças de comportamento (IVANKO-

VLÆ *et al.*, 2021). Muito embora, é preciso dizer que, na década de 1840, William Farr, chefe de estatística do escritório de registro geral do Reino Unido, já havia começado a usar estatísticas para medir as variações na saúde da população e a ocorrência de epidemias (HONIGSBAUM, 2020). A diferença na pandemia de Covid-19 foi a velocidade com que esses modelos, estatísticas e informações foram disseminados, tanto oficialmente quanto pelas mídias sociais ao redor do mundo.

Contudo, a implementação destes dispositivos e protocolos de prevenção não foram homogêneos nos países afetados pela pandemia. Alguns países investiram maciçamente na testagem e rastreabilidade sistemática dos casos positivos, na busca rápida por equipamentos de proteção individual, na comunicação e adoção de medidas de prevenção não medicamentosa e na pesquisa de vacinas, enquanto outros aderiram às diretrizes das instituições de saúde de forma desarticulada e, em determinados contextos, em oposição a elas, sustentadas por alegações conspiratórias e anticientíficas. Esta discrepância nos leva a refletir sobre o papel dos líderes políticos nos problemas de saúde global e sobre as formas de obtenção de aceitabilidade e consenso social em torno dos comportamentos e das práticas sociais de exposição aos riscos de contaminação. Como assinalado por Lindstrom (2020), os conflitos entre liberdade individual e saúde coletiva fomentaram, em alguns países, um excesso de confiança na responsabilidade individual na pandemia em contraposição às abordagens centradas na comunidade, na medicina baseada em evidências e na coordenação interdependente com a OMS e outros países (GRISOTTI; GRANADA; BIRRIEL, 2022).

No contexto de um mundo globalizado, o distanciamento “social”, preconizado como medida oficial dos governos para conter a curva epidêmica do Covid-19, trouxe, como consequência, profundos impactos sociais, culturais e econômicos, assim como estratégias de resiliência frente às incertezas. São inúmeras as dimensões de análises (estruturais e subjetivas) advindas dessa experiência, assim como a prospecção de novas agendas de pesquisas: a capacidade de resposta do sistema de saúde, a capacidade de registro e notificação de epidemias, a produção de conhecimento sobre o vírus, a doença e os doentes, os impactos econômicos, o papel da Organização Mundial da Saúde frente aos novos atores em saúde global, a fragilidade do pacto federativo no Brasil (relações entre os governos estaduais, municipais e federal) na gestão da pandemia, as diferentes reações dos líderes políticos, a tensão entre liberdade individual e as medidas de saúde pública,

a definição de atividades essenciais, as novas configurações do trabalho e do domicílio em momento de confinamento, a noção de corpo saudável e de imunidade, o cuidado com idosos e grupos vulneráveis, as regras de higiene e uso de máscaras protetoras, as narrativas em relação à vivência em isolamento *físico*, a percepção pública da ciência, as notícias falsas, entre outras.

Das várias dimensões analíticas sobre a pandemia vou me deter, neste artigo, em alguns aspectos que podem alimentar o debate sobre por que, apesar de inúmeras pesquisas publicadas sobre doenças infecciosas emergentes e dos alertas sobre possíveis epidemias em escala global, nos surpreendemos com a pandemia de Covid-19. Um aspecto do debate é interno à ciência e diz respeito a uma certa tensão entre algumas abordagens teóricas, entre elas da transição epidemiológica e da emergência das doenças infecciosas; e outro aspecto está relacionado com as políticas de saúde pública, especialmente o impacto da (sub)notificação das doenças de notificação obrigatória e a falência no reconhecimento e registro de doenças incomuns.

Limites da abordagem da transição epidemiológica

Refiro-me especificamente às controvérsias em torno da teoria da transição epidemiológica e o impacto que o conceito de doenças infecciosas emergentes possui na forma de *pensar relacionalmente* (ELIAS, 1999; BOURDIEU, 1998; DÉPELTEAU, 2018) as interações humanos-animais-ambiente e, consequentemente, na defesa da perspectiva interdisciplinar da produção de conhecimento.

As expectativas de controle e erradicação de doenças infecciosas e parasitárias – com o advento da teoria da origem microbiana das doenças infecciosas, seguidas pela produção de soros e vacinas no fim do século XIX, bem como pela descoberta de sulfas e antibióticos no século XX – não se confirmaram. A emergência da Aids, de um grande número de doenças zoonóticas no final do século XX e da descoberta da origem infecciosa de muitas doenças crônicas fragilizou o conceito de transição epidemiológica, no qual supunha-se (ou especulava-se) que as doenças infecciosas e parasitárias dariam lugar às condições crônicas e degenerativas como as principais causas de mortalidade e morbidade humana (GRISOTTI; AVILA-PIRES, 2010, 2016).

Além disso, o tempo da ciência é elástico e limitado em comparação com o tempo de dispersão dos microrganismos. Estes são versáteis e pos-

suem um amplo alcance de adaptações às condições ambientais adversas. Avanços no entendimento sobre os seus processos biológicos, na produção de novas gerações de medicamentos e vacinas e no melhoramento de barreiras sanitárias para impedir sua dispersão têm se mostrado mais lentos do que a capacidade de mutação, recombinação e dispersão demonstrada pelos microorganismos (OCHMAN; LAWRENCE; GROISMAN, 2000). No caso da Covid-19, a distância entre o tempo da ciência (necessário para produzir conhecimento e apontar caminhos terapêuticos) e o tempo da infecção e suas consequências colocou outros impasses, como a tese da *herd immunity*, defendida inicialmente pelos governos da Holanda e Inglaterra, como uma estratégia alternativa ao *lockdown*. Essa tese estava fundamentada em estudos que, posteriormente, foram reformulados pelos próprios cientistas, em função da dinâmica da doença e das mortes e também pela falta de estrutura hospitalar para tratamento de casos graves. Do ponto de vista social, essas medidas tomadas incertezas provocaram, também, estratégias de enfrentamento que não coincidiam com as prescrições médicas baseadas em evidências, como ocorreu com um prefeito que autorizou o uso de um remédio homeopático (à base de cânfora) para ser administrado à população de seu município através dos agentes de saúde (medida que foi suspensa por uma determinação do ministério público), ou ainda das diversas receitas populares de suplementos vitamínicos que, supostamente, aumentariam a imunidade, assim como através do movimento Médicos pela Vida. Neste sentido, durante a pandemia a sociedade brasileira foi impactada pelo acirrado debate em torno das disputas pelos “regimes de verdade” (FOUCAULT, 2012) que versam as formas de enfrentamento da infecção e da doença, sobretudo em relação à vacinação e ao chamado “tratamento precoce”, termo que durante a pandemia no Brasil, foi utilizado para designar o uso do popularmente chamado “kit covid” em pacientes com diagnóstico da Covid-19 (FERRARI *et al.*, 2022).

O desmatamento progressivo e a antropização dos ambientes naturais comprometeram amplamente alguns nichos ecológicos, onde os coronavírus da vida selvagem geralmente estão confinados. Além disso, o consumo humano de animais silvestres e sua venda em locais insalubres juntamente com a expansão contínua das terras agrícolas em áreas selvagens, o contato com o gado, animais domésticos e selvagens, o *boom* mundial da produção e tráfego de bovinos e as migrações forçadas (por questões ambientais, econômicas ou políticas) vêm sendo responsáveis pela transbordamen-

to das barreiras entre as espécies e a emergência de doenças zoonóticas emergentes em várias regiões do mundo (DECARO, *et al.*, 2010; CASCIO *et al.*, 2011). Esses fatores de emergência fazem parte de várias publicações científicas e subsidiam ações, como a iniciativa One Health (composta por indivíduos da sociedade civil e organizações científicas e profissionais, especialmente da área médica e veterinária), que incentiva estratégias mundiais para expandir as colaborações e comunicações interdisciplinares em todos os aspectos de atenção à saúde entre humanos, animais e meio ambiente (WOODALL, 2001). Decaro *et al.* (2020) apontaram que a longa experiência adquirida com pesquisas de certos tipos de coronavírus em animais no campo da medicina veterinária poderia ser útil para abordar a origem e disseminação do SARS-CoV-2 e para fornecer modelos para entender fatores que precipitam pneumonia grave em pacientes com Covid-19, seguindo a abordagem da One Health. No entanto, a falta de articulação entre as ciências médicas e a medicina veterinária, entre a pesquisa microbiológica e a epidemiologia, entre estas áreas acadêmicas citadas e as ciências sociais, bem como a falta de articulação entre os serviços públicos de vigilância epidemiológica (no setor da saúde) e a vigilância animal (no setor da agricultura/pecuária), tendem a dificultar as ações de vigilância e controle das zoonoses e dos patógenos que cruzam as fronteiras de espécie (GRISOTTI, 2003; MEDITSCH, 2006; SANTOS, 2013).

Por outro lado, o conceito de doenças infecciosas emergentes, seja aquele defendido através de uma abordagem pragmática pelo CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos), seja aquele pela abordagem histórico-epistemológica realizada por Grmek (1993; 1995), defendido, também provocou um impacto sobre a forma de compreender o caráter interdependente das interações humanos-animais-ambiente. Grmek (1993) apresentou quatro situações nas quais as doenças poderiam ser classificadas: 1) ela existia antes de ser reconhecida pela ciência; 2) ela já existia mas aumentou em seu grau de letalidade em função de mudanças qualitativas e quantitativas em seu ambiente (o caso da *Legionella*, uma bactéria simples mas letal quando concentrada em precários sistemas de refrigeração/calefação); 3) ela foi introduzida em uma região onde não existia anteriormente (o caso das diversas doenças ditas tropicais); 4) ela emerge a partir da passagem de um reservatório não humano para humano (o caso das inúmeras doenças zoonóticas). Para Grmek (1993), a única possibilidade de uma doença ser considerada como nova advém da possibilidade de aci-

dentes ocasionados por manipulação de organismos patogênicos em laboratório, bioterrorismo ou manipulações genéticas. Porém, mesmo nessa possibilidade Grmek reconhece a existência de uma certa continuidade com o passado, pois nenhum organismo poderia originar-se de geração espontânea (GRISOTTI; AVILA-PIRES, 2010; GRISOTTI, 2016).

Como as ações em saúde pública global dependem do conhecimento sobre a incidência e prevalência de doenças (ou em outras palavras, do que circula no ambiente), paralelamente às situações apontadas por Grmek, incluímos uma outra situação que consideramos crucial para determinar a emergência de uma doença: o papel da subnotificação das doenças de notificação obrigatória e a falência no reconhecimento e registro de doenças incomuns (GRISOTTI; AVILA-PIRES, 2010; 2016). Esse aspecto tem sido um dos maiores limitadores do processo de vigilância e controle das doenças, pois o êxito dessas ações são obtidas se os dados de registro forem corretos e coletados sistematicamente. Como eles dependem das esferas locais de gestão do sistema de vigilância em saúde, isso afeta consideravelmente as expectativas em torno das atividades em saúde global. Em um mundo de Estados-nações soberanos, a saúde continua a ser primariamente uma responsabilidade nacional e, apesar dos acordos e regulações internacionais sobre a segurança global em saúde, os dados que alimentam o sistema são produzidos localmente e, nessa esfera, fatores extraepidemiológicos influenciam o interesse em registrar e notificar doenças (GRISOTTI, 2016). No caso da Covid-19, cabe indagar se é a falta de testes ou uma estratégia interna de alguns países a causa da subnotificação do número real de casos confirmados e/ou de mortes.

O impacto da (sub)notificação das doenças

O papel da notificação das doenças de notificação obrigatória e do reconhecimento e registro de doenças incomuns nos leva a outro aspecto do debate que situa-se no âmbito das políticas de saúde pública. Assim como ressaltamos a perspectiva relacional e interdisciplinar na produção do conhecimento, este é válido para a necessária articulação e interdependência entre os vários setores vinculados à gestão em saúde e meio ambiente. O Estado brasileiro avançou na implantação da cobertura de assistência médica universal de saúde, viabilizada pelo SUS (desde a Constituição de 1988). Porém, se avançamos em assegurar assistência médica à população, o mes-

mo não pode ser dito em relação às medidas de saúde pública. A incipiente política de controle de vetores, as falhas no processo de registro e notificação de doenças infecciosas e parasitárias, incluindo várias doenças consideradas como negligenciadas, e a falta de articulação entre os setores de vigilância em saúde humana e animal são alguns exemplos para mostrar que não sabemos, de fato, o que realmente circula no ambiente. Sem esses dados, como fazer política pública, prospectar cenários e formular propostas de mitigação em casos de novas pandemias?

Recolocando, neste contexto, a centralidade das pesquisas científicas sobre doenças infecciosas emergentes (especialmente as de origem zoonótica) articuladas com os serviços de vigilância epidemiológica, é inevitável a defesa da formação do conhecimento interdisciplinar (por exemplo, entre a ciência médica e a veterinária) e da gestão interdependente dos setores e órgãos públicos ligados à saúde, para fomentar as políticas de saúde global na antecipação de novos eventos similares à pandemia de Covid-19. Funto-wicz e Ravetz já apontavam, em seu lendário artigo publicado em 1994, a necessidade de um novo entendimento da ciência para situações em que “fatos são incertos, riscos altos, valores em disputa e decisões urgentes”, a ciência pós-normal. No contexto da Covid-19, Waltner-Toews *et al.* (2020, p. 2) reiteraram os limites da ciência normal apontados pelos autores do artigo acima referido, sugerindo um novo contrato de *expertise*:

Normal science has demonstrated great power in identifying viral structures, attachment sites, and pathogenic mechanisms. All these are essential for diagnostic and treatment regimes. However, to answer questions related to managing these technologies, including setting priorities when, for instance, respirators and hospital beds reach their limit, and for identifying how to organize institutional structures, Normal Science offers no guidance at all.

Tanto na produção do conhecimento quanto na gestão dos serviços de saúde pública, as ciências sociais possuem um papel fundamental: Quem poderá intermediar as relações entre os pesquisadores da área da saúde humana e animal (ciência), a sociedade (com os diferentes interesses sociais e econômicos envolvidos), os técnicos da vigilância epidemiológica e os gestores do sistema de saúde, especialmente quando o processo de tomada de decisão envolver mudanças de hábitos e comportamentos? Epstein (1995) menciona a conclusão de uma conferência realizada por agências internacionais de saúde na qual o maior impedimento para o monitoramento e a detecção das doenças é a fragmentação da epidemiologia e sua não integração com outras disciplinas científicas; sugerindo a formação de uma meto-

dologia integrativa e o reconhecimento da importância dos fatores econômicos e sociopolíticos no uso dos recursos naturais, na direção das mudanças globais e na determinação das exposições, vulnerabilidades e acessos aos tratamentos. Janes *et al.* (2012), através de vários exemplos, reiteram também a importância das ciências sociais na criação de respostas apropriadas em saúde pública em relação aos riscos e emergência de epidemias.

Portanto, os estudos históricos e socioantropológicos são fundamentais para compreender as redes de interdependências entre o biológico e o social, para além da definição pragmática do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC/EUA), segundo o qual as doenças infecciosas emergentes são aquelas que apareceram recentemente em uma população ou aquelas que já existiam, mas que, por algum motivo, estão se espalhando mais rapidamente em termos de incidência ou distribuição geográfica (LEDERBERG *et al.*, 1992).

Nesse contexto, as ciências sociais através de suas peculiares ferramentas teóricas e metodológicas, detêm a chave para desvendar as trajetórias humanas e os fatores negligenciados na gestão da pandemia. A Organização Mundial da Saúde, em sua 75^a assembleia geral, realizada em maio de 2022, definiu como prioridade o investimento em pesquisas e parcerias com as *behavioral sciences* (ciências comportamentais), reiterando a necessidade de abordagens interdisciplinares nos estudos e na gestão de eventos que afetem a saúde global. A Covid-19 (e seu vírus transmissor, Sars-Cov2) emergiu, pelo que se conhece até o momento, de um fator comportamental, portanto pensar sobre medidas de prevenção e antecipação envolvem não apenas o avanço na produção de conhecimento científico sobre agentes patogênicos, vetores e reservatórios de doenças, realizada por especialistas da área da microbiologia, virologia, etc., mas também o avanço nos estudos sobre as relações estabelecidas entre humanos, animais não humanos e meio ambiente, as percepções e comportamentos de indivíduos e populações em relação ao processo saúde-doença. As transformações sociotécnicas e políticas em matéria de gestão de doenças infecciosas emergentes (COLLIER; LAKOFF; RABINOW, 2004), bem como os fatores sociais envolvidos no sistema de rastreabilidade, triagem e pesquisa de população animal sentinela, que permite lançar alertas em caso de emergência de novos patógenos (KECK, 2020), são exemplos de uma área de pesquisa promissora nas ciências sociais.

Em todas estas dimensões, destacamos a importância de novas formas de comunicação pública da ciência, que possam traduzir as incertezas do conhecimento científico e fomentar práticas de saúde pública baseadas em evidências, sem gerar pânico social.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Introdução a uma sociologia reflexiva*. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 17-58.
- CASCIO, A. *et al.* The socio-ecology of zoonotic infections. *Clin Microbil Infect*, v. 17, p. 336-342, 2011.
- DECARO, N. *et al.* Covid-19 from veterinary medicine and one health perspectives: What animal coronaviruses have taught us. *Res Vet Sci Aug*, v. 131, p. 21-23, 2020.
- DÉPELTEAU, François. Relational Thinking in Sociology: Relevance, Concurrency and Dissonance. In: DÉPELTEAU, F. (eds.). *The Palgrave Handbook of Relational Sociology*, Palgrave Macmillan, p. 3-33, 2018.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- EPSTEIN, P. R. Emerging Diseases and Ecosystem Instability: New Threats to Public Health. *Am J Public Health*, v. 85, n. 2, p. 168-172, 1995.
- Ferrari, Isaura *et al.* “Early Treatment”, Anti-Vaccination, and Denialism: who are the Doctors for Life in the Covid-19 pandemic context in Brazil? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4.213-4.213, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222711.09282022en.
- FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants*. Paris: Gallimard-Seuil, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad.: Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOFFMAN, Erwing. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GRMEK, Mirko. D. Declin et émergence des maladies. *Hist. Cienc. Saude-Manguinhos*, v. 2, p. 9-32, 1995.
- GRMEK, Mirko. Le concept de maladie émergente. *Hist. Phil. Life Sci.*, v. 15, p. 282-296, 1993.
- GRISOTTI, M.; AVILA-PIRES, F. D. The concept of emerging infectious disease revisited. In: MUKHERJEA, A. (ed.). *Understanding emerging epidemics: social and political approaches*. Advances in medical sociology. v. 11. Londres: Emerald, 2010.
- GRISOTTI, Marcia. Governança em saúde global no contexto das doenças infecciosas emergentes, Dossiê: Estado e sociedade em tempos de transnacionalismo. *Civitas*, v. 16, n. 3, p. 377-398, 2016. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23418>.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais, *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300202>.

GRISOTTI, Marcia; GRANADA, Daniel; BIRRIEL, Mariana L. *Revista del Cesla. International Latin American Studies Review*, n. 29, p. 1-10, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2022.29.1-10>.

GRISOTTI, M. *Saúde e meio ambiente: a construção médica e popular de uma doença infecciosa emergente*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

HONIGSBAUM, M. Revisiting the 1957 and 1968 influenza pandemics. *The Lancet*, n. 395, p. 1.824-1.826, 2020.

IVANKOVLÆ, D. *et al.* Features constituting actionable Covid-19 dashboards: Descriptive assessment and expert appraisal of 158 public web-based covid-19 dashboards. *Journal of Medical Internet Research*, v. 23, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.2196/25682>.

JANES, C. R. *et al.* Emerging infectious diseases: the role of social sciences. *The Lancet*, v. 380, n. 1, 2012.

KILBOURNE, E. D. Influenza pandemics of the 20th century. *Emerging Infectious Diseases*, v. 12, n. 1, p. 9-14, 2006. <https://doi.org/10.3201/eid1201.051254>.

LEDERBERG, J.; SHOPE, R. E.; OAKS, S. C. (eds.). *Emerging infections: Microbial threats to health in the United States*. The National Academy Press, 1992.

LINDSTROM, M. The Covid-19 pandemic and the Swedish strategy: Epidemiology and post-modernism. *SSM – Population Health*, (11), 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2020.100643> / [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31201-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31201-0)

MEDITSCH, R. G. M. *O Médico veterinário, as zoonoses e a Saúde Pública: um estudo com profissionais e clientes de clínicas de pequenos animais em Florianópolis, SC, Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

OCHMAN, H.; LAWRENCE, J. G.; GROISMAN, E. A. Lateral gene transfer and the nature of bacterial innovation. *Nature*, v. 405, p. 299-304, 2000.

SANTOS, C. A. *O Brasil e o mercado internacional de carne bovina no contexto de doenças infecciosas emergentes: uma análise sociopolítica dos programas de sanidade animal e de normativas de segurança*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

WOODALL, John. Global surveillance of emerging infectious disease: the ProMED-mail perspective. *Cadernos de Saúde Publica*, v. 17 (supl.), p. 147-154, 2001.

Mapping the fluidity of frontiers: the *ontological plasticity* of the human embryo in the (re)evaluations among ART beneficiaries¹

Luís Gouveia
Catarina Delaunay

Introduction

Biomedicalization refers to a set of central transforming processes of the constitution, organization, and practices in contemporary medicine, in the sense of its *technoscientization* (CLARKE *et al.*, 2003; AUGUSTO, 2004). As an expression of this transformative dynamic, the scientific development associated with Assisted Reproductive Technology (ART) allows the fertilization of an egg by a sperm cell in a laboratory context – the accomplishment of the parental project outside the female’s uterus. Thus, with the development of biotechnology, new beings emerge, namely the figure of the *techno-fetus* (BOLTANSKI, 2013 [2004]) – a category of fetus developed in a laboratory within the context of ART.

The human embryo is a scientific object that triggers dilemmas, resulting from different representations produced at a categorical, moral and legal level (SILVA; MACHADO, 2009). This being goes beyond the qualifying taxonomy based on the duality of *authentic fetuses* (*potential child*

¹ The present chapter is based on the article entitled “Na(s) fronteira(s) entre *material biológico e filho potencial*: concepções plurais em torno do embrião humano entre beneficiários de PMA” (“At the frontier(s) between *biological material* and *potential child*: plural conceptions around the human embryo among ART beneficiaries”, authors’ translation), originally published in the journal *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, volume 17, number 2, 2021. However, this chapter is also a critical review of that same text. Namely, it incorporates the developments in later articles concerning the aim of elaborating a *grammar of the dynamics of (re)conceptualization of the human embryo* among ART patients – ranging from instrumental/functional perspectives to a humanizing singularization of that being.

within a parental project) and *tumor fetuses* (biological material outside a parental project) (BOLTANSKI, 2013 [2004]). The ambiguous place occupied highlights the uncertain nature of the frontier between those two types of being, making it liable to destabilize the taxonomic order and the constructed representations. In short, a fluidity of meanings and statutes conferred on the human embryo *in vitro* can be identified, not constituting the latter a static and universal biological entity (HAIMES *et al.*, 2008).

Indeed, this pre-natal being can be viewed as a *child, potential person, life, viable reproductive product, set of cells, laboratory artifact* or something *disposable* (ALVES; MACHADO; SILVA, 2013; PROVOOST *et al.*, 2009). These different categories entail different dynamics of building emotional connections or disconnections to the embryo, either among different ART beneficiaries or within the same beneficiary according to their therapeutic and personal trajectory (BRUNO *et al.*, 2016; HAIMES *et al.*, 2008).

To this extent, the embryo generated in the laboratory is an object of *ontological manipulations* (BOLTANSKI, 2013 [2004]; CUSSINS, 1998): constructions and distributions along different categories (within taxonomic structures), according to its temporal and spatial location, and also according to its destiny – be it their association to a parental project, cryopreservation, donation to other couples, use for scientific research, commercialization or destruction (SILVA; MACHADO, 2009).

Moreover, the reconfigurability and reversibility of these statutes attributed to the embryo make these operations of embryo qualification particularly complex. This is the case of dissociating the *techno-fetus* from the parental project within which it was originated and relegating it to the condition of a *surplus embryo*. Thus, the latter is likely to be subject to different moral investments (DE LACEY, 2013), as is the case with its symbolic representation as *hope* – whether for another couple or scientific investigation (BRUNO *et al.*, 2016).

Therefore, this multiplicity of meanings opens a domain of analysis around the moments of the therapeutic trajectory that define the statutes – or trigger oscillations between statutes – attributed to the *in vitro* embryo. It is this plurality and mutability of conceptualizations around the embryo, as an object of different meanings and moral classifications, that the present text addresses. The data and analysis presented stem from

a research project² focused precisely on the plural and composite conceptualizations that ART professionals (namely, medical doctors and embryologists) and ART beneficiaries build around the *in vitro* human embryo within the context of ART.

Theoretical framework

In the present text, a particular focus is placed on the perspectives of couples/beneficiaries who resort to what is known as second-line ART treatments³, involving the production of *in vitro* embryos. How their attributed meanings/status are susceptible to change and what factors constitute *ontological markers* (BOLTANSKI, 2013 [2004]) – i.e., elements of the therapeutic trajectory that trigger definitions and reconfigurations of the moral status attributed to the embryos?

Namely, we intend to capture the different conceptualizations around embryos, as well as the reconfigurations/fluctuations that occur in those meanings. On the one hand, this multiplicity rests on the dynamics concerning the place of this entity in space (*in vitro*, *in utero*, cryopreserved, etc.) and in time (e.g., the impact of a pregnancy in the conception of a cryopreserved embryo belonging to the same batch). On the other, it rests on the specificities of the beneficiaries' therapeutic trajectory (e.g., the number of treatment cycles).

Departing from a grammatical approach – namely based on a *Sociology of engagements* (THÉVENOT, 2006; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]) – we analyze how different statutes are attributed to the embryo. Proceeding with a succinct description, this theoretical framework contains a tripartite conceptualization of different *regimes of engagement in action*.

² The project is entitled “ETHICHO-Ethical-ontological choreographies: Forms of objectification and evaluation of the human embryo *in vitro* in the context of Assisted Reproductive Technologies and Scientific Research” and is funded by the Foundation for Science and Technology (PTDC/SOC-SOC /29764/2017), from Portugal.

³ Two ART techniques fall into this typology: *in vitro* fertilization (IVF) – which consists of placing an egg in a petri dish surrounded by sperm – and *Intracytoplasmic Injection* (ICSI) – which consists of introducing a live sperm into an egg, by puncturing it with the support of a pipette. On the other hand, first-line treatments only involve inducing ovulation and placing a previously prepared semen sample inside the uterine cavity, without creating embryos in the laboratory.

These regimes are understood as different formats for apprehending a given environment both cognitively – categorization and apprehension of relevant elements in a certain situation – and evaluatively – in the sense that this categorization and apprehension aims at a given moral good that serves as support for the coordination (THÉVENOT, 2006; 2007; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]). Furthermore, the different *regimes of engagement* are located at different positions along an analytical axis that ranges from the general to the particular – i.e., from collective conventions of the public sphere to local and familiar frameworks for action.

In the *regime of public justification*, action is supported by orders of collective conventions. These collective conventions constitute cognitive and moral frameworks that support the classification of *beings* (humans, objects, relational formats, etc.) into *equivalence classes* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]). Beings within a given equivalence class share a set of common characteristics that confer onto them a partially replaceable nature (BOLTANSKI, 2013 [2004]). These conventional constructs – which are moral orders, or *orders of worth* – are used by actors to evaluate and organize the worth of the various *beings* present in a situation. Each order of worth contains a specific moral perspective for the coordination of human action, in the sense that it concretely expresses a different conception of the common good.

The most relevant orders of worth for our analytical purposes are: the *domestic* order of worth, in which *tradition/generation/hierarchy* constitutes the form of the common good through which the embryo is evaluated; the *civic* order of worth, in which it is the *collective interest*; the *connectionist* order of worth, in which it is the *project/activity* that links individuals; the *industrial* order of worth, in which it is *efficacy* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]). Each order of worth identified refers to distinct conceptions of the common good, and consists of a publicly available *grammar* of making the common – a way of reaching commonality and differing through governing practices of criticism and justification (*Ibidem*; THÉVENOT, 2006).

Concerning the remaining regimes, in the *engagement in a plan*, the reality is understood with reference to objectives that form the established plan, where the environment is functionally prepared, and the *satisfaction of the accomplished action* is the intended good (THÉVENOT, 2006). Lastly, in the *regime of familiar engagement*, action occurs within an area proximate to the actor, supported by this actor's familiarisation with their immediate environment. *Comfort* and *ease* are the intended goods (THÉVENOT, 2006).

These differences, in relationship to the embryo, can thus be distinguished using the architecture of regimes of engagement conceptualized by Thévenot (2006; 2007).

a) *Regime of engagement in a plan*: conception of the embryo as an abstract and replaceable *resource*, within a functional understanding – with the embryo perceived as an instrument or a *means*, mobilized to attain an end (in this case, a full-term pregnancy).

b) *Regime of public justification*: conception of the embryo as falling into a moral class/equivalence category, thus sharing a set of characteristics (e.g., biological properties, inclusion in a parental project, etc.) common to the beings within this category, through which they are evaluated and ranked, which makes the embryo partially replaceable. However, it is this understanding of the embryo in general terms – using equivalence principles that express a sense of justice – that enables the embryo to *rise in singularity* as a criterion to confer *full humanity* (BOLTANSKI, 2013 [2004]). This happens when the embryo is conceived as a *potential child* or a *sprout of life*, as part of an equivalence class associated with the *connectionist* conventional order, in the sense that it involves a parental/reproductive project of the progenitors; as genetic inheritance/offspring, in the sense that it is inserted into a network of kinship/lineage in the conventional *domestic* order; as a *cluster of cells/biological matter*, evaluated from the viewpoint of its genetic/morphological quality in the *industrial* conventional order.

c) *Regime of familiar engagement*: a conception that singularizes the embryo, treating it as a singular, irreplaceable entity – granter of *full humanity* (BOLTANSKI, 2013 [2004]). This singularization is very different from a functional or general understanding of the embryo (according to an equivalence principle), which, in this case, is conceived as a *child*. This engagement format, in which an irreplaceable status is conferred on the embryo, becomes evident, for example, in the act of giving a name; when the embryo is lost, the non-attribution of this same name to another grown embryo attests to this particularization.

Moreover, these different *regimes of engagement* combine cognition and evaluation, but also emotion. On the one hand, they presuppose operations of *investment in forms* (i.e., objects, cognitive categories, relational formats, etc.) that support the grasping of the environment under a given cognitive and evaluative format (THÉVENOT, 2006). On the other hand, each regime of engagement also involves *emotional investments* – emotional states/

ambiences appropriate to the format, according to which the situation is apprehended. These ambiances give authenticity to an actor's engagement with a situation, reinforcing its apprehension according to the cognitive and evaluative format in question (LIVET; THÉVENOT, 1993; GOUVEIA; DELAUNAY, 2022).

We can now describe the emotional dynamics that are associated with each regime of action, and which confer each regime its specificity. In the *domestic grammar*, *warmth* is experienced in relationships with other beings – particularly, in this case, the embryo – with these beings' disappearance (in this case, the loss/destruction of the embryo) experienced as an absence whose memory is prolonged in time (LIVET; THÉVENOT, 1993). The emotional ambiance can, likewise, be characterized by categories such as *affection*, *tenderness*, or *fondness* towards the embryo, as well as *sadness*, *pain*, or *abandonment* in cases of loss or decisions to destroy or donate – categories that confer the typical emotional authenticity of relationships within a family group⁴ (LIVET; THÉVENOT, 1993).

In the *connectionist grammar*, emotions towards the embryo are based on its apprehension through categories such as *hope* and *expectation*, with the embryo understood as a being integrated into a parental project – therefore, as a *potential child*. In this grammar, conceiving a child is a project that is more robust and longer lasting than all others (personal, professional, etc.), and it is this robustness and durability that confers the parental project its *authenticity* (THÉVENOT, 2013 [2004]). It is the beneficiaries' desire for – and commitment to – the shared parental project that defines their relationship with (and emotional investment in) the embryo. Its loss is experienced as a disruption of this same *promise*, or *expectation*, that emotionally links the progenitors to it.

In contrast to the *domestic grammar*, the *industrial grammar* is characterized by sobriety. Relational warmth towards the embryo is replaced by the cold calculation of a relationship, mediated by scientific methods and procedures, with the embryo equated to a technical object. With action

⁴ It is important to note that, to identify the forms of engagement (and the corresponding moral and emotional categories), we need to contextualize how terms are used by actors. This is the case, for instance, with interviewees' use of terms such as *mourning* or *child*, terms that might be associated with a *familiar engagement* with the embryos, but in whose context of use discourse analysis reveals situational dynamics that remain at the level of equivalences – and therefore distant from the genuine singularization that we would expect from a *familiar engagement*.

guided by *the passion for efficacy* (LIVET; THÉVENOT, 1993), the loss of the embryo is emotionally experienced – in line with the principle of *efficiency* – as a failure in technical execution and a waste of its *potential* use as precious material (for reproduction or scientific research). The embryo is therefore evaluated according to its level of quality (which grants it *industrial worth*) and integrated into a larger *mechanism*, in equivalence with other technical devices.

In the *regime of engagement in a plan*, the emotional ambience is characterised by distance in relation to the embryo, expressed through categories such as *frustration, disappointment, anxiety, anguish, and suffering*. These are all emotional experiences related to the non-realization of the pursued goal – and in this case, to the *uncertainty* about whether the planned action will be accomplished, as well as the failure to achieve pregnancy, both of which are perceived as moments of *crisis* in the parental project (DELAUNAY, 2019). Thus, these emotions are dissociated from the loss or destruction of the embryo itself and are directly linked to the couple's plan of having offspring.

Lastly, in the *familiar engagement regime*, categories such as *love, protection, care, and bond* become central, supporting forms of relation that are based on intimate gestures – gestures that are very different from actions based on the *regime of equivalences* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]) – and grounded in an understanding of the embryo as a singular being. Within this intense particularizing emotional investment (different from the still-replaceable nature associated with the *domestic* grammar), *mourning* gains prominence as an emotional category in the case of embryo loss. The embryo's non-development is experienced as a loss that cannot be relieved through replacement by another entity; this is perceived as the loss of a *child* (BOLTANSKI, 2013 [2004]).

Methodology

In a synthetic description of the methodological protocol, 69 interviews were carried out with ART beneficiaries, in particular undergoing second-line treatments – *In Vitro* Fertilization (IVF) and Intracytoplasmic Injection (ICSI). The interviews took place individually with women or with couples (heterosexual or homosexual). The vast majority of respondents are female (slightly over 90%), as well as associated with heterosexual

parenting projects (approximately 95%). Only four interviewees are part of homosexual parenting projects. Respondents were recruited through online forums (social networks or discussion groups related to infertility) and infertility patients' associations. Moreover, the majority have higher education (81.8%), with a significant percentage presenting some postgraduate degree – master or PhD (35%).

On the other hand, in the case of ART professionals, interviews were carried out with 16 medical doctors, 20 embryologists, seven nurses and six psychologists – making a total of 49 interviewees. Besides their own conceptualizations, the perspectives conveyed by these professionals are also explored in terms of the meanings that, in their perception, the beneficiaries attribute to embryos in the different stages of the therapeutic trajectory. The latter perspective is privileged, considering the subject of the present text.

To safeguard the interviewees' anonymity, the names used in the excerpts from beneficiaries interviewed are fictitious, with each respondent being attributed a pseudonym. For professionals, a coding system was elaborated, consisting of a combination between a letter and a number. The letter refers to the occupational group of the interviewee; the number concerns the order of the respective interview within that same group. In the case of the only professional group used in this text, clinical embryologists, the letter "B" was assigned.

Results

The analysis of the empirical data shows that the status attributed to the embryo varies not only between different patients but also along the therapeutic trajectory of each beneficiary or couple (thus, involving the same embryo). This has repercussions on the emotional bonds that the beneficiaries build with this being. It is precisely the factors that underlie this variation that we intend to identify and analyze by listing a set of *ontological markers* (BOLTANSKI, 2013 [2004]) that emerge from the interviews.

Namely, the discussion presented is structured around three analytical axes that emerge from the empirical data. The first one is related to the influence of the *genetic component* in the meaning-making processes, ranging from developing an emotional relationship with the embryo to its conceptualization as a resource mobilized for an intended purpose. The

second axis concerns the *therapeutic trajectory*: the impact of its different stages on the conceptualizations around the embryos generated – either from the perspective of the space where the embryo is located or from a temporal one. Finally, a third axis concerns the impact of *embryo visualization* on the assigned meanings.

a) *The weight of the embryo's genetics*

The first analytical axis concerns the weight of the genetic dimension in the construction of meanings around the embryo. Particularly, variations in the status conferred are immediately identified depending on the origin of the genetic material – if from both members of the couple or from only one of them, in case of gamete donation from third parties (oocytes and/or sperm). In the first case, the embryo transfer (even when implantation is not successful) is likely to represent the *union between the spouses* – a bond between the progenitors within a *domestic* grammar (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]) –, thus opening an affective dimension in the relationship with the embryo. Even when the implantation is not successful (i.e., the pregnancy is not carried to term), the emotional connection with the embryo endures as a result of the union between the couple.

One of the couples interviewed exemplifies this bond. Their therapeutic trajectory is characterized by the resort to gametes from both spouses in the first IVF cycle. When faced with failure – associated with an infertility problem on the woman's part – the couple resorts to oocyte donation in a second treatment cycle. The first excerpt illustrates how the genetic link with the embryo (along with the circumstance of a single embryo had been produced) constitutes an *ontological marker* in terms of the way this being is grasped by the couple. Namely, from their discourse emerges the conceptualization of the embryo as a *child*, in the sense of integrating their family unit as an equivalence category (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]). That status is ascribed regardless of its location in space (laboratory or *in utero*) or in time. Moreover, it determines a detachment from a strictly functional understanding of that being:

Leonardo: In the first IVF, it was [*emotionally hard*]. And also because we only had one, right? Only one was actually fertilized and became an embryo. So, it was a little bit the *golden child*.

Denise: It was the loss of a child. Really hard, right?
[...]

Denise: It was different. Of course, it was different. Because it's something that comes... Because it was the union. [...] Because it was the union with Leonardo's DNA, it was that magical pairing, that crossing over, that fantastic thing... We, who study Biology, to see transposed into the embryo... And since it was our only chance, maybe the mourning was harder. Maybe, if there were three, four, five, six... Maybe we would go with the flow. But that was hard, I mean...

Leonardo: I think it was harder for you, due to the impossibility of... That is, it would cease there in terms of genetics, and not for me.

Denise: But at the same time it was pretty because, I mean, I know that somewhere in time there was an embryo formed from my DNA and Leonardo's DNA.

The couples' narrative around the status attributed to the embryos produced is structured along the contrast between the first and second IVF cycles. Also, the discourse displays the composite (although apparently contradictory) way in which the conceptualizations around the embryo are built.

Concerning the first IVF cycle, it stands out the idea of an emotional experience corresponding to the one of *mourning*, as an expression of the affective bond built around the embryo – and, consequently, its (partial) singularization. However, the discourse of the interviewees shows an apprehension in generality (BOLTANSKI, 2013 [2004]), in the sense of that entity being conceived not only as a means/resource to reach a certain aim (which is the accomplishment of a full-term pregnancy) but also as a *potential child*.

As the female interviewee describes, the genetic link to that embryo, combined with the circumstance that only one embryo was fertilized in that IVF cycle, contributes to what she qualifies as a more intense experience of mourning (“was harder”) (PROVOOST *et al.*, 2012). The emotional experience associated with the loss of the embryo cannot be subsumed into binary interpretations. Rather, it must be interpreted within a *continuum* between two poles – *frustration* (associated with the non-achievement of the objective) and *mourning* (associated with the loss of a singularized being). Hence, the interviewees' qualification points precisely to a progressive dissociation from an engagement of an instrumental nature to an apprehension within the *domestic* worth. One sentence demonstrates this attributed meaning that precedes the full humanization of the embryo, making explicit the still replaceable (and non-singularized) nature of the embryo: “if there were three, four, five, six... Maybe we would go with the flow”.

Moreover, this conceptualization according to the *domestic* grammar is also evident in the dialogue between the members of the couple regarding the loss of the embryo. In particular, an experience asymmetry is pointed out (“it was harder for you”). Namely, the genetic link as a way of building the parental relationship becomes blocked for one of the partners (“it would cease there in terms of genetics”).

ART constitutes a way of accomplishing the parental project that safeguards the biological/genetic component of parenting, in a perspective of gene perpetuation or conceiving the embryo/child as a symbol of the couple’s union (DELAUNAY, 2017; PROVOOST *et al.*, 2012). Consequently, the vicissitude of resorting to gamete donation, in addition to being an agitating element of conceptions on parenting (*Ibidem*), can also impact how embryos, in their *in vitro* existence, can be perceived. Namely, it can delay the moment when beneficiaries begin to build a humanizing bond. In this case, the absence of a genetic link as a factor that confers *domestic* worth to the embryo – integration into a kinship network – is likely to prolong engagements of instrumental nature.

Demonstrative of this meaning-making dynamic, in a posterior phase of the therapeutic trajectory of the same interviewed couple, the conceptualizations built around the generated embryos (resulting, now, from the donation of third-party female gametes) come up as significantly different. The format of *engagement in a plan* (THÉVENOT, 2006) concerning the embryos produced – a functional apprehension, as means to an end – gains greater preponderance in how they are perceived:

E: Did you feel anything when that embryo didn’t develop?

Denise: No, it was just frustrating. I mean, that thing like... “One more thing that is going to go wrong”, right? There is no emotional connection.

Leonardo: I actually saw it as a possibility, a chance...

E: “OK, it didn’t happen, we have three here”...

Leonardo: The idea was to have four, let’s say...

E: You didn’t get the feeling “We lost something here”, or we lost...

Denise: No, that was in the first *[treatment cycle]*.

The interviewees’ discourses emphasize the different statuses attributed to the embryos produced in this second IVF cycle. This different conceptualization is made explicit in a peremptory statement: “there is no emotional connection”. The very qualification of the embryo loss not as a moment of *mourning* (associated with the loss of a *potential child*) but as something “frustrating” is indicative of a conceptualization of that being as a means that did not allow reaching the couple’s desired result.

Thus, the narrative contains an implicit conception of the embryo as a *set of cells* (and not a *child* or *potential child*), eminently seized in its instrumental/functional dimension – as a means to the desired end. The emotional investment in the embryo devoid of representation as a *symbol of the couple's relationship* reveals, hence, to be quite distinct (PROVOOST *et al.*, 2012). In this format of engagement, the abstract and replaceable nature of the embryo, as a mobilized resource, is particularly evident when mentioning the surplus production in a perspective of maximizing the greatest likelihood of success: “The idea was to have four”.

In this regard, an embryologist interviewed notes precisely the importance of the genetic link that she identifies in how couples bond with the embryos created in a laboratory:

I see a difficulty in the woman's bonding with the embryo. [...] because there are two very... or three... very different reactions. And it's something I've learned over time, of dealing with couples. It is: when couples who use their own gametes see the eggs and sperm for the first time, or in this case the eggs, they are immediately very delighted. And I realized that showing a couple an egg that isn't from the woman – it's from a donor – it doesn't have that enchantment. [...] And it's only when she starts to see the embryo developing that the expression of these women changes. It's very interesting. From there she begins to see the embryo developing. That embryo that's going to be her baby. [...] It is very important, I think, to show them these videos, of these embryos, because it is the first... Sometimes, only at the end, when the embryo is really beautiful, they feel a tenderness for that beauty, and I see a smile for the first time. Because until then it's a bit tense, the couple internalizing the embryo in development as their own. [...] In other [couples] I don't see a smile from them until the pregnancy test. [Laughs] Couples are different, right? (B16)

As the interviewee describes from her experience in dealing with the beneficiaries, the moments of oscillation in the meanings attributed to the embryo – of transition to the conceptualization of the embryo as a *child* or *potential child* (“embryo that it's going to be her baby”) – tend to be deferred compared to couples using their own gametes. Furthermore, the respondent points out three distinct moments that stand out as generating reconfigurations in the conceptualization of the embryo beyond the status of *biological matter*: (a) when the embryo reaches more advanced stages of development; (b) after transfer to the uterus; and (c) when taking the pregnancy test.

Moreover, when interacting with the couples, the smile is an indicator brought up by the embryologist of these oscillations in the meanings

attributed to the embryos. The uses of the body provide signals of the cognitive and evaluative formats in how the surrounding environment is seized (PIETTE, 1996; THÉVENOT, 2007) – in this case, the embryo. It is precisely this facial expression that the interviewee identifies as the mark of reconfiguration in the meanings attributed by couples to their embryos. It reveals the transition from an *emotional ambience* (THÉVENOT, 1995) associated with a *technicization* of the embryo to a grammar that conceives them as a *child* or a *potential child*.

b) *The weight of the embryo's development in time and space*

A second analytical axis concerns the impact of the spatial and temporal location of the embryo on the meaning-making dynamics. Firstly, at the spatial level, a fundamental *ontological marker* that stands out from the interviews carried out resides in the moment of embryo transfer, in which the former is no longer seen as a means/resource (*biological matter*) to reach a therapeutic stage (achieve pregnancy). This transition in the meanings attributed to the embryo through the implantation, inaugurating a physical connection inside the uterus, is particularly evident in the utterance of the interviewee that follows:

Laura: That's why I celebrate September 18th. It was around 2:20 pm. And I have the photograph and I always look at it. September 18th for me is a day that is always marked. Because it was the day I got pregnant, the day my son entered my belly and our life together began. And yesterday I even posted a... a picture on Facebook of the two of us. Because it was yesterday that the two of us got together, started our life together. It was yesterday, the day he entered my belly. This is why I think embryos matter and... they're not just cells that are there.

The implantation of the embryo in the uterus stands out as a key moment of change in its ontological status (“the day my son entered my belly”), where the building of the emotional attachment to the embryo begins (“started our life together”). If family celebrations are moments of *test* of the *domestic* world (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]), the date of the transfer is implicitly placed by the respondent in equivalence with birthdays as family ceremonies. As a stage preceding birth (the separation between the fetus and the maternal body after the end of the gestation process), the embryo transfer constitutes, therefore, a milestone within this grammar: the integration of that being into the household and the consequent redefinition of its status – i.e., the requalification of the embryo

as a “son”, endowing it *domestic* worth, distinct from the moral status of a *cluster of cells* (PROVOOST *et al.*, 2009).

This duality *outside-inside the uterus* (or *female body*) in terms of the reconfigurations in the statuses attributed to embryos emerges explicitly in the discourse of the next interviewee:

Olivia: Yes... being inside the body was different from being outside... Yes, that yes... [...] Then I ended up feeling a little sad because... I started to think like this: not being possible for those who were inseminated... the fact that others had stopped... developing... I already thought that I would have then to go back to doing the entire process again...

[...]

Being out here I don't think I've ever considered... so much... “They're mine” or... “They're going to be babies from there”... No, I don't think so... Those who inseminated, yes, were treated differently, and we already thought differently... Not being able to freeze was a bit... It meant having to go through the whole treatment again, going through everything again... I think what created was more this... despair... of “Do I have the capacity to do another treatment again because I couldn't freeze the ones that are surplus?”... Yes...

The functional perspective of the embryo in its *in vitro* state – being conceived as a *means* – is particularly made evident by the respondent in the assessment done concerning the situations of loss. Namely, that experience is understood as a hindrance, a setback, considering the objective that guides the engagement in the therapeutic trajectory (obtaining a pregnancy), forcing to restart the treatment process. It is within this cognitive and evaluative format that the reference to “despair” is made: an emotional experience associated with the loss of embryos as a moment of *crisis* in the therapeutic trajectory and in the accomplishment of the parental project (DELAUNAY, 2017), therefore, a *frustration* (and not *mourning*) resulting from the non-fulfilment of the *promise* associated with an *engagement in a plan* (THÉVENOT, 2006). It is at the stage of embryo transfer that an emotional bond begins to be built – either from the concept of the embryos as part of the kinship group (“They are mine”) or as *potential children* (“They're going to be babies from there”).

This corporeality issue as a way of bonding with and humanizing the embryo is developed by another interviewee, by addressing the duality between *exteriority-engagement in a plan* and *interiority-familiar engagement*:

Brenda: Outside is one thing. They're cells, they're cells. Inside is another. Inside is mine. It felt like outside was no longer mine. I do not know how to explain, now that you are saying that. It's mine, isn't it? It's ours. But... outside

is not mine. It's... it's like... It's not inside me... In other words, it comes from me, but it's... It's like taking a strand of hair of me and him and having some things put there, having done something, you see? And... Hmm. There wasn't that emotion. Also, because of the act itself, isn't it? You have a... You make a baby... because you make love and... and there's a connection. There [outside the body], there isn't, right? There, it [the embryo] is a thing, as I told you. It is something from the outside. It's like... like it's outside of us. "Now it's up to them. We have already done our part." [...]

E: But from the moment it was [the embryo] implanted in you...

Brenda: Inside of me. Inside me... [...] They became children inside me.

In the context of ART, the accomplishment of the parental project exits the intimate/proximal sphere of the couple and becomes framed within a functionally prepared material environment. The environment in obtaining a pregnancy is no longer formatted by a *familiar engagement* ("you make love", "there is a connection") but takes place according to protocols and procedures defined in medical, scientific and technological terms (DELAUNAY, 2017).

This clinical context populated by *beings* from the *industrial* world (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]) is reflected in the format of engagement with the embryo – now generated outside the uterus, in a laboratory setting. Namely, this disconnection from the body in its creation relegates the embryo to the status of an *instrument*, included in the laboratory environment as an integral part of the set of technical devices arranged for a specific purpose. It is only after the transference to the uterus that the building of an emotional connection with the embryo begins, still as a *potential child*. Furthermore, the equivalence that the interviewee establishes between the embryo generated *in vitro* and a body part ("a strand of hair") reinforces this functional perspective – the embryo as a resource for an intended objective (DELAUNAY; SANTOS; GOUVEIA, 2021).

Redirecting the analysis to the *temporal* dimension, the birth of a child resulting from an IVF/ICSI can also constitute a factor that reconfigures the meanings built around the remaining cryopreserved embryos. Namely, the newborn is an objectifying feature of the *potential humanity* of the frozen embryos created *in vitro*. The embryo's future is materialized in the child already born; it embodies a potential sibling.

The following excerpt illustrates this perspective. After the third full-term pregnancy (a spontaneous pregnancy, after two obtained by IVF), the interviewee faces the moral dilemma concerning the destiny of the last

existing cryopreserved embryo⁵. The latter passed to the condition of *surplus* with the conclusion of the parental project. Despite the decision to not transfer this cryopreserved embryo, the triggered option still raises a *disquietude* (THÉVENOT, 2006) in the respondent – a tension of regimes of engagement grounded on a dissonance between the assigned status (*potential child*) and the decision to discard⁶:

Clara: But besides that, no... I don't know. Or what could happen is... "I have there three embryos ... frozen. I have one with me, right? I have three frozen. I still use two. And that one I end up not using." There will always be that doubt... "How was that one?" [...] Because... going back a bit now... When I found out I was pregnant, I thought a little... "Can I go ahead with this or not?" And then it was that thing, right? To think that I could have taken [*i.e. made an abortion*] and... And now I look at her [*the daughter*] and life is meaningless without her. Because, maybe, if a fourth child came... The most probable is that it would have happened, right? [...] Now, that I think more... Sometimes it's a bit like that, isn't it? Now... with the third one, we throw it away and think about what that thing was like, right? How it was? How was it not? [...] The trick is not to think.

From the respondent's speech, the experience of her child's birth stands out as an event capable of changing the format of engagement associated with that cryopreserved surplus embryo. Both use of the qualification "that thing" about the embryo and of the expression "throw it away" concerning the decision taken display this cognitive format based on that being as a biological matter that became obsolete. At the same time, the birth of two children after resorting to IVF (and a third child born from spontaneous pregnancy) still produces an impact posteriorly – after the end of the therapeutic trajectory – in terms of the conceptualization of the remaining embryo.

Effectively, despite the decision (already taken) of destroying the embryo, it still remains, as the interviewee says, the "doubt" about that deliberation – a *disquietude* rooted in a status of a *potential child* attributed (partially), and not (only) as a *resource* to achieve the goal of pregnancy. The

⁵ In Portugal, the current legislation provides three options for ART beneficiaries: donating to scientific research, to other couples, or destruction.

⁶ From the interviewee's discourse emerges a justification based on a *connectionist grammar*. The failure of the project (in the sense of a fourth potential child) is associated with financial conditions, placing the possibility of a new pregnancy outside the parents' will (Boltanski, 2013 [2004]): "If I already had three children and I was already at a certain age... I was starting to calculate expenses with school and clothes and all that. And "Ok. Not that fourth. We must be strong, and we are not going to use it [*the embryo*]" (Clara).

doubt is transferred, therefore, to the present, in the form of projection into this destroyed embryo of conjectures concerning what its characteristics would be as a fully constituted human being (KEANE, 2009). These speculations reinforce the non-reification of this being as an instrument integrated into a *plan of action* (THÉVENOT, 2006).

However, the respondent also alludes to a *device*⁷ (Dodier; Barbot, 2016) she mobilizes in the face of that *disquietude* raised by the tension between the assigned status and the decision to discard. As the interviewee says, “the trick is not to think”. Within an operation of *ontological annihilation* (BOLTANSKI, 2013 [2004]), the embryo is dissociated from an investment in a concrete moral category (i.e., a designation by a classifying term), allowing her to return, thus, to a state of *quietude* (THÉVENOT, 2006).

This process of (partial) *humanization* of the cryopreserved embryo after a full-term pregnancy is particularly identifiable in another interviewee, who took a different decision about a remaining cryopreserved embryo. Namely, she chose to transfer it⁸. This reconfiguration in the assigned meaning is evident in her discourse, particularly concerning the marks of an emotional investment that stand out:

Laura: [...] And... and I talk to him a lot. I think “Hey! The poor thing is there at a negative temperature, it must be very cold. Poor little thing.” [laughs] [...]

Laura: I talk to him. I’ve been saying things like “Don’t worry, mommy... You’ll be here in mommy’s belly, you’ll be warm.”, right? [...] Why? Because I consider that I already have affection for that being that is there. Do you understand? And then I feel like... Man, poor thing! He must be cold. [laughs] But hmmm... it will already be going to the warmth. Next week, God willing.

The *humanization* of the cryopreserved embryo is reflected in the relationship of affection built with that being (“I already have affection”).

⁷ *Devices* are compositions of material objects and social entities (e.g., rules, norms, language, etc.). It is through this /assemblages between humans and non-humans that social actors normatively coordinate their actions (Dodier; Barbot, 2016). The informed consent about the fate of the surplus embryos rests, thus, on a device (e.g., a set of legal documents, procedures, norms, etc.). This device implies for the beneficiary a categorization of the embryo (thus, a cognitive and evaluative assessment) and the corresponding legal decision. However, in the way she relates to this device for decision-making, the interviewee distances herself (i.e., relational format) from the formulation of a cognitive-evaluative judgment. Thus, she avoids an explicit categorization of the surplus embryo that the device for taking a legal decision encompasses.

⁸ At the time of the interview, the transfer of the last cryopreserved embryo was scheduled for a few weeks later.

This beginning of a singularizing *familiar engagement* is evidenced by what the respondent expresses as attention to the embryo's *comfort*. Her "belly" (uterus) is presented in contrast to the *cold* and *inhospitable* space where it is cryopreserved, diverging from the laboratory space as an environment where the embryo is the object of *investment in forms* (THÉVENOT, 2006) of *industrial* and *functional* nature. Laura contrasts, thus, that clinical setting with her uterus as a *warm* and *hospitable* space for building a mother-child bond.

However, if a first glance seems to reveal a singularization of the embryo, perceived as an *irreplaceable* being (BOLTANSKI, 2013 [2004]), the interviewee's utterance unveils a more composite perspective. Namely, the *familiar engagement* is combined with the *regime of equivalences* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]), translated into attachment to the embryo according to the status of a *potential child*. This composite engagement, within a *grammatical hybrid* (GAJDOŠ; RAPOŠOVÁ, 2018), is particularly identifiable when the interviewee addresses the scenario of loss, or non-development, of the embryo to be transferred:

Laura: But, ethically and morally, I cannot leave my embryo there. I cannot. For me, he's already mine. [...] Man, five years froze. Hmmm... Let's see how it goes. I'm anxious but not as anxious as the first time. The first time is always... We never know where we're going. And this time I already have my son. So, it's like this: if it goes well, the better; if not, that's it. Right?

Despite the marks of an affective bond with the embryo within a familiar engagement ("For me, he's already mine"), her discourse simultaneously highlights the replaceable nature conferred to that being. Namely, the description of the emotional experience concerning the scenario of embryo loss after transfer – resting on a blurred state between *mourning* and *frustration* – reveals the absence of a singularization that confers *full humanity* (BOLTANSKI, 2013 [2004]). Thus, the said embryo is in a liminal state (TURNER, 1969; DELAUNAY; SANTOS; GOUVEIA, 2021), in which the singularization is not yet complete, being equally seized as a *potential child*, as an equivalence class within a *connectionist grammar*.

One statement particularly expresses this replaceable nature: "if it goes well, better; if it doesn't, that's it". Furthermore, having her parental project already achieved emphasizes this restrained affective investment ("this time I already have my son"). Thus, it is under this hybrid condition between *potentiality* and *singularization* that the interviewee assesses the transfer of the remaining embryo as a moral imperative.

c) *The materiality and sensory grasp of the embryo*

Finally, the third analytical axis concerns the impact of a *sensory grasp* of the embryo on the dynamics of reconfiguration of the meanings conferred. As mentioned earlier, the implantation phase constitutes in some couples/beneficiaries an *ontological marker* in the transition of the embryo from the status of *biological matter* to a *child* or *potential child*. In others, the visualization through medical imaging devices (e.g., photos/videos generated to support the clinical evaluation of the embryo *in vitro* or ultrasound images of the gestational sac after implantation into the uterus) can also constitute an element that triggers the building of affective bonds. These bonds can present plural intensities according to the meanings conferred to the embryo.

Indeed, the emergence of technological devices for medical visualization/imaging was created to monitor prenatal/unborn entities (as is the case of the fetus, but also the embryo) and allow the identification and research of malformations. As a collateral effect, they also make more complex the definition of frontiers between statuses and meanings conferred to the embryo (BOLTANSKI, 2013 [2004]). The visualization of this entity constitutes a potential moment for triggering emotional bonds, materialized in a *singularization* and *infantilization* – thus, endowing the embryo with *humanizing* characteristics. In short, their *social birth* is likely to occur at earlier stages (LUPTON, 2012; KEANE, 2009), as is illustrated by the following excerpt, in which an interviewed couple describes the impact of viewing the embryo:

Denise: And then they show us a spectacular embryo...

Leonardo: Through the ultrasounds...

[...]

Denise: Yes, they show. [...] they show the embryo at the stage of... From the beginning, they have an embryoscope, and the embryo is being photographed at all stages, that is, from day one to day five, which is the most favorable date. It is when it is already a blastocyst, when it implants better. Mine was implanted on day three, because it was either then or never. But they show, it's very cute.

Leonardo: We had two experiences. In the first IVF we did and in the IVF with oocyte donation, our reaction was the same when seeing the embryo: "Oh, how beautiful"... And one of them was clearly with a different cell division, already a little anomalous, and the second not. They were really different, but... the reaction is the same.

[...]

Denise: It doesn't matter, it's here inside me, it's mine, I already love him and that's it.

Leonardo: That biological falls a little bit to the ground...

The lay qualifications produced by the couple when viewing the embryo in its *in vitro* state (“cute”, “beautiful”) indicate the beginning of the construction of an emotional connection and singularization. The categories mobilized transcend a qualification based on its technical properties, as a fully abstract and instrumentalized entity. This oscillation in the format of engagement is highlighted in the couples’ distancing from an appropriation of the embryo as *biological matter* (“that biological load falls a little bit to the ground”) and openness to build an emotional bond (“already love him”).

However, the expression used by the interviewee – “a little bit” – reveals that this is a gradual, non-linear process of *rise in singularity* (BOLTANSKI, 2013 [2004]; LUPTON, 2012). The path for bonding is distanced from a binary logic, placing the embryo in a liminal position between two statutes – *potential child* and *child*.

Another interviewee, whose trajectory includes the transfer of several embryos, also establishes the difference between the successive experiences of embryo loss in her therapeutic trajectory. The sensory grasp is pointed out as the distinctive mark that triggers the oscillations in these different experiences:

Rita: Obviously, the first pregnancy, in which I saw the embryo, heard the heartbeat, that is, in which there was a... there was a greater feeling of life inside me and so there is a... frustration. Then, when the loss occurred, it was greater because then, let’s say that it is... more verifiable, so to speak, right? That is, we realize that it actually exists there, that it is not something very... It is not such an abstract thing, right? Because, in a way, when... When we get pregnant, the only thing we see is a paper saying that it’s positive [...] The first pregnancy [...] was a much greater loss for me than... that this whole process... And that is how in a way... Because there it is, there was an expectation, right? It advanced almost until the third month... So, obviously, it’s always different... We looked at it as... Because we had already told our family, our family was already following. That is, they had already followed these two ultrasounds that took place. There was greater importance... [...] I think the difference of having... of being something more visible... has a greater influence [...] it was a situation, a pregnancy that was more palpable...

The pregnancy test constitutes for other beneficiaries/couples a central device in reconfiguring the meanings conferred to the embryo – consolidating the possibilities/expectations of the embryo’s development *in utero* as a *potential child*. In contrast, the interviewee relegates that moment to a secondary position (“the only thing we see is a paper saying it’s positive”). In turn, the sensory grasp (“I saw the embryo, heard the heartbeat”) has an

impact as viability evidence, reinforcing the status of a *potential child*. The “abstract” information provided by the pregnancy test is neglected in favor of the embryo’s tangibility, capable of increasing the embryo’s state of *worth* within the *connectionist grammar* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]; BOLTANSKI, 2013 [2004]).

Moreover, the extension of the involvement in the therapeutic trajectory towards the couple’s family also expresses that change in the embryo’s status. The latter is integrated more pronouncedly into an imagined parental project of the couple. This inscription in their social relationships, in this case, in their family relationships (“we had already told our family”), reflects the visualization of the embryo as an *ontological marker* (BOLTANSKI, 2013 [2004]).

The experience reported by a clinical embryologist corroborates the importance of materiality in beneficiaries’ dynamics of bonding with the embryo. As he describes, the intangibility of that being to the *naked eye* for the woman or couple during the entire clinical process, including the first stage of its uterine life, constitutes a factor that favors the perception of the embryo from a functional perspective, that is, as mere *biological matter*. The visualization of the pipette with the embryos, before their transfer to the female uterus, produces an innocuous effect compared to visualization with the intermediation of medical imaging devices:

The lady enters [*the room*] for the puncture, is anesthetized, we remove the eggs. The rest is all done in the laboratory. When we’re going to inject... to put the embryos there, to do the transfer, they don’t see anything. [...] Once a couple – half joking, half serious –, said this in the transfer... I was there, there was [*doctor’s name*], who is the director, the nurse... And at the time (it was pre-Covid), both the lady and her husband could be present in the transfer. And [*doctor’s name*] has the habit of showing the catheter where the embryos go... “Look, here they go in here”... “Bah, as far as I know, that can be water”. They don’t see anything, it’s a fact. (B12)

Conclusions

The resort to ART implies a transition of the parental project from the couple’s intimate sphere to a medical and technical world, functionally prepared for the accomplishment of the will to produce offspring (DELAUNAY, 2017). However, despite their immersion in a context in which the technical-scientific perception of the embryo predominates, based on an *industrial grammar* (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]) present

in the discourses and practices of the professionals, the beneficiaries interviewed reveal a capacity to construct from different perspectives the moral status of embryos (PROVOOST *et al.*, 2009).

These conceptualizations go beyond the categories that make up the biomedical discourse, in a *continuum* between two extremes, opposing a *singularized being* (endowed with *full humanity*) and a *set of cells* (BOLTANSKI, 2013 [2004]). Between those poles, other categories are encompassed – such as *sprout of life*, *potential child*, *genetic inheritance*, or *progeny*. Moreover, the representations around the embryo are not static. Instead, they are subject to oscillations depending on the evolution of the therapeutic trajectory (PROVOOST *et al.*, 2009; DE LACEY, 2013).

Within this variation dynamic in the meanings/statuses conferred to embryos, one analytical element is transversal to the different perspectives conveyed: the meaning-making around this prenatal being is a *relational process* (GIRAUD, 2015). More than relying on specific properties of the embryo (for example, its morphology or size, in line with an *essentialist* conception), the statuses assigned by beneficiaries/couples are constructed according to its spatial and temporal location (*in vitro*, *in utero*, cryopreserved, etc.), and depending on the particularities of the therapeutic trajectories.

Thus, in the light of this *relational dimension*, beyond an *ontological determinism* and in favor of an *ontological pluralism* (THOMPSON, 2005; SILVA; MACHADO, 2009), empirical data show what are the elements concerning the specificity of women/couples' therapeutic trajectory that seem to exert greater influence on the conceptions – and their oscillations – about the embryo. In these meaning-making processes, interviewees mobilize different publicly available grammars (THÉVENOT, 2014) to mold their cognitive and evaluative formats in how they conceive (and relate to) this being.

Hence, the situation (i.e., therapeutic trajectory's specificities) induces different *regimes of engagement* (THÉVENOT, 2006) that support the various understandings produced around this entity. That is the case of (a) genetic linkage to the embryo, capable of breaking with instrumental conceptualizations; (b) embryo transfer, in which the physical bond favors the qualification of a *potential child* or *member of a family unit*, or the construction of a *love relationship* that displaces the embryo from any *equivalence class*; (c) the completion of pregnancy, leading to an apprehension of cryopreserved embryos as *potential siblings*; or (d) sensory grasp (through image and/or sound), which favors disruptions with functional apprehensions.

Moreover, within this *ontological plasticity*, we highlight the case of couples whose conclusion of the parental project triggers the decision on cryopreserved embryos, now relegated to the condition of *surplus*. Since the conceptualizations built are central in the decisions on the fate of these beings dissociated from the parental project from which they were originated (BRUNO *et al.*, 2016; PROVOOST *et al.*, 2012), the formats of apprehension – and the underlying *grammars* – become more complex. In addition to the symbolic conceptualizations around the embryo integrated in a parental project, the decisions on surplus embryos rest on other *grammars*. Thus, the ontological constructions are diversified (GOUVEIA; DELAUNAY, 2022).

That is the case of the embryo morally invested as a *gift* for another couple (DE LACEY, 2013), as a regime of action based on a *Maussian* relationship of voluntary reciprocity (BOLTANSKI, 2012 [1990]). Or also the conception of the embryo as a *solidary* contribution, in favor of scientific progress (BRUNO *et al.*, 2016), that is, of the *collective interest*, as the form of the common good that assigns *civic worth* to that being (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006 [1991]). Thus, the embryo is no longer being perceived according to categories such as *child* or *potential child* by the donating couple/beneficiary.

Therefore, couples/beneficiaries' conceptualizations of the embryo throughout their therapeutic trajectory – from its creation to the final decision on its destination – give an account of plural operations of (re)configurations in the meanings conferred. These actors reveal a capacity to alternate and combine *grammars* – building grammatical structures with multiple levels (GAJDOŠ; RAPOŠOVÁ, 2018) – in the different moral statutes conferred on the embryo.

The mapping of this ontological coordination demands a gaze at this plural and composite character of acting formats, which sustains a fluidity of the embryo's symbolic frontiers between different moral statuses and makes it a being susceptible to hybrid grammatical constructions. Hence, a *pragmatic* approach brings to light interactions between distinct *grammars* underlying the plural ontological categories constructed. Social actors' discourses – in this case, the ART beneficiaries – demonstrate the moral complexity in these conceptualizations, including the tensions and dilemmas that follow these qualifying dynamics.

Referências

- ALVES, Bruno Rodrigues; MACHADO, Helena; SILVA, Susana. Reflexões sobre a investigação em embriões de origem humana: o debate nas organizações de ética portuguesas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 20, p. 1.137-1.151, 2013.
- AUGUSTO, Amélia. *Infertilidade e reprodução medicamente assistida em Portugal: dos problemas privados aos assuntos públicos*. 400f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade da Beira Interior, 2004.
- BOLTANSKI, Luc. *Love and Justice as Competences*. Cambridge: Polity Press, 2012 [1990].
- BOLTANSKI, Luc. *The Foetal Condition. A Sociology of Engendering and Abortion*. Cambridge: Polity Press, 2013 [2004].
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On Justification. Economies of Worth*. New Jersey: Princeton University Press, 2006 [1991].
- BRUNO, Céline *et al.* Survey of 243 ART patients having made a final disposition decision about their surplus cryopreserved embryos: the crucial role of symbolic embryo representation. *Human Reproduction*, v. 31, n. 7, p. 1.508-1.514, 2016.
- CLARKE, Adele E. *et al.* Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness and U.S. Biomedicine. *American Sociological Review*, v. 68, n. 2, p. 161-194, 2003.
- CUSSINS, Charis M. Ontological Choreography: Agency for women patients in an infertility clinic. In: BERG, Marc; MOL, Annemarie (orgs.). *Differences in medicine: Unravelling practices, techniques, and bodies*. Durham and London: Duke University Press, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1515/9780822399179-010>.
- DE LACEY, S. Decision making about frozen supernumerary human embryos. *Hum Fertil (Camb)*, v. 16, n. 1, p. 31-34, 2013.
- DELAUNAY, Catarina. L'insupportable et l'incertain: Proximité et détachement dans l'assistance médicale à la procréation avec tiers donneur. *Anthropologie & Santé*, v. 15, 2017. DOI: 10.4000/anthropologiesante.2738.
- DELAUNAY, Catarina; SANTOS, Mário; GOUVEIA, Luís. *In vitro* metaphors: ART beneficiaries' meaning-making on human embryos in the context of IVF in Portugal. *Reproductive Biomedicine & Society Online*, v. 13, p. 62-74, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbms.2021.05.003>.
- DODIER, Nicolas; BARBOT, Janine. La force des dispositifs. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 71, n. 2, 2016. URL: <https://www.cairn.info/revue-Annales-2016-2-page-421.htm>.
- GAJDOŠ, Adam; RAPOŠOVÁ, Ivana. Juggling grammars, translating commonplace: Justifying an anti-liberal referendum to a liberal public. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, 2018. DOI: 10.1080/23254823.2018.1436448.

GIRAUD, A.-S. *Les statuts de l'être anténatal: un processus d'humanisation 'relationnel': Assistance médicale à la procréation et mort périnatale*. 703f. Tese (Doutorado em Antropologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2015.

GOUVEIA, Luís; DELAUNAY, Catarina. 'Focusing and Unfocusing'—Cognitive, Evaluative, and Emotional Dynamics in the Relationship with Human Embryos among ART Beneficiaries. *Societies*, v. 12, n. 7, 2022. <https://doi.org/10.3390/soc12010007>.

HAIMES, Erica *et al.* 'So, what is an embryo?' A comparative study of the views of those asked to donate embryos for hESC research in the UK and Switzerland. *New Genetics and Society*, v. 27, n. 2, p. 113-126, 2008.

KEANE, Helen. Foetal personhood and representations of the absent child in pregnancy loss memorialization. *Feminist Theory*, v. 10, n. 2, p. 153-171, 2009. DOI: 10.1177/1464700109104922.

LIVET, Pierre; THEVENOT, Laurent. Modes d'action collective et construction éthique. Les émotions dans l'évaluation. In: DUPUY, Jean-Pierre; LIVET, Pierre (eds.). *Les Limites de La Rationalité*. Paris: La Découverte, 1993. p. 412-439.

LUPTON, Deborah. Configuring Maternal, Preborn and Infant Embodiment. *Sydney Health & Society Group Working Paper*, 2012. URL: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2273416>.

PIETTE, Albert. *Ethnographie de l'action*. Paris: Éditions Métalié, 1996.

PROVOOST, Veerle *et al.* Infertility patients' beliefs about their embryos and their disposition preferences. *Human Reproduction*, v. 24, n. 4, p. 896-905, 2009.

PROVOOST, Veerle *et al.* 'Something of the two of us. The emotionally loaded embryo disposition decision making of patients who view their embryo as a symbol of their relationship. *Journal of Psychosomatic Obstetrics and Gynecology*, v. 33, n. 2, p. 45-52, 2012.

SILVA, Susana; MACHADO, Helena. A compreensão jurídica, médica e 'leiga' do embrião em Portugal: um alinhamento com a biologia? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 13, n. 30, p. 31-43, 2009.

THÉVENOT, Laurent. Émotions et Évaluations dans les coordinations publiques. In: PAPERMAN, Patricia; OGIEN, Ruwen (eds.). *La couleur des pensées*. Émotions, Sentiments, Intentions. Paris: Éditions de l'EHESS, 1995.

THÉVENOT, Laurent. *L'action au pluriel*. Sociologie des régimes d'engagement. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

THÉVENOT, Laurent. The plurality of cognitive formats and engagements: moving between the familiar and the public. *European Journal of Social Theory*, v. 10, n. 3, p. 413-427, 2007.

GOUVEIA, L.; DELAUNAY C. • Mapping the fluidity of frontiers: the *ontological plasticity* of the human embryo in the (re)evaluations among ART beneficiaries

THÉVENOT, Laurent. Voicing concern and difference: From public spaces to commonplaces. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, v. 1, n. 1, p. 7-34, 2014.

THOMPSON, Charis. *Making parents: The ontological choreography of human reproductive technologies*. Cambridge and London: MIT Press, 2005.

TURNER, Victor. Liminality and Communitas. In: TURNER, Victor (ed.). *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*. New York: Corner University Press, 1969. p. 94-130. <https://doi.org/10.4324/9781315134666-3>.

Légitimité, gouvernabilité.

Enjeux et évolutions des systèmes démocratiques en situation de pandémie

Stella Volpe

Ce travail s'inscrit dans le cadre d'une recherche de long terme qui vise à enrichir la connaissance des dynamiques ayant trait aux évolutions des systèmes démocratiques sous l'effet de phénomènes globaux aux interactions complexes, tels que l'économie globalisée, les mobilités multiples et les événements pandémiques. Il s'agit, en particulier, de caractériser de manière comparative les évolutions des démocraties contemporaines à partir de deux entrées: d'une part, la tension entre légitimité et gouvernabilité habitant le fonctionnement des systèmes démocratiques modernes, quelles que soient leurs configurations, qui s'accroît sous l'effet de différents processus mondialisés aux interactions complexes, et d'autre part, son influence sur les modes de gouvernance et de régulation qui s'imposent.

La réflexion qui sera menée dans ce travail se concentre sur les dynamiques à l'œuvre dans les processus décisionnels en période de crise sanitaire due à une pandémie telle que celle de Covid-19. La réflexion s'articulera autour de deux questions majeures: *primo*, comment évoluent les processus de légitimation des décisions politiques vis-à-vis d'une crise sanitaire de portée internationale; *secundo*, comment leur évolution influence la (re)configuration des modes de gouvernance. Notre démarche se développera à travers la confrontation entre configurations comparables. Nous nous concentrerons, en particulier, sur le cas français et le cas italien.

Problématique

La démocratie en tant que forme de gouvernement connaît une crise *qualitative* (DIAMOND; MORLINO, 2005). Le mécontentement des citoyens à l'égard du fonctionnement des institutions démocratiques se

traduit, entre autres, par une demande pressante de plus de transparence et de plus d'efficacité, deux maîtres-mots de la *good governance* comme style d'action politique (HERMET *et alii*, 2005; GAUDIN, 2014). Quoi qu'il en soit du rapport ambigu entre la démocratie et la «double-face de la gouvernance» (Volpe, 2020), force est de constater qu'une telle crise *qualitative* de la démocratie en tant que forme de gouvernement a été redoublée par une autre crise, celle de la régulation étatique, sous sa forme traditionnelle (OST; VAN DE KERCHOVE, 2002). Le remodelage de l'Etat et la redistribution de ses compétences s'inscrivent dans un contexte où «l'Etat [est] défié» (POGGI, 1992) dans ses fonctions. D'une part, l'Etat est «défié» par des processus de mondialisation à plusieurs variables, qui se sont accélérés pendant la seconde moitié du XXe siècle, remettant en cause son cadre d'action par le transfert de certaines de ses compétences vers des entités supranationales, telle l'Union européenne. De l'autre, l'Etat est «défié» par le processus de décentralisation entraînant le transfert de certaines de ses compétences vers les collectivités territoriales. Défié dans ses fonctions webériennes par la globalisation et la transnationalisation de phénomènes politiques, économiques et sociaux (HASSENTEUFEL, 2005; HAY, 2010), l'Etat se voit confronté à des phénomènes globaux aux interactions complexes, tels que l'économie globalisée, les mobilités multiples et les événements pandémiques, qui nécessitent de repenser les modes de régulation publique

En effet, la régulation publique ne cesse de se transformer depuis plusieurs décennies. La régulation publique n'étant pas indépendante de la régulation politique, les dynamiques institutionnelles de la régulation politique se transforment également. S'agissant d'une régulation «multifactorielle» (COMMAILLE; JOBERT, 1998), diverses «dimensions» participent de ses «métamorphoses» (*Ibidem*). De telles «métamorphoses» s'accompagnent des transformations des modalités pratiques de l'exercice du pouvoir, des «instruments de gouvernement» et des «instruments d'action étatique» (LASCOUMES; LE GALÈS, 2004). On peut pertinemment se poser la question de savoir si et comment celles-ci s'articulent avec les transformations des systèmes démocratiques et de leurs instruments, si le rapport entre démocratie et Etat se pose surtout en termes de fonctionnement des institutions, là où la démocratie s'impose comme forme de gouvernement dans le cadre d'un Etat déterminé. Mais la démocratie étant également une forme sociale, ses transformations se rapportent également aux évolutions

des dynamiques sociales. Par conséquent, ses reconfigurations s'inscrivent dans le cadre des articulations qui se dessinent entre mutations de la régulation politique, de la régulation juridique et de la régulation sociale. Des incertitudes peuvent surgir en raison des ajustements qui s'opèrent entre celles-ci. Si on peut alors se demander si les incertitudes de la régulation juridique seraient le reflet normal des incertitudes de l'action publique (DURAN, 1993), on peut également se demander, plus globalement, si et dans quelle mesure les incertitudes de la régulation politique, juridique et sociale sauraient être le reflet les unes des autres.

Force est de constater que les incertitudes, incohérences et ambiguïtés de l'action publique (JOBERT; MULLER, 1987) se multiplient dans un contexte où la société (BAUMAN, 2000; BAUMAN, 2005) et le droit deviennent «liquides» (MESSINA, 2012). Elles se multiplient également sous l'effet de phénomènes globaux, marqués par des processus circulatoires multiples et susceptibles de contribuer à produire des situations de crise variées (ex. crise économique, crise migratoire, crise sanitaire). La première question qui se pose est de savoir si et comment de telles situations de crise sauraient être un facteur de transformation pour les systèmes démocratiques. La deuxième question qui se pose est de savoir si des situations de crise différentes sauraient être à l'origine de transformations uniformes. Considérant les composantes du concept de crise, tels que l'accroissement des désordres et des incertitudes et l'idée de perturbation (MORIN, 1976), il apparaît que la crise porte en elle des possibilités tout en pouvant être latente, contrairement à la catastrophe qui est généralement patente (THOM, 1976), la crise peut être un levier de transformation. Des processus de changements peuvent être reliés à des situations de crise.

Le mot «crise», souvent employé abusivement, est intrinsèquement lié aux concepts de décision, de discernement et de jugement. Le mot «crise» vient du grec *krisis* (*krinein* = examiner, décider) qui signifie discernement ou décision. C'est dans ce sens que Thucydide l'a employé dans la *Guerre du Péloponnèse*. Ce terme était alors souvent utilisé dans les assemblées publiques et les procès. Les médecins grecs ont rendu possible l'extension de la signification du mot. Selon le traité hippocratique *Des affections*, «une crise dans les maladies, c'est ou une exacerbation, [...] ou une métaptose en une autre affection». D'où son double lien avec la «décision» et avec le «changement». Ce qui nous intéresse ici, c'est de savoir comment ce «double lien» s'explique de nos jours dans des contextes socio-politiques traversés

par des processus circulatoires reliés à des phénomènes globaux susceptibles de contribuer à produire des situations de crise. Des modifications peuvent s'opérer dans les processus décisionnels et, en particulier, dans les processus décisionnels propres aux contextes démocratiques. Sauraient-elles apporter des éléments nouveaux qui permettraient de remédier à l'«ingouvernabilité» des démocraties (BOBBIO, 1995), déjà relevée par le célèbre Rapport de la Commission Trilatérale datant de 1975 (CROZIER; HUNTINGTON; WATANUKI, *The Crisis of Democracy: On the Governability of Democracies*)? Cela revient à se demander si les démocraties sont «gouvernables» ou non (LECA; PAPINI, 1985). La question de la gouvernabilité se rapporte au fonctionnement des institutions politiques, dans la mesure où la question de la gouvernabilité peut se poser en termes de capacité à gouverner, voire de capacité à gouverner efficacement (GAUDIN, 2002). L'un des enjeux majeurs des systèmes démocratiques est alors de rendre les processus décisionnels plus efficaces, à l'issue desquels des décisions aussi efficaces pourraient être prises. *A fortiori* en situation de crise, l'efficacité sur les plans opératoire et fonctionnel et la gouvernabilité deviennent deux impératifs majeurs. Le caractère incertain et le caractère ambigu de la crise font que son issue est a priori incertaine (*Ibidem*). Il est alors pertinent d'analyser, d'abord, comment les systèmes démocratiques gèrent les incertitudes liées à des situations de crise et, ensuite, comment celles-ci sauraient être à l'origine de transformations dans leur fonctionnement. Une distinction analytique peut être faite entre risque et incertitude: «le risque n'existe que si les probabilités conséquentes sont connues, comme dans les jeux de chance. Quand les probabilités ne sont pas précisément connues et doivent être estimées, alors on dit qu' [on] fait face à une incertitude» (STEINBRUNER, 1974).

Un autre impératif de la démocratie réside dans son «principe de légitimité» (FERRERO, 1942). Celui-ci peut être mis en *crise* par les dynamiques multidimensionnelles de la société contemporaine (HABERMAS, 2012), notamment en situation de crise. Tout en pouvant s'inscrire dans des modèles démocratiques diversifiés (HELD, 1996), «le principe de légitimité démocratique» se veut être indissociable de la participation du *demos* au processus décisionnel, directement ou indirectement, le *demos* étant le titulaire du pouvoir souverain, selon les principes démocratiques. Dans le cas de la démocratie représentative, le peuple y participe surtout indirectement, soit par le biais des représentants qu'il élit périodiquement.

Dans ce cas, le «principe électif» et le «principe démocratique» se combinent (FERRERO, 1942). De la sorte, les représentants sont légitimés à prendre des décisions contraignantes pour tous les membres d'une communauté politique donnée, et ce au nom des représentés. Ils tirent leur légitimité du vote de ces derniers, qui demeurent les détenteurs du pouvoir souverain. Dans cette perspective, la «démocratie des modernes» se veut, par conséquent, être «verticale» ou ascendante (SARTORI, 1987), car elle comporterait une transmission du pouvoir qui procède d'en bas en montant vers le haut, ce qui est jugé être «la force de la croyance démocratique» (BRAUD, 2003). Cela implique que ceux qui exercent effectivement le pouvoir, tout en n'étant pas les titulaires, sont peu nombreux par rapport au nombre de ceux sur lesquels ils exercent le pouvoir.

Parmi les «principes de légitimité», «justifications» (ROSANVALLON, 2008) de tout droit d'établir les règles qui régissent une communauté politique, «l'élection» et «la compétence» sont censées rendre possible la sélection d'un certain nombre d'individus, qui pourraient ainsi acquérir le pouvoir *légitime* de prendre des décisions qui concernent d'autres individus, voire tous les individus qui font partie d'une certaine communauté politique. Le premier repose sur un élément *quantitatif*, associé à la «règle de la majorité» des volontés exprimées (GIRARD, 2014), tandis que le deuxième repose sur un élément *qualitatif*, associé aux compétences ou connaissances spécifiques qu'une *valentior pars* est censée posséder. Le critère numérique sur lequel repose le principe de l'élection associé au principe majoritaire serait-il alternatif ou contradictoire par rapport au critère qualitatif sur lequel repose le principe de la compétence? Le principe majoritaire et le principe de la compétence reposent sur des conceptions de la légitimité qui a priori semblent contrastées (PIZZORNO; CROSTA; SECCHI, 2013). Peuvent-ils tout de même coexister? La tendance, dans nombre de sociétés contemporaines, visant à restreindre «la sphère régulée par le principe électif et majoritaire» s'accompagne de l'introduction de plus en plus d'«éléments de compétence dans l'organisation de la société» (*Ibidem*). Les «autorités technocratiques», qui ne sont pas des autorités représentatives électives, vont acquérir un rôle de plus en plus crucial dans plusieurs Etats démocratiques de nos jours (GALGANO, 2007). Par conséquent, «les très peu nombreux compétents», supposés avoir des connaissances spécifiques, sont de plus en plus impliqués dans les processus décisionnels, voire sont appelés, eux-mêmes, à prendre des décisions à la place des institutions démocratiques

représentatives électorales (*Ibidem*). Face aux signes d'un désenchantement vis-à-vis d'une légitimité qui a sa source dans la consécration par les urnes, une légitimité fondée sur la compétence gagne du terrain. Cette tendance ne cesse de s'accroître, *a fortiori* en situation de crise. L'ensemble de ces dynamiques met encore plus sous tension le rapport problématique entre légitimité et gouvernabilité habitant le fonctionnement des systèmes démocratiques modernes. Cela soulève toute une série d'interrogations et de (ré)interrogations relatives au fonctionnement des systèmes démocratiques de nos jours. Il semble donc pertinent d'en interroger les dynamiques de long terme depuis la fin du siècle dernier, afin de remettre en perspective ses transformations plus récentes.

Questions de recherche et hypothèses de départ

Depuis la fin du siècle dernier, plusieurs «crises», supposées ou avérées, se succèdent et s'enchevêtrent: elles peuvent être de différentes natures et se manifester à des échelles multiples (locale, régionale, nationale, mondiale). Certaines sont censées être causées par des facteurs liés à des phénomènes de nature différente mais tous reliés de loin ou de près à la mondialisation, marquée par des processus de circulations variées. La première question qui nous intéresse est de comprendre si et comment les systèmes démocratiques contemporains sont travaillés par de telles «crises» associées à des phénomènes globaux. Il s'agit de comprendre si les transformations qu'ils peuvent connaître sous l'effet de celles-ci pourraient s'inscrire dans les dynamiques qui les traversent depuis plusieurs décennies. La deuxième question qui nous intéresse est de comprendre si des crises de nature différente (ex. économique, migratoire, sanitaire) sauraient être à l'origine de transformations uniformes.

Nous avançons, d'abord, qu'elles constituent un accélérateur des dynamiques déjà à l'œuvre mais, en même temps, elles sont porteuses de changement. Si elles sont porteuses de changement dans l'organisation et le fonctionnement des systèmes démocratiques contemporains, les transformations qu'ils peuvent ainsi connaître peuvent varier en fonction de la nature de la crise. En particulier, nous avançons que toute crise générée par des processus circulatoires liés à des phénomènes globaux serait susceptible d'accroître la tension entre légitimité et gouvernabilité habitant le fonctionnement des systèmes démocratiques modernes, mais cette tension

s'accroîtrait de manière différente en fonction de la nature de la crise qui se produit. Nous avançons alors, ensuite, que des situations de crise de nature différente seraient susceptibles de donner lieu à des évolutions différenciées des processus décisionnels se déroulant au sein des systèmes démocratiques, qui connaîtraient ainsi des ajustements variables en fonction de la nature de la crise à gérer. Dans le cadre de cette analyse, il s'agit de cerner les spécificités des transformations des systèmes démocratiques qui s'opèrent sous l'effet d'une crise sanitaire pandémique. Nous avançons que, parmi les éléments marquant l'évolution des systèmes démocratiques en situation de crise sanitaire, on peut relever un trait distinctif qui peut toucher au rapport entre légitimité et gouvernabilité: les modifications qui s'opèrent dans les processus décisionnels se caractérisent par la tendance de plus en plus marquée à combiner des composantes relevant du domaine technique ou scientifique avec des composantes relevant du domaine social ou politique. Cette tendance est présente sous plusieurs formes dans les systèmes politiques contemporains depuis plusieurs années. Mais elle devient prédominante en situation de crise sanitaire. Des questions relevant d'une crise sanitaire peuvent bien être d'ordre scientifique. Elles peuvent donc être abordées par des spécialistes ou scientifiques. Mais elles peuvent aussi être abordées d'un point de vue social ou politique, car elles peuvent bien avoir des conséquences socio-politiques. Par ailleurs, si les problèmes scientifiques peuvent être traduits en problèmes sociétaux (LATOUR, 1999), ils peuvent également être construits en problèmes publics (HASSENTEUFEL, 2011; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; RIBÉMONT *et al.*, 2018).

Or, la question qui se pose est de savoir quelles formes prend l'implication de *savants*, *scientifiques* ou *experts* dans les processus décisionnels en situation de crise sanitaire. Seraient-ils des *techniciens*? Leurs traits peuvent-ils être bien définis? Leur implication favorise-t-elle le rapprochement du domaine politique du domaine technique ou scientifique? Favorise-t-elle le rapprochement entre la sphère scientifique et technique et la sphère sociopolitique? Leur implication a-t-elle pour conséquence un ajustement mutuel et progressif entre les actions des acteurs relevant de différents domaines qui participent aux processus décisionnels? Peut-on discerner les modalités d'interaction entre les acteurs concernés, celles-ci pouvant être schématiquement distinguées en trois types primordiaux: *primo*, le conflit; *secundo*, la négociation; *tertio*, la collaboration? Dans quelle mesure et sous quelle forme les connaissances scientifiques et techniques contribuent-elles

à l'élaboration des décisions publiques? Comment évoluent le système institutionnel et les procédures décisionnelles dans lesquelles s'insère l'*expertise*? Saurait-on cerner l'impact de l'*expertise* sur l'action publique? Tel ou tel cadre institutionnel saurait-il brider l'*expertise*? Finalement, pourquoi et comment des *savants*, *scientifiques*, *experts* ou *techniciens* prennent-ils part aux processus décisionnels en situations de crise sanitaire? Et à quel titre exactement? Comment sont-ils sélectionnés pour qu'ils y prennent part?

L'enjeu est d'articuler connaissances, incertitudes, avec les options politiques envisageables. Peut-on faire des usages différents des connaissances? Les *savoirs experts* peuvent-ils servir de justifications à l'action gouvernementale? Pour faire un *choix éclairé* si on est confronté à une crise sanitaire, un décideur public doit-il y recourir? Les décisions publiques à prendre face à une crise sanitaire, doivent-elles être intégrées par l'*expertise scientifique* pour être mieux légitimées? Susciteraient-elles ainsi moins d'oppositions, moins de contestations, moins de controverses? Des décisions publiques *éclairées* en situation de crise sanitaire doivent-elles se fonder sur des connaissances scientifiques ou techniques? La mobilisation des connaissances *scientifiques* ou *techniques* dans les processus décisionnels favorise-t-elle la circulation des savoirs? Favorise-t-elle l'accroissement du pouvoir *technocratique*?

L'affirmation du pouvoir technocratique est un phénomène contemporain sans être pour autant nouveau (PUTNAM, 1977). Il mériterait d'être analysé avec un soin renouvelé, en particulier dans le cadre de la pandémie actuelle. S'interroger sur la place que la «technique» ou bien les diverses spécialités *techniques* se veulent occuper dans la société contemporaine, c'est l'une des grandes questions de la modernité (ELLUL, 1954; SÉRIS, 1994; SIMONDON, 2014). S'interroger sur la régulation technocratique ne revient pas forcément à s'interroger sur la place des experts dans l'action publique en période de crise sanitaire. Si, d'une part, le profil et le rôle des techniciens ou experts participant à la régulation publique peut varier en fonction de différentes échelles spatio-temporelles et des matières à régler, de l'autre, le profil et le rôle des experts impliqués dans l'action publique en période de crise sanitaire devraient être mieux définis. De tels experts seraient-ils des *savants*, au sens wébérien du terme? ou bien des «compétents» ou des spécialistes, connaisseurs d'un domaine particulier? Maîtrisent-ils un même *savoir-faire*? ou encore, de tels experts seraient-ils des «policy advisors»? Ceux-ci peuvent se distinguer en a) «experts

fonctionnels», spécialisés dans un domaine particulier (ex. scientifiques, médecins, etc.) b) «experts en processus» c) «experts en décision» (COLEBATCH, HOPPE; NOORDEGRAAF, 2010).

Notre étude vise à apporter un éclairage à toutes ces questions afin de mieux interroger les dynamiques et les enjeux en matière de prise de décision en situation de crise sanitaire, à partir de la confrontation entre configurations comparables. Nous nous concentrerons, en particulier, sur le cas français et le cas italien. Nous avançons que, dans ces deux cas, les processus de légitimation des décisions politiques liées à la crise sanitaire se réalisent à travers une nouvelle implication des «experts» dans les processus décisionnels. Il s'agirait d'«experts fonctionnels» (v. *supra*) pouvant représenter des figures «officielles» d'experts, ainsi désignés par les pouvoirs publics et censés assurer une légitimation scientifique des décisions prises par les autorités politiques. Ils peuvent composer des organes à la fois «indépendants» et rattachés aux institutions publiques, et créés par les autorités publiques, qui remplissent une fonction d'expertise scientifique, à la demande du gouvernement, auquel ils adressent des avis (v., par exemple, le Conseil scientifique Covid-19 en France et le Comité technique et scientifique en Italie). Les décisions publiques auraient ainsi une double légitimation, ce qui peut avoir des effets sur le rapport problématique entre légitimité et gouvernabilité habitant le fonctionnement des systèmes démocratiques modernes. D'où l'hypothèse que la crise sanitaire favoriserait deux tendances: 1) tentative marquée d'institutionnalisation du savoir expert 2) mise en forme de nouvelles articulations entre deux légitimations, la légitimation scientifique, technique ou «experte» et la légitimation politique, de l'action publique.

Démarche méthodologique

Notre choix épistémologique est de type hypothético-déductif, ce qui a une certaine incidence sur les choix méthodologiques opérés tout au long de notre recherche. Il s'agit donc pour nous de «bâtir des hypothèses ou des systèmes théoriques» et de les soumettre «à l'épreuve de l'expérience par l'observation» (POPPER, [1934], 2007). C'est là la *méthode déductive de contrôle* scientifique, selon laquelle toute hypothèse doit être soumise à des tests systématiques de manière rigoureuse et «seulement après avoir été avancée» (*Ibidem*). Les hypothèses que nous avons avancées plus haut ne

peuvent être que de «provisaires conjectures», qui peuvent faire l'objet d'un contrôle intersubjectif. Elles ont été formulées de manière à être falsifiables et donc scientifiques. Pour ce qui nous concerne, nous les avons contrôlées avec soin et rigueur par des tests systématiques effectués suivant un protocole que nous avons construit pertinemment, tout en tenant compte des conditions matérielles dans lesquelles s'inscrit notre recherche¹. Le protocole comprend un travail préliminaire d'exploration et un travail d'investigation scientifique.

Nous avons fait des recherches bibliographiques et des recherches d'archives, réalisé des recherches documentaires approfondies sur les dispositifs mis en place en période de pandémie, analysé les mesures et décisions prises en période de crise sanitaire, construit des dossiers documentaires thématiques, reconstruit l'historique de l'élaboration et de l'adoption des normes en lien avec la gestion de la crise sanitaire, examiné les informations scientifiques pertinentes et les statistiques disponibles mises à jour au fur et à mesure de l'évolution du phénomène pandémique, fait un travail d'observation et d'investigation scientifique, analysé de nombreuses données récoltées sur le terrain, pour les confronter par la suite aux hypothèses de recherche. Cela nous a permis de soumettre nos hypothèses au contrôle empirique de manière rigoureuse. Notre recherche conjugue analyse théorique et analyse empirique. Notre recherche comporte une investigation multi-située. L'espace européen constitue pour nous un champ d'investigation privilégié mais non exclusif. Nos investigations se concentrent notamment sur deux terrains: la France et l'Italie. Notre approche est de type comparatif. Cela nous permet de contrôler encore plus soigneusement nos hypothèses de recherche, car la comparaison est une méthode de contrôle, qui peut servir à infirmer une hypothèse ou une théorie qui serait bien confirmée si utilisée pour expliquer un seul cas. En effet, «comparer, c'est contrôler» (SARTORI, 2011).

¹ Nombreuses sont les difficultés auxquelles doit faire face un chercheur menant une recherche en période de pandémie et d'urgence sanitaire, comme cela a été le cas pour nous. Les mesures sanitaires en vigueur peuvent s'avérer très contraignantes. Elles demandent une organisation du travail conséquente et des efforts sur différents plans.

Instances d'aide à la décision en situation de pandémie et pouvoirs publics

Dans le cadre de cette contribution, l'analyse se concentre sur une période précise qui s'étend de janvier 2020 à juillet 2022. Face à la propagation du nouveau coronavirus, SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome-related CoronaVirus), qui venait d'être détecté pour la première fois en Chine², le 30 janvier 2020³ l'OMS déclare l'état d'urgence sanitaire mondiale⁴. Il s'agit d'une mesure exceptionnelle: depuis la création du Règlement sanitaire international, entré en vigueur en 2007, c'est seulement la 6e fois que cet état d'urgence était déclaré. Le 11 mars 2020, l'OMS déclare l'état de pandémie mondiale⁵. En France, les trois premiers cas à partir de la découverte de la maladie Covid-19 (pour COronaVirus Disease 2019) causée par le SARS-CoV-2 sont officiellement recensés le 24 janvier 2020. Il s'agit d'un Français d'origine chinoise et de deux touristes chinois ayant séjourné à Wuhan, la grande ville de la province du Hubei en Chine où cette nouvelle infection est apparue en décembre 2019. Il s'agit des premiers cas de contamination identifiés en Europe. En Italie, les deux premiers cas à partir de la découverte de la maladie sont officiellement recensés le 29 janvier 2020. Il s'agit de deux touristes chinois arrivés en Italie la semaine précédente. Pour répondre à la crise sanitaire provoquée par le SARS-CoV-2, aussi bien l'Italie que la France déclarent l'état d'urgence sanitaire: en Italie l'état d'urgence est déclaré le 31 janvier 2020 par décision du Conseil des ministres, en France l'état d'urgence est instauré par la loi du 23 mars 2020 (Loi n° 2020-290 du 23 mars 2020 d'urgence pour faire

² Le 31 décembre 2019, 27 cas d'une maladie d'étiologie encore inconnue, dont 7 cas graves, ont été rapportés par les autorités sanitaires chinoises. Le 9 janvier 2020, l'OMS annonce que la maladie est due à un nouveau coronavirus. Le 11 janvier 2020, la Chine rapporte le premier décès dû au nouveau coronavirus.

³ Le virus avait déjà fait 170 morts et contaminé 7.700 personnes en Chine, d'après les données dont disposait l'OMS à ce moment-là. En dehors de la Chine, le virus avait désormais atteint 18 pays, avec plus de 80 cas confirmés au total.

⁴ Le nouveau coronavirus apparu en Chine constituait désormais «une urgence de santé publique de portée internationale» (Source: OMS). L'état d'urgence sanitaire mondiale n'est déclaré que lorsque plusieurs critères sont réunis: la situation doit être «grave, inhabituelle ou inattendue», doit représenter un «risque de propagation internationale», ainsi qu'un «risque important de restriction aux voyages internationaux et au commerce extérieur». En décrétant l'état d'urgence sanitaire mondiale, l'OMS s'accorde ainsi le droit d'adresser des recommandations à tous les pays, dans le but de prévenir ou réduire la propagation du virus.

⁵ Au cours des deux semaines précédentes, le nombre de cas en dehors de la Chine a été multiplié par 13 et le nombre de pays touchés a triplé, selon l'OMS.

face à l'épidémie de Covid-19). La déclaration de l'état d'urgence sanitaire entraîne la réunion sans délai d'un conseil scientifique, instance d'aide à la décision en situation de pandémie mise spécialement en place à cet effet. Le 31 juillet 2022 marque la fin de l'état d'urgence sanitaire en France (Loi n° 2022-1089 du 30 juillet 2022). En Italie, la fin de l'état d'urgence sanitaire avait été fixée au 31 mars 2022 (Décret-Loi n. 24 du 24 mars 2022, Loi n. 52 du 19 mai 2022). Aussi bien en Italie qu'en France, les conseils scientifiques mis en place en 2020 sont dissous quand prend fin l'état d'urgence sanitaire.

Il apparaît donc que tout au long de l'état d'urgence sanitaire, un régime juridique d'exception pouvant être décidé en cas de catastrophe sanitaire, les pouvoirs publics sont conduits à demander l'assistance d'experts pour élaborer des mesures efficaces face à la crise sanitaire. De tels experts sont choisis par les mêmes pouvoirs publics. En France, à la demande du Président de la République, le 10 mars 2020 le ministre des Solidarités et de la Santé a installé un conseil scientifique⁶, dont le président, un médecin immunologue de formation, a été nommé par décret du Président de la République (Décret du 3 avril 2020 portant nomination du président du comité de scientifiques constitué au titre de l'état d'urgence sanitaire déclaré pour faire face à l'épidémie de Covid-19). Sa mission était d'éclairer la décision publique dans la gestion de la situation sanitaire liée au nouveau coronavirus. Les experts composant ce conseil scientifique relèvent de plusieurs disciplines: deux infectiologues, un virologue, un épidémiologiste, un médecin généraliste, un membre du Haut Conseil de la santé publique, une réanimatrice, un expert en numérique, un modélisateur, une anthropologue, un sociologue (officialisés par le Décret du Premier Ministre du 3 avril 2020⁷), auxquels s'ajoute d'abord une responsable associative nommée par le Président du Sénat (Cf. Nomination par le président du Sénat du 28 mars 2020⁸), et ensuite, en 2021, d'autres scientifiques, à savoir une infectiologue, un gériatre, un vétérinaire et une pédopsychiatre (Cf.

⁶ En plus du conseil scientifique, d'autres instances ont existé dans la même période en France: le Comité analyse recherche et expertise (CARE), créé le 24 mars 2020 par le Gouvernement, et le Conseil d'orientation de la stratégie vaccinale.

⁷ Décret du 3 avril 2020 portant nomination des membres du comité de scientifiques constitué au titre de l'état d'urgence sanitaire déclaré pour faire face à l'épidémie de Covid-19.

⁸ En application de l'article L. 3131-19 du code de la santé publique, le président du Sénat a nommé Mme Marie-Aleth Grard membre du conseil scientifique Covid-19, en tant que représentante du monde associatif, pour la durée de l'état d'urgence sanitaire.

Décret du Premier Ministre du 16 février 2021⁹). Selon le Règlement intérieur du conseil scientifique Covid-19, dont la version définitive date du 30 avril 2020, les membres nommés exercent leur fonction d'expertise à titre bénévole. Ils ne perçoivent aucune rémunération ou avantage dans le cadre de leur fonction (art.3-1). Le Conseil scientifique Covid-19 a un rôle d'aide à la décision. Il est consultatif et rend des avis simples qui ne lient pas le Gouvernement. Il les rend en toute indépendance au seul vu de l'intérêt général du pays (art.1-3). En ce qui concerne son fonctionnement, le Conseil scientifique Covid-19 est saisi par le gouvernement des questions à aborder. Il peut également s'autosaisir des sujets portant sur l'urgence sanitaire qui lui paraissent primordiaux pour lutter contre la catastrophe sanitaire (art. 2-1). Il se réunit aussi souvent qu'il est nécessaire pour assumer sa mission (art. 2-4).

En Italie, on a également installé un conseil scientifique, dénommé Comité technique et scientifique (CTS), pour aider les pouvoirs publics dans le processus de prise de décisions, en fournissant un appui scientifique, dans le cadre de l'état d'urgence sanitaire. L'arrêté n. 630 du 3 février 2020 du Chef du Département de la protection civile¹⁰ sous l'égide de la Présidence du Conseil des Ministres et son décret n. 371 du 5 février 2020 réglementent sa mise en place. Les membres du CTS sont des spécialistes issus de multiples disciplines. La composition du CTS a évolué durant la crise sanitaire. Partie d'un noyau restreint, elle s'est progressivement élargie, entre février 2020 et février 2021, à des chercheurs reconnus dans leur domaine (Cf. arrêtés du Chef du Département de la protection civile n. 663 du 18 avril 2020, n. 673 du 15 mai 2020, n. 706 du 7 octobre 2020, n. 715 du 25 novembre 2020 et n. 735 du 29 janvier 2021). En plus du coordinateur du CTS, médecin de formation et haut fonctionnaire du Service national de la protection civile du Département de la protection civile, plusieurs personnalités du monde de la science et de la haute fonction publique (dont la plus grande partie sont également des scientifiques) en ont fait partie¹¹. A partir de mars 2021

⁹ Décret du 16 février 2021 portant nomination de membres du comité de scientifiques constitué au titre de l'état d'urgence sanitaire déclaré pour faire face à l'épidémie de Covid-19.

¹⁰ Créé le 29 avril 1982, ce Département est spécialisé dans l'orientation, promotion et coordination de toutes les activités permettant de faire face à des situations d'urgence qui se produisent dans le territoire national.

¹¹ Parmi ses membres, on compte le président de l'Institut supérieur de santé (médecin et professeur des universités), le directeur général de la prévention sanitaire du Ministère de la Santé, le directeur des services de la santé maritime, aérienne et de frontière du Ministère de la Santé, le directeur

jusqu'à la fin de l'état d'urgence, sa composition a été restreinte, passant de vingt-quatre à douze membres (Cf. arrêté du Chef du Département de la protection civile n. 751 du 17 mars 2021). La réduction du nombre de ses membres s'est accompagnée d'une légère modification de sa composition, en laissant toujours une place importante aux scientifiques du domaine sanitaire. De même que les membres du Conseil scientifique installé en France, les membres du CTS exercent leur fonction à titre bénévole. Ils ne perçoivent aucune rémunération dans le cadre de leur fonction. De même que le Conseil scientifique installé en France, le CTS est une instance consultative. Celui-ci a un «rôle institutionnel» (arrêté du Chef du Département de la protection civile n. 751 du 17 mars 2021) d'aide à la décision en situation de pandémie. Il formule des avis sur l'état de la catastrophe sanitaire et fait part des connaissances scientifiques disponibles, susceptibles d'éclairer la décision publique dans la gestion de la situation sanitaire. Aussi bien en France qu'en Italie, les changements de gouvernements¹² au cours de la période d'état d'urgence sanitaire n'ont pas

général des dispositifs médicaux et des services pharmaceutiques du Ministère de la Santé, le directeur du Département de médecine, épidémiologie, hygiène du travail et de l'environnement de l'INAIL (Institut national d'assurance contre les accidents sur le travail), le directeur scientifique de l'Institut national en maladies infectieuses «Lazzaro Spallanzani», le président du Conseil supérieur de la santé du Ministère de la Santé, le directeur général de l'Agence nationale de sécurité du médicament, le secrétaire général du Ministère de la Santé, l'inspecteur général de la santé militaire du Ministère de la Défense, le directeur général de la programmation sanitaire du Ministère de la Santé, le représentant de la Commission Santé désigné par le président de la Conférence des régions et provinces autonomes, le directeur du Département Urgences, anesthésiologie et réanimation de l'Institut Hospitalo-Universitaire «A. Gemelli», le directeur du Département des sciences du vieillissement, de la neurologie, de l'orthopédie et de la tête de l'Institut Hospitalo-Universitaire «A. Gemelli», un médecin haut fonctionnaire de la police nationale, spécialiste de médecine des catastrophes, un représentant de l'Organisation mondiale de la santé, le directeur des Services de prévention des maladies transmissibles et de la prophylaxie internationale du Ministère de la Santé, le président de la Société italienne de pneumologie, le président de la Société italienne de pédiatrie.

¹² En France, la déclaration de l'état d'urgence sanitaire a été faite au moment où le second gouvernement Édouard Philippe était en fonction. Il a duré du 19 juin 2017 au 3 juillet 2020, soutenu par une coalition alliant des partis de centre, de centre-droit et libéraux (LREM – MoDem – TdP – PRG, MR – CSA – Agir – PÉ). Le même jour (le 3 juillet 2020) où Édouard Philippe a remis la démission de son gouvernement au président de la République, Jean Castex a été nommé Premier ministre. Le gouvernement est resté en fonction jusqu'au 16 mai 2022, soutenu par une coalition alliant des partis de centre, de centre-droit et libéraux (LREM – TdP – MoDem – MR, PR – EC – PÉ – CSA – Agir). Le 16 mai 2022, Elisabeth Borne a été nommée Première ministre. Le nouveau gouvernement résultant du décret signé le 4 juillet 2022 par la Première ministre, est soutenu par une majorité relative, soit une coalition présidentielle (LREM/Renaissance – TdP – Agir, RE – MoDem – Horizons – PR – FP – LRC). En Italie, la déclaration de l'état d'urgence sanitaire a été faite par un gouvernement soutenu par une coalition de centre-gauche, le

entraîné la suppression des conseils scientifiques avant la fin de l'état d'urgence.

La mise en place d'un conseil scientifique *ad hoc*, en tant qu'instance d'aide à la décision en situation de pandémie, se traduit par l'implication d'«experts fonctionnels» (COLEBATCH, HOPPE; NOORDEGRAAF, 2010), spécialisés dans un domaine particulier (ex. scientifiques, médecins, etc.), dans le processus de prise de décisions publiques. De tels scientifiques jouent ainsi le rôle d'experts mandatés par les autorités publiques, ayant pour mission d'exercer une fonction d'expertise scientifique, d'information et de conseil auprès des pouvoirs publics, et tout particulièrement des pouvoirs gouvernementaux, notamment en formulant des avis, voire des recommandations circonstanciées, ou encore en rédigeant des rapports écrits en lien direct avec la situation sanitaire. Or, de tels scientifiques jouant le rôle d'«experts fonctionnels» dans le processus décisionnel peuvent avoir des attitudes diverses vis-à-vis des décideurs publics. De même, c'est en profitant de différentes manières et dans différents objectifs de la fonction d'expertise exercée par les membres qui en font partie que les décideurs publics peuvent se servir des instances d'aide à la décision en situation de crise pandémique. Les rapports qui peuvent se nouer entre science et politique en temps de crise sanitaire peuvent varier en fonction des différentes configurations qui se dessinent, en conséquence des différentes postures de part et d'autre.

D'une part, schématiquement, quatre figures de l'expert, érigées en idéal-types au sens d'outil méthodologique tel que défini par Max Weber, peuvent représenter quatre façons différentes de penser le rapport entre science et politique: le Scientifique pur, l'Arbitre, l'Avocat et le Courtier impartial (PIELKE, 2007). Le Scientifique pur (*Pure Scientist*) expose l'état des connaissances scientifiques sans en considérer l'usage politique, l'Arbitre (*Science Arbiter*) répond suivant des critères factuels aux questions posées par les autorités sans dévoiler ses préférences, l'Avocat (*Issue Advocate*) défend une thèse précise et essaie d'influencer en conséquence les choix des autorités, le Courtier impartial (*Honest Broker*) cherche à mettre en avant toutes les alternatives de telle façon que le politique puisse faire ses choix sur la base de ses préférences et valeurs. De telles attitudes différentes peuvent se dégager

gouvernement Giuseppe Conte II. Il a duré du 5 septembre 2019 au 26 janvier 2021, le jour où il a démissionné. Le gouvernement Mario Draghi lui a succédé. Ce gouvernement a été soutenu par tous les partis de l'échiquier politique, à l'exception de l'extrême droite. Il est resté en fonction du 13 février 2021 au 21 juillet 2022, le jour où il a démissionné.

dans le cadre d'une même architecture institutionnelle, juridique/normative ou opérationnelle, où s'inscrit la gestion d'une crise sanitaire.

D'autre part, toute situation de crise sanitaire entraînant une explosion des sollicitations envers les scientifiques, les pouvoirs publics tendent à «institutionnaliser» le savoir expert pour qu'il puisse servir d'appui aux décisions publiques. Ils tendent également à centraliser l'expertise, si bien qu'une voix scientifique «officielle», tendancielle univoque¹³, puisse s'exprimer, émettre des avis, formuler des conseils avisés. D'où la mise en place de conseils scientifiques *ad hoc*, en tant qu'instances d'aide à la décision en situation de pandémie. D'où l'implication dans le processus décisionnel, en temps de crise sanitaire, de scientifiques transformés en experts mandatés par les autorités publiques aux fins d'apporter un éclairage scientifique et une expertise ciblée en contexte de pandémie. Tout en mettant en avant que c'est aux pouvoirs publics la responsabilité des décisions à prendre, ceux-ci peuvent faire différents usages de l'expertise scientifique en temps de pandémie. Plusieurs cas de figure peuvent se présenter. Retenons-en ici quatre, simplifiés et schématisés: 1) si les pouvoirs publics adoptent des décisions en tenant compte des avis formulés par le savoir expert «institutionnalisé» et que ces décisions s'avèrent être efficaces, la conséquence est un renforcement de la confiance de la population concernée envers aussi bien les pouvoirs publics que le savoir expert; 2) si les pouvoirs publics adoptent des décisions en tenant compte des avis formulés par le savoir expert «institutionnalisé» et que ces décisions s'avèrent être inefficaces, sinon contreproductives, la conséquence est le discrédit du savoir expert (qui peut parfois même retomber sur la science), qui s'accompagne du discrédit des pouvoirs publics 3) si, dans le processus de prise de décisions, les pouvoirs publics se saisissent des questions scientifiques et qu'ils tranchent

¹³ En termes de communication, les tentatives de la rendre univoque ont abouti à l'adoption de dispositions visant à encadrer les modalités dans lesquelles elle peut être rendue publique. Dans le cas français, une voix scientifique «officielle» s'exprime par le biais du Conseil scientifique Covid-19, suivant des modalités précises. L'art. 3-2 du Règlement intérieur du Conseil scientifique Covid-19 dispose que «les membres du Conseil scientifique Covid-19 sont tenus de respecter strictement le caractère confidentiel des débats et des documents qui leur sont communiqués, quelle qu'en soit la forme (papier ou électronique). Lorsqu'ils interviennent hors du cadre du Conseil scientifique Covid-19, ses membres ne peuvent émettre que des opinions personnelles et ils ne peuvent s'exprimer au nom du Conseil scientifique Covid-19 tant que la question abordée n'a pas donné lieu à un avis rendu public par le gouvernement. Au cas où ils sont interrogés par les médias, les membres peuvent bénéficier d'un accompagnement par le service de communication associé au Conseil scientifique Covid-19».

sur tel ou tel sujet qui s’y rapporte en retenant telle ou telle hypothèse scientifique suivant des critères non exclusivement scientifiques, la conséquence peut être soit l’instrumentalisation du savoir expert «institutionnalisé» aux fins de justification de l’action publique soit sa subordination aux impératifs politiques. Dans ce cas de figure, les pouvoirs publics peuvent accroître leur poids décisionnel dans le cadre de la gestion de la crise sanitaire, s’ils jouent un rôle d’arbitrage entre les différents acteurs impliqués dans les processus de prise de décision, issus de domaines variés (social, économique, scientifique, etc.). En revanche, si les pouvoirs publics adoptent des décisions en penchant vers une solution qui favorise des intérêts sectoriels au détriment des intérêts généraux, ils peuvent se voir mis au rang d’alliés d’une certaine catégorie d’acteurs censés être la partie prenante la plus influente des processus de gouvernance à l’œuvre¹⁴ 4) si les pouvoirs publics prennent des décisions divergentes par rapport aux avis des experts, cela peut produire une tension entre deux légitimités, celle de la *melior ou valentior pars* représentée par les «savants», «experts» ou «compétents» (GALGANO, 2007) et celle de la *maior pars* représentée par les institutions démocratiques qui tirent leur légitimation des élections.

Parmi les quatre cas de figure retenus, le premier se distingue par la dynamique qu’il induit: une diminution de la tension entre légitimité et gouvernabilité habitant le fonctionnement des systèmes démocratiques modernes, bien que toute situation de crise soit, en revanche, susceptible de l’accroître.

L’évolution des rapports entre science, politique et société sous l’effet d’une crise pandémique

Si politique et science peuvent s’articuler de différentes manières et donner lieu à des configurations multiples, le rapport de la société à la science et au politique peut varier en fonction des articulations qui se nouent, se dénouent, se transforment entre elles. Cette relation complexe entre science, politique et société est mise en évidence en période de pandémie. Des dynamiques variées peuvent se produire sous l’effet d’une crise sanitaire. Elles peuvent être engendrées par la combinaison de plusieurs facteurs. La mise en place de mesures destinées à enrayer la propagation de

¹⁴ Sur ce sujet et sur le «rôle d’allié» qui peut être joué par les pouvoirs publics en faveur des pouvoirs économiques, nous renvoyons à Ferrarese, 2022.

microorganismes infectieux, susceptibles de transmettre une maladie telle que le Covid-19, peut s'avérer une opération aux enjeux multiples. Révélatrice des enjeux qui traversent les rapports entre science, politique et société dans le cadre d'une crise pandémique majeure, est la question de la mise en place de mesures visant à protéger la santé du plus grand nombre via l'utilisation d'Équipements de Protection Individuelle (EPI). Les équipements de protection individuelle peuvent être utilisés en complément ou non des mesures collectives. En période de Covid-19, le masque devient l'Équipement de Protection Individuelle par excellence. Or, dans tous les pays du monde le port du masque n'étant pas habituel lors des épidémies saisonnières, la question de l'utilisation de cet équipement de protection individuelle peut devenir un enjeu majeur dans le cadre de la gestion de la crise sanitaire liée à la pandémie de Covid-19.

Pour mieux comprendre comment peuvent s'articuler mobilisation de connaissances scientifiques dans les processus décisionnels, prise de décisions dans un contexte incertain et réception de l'action publique (Revillard, 2018), nous nous sommes penchés sur la question de l'élaboration et mise en place des mesures concernant l'utilisation d'Équipements de Protection Individuelle, et des masques en particulier, et de la réception de l'action publique afférente, en période d'état d'urgence sanitaire dû à la pandémie de Covid-19, et ce en nous focalisant sur le cas français et le cas italien. Nous avons analysé notre corpus (v. plus haut) afin d'en repérer des éléments significatifs par rapport à notre objectif scientifique. Dans le cadre de cette analyse, nous limiterons notre corpus aux matériaux cohérents pour l'étude de notre objet de recherche. Nous avons d'abord examiné, d'une part, toutes les mesures mises en place et tous les actes administratifs (décrets, arrêtés, circulaires), en plus des lois, qui ont trait à la question de l'utilisation d'Équipements de Protection Individuelle, et des masques en particulier, et de l'autre, tous les documents relatifs à leur processus d'élaboration, tels que tous les procès-verbaux des réunions, avis, notes, règlements des conseils scientifiques français et italien. Nous les avons ensuite croisé pertinemment dans le but d'en dégager les principales variables interagissant lors d'une situation d'incertitude et de discerner les principales tendances relatives aux modes de gouvernance. Cette démarche permet de mieux interroger, entre autres, la place des scientifiques dans le processus d'élaboration de décisions publiques, transformés en experts mandatés par les autorités publiques aux fins d'apporter un éclairage scientifique en contexte de pandémie. Enfin, notre

approche exige d'analyser la réception de l'action publique et ses effets. L'analyse de la réception passe par une investigation empirique spécifique auprès de ses destinataires. Par ailleurs, «la réception de l'action publique combine des effets contraignants et des processus d'appropriation par les individus» (REVILLARD, 2018).

En ce qui concerne la France, tout au long de la crise sanitaire due à la pandémie de Covid-19, le gouvernement a décidé à plusieurs reprises de faire évoluer les règles sur le port du masque. A défaut de pouvoir analyser ici la question de manière détaillée et approfondie, rappelons quelques «étapes clés» marquant l'évolution des règles sur le port du masque en France. Après l'attentisme et les tergiversations du gouvernement s'interrogeant sur l'opportunité du port du masque face à une première forte diffusion de la maladie causée par le SARS-CoV-2, des dispositions sont prises à partir du 11 mai 2020: le 11 mai 2020 (v. décret n.2020-545 du 11 mai 2020 et décret n.2020-548 du 11 mai 2020¹⁵), date du premier déconfinement¹⁶, le masque devient obligatoire pour toute personne de onze ans ou plus dans les transports en commun, et il est recommandé dans les commerces. La sortie progressive du confinement s'est accompagnée d'une extension progressive de l'obligation de port du masque dans différents lieux publics. A partir du 20 juillet 2020, il devient obligatoire dans tous les lieux publics clos (v. décret n.2020-884 du 17 juillet 2020). Le non-respect du port du masque est puni par une amende de 135 euros. Si cette violation est constatée à nouveau dans un délai de 15 jours, l'amende peut s'élever à 1500€, voire 3000€ en cas de récidive. Les articles 15, 27, 39, 40, 45 et 47 du décret n°2020-860 du 10 juillet 2020¹⁷ prévoyaient déjà que toute personne de onze ans ou plus porte un masque de protection non seulement dans les transports publics mais aussi dans les établissements recevant du public relevant de plusieurs catégories (les établissements culturels, salles d'auditions, de conférences, de réunions, de spectacles, les restaurants, les hôtels et établissements d'hébergement, les salles de jeux, les établissements d'éveil, d'enseignement, de formation, centres de vacances, les bibliothèques, les établissements de culte, les établissements sportifs couverts, les musées, les établissements de

¹⁵ L'art. 17 de ce décret dispose que le prix du masque sanitaire est plafonné à 95 centimes d'euros.

¹⁶ Le mardi 17 mars 2020, à midi, la France débute officiellement son premier confinement.

¹⁷ Ce décret dispose également que les masques doivent être portés systématiquement par tous dès lors que les règles de distanciation physique ne peuvent être garanties (Annexe 1 du décret du 10 juillet 2020). Cette distance est de 1 mètre (Article 1 du décret du 10 juillet 2020).

plein air). Le décret n°2020-884 du 17 juillet 2020 modifiant le décret du 10 juillet 2020, élargit cette obligation, à compter de lundi 20 juillet 2020, aux magasins de vente et centres commerciaux, administrations, banques et marchés couverts. Une fois que le port du masque est devenu obligatoire dans tous les lieux publics clos (20 juillet 2020), s'est posée la question de l'obligation de le porter en extérieur. Le gouvernement a décidé de laisser la décision aux préfets: à partir du 31 juillet 2020, ceux-ci pouvaient désormais, par arrêté, étendre l'obligation de port du masque aux lieux publics ouverts. C'est ainsi que l'obligation de port du masque est de plus en plus étendue aux lieux publics ouverts. Le 27 août 2020, le masque est désormais imposé de façon totale ou partielle dans plus d'un tiers des villes de France. A Paris, le masque devient obligatoire dans la totalité de l'espace public le 28 août 2020. La capitale a ainsi emboîté le pas d'autres grandes villes, telles que Toulouse¹⁸ et Marseille.

Le 1er septembre 2020, le port du masque devient obligatoire dans les entreprises et les services, en protection contre le Covid-19, et plus particulièrement dans «tous les espaces clos et partagés», «salles de réunion, couloirs, vestiaires, open spaces» compris. Cette mesure s'avère nécessaire, car, à ce moment-là, selon les derniers chiffres de l'agence de sécurité sanitaire Santé publique France, 24 % des foyers de contamination sont situés en entreprise (hors établissements médicaux). Le 17 juin 2021 marque la fin du port du masque en extérieur sauf exceptions (regroupements, files d'attente, marchés, stades, etc.). Les arrêtés préfectoraux sur le port du masque sont ainsi modifiés dès le jeudi 17 juin 2021. Le port du masque dans les milieux clos reste obligatoire (entreprises, magasins, transports, etc.). A partir de lundi 14 mars 2022, le port du masque n'est plus obligatoire ni dans les entreprises ni dans les commerces. A partir de lundi 16 mai 2022, le port du masque n'est plus obligatoire dans les transports publics (bus, métros, trains, avions, taxis).

Toute la période d'état d'urgence sanitaire est rythmée par les avis des experts scientifiques et les choix politiques en matière de gestion de la crise pandémique. Si, d'une part, les recommandations en matière de port

¹⁸ Le port du masque devient obligatoire dans toute la ville à partir du 21 août 2020, 7 heures du matin, en extérieur. Toulouse devient la première grande ville de la France métropolitaine à rendre la mesure obligatoire dans tout son territoire. Jusqu'à ce moment-là les préfetures l'avaient limité à des secteurs de telle ou telle commune où les rassemblements de foule ne permettaient pas de respecter la distanciation physique de façon satisfaisante.

du masque n'ont cessé d'évoluer en France depuis le début de la pandémie, de l'autre, les décisions publiques ne sont pas forcément fondées sur des avis d'experts. En matière de port du masque, les avis des membres du Conseil scientifique Covid-19 ont été pris en compte par les décideurs publics avec souplesse. C'est ce qui ressort d'une analyse fine croisée des soixante-cinq avis et notes émis par le Conseil scientifique Covid-19 et des mesures mises en place par les pouvoirs publics pour contenir la propagation de l'épidémie de Covid-19 en France.

On peut parfois constater un décalage temporel entre les avis du Conseil scientifique Covid-19 et les décisions publiques conséquentes. Par exemple, dès le 20 avril 2020 le Conseil scientifique «propose une stratégie de sortie de confinement reposant sur: [...] Des mesures systématiques de réduction des risques de transmission dans la population générale appliquées pendant plusieurs mois en fonction de la cinétique de l'épidémie, notamment le port d'un masque dans les lieux publics et le maintien des règles d'hygiène et de distanciation sociale» (Avis n°6 du Conseil scientifique Covid-19 du 20 avril 2020). Il préconise le renforcement des gestes barrières: a) la distanciation physique; b) l'hygiène des mains et des surfaces (avec du savon, du détergent ou de l'alcool); c) le port de masques de protection. Il estime que «le port d'un masque individuel dans les lieux recevant du public doit être systématique durant la période post-confinement». Pour les commerces, il propose que la reprise des activités soit conditionnée au respect scrupuleux des règles de distanciation physique et à l'utilisation de masques de protection dans les magasins, ateliers, etc. Or, ce n'est qu'à partir du 20 juillet 2020 que le port du masque devient obligatoire dans tous les lieux publics clos (v. décret n.2020-884 du 17 juillet 2020). Cette décision est saluée par le Conseil scientifique dans son avis du 27 juillet 2020, bien qu'elle ait été prise avec retard par rapport aux plus courts délais recommandés.

La plupart des décisions prises par le gouvernement français en période d'état d'urgence sanitaire visent à concilier les enjeux sanitaires, sociétaux et économiques. La mise en place de mesures de protection collective et individuelle doit composer avec les conditions de faisabilité opérationnelles, administratives, économiques, financières, techniques, etc. Le gouvernement tend à les adapter aux contraintes auxquelles il est confronté, susceptibles de conditionner son action. C'est ainsi que, bien que le Conseil scientifique estime que les mesures de protection collective et individuelle, dont le port du masque, sont essentielles à mettre en œuvre en période de pandémie,

toutes les mesures barrières individuelles dont le port du masque n'ont pas pu être mises en œuvre dès les premiers mois de 2020, en raison de contraintes ou difficultés majeures. A ce moment-là, le gouvernement est confronté à une forte pénurie de masques, notamment à cause de la forte diminution des stocks stratégiques depuis 2010 (Rapport N° 625 du Sénat, 15 juillet 2015). Les consignes des autorités publiques et sanitaires sont parfois contradictoires. Des messages confus et parfois contrastés se succèdent. Lors d'une déclaration du ministre des solidarités et de la santé, sur les mesures pour lutter contre la pandémie de Covid-19, à Paris le 4 mars 2020, les consignes restent peu claires: il est affirmé que, face au Covid-19, les masques dits chirurgicaux ont une efficacité équivalente à celle des masques spécialisés FFP2 – Filtering Facepiece Particles (cette affirmation a été par la suite infirmée par de nombreuses études scientifiques). Doivent en être équipés les professionnels de santé qui exercent en établissement de soins, les professionnels de santé libéraux, les personnes contaminées et les personnes vulnérables. L'usage des masques en dehors de ces indications est «inutile», dit-il (cette affirmation a été par la suite infirmée par de nombreuses études scientifiques).

Si, au début de la crise sanitaire, le port du masque est présenté comme «inutile» pour la généralité des personnes, à l'exception des cas mentionnés, au bout de quelques mois il devient progressivement obligatoire (v. *supra*). En ce qui concerne les types de masques à porter et dans quelles situations, les préconisations et le discours officiel ont également changé au fil des mois. Sur fond de pénurie de masques médicaux, en 2020 les masques en tissu, artisanaux, industriels ou faits maison, se sont alors généralisés. Après avoir donné le feu vert à l'utilisation de masques en tissu, dits masques grand public, le gouvernement a décidé de proscrire ceux en tissu moins filtrants, par décret le 21 janvier 2021, sur recommandation du Haut Conseil de la santé publique (HCSP).

Il apparaît donc que les décisions publiques évoluent sans cesse et sont prises sous la pression des événements. Confrontés à une situation de crise, lorsque des revirements se produisent sous l'influence du contexte, les destinataires des décisions publiques se retrouvent désorientés. D'où la perte de confiance dans les autorités publiques. Celle-ci peut s'accompagner d'une perte de confiance dans le savoir expert, si celui-ci est perçu comme trop lié à celles-là. Il s'ensuit une difficile réception de l'action publique et des processus fluctuants d'appropriation par les individus. Les responsables

politiques s'attachent à convaincre ou à contraindre les réfractaires aux impératifs de santé publique. Parmi ceux-ci, certains refusent le port du masque dans l'espace public. Cela peut se manifester comme un acte politique (HIRSCH, 2021): refuser les mesures adoptées par les autorités publiques, c'est contester la gouvernance de la crise sanitaire. L'une des conséquences peut être une accentuation de la tension entre légitimité et gouvernabilité habitant le fonctionnement des systèmes démocratiques modernes. Une crise de gouvernabilité peut se doubler d'une crise de légitimité. D'une part, la crise sanitaire a alimenté une défiance à l'égard des autorités publiques déjà bien ancrée. De l'autre, elle n'a pas amené les citoyens à renforcer leur confiance dans les scientifiques, dans les cas où ils ont été perçus soit comme trop peu indépendants des autorités politiques défailtantes dans la gestion de la crise sanitaire soit comme trop distants des enjeux démocratiques, forts d'une légitimité inhérente à leur position professionnelle exigeant des connaissances et des compétences particulières. C'est là une légitimité autre que celle issue des urnes.

Début 2020, l'Italie s'est également trouvée confrontée à une crise extrême de santé publique. Pour répondre à la crise sanitaire, la déclaration de l'état d'urgence sanitaire, le 31 janvier 2020, par décision du Conseil des ministres, a entraîné la réunion sans délai d'un conseil scientifique, le CTS, instance d'aide à la décision en appui aux pouvoirs publics. Une forte collaboration s'est rapidement mise en place entre les pouvoirs publics et cette instance consultative. A partir de son installation, le CTS s'est réuni très fréquemment. En mars, avril et mai 2020, il s'est réuni tous les jours. Les pouvoirs publics leur ont demandé de se prononcer sur toutes les situations qui pourraient constituer une menace pour la santé de la population, afin d'émettre des avis ou des conseils sur les mesures nécessaires à sa protection. Les membres du CTS ont ainsi été très sollicités. Leur implication a été très importante. Les documents produits sont très riches. Les avis émis précisent très souvent que la formulation des propositions, qui lui sont demandées pour garantir la meilleure protection possible de la population, sont fondées sur «la meilleure évidence scientifique disponible» au moment de la rédaction du document afférent.

Le CTS a été considéré par les pouvoirs gouvernementaux comme une instance d'appui scientifique et d'aide à la décision indispensable en temps de crise sanitaire. La collaboration a été très intense. L'objectif du gouvernement a été de garantir le principe de précaution maximale en

relation avec l'évolution de la pandémie de Covid-19. Pour atteindre cet objectif, des mesures de protection collective et individuelle très détaillées ont été mises en place en fonction de l'évolution de la crise sanitaire. Pour leur élaboration, les pouvoirs publics ont très souvent tenu compte des recommandations du CTS. D'une part, en examinant les lois et actes administratifs qui ont pour objet la gestion de la crise sanitaire, il ressort que les avis du CTS, qui ont trait aux mesures de protection à mettre en place, y sont généralement mentionnés et pris en compte. De l'autre, en examinant les 229 procès-verbaux des réunions du CTS, il ressort que ses membres mentionnent en grande connaissance de cause les textes juridiques relatifs à la gestion de la crise sanitaire. Dans la plupart des cas, leurs commentaires sont positifs. Une synergie s'est ainsi créée entre les autorités publiques et cette instance d'aide à la décision. La priorité du gouvernement ayant été dès le début de protéger la population autant que possible, il a agi en ce sens en s'appuyant largement sur les conseils sollicités auprès du CTS. La mise en place de mesures de protection collective et individuelle fondées sur la meilleure évidence scientifique disponible au moment de leur élaboration a constitué un point de convergence.

La pandémie constituant une situation d'urgence nationale, la ligne politique du gouvernement a été très claire face à la crise sanitaire: tout mettre en œuvre pour protéger la population d'un point de vue sanitaire, tout en ne négligeant pas de répondre aux besoins et impératifs relevant des autres domaines, tel que le domaine social et le domaine économique. Les messages destinés à la population ont été aussi clairs: se protéger et protéger les autres d'une contamination, c'était d'une importance capitale pour endiguer la diffusion du SARS-CoV-2 dans la population. Dans ce but, le port du masque a constitué l'une des mesures phares de prévention pour limiter la diffusion. Dans une circulaire du Ministère de la santé de début février 2020 ayant pour objet les Équipements de Protection Individuelle (EPI), il est déjà précisé que certaines situations de travail nécessitent le port d'une protection respiratoire. Dès le 14 mars 2020, un protocole sanitaire¹⁹ très strict «anti-contamination» est appliqué dans tous les lieux de travail des secteurs d'activités essentielles qui sont autorisées à rester

¹⁹ Ce protocole rappelle les mesures de protection mises en place par le décret du président du Conseil des ministres du 11 mars 2020, parmi lesquelles figure l'obligation du port du masque dans les lieux de travail si la distance interpersonnelle n'est pas suffisante pour empêcher la transmission d'agents pathogènes d'un individu à l'autre.

opérationnelles pendant la phase de confinement. Ce protocole dispose que les activités essentielles ne pouvant être assurées par télétravail le seront en présentiel selon des modalités d'organisation permettant aux personnes qui travaillent de se protéger et d'être protégées autant que possible de tout risque de contamination. Il est précisé que l'adoption de mesures d'hygiène très strictes et l'utilisation d'Équipements de Protection Individuelle, et des masques en particulier, sont fondamentales. Ceux-ci sont d'autant plus nécessaires que la «distance de sécurité» entre personnes ne peut pas, partout et toujours, être respectée.

Dans la lignée du Protocole sanitaire «anti-contamination» appliqué dans tous les lieux de travail des secteurs d'activités essentielles à partir du 14 mars 2020, un Protocole sanitaire «anti-contamination» très strict et très détaillé, à appliquer dans tous les lieux de travail, est rédigé en tenant compte des avis du CTS. Il est joint au décret du Président du Conseil des Ministres du 26 avril 2020, intégré au décret du Président du Conseil des Ministres du 17 mai 2020 et, par la suite, au décret du Président du Conseil des Ministres du 11 juin 2020. L'importance et la nécessité du port du masque est toujours soulignée. Le décret du Président du Conseil des Ministres du 26 avril 2020 dispose que le port du masque est obligatoire dans tous les espaces clos, dans tous les lieux clos recevant du public, dans tous les établissements recevant du public ainsi que dans tous les transports en commun, et ce dans tout le territoire national. Cette obligation ne s'applique pas aux enfants de moins de six ans. Le décret-loi n.125 du 7 octobre 2020 dispose que le port du masque est obligatoire en extérieur aussi, et ce partout dans tout le territoire national. Le décret-loi n.221 du 24 décembre 2021 confirme l'importance et la nécessité du port du masque même en extérieur, obligatoire dans tout le territoire national, et renforce encore plus les mesures de protection individuelle, en rendant obligatoire l'utilisation des masques de type FFP2 ou supérieur dans certains contextes, préférée à celle des masques chirurgicaux en raison de leur plus grande efficacité scientifiquement prouvée pour prévenir la transmission du SARS-CoV2. Selon ces dispositions, l'utilisation des masques de type FFP2 ou supérieur est obligatoire dans les cinémas, les théâtres, les salles de concert, même en extérieur, les musées, les stades, etc., ainsi que dans les transports en commun.

Trois lignes directrices partagées par les décideurs publics et le CTS ont inspiré l'élaboration des mesures de protection individuelle concernant l'utilisation d'Équipements de Protection Individuelle, et des masques en

particulier. D'abord, anticiper toutes les mesures permettant de minimiser les conséquences et les risques pour la santé de la population en période de crise sanitaire, compte tenu des connaissances scientifiques du moment. Cette démarche est guidée par le principe de précaution et d'action préventive. Ensuite, tout mettre en œuvre afin que toutes les conditions soient réunies pour rendre les mesures opérationnelles. Dans ce cadre s'inscrivent les décisions prises, dès le tout début de la crise sanitaire, pour favoriser l'approvisionnement, production et distribution des masques médicaux, et également celles prises pour les rendre effectivement disponibles et accessibles pour toute la population à titre gratuit ou à des prix abordables, régulés par les autorités publiques²⁰. Enfin, faire parvenir à la population, par tous les moyens, une information simple, claire et très précise, par rapport à l'utilisation des Équipements de Protection Individuelle, et des masques en particulier, que ce soit de la part des scientifiques ou de la part des pouvoirs publics. Ces trois démarches coordonnées se situent dans le cadre d'une mobilisation collective qui réunit les acteurs publics à tous les niveaux, les scientifiques, et les acteurs économiques ou sociaux aux objectifs communs. Le premier est de garantir la plus grande protection de chacun contre toute contamination virale et pathogène sans recourir à des mesures drastiques comme un confinement généralisé. La large adhésion aux mesures relatives au port du masque et l'appropriation collective des mesures barrières, telles que le port du masque, s'expliquent, entre autres, par l'importance attribuée au masque en raison de sa fonction protectrice «prouvée». Le masque est perçu comme un équipement de protection qui, si «bien» porté, libère d'autres contraintes bien plus sévères, susceptibles d'entraver le bon fonctionnement des activités productives, commerciales, récréatives, etc. Par ailleurs, dès le début de la crise sanitaire, les masques de protection faciale sont qualifiés de «biens essentiels» par les autorités publiques (v. par exemple la loi 14 juillet 2020, n. 74) pour faire face à la diffusion du SARS-CoV-2.

Un exemple de la modalité d'action centrée sur les trois démarches coordonnées, rappelées *supra*, peut être fourni par la dynamique qui s'est développée pour l'élaboration et la mise en place de mesures visant à garantir une protection maximale contre le Covid-19 dans les établissements scolaires,

²⁰ En ce qui concerne les masques chirurgicaux, l'arrêté n. 11 du 26 avril 2020 dispose que leur prix de vente ne peut dépasser • 0,50. En ce qui concerne les masques de type FFP2, le décret-loi n. 221 du 24 décembre 2021 prévoit un plafonnement de leur prix de vente. Le prix de vente à l'unité a ainsi été fixé à • 0,75.

les collèges et les lycées. Dès mai 2020, le CTS s'est mobilisé pour étudier en profondeur la question en vue du début de l'année scolaire 2020-2021²¹ et proposer des pistes visant à prévenir, dans de tels contextes, la transmission et la diffusion du SARS-CoV-2. Un document très riche a été produit par le CTS fin mai 2020. Pour ce qui concerne les masques, des préconisations très précises figurent dans le procès-verbal de la réunion du CTS du 28 mai 2020. Elles sont le résultat d'une réflexion approfondie menée par ses membres. Les points principaux de leur analyse sont résumés dans un document de synthèse avec bibliographie, joint au procès-verbal susmentionné. Retenons ici trois indications majeures. D'abord, préparer très à l'avance la rentrée scolaire. Le mode d'action suggéré repose sur deux maîtres-mots: anticiper et planifier avec rigueur en tenant compte des impératifs de précaution en matière de santé publique. Ensuite, assurer la meilleure organisation possible qui permette de rendre applicables les mesures qui seraient prises en matière d'équipements de protection individuelle. Dans ce cadre s'inscrit la recommandation aux pouvoirs publics de tout mettre en œuvre afin de favoriser l'approvisionnement, production et distribution des masques médicaux destinés aux personnels concernés. Enfin, expliquer de manière très simple et claire les mesures de protection individuelle à appliquer, si bien qu'aussi bien les personnels (enseignants ou non, relevant du Ministère de l'Éducation nationale) que les élèves puissent bien les comprendre et les respecter. Toutes ces préconisations ont été reprises par le gouvernement, et par les pouvoirs publics, dans le Plan Education nationale 2020-2021. Des approfondissements ont été faits tout au long de l'été 2020. Le CTS s'est réuni à plusieurs reprises pour réfléchir sur la question très en détail (v. par exemple les procès-verbaux du 22 juin 2020, 23 juin 2020, 10 août 2020, 19 août 2020, 31 août 2020). Les autorités gouvernementales, et en particulier les ministères concernés, tels que le Ministère de l'Éducation nationale et celui de la Santé, ont agi de concert en suivant les indications données par le CTS. Ses recommandations ont été reprises dans les actes juridiques et administratifs correspondants. Selon les dispositions adoptées, à partir de la rentrée 2020, chaque jour onze millions de masques chirurgicaux sont fournis gratuitement par l'État à tous les personnels (enseignants ou non) des établissements scolaires, collèges

²¹ Les cours en présentiel n'ont pas été maintenus dans les derniers mois de l'année scolaire 2019-2020, en raison de la crise sanitaire: dès le mois de mars 2020 les cours se sont tenus en distanciel.

et lycées ainsi qu'aux élèves. Tant les personnels que les élèves, à l'exception des ceux de moins de six ans, sont soumis à l'obligation de porter de tels équipements de protection individuelle. Les uns et les autres ont généralement accueilli favorablement les consignes sanitaires. Ils se sont appropriés les mesures de santé publique et celles de protection individuelle comme le port du masque, perçu comme un équipement de protection qui, si combiné à d'autres mesures de protection, permet de tenir les cours en présentiel en limitant les risques de contamination. Ce qui a toujours été un objectif partagé.

Pour conclure, en Italie les dispositions prises par les décideurs publics en matière d'équipements de protection individuelle ont été cohérentes avec les objectifs qu'ils s'étaient fixés. De plus, elles ont été conformes aux recommandations émises par l'instance d'aide à la décision qu'est le CTS. Le résultat a été une réception active de l'action publique par ses destinataires, à leur tour pour la quasi-totalité mobilisés pour favoriser son efficacité par une bonne appropriation. Dans ce cadre, les dispositifs d'action publique sont soutenus par une double légitimation, à la fois scientifique et politique. Il apparaît que si ces deux légitimations se confortent mutuellement et que l'action publique s'avère être efficace, l'impact d'une crise pandémique majeure sur la gouvernabilité démocratique n'entraîne ni une crise décisionnelle ni une crise de légitimité.

Conclusion

Les démocraties connaissent des tensions variées depuis toujours. Certaines peuvent être lues comme témoignant des enjeux liés aux processus démocratiques. D'autres peuvent être lues comme liées à des dynamiques qui se déploient sous l'effet de phénomènes globaux. Les interrelations entre elles peuvent être plus ou moins complexes.

Une pandémie est certainement un phénomène de portée globale²². L'impact qu'un tel phénomène global peut avoir est multiple, pouvant

²² L'impact de la pandémie de Covid-19 n'a pas été seulement «global», affectant tous les continents, mais encore très lourd en termes de morts qu'elle a causées. Le nombre de décès, pour largement sous-estimé qu'il soit – 6.881.955, dont environ 2.200.000 en Europe (plus de 165.000 en France et plus de 188.000 en Italie), au 10 mars 2023, soit trois ans après la déclaration de l'OMS de l'état de pandémie mondiale (Source: Johns Hopkins University) – rend compte de la portée de cette catastrophe en termes de vies humaines.

intéresser plusieurs domaines. Par rapport aux régimes politiques, lorsqu'ils sont confrontés à des crises sanitaires majeures produites par une pandémie, ils tendent à adopter des mesures d'exception pour y faire face, qu'ils soient qualifiés de démocratiques ou non. L'adoption de mesures d'exception dans le cadre de la gestion de la crise sanitaire produite par la pandémie de Covid-19 a soulevé plusieurs interrogations quant à son incidence, entre autres, sur le fonctionnement des régimes démocratiques. Du reste, la légitimation des mesures d'exception est un enjeu majeur des systèmes démocratiques. Confrontés à des situations de crise, ils peuvent être mis sous tension et connaître des évolutions variées. Celles-ci peuvent s'inscrire ou non dans des processus de continuité ou de renforcement de tendances déjà à l'œuvre. Si des situations de crise peuvent constituer un accélérateur des dynamiques préexistantes, elles peuvent être, en même temps, porteuses de changement.

Les connaissances scientifiques ou techniques sont de plus en plus mobilisées dans les processus décisionnels. Leur mobilisation peut être encadrée en tant qu'aide à la décision publique. La place du savoir expert dans les processus décisionnels n'est pas toujours la même. En période de crise sanitaire pandémique, les sollicitations envers les scientifiques et les spécialistes dans des domaines connexes se multiplient. Les pouvoirs publics tendent à «institutionnaliser» le savoir expert pour qu'il puisse servir d'appui aux décisions publiques. D'une part, ils peuvent faire différents usages de l'expertise scientifique en temps de pandémie. De l'autre, les experts impliqués dans les processus décisionnels en situation de pandémie peuvent avoir des attitudes différentes et concevoir ou jouer leur rôle de différentes manières. De différentes configurations peuvent ainsi se dessiner, variables en fonction des combinaisons possibles. Elles peuvent produire des effets divers, que ce soit dans l'organisation et le fonctionnement des systèmes démocratiques contemporains, dans les processus de légitimation des décisions publiques ou dans la réception de l'action publique. D'une part, des configurations dysfonctionnelles peuvent affecter la gouvernabilité démocratique. Des «incohérences de gouvernance» (PIALOUX, 2021) peuvent se produire lors de la prise de décisions. La «crise de la gestion de la crise» peut alors accentuer la «crise de gouvernabilité des démocraties» (CHAMAYOU, 2018). Celle-ci peut s'accompagner d'une crise de la légitimité démocratique. De plus, si, par rapport aux mesures de santé publique, des tensions se font jour entre deux légitimations, la légitimation scientifique et la légitimation politique, la «crise de gouvernabilité des

démocraties» peut s'accroître davantage encore. En cas de tensions très fortes, elles peuvent se répercuter sur les rapports entre science, politique et société. Des fractures peuvent alors se créer dans la société dont les rapports à la science et au politique pourraient ainsi devenir difficiles à recomposer. D'autre part, des configurations fonctionnelles, adaptées aux objectifs fixés dans la gestion d'une crise sanitaire, peuvent être trouvées si quelques conditions sont réunies. Une première condition est que les pouvoirs publics adoptent des décisions en tenant compte des avis formulés par le savoir expert «institutionnalisé» et que ces décisions s'avèrent être efficaces. Une deuxième condition est qu'il n'y ait aucun conflit entre l'intérêt général tel que défini par les autorités publiques et l'intérêt général tel que défini par l'instance d'aide à la décision²³. Une troisième condition est que les pouvoirs publics jouent un rôle non subordonné aux intérêts sectoriels. Une quatrième condition est la mise en place de dispositifs d'action publique efficaces pour faire face à la situation de crise sanitaire, soutenus par une double légitimation, à la fois scientifique et politique, pour peu que les deux légitimations se confortent mutuellement et qu'elles ne soient pas conflictuelles ou antagoniques.

Dans tous les cas, quelle que soit la configuration qui s'impose, serait-elle fonctionnelle ou dysfonctionnelle, on peut observer deux tendances qui se combinent et se renforcent mutuellement sous l'effet d'une crise sanitaire majeure: 1) En période de crise de grande ampleur, la difficulté à la gérer adéquatement amène souvent les pouvoirs publics à recourir aux «experts» pour qu'ils apportent une expertise, des connaissances scientifiques et des compétences destinées à éclairer la prise de décisions. Cela peut se traduire par la mise en place d'un conseil scientifique *ad hoc*, en tant qu'instance «experte» d'aide à la décision. Cela tend à favoriser l'institutionnalisation du savoir expert mobilisé dans les processus décisionnels, pour qu'il y ait une place encadrée en fournissant un appui scientifique ou technique destiné à aider les pouvoirs publics dans la prise de décisions. 2) Lors des processus décisionnels, de nouvelles articulations tendent à se mettre en forme entre

²³ Il est prévu que les instances d'aide à la décision en situation de crise sanitaire que sont les Conseils scientifiques mis en place *ad hoc* rendent leurs avis au seul vu de l'intérêt général. Rappelons, par exemple, ce que dispose l'art. 1-3 du Règlement intérieur du Conseil scientifique Covid-19 mis en place en France: «Le Conseil scientifique Covid-19 a un rôle d'aide à la décision. [...] Il rend des avis simples qui ne lient pas le Gouvernement. Il les rend en toute indépendance au seul vu de l'intérêt général du pays».

deux légitimations, la légitimation experte qui repose sur des savoirs scientifiques ou techniques et la légitimation politique. Cela peut avoir pour conséquence une complexification des sources et des modes de légitimation des décisions publiques.

Bibliographie

- BAUMAN, Z. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity, 2000.
- BAUMAN, Z. *Liquid life*. Cambridge: Polity, 2005.
- BOBBIO, N. *Il futuro della democrazia*. Einaudi, 1984, 1995.
- BRAUD, Ph. *La démocratie politique*. Points, 2003.
- CHAMAYOU G. *La société ingouvernable*. Une généalogie du libéralisme autoritaire. La Fabrique Éditions, “Hors collection”, 2018.
- COLEBATCH HAL, K.; HOPPE, R.; NOORDEGRAAF, M. (eds.). *Working for policy*. Amsterdam: University Press, 2010.
- COMMAILLE, J.; JOBERT, B. (dir.). *Les métamorphoses de la régulation politique*. Paris: LGDJ, 1999.
- CROZIER, M.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. *The crisis of democracy: On the Governability of Democracies*. New York: University Press, 1975.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. (eds.). *Assessing the quality of democracy*. Theory and Empirical Analysis. Johns Hopkins: University Press, 2005.
- DURAN, P. Piloter l'action publique, avec ou sans le droit? In: *Politiques et management public*, v. 11, n. 4, p. 1-45, 1993.
- ELLUL, J. *La technique ou l'enjeu du siècle*. A. Colin, 1954.
- FERRARESE, M. R. *Poteri nuovi*. Privati, penetranti, opachi. Il Mulino, 2022.
- FERRERO, G. *Pouvoir: les génies invisibles de la cité*. Brentano's, 1942.
- GALGANO, F. *La forza del numero e la legge della ragione*. Storia del principio di aggioranza, Il Mulino, 2007.
- GAUDIN, J. P. *Pourquoi la gouvernance?*. Presses de Sciences Po, 2002.
- GAUDIN, J. P. *Critique de la gouvernance*. Une nouvelle morale politique?. Editions de l'Aube, 2014.
- GIRARD, Ch. La règle de majorité en démocratie: équité ou vérité?, *Raisons politiques*, n. 53, p. 107-137, 2014/1.
- HABERMAS, J. *La technique et la science comme idéologie*. Gallimard, 1973.
- HABERMAS, J. *Raison et légitimité: problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé*. Payot, 2012.

HASSENTEUFEL, P. De la comparaison internationale à la comparaison transnationale, *Revue française de science politique*, v. 55, n. 1, p. 113-132, 2005.

HASSENTEUFEL, P. *Sociologie politique: l'action publique* (2e édition). Armand Colin, 2011.

HAY, C. Introduction: Political Science in an Age of Acknowledges Interdependence, in: C. Hay (ed.). *New Directions in Political Science*. Palgrave, 2010, p. 1-24.

HELD, D. *Models of democracy*. Polity, 1996.

HERMET, G. *et al. La gouvernance, un concept et ses applications*. Karthala, 2005.

HIRSCH, E. *Une démocratie confinée. L'éthique quoi qu'il en coûte*, Érès, "Poche – Société – Espace éthique", 2021.

JOBERT, B.; MULLER, P. *L'État en action*. PUF, 1987.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. (dir.). *Gouverner par les instruments*. Les Presses de Sciences Po, 2004.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS P. *Sociologie de l'action publique* (2e édition). Armand Colin, coll. p. 128, 2012.

LATOUR, B., *Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*. La Découverte, 1999.

LATOUR, B., *L'Espoir de Pandore. Pour une version réaliste de l'activité scientifique*. La Découverte, 2001.

LECA, J.; PAPINI, R. (dir.). *Les démocraties sont-elles gouvernables?* Économica, 1985.

MESSINA, G. *Diritto liquido? La governance come nuovo paradigma della politica e del diritto*. Franco Angeli, 2012.

MORIN, E. Pour une crisologie. In: *Communications*, p. 25, 1976. La notion de crise, p. 149-163.

OST, F.; VAN DE KERCHOVE, M. *De la pyramide au réseau? Pour une théorie dialectique du droit*. Publications des Facultés universitaires Saint-Louis, Bruxelles, 2002.

PIALOUX, G. Le “/ retour à la normale/” est-il celui de la démocratie/?, dans: *Une démocratie endeuillée. Pandémie, premier devoir d'inventaire*, sous la direction d'Emmanuel Hirsch, Érès, "Poche – Société – Espace éthique", 2021, p. 253-259.

PIELKE, R. *The Honest Broker*. Cambridge University Press, 2007.

PIZZORNO, A.; CROSTA, P. L.; SECCHI, B. *Competenza e rappresentanza*. Donzelli Editore, 2013.

POPPER, K. R. *La logique de la découverte scientifique* [1934]. Editions Payot, 2007.

PUTNAM, R. "Elite Transformation in Advanced Industrial Societies: An Empirical Assessment of the Theory of Technocracy", *Comparative Political Studies*, v. 10, n. 3, p. 383-412, 1977.

- REVILLARD, A. Saisir les conséquences d'une politique à partir de ses ressortissants. La réception de l'action publique. *Revue française de science politique*, v. 68, p. 469-491, 2018/3.
- RIBÉMONT *et al.*, *Introduction à la sociologie de l'action publique*. De Boeck, 2018.
- ROSANVALLON, P. *La légitimité démocratique*. Impartialité, réflexivité, proximité. Seuil, 2008.
- ROQUEPLO, P. *Entre savoir et décision, l'expertise scientifique*, coll. Sciences en question. INRA éditions, 1999.
- SARTORI, G. *The Theory of Democracy Revisited*. 2 vols. Chatham House Publishers, 1987.
- SARTORI, G. *Logica, metodo e linguaggio nelle scienze sociali*. Il Mulino, 2011.
- SÉRIS, J. P. *La technique*. Presses Universitaires de France, 1994.
- SIMONDON, G. *Sur la technique (1953-1983)*. Presses Universitaires de France, «Hors collection», 2014.
- STEINBRUNER, J. D. *The Cybernetic Theory of Decision: New Dimensions of Political Analysis*. Princeton: Princeton University Press, 1974.
- THOM, R. "Crise et catastrophe". In: *Communications*, 25. La notion de crise. p. 34-38, 1976.
- VOLPE, S. "La gouvernance à double-face et la démocratie: un rapport ambigu". In: ARIENZO, A.; SCAMARDELLA, F. (dir.). *La governance tra legittimazione e vulnerabilità*. Editeur Guida, 2020.
- WEBER, M. (1ère édition en 1919), *Le savant et le politique*. Plon, coll. 10/18, 1991.

Um ensaio sobre a observação flutuante e os impactos da pandemia no cotidiano: visões de perto e de dentro do campo de estudo

Daniel Granada
Priscila Pavan Detoni
Márcia Grisotti
Eliana Elisabeth Diehl
Maria Conceição de Oliveira

Através de uma metodologia de coleta de dados inspirada pela “observação flutuante”, este ensaio apresenta um conjunto de imagens relacionadas à pandemia de Covid-19 que foram selecionadas coletivamente pelo grupo de pesquisadoras que assina o artigo. A metodologia consistiu na coleta de imagens de maneira aleatória pelos membros do grupo de pesquisa. Estas imagens da pandemia propõem uma forma de interação com o leitor na qual o próprio indivíduo interage com a imagem e produz os significados a partir de sua experiência de contemplação. Portanto, não se buscou neste trabalho informar ao leitor sobre o que as imagens querem dizer, ou induzir seu olhar a uma forma de interpretação do conteúdo visual, mas simplesmente deixá-lo interagir com as imagens e formar seus próprios significados e conclusões a partir da experiência da pandemia, uma experiência singular e compartilhada coletivamente por cada um de nós.

A partir de março de 2020, de forma rápida e indelével, nossos cotidianos, em diferentes partes do mundo, passaram a ser marcados por uma disciplina nunca antes experimentada, especialmente pelas gerações nascidas a partir da segunda metade do século XX. Estávamos face a um fenômeno global que alterava de maneira significativa nossas rotinas, perturbando de modo profundo atividades banais como sair para o trabalho, ir ao supermercado, lavar as mãos ou até mesmo a possibilidade de estar com as

¹ Este artigo teve suporte da Rede Covid-19 Humanidades. MCTIC (Convênios Ref. 0464/20 Finep/UFRGS e Ref. Finep 1212/21 – IAP/UFRGS 1862).

pessoas e abraçar os amigos e entes queridos. Com o avançar dos dias e meses, aquilo que esperávamos que teria duração de algumas semanas, no máximo de dois ou três meses, se estendeu por longos dois anos, alterando não apenas nossas formas de viver, mas inclusive, e de maneira profunda, nossas subjetividades, nossa forma de morrer e os rituais ligados ao luto e ao respeito aos mortos (GRISOTTI *et al.*, 2022).

No Brasil, talvez um dos lugares mais complicados do mundo para se estar durante esta pandemia, passamos por crises de diferentes dimensões, sendo que entre as mais evidentes, que se somam à crise sanitária, foram as crises econômicas, políticas e institucionais. Ameaças de golpe de estado e negacionismo científico, no momento que mais precisávamos da ciência e de suas respostas. Neste contexto, os discursos do presidente da república representavam mais um elemento constitutivo da dimensão de uma realidade paralela que nós, docentes e estudantes universitários, parecíamos ter sido lançados.

Viver, ou melhor, sobreviver a uma pandemia que, segundo números oficiais, vitimou até agosto de 2023 um total de 704.749 pessoas em nosso país (BRASIL, 2023)² não é uma tarefa fácil. Ser pesquisador em um dos poucos projetos oficiais para as ciências humanas, mantido pelo governo para estudar os impactos sociais da pandemia de Covid-19 no Brasil, é um trabalho bastante delicado.

Uma das estratégias deste projeto, visando entender o fenômeno pelo qual estávamos passando – um fato social total, segundo Durkheim, dotado de coercitividade, generalidade e exterioridade –, foi recorrer ao uso de imagens. Logo nas primeiras reuniões, pedimos que os/as estudantes de iniciação científica, bem como os/as pesquisadores/as do projeto, munidos de seus *smartphones*, buscassem registrar imagens que nos oferecessem visões do cotidiano da pandemia em seus locais de residência e nas interações sociais ordinárias. As orientações propostas aos participantes foram no sentido de solicitar que realizassem uma “observação flutuante” (PÉ-TONNET, 1982) das situações de interação durante a pandemia, consistindo em permanecerem disponíveis, sem necessariamente focar a observação sobre algum objeto preciso. Assim, entre novembro de 2020 e julho de 2021, foram feitas fotos em várias cidades e cenários nas regiões Sul e Sudeste, que foram armazenadas como documentos do projeto.

² Dados de 04/08/2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

Não se trata, aqui, de mostrar o que foi exatamente a pandemia através de imagens, mas oferecer ao leitor um registro de situações ordinárias que foram alteradas pelo porte da máscara e pelas restrições de contato físico durante a pandemia, por exemplo. Convém lembrar que as imagens aqui agrupadas e organizadas de modo aleatório não pretendem englobar todo o esforço empreendido em nossa pesquisa, tampouco possuem a pretensão de retratar o que foi esta pandemia. Ou seja, o uso de fotos neste capítulo não visa “dizer a verdade” sobre o contexto estudado (BECKER, 2007), mas sim ampliar o campo de visão e percepção do antropólogo (CONORD, 2007, p. 21) e, conseqüentemente, do leitor, sobre as relações sociais observadas, com a apresentação de imagens que dialogam com a análise desenvolvida neste livro.

Propomos refletir sobre a pandemia e ver, por meio de fotos, como as situações de incertezas e riscos moldaram as mudanças de comportamentos e as estratégias de resiliência no início do ano de 2020, a partir da adoção dos protocolos para o distanciamento físico e para o uso compulsório de máscaras. Neste processo de aceitabilidade social, também são revelados momentos de insubordinação, conflitos e negociações por parte dos diferentes atores sociais, um caminho nebuloso até a subordinação às normas sociais e a naturalização delas na vida cotidiana.

Assim, as reflexões e maneiras de interação do leitor com as imagens permitem acessar outras formas de entendimento que ultrapassam a palavra escrita, sem a expectativa da representação. Para Becker, o papel da interação do leitor com a imagem deve ser considerado: “[...] para saber se as imagens dizem a verdade, o primeiro passo é determinar qual a verdade que afirmam, localizando nelas as respostas às perguntas que pedimos ou que elas próprias sugerem. (Ver as coisas dessa maneira enfatiza que as imagens não apenas fazem afirmações, mas que interagimos com elas para tirar conclusões – em suma, desempenhamos um papel ativo nesse processo [...])” (BECKER, 2007, p. 36).

A interação com imagens foi o que frequentemente nos restou naqueles dias que giravam em torno de uma monotonia angustiante provocada pelo isolamento físico/social. Tínhamos dias e noites para comunicar com imagens em telas de monitores e em telefones celulares, circulando nas redes sociais os mesmos memes, falando sobre a aridez de um período de quase dois anos de restrição de contatos físicos (e sendo severamente reprovados por pessoas próximas quando não respeitávamos o isolamen-

to). Muitos de nós registraram esses momentos com seus telefones celulares. Mais do que somente fotografias, essa talvez tenha sido a pandemia das imagens, circulando de forma rápida e intensa por nossas telas. Barthes (1984) refletia sobre a intencionalidade do olhar fotográfico, a escolha da cena, o detalhe, a aplicação, que, segundo ele, implicaria a posição dos sujeitos envolvidos na produção, na manipulação, seleção e afetação causada pela imagem.

Nossa proposta, neste trabalho, foi de multiplicarmos os olhares, os interlocutores, trazendo imagens coletadas tanto por pesquisadores quanto por estudantes de graduação que não tivessem ainda sido treinados a uma determinada racionalidade instrumental da imagem. Nesse sentido, as fotografias aqui colecionadas propõem a interação, o jogo de olhares, uma interpretação livre dos constrangimentos que uma eventual sugestão de leitura, pelos “captadores das imagens”, pudesse vir a ocasionar. Nossa recomendação é que o registro se preste à leitura e interação, porque, se é certo que todos vivemos uma pandemia, também é evidente que nossas experiências e circunstâncias de vida, durante esses dois anos, também foram diferenciadas e singulares.

Nossas fotografias foram reunidas de maneira aleatória, não havendo ordem cronológica, pois entendemos que a pandemia abalou nossa compreensão de tempo, pelo menos do tempo como nos foi imposto pela Revolução Industrial, com os marcadores de horário de início e fim de trabalho. Conforme ensina Thompson (1967), a observância do tempo do relógio é uma das consequências da Revolução Industrial. Segundo ele, nem o capitalismo moderno, nem a revolução industrial teriam sido possíveis sem a imposição de horas síncronas de trabalho, tempo e disciplina. A imposição da hora-relógio, pelo governo, em prol de interesses capitalistas, veio a substituir diferentes formas existentes de temporalidade, que fluíam da sabedoria coletiva construída ao longo da história. A pandemia fraturou nossa noção de tempo-relógio e muitos de nós passaram a ter uma visão confusa da sincronicidade dos eventos. As horas-relógio durante o isolamento, para quem não esteve nos chamados “serviços essenciais”, tiveram uma nova temporalidade imposta, bastante distinta daquela que estávamos acostumados até então.

Com relação ao lugar de captação das fotografias, indicado em cada uma delas, trata muito mais de uma resposta a quesitos formais de apresentação do que nossa intenção de vincular qualquer leitura ao entendimento de que o local é parte importante da explicação da imagem produzida. Pensa-

mos, ou gostaríamos, que a compreensão e a interpretação pudessem colocar essas imagens em qualquer lugar, aqui ou alhures. Outra discussão que tivemos, enquanto grupo de pesquisa, se relacionou à autoria das fotografias. Refletimos se identificaríamos ou não quem de fato propôs a imagem e, mais uma vez, por questões formais e de direitos autorais, identificamos autores/as. Por estarmos constantemente rodeados por imagens, de acordo com Echarvarren (2009), não é mais possível a dissociação da vida em sociedade da dimensão visual, especialmente no século XXI. Mesmo que tenhamos tentado, ou ao menos discutido, não nos foi possível dissociar a imagem produzida de seu autor. Na sociedade contemporânea, o autor é sujeito de direitos que deve ceder sua propriedade para que outros possam utilizá-la ou contemplá-la, como se toda nossa produção não estivesse contida em um *continuum*. Na produção da ciência, sabemos que aquilo que é gerado por nós é fruto de um trabalho coletivo complexo, distante, no qual reorganizamos o conhecimento, investigamos e apresentamos os resultados desse trabalho coletivo.

Finalmente, as fotografias que apresentamos aqui não falam por elas próprias, mas necessitam da interação com você, o leitor dessas linhas, que deve assumir o papel de agente neste processo. Para Flusser (2002), decifrar uma fotografia seria uma tarefa infinita. Portanto, precisamos de um olhar atento e disposto para colocar as imagens em análise nas suas potencialidades, inclusive em relação à exploração de pontos de vista da produção de subjetividade afetada pela pandemia.

Agradecemos aos/às estudantes e pesquisadores que cederam seus olhares para constituir este material, que busca ser muito mais um princípio de debate do que um inventário conclusivo. Aos leitores e leitoras que porventura venham a folhear estas páginas, de modo físico ou digital, em um período próximo ou distante, destacamos que todos fomos tocados pela pandemia, com perdas de próximos, restrições de contato e mudanças de vida no curso dos acontecimentos. Neste sentido, desejamos que saibam que temos consciência, na medida do possível, de nosso lugar na história, e das forças que atuam sobre nós, ao mesmo tempo que escrevemos e contamos sobre o que ocorreu e ainda está ocorrendo nesta pandemia. Compreendemos que, ao pesquisarmos, estamos, de certa maneira, concomitantemente, produzindo esta realidade. O esforço de redação e a coleção de imagens, neste caso, são atravessados pela construção do objeto, fruto de um processo marcado pela criatividade e rigor metodológico, em um contexto bastante duro, de tempos extremos, na busca de dias melhores.



Foto: Andriele Zimmermann Külzer.
Curitibanos/SC.



Foto: Andressa Figueiredo Pereira.
São Paulo/SP.



Foto: Andressa Figueiredo Pereira.
São Paulo/SP.

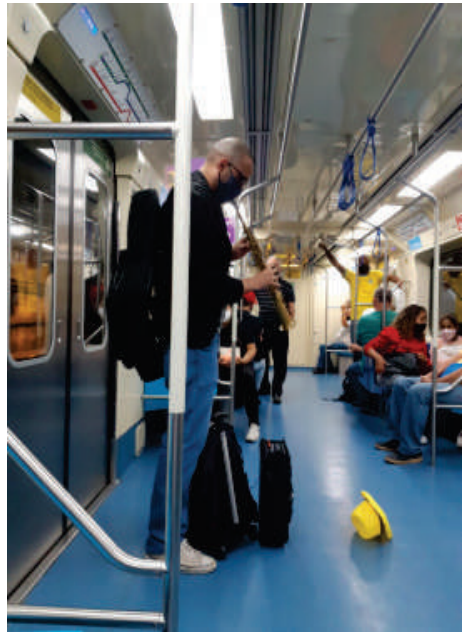


Foto: Andressa Figueiredo Pereira.
São Paulo/SP.

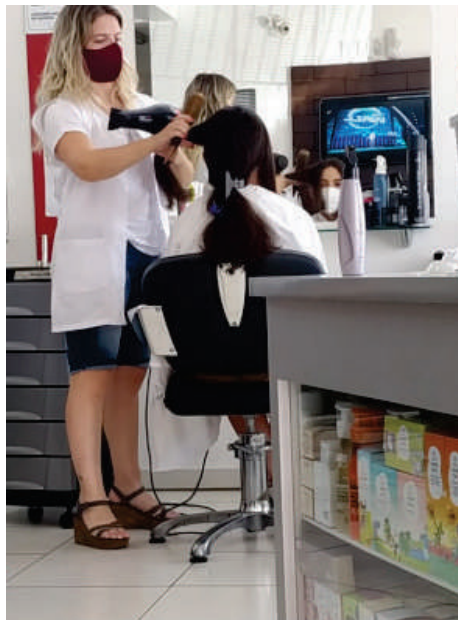


Foto: Davi da Silveira Seer. Santa Maria/RS. Foto: Daniel Granada. Curitiba/SC.



Foto: Andressa Figueiredo Pereira.
São Paulo/SP.



Foto: Márcia Grisotti.
Volta Redonda/RJ.



Foto: Márcia Grisotti.
Florianópolis/SC.



Foto: Márcia Grisotti.
Aeroporto Internacional
de Lisboa.

Referências

- BARTHES, Roland. *A câmera clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BECKER, Howard. Les photographies disent-elles la vérité? *Ethnologie française*, v. 37, n. 1, p. 33-42, 2007.
- BRASIL. *Covid-19 – Painel Coronavírus*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- CONORD, Sylvaine. Usages et fonctions de la photographie. *Ethnologie française*, v. 37, n. 1, p. 11-22, 2007.
- ECHAVARREN, Jose Manuel. *Sociología Visual: la construcción de la realidad social a través de la imagen*. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2009.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- GRISOTTI, Márcia; GRANADA, Daniel; DETONI, Priscila P.; OLIVEIRA, Maria C.; DIEHL, Eliana E. A morte contaminada: a experiência da morte por Covid-19 na perspectiva de profissionais da saúde. In: PORTELA, M. C.; REIS, L. G. C.; LIMA, S. M. L. (eds.). *Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022. p. 309-319.
- GRISOTTI, Márcia; GRANADA, Daniel; BIRRIEL, Mariana L. As dimensões sociais da pandemia de Covid-19 no contexto latinoamericano. *Revista del Cesla* [no prelo].
- OSBORNE, Peter. La fotografía en un campo de expansión: unidad distributiva y farsa dominante. In: GREEN, David (ed.). *¿Que ha sido de la fotografía?* Barcelona: Gustavo Gili, 2007.
- PÉTONNET, Colette. “L’observation flottante – l’exemple d’un cimetière parisien”. *L’Homme*, v. 22, n. 4, p. 37-47, 1982.
- THOMPSON, Edward P. Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism. *Past & Present*, v. 38, p. 56-97, 1967.

PARTE 2

Violência estrutural e saúde

Violência estrutural na representação da morte materna em uma comunidade haitiana – O caso de Juliene

Fabiane Gioda

Introdução

A elaboração deste artigo teve como base memórias de um diário de campo reunidas em *Kaydesa*¹, um pequeno povoado no interior do Haiti. Estas memórias fazem parte de um trabalho etnográfico que deu origem à tese “Agentes, saberes e práticas no processo Saúde/Doença no Haiti”, em que se buscou, além de reconhecer os modelos de atenção e os agentes envolvidos no processo de interpretação, diagnóstico e cura das doenças, discutir os saberes que compõem as representações em saúde em meio ao contexto socioeconômico local.

O Haiti é um dos países mais pobres do mundo, sendo extremas a vulnerabilidade e a suscetibilidade ao adoecimento. Em uma realidade histórica de miséria, reforçada ao longo do tempo pela mais profunda precariedade do sistema público de saúde, a busca pela cura dos padecimentos estruturou-se a partir de uma estreita relação entre pluralidade religiosa e terapêutica, por onde se estabelecem etiologias naturais e não naturais para as doenças. Neste contexto, além da biomedicina, encontram-se saberes especializados nos modelos de atenção tradicional e místico, sendo que em cada grupo tais profissionais são vistos como soberanos em seus saberes e têm seus papéis reconhecidos e sua legitimidade (e poder) consagrados na comunidade. Doenças decorrentes de causas naturais (*doenças de bondye* – doenças de Deus), são tratadas pela comunidade através dos biomédicos e terapeutas tradicionais² (*medsyn fèy*³ – médico das folhas). Via de regra, es-

¹ As instituições, locais e pessoas que participam deste artigo estão referenciados ao longo do texto entre aspas, em itálico e são apresentadas com nomes fictícios.

² Os terapeutas tradicionais incluem também as *fanmsaj* – parteiras.

³ Também chamados de *doktè fèy* e menos frequentemente de *doktè mèdsyn*.

tes últimos assistem os doentes com um enfoque pautado na teoria humoral, por onde alimentos, elementos ambientais, corporais e subjetivos podem levar a desequilíbrios energéticos e a perda/recuperação da saúde (FOSTER, 1976; MINN, 2001; THOMAS-STEVENSON, 1991; FREEMAN, 1998; COLIN, PAPERWASLLA, 2003). Já as doenças não naturais requerem que se considere o caráter místico que alicerça a cultura local, por onde se torna fundamental reconhecer o espaço ocupado pelo *vodou* neste cenário. O *vodou* aparece como uma diretriz popular que, muito mais que religião, caracteriza o modo de vida dos sujeitos, incluído nesta perspectiva um sistema de interpretação, cuidados e prevenção em saúde que, sob seus diferentes significados e representações, permitem a existência de uma rede de atenção direcionada ao campo espiritual. Sob a influência de teorias seculares envolvendo saúde e terapia originadas do *vodou*, existe um movimento energético dinâmico que provém do mundo terreno, visível e do mundo espiritual, não visível, que está em constante interação entre si e com a natureza. A partir dessa interação, é possível elaborar representações em que o bem-estar, a saúde e a morte podem estar relacionados com expressões dessas energias, sendo possível fazer uma correspondência de eventos desta ordem com o somático, o psíquico e o social. Assim popularmente, a concepção de saúde no Haiti transcende o conceito de ausência de doença, uma vez que não é dependente apenas das boas condições de um corpo físico (seus órgãos e sistemas)⁴, mas sim de um equilíbrio energético obtido por meio da comunicação entre os mundos humano e sobrenatural. Em se perdendo este equilíbrio, a manifestação das enfermidades pode acontecer sob a forma de lesões simples em alguma parte do corpo, pelo acometimento de órgãos e sistemas, por problemas mentais ou ainda se apresentando sob a forma de incapacidade de atuação no microcosmos e na sociedade (BRODWIN, 1996; MÉTRAUX, 1958; entre outros). As circunstâncias pelas quais o campo sobrenatural vem interferir na vida mundana em termos de processo saúde/doença, via de regra, decorrem de duas situações especiais: uma delas (normalmente de menor gravidade) a partir do arbítrio das próprias entidades espirituais, que se manifestam quando motivadas pelo descontentamento com o seu servidor⁵; a outra, quando enti-

⁴ A Organização Mundial de Saúde” (OMS, 1946) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidade”, definição consoante com aquela praticada na cultura Vodou.

⁵ Servidor refere-se àquele que serve aos mistérios, os espíritos.

dades específicas são evocadas por algum humano intencionando, por motivos particulares, causar o mal a alguém – *maladi voye*⁶ (STERLIN, 2006; FREEMAN, 1998; BRODWIN, 1996).

Partilhando de um mesmo campo simbólico, os pacientes e os curadores permitem a estruturação de condutas diagnósticas e terapêuticas bem particulares acerca de infortúnios e das doenças, abrindo-se aqui um parêntese para abordar brevemente os saberes que envolvem as *maladi voye*, etiologia complexa, ampla e de extrema representatividade na cultura local. Embora algumas (poucas) enfermidades já inicialmente se manifestem direcionando o olhar para uma etiologia não natural, a grande maioria das doenças se apresentam com sinais e sintomas comuns, não deixando clara sua origem a partir das manifestações iniciais. É justamente este cenário de incertezas que ajudará a entender a influência dos diferentes elementos na construção da interpretação do adoecimento e da morte.

Na comunidade de *Kaydesa*, foi observado que enfermidades manifestadas por características inespecíficas eram tratadas, primeiramente, como um perfil do grupo, pelo modelo de atenção biomédico. A preferência por este modelo estava pautada na credibilidade dos seus saberes, nos seus menores custos⁷ iniciais, e na dimensão moral que envolve o processo saúde/enfermidade/atenção⁸. Esta moralidade está relacionada com as diretrizes comportamentais estabelecidas pela cultura *Vodou*: estar padecendo de uma doença mística, reflexões acerca do merecimento da doença e a busca pelos mandantes da enfermidade assumem importância significativa na construção do modelo explicativo. Nesse momento, passa a ser necessário uma avaliação moral das relações sociais estabelecidas entre os humanos e destes com as entidades espirituais, por onde animosidades e ressentimentos podem surgir como consequência destes saberes. Assim, a terapia oficial parece servir também como uma forma diagnóstica para se estabelecer a etiologia de doenças imprecisas e descobrir se ela é ou não decorrente da atuação dos espíritos. Resolver um processo de adoecimento através da biomedicina atesta uma conformidade moral e cósmica. Do contrário, molés-

⁶ Também conhecidas como *voye mo*, *mo maladi*, *maladi majik*, *maladi moun*, *maladi sotan*. Opto por usar os termos *maladi voye* e *maladi bondje* por terem sido as terminologias mais usadas pelos interlocutores.

⁷ Sobre os custos das terapias, ver a tese *Agentes, saberes e práticas no processo Saúde/Doença no Haiti*, de Fabiane Rosa Gioda (2017).

⁸ Termo cunhado do antropólogo e professor Eduardo Menéndez (2009).

tias que inicialmente poderiam ser consideradas naturais, mas que evoluem não apresentando resolução com a terapia oficial, não podem ser interpretadas como uma enfermidade de *bondje*, nem mesmo ser reestabelecidas pela biomedicina. Neste caso, o entendimento da doença/morte muda de causas naturais para sobrenaturais, modificando os construtos acerca do padecimento. No que concerne ao peso da biomedicina nestas reflexões, seria muito difícil, em poucas linhas, oferecer todo o material necessário para uma análise pormenorizada, tendo em vista a realidade do sistema público local. Porém, apesar de a comunidade de *Kaydesa* ser considerada um oásis em saúde no Haiti rural, da mesma forma que o restante do país, é uma região vitimada pela ineficiente biomedicina diagnóstica e terapêutica por onde mortes prematuras (e evitáveis) são fatos corriqueiros.

As experiências vivenciadas em campo mostraram a complexidade da rede envolvida no processo de perda da saúde e na morte, por onde elementos que estão para além do campo biológico articulam-se e traduzem-se em significados e práticas. Neste contexto, desenvolver algumas reflexões com base no conceito de violência estrutural se mostra pertinente, uma vez que estimula um olhar mais crítico e amplo do processo de adoecimento e morte, ajudando a repensar os estigmas e preconceitos aos quais a sociedade local é subjugada, bem como as consequências desta estigmatização. A teoria da violência estrutural foi proposta pelo sociólogo norueguês Johan Galtung, em 1969. Refere-se a um tipo de violência operacionalizada de forma indireta, pelas estruturas sociais – econômica, política, jurídica, religiosa e cultural que, por serem potencialmente influentes sobre as necessidades humanas fundamentais, podem ser responsáveis por efeitos nocivos aos sujeitos. Assim, sob a influência destas estruturas, quando o acontecimento real é inevitável a violência não está presente. Porém, quando algo que é evitável acontece, se está diante de um caso de violência estrutural: Ela é “a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é” (GALTUNG, 1969, p. 172). Desta forma, em termos de assistência à saúde, quando alguém morre por uma doença curável ou prevenível diante dos avanços da biomedicina, se está diante de um caso de violência estrutural.

No Haiti, a base da teoria da violência estrutural foi utilizada ao longo do tempo por teólogos da libertação, sendo reforçada há quase duas décadas pelo médico e antropólogo Paul Farmer, que ele discute realidades violentas elaborando extensas análises e profundas críticas. Sob o prisma da saúde,

Farmer aborda enfaticamente reflexões sociopolíticas como determinantes das desigualdades em saúde e busca através da utilização deste conceito; em termos práticos, prevenir a morte prematura, a invalidez e melhorar a vida do maior número possível destas vítimas desafortunadas do sistema.

A morte de Juliene

Para refletir a violência estrutural e os estigmas no contexto da pluralidade terapêutica na comunidade de *kaydesa*

Em uma área calcária e infértil, que constitui grande parte do planalto central do Haiti, sobreviver é a uma luta diária, e traz consigo não só a preocupação em como conseguir o alimento da próxima refeição, mas também em como consegui-lo na quantidade necessária para toda a família. Esta luta vem ainda acompanhada pela eminência da morte, injusta e precoce, que, embora experienciada com extrema frequência, não é vivida com resignação ou com menos dor e sofrimento.

A indignação, os questionamentos, e as exclamações “por que morreu? Ela era tão jovem!” e “Por que morreu assim, deixando tantos filhos pequenos sem uma mãe?” deixam claro um desconsolo e a certeza de que tal acontecimento ocorreu prematuramente. As especulações sobre as causas desta morte buscam o responsável por um sofrimento que, embora frequente neste contexto, é demasiadamente agressivo para ser concebido como um evento natural. Porém, ao invés de esta indignação lançar-se sobre o sistema de saúde precário, falho e injusto, que permite a morte de tantas mulheres durante e após o parto, ela se manifesta, sob os saberes da doutrina vodou, em uma interpretação baseada num processo de adoecimento e morte de uma pessoa jovem, apontando pessoas ao invés das estruturas que sustentam o sistema.

Aconteceu há oito dias. Acordo em meio à madrugada com gritos incessantes que pareciam ser de uma mulher jovem, seguidos pela fala enfática de um homem que tentava acalmá-la. Outras vozes, na maioria femininas, se juntavam a estas. Misturavam-se gritos, choro e desespero que só silenciaram ao amanhecer. Imaginei vários fatos motivando aquele acontecimento, mas nunca a morte de alguém. No dia seguinte, assim que acordo, pergunto a um morador da casa onde eu estava hospedada o que havia acontecido: “o caso era do falecimento de uma mulher que mora na casa vizinha, e eram as irmãs e a mãe da falecida que estavam expressando seus sentimentos”.

Roland não sabia dar maiores informações sobre o ocorrido, porém quando pergunto se o enterro seria neste mesmo dia, diz enfaticamente que não, que não

sabia exatamente quando, mas que poderia passar 10 ou 15 dias até sua realização, na expectativa de que parentes mais distantes pudessem vir se despedir, uma prática comum da cultura haitiana.

Ao longo da semana que antecedeu o convite para visitar a casa da família, passando diariamente pelo local, observava o comportamento das pessoas. Como a vida haveria de transcorrer em um local onde um corpo estava há tantos dias sendo velado? Tentava imaginar como seria o sentimento e a dor dos familiares por este contato diário, mas nem de longe imaginava os conflitos que envolviam esta morte. Ao que podia se perceber, como uma observadora “de passagem e externa”, é que a vida prática seguia normalmente. Em frente da casa havia uma grande sombra onde sempre havia pessoas reunidas. As rodas de conversas pareciam maiores com o passar dos dias. As atividades domésticas feitas no ambiente externo, como lavagem de roupa, preparo dos alimentos, limpeza do pátio, continuavam sendo realizadas diariamente e várias crianças estavam sempre por ali, correndo e brincando dentro e fora do quintal.

Foi em um dia como este que fui visitá-los. Minha presença era vista como uma forma de homenagear a pessoa falecida, e a família, aparentemente, estava muito grata por isso.

Juliene havia morrido após passar oito dias de seu último parto normal, realizado no hospital. Ela havia deixado nove filhos, o recém-nascido, dois ainda bem pequenos e outros três em fase escolar. Os três filhos mais velhos trabalhavam fora de “Kaydesa”, um na capital e dois na República Dominicana.

Ao chegar na casa, me apresentei para a família de Juliene, a mãe, duas irmãs, o pai e seus filhos, os quais me receberam muito bem. A mãe, dona Tilda, uma senhora de uns 70 anos, magra e com um semblante cansado, se apressa em me contar sobre a morte e o sofrimento da filha durante os oito dias de internação, ressaltando como ela havia definhado dia a dia sobre a cama do hospital, “até que ficou com muita falta de ar, sonolenta e faleceu”. Contava o transcorrido inconformada com a situação de morte e preocupada em como a família iria “se arranjar” para cuidar das crianças e do bebê recém-nascido. Enquanto falava, uma das tias, Odetta, traz o menino para eu conhecer. Uma criança franzina que a tia tentava alimentar com uma mamadeira contendo um pouco de leite de vaca. Odetta gentilmente pergunta se eu gostaria de pegar o bebê no colo, ao que respondo que sim.

A criança parecia estar bem, embora a situação fosse realmente triste e as perspectivas ainda piores. Enquanto eu o segurava, observava seus cinco irmãos pequenos brincando no pátio, os quais pareciam não ter uma noção exata do que estava acontecendo e nem de como seria a vida na ausência de sua mãe. Enquanto

observo esta cena, fomentado pela tristeza da situação, desabafô com um amigo, Manis, em um tom bem pessoal: “Porque Deus leva alguém tão jovem e com tantos filhos para criar”? ao que ele imediatamente responde: “não foi Deus que fez isso, foi uma irmã da falecida que fez um trabalho para isso”.

Como eu tinha conhecimento que mortes decorrentes do parto são “comuns” no Haiti, imaginei um consenso do grupo em torno de um quadro infeccioso não resolvido. Em nenhum momento havia me questionado sobre os saberes que alicerçavam a doença que levava a morte de Juliene.

Fiquei tão surpresa com a sua resposta e entrei em devaneios com meus próprios pensamentos. Não fiz nenhuma pergunta a respeito. Continuamos conversando com a família, onde, em um vai e vem das atividades diárias, as pessoas se revezavam em nossa companhia. Em determinado momento, Manis, Odetta (O) e eu (P) conversamos mais proximamente, momento em que ele inicia um diálogo sobre a causa da morte de Juliene:

Manis – (...) e ela parecia ser uma mulher tão forte, o que pode ter se passado com a sua irmã?

O – Não sei, depois do parto, oito dias, ela se foi ao mundo invisível

P – Mas o que aconteceu que ela morreu?

O – Foi Deus, foi Deus que fez isso.

Ao ouvi-la falar, sua mãe que estava por perto, se manifesta ainda em resposta a minha pergunta: “penso que é uma doença mística porque uma pessoa que tem 40 anos não pode morrer agora!”, dando a entender o caráter de malefício enviado à causa da morte, complementando com um sussurro perto de meu ouvido: “foi sua irmã que lhe mandou matar”.

A revelação de dona Tilda era repleta de simbolismos e de conflitos familiares. Ela se referia a sua filha Odetta, como a mandante da morte de sua outra filha. E avançava ainda mais nestas representações. Segundo sua interpretação, que era compatível com as dos demais integrantes do grupo, as razões que teriam motivado Odetta estariam fundamentadas no fato de Juliene ter “três filhos morando fora daqui, no exterior... Há muito mais pessoas más que boas”. Com um diagnóstico conclusivo, dona Tilda não aceitava nenhum argumento que eu tivesse apresentado como justificativa para uma morte natural, motivo pelo qual Manis interrompe minha fala dizendo para não tentar convencê-la: “ela não pensa que foi. Ela sabe exatamente”, dando a entender que o veredito da causa da morte seria incontestável.

Em meio a este conflito, uma das perguntas que emergia era como diante desta certeza da culpa, seria o convívio da família com Odetta. Ao ser questionada sobre o que estaria pensando em fazer em relação a sua filha, em vista do acontecido,

dona Tilda responde: “Nada. É impossível matar alguém. É uma carga muito grande”. Dona Tilda dizia estas palavras enquanto representava a “carga” com fortes batidas nos próprios ombros, deixando transparecer um sentimento de raiva e indignação. “vou deixar Deus tratar disso”, complementa. Manis, por sua vez, reforça neste diálogo o fardo social que o envio da morte causa ao seu mandante, o qual parecia já estar sendo destinado a Odetta: “a maioria haitiana não pode conviver com uma pessoa que mata uma pessoa da família. É uma grande carga quando se tira a vida de alguém, ainda mais de um familiar”. E Manis acaba revelando que as descobertas feitas acerca da morte de Juliene haviam sido obra de informações vindas do mundo místico: “seu primeiro marido (da falecida) era um houngan⁹, e ele sabe muito bem que foi sua irmã que lhe tirou a vida”. Em nenhum momento da conversa foi cogitado pelas pessoas com quem conversei que o houngan pudesse estar errado e nem mesmo foi dada credibilidade a esta dúvida quando a levantei.

Como todos envolvidos nesta trama eram pessoas da mesma família, a mandante da morte, a vítima e o houngan que fez o diagnóstico, questiono a Manis como Odetta ainda estava presente na casa e como ainda cuidava das crianças por quem era, já de consenso, responsável pela orfandade: “talvez pense que ninguém sabe” responde “mas todo mundo sabe... a pessoa que faz o mal vive com todo mundo, fala com todo mundo”, argumenta, sugerindo a permanência de uma convivência em família, apesar dos ressentimentos velados.

Todos sabiam que Odetta havia enviado o mau espírito, mas não se falava com ela diretamente sobre isso. Ao mesmo tempo não eram economizados comentários sobre o assunto em sua presença, ficando evidente uma convivência repleta de hostilidades e de julgamentos impiedosos, que a colocavam como a vilã do processo de adoecimento e morte. Durante o período que estive na casa, Odetta alimentou as crianças, trabalhou na lavagem de roupas, e cuidou do bebê. Além de atenciosa, parecia preocupada com o destino dos sobrinhos.

Apesar de morar em Larisol, uma comunidade distante de “Kaydesa”, Odetta pensava em assumir os filhos da irmã, embora, segundo ela, “todos pensam diferente, mas essa é a minha ideia”, declaração que leva a pensar que ela tinha ciência da hostilidade de que estava sendo vítima dentro do grupo familiar.

Vários são os momentos nesta vivência em que a violência estrutural aparece alimentando o sofrimento. A começar pela *causa mortis*, que são múltiplos. Em sua dimensão fisiopatológica, a violência estrutural acaba por vitimar um número muito maior de pessoas do que guerras, assassina-

⁹ Houngan é um sacerdote do Vodou.

tos, atentados, utilizando-se de formas tão ou mais cruéis que a violência direta. Em um momento no qual os avanços tecnológicos e científicos estão no auge da sua evolução, a inacessibilidade a recursos e insumos que garantam uma intervenção segura para o profissional e o paciente e a indisponibilidade diagnóstica e terapêutica para doenças curáveis são eventos recorrentes que denunciam a violência estrutural. Neste cenário, as enfermidades de origem infecciosa, como a sofrida por Juliene, fazem a cada dia inúmeras vítimas prematuras, especialmente em países pobres, e incrementam as estatísticas das mortes decorrentes da violência indireta (FARMER, 2007). Dados atuais apontam que 52 % das mortes nesses países ocorrem por enfermidades transmissíveis facilmente preveníveis em confronto com apenas 7% dos óbitos em países com alta renda econômica (OPAS, 2018).

Sobre estas mortes evitáveis, uma das maiores críticas sustentadas por Farmer direciona-se aos órgãos internacionais de avaliação e ajuda humanitária e para sobre o artigo 27 da Declaração dos Direitos Humanos, que sustenta que “participar do progresso científico e de seus benefícios” é um direito comum a todas as pessoas. Embora tais organismos alimentem discursos intermináveis sobre este direito universal, em inúmeras ocasiões agem permitindo que apenas a assistência básica destinada aos mais pobres já seja considerada suficiente, uma vez que qualquer benefício proporcionado é melhor que o “nada” de que disponibilizam (FARMER, 1999, p. 1.487). A indignação deste pesquisador está nas mais diversas explicações oferecidas por aqueles que concentram o poder financeiro e decisório e que, por fim, acabam permitindo um destino desigual dos avanços biomédicos. Manipulando afirmações de causalidade, muitas vezes destacam entre os argumentos a interferência de culturas e crenças como justificativa para a falta de adesão às terapias e a baixa eficácia dos tratamentos, estigmatização que, provavelmente, ameniza o desconforto de ofertar à população, medicações e tecnologias de tratamentos já ultrapassadas, mas não ameniza a vivência de sofrimentos e óbitos pelos que precisam desta ajuda (FARMER, 1999). O fato de Juliene ter tido a oportunidade de ser atendida em uma unidade hospitalar não apaga a seletividade da biomedicina enquanto possibilidade terapêutica, ao contrário, apenas exemplifica em um episódio real, o objeto da crítica deste autor. Por certo que o hospital fez o que foi possível dentro da realidade que se apresenta. A infecção hospitalar continua sendo um desafio epidemiológico mesmo em hospitais de ponta, e é uma problemática quase incontrolável em ambientes que não apresentam

condições propícias para frear a proliferação dos agentes infecciosos. Porém, quando a realidade que se apresenta é ainda pior, miserável em sua estrutura, material e pessoal, dá-se forma a um panorama em saúde que inevitavelmente viola o direito universal à vida, em que a batalha pela cura de inúmeras doenças tende a ser perdida desde o seu princípio. Em um cenário de tamanha precariedade, onde Juliene teve assistência, a evolução de um parto para um quadro infeccioso, sepse¹⁰ e morte está dentro de uma sequência progressiva, conhecida e mesmo esperada de acordo com os conhecimentos científicos.

Dentro deste contexto, recorrer às concepções místicas para compreender e aceitar a morte seria um comportamento esperado com base na cultura local, uma vez que ela ocorreu de forma prematura, rápida e, sobretudo, sob os cuidados de uma biomedicina reconhecida e com extrema credibilidade para o tratamento das doenças de etiologia natural. Interpretar tal ocorrência através do sobrenatural seria uma tentativa de explicar uma realidade inaceitável e de extremo sofrimento, uma vez que através da interação humano/não humano ainda é possível se ter algum controle sobre os eventos. Porém, os saberes que fazem parte de representações como as formuladas no caso de Juliene muitas vezes são analisados de forma superficial, tendenciosa e pejorativa e acabam estigmatizando toda uma coletividade. Análises inconsistentes muitas vezes são usadas como justificativas para a falta de equidade com que a medicina é oferecida aos diferentes grupos sociais, por onde se questiona muitas alegações com base na cultura.

Na comunidade de *Kaydesa*, esta inequidade e dificuldade de acesso à biomedicina pode ser observada a partir das falas não apenas dos pacientes, mas dos próprios profissionais, como o médico Djeremie Bolbon, que expressam sua angústia a partir de um contexto prático do seu dia a dia:

(...) difícil porque os pacientes chegam tarde e se chegam tarde não dá para fazer nada, não dá para fazer nada se chegam tarde... e no hospital faltam equipamentos para salvar vidas e quanto mais tarde vêm... difícil... e che-

¹⁰ O conceito de sepse abrange situações nas quais se estabelece uma síndrome de resposta inflamatória sistêmica desencadeada por uma doença infecciosa, causada por bactérias, vírus, fungos ou protozoários. O diagnóstico é sugerido pelos achados clínicos e laboratoriais, confirmado, posteriormente, pelo isolamento do agente etiológico. Os sintomas comuns da sepse incluem aqueles relacionados a uma *infecção específica* como febre alta, pele quente e ruborizada, elevada frequência cardíaca, dificuldade respiratória, estado mental alterado entre outros. O diagnóstico precoce é fundamental, pois o uso antecipado do antibiótico reduz significativamente a mortalidade (SIQUEIRA-BATISTA e cols., 2011).

gam com uma sepse, uma infecção e para fazer a cultura é difícil... você vê as características mas não tem como investigar...

Este desabafo comunica a impotência do profissional diante da realidade e o entendimento de que a assistência oficial, quando acessível, é precária e de baixa qualidade, podendo ser tão (ou mais) ineficaz na cura do paciente quanto outras alternativas terapêuticas.

Parto e violência estrutural em diferentes perspectivas e contextos

Compreender a gestação, o parto e a mortalidade materna na comunidade haitiana implica o confronto de diferentes perspectivas, algumas contraditórias em comparação com outras sociedades, sendo possível identificar claramente as discrepâncias entre os grupos e reconhecer a presença da violência estrutural na dimensão dos sofrimentos.

Diante da morte de Juliene, seria possível pensar que partos domiciliares possam ser melhores que partos hospitalares na realidade de *Kaydesa*?

Nas sociedades melhor desenvolvidas economicamente, discussões sobre a forma de realização do parto têm se concentrado cada vez mais na temática do parto humanizado e no local ideal para que o nascimento da criança ocorra: melhor seria em casa ou em ambiente hospitalar?

Em casos nos quais não haja problemas gestacionais, o parto humanizado doméstico tem sido considerado por muitos profissionais da saúde como um “desfecho ideal” para o nascimento do bebê, posicionamento sustentado por argumentações a respeito dos benefícios para a mãe, para bebê e para a relação afetiva familiar. Na sociedade haitiana, o parto doméstico, certamente, é o mais frequentemente experienciado pelas gestantes.

O entendimento do parto enquanto “natural e humanizado” está, sobretudo, associado ao afastamento da interferência biomédica ou da hospitalização, uma vez que entende a gestação e o nascimento como “eventos fisiológicos perfeitos”. Além disso, o conceito é envolvido por pressupostos que preveem a ausência de medicamentos, a possibilidade de escolher a posição para ter o bebê, a espontaneidade da hora do parto (sem a perfuração mecânica da bolsa) e a presença da família. Considerando tais prerrogativas reguladoras do parto humanizado, poder-se-ia imaginar que as mulheres haitianas são privilegiadas por terem esse padrão como prática cultural. Família, amigos e o ambiente doméstico são a realidade da grande

maioria das parturientes. No entanto, este modelo humanizado domiciliar é permeado, em sociedades ou grupos sociais com maior poder econômico de escolha, por uma detalhada programação para proteger a mãe e o bebê, o qual inclui, além de um preparo prévio do ambiente (podendo às vezes incorporar a montagem de uma piscina em casa), o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar composta por uma doula (parteira), médico, enfermeira e, em alguns casos, fisioterapeuta e psicólogo, todos em um longo momento de dedicação exclusiva a uma única gestante, bem nutrida e monitorada durante os nove meses de gestação. Conta-se também com um kit de trabalho e outro de emergências devidamente esterilizado e embalado, e uma ambulância de sobreaviso em caso de alguma intercorrência com a mãe ou o bebê, arcabouço que tem garantido ótimos resultados para os partos domiciliares programados.

No entanto, há um abismo na “beleza do parto domiciliar” entre essas duas sociedades, o qual já se inicia para a maioria das gestantes haitianas com a impossibilidade de escolha, e se estende para a vulnerabilidade das suas próprias vidas e dos recém-nascido. A pobreza e a falta de serviços médicos fomentam este abismo. A realização do parto em grande parte das famílias começa com dificuldades consequentes da desnutrição da mãe, que entra em trabalho bastante enfraquecida sobre uma cama normalmente no chão batido. A água potável para a higiene dos utensílios, da mãe, da parteira e do bebê é escassa. O aquecimento para torná-la apropriada também é difícil, uma vez que frequentemente as famílias padecem com a falta de carvão ou lenha para fazer o fogo de chão. E, como agravante, um parto natural não escolhe a hora e pode acontecer durante a noite em qualquer uma das residências (70%) que não dispõem de energia elétrica (DIAMOND, 2005) e muitas vezes nem mesmo de recursos para comprar qualquer combustível que gere luminosidade (incluindo carvão). Raras são as famílias ou as *fanmsaj* que dispõem de carro para favorecer a aproximação gestante/terapeuta. Toda a logística se mostra desfavorável. E nesta precariedade, com muita solidariedade familiar, de amigos e vizinhos, muitos partos têm dado certo mas outros tantos têm dado errado na comunidade haitiana.

Estas observações não são contrárias ao parto humanizado, natural, domiciliar e nem a todo o arsenal de conceitos, ponderações e estruturas necessários para a sua execução. A intenção em trazê-lo em perspectiva é para ilustrar as diferenças no manuseio do parto doméstico em ambos grupos sociais, uma vez que no Haiti as crianças nascem predominantemente

em casa. O modelo humanizado com certeza seria bom para todas as futuras mães e filhos. Porém, as diferenças impostas pelo meio socioeconômico na forma como ocorre o ato natural de gestar e parir em cada uma dessas sociedades e os potenciais de sofrimentos evitáveis dentro de cada grupo, precisa ser objeto de reflexão. Porque, em um dos grupos, crianças e mães são mais suscetíveis a serem privadas de convivência por mortes estúpidas e evitáveis? Onde reside o interesse em fundamentar as causas das vergonhosas estatísticas de morte materna na sociedade haitiana nas negligências das mães, da família, da *fanmsaj*, dos profissionais biomédicos e, principalmente, da cultura do parto domiciliar?

Complicações envolvendo a gestação e o parto tem sido uma das maiores causas de mortes prematuras entre as mulheres haitianas, sendo que aproximadamente uma em cada 80 mulheres irá morrer de causas relacionadas ao parto ou a gravidez (UNFPA, 2015). A violência estrutural está presente nas estatísticas desses óbitos, todos relacionados com a pobreza, e que são perceptíveis para além da assistência oferecida àqueles que conseguem ter acesso às precárias unidades biomédicas. A frequente desnutrição materna, a falta de cuidados necessários para o controle dos fatores de riscos gestacionais da etnia negra, as dificuldades financeiras que envolvem o acesso às unidades de saúde, as péssimas e limitantes condições de transporte que interferem na urgência do deslocamento e os inúmeros fatores de risco que envolvem o consequente número de partos domiciliares e hospitalares são os principais fatores relacionados a esta morte.

O panorama desta realidade mostra também um sistema de saúde composto por um insuficiente número de médicos e enfermeiras os quais possam garantir o atendimento a uma população de mais de 10 milhões de pessoas (MSPP, 2015) e uma taxa de natalidade de 22,6 por 1.000 habitantes (CIA WORLD FACTBOOK, 2019). Neste contexto, sem muita possibilidade de escolha, 64% das mulheres haitianas ganham seus bebês em casa, mesmo que tenham feito acompanhamento pré-natal (CAYEMITTES e cols., 2013) (trabalhos mais antigo de Freeman, 1998, trazia a taxa geral de 85%). Destas, 53 % são auxiliadas por uma parteira sem nenhum treinamento específico; as demais (47%) são assistidas por uma profissional que, tendo participado de algum programa de formação, dispõem normalmente de um kit de auxílio para o parto (CAYEMITTES, 2007). O percentual de partos domiciliares aumenta quando se leva em conta apenas a população rural, estando próximo a 77%, sendo que a assistência com pro-

fissionais qualificados (que passaram por algum curso) é diretamente proporcional ao poder aquisitivo da gestante, não chegando a 10% nas camadas ainda mais inferiores (SAY, 2014).

Mesmo sendo as *fanmsajs* práticas, profissionais reconhecidas para assistir os trabalhos de parto, é necessário estar alerta para a violência sofrida por toda sociedade e para a responsabilidade de cada uma das partes nas estatísticas dessas mortes. Ocupando a 21ª posição mundial para as mortes maternas e a primeira posição da América, com um número de 480 óbitos por 100.000 nascidos (CIA WORLD FACTBOOK, 2019), o Haiti há muito tem chamado a atenção de organismos internacionais para esta realidade. Pronunciamentos das Nações Unidas, ainda em 2005, e PAHO/WHO, em 2004, reforçavam a necessidade da formação de profissionais para assistência ao parto domiciliar, visando a reduzir a mortalidade materna e infantil. Vários programas com parceria governamental foram criados a partir destas declarações e outros vêm sendo desenvolvidos por esforços empreendidos por ONGs (basta uma pequena procura na internet para encontrar inúmeros sites mostrando as estatísticas destas mortes, a explicação dos projetos e a solicitação de ajuda financeira) e pelos hospitais parceiros, com o intuito de capacitar as parteiras tradicionais e de formar profissionais direcionados a obstetrícia (enfermeiros, técnicos). Apesar desses esforços, a redução das taxas de mortalidade materna a um percentual aceitável mundialmente está ainda muito longe de ser atingida, simplesmente porque a problemática é emaranhada em uma rede muito maior que a pura capacitação profissional. Se for feito um exercício de imaginar, utopicamente, que todas as gestantes em parto domiciliar (ou seja, 64% das parturientes do país) fossem atendidas por *fanmsajs* que tivessem acumulado à sua experiência prática os saberes biomédicos e fossem aptas a identificar precocemente achados patológicos em suas parturientes, o que poderiam estas *fanmsajs* fazer para a mudança de um cenário de risco de morte?

Relato extraído do diário de campo: (...)

P – E como você sabe se o bebê está atravessado? Pergunto para a fanmsaj Stephanie quando ela me informa dos problemas gestacionais que encontra em suas pacientes. Stephanie levanta-se e mostra em seu marido que está sentado na esteira em nossa frente: Passa a mão na barriga e aponta onde deve estar a cabeça e a pelve na hora do parto, reforçando ainda outros conhecimentos adquiridos em um curso oferecido pelo hospital, que faz questão de comprovar mostrando um crachá com seu nome.

Stephanie: “sinto com as mãos o bebê. Se o bebê não está na posição correta, depende o caso, tem que levar no hospital”.

P – e quando há uma urgência... se não há carro ou se não há tempo?

Stephanie – leva na cama sobre a cabeça

P – e se for muito longe?

Stephanie. – então se corre... é o jeito (fanmsaj Stephanie Printz)

No dia seguinte a minha chegada em “Kaydesa”, vi uma cena que corrobora com a fala da fanmsaj Stephanie: quatro homens desciam uma montanha por entre caminhos pedregosos e estreitos, carregando uma maca feita de pedaços de tábua sobre suas cabeças, em um ritmo de trote rápido acompanhados por dois outros homens (que, vim a saber posteriormente, faziam parte do revezamento necessário pelo cansaço).

Nesta “maca” estava deitada uma gestante, que pelos gritos e agitação parecia sofrer de algo mais que a dor de um parto “normal”. Passaram por mim rapidamente os homens arfando de cansaço e completamente molhados de suor, em um sol escaldante das 14hs de uma tarde de domingo, momento em que eu estava subindo a montanha para contemplar a vista de “Kaydesa”, uma caminhada que levaria mais ou menos uma hora.

Não soube nada a respeito desta gestante. Porém aquele episódio mostrou claramente as diferenças existentes entre as realidades. Hoje penso que a sua história, se abençoada com a sorte, pode ter tido um desfecho favorável. Ela faz parte de um grupo reduzido de parturientes que conseguem chegar a um hospital e ter acesso à assistência biomédica em casos complicações gestacionais¹¹.

Em um país onde 59% da população vivem em áreas rurais (INDEX MUNDI, 2018), a chegada em uma unidade de saúde pode, segundo vivenciado nesta pesquisa, levar mais de 2 horas de caminhada por montanhas pedregosas (havendo relatos de até 5 horas), correndo-se o risco ainda, como constatado na pesquisa de Barnes-Josiah, Myntti e Augustin (1998) e replicada por Frédéric (2015), de se defrontar com a indisponibilidade de um profissional qualificado no local, com a impossibilidade de um atendimento tão rápido quanto necessário (os hospitais públicos em Port-au-Prince são lotados e limitados em seus atendimentos) ou ainda de não estarem disponíveis os recursos necessários para a gestão das emergências obstétricas. Diante dessa realidade, torna-se pertinente refletir sobre o quanto de

¹¹ O hospital de “Kaydesa” fornece, além das consultas pré-natais, um programa de planejamento familiar e educação materna, assim como disponibiliza leitos para maternidade de risco.

responsabilidade tem a *fanmsaj* ou a cultura do parto domiciliar nessas mortes, bem como o quanto o acesso à biomedicina poderia ser um diferencial diante do exposto e exemplificado pela morte de Juliene. Ambas as situações apenas ilustram a violência estrutural sofrida pela comunidade. Todo este cenário contribui para que haja uma diferença significativa entre o número de mortes das parturientes haitianas em relação, por exemplo, às americanas, onde ocorrem 19 óbitos em 100.000 nascimentos, ou às francesas, onde oito é o índice atual de morte, segundo relatório da CIA World Factbook (2019), diferença que fica na casa dos 461 e 472 casos a mais, respectivamente, quando comparados à mesma população amostral do Haiti. Mesmo confrontando a realidade haitiana com países em desenvolvimento, como o Brasil ou a sua vizinha República Dominicana, com 60 e 95 mortes (CIA WORLD FACTBOOK, 2019), observa-se que esta diferença só pode estar apontando responsabilidades que vão além de causas estabelecidas localmente, sendo necessário estender o olhar para as políticas locais e globais, a fim de conseguir compreendê-las enquanto influência na realidade de um grupo social. Apesar de as respostas aos programas de treinamento, que têm preparado técnicos sob os conhecimentos científicos, trazerem um declínio na taxa de mortalidade materna no Haiti desde 1990, o andamento das políticas internacionais e do Estado para gerir esta problemática acontece com uma velocidade bem menor que a demanda¹².

Trabalhos como os realizados por Frédéric (2015) contradizem discursos, ainda repercutidas na mídia e no meio científico, nos quais os partos domiciliares tradicionais são sustentados como escolha preferencial na comunidade. Através de entrevistas com pais e mães ainda em período reprodutivo, no Distrito de Saúde de Jérémie, departamento de Grand'Anse, o pesquisador buscou, entre outras informações, entender a escolha por partos hospitalares ou domiciliares. As respostas coletadas mostraram uma predominante preferência dos casais por partos hospitalares, por entenderem ter menor risco para a mãe e o bebê, sendo que todos relataram ao menos uma experiência – também com terceiros – de partos complicados ou óbitos. Estes dados encontram ressonância em relatos como o da colaboradora Stephanie, *fanmsaj* há 25 anos, que assegura ter percebido modifi-

¹² Tal associação entre a diminuição da taxa de mortalidade materna e a assistência por profissionais qualificados já foi documentada no início do século 20 em países industrializados, quando o percentual de morte caiu pela metade (BHUTTA; LASSI; MANSOOR, 2010).

cações no comportamento da comunidade em relação à busca pelo seu trabalho de parteira: “neste momento eu trabalho mais porque me chamam de todo lado, porém digo que hoje muita gente vai ao hospital... Hoje muitas vão mesmo ao hospital”. A justificativa para a escolha de um parto doméstico, segundo ela, estaria atrelada às barreiras financeiras, de transporte, da precariedade das estradas (que acarretam sofrimento às gestantes), além da dificuldade de acesso a unidades de saúde aptas a prestar atendimento.

As razões apresentadas reforçam o exposto até o momento e contradizem explicações (normalmente pertinentes a quem as fornece) que sustentam os partos domiciliares como uma opção puramente cultural. Na verdade, a possibilidade de escolha entre o parto domiciliar e hospitalar existe apenas para uma pequena parcela da população. Aos demais, o contexto por si só já impôs a “escolha”.

O entendimento de que a apropriação de conhecimentos biomédicos seria de extrema relevância para a assistência ao parto na comunidade haitiana se reforça ainda na pesquisa de Frédéric pelas colocações feitas aos trabalhos das parteiras. No caso da impossibilidade de fazer um parto hospitalar, os entrevistados apontaram a preferência por *fanmsajs* que tivessem participado de algum processo de formação, alegando sentirem-se mais seguros sabendo de sua preparação prévia, cientes, no entanto, de que essas são capazes de identificar problemas, mas não de tratá-los.

Apesar das infecções, como a que aconteceu com Juliene, não serem de fato a primeira causa de óbito entre as parturientes haitianas, ela ocupa a terceira posição entre as mortes diretas relacionadas à gestação (20%), sendo precedida pelas hemorragias (causa mais comum em outros países), com 22% dos óbitos, e encabeçadas pela eclampsia, com 35,7 %, decorrente de uma tendência geral de mulheres negras terem problemas de hipertensão arterial e, conseqüentemente, eclampsia gestacional (conforme estudos, PICCINI; VICTORA, 1994; CRUZ; LIMA, 1999; PNUD, 2006; FERREIRA, 2009), além da anemia responsável por 16% dos falecimentos (USAID, 2008).

A brutalidade dessas mortes que, não evitadas através do controle dos seus fatores causais, incrementam as estatísticas também da orfandade, expandem as conseqüências dessas perdas: estudos realizados entre 1997 e 1999, na região de Jérémie, mostraram que as mortes maternas eram acompanhadas por um percentual 55% maior de chances de ocorrer a morte de um dos filhos órfãos com idade inferior a 12 anos nessa mesma família (AN-

DERSON e cols., 2007), mais um “fatalidade” evitável desta violência. Segundo Farmer e Kim (2008), a saúde e o bem-estar de mães são determinantes fundamentais da sobrevivência infantil, o que torna a morte materna prematura um acontecimento de ainda maior gravidade e repercussão social.

A violência estrutural faz vítimas em efeito cascata. A violação dos direitos humanos toma força nestes episódios de morte materna quando, além de não salvaguardar nenhum dos direitos estabelecidos, não poupa nenhum dos membros do grupo familiar. Por certo que a pobreza é a responsável maior por todo este sofrimento, porém questionamentos sobre a atuação dos organismos de ajuda humanitária em casos de extremo sofrimento e relevância social, como o apresentado, também parecem ter importância. Discutir a violação dos direitos humanos em meio a pobreza extrema é discutir responsabilidades, um primeiro passo para a amenização do sofrimento.

Para além da violência estrutural ser vista como fator influente na morte de Juliene e no aumento da vulnerabilidade de seus filhos, sua relevância aparece em diversas outras circunstâncias deste evento, sendo possível até mesmo pensá-la como um fator atuante nas relações conflituosas de ordem cultural estabelecidas dentro da família após a sua morte. A não resolução de doenças evitáveis e tratáveis contribui com frequência para a manutenção e perpetuação de animosidades dentro do grupo social. Foram inúmeras as colocações feitas no decorrer da pesquisa que deu origem a este artigo em que a eficácia da biomedicina deixava claras as causas naturais das enfermidades, dispensando outras avaliações interpretativas e mantendo estáveis as relações sociais entre as pessoas do grupo. Relatos em uma perspectiva oposta eram também frequentes, nos quais era possível observar um panorama diferente a partir destes saberes. Não houvesse Juliene falecido de forma tão precoce e inesperada, ao receber um tratamento minimamente adequado, sua irmã Odetta estaria sendo vítima do julgamento moral da família e de toda comunidade? Quanto sofrimento familiar poderia ter sido evitado com um suporte terapêutico adequado para prevenir ou tratar o quadro infeccioso de Juliene?

Dentro dessas reflexões, a violência estrutural fez vítimas nesta passagem para além da morte física. Odetta parece estar marcada para sempre como mandante de uma morte e provavelmente irá arcar com as consequências deste ato imoral, posição reforçada ao reivindicar o cuidado dos sobri-

nhos. Não fossem a miséria e a falta de perspectiva a que o povo é subjogado, onde qualquer quantia em dinheiro pode ser o diferencial entre viver um dia faminto ou sem passar fome, a interpretação da atitude benevolente de Odette em cuidar de seis crianças seria mesmo assim associada aos possíveis (e incertos) ganhos financeiros provenientes da adoção? E, como mais uma consequência deste emaranhado de eventos, não causaria estranheza, se, futuramente, ciente de culpabilização atribuída pelo grupo, Odetta venha a desenvolver uma enfermidade pensando estar sendo vitimada por este ato, uma vez que a cultura tem também um papel relevante enquanto efeito nocebo, influenciando no processo de adoecimento.

A violência estrutural reforça a impotência do sujeito diante das doenças, e oferece subsídios para a perpetuação de explicações culturais para muitos dos padecimentos. Diante da realidade, o sofrimento causado pela morte prematura de Juliene foi muito além da dor pessoal gerada pela perda. Ela se expandiu para um sofrimento grupal que também se sustenta na percepção da fragilidade humana. As construções culturais feitas pelo grupo acerca da morte objetivaram, através da resignificação dos fatos, dar um sentido aos acontecimentos de forma a não se sentirem totalmente vulneráveis, restabelecendo assim a ordem e o controle social. De outra forma, não havendo a intervenção do mundo místico, como poderia se conviver com tamanha suscetibilidade a mortes como a observada no caso de Juliene? Como aceitar que esta perda, sendo um evento puramente biológico, poderia ter sido evitada pela mão humana? O próprio desconhecimento da população sobre recursos e tratamento existentes dentro da biomedicina, imposto pela seletividade do destino destes avanços, contribui para que os esforços biomédicos locais sejam interpretados como o máximo que é possível ser feito para a cura de doenças de *bondje*, não restando outra interpretação as tantas mortes sofridas, precoces e violentas que não aquelas originadas em causas não naturais, interpretação esta que visa a diminuir a vulnerabilidade diante de uma realidade tão amarga.

Considerações finais

Há muito as representações místicas dos padecimentos com base na cultura *vodou* são divulgadas de forma simplista e pejorativa na comunidade internacional, e elaborações de vários pesquisadores em saúde reforçam a preferência dos sujeitos por terapeutas locais e espirituais em detrimento

dos biomédicos. Infelizmente, como mais uma forma de violência estrutural, muitos organismos envolvidos com a saúde pública global, sem uma análise contextual, fazem uma interpretação tendenciosa das práticas e “escolhas” terapêuticas, muitas vezes usando-as para justificar os diferentes investimentos em saúde em cada grupo e a baixa “adesão” aos programas e terapias biomédicas. Na verdade, tais argumentações culturais apenas desfoçam o olhar dos eventos e instituições historicamente responsáveis: “a justificativa cultural é uma das várias formas de essencialismo usado para explicar assaltos à dignidade e o sofrimento em geral” (FARMER, 2009, p. 24). As análises em saúde feitas com base nas desigualdades culturais deveriam ser realizadas de forma cada vez mais cuidadosa, ampla e pormenorizada nos diferentes grupos sociais. Estender a visão por uma perspectiva macrossocial amplia a percepção sobre as construções do saber que alicerçam representações como as que foram elaboradas sobre a morte de Juliene, pelas quais se torna possível observar as forças sociais e políticas e a consequente pobreza sob a égide da violência estrutural como fatores para a perpetuação de sofrimento e estigmas individuais e grupais.

Referências

- ANDERSON, Frank *et al.* Maternal mortality and the consequences on infant and child survival in rural Haiti. *Maternal and Child Health Journal*, 11.4, p. 395-401, 2007.
- BARNES-JOSIAH, Debra *et al.* The ‘Three Delays’ as a framework for examining maternal mortality in Haiti. *Social science & medicine*, 46, p. 981-93, 1998.
- BHUTTA, Zulfiqar A. *et al.* *Systemic review on human resources for health interventions to improve maternal health outcomes: evidence from developing countries*. Geneva, Switzerland: HRH for Maternal Health, World Health Organization, 2010. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Systematic-review-on-human-resources-for-health-to-Bhutta-Lassi/0e30825e1eb3b320d27b3d26b7eba1cd246e8d06?p2df>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- BRODWIN, Paul. *Medicine and morality in Haiti: the contest for healing power*. Cambridge University Press, 1996.
- CAYEMITTES, Michel *et al.* *Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services, Haïti 2012 (EMMUS-V)*. Calverton, Maryland, USA: Ministère de la Santé Publique et de la Population, Institut Haïtien de l’Enfance et Macro International Inc., 2013. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR273/FR273.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CAYEMITTES, Michel & cols. *Enquête Mortalité, Morbidité et Utilisation des Services, Haiti 2005-2006*. Calverton, Maryland, USA: Ministère de la Santé Publique et de la Population, Institut Haïtien de l'Enfance et Macro International Inc., 2007. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/fr192/fr192.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CIA. WORLD FACTBOOK. *Taxa de mortalidade materna*; Taxa de natalidade, 2019. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?c=ha&v=2223&l=pt>. Acesso em: 10 jun. 2020.

COLIN, Jossie; PAPERWALLA, Ghislaine. "Haitians". In: *ST.HILL, Caring for Women cross-culturally*. [S.l.]: Philadelphia, 2003. p. 172-187.

CRUZ ISABEL, C. F.; LIMA, Roberta. Etnia negra: um estudo sobre a hipertensão arterial essencial (HAE) e os fatores de risco cardiovasculares. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 7, n. 1, p. 35-44, 1999.

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou sucesso*. São Paulo: Record, 2005.

FARMER, Paul; YONG, Kim Jim. Human Rights, Community-based Health Care and Child Survival. In: *Unicef, The State of the World's Children*, New York, UNICEF, 2008.

FARMER, Paul. Pathologies of power: rethinking health and human rights. *American journal of public health*, v. 89, 10, p. 1.486-96, 1999.

FARMER, Paul. Una antropologia de la violencia estructural. El caso de Haití. *Temas*, n. 52, p. 63-73, 2007.

FARMER, Paul. On Suffering and Structural Violence: A View from Below. *Race/ Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts. Autumn*, v. 3, n. 1, p. 11-28, 2009.

FERREIRA, Sandra R. G. *et al.* Frequência de hipertensão arterial e fatores associados: Brasil, 2006. *Rev. Saúde Pública*, v. 43, p. 98-106, 2009.

FOSTER, George. Disease Etiologies in Non-Western Medical systems. *American Anthropologist*, 78, p. 772-82, 1976.

FRÉDÉRIC, Jean-Marie David. *A stakeholder analysis of the idea of a community-based obstetrical technician cadre in Haiti to replace aging traditional birth attendants*. Master of Public Health, Thesis, University of Washington, 2015.

FREEMAN, Bryant C. *Third-World Folk Beliefs and Practices: Haitian Medical Anthropology*. Port-au-Prince: La Presse Evangélique, 1998.

GALTUNG, Jhon. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, 6, p. 167-191, 1969.

GIODA, Fabiane Rosa. *Agentes, saberes e práticas no processo saúde/doença no Haiti*. Tese (Doutorado) – PPGSP/Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

- INDEX MUNDI. Dados demográficos Haiti, 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/haiti/#Demographics>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- MENÉNDEZ, Eduardo. *Sujeitos, Saberes e Estruturas*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MÉTRAUX, Alfred. *Le vaudou Haitien*. Paris: Gallimard [S.l.]: [s.n.], 1958.
- MINN, Pierre. Water in their eyes, dust on their land: Heat and Illness. In: *Jour of Haitian Studies. Haitian town*, [s.n.], v. 7, p. 4-25, 2001.
- MSSP. Rapport Statistique – 2014, Unité des Etudes et de Programmation. Port-au-Prince, 2015. Disponível em: <http://mspp.gouv.ht/site/downloads/Rapport%20Statistique%20MSP%202014%20version%20web.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- OPAS. 10 principais causas de morte no mundo, 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5638:10-principais-causas-de-morte-no-mundo&Itemid=0. Acesso em: 10 fev. 2020.
- PAHO/WHO. Enfermedades infecciosas emergentes y reemergentes, 2004. Disponível em: <http://www1.paho.org/Spanish/AD/DPC/CD/eid-eer-01-jul-2004.htm#ft>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- PICCINI, Roberto; VICTORA, Cesar G. Hipertensão arterial sistêmica em área urbana no sul do Brasil: prevalência e fatores de risco. *Revista de Saúde Pública*, v. 28, n. 4, p. 261-267, 1994.
- PNUD. Pressão alta afeta mais negros que brancos 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=964>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- SAY, Lale & cols. “Global causes of maternal death: a WHO systematic analysis. *Lancet Global Health*”, v. 2, n. 6, p. 323-33, 2014.
- SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo *et al.* Sepsis: atualidades e perspectivas. *Rev. bras. ter. intensiva*, v. 23, n. 2, p. 207-216, 2011.
- STERLIN, Carlo. Pour une approche interculturelle du concept de santé. *Ruptures, revue transdisciplinaire en santé*, v. 11, n. 1, p. 112-121, 2006.
- THOMAS-STEVENSON, Bonnie. “Ozarkian And Haitian Folk Medicine”. Webster University Student, 1991.
- UNFPA. Slashing Haiti’s maternal and infant death rates, one delivery at a time, 2015. Disponível em: <https://www.unfpa.org/news/slashing-haiti%E2%80%99s-maternal-and-infant-death-rates-one-delivery-time>. Acesso em: 19 maio 2020.
- UNIDET NATIONS. *The Millennium Development Goals Report 2005*. New York, NY, 2005. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/mi/pdf/MDG%20Book.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.
- USAID. Haiti Maternal and Child Health and Family Planning Portfolio Review and Assessment August 2008. Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pdacp887.pdf. Acesso em: 30 mar. 2018.

O fardo da finitude: cuidados e limites em contextos de pobreza no Brasil

Lucas Faial Soneghet

Introdução

Cuidar de um ente querido em casa não é tarefa fácil. Se esse ente querido é um paciente terminal com uma condição degenerativa crônica, como o câncer, as responsabilidades por seu bem-estar são ainda mais complicadas pela possibilidade iminente de seu falecimento. Durante o trabalho de campo em um serviço público de assistência domiciliar no Rio de Janeiro, falei com Joana, que estava cuidando de sua mãe terminal, Elizabeth, na época. Quando perguntei sobre o desejo de Elizabeth de morrer em casa (discutido em um encontro anterior), Joana disse: “Estou com medo, vou perdê-la, sabe? Porque tem sido tão difícil para mim, é a minha mãe, certo? Eu prefiro levá-la ao hospital. Ela tem medo que eles a entubem se eu a levar lá. Eu disse a ela que não vamos deixar as coisas irem muito longe, certo? Não vamos simplesmente sentar e não fazer nada. Foi o que eu lhe disse: estamos cuidando de você, estamos fazendo tudo o que podemos dentro do que é possível”... Sua mãe foi diagnosticada com enfisema pulmonar e só conseguia respirar com a ajuda de um tanque de oxigênio. Ambos contavam com o Departamento de Atenção Domiciliar (DAD), um serviço dentro de um hospital federal no Rio de Janeiro que se encarregava da “desospitalização” – efetuando a transição dos pacientes considerados não mais necessitados ou não mais beneficiados pelos cuidados hospitalares para suas casas – e cuidados paliativos para aqueles fora das possibilidades terapêuticas. Eu estava conversando com Elizabeth mais cedo durante uma das visitas do DAD e ela expressou o desejo de poder caminhar novamente. Ela me disse que “só queria melhorar”, mas ela sabia que “não havia cura para isto”. Quando eu e a psicóloga do DAD saímos da sala de estar, Joana nos acompanhou até o passeio e expressou seu medo da morte iminente de sua mãe. Ela disse: “Eu sei que ela só vai piorar. É assim que as coisas são para ela agora...”.

A luta de Joana para cuidar de sua mãe – “fazendo tudo o que podemos” – enquanto equilibra a sua e a ideia de sua mãe do que deve ser uma boa morte – em casa ou no hospital – e o desejo de sua mãe de “melhorar” mesmo reconhecendo a impossibilidade de cura, abre o caminho para o conceito particular de cuidado que eu defendo neste documento. Meu argumento é que *o cuidado* deve ser definido como uma orientação presencial e provisória destinada a lidar com problemas morais e materiais em contextos de limites estabelecidos, mesmo se negociados. Este conceito não é inteiramente novo, pois se baseia no trabalho de Annemarie Mol (2008), Mol, Poser e Pols (2010) e, em menor grau, nos trabalhos de Joan Tronto (1993) e Pascale Molinier (2012). Dos trabalhos de Mol, Poser e Pols, retiro a inspiração de conceituar o cuidado como uma modalidade de prática muito particular, distinta de outros “modos de ordenação” e de lidar com o mundo. Neste contexto, o cuidado é a prática de compor objetos, sujeitos e versões distintas do “bem” em configurações instáveis, sempre fadadas a cair aos pedaços. Estes autores fornecem o que considero um relato rico e detalhado das práticas de cuidado em sua especificidade, no entanto evitam estabelecer conexões entre cuidados, processos sociais mais amplos e outros tipos de práticas sociais. Tronto e Molinier, cada um em sua própria abordagem, falam do cuidado como um trabalho que se distribui de forma diferente ao longo das relações sociais assimétricas. Em seu trabalho seminal, Tronto (1993) conecta este padrão de distribuição desigual do trabalho de cuidado com sua desvalorização como uma espécie de trabalho, argumentando que, nas sociedades ocidentais, o cuidado foi relegado à esfera privada e a sujeitos marginalizados. Cria-se um círculo vicioso em que o trabalho de cuidado é desvalorizado porque é realizado por populações marginalizadas, e essas populações são marginalizadas porque fazem um trabalho que é desvalorizado. Molinier (2012) enfatiza a carga do trabalho de cuidado e sua distribuição desigual na sociedade, mas acrescenta a ele um relato da “psicodinâmica” e da “invisibilidade” do cuidado. Segundo o antropólogo francês, o trabalho de cuidado é invisível tanto por causa de sua marginalização histórica como por causa de sua dinâmica interna como uma espécie de trabalho que visa a apoiar e manter os sujeitos. Quando os seres humanos estão sendo cuidados, eles geralmente se encontram em um estado de necessidade e dependência, o que pressiona as idéias e habilidades que sustentam seu senso de si mesmo. Por exemplo, quando uma pessoa precisa de ajuda para caminhar e para lidar com a higiene pessoal, ela

frequentemente experimenta sentimentos de inadequação e vergonha. Devido a esta situação delicada, os trabalhadores de cuidados desempenham suas tarefas de forma a torná-las invisíveis, minimizando os encargos relacionados ao cuidado, a fim de salvaguardar a relação de cuidado em questão.

O conceito de cuidado proposto neste documento visa a avançar uma descrição detalhada do cuidado como uma modalidade de prática, ao mesmo tempo que inclui nesta descrição um relato de sua natureza onerosa. Com isso, espero acrescentar às discussões atuais sobre cuidados nas ciências sociais sem desligar a experiência do cuidado na vida cotidiana (as minúcias do cuidado como prática) de seu lugar mais amplo na ordem social. Meu trabalho conceitual se baseia em dados etnográficos sobre o trabalho das famílias e dos profissionais de saúde no cuidado de pacientes terminais no sistema público de saúde do Brasil.

Partirei da definição de cuidado de Mol, Moser e Pols (2010, p. 13) como algo que “implica uma negociação sobre como diferentes bens podem coexistir em uma determinada prática, específica e local”, com a palavra “bom” referindo-se a noções éticas do que é bom em uma situação. Aprofundando esta definição, me referirei ao cuidado como a prática de lidar com bens em um sentido moral e material, o que significa que o cuidado é até certo ponto uma prática moral, mas não pode ser compreendido sem considerar como os recursos são distribuídos e utilizados. Quando me refiro à prática de “cuidar dos bens”, quero dizer um tipo específico de raciocínio moral que parte do reconhecimento das *necessidades* e da necessidade moral de atender a essas necessidades. O que é bom não é uma questão de definição *a priori* ou de princípios mais amplos de simetria, mas o que é preciso para atender às necessidades de uma pessoa em um contexto de estruturas normativas diferentes e às vezes concorrentes. Portanto, o cuidado não é necessariamente uma questão de justiça, reconhecimento, redistribuição ou qualquer outro quadro de raciocínio moral, mas uma ética que coloca as necessidades dos corpos humanos frágeis como ponto de partida para o trabalho de composição de qualquer quadro moral disponível. Como tal, ela não é instrumental, orientada para o futuro e não procura transcender ou transformar um estado de coisas. É uma forma de lidar com questões práticas e morais que sustenta, repara e mantém um estado já dado e geralmente irreversível. Neste sentido, é importante entender como o bem – como bem – se entrelaça com o bem – como recurso. Há uma diferença considerável em buscar uma “boa morte”, por exemplo, em uma

situação de afluência e amplo apoio institucional, e fazer o mesmo em um contexto de escassez estruturada e abandono. Além dos “bens”, o cuidado também é uma forma de lidar com o fardo da doença e outras necessidades que surgem de nossos corpos humanos vulneráveis. Portanto, falo de cuidado como uma forma de lidar com mercadorias, “maus” – problemas, enfermidades, vulnerabilidades – e corpos.

O contexto de cuidar de pessoas moribundas em casa sob cuidados paliativos informa este argumento pelas seguintes razões: cuidar de uma pessoa com uma doença crônica (incluindo os atos de autocuidado desta pessoa) é uma atividade que requer tempo, habilidade e recursos, enquanto não tem promessa de melhoria; isto é ainda mais complicado quando tal atividade é realizada em contextos de escassez estruturada, ou seja, contextos marcados pela pobreza, instituições públicas subfinanciadas e outros fatores sociais que contribuem para condições de vida precárias. Apesar dos limites claros do cuidado ao morrer, seja de recursos, tempo, força de trabalho e da própria vida, normalmente pensamos no cuidado e no amor (a primeira metade dos “entes queridos”) como recursos infinitos ou pelo menos renováveis quando se trata da família. Ao contrário da saúde hospitalar (privada ou pública), que é frequentemente falada em termos de recursos, custos e orçamentos, o cuidado domiciliar prestado por um membro da família é comumente pensado como um assunto privado (no sentido doméstico), não para ser tratado como parte de um sistema social composto de padrões específicos de organização, divisão e coordenação de trabalho e recursos. É como se a família e o lar fossem portos seguros de emoções, cuidados e relações positivas, em contraste com a “ vaidade, corrupção e interesse próprio do mundo público” (TRONTO, 1993, p. 55).

No entanto, há limites para quanto tempo, dinheiro, recursos e energia se pode dedicar ao cuidado de um membro da família que está morrendo. Na encruzilhada entre um processo social de divisão do trabalho de cuidado e padrões estruturais gerais de alocação de recursos, encontramos uma tendência na qual as famílias são cada vez mais definidas como uma fonte infinita de valor afetivo, material e cultural que suporta (sem muito apoio próprio) o fardo das necessidades de cuidado não atendidas (CAR-RASCO *et al.*, 2011; LEVITSKY, 2014; MORENO, 2019). Recursos finitos, tanto materiais quanto abstratos, entram em jogo quando cuidadores familiares, pacientes e profissionais da saúde negociam os limites de um determinado acordo de cuidado. Portanto, a palavra “limites” deve ser en-

tendida de duas formas simultâneas: limites de recursos em um sentido mais amplo do termo, e limites no sentido de limites estabelecidos em um arranjo de bens, responsabilidades e necessidades. No contexto deste documento, há três conjuntos inter-relacionados de atores com misturas particulares de capacidades e responsabilidades que negociam os limites do trabalho de cuidado no lar: o que um membro da família pode e tem de fazer para cuidar de um ente querido, o que o hospital e os profissionais de saúde podem/têm de fazer e o que o próprio paciente quer ou é capaz de fazer.

Um conceito de cuidado como uma prática presencial, provisória e onerosa pode iluminar aspectos da crise global do cuidado (HOCHSCHILD, 1995; FRASER, 2016) que geralmente passam despercebidos, especificamente aqueles relativos à forma como cuidar de uma pessoa moribunda é um tipo particular de tratamento social dos limites, tanto no sentido da finitude como da escassez. Esta definição diferencia o cuidado de outras ações instrumentais que são orientadas para o futuro e poderiam ser traduzidas em preocupações de lucro e retorno de investimento (em uma lógica financeira) ou na promessa de cura (em uma lógica médica tradicional). Quando olhamos para a vida diária dos moribundos, somos levados a considerar o cuidado como uma forma de manter, reparar e continuar os corpos (TRONTO; FISCHER, 1990, p. 40), assim como compor arranjos locais de bens e necessidades (MOL *et al.*, 2010, p. 13), sem qualquer promessa de transcender o estado atual dos acontecimentos. Não há retorno pelo tempo, dinheiro e energia aplicados, nenhuma promessa de melhoria e nenhum futuro a não ser aquele já conhecido. Esta definição também faz a ponte entre os conceitos de atendimento orientado à prática (MOL) e os conceitos de trabalho, porque destaca a conexão entre os limites do atendimento como prática – atender a necessidades que nunca serão definitivamente transcendidas e problemas que são apenas temporariamente resolvidos – e as limitações contextuais para o atendimento – recursos, apoio institucional, políticas econômicas.

O papel é estruturado da seguinte forma. Na próxima seção, apresento o contexto para meu trabalho de campo. Na terceira seção, apresento instantâneos etnográficos que se relacionam com o ponto geral do trabalho. Destaco questões relacionadas à alocação de recursos, definições e composições de bens, a carga de finitude e os limites e na divisão do trabalho de cuidado. Na seção final, proponho que a relação entre o trabalho de cuidado e os limites aponta para questões contemporâneas nos sistemas de saúde.

de, estados, mercados e famílias, particularmente com relação a pessoas que vivem com doenças crônicas e degenerativas de longo prazo.

Metodologia

Este trabalho é baseado em pesquisa etnográfica realizada em um serviço paliativo de atendimento domiciliar no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. O princípio de que a saúde era um dever do Estado e um direito de todas as pessoas foi anunciado na Constituição brasileira de 1988, e o SUS foi fundado em 1990. Ele funciona por uma série de princípios constitucionais dos quais ressaltamos a “universalidade”, a “integralidade” e a “descentralização”. O SUS deve atender a toda a população nacional sem distinções (universal), em todos os seus níveis de questões relacionadas à saúde ao longo da vida (integral), enquanto utiliza uma rede de serviços que requer articulação entre municípios e estados como os encarregados de efetivamente prestar esses serviços com financiamento do nível federal. A pesquisa foi realizada durante um período de 10 meses, durante o qual acompanhei o trabalho cotidiano do Departamento de Atenção Domiciliar (DAD) de um grande hospital público federal, apelidado aqui de Hospital F. Com uma equipe de dois profissionais de enfermagem, três técnicos de enfermagem, um fonoaudiólogo, um nutricionista, um psicólogo, um fisioterapeuta, um nutricionista, um médico e dois técnicos administrativos, o DAD atendeu aproximadamente 120 pacientes. O departamento é responsável pela “desospitalização” e se propõe a realizar o atendimento domiciliar em uma modalidade paliativa. Desospitalização significa, nas palavras da enfermeira diretora do DAD, a transição de pacientes que “não precisam” estar no hospital, seja porque sua condição não é grave, seja porque estão além das possibilidades terapêuticas, para suas casas. Portanto, a lista de pacientes sob os cuidados do DAD incluía pessoas com feridas abertas que exigiam manutenção semanal e pessoas com doenças crônicas degenerativas avançadas. Este último grupo foi o foco de minhas observações.

A equipe de saúde se dividiu de acordo com as exigências dos pacientes e suas especializações para fazer visitas às casas dos pacientes a cada 12 dias. Dado o pequeno número de profissionais comparado ao número de pacientes e familiares incluídos no serviço, e o fato de haver apenas três serviços de atendimento domiciliar deste tipo no Rio de Janeiro, cidade onde está localizado o Hospital F, um tempo de espera tão longo entre as

visitas é visto como resultado direto da falta de recursos humanos e financeiros. Os profissionais de saúde do DAD se referem ao seu modo de organização como “cuidado compartilhado”, um termo para descrever a divisão das tarefas de cuidado entre eles e os membros da família. Para ser incluído no DAD, o paciente deve ter um “cuidador primário” no domicílio, que seria responsável por realizar uma grande parte do trabalho de cuidado necessário, sob a orientação da equipe de saúde. Esta, por sua vez, encarrega-se de orientar os cuidadores – no caso da fisioterapia, por exemplo, há prescrição uma rotina de exercícios e orientação quanto à mobilidade no leito e no geral –, realizar procedimentos de média complexidade como debridar feridas maiores, suprir uma parcela dos materiais necessários a manutenção no domicílio – fraldas, materiais de curativo, pomadas, remédios, um tanque de oxigênio que circula entre pacientes, entre outros bens que a equipe e os cuidadores conseguem através de conexões com outras instituições filantrópicas, privadas ou públicas – e prestar assistência especializada de acordo com as competências contempladas na equipe (nutrição, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, assistência social).

Durante as visitas, observei e participei das interações entre pacientes, familiares e profissionais de saúde. Coletei dados sobre 70 famílias e estive presente em aproximadamente duzentas visitas. Utilizei um procedimento de “codificação aberta” (STRAUSS; CORBIN, 1998) para organizar transcrições, entrevistas e notas de campo em grupos temáticos, cada um pertencente a um objetivo específico de pesquisa. Para este trabalho, utilizo dados relativos ao significado do cuidado aos membros da família e situações em que a morte é implícita ou explicitamente mencionada como um horizonte de sua experiência. Todos os pacientes e familiares incluídos eram de classe média baixa ou classe trabalhadora, muitos dos quais viviam em bairros pobres e marginalizados no Rio de Janeiro. Informações sobre raça e gênero serão fornecidas de acordo com os dados apresentados ao longo do documento.

“Trabalhamos no que chamamos de ‘cuidado compartilhado’”

Em um hospital público no Rio de Janeiro, Brasil, conheci Mariana e André, uma enfermeira e um técnico administrativo que fazem parte de uma equipe de saúde chamada Departamento de Atenção Domiciliar (DAD). Sentei-me com eles no escritório do DAD, localizado em um pré-

dio a poucos metros do resto do hospital. Quando perguntei sobre como o DAD funciona, Mariana, enfermeira chefe do serviço, respondeu:

“O que fazemos aqui é um cuidado paliativo, como você sabe. [...] Nosso objetivo é proporcionar qualidade de vida. Sabemos que não há cura para o paciente. Às vezes o paciente sabe e a família geralmente também sabe. Mas o que fazemos é tentar proporcionar alguma qualidade de vida, cuidando da pessoa, mesmo que ela não possa ser curada. Isto significa controlar a dor, mantendo-os confortáveis, em suas casas, com suas famílias. Pelo menos é essa a ideia” (Mariana, enfermeira de cuidados paliativos).

O DAD trabalha explicitamente com uma lógica de cuidados paliativos. Os cuidados paliativos têm raízes na filosofia do *hospital*, que surgiu de um movimento social dos anos 60, cujo objetivo era criticar e propor uma alternativa à forma como a sociedade moderna se preocupa com seus indivíduos moribundos. Chegando em uma época em que uma variedade de movimentos antiestabelecimento questionava o legado das instituições modernas, das escolas aos hospitais, o movimento hospitalar propôs uma maneira diferente de conceituar tanto a medicina quanto a vida. A luta por vidas mais longas é um dos principais objetivos da vida moderna, e a medicina contribuiu em grande parte para tornar esse objetivo possível para cada vez mais pessoas durante o século passado. A capacidade de curar doenças e reduzir a mortalidade estava no horizonte da medicina, o que levou à construção de um enorme aparato técnico-científico industrial dedicado a prolongar vidas (KAUFMAN, 2015). Em países como o Brasil, o ethos médico de prolongar vidas e curar doenças a qualquer custo não é tão diferente, mas as condições de sua realização são distintas. Por exemplo, podemos apontar um acesso desigual a tecnologias e tratamentos de ponta destinados a prolongar a vida, ou seja, a maioria dos procedimentos altamente tecnológicos são oferecidos no setor privado de saúde para pessoas que podem pagar, enquanto uma pequena quantia é realizada no setor público, cujo financiamento para procedimentos deste tipo sofre cortes periódicos (SANTOS; GERSCHMAN, 2004)¹. Apesar destas diferenças, o estabeleci-

¹ Esta diferença pode ser observada na crítica da Câmara ao sistema de saúde americano, que, como ele argumenta, está passando por uma “crise fundamental” (2015, p. 141). A solução, segundo House, seria investir mais em áreas relacionadas aos determinantes sociais da saúde, por exemplo, acesso à água potável limpa, melhores moradias e um sistema de saúde primária mais robusto e acessível. Parece que enquanto os pobres no Brasil têm melhor acesso a serviços que seriam considerados primários, como testes, triagens e cuidados pré-natais, seus homólogos nos EUA teriam mais facilidade em acessar instalações e tratamentos altamente tecnológicos. Estes resultariam em questões diferentes, mas relacionadas, pois dizem respeito a viver e morrer na pobreza nos EUA e no Brasil.

mento de um paradigma médico-hospitalar focalizado no prolongamento da vida e na manutenção da morte pode ser observado em todo o mundo.

Durante os anos 60 e 70, uma série de movimentos sociais questiona o legado das principais instituições modernas, desde escolas a prisões e hospitais, propondo não apenas diferentes formas de fazer as coisas, mas também diferentes objetivos no seu conjunto. O movimento hospitalar está nesta onda de contestação dos limites da modernidade, pois questiona os supostos benefícios de um avanço da ciência e da tecnologia na área da saúde. Os hospitais foram considerados inadequados pelos defensores dos cuidados paliativos, porque neles os doentes terminais muito provavelmente ficariam isolados de suas famílias, seriam tratados de forma exagerada e ainda ficariam com sintomas e dores incontroláveis. Junto com os movimentos pelos direitos dos pacientes, os defensores dos hospitais procuraram circunscrever o papel do médico, argumentando que um indivíduo não pode ser reduzido ao seu corpo físico, mas deve ser tratado em suas necessidades espirituais, sociais e emocionais (ABEL, 1986, p. 72). Durante os anos 80 e 90, os hospícios passaram gradualmente a ser conhecidos também como cuidados paliativos, embora este último seja, às vezes, usado para descrever uma etapa particular na história dos hospícios, quando o movimento entrou nos hospitais, tornando-se um modelo de assistência médica não necessariamente confinado a uma instituição separada. Os cuidados paliativos propõem que as pessoas moribundas devem, se assim o desejarem, ser tratadas não com métodos curativos e de prolongamento da vida, mas por uma série de práticas destinadas a controlar a dor e os sintomas, criando bem-estar e proporcionando qualidade de vida enquanto estiverem “naturalmente” no processo de morrer. Nesta versão do processo de morrer, a família e os entes queridos desempenham um papel importante tanto como receptores quanto como prestadores ativos de cuidados. O “ethos maximalista” da medicina é questionado como um cuidado paliativo que propõe um “diminuendo médico que substituiria um crescendo não mitigado” (LIVNE, 2021, p. 902).

Os cuidados paliativos cresceram no Brasil durante os anos 90, quando alguns poucos serviços independentes, em sua maioria privados, surgiram em todo o país. Entretanto, o movimento por cuidados paliativos cresceu em grande parte como uma demanda defendida pelos trabalhadores do setor de saúde; a maioria deles trabalha no setor de saúde pública (MENDES, 2017) e exigiu que os cuidados paliativos fossem incluídos como parte dos serviços

públicos de saúde². Em 2002, os cuidados paliativos foram introduzidos junto com a dor crônica no marco legislativo do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. Esta legislação em particular justificou a necessidade de cuidados paliativos ao mencionar o número crescente de doenças crônico-degenerativas, o “conforto e melhoria na qualidade de vida” que os cuidados paliativos trariam aos pacientes e suas famílias, e a necessidade de estruturar os serviços de saúde diante dos novos desafios (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Outra legislação define os cuidados paliativos como um serviço público de saúde a ser prestado na rede do SUS, incluindo o domicílio como o “local primário dos cuidados no final da vida” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018, art. 5º). Os cuidados domiciliares, por outro lado, também estão incluídos no SUS com os objetivos explícitos de: “redução da demanda de atenção hospitalar; redução do tempo de permanência dos usuários internados; humanização da saúde, com aumento da autonomia dos usuários; e a desinstitucionalização e otimização dos recursos e estruturas financeiras da Rede de Atenção à Saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, art. 3).

O DAD está incluído naqueles serviços públicos que oferecem cuidados paliativos domiciliares com o objetivo de manter a autonomia, fornecendo cuidados humanizados de saúde, ao mesmo tempo que visa à “desinstitucionalização e otimização dos recursos e estruturas financeiras”. André, um funcionário administrativo encarregado de receber os pacientes no DAD, explicando sua função, organizando horários de visitas e, em geral, mantendo registros das demandas dos pacientes, me diz que o serviço funciona por meio do ‘cuidado compartilhado’’: “Trabalhamos no que chamamos de ‘cuidado compartilhado’”. Para que uma pessoa seja incluída no DAD, ela precisa ter um membro da família em casa para cuidar dela. Entramos com orientações, alguns procedimentos, e fornecemos parte dos materiais como curativos e fraldas. A outra parte fica a cargo da família” (André, trabalhador administrativo). Como ele me explica, Mariana, a enfermeira chefe do DAD, intervém e diz que a outra parte do trabalho deles é “desospitalização”, o que significa “facilitar a transição entre o hospital e o lar”. O DAD é composto por uma equipe multidisciplinar de saúde que inclui dois enfermeiros, três enfermeiros técnicos, um terapeuta da fala, um assistente social, um fisioterapeuta, um psicólogo, um nutricionista, um

² Segundo o *Atlas de Cuidados Paliativos no Brasil*, 50% dos serviços de cuidados paliativos no país são públicos, 14% são uma mistura de público e privado, e 36% são privados (SANTOS *et al.*, 2020).

médico, dois escriturários e dois motoristas. Eles atendem mais de 110 pacientes que são visitados a cada 12 dias pela equipe de enfermagem (um enfermeiro, um técnico de enfermagem e outro membro da equipe), o médico (que geralmente vai sozinho nas visitas) e outros membros da equipe. Se o paciente e/ou um membro da família exigir mais visitas, seja solicitando um profissional de saúde específico ou comunicando uma reclamação geral, a equipe do DAD tenta acomodá-los dentro de sua carga de pacientes. Entretanto, dado o número de pacientes e o tamanho da equipe, as visitas tendem a ocorrer a cada sete dias (pacientes com demandas mais altas e mais sensíveis ao tempo) e a cada 15 dias.

Algumas questões podem ser destacadas a partir desta breve explicação do contexto do DAD. Como um serviço de cuidados paliativos, o DAD já trabalha dentro de um regime específico de divisão de trabalho que privilegia a cooperação multidisciplinar dentro da especialização médica, ao mesmo tempo que confia, até certo ponto, em membros da família que ostensivamente agem com “orientação” da equipe de saúde. Na mesma conversa com Mariana, ela me diz: “Alguns membros da família fazem tudo certo. Eles aprendem a fazer coisas como nós. Às vezes eles até fazem mais do que deveriam! Mas alguns não sabem realmente como se preocupar. Nós tentamos orientá-los o melhor que podemos”. Há um padrão particular de distribuição de trabalho que corresponde a uma hierarquia desconfortável entre equipe de saúde e cuidador da família. Dada a escassa frequência das visitas, a maioria das tarefas é realizada pelo “cuidador primário”, termo usado pelo DAD para designar o membro da família responsável pela maioria dos cuidados. Entretanto, espera-se que os cuidadores familiares sigam as orientações, sigam um plano de tratamento e se reportem à equipe de saúde durante as visitas. Como resultado, o DAD se situa entre dois conjuntos de objetivos: por um lado, eles representam a inclusão dos cuidados paliativos e seus objetivos – saúde integral humanizada (física, social, espiritual, emocional), qualidade de vida e autonomia para os pacientes – na rede de saúde pública, enquanto, por outro lado, eles respondem a uma tendência crescente de reestruturação dos serviços de saúde para atender às demandas de contenção e otimização de custos.

Na próxima seção, esboço a metodologia utilizada em minha pesquisa. Na seção seguinte, aprofundo em alguns trechos etnográficos a fim de explorar as relações entre o trabalho de cuidado e os processos sociais de negociação e estabelecimento de limites.

“Agora eu quero estar aqui”

Ester, uma mulher de 45 anos com câncer de intestino avançado, vivia em uma pequena casa em um bairro pobre e predominantemente negro do Rio de Janeiro, com três de seus nove filhos. Um deles é Victor, de 27 anos, que é seu principal cuidador e aluga a casa para onde Ester se mudou após o agravamento de sua doença. Ela trouxe consigo seus dois filhos mais novos, uma menina de 6 anos e um menino de 9 anos. Quando eu chego para uma segunda visita acompanhada pela nutricionista e assistente social do DAD, Ester está sozinha com seus dois filhos mais novos. Ela caminha lentamente com a mão sobre os quadris, gemendo calmamente a cada passo. Eu lhe pergunto o que está errado e ela diz que a dor na parte inferior das costas é pior do que da última vez. Aproximadamente duas semanas se passaram desde a última vez em que nos vimos. Durante essa visita, a enfermeira encarregada do DAD a aconselhou a não ficar sozinha ou realizar tarefas domésticas sem assistência, ao que ela respondeu que seu filho estava trabalhando o dia inteiro, então ela sentiu que deveria fazer algo para manter a casa limpa. A psicóloga do DAD reiterou o conselho de sua colega de trabalho e perguntou se um de seus outros filhos poderia ajudá-la. Ela respondeu: “Não, todos eles trabalham... Victor é mais apegado a mim, ele é mais carinhoso e dedicado. Depois de tudo, ele foi o único que me abraçou. [...] Eu tento não insistir, porque se eu continuar insistindo e eles disserem não, isso acabaria comigo. Eles são grandes, sabem o que estão fazendo, não tenho que continuar pedindo”.

Um mês depois, visitei Ester novamente e ela parecia perturbada. Uma semana antes, ela teve uma consulta e seu médico avisou que seu tumor havia crescido: “Acho que estou entrando em depressão, você sabe. Eu tenho chorado muito”. Eu pergunto o que a tem feito chorar e ela responde: “Tenho medo de morrer. Estou com medo. Ouvimos muitas coisas das pessoas. Às vezes é melhor ficar sozinho, você sabe? As pessoas dizem: ‘oh, mas o médico já disse que você está acabado, não há como’. Isso só me deixa mais triste”. Falamos sobre o que ela e seu médico discutiram, e ela diz que ele não disse nada sobre seu prognóstico e ela não quer perguntar de qualquer maneira: “Eu quero melhorar”. Estou cansada das pessoas que me dizem coisas pessimistas. Tenho fé de que Deus me dará forças”. Outro dia meu filho disse: “Vou rezar para que Deus te leve embora” e isso me machuca muito. Porque eu acho que, quando a pessoa estiver do seu lado, eles lutarão para que você permaneça vivo, eles lhe dirão coisas positivas”.

Depois disso, ouvi de vários membros do DAD que Ester estava em “negação”. A famosa teoria de Kubler-Ross sobre os cinco estágios do luto foi amplamente utilizada como estrutura para a equipe de saúde definir a relação de um determinado paciente ou membro da família com o prognóstico de incurabilidade. Sempre que alguém não falava abertamente e reconhecia a perspectiva de morte de forma clara, a negação era o rótulo de “negação”. No entanto, encontrei diferentes estados de “consciência”, como Glaser e Strauss descreveram (1965), que não se encaixam perfeitamente na caixa categórica de “negação” ou “aceitação”. Ester parecia compreender que sua condição era terminal: ela geralmente associava câncer à morte, falava sobre pessoas que ela conhecia que morreram de câncer e falava explicitamente sobre seu medo de morrer. A certa altura, motivada pelo chamado de uma das enfermeiras do DAD para falar sobre o futuro de seus filhos, ela disse: “Não quero falar sobre essas coisas agora. Depois que eu for, eles vão descobrir. Agora eu quero estar aqui”. Seja pela negação ou outra coisa, pareceu-me claro que Ester reconhece a natureza fatal de sua condição e o fato de sua saúde estar em rápido declínio, apesar de manter a esperança de que as coisas poderiam melhorar. Ela reconheceu que as tarefas diárias, uma vez concluídas com facilidade, eram agora uma questão de grande esforço. Seu filho a castigou continuamente por fazer tarefas domésticas desacompanhadas, e ela se defendeu dizendo que não havia ninguém por perto para ajudar. Em minha última visita a sua casa, semanas antes de sua morte, Ester disse que só queria deixar tudo para trás e desaparecer: “Eu quero estar em algum lugar onde eu possa viver a vida. Ninguém me perturba. Só eu cuidando dos meus filhos, tomando meus remédios e indo à igreja”.

A história de Ester destaca o que eu defino como o *fardo da finitude* e sua relação com o cuidado. Ser atingido por uma doença crônico-degenerativa significa enfrentar um futuro incerto, geralmente atormentado pela perda progressiva das capacidades corporais. Isto, por sua vez, traz à tona a necessidade de cuidados e relações de dependência. Cuidado no contexto da morte não é o mesmo que cuidar de uma pessoa com uma condição aguda, mas reversível. É uma questão de atividade contínua, atenciosa e constantemente frustrante em relação ao corpo falido de outra pessoa. Meu objetivo não é desconsiderar os efeitos positivos do cuidado na vida dos cuidadores e dos receptores dos cuidados, mas enfatizar a especificidade do cuidado em contextos de finitude. Ester quer melhorar enquanto lida com as

aflições de uma doença degenerativa em sua vida diária. Ela navega nessas aflições principalmente sozinha, confiando em seu filho e na equipe do DAD para alguma ajuda. Durante todo o tempo, ela cuida de dois de seus filhos mais novos. Durante o período de dois meses em que a visitei, seus sintomas pioraram, especialmente a dor na parte inferior das costas que não diminuiria completamente nem mesmo com morfina. Caminhar, limpar e cozinhar se tornaram cada vez mais difíceis à medida que sua dor se agravava.

Uma tensão crescente entre seus filhos mais velhos também foi uma fonte de angústia, apesar das tentativas da equipe do DAD de resolver essas questões, mediando o contato e reorganizando as responsabilidades de cuidado. Além desses problemas contínuos, sua família e seus profissionais de saúde a incitaram a pensar no futuro de seus filhos. A resposta de Ester foi reforçar seu desejo de estar com seus filhos no presente e de sentir o apoio do resto de sua família, ambos frustrados pelas expectativas de outras pessoas. Seus filhos mais velhos e DAD a pressionam a pensar no futuro e a reconhecer que ela está se aproximando do fim. Durante todo o tempo, os limites de tempo estabelecidos pelas instituições públicas também empurraram a atenção de Ester para um momento que estava por vir. Ela recebe uma bolsa mensal como parte do programa estadual “Bolsa Família”, uma política de transferência de renda social com o objetivo mais amplo de apoiar as famílias pobres no Brasil. O programa buscava ajudar mulheres pobres com filhos em idade escolar e tinha o propósito explícito de permitir que essas mulheres buscassem independência financeira com uma renda complementar, desde que seus filhos freqüentassem a escola regularmente. Os filhos de Ester não estavam freqüentando a escola na época em que a conheci, portanto sua bolsa Bolsa Família estava a ponto de ser cortada. Para renovar seu benefício, ela deve reconhecer oficialmente que seu estado de saúde é grave e não vai melhorar num futuro próximo, e fazer com que seus filhos freqüentem a escola, o que vai contra sua vontade. Essas tensões poderiam ser resolvidas com o tempo, mas é exatamente isso que falta a Ester.

O peso da finitude não é apenas o que uma condição crônica degenerativa faz ao próprio corpo, mas também o que ela faz às próprias relações sociais (incluindo, mas não se limitando às relações familiares), como ela diz respeito à mobilização de recursos no final da vida (ABRAMSON, 2015), e como ela afeta o senso de passado, presente e futuro (LAWTON, 2000). Enquanto os profissionais de saúde e familiares pensavam que “o melhor

para” Ester seria pensar em seu futuro, refletir sobre sua morte inevitável e se preparar para o que estava por vir, ela simplesmente respondeu: “Agora eu quero estar aqui”. Esta ênfase no presente não foi apenas evocada pelos pacientes, como mais tarde destacarei, e indica uma definição do que significa cuidar de si e dos outros num contexto de tempo e recursos limitados. Ester tenta chamar a atenção para o que ela pode fazer agora, mesmo em seu estado frágil, e para onde se encontram suas prioridades. É importante notar que esses dois quadros não são mutuamente exclusivos. Seria inteiramente possível, pelo menos em princípio, que Ester cuidasse de si mesma e de seus filhos no seu dia a dia, ao mesmo tempo que atendia aos apelos de seu filho mais velho e do DAD. No entanto, a condição de Ester é aquela que a leva a se esquivar de todos os outros tipos de ação, concentrando-se apenas nos cuidados com esta forma de manter a vida agora, por nenhuma outra razão que não seja “estar aqui”.

A situação de Ester também nos mostra como a carga de finitude, e a concomitante carga de cuidado na definição que está sendo trabalhada aqui, pode ser distribuída de forma desigual entre os padrões de gênero, raça e classe. Ela é uma mulher negra que vive perto da linha da pobreza no Brasil, dependendo de uma instituição pública de saúde e de seu filho para obter renda, confiando em programas públicos de transferência de renda, cuidando de seus filhos menores e de si mesma. Neste arranjo particular de responsabilidades e necessidades de cuidado, Ester parece ser a pessoa mais vulnerável e também a que mais carrega uma grande parcela da carga de finitude, que é composta pelos limites do corpo, dos recursos e da definição do que é bom para quem. Ester tem uma definição do que é bom para ela (estar com seus filhos no presente e com esperanças de melhoria) que parece ser impossível de articular com a definição dos profissionais de saúde (Ester deve alcançar “aceitação” e sua família deve fazer um melhor trabalho de cuidado com ela) e com a de sua família (ela deve aceitar seu destino e reconhecer o peso de seu comportamento passado sobre a atitude atual de seus filhos em relação a ela). Somada a naturalização do trabalho de cuidado como algo “feminino”, contribuem para a situação de Ester as condições materiais e simbólicas que engendram o mito da “mulher negra forte”³, isto é, a figura maternal negra como responsável por todos, a despeito

³ Ver Lima, Pimentel e Lyra (2021) para uma exploração dessa questão em relação à violência obstétrica sofrida por mulheres negras.

do ônus de tamanha carga. Tal figura foi explorada por Collins (2000, p. 72-77) como uma “imagem controladora” e por Gonzalez (2018, p. 39-40) em ligação com a ideia da “Mão Preta”, que cuida não somente dos de sua casa, mas também de crianças e adultos nas casas de famílias brancas onde trabalham ou, no passado, eram forçadas a trabalhar. A composição de diferentes bens em arranjos provisórios e instáveis, tornada particularmente desafiadora pela posição de Ester, é a parte dos cuidados como uma modalidade de prática que será mais explorada na próxima seção.

“Você cuida de uma ferida, mas a ferida nunca cicatriza”

Os profissionais de saúde em DAD e em serviços de cuidados paliativos em geral (AZEVEDO, 2020) tendem a falar do lar como o lugar adequado para cuidar até a morte. Ao contrário do hospital, uma organização voltada para a cura, menos preocupada com questões emocionais e espirituais, e globalmente conceituada como um mau lugar para morrer, o lar aparece como um “espaço benevolente todo envolvente” (BREVIGLIERI, 2012, p. 4) no imaginário dos profissionais de saúde, famílias e pacientes envolvidos no cuidado domiciliar. A família desempenha um papel nesses valores, pois se supõe que os laços familiares resultariam naturalmente em relações de cuidado quando um membro da família adoece. Esses valores formam o núcleo de uma “ética de responsabilidade familiar”, que é forte tanto nos EUA (LEVITSKY, 2014) quanto no Brasil (DUARTE; GOMES, 2008; MORENO, 2019). Em termos de prestação de cuidados de saúde e particularmente quando se trata de cuidados paliativos, estar em casa também significa uma série de desafios que normalmente não são enfrentados em um ambiente hospitalar. A preocupação com a adequação do espaço físico real, a execução de tarefas de cuidado por membros da família, e questões de confiança e intimidade, entre outros fatores, fazem com que haja um tipo específico de arranjo de cuidados (SONEGHET, 2020).

A história de Liana, uma mulher de 82 anos de idade que cuida de Pedro, seu marido de 90 anos, ajuda a provocar algumas das especificidades dos cuidados paliativos domiciliares que pertencem ao tema geral dos cuidados e limites. Pedro tem câncer de estômago em estágio tardio e é acometido por outras comorbidades, como diabetes e pressão alta. Quando visitei sua casa pela primeira vez, Liana se apresentou e imediatamente começou a expressar suas preocupações em um tom exasperado: “É o se-

guinte, vou dizer como é. Tenho que falar com todos vocês e ver se podemos arranjar outra coisa. Algo mais... adequado. Porque ele está prestes a fazer 91 anos. Ele não está em condições de estar aqui, o homem vaza água por toda parte, ele não pode andar. E eu não estou indo muito melhor! Tenho problemas de coração, o médico disse que eu deveria estar em uma cama de hospital. Porque eu estava doente ontem à noite, eu estava doente esta manhã... Estou desesperado, porque isto com uma consulta semanal ou mensal, isso não vai adiantar. [...] Acho que desta vez vou quebrar, e espero ir o mais rápido possível, porque estou cansado de viver”.

Liana sofre de um problema cardíaco crônico, diabetes e tem dificuldade para andar. Ela vive em uma casa de dois andares compartilhada com seu filho mais velho e sua esposa, que se junta à nossa conversa. Sua nora nos diz que seu marido (o mais velho de Liana) “ajuda ao redor”, levando-os ao hospital e marcando consultas, enquanto ela ajuda nas tarefas domésticas ao redor do espaço de Liana. No entanto, Liana parece suportar o peso de tarefas relacionadas a cuidados, como alimentação, banho e limpeza depois de Pedro. Ao falar de seu dia a dia, Liana me conta que no início daquela semana ela caiu no chão enquanto tentava carregar seu marido até o banheiro. A condição de Pedro é classificada como “além das possibilidades terapêuticas” por seu médico, o que levou a sua inclusão no DAD. Desde que voltou para casa, suas pernas começaram a suar profusamente, um suposto efeito colateral de um de seus muitos remédios. Isto colocou uma tensão emocional e financeira sobre Liana, uma vez que requer que ela troque curativos e toalhas com frequência, limpando o chão ao redor da cadeira e da cama de seu marido. Ela diz: “Eu não posso continuar fazendo isso. Eu limpo, dou remédios, troco seus curativos e o homem continua piorando”. Quando a psicóloga do DAD, cuja visita eu acompanhava, perguntou se alguém mais poderia compartilhar parte do trabalho com Liana, sua nora respondeu: “Todos nós trabalhamos, então tentamos o melhor para ajudar. Eu tenho um filho, mas ele é um adolescente, então ele não sabe como ajudar corretamente”.

O trabalho de cuidado é persistentemente exigente tanto em suas dimensões técnicas como afetivas. O processo de morrer marca tal trabalho com uma característica peculiar de inevitabilidade e frustração, ou seja, o trabalho de cuidado é extremamente necessário, tendo pouco efeito no estado de saúde das pessoas que morrem. Isso não significa que as tarefas de cuidado não realizem nada, mas que elas são tão importantes para alcançar

um mínimo de bem-estar dado o declínio do corpo, apesar de não resultar em nenhuma mudança duradoura no estado geral de saúde⁴. Esta dimensão do cuidado como uma prática que não visa a transcender os estados atuais, mas como um “remendo persistente” em condições nunca ideais no presente é o que deve ser destacado a fim de compreender sua relevância. O cuidado é o que se busca quando os “corpos das pessoas não se submetem aos seus desejos, muito menos aos seus comandos” (MOL *et al.*, 2010, p. 10) e também o que é necessário quando não se pode sustentar de forma autônoma. Naturalmente, uma das maiores contribuições tanto da sociologia em geral quanto da ética do cuidado em particular é o reconhecimento de que ninguém pode se sustentar completamente à parte de qualquer outra pessoa. A interdependência é a base da vida social, seja ela entendida como interdependência funcional (ELIAS, 2000) ou como um corolário da dependência e das necessidades (KITTY, 1999). O cuidado é, no entanto, uma modalidade de lidar com os limites de nossos próprios corpos quando eles parecem nos falhar. Esta modalidade é uma modalidade de trabalho persistente, experimental, intersubjetivo e interobjetivo, porque envolve pessoas e coisas, e é feita em um processo de “tentar, ajustar, tentar novamente” que “só termina no dia em que você morre” (MOL, 2008, p. 20).

A situação de Liana ilumina como a carga de cuidado não é apenas uma questão de quantas horas se pode colocar para cuidar de um membro da família, mas também uma questão de tentar consistentemente alcançar alguma estabilidade na vida cotidiana, diante de seu limite final. Ao lado da questão de dividir o trabalho de cuidado entre os membros da família, a ajuda contratada e os profissionais de saúde do Estado, há a questão de definir qual é o melhor curso de ação em face da morte. O cuidado paliativo privilegia o cuidado sobre a cura, estabelecendo um limite para a prática médica e estabelecendo uma maneira diferente de definir o que é uma boa prática médica, o que é uma boa morte, e o que é um bom cuidado. Se uma boa morte segundo a lógica dos cuidados paliativos é uma morte “indolor,

⁴ Essa dimensão do cuidado paliativo remete ao dilema existencialista formulado por Sartre na ideia de “absurdo” e Camus em sua análise do mito de Sísifo. Não por acaso, há literatura especializada sobre “sofrimentos existenciais” em cuidados paliativos (BOLMSJÖ, 2000; BOLMSJÖ; HERMERÉN; INGVAR, 2002). No entanto, as reflexões de cunho filosófico do campo, especialmente quando o termo “existencial” é usado, costumam ser costuradas em um vocabulário espiritualista, isto é, ligado a tradições religiosas variadas, mas não denominacionais (ver WARE, 2011; ARANTES, 2016).

‘pacífica’ e ‘natural’, com intervenções médicas mínimas, que ocorre em casa enquanto rodeada por ‘entes queridos’ e depois de alcançar um ‘fechamento’ psicológico, espiritual e emocional” (LIVNE, 2021, p. 903), então a partir daí seguem algumas expectativas sobre o que os cuidados devem fazer. Esta definição breve e abrangente, oferecida por Livne e ecoada por muitos outros em diferentes contextos⁵, delinea o que os cuidados num contexto paliativo *devem* alcançar, ou seja, quais são os bens envolvidos em sua prática. Ela também envolve um tipo específico de divisão do trabalho de cuidado, colocando a família tanto como agente quanto como receptora dos cuidados. Uso a palavra “bens” em vez de valores ou ideias para enfatizar precisamente como o cuidado estabelece questões morais e as responde de uma forma particular.

Liana está ansiosa com a situação de seu marido e avalia o arranjo paliativo de cuidados domiciliares como insuficiente. Em seus olhos, consultas esparsas (profissionais de DAD visitam a cada 10 ou 12 dias, e o hospital não agendou check-ups frequentes devido à condição avançada de Pedro) e medidas paliativas como curativos e tratamento de feridas de cama, controle da dor e fisioterapia não foram suficientes. Falar de inadequação de tratamento geralmente deriva de uma percepção de necessidades de cuidados não atendidas que pode levar à insatisfação com os prestadores de saúde ou a sentimentos de culpa e vergonha dirigidos para dentro (LEVITSKY, 2014). Avaliando seu estado e o de seu marido como um estado de sofrimento que poderia ser mitigado se medidas adequadas fossem tomadas, Liana oscila entre o desespero e a demanda.

Durante a conversa, o psicólogo do DAD explica que o serviço só pode fornecer assistência parcial à família e “não responde pela totalidade do atendimento”. Esta linha foi repetida em cada primeira visita ao domicílio de um novo paciente, fazendo parte do protocolo do DAD: eles pagariam visitas frequentes (se esparsas) ao paciente e sua família, fornecendo “orientação” aos cuidadores familiares encarregados de realizar tarefas de cuidado, e fornecendo parte do material necessário para o cuidado domiciliar (curativos, remédios, pomadas). Se o paciente tivesse uma emergência, caberia à família chamar e ambulanciar ou, se possível, dirigir diretamente ao hospital em que o DAD estava baseado. Tal arranjo do trabalho de aten-

⁵ Ver Menezes (2004) para uma análise da lógica dos cuidados paliativos no Brasil, e McNamara (2001) para uma análise dos cuidados paliativos australianos.

dimento pressupunha que os cuidadores familiares executariam tarefas de acordo com as orientações dos profissionais de saúde, e que a renda familiar seria suficiente para cobrir o que o hospital público não forneceria.

Enquanto cuidava de seu marido, Liana também se viu com problemas de saúde próprios que não estavam sendo devidamente atendidos. A psicóloga do DAD lhe assegurou que era decisão da família se manter Pedro em casa ou devolvê-lo ao hospital, porém ela também enfatizou que Liana deveria “cuidar de si mesma, porque você só pode cuidar dos outros se cuidar de si mesma”. Depois de mencionar a possibilidade de uma readmissão na UTI do hospital uma vez, o assunto não foi abordado novamente, e a nora de Liana e a psicóloga começaram a considerar soluções para algumas das exigências de Liana. Eles mencionaram a possibilidade de encontrar uma cama de hospital que pudesse caber no quarto de Pedro e Liana, não através do hospital público, mas através de uma igreja local ou com a ajuda de amigos da família. Eles falaram de maneiras de trazer Pedro para o banheiro que não machucariam as costas de Liana e que poderiam aliviar seus esforços físicos. Ao final da visita, Liana pediu desculpas por “falar raivosamente” e disse que entendia o que o DAD poderia fazer por ela.

Esta oscilação entre demanda e desespero, raiva e tristeza, pode ser entendida em termos da especificidade do cuidado como uma prática e da configuração particular do trabalho de cuidado presente neste contexto. Embora o cuidado seja uma forma de manter e reparar corpos que acabam perecendo – fato cada vez mais evidente em casos como o de Pedro e Liana –, é também uma disposição ativa em relação ao mundo que envolve fazer algo. Como um tipo de atividade, o cuidado lida com recursos, pessoas e valores limitados. Em um contexto de escassez de recursos, doença grave e precariedade geral, a natureza provisória e instável do cuidado se torna ainda mais evidente e onerosa. Este fardo, que eu chamo de *fardo de finitude* em relação ao cuidado, não é distribuído de maneira uniforme. Em termos diferentes, o que é melhor para Pedro – estar em casa ou no hospital –, o que é melhor para Liana – cuidar de seu marido ou cuidar de si mesma –, e o que é melhor para o DAD – ter um paciente em casa, o que significa não ocupar um leito hospitalar e não usar recursos hospitalares, ou seguir os desejos da família – são as coisas das quais a prática do cuidado é feita. Cuidar é arranjar essas diferentes versões do bem enquanto se desenhavam limites e limites, porque o cuidado “não sonha um mundo sem falta” (MOL *et al.*, 2010, p. 14). Ao mesmo tempo, a versão do DAD de cuidados

paliativos envolve um arranjo particular de bens, recursos e mão de obra que é informado por uma política pública que privilegia tanto a saúde “humanizada” quanto a “otimização” de recursos.

Todos neste arranjo de cuidados particulares estão engajados no trabalho muito desafiador de compor “bens diferentes” em uma “prática local, específica e dada” que envolve não apenas conversa e avaliação verbal, mas também “experimentação prática [e] atenta” (MOL *et al.*, 2010, p. 13). Isto se torna evidente quando levamos em conta todo o arco da visita à casa de Liana. A princípio, ela está insatisfeita com o arranjo particular de cuidados, considerando-o insuficiente e, portanto, não como o melhor curso de ação, e chamando a atenção para seu enorme fardo. Ela o faz destacando os efeitos de cuidar de uma pessoa moribunda em seu próprio corpo, apontando para um estado de precariedade que é marcado pela saúde precária e não pela falta de recursos. A ideia de que ela “quebrará” não se explica apenas pelas limitações do cuidado em um contexto de escassez, mas também pelo fardo distintivo que a finitude coloca sobre o trabalho de cuidado. Ela aponta para a tarefa de limpar constantemente o marido e mudar seus curativos, um esforço que parece ir para o lixo e não mostrar nenhum efeito positivo além de sua própria conclusão. Sem dúvida, ela vê o valor de manter seu marido confortável, mas, em um arranjo onde a carga de finitude e cuidado é distribuída desigualmente e onde tal trabalho é feito em condições subótimas, o “remendo persistente” e a frustração envolvida no cuidado de alguém sem a perspectiva de melhoria vem a ser insuportável. Diante das queixas de Liana, que não necessariamente apontam as maiores condições estruturais em que seus problemas se desdobram, mas, no entanto, apontam para o Estado como parte responsável, sua nora e a psicóloga do DAD se engajam no trabalho de oferecer um arranjo diferente. Eles mencionam a possibilidade de conseguir uma cadeira de rodas que ajudaria quando Liana estiver dando banho a Pedro, discutir sobre os membros da família que poderiam fazer algo mais e, em última instância, reforçar a ideia de que é decisão da família se manter ou não Pedro em casa. Isto parece colocar Liana à vontade. No entanto, descobri duas semanas depois que seu marido morreu em casa e que nenhuma das promessas feitas pelo DAD – a busca por mais equipamentos para adaptar o banheiro, a reconsideração da permanência no domicílio, a atenção especializada para Liana – e por sua nora (a reorganização do trabalho de cuidado) foi cumprida. Liana continuou cuidando de seu marido como era antes, até que ele

morreu. Isto poderia ser visto como o fim da história, entretanto o fardo da finitude não termina no ponto de morte, como veremos mais tarde.

Berenice é uma jovem mulher de vinte e poucos anos e a principal cuidadora de sua mãe Janice, que teve câncer esofágico em estágio tardio. Quando visitei sua casa pela primeira vez, Janice estava em um estágio muito avançado de doença, pois o câncer se espalhou para sua medula espinhal e a deixou incapacitada de andar. Um mês depois, ela faleceu. Três semanas após sua morte, visitei Berenice acompanhada por Daniele, psicóloga do DAD, para fazer nossa última visita. Quando perguntei como ela estava após a morte de sua mãe, ela disse que era difícil sair de sua rotina anterior. Ela ainda acorda no meio da noite, e às vezes olha para a janela, esperando o retorno de sua mãe:

“Eu fiz muito que você sabe”. Fiz coisas de enfermagem, fiz amizade com todos na vizinhança, com gerentes de hospitais... Eu tinha uma lista de tarefas, então quando eu fazia uma coisa, eu só tinha que anotá-la. Mas chegou uma época em que eu não queria mais estar perto dela, eu simplesmente não queria. Eu não queria dormir perto dela, não queria estar perto dela, preferia ficar no meu quarto. No meu quarto eu chorava, via TV. Quando eu estava perto dela, era tão cansativo. Porque você vê a pessoa sofrendo... Conhece essa sensação? Você cuida de uma ferida, mas a ferida nunca cicatriza, o que a deixa cada vez mais triste. Então você só quer largar tudo isso” (Berenice, cuidadora da família).

As palavras de Berenice nos lembram a especificidade do trabalho de cuidado em contextos paliativos. Não há cura, portanto não há um padrão claro pelo qual a eficácia de uma tarefa de cuidado possa ser medida. Mesmo que haja uma maneira de aliviar a dor e o sofrimento, em casos de pacientes não responsivos como Janice, nunca se tem certeza. Berenice vive em uma “favela”, um tipo de favela no Rio de Janeiro. As favelas se tornaram um marco na paisagem urbana brasileira com o impulso da industrialização nos anos 40, quando a classe trabalhadora, a população pobre e indigente das áreas rurais começou a migrar. Antes dessa época, era possível encontrar favelas e amontoados de moradias improvisadas em meio às cidades em expansão, bem como no topo de morros, onde tradicionalmente existem favelas. Com a migração rural para a urbana e uma série de “reformas urbanas” nas primeiras quatro décadas do século XX, a classe trabalhadora e a população pobre em geral foram afastadas, mas não tão longe, dos centros comerciais e empresariais das cidades, encontrando sua casa nas colinas do Rio de Janeiro, por exemplo (PINO, 1997).

A casa de Berenice fica em uma estrada de terra, e é compartilhada com sua tia, marido e quatro filhos. Ela contava com o apoio de sua tia enquanto cuidava de sua mãe, mas ela mesma fazia a maior parte do trabalho. Quando a conheci, ela falou de suas dificuldades em encontrar ajuda para seus filhos; um dos quais parece ter problemas cognitivos não diagnosticados, pagando as fraldas, curativos e pomadas de sua mãe, e levando-a ao hospital quando necessário. A disposição espacial de sua casa dificultou o transporte de sua mãe de um quarto para outro, e ela constantemente se debatia com a higiene pessoal de Janice por causa do pequeno tamanho de seu banheiro. A pressão de cuidar de sua mãe parcialmente imóvel e pouco inteligível (Janice lutou para falar e foi muito difícil entender suas palavras quando o fez), assim como cuidar de seus filhos e da casa, provocou um estado afetivo negativo em Berenice. Ela começou a se sentir cansada e triste ao redor de sua mãe, pois seus esforços pareciam não gerar nenhum efeito positivo. No entanto, ela permaneceu em sua posição de cuidadora da família até o final. Após a morte de sua mãe, Berenice relatou sentimentos de profunda tristeza, ansiedade e fadiga. Mesmo que ela não estivesse encarregada de cuidar de alguém, o fardo do trabalho de cuidado teve um impacto duradouro em sua mente e em seu corpo: “Explique isso para mim. Tenho esta dor dentro de mim e parece que não consigo tirá-la. Tenho vontade de chorar, sinto essa dor que você sente quando está prestes a chorar, mas ela se enfia na minha garganta e não consigo tirá-la” (Berenice, cuidadora da família).

Observações finais

O cuidado é uma forma de manter o presente. O presente, no entanto, não é gravado em pedra. Ele exige o trabalho constante e compartilhado de reparo, manutenção e continuidade que se torna tão evidente no processo de morte. Este trabalho é de composição, ou seja, de articulação de elementos distintos (pessoas, instituições, recursos, objetos, tempo, bens) em configurações instáveis. Tal instabilidade vem da natureza da finitude, pois o limite da vida torna urgentes os limites dos corpos, dos recursos, dos valores e do tempo.

No início deste artigo, mencionei brevemente a história de Joana e Elizabeth. Naquele dia, quando falei com Joana sobre os desejos de sua mãe em relação ao seu lugar de morte, foi o último dia em que vi Elizabeth. Ela morreu alguns dias depois de ter sido levada apressadamente ao hospi-

tal em resposta a um grave episódio de falta de ar. Elizabeth não morreu em casa e eu vi Joana semanas depois na última visita do DAD, apelidada de “visita de luto”. Joana me disse que sabia o que estava por vir, mas nada podia prepará-la: “Agora eu não sei o que fazer comigo mesma. Eu estava cuidando dela por tanto tempo; isso era o meu dia inteiro todos os dias”. Estou sem saber o que fazer”. Suas palavras ecoam as de Berenice, falando de um passado que não vai embora, fazendo-se presente. Eu me lembrei do que ela me disse semanas antes: “Falei com minha sobrinha e ela me disse que minha mãe está se despedindo de nós, dizendo que ela vai morrer e tudo mais... No outro dia, sentei com ela e disse: ‘Por que você continua dizendo que vai morrer? Não pense nisso, pense na vida. Para que serve viver assim? Você pode ver o sol, ver as pessoas que você ama, você está tendo essa chance, e algumas pessoas não têm isso’”. Como Ester a expressou para estar aqui agora, também Joana suplicou para que sua mãe pensasse então na vida e no que ela poderia fazer com o tempo que ela tinha.

Ao longo deste documento, defendi uma definição de cuidado como uma forma de lidar com os encargos da finitude, provisória e particular, orientada para o presente. Argumentei que o cuidado é uma prática de articular diferentes bens, “maus” e corpos, ao mesmo tempo que estabelece limites para a vida, entre as pessoas, com o que quer que tenhamos em mãos no momento. Diante do presente persistente, instável e incerto da doença crônica (FLEISCHER; FRANCH, 2015), os membros da família, os profissionais da saúde e as pessoas moribundas tentam articular diferentes versões do bem: o que é bom para o paciente? O que é bom para o meu ente querido? O que é bom para a família? Em segundo plano, encontramos versões mutáveis do que é bom cuidado e uma boa morte, amplamente influenciadas pela lógica dos cuidados paliativos. Os arranjos de cuidados formados no DAD são caracterizados por distribuições específicas de trabalho de cuidados que parecem transferir grande parte da carga de finitude para as famílias, enquanto os profissionais de saúde tentam ao máximo fornecer cuidados paliativos adequados com recursos e tempo escassos.

Retratei o DAD como uma organização em uma encruzilhada: ao mesmo tempo que proporciona assistência médica gratuita com o objetivo de “humanizar” e trazer “autonomia” aos pacientes, também tem o objetivo de reduzir a ocupação dos leitos e “otimizar” os gastos no Sistema Único de Saúde do Brasil. O conceito de cuidado trabalhado durante este trabalho pode ser aplicado a estes dois quadros. De um lado, temos a defini-

ção de cuidados no sentido médico, apresentada não apenas pela lógica paliativa (LIVNE, 2019), mas por outras escolas de pensamento contemporâneas de saúde similares. Deve ser uma prática “humanizada” destinada a sustentar a autonomia de escolha dos indivíduos. Por outro lado, temos diferentes padrões de divisão do trabalho de cuidados entre famílias, comunidade, mercados e Estado, implicados na necessidade de “otimizar” através da redução da ocupação dos leitos e do aumento dos cuidados familiares. Isso se refere a uma divisão assimétrica do trabalho de cuidado que se reproduz e se baseia em hierarquias sociais estabelecidas e desigualdades. O lar fica inquieto junto com o DAD: é tanto um espaço benevolente positivo para o cuidado no qual o indivíduo como um todo encontra seu descanso (BREVIGLIERI, 2012) quanto um ator importante em uma divisão mais ampla do trabalho entre Estado, mercados, comunidades e famílias (RAZAVI, 2007).

Uma definição de cuidado como uma forma de lidar com o peso da finitude orientada para o presente e provisória ajuda a iluminar a posição do DAD, assim como uma representação das tendências atuais na divisão social do trabalho de cuidado. Em outras palavras, quando pensamos no cuidado como esta modalidade de prática para lidar com bens, “maus” e corpos sem um fim instrumental ou transformador, podemos lançar luz sobre como diferentes estruturas institucionais e morais usam o cuidado para reproduzir a precariedade em contextos de escassez estruturada. Olhar a família, especificamente as mulheres, como fontes de infinito trabalho de cuidado não remunerado é negligenciar a carga de trabalho constante para reparar corpos em um contexto de tempo, recursos, habilidades, atenção e energia limitados. Quando a saúde é vista como um negócio para proporcionar autonomia através da multiplicação de opções de tratamento (KAUFMAN, 2015), ignoramos como diferentes concepções de bens e bens são organizadas entre os atores sociais, não apenas através de escolha e desejo, mas através de negociação, adaptação e, às vezes, inação. O cuidado não deve ser definido apenas por uma lógica de escolha e autonomia, mas sim como uma lógica de ajustes, tentativas e ajustes persistentes que “só termina no dia em que se morre” (MOL, 2008, p. 20). Em paralelo, quando se define o lar como o melhor lugar para uma “boa morte” através de um bom cuidado, corre-se o risco de ignorar como o lar se posiciona ao lado dos mercados, comunidades e instituições do Estado em diferentes arranjos de cuidado. Não há uma dada abundância ou tempo infinito, recursos e aten-

ção no cuidado, como é definido aqui. É uma questão de “estar aqui agora”, como disse Ester, e fazer o que podemos “dentro do que é possível”, como disse Joana. Em outras palavras, um quadro instrumental de ação baseado em indivíduos autônomos e um quadro afetivo de ação baseado no amor aos membros da família são ambos inadequados se tomados como a principal lógica orientadora do cuidado.

Além disso, este conceito de cuidado destaca algumas questões sociais atuais relacionadas com a divisão do trabalho de cuidado em um mundo com necessidades crescentes de cuidados não atendidos. No acordo de cuidados estabelecido em torno de Ester, sua posição como cuidadora de seus filhos atualmente e no passado choca com sua posição como alguém com necessidades de cuidados não atendidas. Sua situação não é diferente da de muitas mulheres negras que vivem na pobreza no Brasil, que lutam para conseguir dinheiro enquanto lidam com dinâmicas familiares complicadas, questões de violência, abuso de drogas e o estado social. Ela é considerada responsável por sua própria situação do ponto de vista de alguns de seus filhos que se sentiram negligenciados no passado e agora não parecem se sentir obrigados a oferecer apoio. Embora isso possa ser visto como um assunto inteiramente pessoal, as vulnerabilidades do corpo e os problemas afetivos estão ligados às relações de cuidado, formando uma grande parte do trabalho de cuidado (WHITNEY, 2018). Berenice, uma jovem mulher negra, mãe de quatro filhos, morando em uma favela, enfrentou o desafio de cuidar de sua mãe enquanto tinha apoio insuficiente e recursos muito limitados. Mesmo após a morte de sua mãe, ela ainda luta com os efeitos duradouros de seu difícil papel de cuidadora da família. Liana, Berenice e Ester estão lidando com o problema de administrar os limites do trabalho de cuidado disponível para elas, enquanto negociam os limites de seu próprio corpo em um contexto de vulnerabilidade socialmente estruturada. Ao longo do tempo, elas desafiam e lutam para compor diferentes versões do bem que povoam seu ambiente. Sua capacidade de navegar pelos assuntos familiares repousa também em suas próprias relações de cuidados passados e nos comportamentos esperados prescritos por normas de gênero de longa data, ou seja, nas definições do que significa ser uma “boa mãe”, uma “boa esposa”, e uma “boa filha”. Como mulheres, espera-se que elas cuidem de sua família, e, quando esse cuidado não é prestado, como no caso de Ester, seu status como pessoas merecedoras de cuidado pode ser negado. Por outro lado, Liana e Berenice experimentam seus próprios pro-

blemas de saúde, relacionados mas não inteiramente causados por sua posição de cuidadora da família no presente e no passado.

A lógica dos cuidados paliativos estabelece limites ao que vale a pena viver, alguns dos quais relacionados à extensão do tratamento que deve ser oferecido às pessoas que sofrem de condições crônico-degenerativas. Liana pede mais, enquanto os profissionais de saúde do DAD tentam negociar como ela e seu marido poderiam levar uma vida boa o suficiente em casa, apesar das limitações óbvias. Um limite é estabelecido quando as responsabilidades pelo trabalho de cuidados são divididas: Liana, Berenice e Ester devem cuidar de si mesmas na ausência de recursos e mais ajuda de outras pessoas, e também cuidar de crianças e maridos, navegando nas águas agitadas das dinâmicas emocionais da família, que se sobrepõem às suas histórias pessoais; enquanto isso, o DAD oferece cuidados adicionais que provam ser uma grande ajuda para os membros da família e pacientes, mas não o suficiente quando os arranjos de cuidados são perturbados como resultado de vulnerabilidades estruturadas ou outras questões não contabilizadas nos limites estabelecidos pelo departamento; Além disso, essas famílias e o DAD negociam os limites do trabalho de atendimento dentro da estrutura de políticas públicas que regulam a prestação de cuidados de saúde no setor público, estabelecendo limites, estabelecendo metas e definindo quanto tempo e recursos devem ser aplicados para o atendimento de pessoas moribundas.

Referências

- ABEL, E. K. The Hospice Movement: institutionalizing innovation. *International Journal of Health Services*, v. 16, n. 1, p. 71-85, 1986.
- ABRAMSON, C. M. *The end game: how inequality shapes the end of life*. Imprensa da Universidade de Harvard, 2015.
- ARANTES, A. C. *A morte é um dia que vale a pena viver*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.
- AZEVEDO, D. L. *O melhor lugar para morrer*. Editora Appris, 2020.
- BARBAGALLO, C.; FEDERICI, S. Introduction. *The Commoner*, 15, p. 1-21, 2012.
- BARBI, M. Z. A inserção dos cuidados paliativos no sistema único de saúde (SUS). (*Dissertação em Luto*)-Instituto de Psicologia, 4, 2011.
- BIEHL, J. G. Vita: a vida em uma zona de abandono social. *Texto social*, v. 19, n. 3, p. 131-149, 2001.

BREVIGLIERI, M. La juste distance et l'enjeu du "bien habiter" dans le soin et l'aide à domicile. *Contato. La revue de l'aide et des soins à domicile*, 131, p. 15, 2012.

BOLMSJÖ, I. Existential issues in palliative care-interviews with cancer patients. *Journal of palliative care*, v. 16, n. 2, p. 20-24, 2000.

BOLMSJÖ, I.; HERMERÉN, G.; INGVAR, C. Meeting existential needs in palliative care-who, when, and why?. *Journal of palliative care*, v. 18, n. 3, p. 185-191, 2002.

BONET, O. Sentindo o saber. Educação da atenção e medicina de família. *Horizontes Antropológicos*, 21, p. 253-277, 2015.

CAO, B.; SOERJOMATARAM, I.; BRAY, F. A carga e a prevenção de mortes prematuras por doenças não transmissíveis, incluindo o câncer: uma perspectiva global. In: WILD, C. P.; WEIDERPASS, E.; STEWART, B. W. (eds.). *World Cancer Report: Cancer Research for Cancer Prevention (Pesquisa de Câncer para Prevenção do Câncer)*. Lyon, França: International Agency for Research on Cancer (Agência Internacional de Pesquisa do Câncer), 2020. p. 16-23.

CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C.; TORNS, T. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos e debates atuais. In: CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C.; TORNS, T. (eds.). *El trabajo de cuidados: Historia, teoría y políticas*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2011. p. 13-97.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: Conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado, 1988

COOPER, M. *Family values: between neoliberalismo and the new social conservatism*. Nova York: Zone Books, 2017.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 3(5), p. 139-164, 2004.

DONZELOT, J. *The policing of families*. New York: Pantheon Books, 1979.

DUARTE, L. F. D.; GOMES, E. D. C. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. FGV Editora, 2008.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FLEISCHER, S.; FRANCH, M. Uma dor que não passa: aportes teórico-metodológicos de uma antropologia das doenças compridas. *Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho*, 2015.

FOUCAULT, M. *Os anormais: curso dado no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRASER, N. A crise de cuidado do capitalismo. *Dissentimento*, v. 63, n. 4, p. 30-37, 2016.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado. *Sur: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, 13, p. 53-64, 2016.

HOCHSCHILD, A. R. The culture of politics: Traditional, postmodern, cold-modern, and warm-modern ideals of care. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 2, n. 3, p. 331-346, 1995.

HOUSE, J. S. *Beyond Obamacare: life, death, and social policy*. New York: Russell Sage Foundation, 2015.

KAUFMAN, S. R. *Ordinary medicine: extraordinary treatments, longer lives, and where to draw the line*. Durham and London: Duke University Press, 2015.

KITTAY, E. F. *Love's Labor: Essays on women, equality and dependency*. Nova York: Routledge, 1999.

LAWTON, J. *The dying process: patients' experiences of palliative care*. Londres: Routledge, 2000.

LEVITSKY, S. R. *Caring for our own: why there is no political demand for new American social welfare rights*. Oxford: University Press, EUA, 2014.

LIMA, K. D. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, p. 4.909-4.918, 2021.

LIVNE, R. Toward a sociology of finitude: life, death, and the question of limits. *Theory and Society*, v. 50, n. 6, p. 891-934, 2021.

MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, p. 1.181-1.188, 2020.

MCNAMARA, B. *Fragile lives: death, dying and care*. Austrália: Allen & Unwin, 2001.

MENDES, E. C. *Cuidados paliativos e câncer: uma questão de direitos humanos, saúde e cidadania*. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

MENEZES, R. A. *Em busca da boa morte: Antropologia dos Cuidados Paliativos*. Rio de Janeiro: Garamond Fiocruz, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 19, de 3 de janeiro de 2002. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0019_03_01_2002.html.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 825, de 25 de abril de 2016. *Diário Oficial da União*. 1ª Seção, 78 (abril, p. 33).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução nº 41, de 31 de outubro de 2018. *Diário Oficial da União*. 1ª Seção, 255 (outubro, p. 276).

MOL, A. *The Logic of Care*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

MOL, A.; MOSER, I.; POLS, J. Care: putting practice into theory. In MOL, A.; MOSER, I.; POLS, J. (eds.). *Care in practice: On tinkering in clinics, homes and farms* (p). Bielefeld: Transcript Verlag, 2010. p. 7-26.

MOLINIER, P. Care as work: mutual vulnerabiliteis and discrete knowledge. Em N. Smith; J. P. Deranty (orgs.). *New philosophies of labour: Work and the social bond*. Londres: Brill, 2012. p. 251-271.

MORENO, R. F. C. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2019.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. *Einstein*, 6 (Supl. 1), p. S4-S6, 2008.

NOGUEIRA, C. D. O. *Dá licença, posso entrar?": uma etnografia em uma clínica da família*. Tese (Mestrado) – Museu Nacional do Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. *Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 15, n. 32, p. 69-79, 2019.

OLSHANSKY, S. J.; AULT, A. B. The fourth stage of the epidemiologic transition: the age of delayed degenerative diseases. *The Milbank Quarterly*, p. 355-391, 1986.

PINO, J. C. Fontes sobre a História das Favelas no Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, v. 32, n. 3, p. 111-122, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2504000>.

RAZAVI, S. *The political and social economy of care in a development context: Conceptual issues, research questions and policy options*. v. 3. Genebra: Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, 2007.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.

SANTOS, M. A. B. D.; GERSCHMAN, S. As segmentações da oferta de serviços de saúde no Brasil: arranjos institucionais, credores, pagadores e provedores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9, p. 795-806, 2004.

SANTOS, A. F. J.; FERREIRA, E. A. L.; GUIRRO, U. B. P. *Atlas dos cuidados paliativos do Brasil 2019*. São Paulo: ANCP, 2020.

SONEGHET, L. F. Fazendo o melhor da vida na morte: qualidade de vida, processo de morrer e cuidados paliativos. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 5, n. 10, p. 357-382, 2020.

SORJ, B.; PONTES, A. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, N.; MORENO, R. (orgs.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010. p. 57-74.

TRONTO, J. C.; FISCHER, B. Towards a feminist theory of caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (eds.). *Circles of Care: Work and Identity in Women's Lives*. Albany: SUNY Press, 1990. p. 35-62.

TRONTO, J. C. *Moral boundaries: A political argument for an ethic of care*. Nova Iorque: Routledge, 1993.

WHITNEY, S. Byproductive labor: A feminist theory of affective labor beyond the productive-reproductive distinction. *Philosophy & Social Criticism*, v. 44, n. 6, p. 637-660, 2018.

Racionalização e humanização em um hospital público: considerações sociológicas sobre a política nacional de humanização

Lucas Maciel Ferreira

Introdução

Este trabalho analisou os conceitos de racionalização e humanização da saúde no contexto de um Hospital público do município de Florianópolis/SC. Foi realizada observação participante no período de doze semanas com a equipe de enfermagem (enfermeiras e técnicas em enfermagem) ressaltando a relação dialética entre o “cuidado indireto” proporcionado pela administração burocrática do ambiente e as qualidades pessoais do atendimento, possibilitando laços de solidariedade na produção da saúde.

Ao mesmo tempo, releva-se que as condições materiais de precarização do trabalho da enfermagem (acúmulo de tarefas pertencentes à outra categoria profissional, o escriturário) afetam tanto o progresso da racionalização quanto o avanço da humanização do cuidado. Essa humanização ocorre tanto por vias oficiais quanto extraoficiais: os sujeitos da pesquisa são capazes de contornar regras para a execução de tarefas, em uma demonstração de que o grupo cria racionalidades não previstas no ordenamento burocrático, tornando, assim, imprescindível refletir tanto sobre as condições de trabalho nos serviços de saúde quanto a democratização das tomadas de decisão em saúde.

A primeira parte deste artigo lida com a racionalização do espaço hospitalar. Através da literatura especializada sobre a gênese do controle burocrático, demonstra-se a transformação de um espaço de recolhimento para uma instituição organizada pelo poder médico. Esse processo se estendeu por todas as esferas da vida social; dessa forma, diferentes racionalidades surgem para dar conta da crescente especialização da vida moderna. Termina-se o item acrescentando que a racionalidade médica é uma das muitas racionalidades que atuam no ambiente hospitalar.

O segundo momento do artigo dialoga com as noções de “desumanização e humanização” da técnica. Por meio de pesquisas empíricas e de

literatura selecionada, define-se o que se entende por esses termos reconhecidamente ambíguos. Em seguida, esses conceitos são comparados criticamente ao que está apregoado na Política Nacional de Humanização (PNH/ HumanizaSUS).

A terceira e última parte do artigo apresenta os resultados da observação participante realizada em um Hospital Público de Florianópolis/SC. Além da descrição do local e dos acontecimentos, pondera-se sociologicamente como é produzido um cotidiano de atendimento pautado pela hierarquia, relações de poder, precarização do trabalho na saúde e as relações sociais de reciprocidade e legitimidade pelo trabalho.

Racionalizações do espaço hospitalar

Para Weber (2004), a burocracia é a forma mais eficiente de dominação porque exclui o público. Ela (a burocracia) “oculta, na medida do possível, o seu saber e o seu fazer da crítica” (WEBER, 2004, p. 225). Quer dizer, é essencial para esse tipo de dominação o segredo. No hospital isto se dá até quando os funcionários – entendidos aqui como médicos e equipe de enfermagem – falam com os pacientes em linguagem técnica (TORNQUIST, 2003). Ainda sobre o fenômeno da burocratização, vale notar que seu avanço aniquila os outros saberes que não se encaixam no ideal de razão burocrática: “a burocracia é de caráter ‘racional’: regra, finalidade, meios, impessoalidade ‘objetiva’ dominam suas atividades” (WEBER, 2004, p. 233).

Quero esclarecer que racionalização não é o mesmo que burocratização. Enquanto esta é um processo de controle institucional,

a racionalização significa para Weber, acima de tudo, a disseminação geral da ação instrumental, afetando universalmente todas as esferas do esforço social, em sua crescente hegemonia sobre os demais tipos de interação. Mas em seu significado histórico-antropológico mais amplo, tal como transparece no prefácio à Sociologia da religião, no qual mais de um exegeta desde Karl Loewith se inspirou para traçar a representação da mundividência weberiana, a racionalização aplica-se, do mesmo modo, ao conhecimento, à sociedade e à política (MERQUIOR, 1990, p. 203).

Dessa forma, argumento que a burocratização é apenas um dos possíveis aspectos da racionalização dentro do contexto hospitalar. Ela é um dos fatores a serem analisados neste trabalho, mas não o principal. Habermas (1999) alinhará o pensamento de Weber com o de outros pensadores (como Marx, Horkheimer e Adorno) no que tange à racionalização. Eles

identificam racionalização social com o aumento da racionalidade instrumental e estratégica dos contextos de ação¹. Será Weber a dizer que entramos na “jaula de ferro” – a racionalidade como uma prisão e não como uma libertação (tal qual os filósofos iluministas imaginavam para a humanidade, “aprisionada em trevas”). Teremos, ainda no quarto final do século XX, esse tipo de visão no pensamento de Ivan Illich, do qual tratarei adiante. Porém, retornando a Habermas, este autor irá contestar esse tipo de conceito, alertando que os conceitos de ação no qual se baseiam esses autores (Weber, Marx, Horkheimer e Adorno).

no son lo bastante complejos para aprehender en las acciones sociales *todos* los aspectos en que puede prender la racionalización social, y, por otro, en la mezcla de categorías de acción y categorías sistémicas: la racionalización de las orientaciones de acción y de las estructuras del mundo de la vida no es lo mismo que el aumento de complejidad de los sistemas de acción (HABERMAS, 1999, p.199).

A citação acima nos faz pensar que não estamos falando, então, de um movimento único, unívoco e no que tange aos “sistemas de ação”. Portanto, ainda que um contexto experimente um processo de racionalização (como fora a transição do hospital oitocentista para o hospital moderno), isto não significa que ele seja apreendido pelos sujeitos de forma ubíqua. A discussão a seguir avançará por essa vertente.

Na sociologia, Parsons (1965) repensará a relação entre sociedade e racionalidade, ponderando, dessa forma, algumas das ideias de Weber. Em seu livro *The social system*, trata, no capítulo X, da prática médica moderna, reconhecendo que fatores não racionais também constituem a realidade cotidiana de uma instituição hospitalar. Em outras palavras, não é só a institucionalização de papéis, mas também há mecanismos de controle social envolvidos na relação médico-paciente. Afirma, retomando Weber neste ponto, que no entanto só a racionalidade da instituição é aceita como legítima: “*It was noted above that the sick person is peculiarly vulnerable to exploitation and at the same time peculiarly handicapped in arriving at a rationally appraisal of his situation*” (PARSONS, 1965, p. 463).

Com um enfoque antropológico, Good (2005) advoga que o saber médico é um sistema de crenças, o que não deslegitima seu conhecimento

¹ Tratarei em especial da racionalização pela ótica weberiana. Não se trata de um desprezo aos outros teóricos, no entanto, fora Weber quem mais se preocupou com a racionalização como um objeto de análise e não simplesmente como de crítica (como no caso de Horkheimer e Adorno).

que lhe é próprio, mas sim tira o caráter *universalizante* e “óbvio” de seu conhecimento. Dessa forma, ele demonstra que o domínio técnico da bioquímica não é o único exigido. A socialização do estudante de medicina dentro da instituição hospitalar, quando ele encontra mais do que estudos de casos, mais do que relações de causa e efeito, é permeada por conflitos ideológicos. O que escrever sobre um paciente? Eis uma pergunta frequente e não óbvia para um estudante de medicina. Apenas através da socialização, com suas recompensas e punições é capaz de dizer. Com suas palavras, o autor afirma que

hospitals are of course not prisons, and medical students resent lack of attention and supervision even more than they dislike the constant evaluation. But they quickly discover they are part of formalized hierarchy, and those more powerful dispense rewards – the right to learn new procedures, teaching time, a few extra-hours of sleep, and positive evaluations – as well as punishment (GOOD, 2005, p. 82).

Portanto, falar que o hospital é um local racionalizado é contar parte da história. A burocracia é uma parte da racionalização que ali habita – maneiras de ser, agir e pensar que são encorajadas ou proibidas, alheias à questão burocrática, são presentes e bem conhecidas –, variando, claro, o tipo de instituição. Ao caracterizar instituições, Douglas (1998) elencará uma série de características, entre elas a capacidade das instituições de conferir identidade pela uniformidade. “A uniformidade não é uma qualidade que possa ser reconhecida nas próprias coisas; ela é conferida aos elementos dentro de um esquema coerente” (DOUGLAS, 1998, p. 67). Falar desse esquema coerente é dizer que, apesar de as pessoas não serem autômatas, ou seja, vítimas indefesas do poder institucional, elas acabam entrando em um mundo que se autoevidencia; um local que processa nos indivíduos uma sensação de uma *segunda natureza*. “O grande triunfo do pensamento institucional é tornar as instituições completamente invisíveis” (DOUGLAS, 1998, p. 104).

Entre os autores a realizarem pesquisas empíricas sobre a saúde e em algumas de suas instituições, Goffman (1987) analisa uma instituição psiquiátrica e constata que ela não separa as esferas da vida: a pessoa realiza todas as suas atividades dentro dela; há horário para tudo; as normas são de cima para baixo e as informações são vetadas aos pacientes, etc. Essas regras possuem justificativas alegadamente racionais: higiene, responsabilidade pela vida, capacidade de combate e segurança. O importante a se saber é que o autor em questão admite a criação de uma trama de significa-

dos novos dentro da instituição; em outras palavras, há o compartilhamento de sentimentos “não oficiais” por parte dos internos. São estratégias de sobrevivência dentro desse esquema hierárquico, permeado por normas “objetivas”, regulamentos, horários.

Camargo Jr. (2003) mostra que mesmo uma instituição racional como a clínica possui paradoxos. Em primeiro lugar, ao analisar como a medicina vê a si mesma, revela que os livros da área admitem que nem tudo em medicina é ciência, mas também uma arte. Ela, a medicina, se vê, *grosso modo*, como uma ciência, no entanto acredita extrapolar o aspecto clínico. O autor exemplifica este argumento ao estabelecer que: “a) o método de trabalho preferencialmente utilizado na prática médica difere bastante do preconizado pela teoria, e nem por isso se mostra menos eficaz; b) a base do trabalho médico é a classificação dos pacientes nas categorias fornecidas pela teoria das doenças” (CAMARGO JUNIOR, 2003, p. 89).

O conceito de racionalização na saúde, no contexto hospitalar, se caracteriza pelo constrangimento dos indivíduos frente a uma racionalização burocrática, mas isso não impede que outras racionalizações emergjam. O controle social no contexto hospitalar não é exercido apenas por regras impessoais – normas de outras naturezas atuam nele. Com Goffman (1987), percebemos a diferença entre regras tácitas e explícitas, da mesma forma que com Camargo (2003) vemos o paradoxo de que as regras que se seguem não são as regras inscritas no trabalho médico. Chegamos aqui, então, com possibilidades de compreender a relação de racionalidade (médica) e hospital moderno. Ainda que este tenha se legitimado por seu discurso de detentor de um saber racional, universal, eficaz, torna-se visível a capacidade de esta instituição ter-se afirmado mais por estruturas de poder historicamente construídas (como qualquer outra instituição) do que pelas características “autoevidentes” que alega possuir. O próximo passo consiste em analisar o discurso da humanização apregoado pelos documentos oficiais e pelos estudiosos.

Desumanização e humanização

A Política Nacional de Humanização (PNH/HumanizaSUS) é algo que, de acordo com Santos-Filho (2005), almeja alterar sentidos e significados perpassando o binômio saúde-doença. Ela, a humanização, continua o autor, contempla os âmbitos da gestão e da atenção. Gestão no sentido de

horizontalizar as “linhas de mando” para democratizar os processos decisórios e atenção à comunicação entre funcionários e usuários, bem como “transformações no campo da formação, com estratégias de educação permanente e de aumento da capacidade dos trabalhadores para analisar e intervir em seus progressos de trabalho” (SANTOS-FILHO, 2005, p. 1.001).

Já a Política Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar – PNHAH tem como objetivo “a promoção de uma cultura de atendimento humanizado na área da saúde (...)”, onde “o conceito de humanização adquire um caráter transversal e vincula-se a um conjunto de condições e relações que se estabelecem no processo de trabalho e atendimento hospitalar” (BORGES; HACKENHAAR; MARTINS, 2005, p. 72).

A partir dos anos 1960 e 1970, as ciências humanas, em especial a sociologia, tornam a prática médica, em especial a hospitalar, um *locus* de pesquisa mais robusto e constante. Deslandes (2006) apresenta e sintetiza as principais práticas desumanizantes consideradas naquela época. Em primeiro lugar, temos a discussão sobre o conceito de *thinging*, ou seja, tratar as pessoas como se fossem coisas, numa relação vertical, sem reciprocidade. Uma outra prática desumanizante encontrada no texto é a desumanização pela tecnologia, pela experimentação (fazer testes de procedimentos); confundir o doente com a doença, reduzindo aquele a essa; discriminar por raça/etnia, classe social, gênero, etc; isolar o paciente de qualquer vínculo; dar um atendimento menor do que o disponível; retirar a autonomia; utilizar a racionalidade como máscara de imparcialidade (“pessoas interagindo com um *iceberg*”); e preocupação ou não com o ambiente das instalações. Nesse ponto é que se pode interpretar a tensão entre racionalização e humanização como conceitos aparentemente opostos/incompatíveis entre si.

De certa maneira, muitas dessas críticas foram adotadas e usadas como referencial teórico para as análises feitas aqui no Brasil. O nascimento do Sistema Único de Saúde em 1988 vem como uma nova proposta de promoção de serviços em saúde e compõe o panorama maior de luta contra o autoritarismo praticado por este tipo de concepção de assistência. No entanto, lembra-nos Deslandes (2005, p. 402) que estamos inseridos em “um modelo de assistência secularmente hierarquizado, fragmentado e calcado numa lógica técnico-burocrática”. Os problemas gerados por este modelo de assistência levaram o próprio governo federal a reconhecer, com o lançamento do Manual da Política Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), que,

para a resolução destes desafios e para a busca de melhoria da eficácia no atendimento à saúde, apenas a eficiência técnico-científica e a racionalidade administrativa não são suficientes. Elas precisam ser acompanhadas de princípios e valores como a solidariedade e respeito e a ética na relação entre gestores, profissionais e usuários (BRASIL, 2000).

A partir desta data, uma quantidade significativa de pesquisadores começa a (re)pensar o conceito de humanização. No campo teórico, Deslandes (2004) elucida três pontos a se pensar sobre humanização: (1) superar um pensamento dicotômico entre “tecnologia e fator humano”; (2) aumento da “capacidade comunicativa como fundante de uma assistência humanizada” (Idem, p. 13) e (3) reorganização das condições de trabalho dos funcionários em relação às horas trabalhadas e à remuneração. O primeiro ponto, agora no âmbito prático (ou seja, sob a ótica daqueles que realizaram pesquisa de campo), é quase ignorado por funcionários (BECK *et al.*, 2007) e usuários (FAQUINELLO *et al.* 2007; MARQUES; LIMA, 2007). O medidor de qualidade está relacionado ao segundo ponto, no caso à comunicação.

Esse ponto é muito vago. Afinal, deve-se relativizar o que seja a comunicação, quais os instrumentos de comunicação, etc. Ao definirem o conceito de humanização, Benevides e Passos (2005) reconhecem que o ser humano buscado não pode ser o mesmo em todos os lugares, em todos os momentos (vale notar que este pensamento se contrapõe a uma racionalização dos indivíduos, que pressuporia um “Homem Universal”). Assim, coloca-se que não se pode falar de uma humanização como um processo doador de humanidade, mas sim como reconhecedor de uma humanidade já existente nos sujeitos, como um processo de produção dos mesmos – uma dinâmica aberta ao diálogo e oposta à violência. Nesse ponto, abrimos um diálogo claro com a proposição de Caponi (2000) ao rejeitar uma visão vitoriana de “compaixão”, que excluiria o diálogo, pois se coloca uma relação de poder entre desiguais, contraposta a uma solidariedade fundadora do diálogo este sim reconhecedor da igualdade da condição humana. “Um mundo trazido pelo dizer e pelo fazer humano; os únicos capazes de gerar vínculos simétricos que excluam a coerção e a violência” (CAPONI, 2000, p. 39).

Em uma pesquisa empírica em um hospital de Fortaleza/CE, Nations e Gomes (2007) evidenciam aspectos como as relações unilaterais de poder, do veto ao ocultamento de informações por parte do paciente, em contraposição à “autorização” que o hospital dá a si mesmo para esconder qualquer informação que ache conveniente. Ao longo do texto, há um re-

forço na ideia de não tratar o paciente como um prontuário. A técnica é fator breve nas falas; o importante é a capacidade dos funcionários de serem próximos, de respeitarem a subjetividade alheia; como sugestão, as autoras sugerem a criação de vínculos entre funcionários e usuários. Nesse ponto, mostra-se importante não esquecer que o ambiente é perpassado também pela hierarquia moral, além da institucional e da racionalidade.

Dessa maneira, o fato de a instituição hospitalar ser habitada por fatores tão diversos e muitas vezes opostos provoca uma angústia no profissional da saúde e no usuário. Em Pinho e Santos (2008), por exemplo, temos a análise dessas inerentes contradições dentro da instituição hospitalar, mostrando que

o espaço convencional não vem contemplando o aprofundamento do contexto intersubjetivo, continuando a predominar a superficialidade da interação, como uma dificuldade pessoal do enfermeiro. Isso é reforçado pela rotina institucional que o obriga a cumprir, mesmo diante da possibilidade de flexibilização, determinadas atividades burocráticas e diretas com os pacientes, como parcela de seu processo de trabalho. Isso parece mais distanciado do contato pessoal com seus clientes, do que aproximá-lo (PINHO; SANTOS, 2008, p.70).

Esses autores ainda diagnosticam que as contradições são mais frutos da herança histórico-social brasileira e da formação do profissional do que necessariamente de uma pretensa racionalização das atividades hospitalares. O próprio manual do PNHAH reconhece que

muitas das restrições que os modernos hospitais colocam a seus usuários e familiares em termos de regras, horários, etc. não obedecem a razões técnicas, porém constituem parte de uma longa herança, de cunho autoritário (BRASIL, 2000, p. 7).

No artigo de Monticelli e Bochs (2007), apreciamos algumas estratégias de sobrevivência dos internos e funcionários dentro da instituição hospitalar, entre elas, claro, a flexibilização de normas. Aliás, afirmam as autoras que as instituições flexibilizam certas normas para que não se destruam, para que não se consumam.

A equipe de profissionais da unidade pediátrica olha o jeito do familiar acompanhante classificando-o em diferentes tipos, e a partir daí passa a desenvolver cuidados específicos e a decidir se reforça as normas de comportamento ou se as afrouxa (IDEM, *ibid*, p. 474).

Dessa maneira, atenta-se que, para a compreensão do processo de humanização, se deve levar em consideração tanto os aspectos racionais-legais da instituição hospitalar quanto os fatores culturais permeadores dela.

Aí temos um outro tipo de diálogo visando, além da relação entre paciente e equipe de enfermagem, à equipe de enfermagem e a instituição de saúde, em especial, a hospitalar.

Vimos, nesta seção, que a Política Nacional de Humanização tem por objetivo criar uma cultura de atendimento nos âmbitos da gestão e da atenção. Vale notar que, enquanto a racionalização se pauta pela universalidade, o discurso da humanização se pauta pela transversalidade (SANTOS-FILHO, 2005). Seu primeiro impeditivo é que há uma lógica tecnoburocrática historicamente calcada na cultura hospitalar que faria frente à promoção da solidariedade [vínculos simétricos destituídos de coerção (CAPONI, 2000)]. O centro nerválgico da humanização ocorre em relação à comunicação, pois se, por um lado, as normas seriam uma comunicação objetiva, pouco ambígua, a humanização se pautaria pelo acolhimento da subjetividade. Em outras palavras, enquanto a racionalização burocrática tende à sujeição a uma norma, a humanização seria a produção de solidariedade.

A próxima seção trata da observação participante que o autor realizou em um hospital público de Florianópolis/SC para entender o cotidiano de atendimento da equipe de enfermagem tendo como critérios orientadores os conceitos de racionalização e de humanização, presentes na literatura e na política.

O Hospital Universitário

O Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, fundado em 2 de maio de 1980, localiza-se no município de Florianópolis, Santa Catarina, e é o maior hospital público do Estado. Uma de suas bandeiras é manter-se, a despeito da crise dos hospitais universitários, cem por cento público, vinculado ao Sistema Único de Saúde.

Além dessa característica, o HU caracteriza-se por ser um hospital-escola, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, servindo de local de ensino-aprendizagem para vários profissionais ligados à saúde, entre outros (abriga, por exemplo, estagiários da biblioteconomia). É praxe entre os estudantes da UFSC terem ido parar, ao menos uma vez, na emergência do HU. Emergência esta que atende cerca de 400 pessoas/dia².

² Hospital Universitário. Disponível em: www.hu.ufsc.br. Acesso em: 31 maio 2010.

Esta instituição está localizada no bairro Trindade – habitado em sua maioria pelo público universitário das classes A, B e C. Sua importância, obviamente, se estende para além do cotidiano da cidade e do bairro – pois o HU serve ao estado como um todo no que tange a tratamentos, internações e outros serviços.

Desde os idos dos anos de 1990, profissionais ligados ao HU/UFSC perseguiram uma maneira diferente de atenção ao usuário, em especial na questão das parturientes. Buscava-se uma humanização da assistência por via da incorporação de outras técnicas ao parto, como a cadeira de cócoras e a técnica da “mãe canguru”³.

De lá para cá, com a Política Nacional de Humanização, já contemplada neste texto, o HU tenta ampliar essa política para outros setores de suas dependências com a criação de um Grupo de Trabalho de Humanização da Assistência Hospitalar. A partir de 2005, instaura-se oficialmente a Comissão de Humanização da Assistência Hospitalar do Hospital Universitário. Essa comissão visa a duas frentes: atenção ao usuário do sistema de saúde e atenção aos trabalhadores da instituição.

Para os usuários, algumas das iniciativas estavam presentes no projeto iniciado na década passada. Além dessas, incluem-se agora grupos de trabalho (acolhimento, diabéticos, idosos, memória e terceira idade entre outros); associação de voluntários; atividades recreativas e capelania hospitalar, além de outras atividades “extracientíficas”, como um grupo de tratamento de terapias alternativas (cromoterapia, florais) para os funcionários do hospital⁴.

O Hospital Universitário não escapou da onda de crise pela qual os HU's de todo o país passaram. No entanto, graças a diversos tipos de apoio, inclusive a da ONG “Associação Amigos do Hospital Universitário”, foi possível reformar, ampliar e modernizar diversos setores do Hospital. Chegou-se ao ponto de que havia estrutura, mas não recursos humanos para que o Hospital se utilizasse dela. Assim, uma ação civil pública no Ministé-

³ A cadeira de cócoras pode ser uma cadeira convencional; o importante é que ela auxilia a mulher a ter um parto na posição de cócoras. Quanto ao programa “mãe canguru”, ele se baseia, *grosso modo*, em manter o recém-nascido de baixo peso o máximo de tempo em contato direto com a mãe.

⁴ Ao me explicar o funcionamento dessa área, a enfermeira-chefe “A” reiterou-me várias vezes de que os tratamentos alternativos eram apenas para os funcionários, não para os pacientes. Disse-me ela que, se elas fossem oferecidas aos pacientes, jamais teria sido possível implementá-las, uma vez concorrerem com o saber (bio)médico.

rio Público Federal exigiu a contratação de profissionais para ocuparem as vagas ociosas. Em caráter temporário (período de 1 ano), 92 profissionais foram contratados e na sequência foi autorizada a realização de um concurso público para a contratação de funcionários efetivos.

Os sujeitos de minha pesquisa são esses profissionais contratados por período temporário. O concurso para funcionários efetivos seria no dia 21 de fevereiro de 2010. O contrato dos temporários venceria no dia 22 de maio de 2010.

A Clínica Médica 3

A Clínica Médica 3 (abreviada daqui por diante como CM3) é conhecida como o setor que ninguém quer ficar. Praticamente é um consenso entre toda a equipe – da enfermeira-chefe geral até os técnicos em enfermagem (que abreviarei por t.e's). Sempre que abre vaga para outros setores, os funcionários saem da CM3. Alega-se que essa troca ocorre, pois é o setor com a maior quantidade de trabalho, comparado com outros setores do hospital. Ainda assim, tive relatos de profissionais (enfermeiras-chefe e t.e's) que apesar de concordarem com a noção sobre a quantidade de trabalho, preferiam a natureza do serviço prestado pela CM3 do que de outros setores (como emergência ou a ala cirúrgica). Ela atende às especialidades de cardiologia, nefrologia, neurologia e gastroenterologia.

A CM3 possui capacidade de comportar trinta pacientes divididos em doze quartos, alguns com dois leitos e outros com quatro. Há um banheiro para cada quatro pacientes, ou seja, mesmo os quartos com dois leitos dividem com outro quarto de mesma característica um banheiro. Nesses banheiros, há duas portas de acesso, uma em cada quarto.

Há uma sala de aula para atividades feitas pelo serviço social para pacientes e acompanhantes (no momento de minha pesquisa, estiveram de recesso, sendo a sala utilizada para os técnicos terem aulas para um concurso que ocorrera em fevereiro); e um vestuário para os funcionários onde há armários nomeados e duas camas. Neste vestuário, é comum a equipe de enfermagem (entendida aqui como enfermeira-chefe, técnicos em enfermagem e auxiliares de enfermagem) dormir no turno noturno ou quando algum dos funcionários está fazendo mais de doze horas, situação muito comum nos dois primeiros meses em que passei ali. Ao lado do vestuário, ainda na entrada da Clínica, há uma pia com papel-toalha, sabão líquido e álcool gel.

No corredor, logo no começo da CM3, encontra-se um grande armário compartimentado para alocação de bolsas, mochilas e outros pertences de tamanho médio. Cada compartimento do armário possui uma chave individual que se encontra em um painel no balcão central. No entanto, poucas eram as chaves disponíveis para esse armário.

Logo em seguida, há uma sala de expurgo – utilizada para recolher o material infectante e roupas de cama sujas – utilizado principalmente pela equipe de limpeza. Lembro-me da enfermeira-chefe me recomendando, quando me apresentou este local, para nunca entrar ali. Quase em frente ao expurgo, há a sala da enfermeira-chefe, responsável por todo o setor. Nesta sala ocorrem as reuniões com as outras enfermeiras-chefe; além de ser ali que a enfermeira-chefe geral trabalha para definir os horários da escala de trabalho, entre outras atividades.

A sala que é utilizada pelo Serviço Social e pelas bolsistas de enfermagem, apenas por estas duas categorias, é conhecida pela equipe como “aquário”, pois é um espaço separado por um grande vidro transparente, onde se pode observar e ser observado, pelo corredor. Utilizei essa sala várias vezes para deixar minha pasta.

Boa parte da “ação” da CM3 ocorre em torno de um balcão no centro da Clínica com armários e gavetas onde ficam papéis para a solicitação de exames e um escaninho para colocar os prontuários; há também um banheiro exclusivo para os funcionários. Dentro desse balcão, além do já citado banheiro, há uma sala de curativo onde ocorrem as passagens de plantão, principalmente. Essa sala possui uma pia, um armário de vidro, uma grande maca que é feita de mesa e o carrinho de emergência é guardado lá (este é um equipamento com vários recursos necessários para se atender a emergências, como uma parada cardiorrespiratória, por exemplo). Sobre o carrinho, é interessante notar que seus pertences não podem ser retirados e caso sejam, qualquer um deles, devem ser repostos imediatamente. É função das enfermeiras-chefe conferir, periodicamente, se o carrinho está em ordem.

Ainda na área do balcão central, encontra-se o posto de enfermagem – local destinado à manipulação de medicamentos e armazenamento dos fármacos prescritos aos pacientes, instrumentos como luvas e máscaras e consulta dos horários de trabalho (chamado no contexto de escala). É o local onde os t.e’s mais passam o seu tempo. Além das funções já citadas, eles devem escrever as evoluções referentes à equipe de enfermagem e utili-

zam essa sala para tal. Raras vezes, alguém estranho passa da porta e entra nessa sala. Isso chama a atenção, pois a porta do posto de enfermagem é uma espécie de “limite moral” materializado naquele ambiente. Apenas uma vez vi uma paciente ultrapassar a porta e entrar naquele local para falar com a equipe. Da mesma forma, quando um funcionário não conhece ninguém da CM3, ele permanece no limite da porta, sem adentrar.

O último local, a rouparia, destina-se a guardar os pijamas e demais roupas de cama limpas que chegam da lavanderia. Esta sala possui no geral acesso restrito – apenas a equipe de enfermagem pode ter acesso a ela. No entanto, nem sempre o local é trancado e é, metaforicamente, assaltado por todos os acompanhantes e pacientes que lutam pelas escassas toalhas de rosto e banho, principalmente à noite. Muitas vezes, as t.e’s pediam para o rapaz da lavanderia deixar as toalhas com elas no posto de enfermagem. Essas toalhas eram utilizadas para banhar os pacientes acamados.

Até aqui tenho relatado a estrutura física dessa Clínica, no entanto concentro-me agora em suas “minúcias”. No primeiro parágrafo dessa seção, escrevi que este setor é um indesejado pela maioria dos funcionários. Sua fama é tão grande que até em outros hospitais se sabe que este é o “pior” local do hospital. A rotatividade do setor sempre fora alta, me disse certa vez a enfermeira-chefe geral, “desde quando?” perguntei, “desde sempre”, me respondeu ela. Em uma passagem de plantão, três pacientes advindos da UTI iriam para a CM3. Um dos t.e’s reclama com a enfermeira-chefe sobre isso, questionando por que todos eles deveriam ir para lá. “É assim”, respondeu a enfermeira-chefe, ao que ele replicou: “É assim porque ninguém reclama”.

É importante frisar que o problema não está em ter pacientes graves. Mas sim na quantidade de trabalho que eles demandam para o número de funcionários. Tudo gira em torno de uma questão de proporcionalidade. São trinta pacientes divididos nos dias de semana para cinco técnicos em enfermagem (nos períodos matutino e vespertino, pois o noturno sempre trabalha com três t.e’s). Nos finais de semana e feriados, são três funcionários (independente do horário). A diferença está em que é apenas nos dias de semana que se realizam exames.

Um paciente dependente é aquele que não consegue realizar algumas funções básicas (ainda que nem sempre sejam as mesmas), como comer, ir ao banheiro, limpar-se, escovar os dentes, fazer a barba, vestir-se, limpar a “tráquea” (traqueostomia). Este tipo de paciente demanda uma

atenção dobrada do profissional. Ou seja, além de atender às solicitações burocráticas/rotineiras (escrever evoluções, dar medicação, trocar soros, pulsionar veias, levar e trazer dos e para exames), o profissional que fica responsável por este paciente acaba por ter de fazer mais coisas com a mesma quantidade de tempo.

Há uma função importantíssima ali e que não existe há anos: o escriturário. Ele é o responsável burocrático do setor. Seria ele a arrumar papéis, levar pedidos de remédios, entre outras funções. Desde os anos noventa não havia mais esse cargo. Apenas agora, com a intervenção do Ministério Público, foi possível abrir vaga para este funcionário. Nenhum escriturário apareceu no decorrer de minha pesquisa.

No interior da instituição

O CAMPO

Minha entrada no Hospital sempre se deu pela mesma entrada dos visitantes e funcionários que trabalhavam no período matutino. Ela abria às 6h da manhã e fechava por volta das 21h. Era um espaço amplo com cerca de 40 ou 50 lugares, com três catracas eletrônicas – que eram abertas com o uso de cartão⁵. Ao lado das catracas, havia o balcão de informação e identificação.

Em todos os momentos em que fui ao Hospital, eu portei o meu documento de aceite do Comitê de Ética, uma espécie de salvo-conduto pela instituição. Este documento já implicava um aceite da direção-geral do Hospital. Apenas uma vez ele não foi aceito e meu acesso não fora liberado⁶.

Eu subi pelas escadas e me lembro bem que não sabia ao certo em qual das três clínicas médicas eu deveria ir. Eu imaginava que ficaria um tempo em todas elas e depois montaria meus textos etnográficos. Fiquei olhando para a porta de duas clínicas e decidi ir para a terceira, para aquela que eu não tinha olhado e não conhecera quando lá estive como acompanhante.

⁵ Por ser aluno da UFSC e portar o meu aceite do comitê de ética, a segurança do Hospital formatou meu cartão para que eu acessasse as catracas livremente.

⁶ Este fora um dia no qual cheguei muito cedo, antes mesmo das 6h. Eu tentei entrar pela emergência e a atendente, sem mesmo olhar para o meu papel, disse-me que eu deveria esperar até às 6h15, quando a passagem usual fosse aberta, fazendo com que eu seguisse as mesmas normas dos visitantes.

Era meio-dia quando entrei pela primeira vez em campo. Vi o carrinho que leva comida parado no corredor. Ele estava com as sobras das refeições que haviam sido feitas há pouco. Sentia o cheiro da comida e de álcool. Não via o que comiam, não quis ver, olhei para o lixinho e reconheci cebola. Olhei para as paredes: eram brancas e em alguns lugares havia cartazes com promoções, serviço, informes do Ministério da Saúde e *banners* feitos por ex-pacientes com agradecimentos à equipe pelos cuidados prestados.

Nervoso. Eu estava muito nervoso. Caminho lentamente enquanto uma estudante de enfermagem retira seus pertences de um grande armário de ferro localizado no corredor. Pergunto a ela sobre a enfermeira-chefe. “É a T., aquela loirinha ali”, me diz ela. Deveria ser para ela que eu me apresentaria antes de qualquer coisa. No centro da CM3 há um balcão de madeira onde se centralizam os espaços utilizados pela equipe de enfermagem. Virados de costas para o corredor, enfermeira-chefe e médico digitam um em cada computador. Fico em silêncio, apenas olhando, não estava querendo atrapalhar; eles pareciam bem ocupados naquele momento.

Por volta do meio-dia, tudo na CM3 é rápido e lento. Rápido para a equipe que precisa passar o plantão e lento para os pacientes, em especial, que aguardam algo acontecer. Eu fiquei parado no balcão durante uma boa meia-hora, pois a enfermeira-chefe continuava de costas para mim, escrevendo em um caderno de capa negra, chamado de “livro de ocorrências”. Ela aparenta ter entre 25-30 anos. É uma mulher branca, loira, de 1,65m e olhos claros. Não reconheci seu sotaque, mas creio ser daqui do estado de Santa Catarina. Certo momento, ela levanta e vai até uma das salas, pega alguns instrumentos e se dirige a um dos quartos. Eu não a sigo, apenas a espero retornar. Ela volta e não olha para mim, apenas entra numa das salas reservadas para os funcionários, limpa os instrumentos que estava usando com a paciente e colhe material para um exame. Após isso, senta de costas para o corredor e mexe com papéis. Duas profissionais técnicas de enfermagem abordaram-me durante a meia-hora em que estive ali, parado e esperando a enfermeira T. terminar seus registros, anotações, recomendações às outras profissionais e atender o telefone algumas vezes (respondendo a toda a sorte de perguntas). Imerso em meus pensamentos, vejo a enfermeira “T” fechar seu livro. Senti que era a hora de me apresentar.

Depois de um tempo ela se levanta e pergunta o que eu gostaria. “Eu gostaria de me apresentar” digo. Ela repete o que falo e sorri. Converso um

pouco sobre o que farei ali. “Você irá pesquisar só aqui ou o Hospital inteiro?”, disse ela. Eu não sabia o que responder, ainda estava decidindo. Ela me diz que devo me apresentar para a enfermeira “A”, que é a enfermeira-chefe do setor, ao qual as outras estariam subordinadas. Fiquei pelo corredor da Clínica Médica 3 um bom tempo; não sabia o que fazer a não ser anotar as coisas no meu caderninho. Dirigi-me ao fundo do corredor e sentei. Era uma espécie de espaço que simula uma sala de estar/jantar, pois há uma mesa e cadeiras com uma TV à direita e uma árvore de natal à esquerda. Ao lado da TV há uma caixa de madeira grudada na parede com uma imagem da Virgem Maria em cima e à esquerda uma foto: imagem de Santa Paulina com uma frase de sua autoria. Ouço gemidos e um cheiro ruim. Percebo que todas as portas permanecem abertas o tempo todo. A limpeza do chão começa às 12h47 – o chão parecia sujo, de fato. Diferente da última meia-hora, agora a equipe de enfermagem entra e sai dos quartos, intensamente. Falam muito do tempo entre si, falam do tempo para o medicamento de tal paciente, o tempo para o exame de outro, e assim por diante. Eu me sentia um estranho no ninho sentado naquela cadeira. Estou ainda sentado e escuto novamente os gemidos vindos do quarto ao lado, não ousou olhar lá dentro. Os gemidos me intimidam e logo eu saberia por quê. Às 12h58 sinto minha pressão baixar.

Coloquei meu celular para carregar quando uma pessoa que pensei ser uma paciente se aproxima. Viera da cantina do hospital, pois estava com um sanduíche e um suco de laranja. Ela vestia uma das calças de pijama e me olhava com certa curiosidade, uma vez eu ainda estar com meu caderninho e caneta na mão, julguei.

A cadeira que ela escolhe é péssima. Ofereço-lhe a minha e ela aceita. Ela pergunta se sou acompanhante e respondo dizendo que estou fazendo uma pesquisa. Tento lhe explicar alguns poréns, mas não parece tão fácil. Ela me responde sobre seu almoço – não fornecem a ela porque é a segunda acompanhante. Sua mãe é que tem direito, apenas. Ela está cuidando de seu pai, que estava com câncer no intestino e algumas outras doenças como pneumonia. Disse-me ela que ele pegara pneumonia ontem em decorrência do ventilador. Pergunto-lhe mais sobre o serviço social e se foram eles que lhe negaram o ticket. Ela confirma e fala sobre um casal de irmãos que possuíam cada um o seu ticket. Em certo momento, ficou intimidada comigo, pois achou que eu estivesse gravando suas críticas. Eu disse para ela não se preocupar pois eu não estava nem anotando na caderne-

ta. Ela continuou a falar de seu pai, diz-me que ele quase morrera hoje pela manhã. Ela terminou seu almoço, agradeceu pela cadeira e pela conversa e voltou ao quarto. Cinco minutos depois, seu pai estava morto.

A morte é um fantasma. Ela surge para nos lembrar que existe, mas raramente falamos nela. Muitas vezes, ela aparece como uma obrigação profissional e, como tal, o nome oficial dela é “óbito”: fala-se que o “paciente tal faleceu hoje à tarde”. Há uma questão na CM3: boa parte dos pacientes ficam durante algumas semanas, tempo o bastante para se criar vínculos. Esses falecimentos, em alguns casos, são eventos inesperados ou tragédias para a equipe. Comenta-se a mesma história nas diferentes passagens de plantão para que a equipe como um todo tenha o mesmo conhecimento dos eventos. Depois disso, nunca mais se toca no nome do morto. O cotidiano hospitalar é um processo de esquecimento daqueles que foram. Na metáfora hospitalar, diz-se que ela foi para “o quinto andar”, isso porque o HU só possui quatro andares, enquanto seu corpo vai para o térreo.

ESTRANHAMENTO E LEGITIMIDADE PELO TRABALHO

Foi na companhia delas, as técnicas em enfermagem, com quem passei a maior parte de minha pesquisa. Em sua maioria são mulheres (havia apenas dois homens trabalhando nesta unidade). Possuem uma média de idade entre 20 e 50 anos; muitas são formadas há poucos anos no curso técnico e, em geral, este é o primeiro ou segundo emprego como t.e’s.

O sinal de aprovação, o de que eu estava aprendendo em meu campo, vinha quando elas diziam para mim “agora sim”. Isso acontecia quando, por exemplo, eu as ajudava com uma caixa ou levava um refrigerante para bebermos. A sensação de desconforto atenua-se à medida que conseguia entender a rotina, as minúcias, os pequenos poréns. Após um tempo ao telefone, a enfermeira-chefe “T” o desliga, olha para mim e fala: “não vai trabalhar não? Pegue um avental e vai ajudar nos banhos”. Respondo que é “primeiro a medicação” e sorrio; ela sorri de volta.

Uma questão ética estabelecida com eles e elas era a seguinte: eu sempre faria com eles (as), mas nunca por eles (as). Nunca tive capacidade técnica de substituir ninguém que ali faltasse, sem falar, obviamente, no meu eterno papel (semi) marginal de pesquisador. Eu poderia partir a hora que quisesse, me recusar a fazer o que fosse. Nem sempre eu os ajudava, ainda que eu já tivesse feito aquilo.

Certa vez, enquanto arrumava soros, vários funcionários vieram falar comigo, perguntar coisas para mim e nenhum deles me agradeceu. Soube naquele dia que o estranhamento havia acabado.

O princípio da reciprocidade é uma medida de julgamento moral nesse contexto. Seja individual (de profissional para profissional) ou coletiva (de Clínica Médica para Clínica Médica ou até mesmo de Hospital para Hospital!), ações e o planejamento de ações são feitas utilizando deste princípio. “Tempo. O tempo é tudo” disse a enfermeira-chefe “T”; neste caso, uma das maneiras de se dar conta do trabalho é trabalhar coletivamente e isso para eles exige reciprocidade.

Esse princípio é tão forte naquele contexto que certa vez, numa conversa sobre esta característica, a t.e “D” disse que para as pessoas da CM3 “trocava”, mas não “fazia particular”. Ou seja, ela trocava os turnos, mas não trabalharia por dinheiro. Ainda que esta t.e tenha trabalhado em outros setores em troca de valores monetários, sua relação com seus pares da Clínica Médica era o de reciprocidade. Minha própria presença torna-se diferenciada quando começo a ajudá-los; meu *status* estava condicionado a esse fator, sem dúvidas.

O PODER DE MANDO

Uma informação, talvez a mais controversa, é a do isolamento. Um paciente fica com isolamento de contato ou de toque quando há suspeita de alguma doença contagiosa por vias aéreas (a suspeita de “TB”, tuberculose, é muito comum) ou quando é arriscado entrar em contato com seu corpo (principalmente pacientes soropositivos que estão com feridas pelo corpo). No entanto, várias vezes levantou-se dúvidas e/ou críticas para determinadas ordens de isolamento⁷. Em um caso, as enfermeiras debatiam e criticavam a orientação acerca de um isolamento, alegando que ele era desnecessário, devido à natureza da doença da paciente. Uma das enfermeiras-chefe diz que acredita numa espécie de estratégia do médico para “segurar” o leito para algum outro paciente. O que as revoltava era que a UTI estava solicitando leitos e elas não poderiam liberar aquele por causa dessa decisão. A discussão encerra com a seguinte frase: “ele (o médico) que manda”.

⁷ Caso eu ainda não tenha sido claro: quem determina medicação, horários e procedimentos em sua maioria é a medicina; ao passo que a enfermagem apenas executaria os procedimentos prescritos. Uma das lutas do SUS é acabar com o modelo “hospitalocêntrico” e este modelo não deixa de ser “(bio)medicocêntrico”.

ESGOTAMENTO PROFISSIONAL

Em um dos meus primeiros dias, quando eu chegava no horário do almoço (entre 11 da manhã e meio-dia), a enfermeira-chefe “T” recebe a notícia de que não foi possível pulsionar a veia de uma paciente. Ela liga para o residente e explica o caso, dizendo que todas as tentativas eram vãs. Ela escuta por um tempo, diz “obrigada”, desliga o telefone e torna a ligar, desta vez para um outro setor. Novamente explica o ocorrido, escuta e desliga o telefone.

Quando o telefone volta ao gancho, ela profere o seguinte monólogo (esta enfermeira está de costas para mim; nem percebera que eu estava ali, no balcão): “eu não tenho nada a ver com o problema deles. Eu só quero ver como é que vai ficar o paciente. Só isso. Só isso”. E repete: “só isso” mais algumas vezes. Ela estava tensa, prossegue no monólogo: “Ser antiético não é comigo. Eu só passo o caso. Não me meto em conduta médica. Eles que decidem”.

Eu interpreto essa situação como a demonstração de um esgotamento por parte daquela profissional ao tentar resolver um problema de ordem técnica que, no entanto, estava sendo dificultado por questões “fora do protocolo”. Ao que parecia, estava-se ali em um jogo de “empurra-empurra” de setores, uma transferência de responsabilidades ao qual escapavam da própria profissional que realizou as ligações. O seu monólogo era a sua resistência de não “entrar no jogo”.

PRONTUÁRIO

Como o foco desse trabalho fora a equipe de enfermagem, ainda que alguns personagens estivessem presentes no cotidiano, tive de suprimi-los, uma vez que a interação da equipe de enfermagem, no caso os t.e’s e a enfermeira-chefe, é entre eles mesmos e os pacientes. A “porta-voz” da equipe de enfermagem é a enfermeira-chefe: a ela os médicos, nutricionistas, psicólogos e assistentes sociais se dirigem quando desejam alguma informação extra-prontuário. Caso não, o prontuário é a língua franca entre os profissionais.

A enfermeira-chefe geral estava mexendo em um prontuário e me chama para vê-lo. Ela me ensina que o prontuário segue uma ordem específica e é importantíssima essa organização para o paciente. Caso ele tenha uma parada cardiorrespiratória por exemplo, o médico que o atender (que nem sem-

pre é seu especialista, mas um residente de plantão, por exemplo) deverá identificar as informações necessárias para calcular com rapidez suas atitudes. No caso, se o prontuário estiver bagunçado, corre-se um risco muito grande de não se conseguir prestar um atendimento eficaz e no tempo necessário.

Ela me ensina que o prontuário possui uma sequência-padrão e é obrigação de todos aqueles que mexem nele manter esta organização. Começo a entender, muito mais claro, com esse exemplo, a relação de racionalização e humanização que dentro de um contexto hospitalar pode haver. Eu estava vivendo esses paradoxos; era necessário entendê-los. Esse “cuidado indireto” que a burocracia proporcionava ao paciente dentro da instituição me pareceu que tinha moldado, no final das contas, meu objeto de estudo. Em outras palavras, o cuidado indireto aqui é a própria racionalização formal da instituição dada ao paciente. E esta racionalização é a que molda meu objeto de estudo, ou seja, o próprio profissional em enfermagem (t.e, bolsista de enfermagem, etc.).

INSTITUIÇÃO E A VIDA

Tanto a psicologia quanto o serviço social atuam, principalmente, na parte da manhã. Aliás, estes setores desempenham uma função reguladora do cotidiano, no sentido de orientar a equipe de enfermagem como agir com determinados pacientes. Vez ou outra, um paciente era internado ali por tentativa de suicídio. Após a avaliação da psicóloga e da assistente social (estas profissionais interagem com o paciente e com sua família), tornam-se conhecidos para a equipe sua situação e os devidos cuidados a serem tomados em relação a ele (não abrir janelas, por exemplo). Há casos mais extremos, como quando uma paciente dizia que em casa possuía um estoque de veneno de rato e, assim que fosse liberada, iria para casa. Para esta paciente, orientou-se à enfermeira-chefe que não a deixasse sair, ainda que ela assinasse o termo (des) responsabilizando o hospital. Ela só poderia receber alta quando a psiquiatria a permitisse partir, caso contrário, a instituição a manteria confinada.

Pela análise do trabalho de campo, percebe-se como as normativas burocráticas se misturam às demais normas morais de conduta no ambiente. Lugares que se pode ou não entrar, sem a necessidade de um aviso na porta, os limites colocados de forma tácita e a distribuição de recursos, como as roupas de cama, etc. Mas também percebemos como as trabalhadoras estão em um contexto de sobrecarga de trabalho, o que aumenta o

grau de exigência das funções técnico-administrativas, de certa forma, aumentando, por sua vez, o que apresentamos como processo de desumanização: “é assim”.

Por outro lado, muitas coisas são deixadas de fora da rotina burocratizada, pois há uma dimensão humana de se lidar com a morte, como dar a ela o nome de “quinto andar”. A humanização das rotinas ocorre pela cultura produzida pelos trabalhadores. Essa cultura produzida pelo trabalho em saúde cria legitimidade e a solidariedade, o reconhecimento de que meu trabalho ali não era o de fiscalização, sendo cobrado a ajudar em muitos momentos e também absorvido pelo campo como um deles – a reciprocidade é a regra máxima do setor, não sendo uma obrigação burocrática, que priorizaria o indivíduo e não o trabalho coletivo. Dessa forma, no artigo “Exploiting ambiguity: A moral polysemy approach to variation in economic practices” de Guillermina Altomonte (2020), a autora fala de como ideais simbolicamente densos (autonomia, igualdade) são usados em contextos organizacionais por causa de sua ambiguidade, e não a despeito dela. A polissemia moral da humanização em contexto de burocracia não é um impeditivo somente, mas um recurso que os atores usam para legitimar e dar continuidade às suas práticas. Retomando Monticelli e Boehs (2007), a flexibilização de normas atende à necessidade de preservação da instituição, para evitar que os sujeitos se destruam por as cumprir à risca.

A humanização, no entanto, choca-se com uma estrutura centrada no poder médico. “Ele é que manda/Eu não me meto em conduta médica” é a senha para se dizer que, quando as estratégias adotadas pelo médico não condizem com a prescrição normativa, ainda assim a decisão não pertence a mais ninguém. No entanto, há outra forma de se entender a humanização sem necessariamente se chocar com a racionalização, através do conceito de “cuidado indireto”. O cuidado também ocorre na gestão dos insumos, do tempo e do prontuário.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi entender os conceitos de racionalização e humanização no contexto de um hospital público, tomando como base inicial a dicotomia: racionalização (organização por normas objetivas e impessoais), e humanização (pautada pela produção da solidariedade, entendida como uma relação ausente de coerção). No entanto, no transcórre do

artigo, percebemos que não existe necessariamente uma dualidade irreconciliável no mundo real.

Pelas análises descritivas, percebemos que o contexto de racionalização e humanização se inserem em uma crise de financiamento da saúde. Isso reflete na ausência de cargos ou de estabilidade profissional gerando, assim, situações que foram presenciadas pelo pesquisador. Ao mesmo tempo, as ausências são preenchidas por racionalidades paralelas. Essa polissemia moral (ALTOMONTE, 2020) é a própria humanização do trabalho burocrático em saúde: as demandas conflitivas são resolvidas por decisões baseadas na hierarquia de valores praticada pelo coletivo de trabalhadores.

Inicialmente, observamos essas racionalidades atuando na ocupação dos espaços – salas que na teoria teriam um destino específico tornam-se “lugares culturais”, ocupados por categorias profissionais específicas (como o “aquário”). Da mesma forma, quando um funcionário de outro setor aparece, ele respeita um limite cultural de não adentrar no local de trabalho da equipe local, permanecendo na linha da porta. Ainda que seja a racionalidade médica que tenha organizado o espaço, não significa que ela irá organizar a ocupação e uso dele.

Há uma racionalização própria dos objetos na CM3, telefones, instrumentos e, principalmente, toalhas. Negociações com o setor da lavanderia ocorrem rotineiramente para garantir processos como o banho de pacientes. Uma verdadeira “economia das toalhas de banho”, nada que possa estar escrito no prontuário, mas que é essencial para o desenvolvimento das atividades.

Minha própria entrada em campo passou por racionalizações institucionais; em campo, aos poucos fui entendendo “o currículo da vida”, a criação da legitimidade através do trabalho, da reciprocidade – de uma cultura institucional de humanização do trabalho burocrático. Eis um ponto central: entender que mesmo a humanização como política precisa considerar a criação de uma humanização dos de baixo – estratégias e códigos que escapam à racionalidade das normas, mas que são fundamentais para o funcionamento do cotidiano hospitalar e para aliviar a demanda de trabalho.

A humanização do ambiente é não permitir que as regras se tornem autodestrutivas (MONTECELLI; BOEHS, 2007). O caso da paciente com quadro suicida clinicamente poderia receber alta, no entanto, frente às suas ameaças de autodano, ela foi barrada em sua “liberdade de ir e vir”, mesmo assinando o termo de comprometimento livre e esclarecido. O que estava

em jogo era sua promessa de levar a cabo a ingestão de veneno de rato; humanizar, nesse caso, também significa não levar regras ao pé da letra se resultarem em destruição dos sujeitos.

Referências

- BECK, Carmem Lúcia Colomé *et al.* A humanização na perspectiva dos trabalhadores de enfermagem. *Texto contexto – enferm.*, v. 16, n. 3, p. 503-510, set. 2007.
- BORGES, M. R.; HACKENHAAR, A.; M. B.; MARTINS, J. J. *Perfil sócio demográfico e epidemiológico de idosos internados no hospital universitário da UFSC e análise de seu processo de internação com enfoque humanizado*. 123f. Monografia (Especialização em Gerontologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Estudos da Terceira Idade, Florianópolis, 2005.
- BRASIL. MS (Ministério da Saúde), 2000. *Manual do PNHAAH*. Brasília (mimeo).
- CAMARGO J. R. Kenneth Rochel de. *Biomedicina, Saber & Ciência: uma abordagem crítica*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.
- DESLANDES, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 9, n. 1, p. 7-14, 2004.
- DESLANDES, S. F. Humanização: revisitando o conceito a partir das contribuições da sociologia médica. In: DESLANDES, Suely Ferreira (org.). *Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 31-47.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- FAQUINELLO, Paula; HIGARASHI, Ieda Harumi; MARCON, Sonia Silva. O atendimento humanizado em unidade pediátrica: percepção do acompanhante da criança hospitalizada. *Texto contexto – enferm.*, v. 16, n. 4, p. 609-616, dez. 2007.
- GOFFMAN, Ervin. *Manicômios, prisões e conventos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- GOOD, Byron J. *Medicine, rationality and experience*. Cambridge: Cambridge University, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa, I. Racionalidad de la acción y racionalización social*. Buenos Aires: Taurus Humanidades, c1999.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

FERREIRA, L. M. • Racionalização e humanização em um hospital público: considerações sociológicas sobre a política nacional de humanização

MONTICELLI, M.; BOEHS, A. E. A família na unidade de internação hospitalar: entre o informal e o instituído. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 41, p. 468-477, 2007.

ALTOMONTE, Guillermina. Exploiting ambiguity: A moral polysemy approach to variation in economic practices. In: *American Sociological Review*, v. 85, n. 1 p. 76-105, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/0003122419895986>. Acesso em: 1 ago. 2023.

NATIONS, Marilyn Kay; GOMES, Annatalia Meneses de Amorim. Cuidado, “cavalo batizado” e crítica da conduta profissional pelo paciente-cidadao hospitalizado no Nordeste brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública* (FIOCRUZ), v. 23, p. 2.103-2.112, 2007.

PARSONS, Talcott. *The social system*. Toronto: Collier Macmillan, 1965.

PINHO, Leandro Barbosa de; SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. Dialética do cuidado humanizado na UTI: contradições entre o discurso e a prática profissional do enfermeiro. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 42, p. 66-72, 2008.

SANTOS-FILHO, Serafim Barbosa. Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 12, n. 4, p. 999-1.010, ago. 2007.

TORNQUIST, Carmen Susana. Paradoxos da Humanização em uma maternidade no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. supl. 2, p. 107-113, 2003.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na atenção primária à saúde: alcance das ações e tecnologias para subsidiar implementação

Manoela Costa

Introdução

As políticas públicas são importantes instrumentos para a redução das desigualdades e vulnerabilidades sociais, principalmente aquelas geradas ao longo da história da sociedade brasileira para a população negra. No âmbito da saúde, o SUS abarca políticas de promoção da equidade (BRASIL, 2016), como é o caso da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde, pactuada em 2008, pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e publicada em maio de 2009 pelo Ministério da Saúde. A PNSIPN visa a garantir a efetivação do direito humano à saúde, trazendo em seu arcabouço teórico o racismo como determinante e condicionante social de saúde da população negra, em que as desigualdades raciais são fatores que interferem diretamente no processo saúde, doença, cuidado e morte.

Alicerçada nos princípios da equidade e integralidade, a PNSIPN articula elementos capazes de contribuir na correção das iniquidades sociais e raciais, juntamente com os componentes históricos, culturais e identitários afro brasileiros, por exemplo a religiosidade de matriz africana, como parte da compreensão sobre saúde na dimensão biopsicossocial. A PNSIPN ainda está em fase implantação em diversos Estados e as implicações do racismo podem ser analisadas em entrelaçamento com os determinantes sociais estruturais e intermediários da saúde.

Desigualdades sistêmicas e evitáveis em saúde são observadas pelos dados de prevalência de DCNTs (Doenças Crônicas não transmissíveis), alta taxa de mortalidade materna infantil, precocidade dos óbitos, taxas elevadas de óbitos por causas externas e mal definidas (BRASIL, 2013). A PNSIPN é um projeto transversal e intersetorial, portanto, possui dimensões que correspondem ao acesso a ações e serviços de saúde, gestão e ensino/pesquisa. Neste capítulo, será abordada a dimensão de acesso a ações e serviços de saúde, a partir da análise do ciclo da PNSIPN na Atenção Primária à Saúde (APS). A APS é uma estratégia flexibilizante de primeiro contato e criação de vínculo entre usuário e equipe, a qual deve orientar o atendimento de forma integralizante, oportuna e sistemática. Partindo desta premissa, as ações voltadas para adesão da PNSIPN nas Unidade Básica de Saúde (UBS) são importantes ferramentas de combate às desigualdades na saúde, pois atuam na produção de sentido social sobre equidade em saúde (BRASIL, 2015).

Com o intuito de fortalecer as discussões sobre o planejamento de ações voltadas para a PNSIPN, que ainda está em processo de implementação em diversos municípios do país, este capítulo procura analisar os temas emergentes, a existência (ou não) de consenso na literatura sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua implementação na área da Saúde Coletiva, e especificamente no âmbito da atenção primária à saúde.

Para isso, foi realizada uma revisão sistemática sobre a produção de literatura em torno da PNSIPN entre 2010 a 2020. Realizou-se consulta à base de dados da literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), BVS, SCIELO e CAPES, utilizando os seguintes descritores: saúde da população negra; saúde coletiva, políticas de saúde pública. Como critério de inclusão, foram selecionados apenas os artigos com enfoque na atenção primária em saúde. Foram excluídos os trabalhos que não abordavam profissionais de saúde ou usuários. Do material coletado na revisão integrativa, emergiram categorias centrais de análise sobre o ciclo da PNSIPN na atenção primária à saúde, dos quais 42,8% representam trabalhos que abordam a temática das dilemas no alcance das ações para execução da PNSIPN no âmbito da atenção primária, 42,8% relacionados às tecnologias utilizadas para subsidiar a implementação da PNSIPN e 14,4% trabalhos relativo à importância do monitoramento para garantia de avaliação do ciclo da PNSIPN. A seguir, está disposta a organização utilizada nesta pesquisa para a análise das duas categorias temáticas centrais.

Distribuição de categorias analíticas por temática

I - Dilemas no alcance das ações para execução da PNSIPN no âmbito da Atenção Primária à Saúde

O III Plano Operativo (2017-2019) da PNSIPN é estruturado por eixos estratégicos que estabelecem ações impulsionadoras para a implementação da PNSIPN e da promoção da equidade em saúde da população negra. Conforme consta no art. 3º, o 1º eixo estratégico objetiva estabelecer ações que promovam a implementação da PNSIPN no acesso da População Negra às Redes de Atenção à Saúde (RAS). De acordo com Silva (2017), embora a política seja considerada pelos autores uma importante estratégia de garantia de equidade e integralidade em saúde, ainda possui fragilidades na execução, pois o desconhecimento acerca da PNSIPN ocorre tanto por parte dos profissionais da atenção primária quanto pela população.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2008 cerca de 67% das pessoas atendidas pelo SUS eram negras. Esses dados demonstram que a população mais usuária da rede pública de saúde é negra. Embora haja uma alta demanda de atendimento em relação à população negra, poucos trabalhadores da saúde conseguem correlacionar a PNSIPN a prática clínica ou a prática do território, e entre a população a referida política também é pouco conhecida. De acordo com pesquisa realizada por Batista e Barros (2017), no total de 5.561 municípios, somente 32 relataram ter a PNSIPN implementada. Segundo os respondentes do estudo, a PNSIPN dá certo quando há compromisso de gestores e técnicos, quando há uma efetiva coordenação do programa e quando o movimento social apoia a gestão.

A literatura aponta para a pouca efetivação da política na APS, a resistência de alguns profissionais da saúde e o desconhecimento de significativa parcela da população. Também foram frequente as narrativas sobre as tensões decorrentes da possibilidade de potencialização da discriminação racial.

Conhecer as barreiras que possam existir na efetivação da PNSIPN é parte do processo de defesa por equidade em saúde. Para Oliveira (2003), a saúde da população negra, embora seja um campo de estudos, pesquisa e assistência reconhecida do ponto de vista da legitimidade política, não efetiva-se, pois há baixa divulgação entre profissionais e usuários; dessa forma, não há produção de sentido junto a comunidade. Sentido compreendido

como um componente do contexto social construído e reproduzido que se articula e é capaz de influenciar as ações dos sujeitos (OLIVEIRA, 2003). Na pesquisa realizada por Santos e Santos (2013), a narrativa dos profissionais de saúde expressa, em sua grande maioria, a falta de consciência crítica sobre as desigualdades raciais e as implicações do racismo na saúde, além de um grande desconhecimento sobre as principais comorbidades que atingem a população negra e suas associações com a falta de recursos na condição de moradia, educação, alimentação adequada, acesso à atenção à saúde biopsicológica, trabalho, renda e lazer.

Segundo Santos e Santos (2013), a dificuldade de falar sobre a saúde da população negra deriva do ideal de nação verdadeiramente democrática. Desta forma, todos devem ser vistos como iguais e tratados como iguais pelo SUS, no entanto esta percepção enfatiza o pouco conhecimento sobre a história da população negra no Brasil e as desvantagens materiais e simbólicas atreladas a esse segmento social, bem como reforça o discurso de ser humano universal, o qual não abarca as pluralidades e singularidades existentes, tampouco trata de forma equitativa a população, pois abafa as denúncias de desigualdades sociais e raciais. De acordo com Faustino (2010), o campo saúde da população negra apresenta como reivindicação a possibilidade de enfrentar as iniquidades raciais em consonância com a busca pela universalização do direito à saúde. O pensamento sobre a inexistência de obstáculos estruturais, sociais, culturais ou raciais para consolidação de uma nação democrática, vem da década de 1920, em que sociólogos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda expressaram em suas obras a ideia “de que no Brasil há uma convivência pacífica entre etnias”, onde todos têm chances iguais de bem-estar social, o que dá origem ao mito da democracia racial. No entanto, apesar da estruturação da sociedade brasileira ter tido como contribuição civilizatória distintos grupos étnico-raciais, o processo de colonização restringiu o acesso a bens e direitos fundamentais aos povos com ascendência africana e indígena (ALVEZ, 2015).

Para Werneck (2005), o racismo é um fenômeno ideológico, um importante fator de violação de direitos e de produção de iniquidades, especialmente no campo da saúde. O racismo institucional na área da saúde pode ser visto, sobretudo, na forma de atendimento e acesso aos serviços de saúde: estudos mostram que negras e negros têm menor tempo de consulta, mulheres negras possuem menos consultas pré natal, resultado de um atendimento discriminatoriamente racializado. De acordo com Santos e Santos

(2013), não perceber a discriminação ou insistir em sua inexistência contribui para a inação do sistema frente à discriminação e tem como consequência a manutenção das desigualdades sociais, além de esbarrar com os princípios de equidade e integralidade do SUS, o qual defende que o atendimento deve considerar o sujeito em sua singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural. O racismo tem relação com as condições em que a pessoa nasce, com sua trajetória familiar e individual, condições de vida e moradia, condições de trabalho, emprego, renda e de acesso à informação e aos bens e serviços (BATISTA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013, p. 682). Estrutura socioeconômica e contexto político estão elencados na lista de determinantes sociais de saúde da World Health Organization (WHO, 2010), sendo o contexto, um amplo conjunto de aspectos estruturais, culturais e funcionais de um sistema social cujo impacto sobre indivíduos exerce uma poderosa influência formativa nos padrões de estratificação social e saúde.

A inclusão da identificação racial em estudos científicos têm permitido uma melhor compreensão das condições sociais, econômicas, políticas e culturais, bem como seus reflexos no processo de saúde e doença da população negra. O item cor/etnia no atendimento à saúde torna possível traçar o perfil epidemiológico da população da negra, de acordo com localização geográfica, estratificação social, faixa etária, escolaridade, entre outras variáveis. Dessa maneira, é possível observar com maior precisão de dados os principais agravos em saúde, bem como atuar na promoção, prevenção e tratamento por intermédio de ações destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade e desigualdade social. Os dados epidemiológicos dos últimos 10 anos apontam para elevadas taxas de mortalidade materno infantil para as mulheres negras. Dessa forma, a PNSIPN prioriza ações voltadas à redução da mortalidade materno-infantil. A Razão de Mortalidade Materna (RMM) é um indicador sensível à qualidade de vida da população, na medida que se refere, sobretudo, a mortes precoces e evitáveis. Segundo Santos e Santos, (2013) a mortalidade materno infantil em sua quase totalidade atinge as mulheres com menor acesso aos bens sociais, bem como demonstra a desarticulação, a desorganização e a baixa qualidade da assistência prestada à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal. A taxa de óbito precoce por causas evitáveis e homicídio por causas externas/ arma de fogo também seguem elevadas para população negra. De acordo com dados do Ministério da saúde, em 2018, o suicídio de negros estava

como a quarta causas de óbito de jovens do sexo masculino, com maior incidência na faixa etária 10 a 19 anos. No município de Florianópolis/SC, a terceira principal causa de óbito de jovens negros é o suicídio (MATOS; TOURINHO, 2018). Além da histórica iniquidade no acesso à saúde, moradia, renda, escolaridade, alimentação adequada, saúde mental e bem-estar social, a falta de investimento na saúde da população negra mantém estes sujeitos historicamente em situação de vulnerabilidade, perpetuando, assim, a presença da população negra nos piores indicadores de saúde.

O monitoramento das políticas públicas de saúde pode ser feito pela avaliação dos usuários sobre as ações desenvolvidas no setor saúde, entretanto é escassa a literatura sobre a opinião da população negra acerca da PNSIPN. As percepções quanto às dificuldades de acesso e discriminação no que se refere à assistência em saúde podem ser observadas em estudos sobre desigualdades sociais e raciais em saúde. Na pesquisa qualitativa realizada por Chehuen (2014), em que foram entrevistados 391 indivíduos negros, usuários do SUS da cidade de Juiz e Fora, cerca de 90% dos entrevistados relataram desconhecer a existência de uma política de saúde destinada à população negra, e 53% declararam já ter sofrido uma possível discriminação racial. De acordo com o estudo, apesar de desconhecerem a existência da PNSIPN, a maioria dos entrevistados aprovou seus objetivos, mesmo relatando a possibilidade de discriminação dela advinda. A narrativa dos usuários sobre o desconhecimento sobre a política de saúde destinada para população negra, atrelada ao receio que ela possa gerar discriminação, mostra como as ações de combate a desigualdades sociais em saúde por intermédio da PNSIPN ainda estão longe de encerrar seu ciclo de implementação.

A mudança nas práticas dos profissionais e gestores de saúde pode ser tão mais efetiva quanto mais houver conhecimento e mudança de concepções dos usuários sobre o verdadeiro papel dos serviços de saúde (GRISOTTI; PATRICIO 2015, p. 149). As políticas públicas são capazes de intervir nos determinantes sociais de saúde, por isso a importância de estratégias que garantam maior impacto das ações sobre as atividades da PNSIPN, destinada a profissionais de saúde e usuários. O processo participativo pode promover maior alcance das ações para efetivação da equidade e integralidade em saúde, na medida em que articula a população e os profissionais de saúde. No entanto, faz-se necessário aumentar o subsídio de referenciais que envolvam atividades, sobretudo, de promoção e preven-

ção de saúde, articuladas às ações que possam propiciar a constante discussão em relação ao direito humano à saúde.

A participação da população é parte fundamental nas ações para combater a iniquidades sociais em saúde, prevista na lei orgânica de saúde 8.080/90 e lei complementar 8.142/90; por intermédio da participação popular, é possível que os usuários desenvolvam poder de controle sobre a efetivação das políticas públicas. De acordo com Grisotti e Patricio (2015), a prática do “poder participar” tende estimular o processo dialético que favorece a emergência do “poder que se adquire participando”.

II - Tecnologias usadas para subsidiar a implementação

A responsabilidade pela implementação da PNSIPN cabe às secretarias estaduais e municipais do Ministério da Saúde, sob a coordenação geral da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP-MS), sendo esta responsável pela disseminação da Política, sensibilização dos profissionais, monitoramento, avaliação e apoio técnico aos departamentos e áreas do Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde de estados e municípios (BATISTA, 2013, p. 683). As secretarias estaduais e municipais deveriam criar os Comitês Técnicos de Saúde da População Negra, Áreas Técnicas em Saúde da População Negra ou responsável técnico para coordenar as ações, com vistas à disseminação da PNSIPN, sensibilização dos profissionais e inserção a Política no SUS.

Segundo levantamento realizado pelo Departamento de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, apenas dez estados da federação criaram áreas técnicas, dois estabeleceram comitês técnicos de saúde da população negra e apenas dois definiram um responsável técnico. As ações para disseminação e sensibilização vão desde a produção do conhecimento científico sobre a temática; apoio aos municípios, sobretudo os que possuem comunidades remanescentes quilombolas; apoio à Rede de Religiões afro-brasileiras; até a sensibilização e articulação entre movimento social, profissionais de saúde e gestores, a fim de que a sociedade civil também seja incluída em atividades tais como: seminários, oficinas, campanhas, intervenções no Dia Nacional de Mobilização Pró SPN (MAZON, 2016). A área Técnica de Saúde da População Negra deve estimular a formulação de políticas públicas para a redução das iniquidades sociais em saúde, bem como assessorar tecnicamente o Secretário de Estado da Saúde, os Departamentos Regionais de Saúde e os municípios para a implantação

da PNSIPN (BATISTA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2013). No âmbito do Ministério da Saúde, a portaria 2629, 27 de novembro de 2014 aprova e define as atribuições do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, o qual tem como objetivo promover articulação entre as ações do MS e demais instâncias do SUS, com vistas à equidade SPN, destacando a importância do diálogo entre as políticas de promoção de equidade em saúde e as políticas de igualdade racial. A participação do comitê técnico e/ou Área técnica SPN na elaboração do Plano Estadual de Saúde possibilita a garantia de objetivos e ações estratégicas voltados para a defesa da atenção integral à saúde da população negra e o combate a iniquidades em saúde.

As ações voltadas para sensibilização dos profissionais de saúde têm por objetivo levar para conhecimento e problematização coletiva o racismo como um determinante social de saúde. De acordo com a revisão integrativa, a estratégia mais investida é a educação permanente, em que, por intermédio de formações, seminários e oficinas, é possível discutir as temáticas relacionadas às iniquidades sociais e raciais. Dessa forma, as questões relativas ao racismo estrutural são observadas em conjunto com as iniquidades sociais. De acordo com Ministério da Saúde, os espaços que estimulam discussões sobre as questões relacionadas ao racismo, sexismo e distribuição de renda deveriam ser ponto focal das políticas de equidade em saúde (BRASIL, 2015).

A falta de discussão sobre o racismo favorece a manutenção das iniquidades em saúde. Observa-se, então, a necessidade de aumentar o alcance das ações em educação permanente para a promoção de saúde para a população negra. Alguns estados adotaram estratégias de sensibilização e disseminação da PNSIPN, por intermédio de cartilhas/livros/vídeos, além das intervenções no dia Pró-SPN e 20 de novembro. As oficinas também são estratégias utilizadas para disseminação da PNSIPN no âmbito da atenção primária em saúde. No município de Campo Grande, uma pesquisa com aplicação de questionário foi realizada com os profissionais de saúde da UBS de São Benedito. De acordo com o estudo, antes da oficina de SPN, 44% dos profissionais de saúde afirmaram não ter conhecimento sobre iniquidades/desigualdades e suas relevâncias para boa saúde; após a oficina, o número reduziu para 11% (MAZON, 2016).

Conclusão

De maneira consensual, os trabalhos ressaltam a importância das ações preconizadas pela educação permanente na APS, sendo esta uma importante tecnologia utilizada para subsidiar a implementação da PNSIPN. A literatura também aponta para a necessidade no aumento de produção acadêmica sobre a SPN, sobretudo nos cursos de graduação e pós graduação em saúde, a fim de que os profissionais estejam melhor habilitados para compreender o racismo e suas implicações na qualidade de vida da população negra. Nas instituições, o racismo pode se manifestar de várias formas: dificuldade em reconhecer e abordar os determinantes sociais das condições em saúde, produzir e utilizar dados desagregados por raça/cor para orientar a tomada de decisão, definição de prioridades e alocação de recursos, e na ausência de mecanismos de coibição das práticas racistas.

A dificuldade em abordar os determinantes sociais de saúde associados à condição do indivíduo negro(a), produzir dados e, a partir disso, definir prioridades é fruto do racismo estrutural e mostra-se como um desafio a ser superado pelos discentes, docentes, profissionais e gestores de saúde.

Referências

- ALVEZ, Mirian Cristiane; JESUS, Jayro Pereira. Paradigma da afrocentricidade. Por uma nova concepção de humanidade em Saúde Coletiva: Reflexões sobre saúde mental e racismo. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, 2015.
- BATISTA, Luiz Eduardo; BARROS, Sônia. Enfrentando o racismo nos serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, São Paulo, 2017.
- BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista; MEDEIROS, Rogério Araújo. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 681-690, 2013.
- BRASIL. *Lei 12.288/10*. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BRASIL. Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional e Desigualdade de Gênero. *Geledés, Seppir*, 2013. Disponível em: http://Portal.Saude.Gov.Br/Portal/Saude/Area.Cfm?Id_Area=1592.
- BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. *Una Sus*, 2015.
- CHEHUEN, José Antônio *et al.* Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. *Ciência & Saúde coletiva*, v. 20, p. 1.909-1.916, 2015.

COSTA, M. • A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na atenção primária à saúde: alcance das ações e tecnologias para subsidiar implementação

FAUSTINO, Deivison Mendes. A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 3.831-3.840, 2017.

GRISOTTI, Márcia; PATRICIO, Zuleica Maria. *A saúde coletiva entre discursos e práticas: a participação de usuários, trabalhadores e conselheiros de saúde no município de Florianópolis*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MATOS, Camila Carvalho; TOURINHO, Francis Solange. Saúde da População Negra: como nascem, vivem e morrem os indivíduos pretos e pardos em Florianópolis (SC). *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 40, p. 1-13, jan. 2018.

MAZON, Enelita. *Qualificação dos profissionais da UBSF São Benedito para a implantação da Política de Saúde Integral da População Negra*, 2016.

OLIVEIRA, Fernanda. *Saúde da população negra*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

SANTOS, Josenaide Engracia; SANTOS, Giovanna Cristina. Narrativas dos profissionais da atenção primária sobre a política nacional de saúde integral da população negra. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 563-570, out. 2013.

SILVA, Tarcísio Oliveira *et al.* *Validação do plano de indicadores para avaliação da implantação da política nacional de saúde integral da população negra*, 2017.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *A conceptual framework for action on the social determinants of health*, 2010.

PARTE 3

Relações humanas e animais não humanos

As relações homem-animal e a ambição bioseguritária¹

Muriel Figuié

No momento em que a maior parte das sociedades pensava ter domesticado o mundo vivo na sua modernidade triunfante, as crises sanitárias recentes mostram que isto está largamente fora do seu controle. Pelo contrário, nas últimas décadas, a humanidade tem atravessado uma transição epidemiológica importante (BARRETT *et al.*, 1998), marcada pelo aparecimento de novas doenças infecciosas e por uma “epidemia de epidemias” (MORAND; FIGUIÉ, 2016).

Na maioria dos casos, estas novas doenças são de origem animal (VIH, Ebola, SARS-CoV-1, Marburg, Nipah, gripe aviária, etc., como talvez também o vírus SARS-CoV-2, responsável pela Covid-19). Ao mostrar que não existem barreiras para os micróbios, nem mesmo barreiras de espécies, o seu aparecimento minimiza as fronteiras que se pensava estarem firmemente estabelecidas entre os seres humanos e os animais. É verdade que os animais sempre foram uma fonte de agentes patogênicos para os seres humanos (MCNEIL, 1997), mas o mundo científico concorda que o recente aumento das doenças infecciosas é um processo novo, resultado de mecanismos complexos. Estão em jogo fenômenos tão diversos como a destruição dos habitats naturais, a erosão da biodiversidade, a alteração dos métodos agrícolas, as alterações climáticas e a globalização das trocas comerciais (MORAND; PIPIEN, 2013), que caracterizam uma mudança na nossa relação com os seres vivos, característica do Antropoceno (BONNEUIL, 2020).

Estes novos agentes patogênicos estão a emergir num mundo hiperconectado. Não respeitam barreiras espaciais. Em resposta, várias organizações internacionais, incluindo a OMS (Organização Mundial de Saúde),

¹ Artigo originalmente publicado em: Figuié, M. (2022). Les relations humain-animal et l’ambition biosécuritaire. In: PAILLARD, Bernard; LAPIERRE, Nicole. *Communications*. Mondes associés: les vivants dans tous leurs États. Paris: Ed. Le Seuil. p. 127-13.

a OIE (Organização Mundial da Saúde Animal) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), adotaram e contribuíram largamente para a promoção do conceito “Uma Só Saúde”, One Health – OH (CHIEN, 2019). Este conceito apela a uma mudança de paradigma no domínio da saúde, com uma abordagem descompartmentalizada da saúde humana, animal e ambiental.

O objetivo aqui é documentar o impacto destas mudanças na forma como pensamos a relação entre humanos e animais. Abordo esta questão através do lugar e do significado atribuídos à saúde animal nas políticas de saúde globais. Esta abordagem significa que é dada muita atenção aos animais de criação e, em segundo lugar, aos animais selvagens (negligenciando os animais de estimação e de lazer). Recorro a uma vasta gama de literatura para colocar em perspectiva a investigação sobre a história das relações entre humanos e animais, a medicina humana e veterinária, a biodiversidade e a ação pública internacional. Também me baseio em trabalhos anteriores (FIGUIÉ; PEYRE, 2023) que me permitiram monitorar a forma como as organizações internacionais lidam com doenças emergentes através da utilização do conceito de OH e de medidas de biossegurança.

Esta análise me permite descrever o processo histórico que conduziu à atual visão antropocêntrica da saúde animal. Isto antes de mostrar como o desafio colocado pelas doenças emergentes contribuiu para uma nova ambição, sintetizada no conceito One Health: renovar a visão setorial da saúde, levando em conta a saúde dos animais e do ambiente, juntamente com a dos seres humanos. No entanto, a aplicação estratégica deste conceito coloca uma grande ênfase na monitorização de potenciais ameaças provenientes dos animais e, conseqüentemente, houve poucas mudanças na forma como pensamos a nossa relação com os organismos vivos.

A saúde animal como um processo histórico

A forma como as ciências concebem a saúde animal atualmente é o resultado de um processo histórico de distanciamento e instrumentalização dos animais, documentado por numerosos autores, e que irei retrair brevemente aqui.

Desde o início (com Platão e Aristóteles no século IV a.C.), o estudo científico dos animais inscrevia-se numa abordagem global, a história natural, que visava a estudar a realidade multifacetada dos seres vivos (BOD-

SON, 1998). Posteriormente, porém, a filosofia do Iluminismo desenvolveu a ideia de uma descontinuidade radical entre “homem e animal”, um animal que se tornou um bruto ou uma máquina com Descartes. A partir de então, a ciência dos animais foi progressivamente isolada da história natural, acabando por constituir um domínio distinto, segundo o método cartesiano (especialização do conhecimento do simples para o complexo), o que contribuiu para tornar ainda mais clara a distinção entre o homem e os animais. Nos séculos XIX e XX, a proliferação de trabalhos de laboratório em zoologia ou biologia alargou este processo de isolamento do animal estudado, não só do homem, mas também do seu meio natural em geral (BARROUX, 2011).

O desenvolvimento subsequente das ciências veterinárias e da zootecnia continuou este processo de distanciamento e pouco fez para alterar o estatuto dos animais na sociedade (BARROUX, 2011). Estas disciplinas centram-se no animal de criação, tornando-o um objeto utilitário, um meio para atingir um fim, mas raramente um fim em si mesmo. Vários autores sublinharam a indiferença dos seres humanos em relação ao sofrimento dos animais domesticados e procuraram explicar porquê. Para alguns, o próprio projeto de domesticação traz consigo a ambição de dominar a natureza e os animais (DIGARD, 1989), ambição essa particularmente marcada na cultura judaico-cristã e que poderia explicar a sua indiferença pelo sofrimento dos animais (DELORT, 1984). Outros autores, pelo contrário, têm uma visão mais positiva da domesticação, vendo-a como um contrato de interesse recíproco (porque os humanos protegem os animais), e salientando a relação sensível e de cooperação que existe entre os agricultores e os seus animais (PORCHER, 2007).

O distanciamento entre humanos e animais tornou-se ainda mais acentuado no século XIX, em resultado de mudanças sociais e económicas: a urbanização e o alongamento das cadeias de abastecimento puseram fim à sua proximidade física; à representação dos animais mudou; e ao contrato doméstico que ligava os humanos aos animais de criação numa relação de serviços recíprocos foi quebrado (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997). O distanciamento físico, cognitivo e emocional aumenta, enquanto a ligação com os animais de companhia se torna mais estreita, como um processo de compensação (KECK, 2012). Esta distância torna moralmente possível a industrialização da criação e da matança.

Este processo ajuda a explicar a adoção pelas organizações internacionais de uma definição de saúde pública veterinária (SPV) como “a soma de todas as contribuições para o bem-estar físico, mental e social da humanidade através do conhecimento e da aplicação da ciência veterinária”². O objetivo da SPV é controlar o estado de saúde dos animais, de modo a que nem eles nem os seus produtos (carne, leite, etc.) constituam uma fonte de perigo para a saúde humana, e a que o seu estado físico beneficie a produtividade e a rentabilidade económica das explorações pecuárias.

Em muitos países, no século XX, o desenvolvimento da vacinação e dos antibióticos ajudou a controlar as doenças infecciosas e, com elas, as zoonoses, eliminando, assim, o risco infeccioso que os animais representavam para a saúde humana. A questão central da saúde animal passou então a ser a produção (produtividade, qualidade). Na maioria dos países, a saúde animal é um domínio de política pública supervisionado pelas autoridades responsáveis pela agricultura (e não pela saúde ou pelo ambiente).

A industrialização da pecuária acentuou ainda mais este objetivo produtivo da sanidade animal, levando à exclusão da patologia e encorajando mesmo a seleção e a produção de animais com problemas físicos importantes, como a motricidade ou o parto (como as porcas engaioladas e as vacas “culard”). Este processo também torna “pensável” e aceitável a realização de abates em massa, incluindo de animais saudáveis, por razões sanitárias e económicas (como na gestão das epidemias de febre aftosa na Europa³). Em resposta, surgiu um movimento social que apela a uma maior consideração pelo bem-estar dos animais, nomeadamente dos animais de criação. No entanto, as recentes alterações das normas introduzidas por esses movimentos foram objeto de críticas. Por um lado, foram criticadas pelos defensores da libertação animal, que se opõem a todas as formas de criação de

² FAO, OIE, OMS, Définition de la santé animale adoptée à la Conférence de Teramo en 1999 (et directement empruntée à la définition de l’Académie vétérinaire de France de 1997) dans “Santé publique vétérinaire et contrôle des zoonoses dans les pays en développement: résumé des commentaires et discussions de la Conférence électronique FAO/OMS/OIE”. Disponível em: <http://www.fao.org/3/Y4962T/y4962t03.htm>.

³ La fièvre aphteuse n’est pourtant ni zoonotique, ni mortelle pour les animaux, mais elle a un impact économique majeur du fait des normes sanitaires commerciales. Voir à ce sujet Muriel Figuié et Ève Fouilleux, “How much severe is a disease? The social construction of the foot-and-mouth disease”, communication au colloque ESA/ISA “Risk and uncertainty: Ontologies and methods”, université d’Amsterdam, Pays-Bas, 23-25 janvier 2013.

animais e, por conseguinte, à própria ideia de os seres humanos assumirem a responsabilidade pela saúde e pelo bem-estar dos animais. Por outro lado, são contestados por aqueles que, como a socióloga Jocelyne Porcher, os veem simplesmente como uma forma de lidar com as críticas crescentes às condições da criação industrial, construindo um compromisso mínimo que “[...] visa acima de tudo minimizar os efeitos devastadores da exploração animal sem pôr em causa a industrialização da produção, que é considerada inevitável” (PORCHER, 2007). Muitas instituições integraram o objetivo do bem-estar dos animais nas suas competências (OIE, 2007), e o debate atual é menos sobre o reconhecimento de valores partilhados do que sobre a hierarquia a atribuir a esses valores no processo de tomada de decisões.

A saúde animal é, por conseguinte, um processo histórico que testemunha um distanciamento crescente entre os animais, os seres humanos e o ambiente natural. Na viragem do século XX para o século XXI, o aparecimento de novas doenças infecciosas de origem animal abalou um certo número de certezas e, juntamente com o conceito de Uma Só Saúde, pôs em causa este processo de distanciamento.

Doenças emergentes e o conceito “Uma Só Saúde”. Uma oportunidade para questionar o lugar dos animais na saúde

Nas décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento de duas novas disciplinas, a etologia e a bioecologia, voltou a colocar o animal na natureza como objeto de estudo (BODSON, 1998). Este retorno a uma abordagem mais global pode também ser observado no domínio da saúde, com o conceito de ecologia das doenças infecciosas na década de 1960, seguido do conceito de doenças infecciosas emergentes na década de 1990 (MORSE, 1995). Este último conceito foi criado para lidar com as novas doenças humanas emergentes no final do século XX, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (VIH/SIDA), a tuberculose resistente e a doença do vírus Ébola. O desenvolvimento de vacinas e antibióticos tinha suscitado a esperança de que o risco de infeção pudesse ser ultrapassado e a erradicação da variola em 1980 parecia abrir caminho a uma maior erradicação.

Um acontecimento marcante foi o relatório publicado nos Estados Unidos em 1992 pelo Institute of Medicine (IOM) intitulado “Emerging infections: Microbial threats to health in the United States” (LEDERBERG; SHOPE; OAKS, 1992). Este relatório enfatizava que a maior parte dos agen-

tes patogênicos que tinham surgido recentemente já existiam na natureza, nomeadamente na fauna selvagem, e que as alterações antropogênicas do ambiente (ligadas nomeadamente à agricultura e à urbanização) tinham conduzido à criação de novas “rotas microbianas” através das quais os agentes patogênicos da fauna selvagem entravam agora potencialmente em contato com os seres humanos ou os animais domésticos. Essas “doenças e infecções cujos agentes patogênicos são naturalmente transmitidos de animais vertebrados para o homem” são conhecidas como zoonoses (SILVAIN; GOFFAUX; SOUBELET, 2020).

No caso das zoonoses emergentes, não são apenas os animais selvagens que constituem uma ameaça: o relatório da OIM aponta também a criação em grande escala, nomeadamente de aves, como a causa da incidência crescente de salmonelose nos seres humanos, e a utilização maciça de antibióticos na medicina veterinária, que favorece o aparecimento de bactérias e de genes de resistência que ameaçam os seres humanos. O estudo efetuado por Jones *et al.* (2008) confirma o papel importante dos animais no aparecimento de novas doenças. Este estudo mostra que a maior parte dessas doenças são zoonoses (60%), sendo a maioria (75%) originária da fauna selvagem.

Depois do medo do lobo, o animal é de novo uma ameaça. No mundo anglofono, a série televisiva baseada no livro de Richard Preston, *The hot zone* (1994), que retrata o aparecimento de novos agentes patogênicos como “a vingança da floresta tropical”, e o livro de Laurie Garrett, *The coming plague: Newly emerging diseases in a world out of balance* (1995), popularizaram a visão da natureza como uma ameaça. No que diz respeito aos animais domésticos, as vacas foram descritas como carnívoras (com o episódio da doença das vacas loucas, BSE), as explorações agrícolas industriais foram acusadas de serem “fábricas de vírus” e as aves de capoeira eram monstros (com o livro de Mike Davis, *The monster at our door*, em 2005, sobre a epidemia de gripe aviária). Além disso, num contexto de receio de atentados terroristas, a Organização Mundial da Saúde Animal elaborou uma lista de agentes patogênicos de origem animal que poderiam ser utilizados como armas biológicas⁴: os animais juntam-se assim à ameaça terrorista (ver também o acordo assinado em 2020 entre a OIE e a Interpol para o controlo dos agrocrimes).

⁴ Disponível em: <http://www.oie.int/fr/expertise-scientifique/reduction-des-menaces-biologiques/>.

A emergência de novas doenças não é apenas uma chamada de atenção para a ameaça biológica permanente e para o papel dos animais, tanto selvagens como domésticos, na saúde humana. Sublinha igualmente a globalização das ameaças para a saúde, devido à intensificação do comércio internacional e, com ele, dos agentes patogénicos, bem como a interdependência das economias afetadas por crises sanitárias⁵. A pandemia de gripe aviária (H5N1), que teve início em 2004, ajudou a mobilizar a comunidade internacional para uma ação coordenada em matéria de saúde mundial. Em 2008, as organizações internacionais (FAO, OMS, OIE, etc.) elaboraram um quadro estratégico, “A strategic framework for reducing risks of infectious diseases at the animal-human-ecosystems interface”, no qual afirmaram a sua vontade de trabalhar em conjunto para fazer face às doenças emergentes de forma descentralizada, através do conceito One World-One Health, que se tornou posteriormente One Health (FAO *et al.*, 2008). Esta nova palavra de ordem para a ação internacional em matéria de saúde pública visa a reunir a saúde humana, a saúde animal e a saúde dos ecossistemas através de uma abordagem intersectorial e de uma investigação multidisciplinar. A definição adoptada por estas organizações ecoa a da Associação Médica Veterinária Americana, que descreve a abordagem da OH como “os esforços de colaboração de múltiplas disciplinas que trabalham a nível local, nacional e global, para alcançar uma saúde óptima para as pessoas, os animais e o nosso ambiente” (FAO *et al.*, 2008).

O conceito está destinado a tornar-se um novo paradigma de saúde e uma palavra de ordem para a ação sanitária internacional, tal como aconteceu com o conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1990. Ajudou a colocar o problema dos riscos infecciosos de novo na ordem do dia e incentivou-nos a pensar na saúde animal como parte de uma abordagem global da saúde. No entanto, a aplicação prática deste conceito limitará o seu alcance. Em particular, o que será promovido não é tanto a saúde para os animais, mas a saúde através dos animais.

⁵ Note-se que enquanto a Peste Negra, que surgiu na China no século XIV, demorou quinze anos a chegar à Europa, a SARS em 2003 demorou apenas alguns meses e a Covid-19 apenas algumas semanas, cf. Anne Chemin, “Coronavirus: ce que les grandes épidémies disent de notre manière d’habiter le monde”, *Le Monde* [enligne], 21 maio 2020-22 maio 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/05/21/ce-que-les-grandes-epidemies-disent-de-notre-maniere-d-habiter-le-monde_6040359_3232.html.

Vigilância: os limites de biossegurança da mudança de paradigma

O conceito de “Uma Só Saúde” é proposto como uma nova forma de pensar a saúde, de uma forma global, na interface entre a saúde dos seres humanos, dos animais e do ambiente. Várias análises ajudaram a relativizar a novidade do conceito, traçando a sua genealogia e as suas ligações com outros conceitos⁶. Estas análises sublinham igualmente as dificuldades práticas de tomar em consideração o componente ambiental (GARINE-WICHATITSKY *et al.*, 2021). As abordagens (em matéria de investigação ou de ação pública) que pretendem basear-se numa abordagem de OH limitam-se atualmente, sobretudo, a uma abordagem clássica das zoonoses (CASSIDY, 2018). De fato, vários fenômenos se conjugam para reduzir este enquadramento holístico. Examinamos, em particular, o impacto desta redução na consideração dada aos animais.

O conceito de OH é frequentemente utilizado como uma nova forma de falar de zoonoses e é, por conseguinte, reduzido à interface homem/animal, como se pode ver na maioria das publicações que o referem (CASSIDY, 2018). A dimensão “ambiental” é principalmente entendida em termos de animais selvagens como potenciais reservatórios de agentes patogênicos. Este enfoque particular nas zoonoses pode ser facilmente explicado pela própria história da adoção do conceito, em resposta à crise da gripe aviária H5N1, como já foi referido (as aves de capoeira e as aves selvagens desempenham um papel central na propagação da gripe aviária, uma vez que a contaminação ocorre através da transmissão ave/humano, sem contaminação direta humano/humano). Mas, dentro da própria questão zoonótica, está a ocorrer outra redução, de modo que, mesmo que as zoonoses sejam um tema importante nas abordagens da OH, a “saúde dos animais” desempenha apenas um papel secundário. De fato, a questão das zoonoses é abordada essencialmente do “lado” da saúde humana (VAN HERTEN;

⁶ Yu-Ju Chien, “How did international agencies perceive the avian influenza problem?...” , art.cit.; Jérôme Michalon, “One Health au prisme des sciences sociales...” , art. cit.; Abigail Woods, Michael Bresalier, Angela Cassidy, Rachel M. Mason Dentinger (éd.), *Animals and the Shaping of Modern Medicine. One Health and its Histories*, New York, Palgrave MacMillan, 2018; François Roger, Alexandre Caron, Serge Morand, Miguel Pedrono, Michel de Garine-Wichatitsky, Véronique Chevalier, Annelise Tran, Nicolas Gaidet, Muriel Figuié, Marie-Noël de Visscher et Aurélie Binot, “One Health and EcoHealth: The same wine in different bottles?”. *Infection Ecology & Epidemiology*, v. 6, n. 1, 2016.

BOVENKERK; VERWEIJ, 2019). E são as doenças que circulam dos animais para os seres humanos (e não dos seres humanos para os animais) que constituem o foco principal. A OH é utilizada com um objetivo de saúde pública em que o homem continua a ser o foco. Nesta mesma perspectiva, não são as doenças dos animais, mas os agentes microbianos que eles transportam (sem que isso afete necessariamente a sua saúde) e que são ou podem ser patogênicos para os seres humanos, que são o centro das atenções. Esta abordagem, embora reduza o animal ao papel de reservatório, ajuda a alargar o âmbito da “saúde animal” de modo a incluir qualquer animal que represente uma ameaça para a saúde humana, independentemente do seu próprio estado de saúde e bem-estar.

Esta interpretação antropocêntrica do conceito de “Uma Só Saúde” não é o resultado de uma luta de poder entre os atores da saúde humana e os atores da saúde animal. As partes interessadas na saúde animal desempenharam um papel importante na promoção do OH (CASSIDY, 2018) numa perspectiva de saúde pública. Longe de opor esses dois grupos de intervenientes, esta redução reflete uma convergência na forma como a saúde animal é encarada, de forma utilitária, ao serviço da saúde pública, da segurança dos alimentos e da economia agrícola, como já foi referido. Nesse sentido, o conceito de OH não altera a visão dominante da saúde animal.

Por último, outro fator importante de redução está ligado ao principal mecanismo mobilizado para a aplicação do conceito de OH, o da vigilância epidemiológica. No documento de estratégia do OH adotado em 2008, as organizações signatárias declaram: “A implementação de um sistema global de vigilância dos riscos... será a grande prioridade”⁷. Uma vez que as emergências são inevitáveis (de acordo com o princípio “não se, mas quando”), a única forma de as enfrentar é identificá-las o mais cedo possível, através de uma vigilância alargada, a fim de limitar a sua propagação geográfica e as deslocações de espécies, e dar-nos tempo para nos prepararmos para elas. A vigilância é uma componente de um conjunto de dispositivos conhecidos como “biossegurança”, uma nova forma de gestão dos riscos em que a monitorização dos organismos vivos – humanos, animais e

⁷ Tradução pela autora da citação “Establishment of a global risk-based surveillance system... will be a major priority”, FAO, OIE, WHO, UNSIC, Unicef, WB, “Contributing to One World, One Health. A Strategic framework for reducing risks of infectious diseases at the animal-human-ecosystems interface”. *Nations Unies*, 2008, p. 20. Disponível em: <https://www.fao.org/3/aj137e/aj137e00.pdf>.

agentes patogênicos – desempenha um papel fundamental. Esses dispositivos retomam o objetivo da segurança para incluir a ambição de gerir a incerteza, de antecipar e de vigiar não só os territórios, mas, sobretudo, os fluxos. Essas medidas foram amplamente debatidas nas ciências sociais e, em menor grau, na saúde animal⁸. Sem retomar estes debates, podemos sublinhar aqui que a antecipação das doenças emergentes implica atribuir um papel importante às espécies animais conhecidas por albergarem agentes patogênicos potencialmente zoonóticos, cuja vigilância permite fazer soar o alarme e alertar os seres humanos para potenciais emergências (SILVAIN; GOFFAUX; SOUBELET, 2009). Este papel de sentinela sanitária, descrito por Frédéric Keck (2020), coloca os animais na linha da frente da guerra travada pelo homem contra os vírus. Ao implementar sistemas de vigilância, a aplicação do conceito de “Uma Só Saúde” reforça a dimensão utilitária do animal mais do que a põe em causa.

Os mecanismos complexos envolvidos nos processos de emergência são assim traduzidos e tornados visíveis através da monitorização do rasto deixado pela circulação de agentes patogênicos nos organismos vivos: “Sim, os cientistas dominam o mundo, mas apenas se o mundo lhes chegar sob a forma de duas dimensões sobreponíveis e combináveis [...]”, escreveu Bruno Latour (1996). O mundo da One Health, através dos sistemas de vigilância, é também reduzido a alguns elementos: três compartimentos – os seres humanos, os seus animais domésticos e os animais selvagens (esses últimos representando o ambiente) – ligados por um fluxo (unidirecional) de agentes patogênicos dos animais para os seres humanos. Com este modelo, “[...] uma pequena parte permite-nos apreender o imenso todo” (LATOURE, 1996) e, nesta pequena parte, o animal e a sua própria saúde têm apenas um pequeno lugar.

⁸ FIGUIÉ, Muriel. “La gouvernance de la santé animale: entre biosécurité et bien public mondial”, art. cit.; BINGHAM, Nick; ENTICOTT, Gareth et HINCHLIFFE, Steve. “Biosecurity: Spaces, practices, and boundaries”. *Environment and Planning A*, v. 40, p. 1.528-1.533, 2008; HINCHLIFFE, Steve; ALLEN, John; LAVAU, Stéphanie; BINGHAM, Nick et CARTER, Simon. “Biosecurity and the topologies of infected life: From borderlines to borderlands”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 38, n. 4, p. 531-543, 2013.

Conclusão: repensar o lugar dos animais

As doenças emergentes contribuíram para o aparecimento do conceito mais ou menos novo de One Health. Este conceito convida-nos a pensar na saúde dos seres humanos, dos animais e do ambiente em conjunto, tanto na investigação como na ação pública.

Mas a saúde animal é um conceito vago, raramente definido (FIGUIÉ, 2006), que deriva o seu significado do contexto em que é enunciado e o seu conteúdo concreto da sua aplicação prática. No contexto da saúde veterinária mundial, a saúde animal está ao serviço dos seres humanos. É a “saúde através dos animais”. Adotar o conceito de OH e pô-lo em prática, através de medidas de biossegurança, reforça a natureza antropocêntrica da saúde animal, em vez de a pôr em causa.

Mas a incorporação da ambição de “saúde para os animais” no projeto One Health só pode ser feita explicitando o que as nossas sociedades querem para os animais e, portanto, como querem viver com eles.

A definição de saúde pública veterinária adotada pelas organizações internacionais acima referidas é a proposta em 1997 pela Academia Veterinária de França. Durante a crise da Covid-19, a Academia reviu a sua definição para incluir a saúde dos ecossistemas e o bem-estar dos animais⁹. Mais ambiciosamente, consolidou-se um movimento de pensamento ecológico que vê a crise como a expressão de uma ruptura entre as sociedades humanas e a natureza e os seres vivos (TRUONG, 2020). Segundo Vinciane Despret (2020), é preciso parar de “declarar guerra à vida” e, em vez disso, forjar novas alianças. Por conseguinte, temos de deixar de construir um cordão (sanitário) cada vez mais impenetrável entre nós e os animais. Temos também de renunciar a uma vigilância generalizada e aceitar aquilo a que Virginie Maris chama “o lado selvagem do mundo” (MARIS, 2018). Este é um projeto estimulante, que nos obriga a considerar a complexidade dos seres vivos, a fim de nos reconectarmos com o animal como um ser sensível, no projeto coletivo de saúde.

⁹ Disponível em: <https://academie-veterinaire-defrance.org/communiqués-de-presse/communique-de-presse-2021-08-lacademie-veterinaire-de-france-revisite-la-definition-de-la-sante-publique-veterinaire>.

Referências

- BAÏCHI, Laetitia. Histoires et relations d'éleveurs français avec leurs vaches laitières. In: POULAIN, Jean Pierre (dir.). *L'Homme, le mangeur, l'animal. Qui nourrit l'autre?* Paris: Observatoire Cidil des habitudes alimentaires, 2007. p. 207-220.
- BARRETT, Ronald; KUZAWA, Christopher W.; MCDADE, Thomas W.; GEORGE, J. Armelagos. Emerging and re-emerging infectious diseases: The third epidemiological transition. *Annual Review of Anthropology*, v. 27, p. 247-271, 1998.
- BARROUX, Gilles. La santé des animaux et l'émergence d'une médecine vétérinaire au xviiiè siècle. *Revue d'histoire des sciences*, v. 64, n. 2, p. 349-376, 2011.
- BODSON, Liliane. L'histoire des animaux. In: CYRULNIK, Boris. *Si les lions pouvaient parler*. Essais sur la condition animale. Paris: Gallimard, 1998. p. 230-255.
- BONNEUIL, Christophe. L'Anthropocène, mutation des rapports avec le vivant», communication au colloque. *L'animal à l'Anthropocène*, 10 et 11 décembre 2020, musée de l'Homme, Paris.
- CASSIDY, Angela. Humans, other animals and 'One Health' in the early Twenty-first century. In: WOODS, Abigail; BRESALIER, Michael; CASSIDY, Angela; DENTINGER, Rachel M. Mason (éd.). *Animals and the Shaping of Modern Medicine*. One Health and its Histories. New York: Palgrave MacMillan, 2018.
- DESPRET, Vinciane. "Ne déclarons pas la guerre au vivant"», deuxième volet de Penseurs du nouveau monde, une série de six entretiens parus dans le journal *Le Monde* [en ligne, réservé aux abonnés], 3 ago. 2020. Disponible em: https://www.lemonde.fr/series-d-ete/article/2020/08/03/vinciane-despret-nedeclarons-pas-la-guerre-au-vivant_6048043_3451060.html.
- CHIEN, Yu-Ju. How did international agencies perceive the avian influenza problem? The adoption and manufacture of the "One World, One Health" framework». *Sociology of Health & The Illness*, v. 35, n. 2, p. 213-226, 2012.
- DIGARD, Jean-Pierre. *L'Homme et les animaux domestiques*. Anthropologie d'une passion. Paris: Fayard, 1989. p. 325.
- DELORT, Robert. *Les animaux ont une histoire*. Paris: Seuil, 1984. p. 389.
- FIGUIÉ, Muriel. Global health risks and cosmopolitisation: From emergence to interference. *Sociology of Health & Illness*, v. 35, n. 2, p. 227-240, 2013.
- FIGUIÉ, Muriel. La gouvernance de la santé animale: entre biosécurité et bien public mondial. *Natures Sciences Sociétés*, v. 29, n. 3, p. 274-287, 2021.
- FIGUIÉ, Muriel. La gouvernance de la santé animale..., art. cit.; Stefan Gunnarsson, The conceptualisation of health and disease in veterinary medicine. *Acta Veterinaria Scandinavica*, v. 48, n. 1, p. 20-26, 2006.

FIGUIÉ, Muriel; PEYRE, Marie-Isabelle. Le concept “Une seule santé”: une réponse à l’incertitude dans la gouvernance internationale des zoonoses émergentes? *Revue d’élevage et de médecine vétérinaire des pays tropicaux*, v. 66, n. 2, p. 41-46, 2013.

GARINE-WICHATITSKY, Michel de *et al.* “Health in” and “Health of” social-ecological systems: A practical framework for the management of healthy and resilient agricultural and natural ecosystems. *Frontiers in Public Health* [en ligne], 28 janvier 2021. Disponible em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2020.616328/full>.

JARED DIAMOND, Guns. *Germs and Steel: The Fates of Human Societies*. New York/Londres: W. W. Norton & Co, 1997.

JEAN-FRANÇOIS, Silvain; GOFFAUX, Robin; SOUBELET, Hélène. *Mobilisation de la Fondation pour la recherche sur la biodiversité par les pouvoirs publics français sur les liens entre Covid-19 et biodiversité*, Paris, FRB, 2020, téléchargeable sur le site de la FRB: <https://www.fondationbiodiversite.fr/mobilisation-de-la-frb-par-les-pouvoirs-publics-francais-sur-les-liens-entre-covid-19-et-biodiversite/>.

JONES, Kate E. *et al.* Global trends in emerging infectious diseases. *Nature*, n. 451, p. 990-993, 2008.

KECK, Frédéric. Introduction. Anthropologie sociale et maladies animales, *Cahier d’anthropologie sociale*, n. 8, p. 11-24, 2012.

KECK, Frédéric. *Les Sentinelles des pandémies*. Chasseurs de virus et observateurs d’oiseaux aux frontières de la Chine. Bruxelles: Zones sensibles, 2020.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. Le contrat domestique. *Le Courrier de l’Environnement de l’INRA*, n. 30, p. 5-17, 1997.

LATOURE, Bruno. *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris: Seuil, 1996.

LEDERBERG, Joshua; SHOPE, Robert E.; OAKS, Stanley C. Jr. *Institute of Medicine (US), Committee on Emerging Microbial Threats to Health, Emerging Infections: Microbial Threats to Health in the United States*. Washington DC: National Academy Press, 1992.

MARIS, Virginie. *La Part sauvage du monde*. Paris: Seuil, 2018.

MCNEIL, William H. *Plagues and Peoples*. New York: Doubleday, 1976

MICHALON, Jérôme. «One Health au prisme des sciences sociales: quelques pistes de lecture». *Bulletin de l’Académie Vétérinaire de France*, n. 172, p. 1-5, 2019.

MORAND, Serge; FIGUIÉ, Muriel. Émergence de maladies infectieuses: risques et enjeux de société. *Quæ, Versailles*, p. 136, 2016.

MORAND, Serge; PIPIEN, Gilles. *Notre santé et la biodiversité: tous ensemble pour préserver le vivant*, préface de Hubert Reeves et Pierre Soulet. Paris: Buchet-Chastel, 2013.

MORSE, Stephen. Factors in the emergence of infectious diseases. *Emerg Infect Dis.*, v. 1, n. 1, p. 7-15, 1995.

PORCHER, Jocelyne. *Vivre avec les animaux, une utopie pour le xxie siècle*. Paris: La Découverte, 2014.

SILVAIN, Jean-François; GOFFAUX, Robin; SOUBELET, Hélène. *Mobilisation de la Fondation pour la recherche sur la biodiversité par les pouvoirs publics français sur les liens entre Covid-19 et biodiversité*», art. cit.

TOMA, Bernard. Les sentinelles en épidémiologie, communication aux journées AEEMA-AESA. Les animaux sentinelles. *Épidémiologie et santé animale*, n. 56, p. 5-14, 4 juin 2009.

TRUONG, Nicolas. Le tournant écopolitique de la pensée française», premier volet de Penseurs du nouveau monde, une série de six entretiens parus dans le journal *Le Monde* [en ligne, réservé aux abonnés], 2 ago. 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/08/02/le-tournant-ecopolitique-de-la-pensee-francaise_6047969_3232.html.

VAN HERTEN, Joost; BERNICE, Bovenkerk; VERWEIJ, Marcel. One Health as a moral dilemma: Towards a socially responsible zoonotic disease control. *Zoonoses and Public Health*, v. 66, n. 1, p. 26-34, 2019.

“#filhodequatropatas: uma perspectiva sociológica sobre a família multiespécie”

Júlia Rapôso Gomes de Souza

Isaura Wayhs Ferrari

Introdução

Pensar a categoria “família” por meio de sua definição etimológica não é suficiente para abarcar toda a complexidade e amplitude do termo, considerando sua constante transformação ao longo da história. Portanto, defini-la como uma categoria estática e fechada é uma tarefa que tende ao insucesso. A discussão sobre família tem sido o foco de diversas áreas do conhecimento, como o Direito, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, nas quais se faz necessário um olhar constante e atento aos “imponderáveis da vida cotidiana”. É justamente nesse espaço fluido que as mais diferentes configurações familiares existem, se complexificam, são significadas e acabam se tornando um rico e frutífero objeto de análise. No caso da família multiespécie, que recentemente vem sendo reconhecida como uma configuração familiar possível, a problemática é correspondente.

No meio jurídico, as discussões sobre família e suas transformações são essenciais para abordar o tema, pois o lugar do Direito como uma área que formaliza e tem um papel importante nos processos de legislação lhe confere um certo privilégio dentro dessa problemática. O Código Civil de 20021 juntamente com a Constituição Federal de 1982, conhecida como a “Constituição Cidadã”, são marcos de reconhecimento a outras configurações de família formadas, seja por relações consanguíneas, seja por atos jurídicos, ou, ainda, pelo afeto (WITTER, 2016). Isso não quer dizer que, entretanto, outras configurações tenham sido percebidas também de tal maneira. Contudo, esse processo foi um precedente importante para o estabelecimento de algumas condições; condições essas que possibilitaram a emergência de parâmetros que passaram a definir configurações familiares, tais como a família homoafetiva, família anaparental, pluriparental e, inclusive, a multiespécie.

Pereira (2002, p. 226-227) apresenta muito bem o cerne dessa transformação: “A partir do momento em que a família deixou de ser o núcleo econômico e de reprodução para ser o espaço do afeto e do amor, surgiram novas e várias representações sociais para ela”. Desse modo, emerge um terreno fértil para a existência e compreensão da família multiespécie. O afeto proporcionou o deslocamento de um ser de outra espécie, como objeto de estimação, para o lugar de membro da família. Em princípio, esse deslocamento pode parecer trivial, mas encerra em si muito mais do que as aparências sugerem, pois qualquer aceitação acrítica sobre o lugar do animal de estimação em relação à família, como algo natural ou indiscutível, torna-se uma problemática quando se propõe discutir a configuração multiespécie.

Segundo Faraco (2008), sabe-se que a relação interespécie é antiga e caminhou paralelamente ao processo civilizatório humano, no compartilhar de diversas experiências, seja numa relação de companhia, de adoração, de segurança, de uso no exercício de um trabalho, etc. Entretanto, seu reconhecimento no meio acadêmico é recente, datado entre as décadas de 1970-1980. Somente em 2008 que, pela primeira vez, o termo “família multiespécie” foi utilizado em uma pesquisa brasileira, sendo Faraco e Seminotti os responsáveis (WITTER, 2016, p. 31): “um grupo familiar composto por pessoas e outros animais, no qual ocorre a legitimação e reconhecimento desse animal de estimação como membro da família”. A autora ainda acrescenta que “A família multiespécie, de forma análoga ao que denominamos como grupo multiespécie, é o grupo familiar que reconhece ter como seus membros os humanos e os animais de estimação em convivência respeitosa” (FARACO, 2008, p. 37). Mais recentemente, diversas pesquisas trabalham e procuram entender as mudanças na posição ocupada pelo animal de estimação no contexto familiar (KNEBEL, 2012; FARACO, 2008; PASTORI; MATOS, 2015; GAZZANA; SCHMIDT, 2015; CARVALHO; PESSANHA, 2013; CHARLES, 2014; VIEIRA; CARDIN, 2017). Grande parte desses estudos apontam a regularidade com que hoje as pessoas se referem aos seus animais como familiares, desenvolvem um alto nível de apego e cuidado, concedem os espaços íntimos antes proibidos e envolvem o animal nos rituais familiares.

Em 2019, o Instituto Pet Brasil divulgou dados atualizados sobre a população de animais de estimação em todo território nacional: em 2018, foram contabilizados no país 54,2 milhões de cães; 39,8 milhões de aves; 23,9 milhões de gatos; 19,1 milhões de peixes; e 2,3 milhões de répteis e

pequenos mamíferos. A estimativa total chega a 139,3 milhões de animais de estimação. Em 2013, a população pet no Brasil era de cerca de 132 milhões de animais, últimos dados disponíveis quando a consulta foi feita pelo IBGE (IPB, 2019). Com dados expressivos como esses, fica nítido que o Brasil vem apresentando um terreno mais que fértil para a emergência de práticas discursivas que tornam o discurso sobre família multiespécie possível. Ela se mostra, portanto, um ponto de partida para uma análise sociológica que pode trazer ricas contribuições, tanto para (re)pensar família como um conceito universal e restrito a certos absolutos quanto para trazer um olhar que nos faça identificar as condições pelas quais a relação humano/animal de estimação as fez chegar aonde está.

Nesse contexto, cabe indagar: quais os discursos definidores de família multiespécie e como eles podem ser pensados dentro do arcabouço da sociologia? Apesar dos esforços que os estudos sobre família multiespécie têm demonstrado nas últimas duas décadas no Brasil, a definição e compreensão dessa nova configuração familiar ainda está no caminho de ser formalizada e considerada em sua complexidade, inclusive nas Ciências Sociais. Embora “família” seja um conceito há muito tempo discutido por diversas áreas do conhecimento, a especificidade da relação multiespécie é recente e ainda turva. É certo que esta realidade é heterogênea e altamente mutável, ainda que existam tentativas de racionalizá-las na forma de conceitos. Nesse contexto, acabam por emergir discursos que se constituem e se legitimam na intenção de ilustrar a natureza histórica e contingente do que tradicionalmente chamamos de família.

Através dos séculos, a inserção das componentes emoção/afeto significou uma espécie de quebra de paradigma. Junto a isso, ocorre o processo de construção de um discurso que privilegia a visão do cão como animal de estimação, o que abre espaço à emergência das condições sócio-históricas para a possibilidade de existência da família multiespécie enquanto discurso. Tendo em mente esse cenário, uma análise com essa perspectiva nos permite abordar e contribuir com a discussão sociológica acerca do tema. Considerando o lugar central do cão, surge o interesse por compreender o discurso deste enquanto membro da família e sua emergência. Um exemplo a partir do qual é possível apreender algumas características e nuances dessa configuração familiar é sua tradução no meio virtual.

Redes sociais foram definidas por Boyd e Ellison (2007) como sistemas que permitem a construção de uma persona por meio de um perfil ou página pessoal. Uma das redes sociais que tem se destacado no mercado de aplica-

tivos móveis é o Instagram, que é uma rede social disponível gratuitamente para dispositivos móveis, e que permite a produção e o compartilhamento de fotografias e vídeos, além de textos em modo privado para até quinze usuários (ESPÍRITO SANTO E MENDES, 2016 p. 27).

Os perfis de cães e cadelas no Instagram têm ilustrado muito bem a sua relevância. Portanto, levando em conta a atual influência da rede social no meio virtual e a percepção da mídia enquanto espaço onde transitam estruturas simbólicas e narrativas, foi feita a escolha de perfis de cães como objeto de análise. Mas por que tomar as redes sociais como objetos e instrumentos para uma análise de discurso? Porque é difícil imaginar nosso cotidiano hoje sem as redes sociais. Inúmeras práticas, possíveis a partir do uso de determinadas tecnologias, passaram a ser cada vez mais difundidas socialmente, tornando, portanto, irresistível o olhar analítico a esse espaço.

Cães no Instagram

Encontrando-se em outra materialidade, enunciados dispostos virtualmente unem sujeitos, história, memória e atualidade num ciclo de descontinuidades e continuidades que produzem efeitos e possibilitam a emergência de novas “verdades”. Vemos o potencial da análise na rede social Instagram nesta linha. Com olhar atento, procuramos a compatibilidade entre o universo a ser problematizado, os critérios de amostragem, o problema e objetivos da pesquisa. Dentro desse desafio, buscamos também reconhecer os limites e as condições pelos quais seria possível realizar essa investigação: como compreender as características do discurso de família multiespécie, de forma mais próxima e condizente? Alguns caminhos podem ser traçados e, neste caso, o objeto de pesquisa recortado foi o de perfis de cães no Instagram.

Como um aplicativo de rede social, o Instagram proporciona o compartilhamento de fotos e vídeos com os contatos da rede de cada usuário, sendo a gestão dessa rede de “seguidores” (termo usado pelo aplicativo) de responsabilidade de cada perfil. Disponível tanto via *Web* como por aplicativo *mobile*, o Instagram permite a interação dos usuários que compartilham uma rede por meio de aplicações como “curtir” e “comentar” as postagens feitas. Na configuração de uma postagem de foto/vídeo, é possível preencher diversas informações como a localização, a marcação de pessoas, adicionar uma música e, o principal para nossa análise, uma legenda. Trata-se, basicamente, de uma descrição textual, podendo haver o uso de *hashtags*

por meio de uma palavra, um número ou uma frase, antecipada pelo uso do símbolo “#” servindo como uma outra forma de descrever a foto.

O Instagram é hoje a quarta rede social mais usada no Brasil e a quarta mais usada no mundo, com mais de um bilhão de usuários ativos (Resultados Digitais, 24/08/2021). Para a delimitação do corpus da pesquisa foi essencial levar em conta a aproximação do objeto com os conceitos presentes na problemática e na revisão de literatura. O processo de investigação e coleta se iniciou com a definição de quatro perfis de cães no Instagram que correspondem aos seguintes critérios: a) ter a definição de algum parentesco com o animal de estimação para afirmar a condição de família multiespécie; b) ser de perfis brasileiros pela necessidade de um recorte geográfico; c) ter conta pública para o acesso às postagens; e d) ter mais de 100 postagens para gerar insumos mínimos necessários para a análise. Os quatro perfis precisam ser divididos por a) de pedigree e macho; b) vira-lata e macho, c) de pedigree e fêmea; e d) vira-lata e fêmea. Esses últimos critérios foram selecionados com base na importância que as categorias “raça” e “sexo” demonstraram ter nos estudos da revisão bibliográfica ao olhar para a relação humano e animal de estimação. Ressaltamos que esses parâmetros iniciais não têm como objetivo trazer rigidez e inflexibilidade para a investigação, mas sim fornecer uma direção, partindo de um conjunto de critérios pertinentes e cuidadosamente pensados dentro do tema, processo esse fundamental para a definição da amostragem qualitativa (LIMA; SOUZA, 2020).

Para que se possa compreender como chegamos nos quatro perfis selecionados, é necessário explicar o funcionamento da ferramenta de busca do *Instagram*. Essa ferramenta funciona a partir de cinco opções de procura, porém nenhuma delas possibilita o filtro de acordo com os critérios citados acima: contas, áudio, *tags*, locais e principais (que abarca todas as outras opções). Independente da opção, todas elas requerem conhecimento prévio de um nome ou parte do nome de uma conta para a busca ocorrer, ou seja, sem essa predefinição, a busca por si só não possibilitaria encontrar os perfis. Com essa percepção, optou-se pelo seguinte caminho, procurando manter a aleatoriedade da escolha dos perfis: fazer uma procura na base de conhecimento Google como uma forma de entrar em contato com nomes de perfis que obtivessem uma rede de seguidores cães diversa. Para isso, inserimos o título “Instagram de cães do brasil” na barra de busca deste website e, a partir dos resultados que apareceram na opção de funcionalidade “Todas”, fomos clicando nas notícias da primeira página. Dessa

forma, foi possível encontrar o perfil do “vidadepug” que, por meio de uma pesquisa manual exploratória da sua rede, nos levou para perfis de cães que abarcavam os critérios preestabelecidos. Os perfis selecionados são descritos na tabela abaixo:

Tabela 1: Relação de perfis de cães e características gerais

Nome da conta	Nome do animal	Sexo	Raça	Número de postagens*	Parentesco existente
nikki_blogueirinho	Nikki	M	Vira-lata	770	Mãe, pai e bisavô
lisamaria_dog	Lisa Maria	F	Vira-lata	768	Mãe, pai, avó, sogra, namorado e melhor amiga
alecrim_thespitz	Alecrim Dourado	M	Spitz Alemão	514	Mãe, pai, prima e melhor amigo
blueheelerzoe	Zoe	F	Blue Heeler	595	Mãe, amiga e avô

Fonte: Elaboração das autoras.

*Número de postagens na data de 28/11/2021.

Após a verificação e definição desses quatro perfis, analisamos todas as postagens de cada um separadamente, procurando ler as legendas e se atentar para aquelas que mais se relacionavam com as problemáticas do tema de pesquisa. Percebemos, posteriormente, que, após uma média de 20 *posts*, havia repetição de narrativas, tornando essa quantidade representativa das tendências gerais apresentadas pelos perfis até chegar à saturação dos temas relevantes para o problema da pesquisa. Sendo assim, foram coletadas através do *software* de análise qualitativa MAXQDA Analytics Pro 2020, 20 postagens por perfil, resultando em um total de 80, compreendidas no período de 24/11/2021 a 25/11/2021. Utilizamos a funcionalidade de coleta do *software* em que é capturado o post por completo, a foto/vídeo com todas as informações que podem ser inseridas. Nesse sentido, optou-se por trabalhar com amostras de casos particulares, em que o aprofundamento sobrepõe a generalização dos resultados. A intenção não é a de construir um mapa representativo sobre a família multiespécie, a fim de produzir generalizações, mas, ao invés disso, obter reflexões mais aprofundadas, que possam acrescentar ou complementar a discussão teórica.

Adotamos duas técnicas para dois momentos diferentes: primeiramente a análise de conteúdo (BARDIN, 1997) e, posteriormente, a análise de discurso. Como guia metodológico para o tratamento descritivo das informa-

ções contidas nas legendas, utilizamos a análise de conteúdo. Nela, encontramos técnicas para procedimentos sistemáticos e objetivos de categorização do conteúdo das legendas, segundo uma análise categorial. “Esta, pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 1997, p. 36-37). Esse processo de poda do conteúdo através da categorização nos permite organizar e visualizar as principais narrativas a serem discutidas em conversa com o problema de pesquisa. É nesse momento que a análise de discurso se introduz, funcionando como um gancho para a discussão teórica/histórica. Nela, investigamos o objeto para “além da frase” e trazemos à luz as condições históricas e sociais que possibilitaram a irrupção da família multiespécie como discurso.

Dentro da tradição teórica das análises de discurso, Michel Foucault é reconhecido como uma vertente importante, entretanto sua análise enunciativa ou discursiva não se exerce exatamente na forma de uma interpretação. Ela visa descrever aquilo que é efetivamente dito, mas do ponto de vista da sua existência: visa descrever “modalidades de existência”, definir um conjunto de “condições de existência”. Dessa forma, dentre todas as questões colocadas por ele “o que é que tornou possível dizer isso?”, é a pergunta que está na base. Ao se distanciar dos discursos oficiais “legitimados”, a análise de discurso foucaultiana vai ao encontro do nosso objeto e problema, interessando-se pelas formulações do cotidiano, do “ordinário” familiar. Encontrar, a partir de um olhar histórico e contextual, as regras “anônimas” que definem as regularidades em meio a essa dispersão de acontecimentos discursivos sobre a família multiespécie é o intuito de nossa análise. Dessa forma, olhamos para as categorias e seus sentidos a partir dessa perspectiva, procurando destrinchar o discurso de família multiespécie existente nelas.

Em meio às transformações, uma nova configuração: a família multiespécie

Humano e animal de estimação: fronteiras ultrapassadas?

Entre a luta constante do humano pelos recursos da terra e, assim, pelo domínio sobre o mundo da natureza, emergiram e se fortaleceram narrativas de sensibilização e afinidade pelas outras espécies com quem se dividia a existência, chegando até a enfraquecer convicções de que o huma-

no era um ser único. Esses processos só estavam iniciando uma modificação muito maior do que se imaginava entre essas relações (THOMAS, 2010). “Por volta do final do século XVIII, o argumento de que os animais foram feitos somente para o uso do homem ainda era formulado, mas já não conseguia assentimento geral. Muito em breve, ele desapareceria quase por completo” (THOMAS, 2010, p. 421). Apesar do salto temporal entre o período descrito e os dias de hoje, é possível observar diversas tensões que ainda permeiam, com variações significativas, o tratamento e/ou utilidade apresentada na relação humano e animal de estimação. “Animais ‘de companhia’, na terminologia francesa, constituíam-se em companheiros na jornada de trabalho e possuíam um valor utilitário especialmente no que diz respeito ao uso como força de trabalho.” (PASTORI; MATOS, 2015, p. 116). Já o animal “de estimação” seria aquele que recebe nome pessoal e individualizado, não se tornará comida em algum momento e tem livre acesso aos espaços da residência (THOMAS, 2010). Apresenta-se, através dessa definição, o estreito laço que emergiu nessa relação, adentrando com maior facilidade o ambiente familiar.

Nesse meio tempo, é indispensável ressaltar o impacto que o processo de transição demográfica no Brasil teve no papel exercido pelo animal de estimação no contexto familiar. Carvalho e Pessanha (2013) apontam que os padrões populacionais brasileiros se modificam com grande rapidez e pôde ser observada uma tendência de fatores como a redução da mortalidade, da fecundidade, o aumento da longevidade e a emergência de novos arranjos familiares com a diminuição do número de membros na família como casais sem filhos e arranjos monoparentais. Nesse cenário, as tensões começam a eclodir; são colocadas diversas visões tanto positivas como problematizadoras a respeito dessa nova configuração familiar.

Para alguns, ter um cão em casa pode envolver grande valor, como ter uma companhia capaz de amar incondicionalmente, capaz de ajudar pessoas a superarem doenças físicas e psicológicas e, até mesmo, capaz de “substituir” um membro familiar que se foi ou nunca existiu. Por outro lado, é questionado o próprio processo de domesticação que levou esses seres a ficarem “à mercê” dos cuidados humanos; eles tiveram escolha nesse processo? Eles têm capacidade de escolher se querem fazer parte de tal família? Será que eles querem ter um nome pessoal, usar roupas e comemorar aniversário? O processo de domesticação aprimorou ou degradou as condições de vida desse ser (THOMAS, 2010)? Dentro dessas problematizações, até o amor

incondicional é colocado em questão: será que, se os animais de estimação pudessem fornecer um feedback com o propósito de melhoria da relação com o humano, ele teria a mesma percepção de amor incondicional?

É fundamental, para um olhar mais efetivo do tema, não considerar apenas as alterações de sensibilidade e inserção dos animais de estimação num convívio cada vez mais íntimo, mas, também, apontar os conflitos que emergem desse discurso de família multiespécie. Onde anteriormente predominavam as práticas discursivas de zoofilização, o século XX parece estabelecer as práticas inversas, de antropomorfização. Os limites entre a animalidade e a humanidade se mantêm enquanto questões centrais. Nesse sentido, pensar as interações entre humanos e animais de estimação como relações de interdependência pode iluminar nossa compreensão. Norbert Elias procura compreender o conceito de sociedade, justamente através das inter-relações e interdependências, vendo-a, desse modo, como uma rede de relações, como um todo relacional; ou seja, o social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes.

O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são o que os ligam uns aos outros. Elas são o núcleo do que é aqui designado como figuração, como figuração dos homens dependentes uns em relação aos outros. Como os homens são – inicialmente por natureza, e então mediante o aprendizado social, mediante educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente – mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que se pode falar assim, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. Esta é a razão pela qual, como já foi dito, não é muito proveitoso se compreender como imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem dos homens uma imagem de vários homens interdependentes que formam figurações entre si, portanto grupos ou sociedades de tipo variado. A partir desse fundamento desaparece a discrepância das imagens tradicionais de homens (ELIAS, 1994. p. 67-68).

A interdependência dos indivíduos na teia social, como uma cadeia ininterrupta de ações que associam os indivíduos em uma trama complexa de relações, é o ponto central da discussão proposta por Elias, levando sempre em conta que é esse conjunto de possibilidades significativamente diferentes de ligações que conferem uma flexibilidade às relações sociais. Ou seja, quanto mais diferenciada a sociedade, maior o adensamento das interdependências. É nessa proposta que encontramos abertura para o estudo da relação entre humanos e animais de estimação, no sentido de ampliar as conexões analíticas entre as relações interespecíficas e os demais fenômenos sociais, propondo o enfoque nas relações de interdependência aí contidas.

Outro caminho oferecido por Elias que tem um alto potencial de problematização diz respeito ao processo de atribuição de individualidade, no nosso caso, em relação aos animais. Em sua obra *A sociedade dos indivíduos* (ELIAS, 1994b), o autor observa como os conceitos atuais ligados ao substantivo “indivíduo” são recentes, e que foi no contexto do século XVII que o delineamento da concepção de indivíduo como exclusividade da espécie humana começou a se construir, como consequência da necessidade por singularidade em relação ao todo (GAEDTKE, 2017).

No decorrer da obra, o autor explicita e caracteriza o processo de individualização, levando-nos a reflexões de como esse processo possivelmente foi incluindo não só os humanos, mas também os animais de estimação. Ele aponta que um recém-nascido não vai além de um “esboço preliminar de uma pessoa”, como uma criança, que, independente da diferenciação de sua constituição natural, só se desenvolve como um ser mais complexo, um ser “humano adulto”, na relação em sociedade. Somente nessa relação que suas funções mentais serão moldadas; seu caráter, sua fala articulada e nome de indivíduo se constituirão.

Portanto, dependendo da sociedade em que esse “esboço” nasce, o processo de individualização pode formá-lo de maneiras diversas. A natureza das relações nas quais ele nasce cristalizarão, ao longo do tempo, suas características maleáveis, proporcionando um leque amplo de possíveis individualidades. Longe dessa estrutura de grupo, ele pode se tornar, no máximo, uma espécie de “animal humano semisselvagem”. Elias apresenta esse processo não só como possível, mas como necessário para uma criança humana, enfatizando, em certos momentos, como os animais não teriam a maleabilidade mental/psicológica fundamental para passarem pelo processo. É nesse ponto que o questionamento surge: teria a relação humano e animal de estimação ultrapassado essa fronteira? Podemos observar hoje uma espécie de processo de individualização envolvendo esses animais, no qual a fala, o nome, a personalidade, as crenças e os desejos são possíveis?

A família multiespécie: um discurso em emergência

Representação particulares da relação multiespécie: uma análise sociológica

Partindo do arsenal teórico e das reflexões levantadas, olhamos para o objeto de análise procurando reconhecer nos enunciados características do discurso do cão como membro da família. Assim como nos perfis de

humanos no Instagram, o de cães se caracteriza pela construção de um perfil identitário, no qual a maioria apresenta a rotina pessoal e familiar no compartilhar do seu cotidiano. Portanto, a investigação envolveu 4 perfis de cães no Instagram e um total de 80 postagens com conteúdos textuais foi analisado e organizado nas seguintes categorias e subcategorias:

Tabela 2: Lista de Códigos

Traços de personalidade
Espiritualidade
Senso de Humor
Consciência Social/Histórica
Desejos
Crenças
Fala Articulada
Emoções
Família
Relações de parentesco
Avô
Sogra
Avó
Bisavô
Primos
Pai
Mãe
Reafirmação do caráter familiar
Infantilização
“Vida de cão”
Relacionamento romântico
Nomenclatura Humana no trato com o animal
Marcadores de raça
Defesa da adoção

Signos Humanos
Comida
Local da casa
Roupas/Acessórios
Rituais
Primeiro mergulho
Páscoa
Dia da Independência
Dia de Ação de Graças
Dia das Crianças
Primeiro dia na Escola
Aniversário de Namoro
Dia das Mães
Dia dos Namorados
Halloween
Carnaval
Festa de São João
Natal
Dia dos Pais
Aniversário

Fonte: Elaboração das autoras.

Por meio do software MAXQDA, foi possível realizar a análise de conteúdo que nos levou até essa categorização das legendas, referenciando o sentido dos elementos codificados da seguinte maneira: (1) “traços de individualidade/personalidade”: categoria composta por elementos dos enunciados que constituem a “individualidade do cão”, representados nas subcategorias espiritualidade, senso de humor, consciência social/histórica, desejos, crenças, fala articulada e emoções; (2) “Família”: categoria composta pelas citações ou reafirmações do caráter familiar/parental nos enunciados, representada nas subcategorias relação de parentesco (no caso de relações que não são diretamente familiares, como madrinha), avô, sogra,

avó, bisavô, primos(as), pai, mãe e reafirmação do caráter familiar; (3) “Infantilização”: categoria composta por enunciados que mantêm a narrativa do cão como dependente e/ou infantil, independente dos seus anos de vida; (4) “Vida de cão”: categoria composta pelos enunciados que retratam uma suposta rotina do que envolve o cotidiano de um cão, como subcategoria para um caso específico e significativo temos o relacionamento romântico; (5) “Nomenclatura Humana no trato com o animal”: categoria composta pelos enunciados em que se foi articulada uma nomenclatura, a princípio unicamente usada para humanos em um contexto humano, para os cães (como “bebê”); (6) “Marcadores de Raça”: categoria composta por enunciados que citam a raça definida ou não (no caso do vira-lata) dos cães; como subcategoria para casos específicos temos a defesa da adoção; (7) “Signos Humanos”: categoria composta por enunciados que articulam signos, a princípio unicamente humanos em contextos humano, para os cães, representada pelas subcategorias comida, local da casa e roupas/acessórios; por último a categoria (8) “Rituais”: composta por enunciados que retratam a participação dos cães em rituais humanos, representada pelas subcategorias primeiro mergulho, Páscoa, Dia da Independência, Dia de ação de Graças, Dia das Crianças, primeiro dia na Escola, aniversário de Namoro, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Halloween, Carnaval, Festa de São João, Natal, Dia dos Pais e aniversário. Algumas das especificidades mais marcantes foram encontradas no processo de categorização, tornando desafiador definir certos códigos, como foi o caso da categoria “Vida de cão” e a subcategoria “Fala Articulada”.

Por se tratar de perfis identitários, é possível pensar que todo o conteúdo ali encontrado diz respeito a uma “vida de cão”, porém, nessa categoria, buscamos incluir apenas conteúdos que retratavam uma rotina do dia a dia de um cão, semelhante à ideia de rotina humana, com vivências e tomadas de decisão não esperadas de um animal de estimação. Já na subcategoria “fala articulada”, é preciso esclarecer: todos os conteúdos tratam de supostas falas que esses cães apresentam através das legendas para se comunicar com sua rede de seguidores, no entanto codificamos como fala articulada somente os casos em que encontramos uma comunicação complexificada, articulando pergunta, sotaques, etc. Por fim, é necessário ressaltar que são os humanos, provavelmente os “pais” dos cães, que criam o perfil desses animais no Instagram, escrevem as legendas de acordo com suas escolhas e compartilham as postagens como se fossem os próprios animais.

Os cães, sem essa possibilidade, não têm escolha ou como demonstrar o seu consenso a respeito dessa exposição.

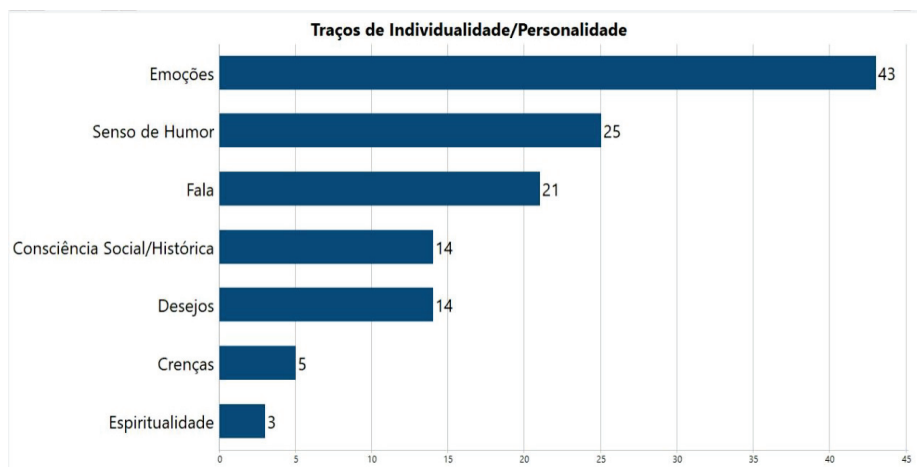
A construção do indivíduo: membro da família

“Eu to neivoso, hozi chegou visita e a mamãin falou: não reapala a bagunça viu, é que o Niki vai bagunçando tudo. Eu assei um abissudo issai, é que a visita num abliu os amálios... enfim a hipoclisia. Zezuis!” (nikki_blogueirinho, 29/09/2021). Falas como essa do Niki exemplificam uma prática categorizada 64 vezes no decorrer das 80 postagens: o processo de individuação desses cães a partir da apresentação de traços de individualidade/personalidade. O “Niki vai bagunçando tudo”, caracterizando-o como um indivíduo bagunceiro, o “neivozo” e o “assei um abissudo” como uma demonstração de emoções bem definidas e complexas, o “enfim a hipoclisia” e “Zezuis” como uma demonstração de senso de humor sarcástico através de expressões conhecidas e a fala articulada através da citação da pergunta de sua “mamãin” junto com os maneirismos nos erros ortográficos, como se fosse uma criança falando. Os correspondentes escreveram sobre seus animais não apenas como indivíduos, mas também como tendo personalidades diferentes e únicas. A partir desse enunciado, já é possível começar a entender como o Niki é apresentado enquanto indivíduo: bagunceiro, engraçadinho, nervoso e infantil.

Em um enunciado, dessa vez do Alecrim, é possível encontrar, além dos traços exemplificados anteriormente, outros novos: “Olha a gente em casa enquanto a vacina não chega! É galera...o Carnaval passou, mas a vontade não. Então só nos resta esperar e fazer a nossa parte para que 2022 seja um ano com mais saúde e mais festas” (alecrim_thespitz, 07/03/2021). Na expressão “enquanto a vacina não chega” e a denotada preocupação com o isolamento, temos uma demonstração de consciência social, um desejo unido com um senso de humor é apresentado em “o Carnaval passou, mas a vontade não” e, finalizando, ele deseja, junto com uma consciência social, mais uma vez, que cada um faça sua parte: “para que 2022 seja um ano com mais saúde e mais festas”.

Na investigação, as codificações que emergiram ao observar a construção da individualidade de cada cão apontaram para a fala articulada, emoções, desejos, senso de humor, consciência social/histórica, crenças e espiritualidade. Observando o gráfico de barras a seguir, é possível ver o número de ocorrência de cada subcategoria dentro do conteúdo analisado:

Figura 2: Número de ocorrência das subcategorias dos Traços de Individualidade/Personalidade



Fonte: Elaboração das autoras.

É notável na configuração estudada o movimento que possibilita que o processo de individualização não se limite aos humanos, processo esse que de fato institui nome próprio, fala articulada, personalidade, consciência e sentimentos complexos para animais de estimação. Nos fazendo revisitar os impedimentos colocados por Elías (1994b) a respeito desse processo, por que será que o fato de não terem as capacidades psicomentais tão maleáveis como as humanas não está mais impedindo os animais de estimação de serem construídos como indivíduos com personalidade própria no contexto social estudado? A diferença para o processo entre humanos e animais não humanos, tão enfatizada pelo autor, é colocada em prova com a emergência dessa configuração familiar. Dentro dela, o cão é apresentado como um indivíduo único com pensamentos próprios que agrega para essa configuração, assim como a configuração agrega para o desenvolvimento dele como indivíduo.

A codificação com foco nas emoções e no campo do afetivo obteve uma das mais altas ocorrências na análise, de 43 vezes. Frases como “eu adolo uma zanela” (nikki_blogueirinho, 10/05/2021), “ela me ama (ama) incondicionalmente” (blueheelerzoe, 12/05/2019) e “que cuida de mim e da mamãe e nos faz felizes todos os dias” (alecrim_thespitz, 11/08/2019) são exemplos comuns dessa ocorrência, chamando atenção para como o componente amor/afeto está efetivamente nas raízes dessa configuração

multiespécie. A maior liberdade de escolha, o repensar de certos papéis e, principalmente, o afeto como chave para a construção familiar foram questões geradas pelo apanhado sócio-histórico da sociologia da família que se mostra, de fato, relevante. A preponderância com que esse indivíduo é construído por meio das emoções e do afeto parece estar intimamente relacionado com o seu lugar na família.

A categoria “Vida de cão” acrescenta alguns elementos interessantes nesse processo de individuação, ao sugerir que o cão teria uma rotina ligada aos seus gostos pessoais, seus deveres, sua condição de existência e até mesmo a suas relações não familiares. Situações como ter de ir para a escolinha (lisamaria_dog, 06/07/2020), encontrar os amigos (alecrim_thespitz, 21/04/2021), ir almoçar com as mães de cães (lisamaria_dog, 04/11/2018) são exemplos das práticas que compõem a “vida de um cão”, porém, uma chamou atenção em específico: na vida de um cão também há possibilidade de um relacionamento amoroso. “Hoje é aniversário do namô!! O melhor parceiro de todas as horas! O cara que eu mais admiro ♥ Namô, você enche nossos corações de alegria!! Obrigada por existir! Desejo mais mil anos pra comemorar!! Feliz aniversário!!!!” (lisamaria_dog, 16/02/2021) Nesse enunciado, além de estar comemorando um aniversário, Lisa Maria faz uma declaração para o seu “namorado”, cheia de emoções e desejos. Ela, como indivíduo, teria um suposto relacionamento, assim como uma humana, para além do núcleo familiar.

Em paralelo a como as origens socioculturais constroem e falam sobre a história de um indivíduo humano, assim o marcador de raça se mostrou para o indivíduo cão. Em todos os quatro perfis, a raça, definida ou não, foi evidenciada. No perfil do Alecrim, sua própria conta apresenta a raça, Spitz alemão. No nome e em praticamente todas as legendas, seu marcador de raça era declarado nas hashtags. No perfil da Zoe, assim como no do Alecrim, a raça blue Heeler está evidenciada no nome da conta; foi encontrada uma postagem dedicada só a explicar sobre sua raça (blueheelerzoe, 17/07/2018). Já no perfil da Lisa Maria e do Niki, o fato de serem vira-latas não consta no nome de suas contas e poucas vezes foi apresentado o marcador “sem raça definida” (SRD) ou “vira-lata”, porém um diferencial perceptível foi que, no perfil deles o tema adoção apareceu, e sua defesa estava presente. Em nenhum momento no perfil da Zoe e do Alecrim é citado que eles foram comprados com o mesmo orgulho que a adoção aparece no perfil da Lisa Maria e Niki.

A oclusão ou não do processo pelo qual o animal chegou até a família mostra-se bem dividido pelo marcador de raça, havendo um orgulho em evidenciar a raça daqueles que a têm definida, mas não se fala da compra desse membro da família. Por outro lado, com os vira-latas, a questão de não ter uma raça definida não é evidenciado, mas o fato de terem chegado na família pela adoção é colocado como fato significativo e honroso. Essa perspectiva parece agregar na formação de “indivíduos” que carregam características de sua raça definida, como no caso do Alecrim e da Zoe, e, no caso do Niki e da Lisa Maria, agrega para a geração de “indivíduos” que possuem consciência e orgulho da adoção. A aparente necessidade que os humanos demonstraram em ver e apresentar seus cães como indivíduos únicos e conscientes pode ser, de certa forma, lida como uma intenção de demonstrar a importância e profundidade que esse animal tem em suas vidas.

Porém, até que ponto esse “indivíduo cão” não é apenas um reflexo de suas individualidades, desejos e imagem? Mesmo envolvendo um grande afeto, não se considerou que esses cães não escolheram ter um perfil ou muito menos falar tudo que é exposto, quanto mais ser tal indivíduo único e complexo de acordo com nossos signos e nomenclaturas. Até que ponto as fronteiras entre humano e animal de estimação foram ultrapassadas, mas não superadas? Para serem valorados e considerados membros da família, tiveram de performar indivíduos humanizados, um movimento de minorar o que seria animal, selvagem, inferior. Põe-se no lugar aquilo que seria humano, civilizado e superior, ainda que haja possibilidade de que esse exercício aconteça de forma inconsciente nesse processo. A discussão acerca da animalidade/humanidade de Ingold (1994) se mostra, mais do que nunca, necessária: até que ponto o conceito de humanidade estaria se diluindo quando olhamos para esses “indivíduos”? Ou estaria se reformulando?

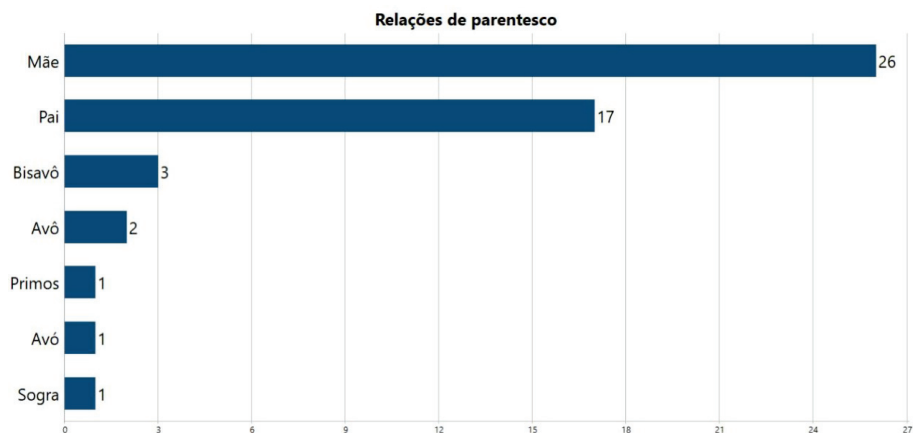
A configuração da família

Ao analisar os quatro perfis de cães, foi notável como em nenhum se tentou esconder ou amenizar a condição deles como membros da família, muito menos se apresentou qualquer espaço para questionamento disso. Foram encontrados, na verdade, muito orgulho, afirmação e até mesmo reafirmação do caráter familiar nessa condição. Enunciados como os seguintes exemplificam bem esse caso: “Papai pet vale sim!” (alecrim_thespitz, 11/08/2019); “A mamãe que eu escolhi, me adotou!” (lisamaria_dog, 14/06/2016); “Hoje é Dia dos Pais, e já que pets também têm pais humanos...

a minha homenagem não poderia ficar de fora” (alecrim_thespitz, 09/08/2020); “E eu sou muito grata por ter uma família que me ama” (bluecheelerzoe, 05/12/2018); e “Eu e minha família, mamãin, papaizineo, o Bisa, até a Cloclo” (nikki_blogueirinho, 20/10/2020). No contexto deles, expressou-se mais do que óbvio que, sim, eles fazem parte de uma família e não existem barreiras ou diferenças que impeçam essa relação de existir.

No decorrer da análise, percebeu-se como as relações de parentesco articuladas em volta dos cães eram complexas, não se limitando aos pais. No gráfico de barras abaixo, é possível observar a ocorrência e quais relações foram apresentadas.

Figura 3: Número de ocorrência das subcategorias das Relações de Parentesco



Fonte: Elaboração das autoras.

Algo que logo se torna visível é que, em todos os quatro perfis, o cão era o único filho da família e nenhuma relação de parentesco envolvendo irmãos foi constatada. Essa situação conversa com bibliografias que informam a tendência de o maior número de famílias multiespécie se encontrarem em uma configuração em que não se tem filhos humanos, colocando muitas vezes o filho não humano como o responsável por preencher esse papel na família (CARVALHO; PESSANHA, 2013; CHARLES, 2014; GAZZANA; SCHMIDT, 2015). Observando esse processo de filhotização (INGOLD, 1994) dos cães nos perfis, surgiu a categoria “infantilização”. Ela partiu da percepção de uma certa ocorrência de práticas discursivas nas

quais o cão, independente do seu desenvolvimento e anos de vida, era colocado num lugar de completa dependência, uma “eterna criança”. Podemos ver nesse enunciado um exemplo disso: “Feliz #diadascrianças pra todos os animaizinhos que são as melhores crianças do universo, pra todos os tios que têm espírito de criança tmb, não deixem nunca a criança que mora em vcs morrer” (blueheelerzoe, 12/10/2018).

Aqui fica uma dúvida: que todos os animaizinhos são esses aos quais se refere? São só os de estimação a quem esse olhar humanizado alcança? Esse lugar contínuo de “bebê da família” traz a reflexão de como o cão consegue estar, ao mesmo tempo, nessa esfera do infantil, em desenvolvimento, e ser, por outro lado, visto como um indivíduo falante com personalidade única, escolhas e emoções complexas, encontradas, segundo Elias (1994b), em indivíduos adultos. Apesar da categoria gênero não ter se mostrado relevante em relação aos próprios cães, ela se sobressaiu em outro elemento: a quantidade de ocorrência com a qual “mãe” aparece em comparação às outras relações de parentesco.

Esse dado confirma o padrão encontrado na análise, em que a mãe aparece como figura central na convivência, cuidado e afeto em relação ao filho não humano. Algo tão discutido na sociologia da família como a divisão de funções por gênero no âmbito familiar parece se manter necessária nas famílias estudadas. É com destaque que mais uma vez a figura da mulher na família é limitada ao papel de mãe, suas condições biológicas, como aquela que deve se responsabilizar quase em sua totalidade pelo crescimento e cotidiano dos filhos, tornando-se uma figura mais presente no decorrer das legendas dos perfis. O afeto vem exercendo um papel fundamental para a configuração e manutenção de famílias, mesmo considerando toda a complexidade de disputas e conflitos que pode trazer consigo, sendo em sua maioria constituídas por pessoas que escolheram estar ali e têm umas pelas outras grande apreço.

No caso dos quatro perfis analisados, o amor se apresenta como cola principal das relações de parentesco multiespécie. Muitas vezes como um amor diferente do “amor humano” e, em certos casos, até melhor. Os seguintes enunciados exemplificam isso: “Feliz Dia das Mães! Esse amor é verdadeiro...o resto é amor humano! Main (mãe) te darei minha patinha e meu coração” (blueheelerzoe, 09/05/2021) e “Coração de mãe de pet sempre cabe mais um” (alecrim_thespitz, 21/04/2021). Mas o que esse “amor de cão” tem de diferente? O que poderiam estar fazendo esses pais compa-

rarem o amor nessas condições? Pastori e Matos (2015) trazem à reflexão um tema que conversa com a situação: o “amor incondicional”. Esse amor que muitas vezes os pais descrevem como sendo o oferecido pelo seu animal de estimação, um amor sem ressalvas, sem enganação, é um amor puro de total entrega. Algo que eles não encontra nas relações humanas, que são sujeitas a falhas, desacordos e traições.

Ter um animal de estimação em casa é ter a garantia de um afeto transbordante que remete os humanos a um lugar existencial mais seguro, afinal, eles oferecem uma segurança inexistente em seu mundo. Assim é que, ao mesmo tempo em que se processaria uma “humanização” dos animais de companhia, reconhece-se neles um elemento que inexistente no mundo humano, sendo por isso, principalmente, que se deseja que eles coabitem a intimidade no espaço doméstico. Esse elemento do mundo animal elegido pelos donos que têm animais de companhia é a incondicionalidade do amor, inexistente no “mundo humano”, cheio de fissuras, fraturas, mundo em que há o torto (PASTORI; MATOS, 2015, p. 118).

O questionamento sobre até que ponto esse amor é muito mais sobre o que os humanos querem e estão buscando, em que os animais se encontram dependentes e sem voz para gerar uma possível frustração, é um direcionamento importante para aprofundamento posterior. Permanece a preocupação em investigar o quanto essas pessoas de fato estão deixando de acreditar e valorizar suas relações humanas familiares em detrimento dessa “relação verdadeira” com seus animais de estimação.

Conclusão

Por fim, após discorrer detidamente sobre temáticas que envolvem a discussão sobre o lugar do cão na família multiespécie, pode-se inferir algumas questões principais. Refletiu-se, assim, se presentemente há uma fragmentação na visão de indivíduo como conceito. A partir das análises efetuadas, é notável o movimento que possibilita que o processo de individualização não se limite aos humanos, processo esse que de fato institui nome próprio, fala articulada, personalidade, consciência e pensamento complexo para os cães. Apesar de, a princípio, não ter as capacidades psicomentais maleáveis, como aponta Elias (1994b), isso não impediu que os animais de estimação fossem construídos como indivíduos com personalidade própria no contexto estudado. Nele, o cão é apresentado como um indivíduo único e parece agregar para a configuração familiar assim como a configuração agrega para o desenvolvimento dele como indivíduo.

Compreendeu-se, desse modo, que as fronteiras entre animais de estimação e seres humanos foram ultrapassadas, mas não superadas. Observou-se uma dinâmica que, para se tornarem esses indivíduos “cães”, suas características animais, “selvagens”, estariam sendo suprimidas em prol de características de indivíduos humanos, “civilizados”, imbuídas por seus tutores, ainda que de forma inconsciente. O próprio objeto da presente pesquisa é um reflexo de como essa dinâmica opera, no fato mesmo de se ter um perfil do animal de estimação numa rede social, em que é exposto esse indivíduo “cão”, único e complexo, a partir de majoritariamente signos e nomenclaturas humanas. Ao analisar mais profundamente as relações de parentesco, a categoria “mãe” tem destaque quando comparada a outras relações, de modo que se notou que um padrão já problematizado na sociologia da família parece se repetir, no qual a figura da mulher na família é limitada a um papel de mãe, em suas condições biológicas, a qual deve se responsabilizar quase que em totalidade pelo crescimento e cotidiano dos filhos, nesse caso não humanos. Percebeu-se que o afeto vem exercendo um papel fundamental para a configuração e manutenção de famílias. No caso das famílias multiespécies estudadas, ele se mostrou o ponto central das relações em questão.

Por parte dos animais de estimação, lhes é imbuído o “amor incondicional”, dito puro, de total entrega. Esse, porém, parece estar bastante ligado à relação de dependência, mutez e constância desses, podendo-se, assim, considerar os impactos na percepção das próprias relações humanas familiares, no sentido que parece se encontrar nesse “amor de cão” um afeto ideal, não sujeito a frustrações, traições e discordâncias, impossível entre humanos. Na pesquisa realizada, encontrou-se uma limitação de proximidade do objeto estudado, já que os perfis do Instagram foram o formato do objeto mais próximo que se conseguiu acessar sem ter as condições de investigar as famílias de forma mais direta. Outra insuficiência percebida é a pequena amostragem, não permitindo, a partir da análise, traçar conclusões generalizantes.

Também, mesmo percebendo a relevância da discussão, no presente trabalho, não foi possível estender as análises a fim de aprofundar a compreensão de como a inserção do animal de estimação na estrutura familiar de fato afeta a tessitura dos laços familiares humanos. Outro tema que foi levantado no trabalho e merece um olhar mais detido é a relevância que se apresentou na própria forma de organização das famílias estudadas, sendo

curioso o fato de o cão ser o filho unigênito em todas elas. Sem o intuito de buscar promover uma definição sobre o que é família, ou, ainda, o que é família multiespécie, o presente trabalho procurou investigar casos específicos e levantar possíveis problemáticas relativas ao tema, configurando, assim, um espaço de reflexão sobre as relações multiespécies, a categoria afeto no contexto familiar e a insurgência de outras possibilidades de compreensão do que é ser indivíduo.

Referências

- ABINPET – Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. *População de pets cresce 5% ao ano e Brasil é quarto no ranking mundial*. Disponível em: <http://www.2pro.com.br/site/populacao-de-pets-cresce-5-ao-ano-e-brasil-e-quarto-no-ranking-mundial/>. Acesso em: 13 out. 2020.
- ARIAS, J. Lares brasileiros já têm mais animais que crianças. *El Pais*. Publicado em 10 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/09/opinion/1433885904_043289. Acesso em: 13 out. 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA.
- BELK, Russell W. Metaphoric Relationships with Pets. Cambridge, UK. *The White Horse Press, Society and Animals*, v. 4, n. 2, 1996.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elizabeth. *The normal chaos of love*. Cambridge: Polity Press, 1990; 1995.
- BECK-GERNSHEIM, Elizabeth. *Reinventing the Family*. On Search of New Life Styles. Cambridge: Polity Press, 2002.
- BURGESS, Ernest; LOCKE, M. J.; THOMAS, M. *The family from institution to companionship*. Nova York: American Book, 1960.
- BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.
- BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. *RELVA*, Juara/MT/Brasil, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016.
- CARVALHO, R. L. S.; PESSANHA, L. D. R. Relação entre famílias, animais de estimação, afetividade e consumo: estudo realizado em bairros do Rio de Janeiro. *Sociais e Humanas, Santa Maria*, v. 26, n. 03, p. 622-637, 2013.
- COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. XVII, n. esp., p. 141-158, ago. 2014.

CHARLES, Nickie. “Animals Just Love You as You Are”: Experiencing Kinship across the Species Barrier. Downloaded from soc. sagepub.com at Texas Southern University, v. 48, n. 4, p. 715-730, dec. 1, 2014.

DELPHY, Christine. Pour un féminisme matérialiste. *L’Arc*, n. 61, p. 61-67, 1975.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Uma História dos Costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

FARACO, Ceres Berger. Interação Humano-Animal. *Ciênc. vet. tróp.*, Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p. 31-35, abr. 2008.

FARACO, C. B. *Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespecie*. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, abr. 1996.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad.: Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (Campo teórico).

FRAGOSO, Suely. *Métodos de pesquisa para internet*. Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GAEDTKE, Kênia Mara. “*Quem não tem filho caça com cão*”: Animais de estimação e as configurações sociais de cuidado e afeto. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

GAZZANA, Cristina; SCHMIDT, Beatriz. Novas configurações familiares e vínculo com animais de estimação em uma perspectiva de família multiespécie. *III Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG)*, Caxias do Sul (RS), 2015.

GEISSLER, A. C. J.; POZZATTI JUNIOR A.; DISCONZI, N. Reconhecimento dos animais de estimação como membros da família multiespécie, no ordenamento jurídico-brasileiro. In: BIASOLI, Luis Fernando; CALGARO, Cleide (org.). *Fronteiras da bioética: os reflexos éticos e socioambientais* [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: EducS, 2017. p. 13-32.

GILL, Rosalind. Justifying Injustice: Broadcasters' Accounts of Inequality in Radio. In: BURMAN, E.; PARKER, I. (eds.). *Discourse Analytic Research: Readings and Repertoires of Texts in Action*. London: Routledge, 1993.

GOODE, William. "The theoretical importance of love". *American Sociological Review*, fev. 1959.

GOODE, William. *Revolução Mundial e Padrões de Família*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. (org.). *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21-34.

INGOLD, Tim. *Humanidade e animalidade*. Trad.: Vera Pereira. Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres: Routledge, 1994.

INGOLD, Tim. O que é um animal? Trad.: Gláucia Silva e Rosane Prado. *Antropolítica Niterói*, n. 22, p. 129-150, 1º sem. 2007.

INSTITUTO PET BRASIL (IPB). *Censo Pet: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil*. Publicado em: 12.jun.2019. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>. Acesso em: 13 out. 2020.

KNEBEL, A. G. *Novas configurações familiares: é possível falar de constituição familiar desde a relação multiespécie?* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, Santa Rosa, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LIMA, Lunélia Amaral Lima; SOUZA, Flávia Mayer dos Santos. A presença de médicos no Instagram e a construção do discurso de vida saudável. *6º Seminário de Comunicação e Territorialidades: caminhos da comunicação no mundo em crise*. Universidade Federal do Espírito Santos, Espírito Santo, 2020.

LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. *Animais de estimação e civilidade: a sensibilidade de empatia interespécie nas relações com cães e gatos*. Tese (Doutorado)– Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2016.

LUHMANN, Niklas. *Love as Passion. The Codification of Intimacy*. Cambridge: Polity Press, 1986.

MACDOWELL, Linda; PRINGLE, Rosemary (orgs.). *Defining women, social institutions and gender divisions*. Londres: Polity Press, 1992.

MAZON, Marcia da Silva. O melhor amigo do homem: afetos e cachorros no Brasil em perspectiva sociológica. *Estudos de Sociologia*, Universidade Estadual Paulis-

ta, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, v. 25, n. 49, p. 55-77, 2020.

MAZZOLA, Renan Belmonte. *Análise do discurso e ciberespaço: heterotopias contemporâneas*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2010.

MENDES, Marcia Socorro de Oliveira; ESPÍRITO SANTO, Rodrigo Andrade do. Instagram: a relevância dos recursos multimídia. *Amazônia: Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagem e Cultura – UNAMA*, n. 1, 2016.

MICHEL, Andrée (1983, 1972). *Sociologia da família e do casamento*. 2. ed. Lisboa: Rés Editora (tradução s/data). (1. ed., 1972; 2. ed. 1978).

MORRIS, Paul; FIDLER, Margaret; COSTALL, Alan. Beyond Anecdotes: An Empirical Study of “Anthropomorphism”. Koninklijke Brill NV, Leiden. *Society & Animals*, 8:2, 2000.

PARSONS, T.; BALES, R. F. *Family, socialization and interaction process*. Glencoe: Free Press, 1955.

PASTORI, Érica Onzi; MATOS, Liziane Gonçalves. Da paixão à “ajuda animalitária”: o paradoxo do “amor incondicional” no cuidado e no abandono de animais de estimação. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 3, n. 1, p. 112-132, 2015.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel; CARVALHO, Roberto Luís da Silva. Famílias, animais de estimação e consumo: um estudo do marketing dirigido aos proprietários de animais de estimação. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 187-203, dez. 2014.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Direito de família e o novo Código Civil*. Coord.: Rodrigo da Cunha Pereira e Maria Berenice Dias. Belo Horizonte: Del Rey/IBDFAM, 2002.

RESULTADOS DIGITAIS. *Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2021, com insights e materiais gratuitos*. Publicado em: 24 ago. 2021. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

KIPLING, Rudyard. *The Jungle Book*. Macmillan Publishers Ltd, 1894.

TORRES, Anália Maria Cardoso. *Relatório da Unidade Curricular: Sociologia da Família Teorias e Debates*. ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia. Lisboa, 2010.

THOMAS, Keith. 1996. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)* / Keith Thomas. Trad.: João Roberto Martins Filho. Consultor desta edição: Renato Janine Ribeiro. Consultor de termos zoológicos: Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WITTER, Ingrid Cristiane. *A família contemporânea e o animal doméstico: uma reflexão acerca do status do animal no contexto familiar e os efeitos dessa relação no Direito*. Monografia – USCS, São Caetano do Sul, 2016.

WHITE, Steven. Companion animals: members of the family or legally discarded objects? *UNSW Law Journal*, v. 32, n. 3, p. 852-878, 2009.

“TUDO PELA SAÚDE DELES”. Revista *Veja*, ed. 2.164, ano 433(19), p. 140-146, 12 maio 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/120510/tudo-pela-saude-deles-p-140.shtml>. Acesso em: 13 out. 2020.

VIEIRA, Tereza Rodrigues; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Antrozoologia e direito: o afeto como fundamento da família multiespécie. *Rev. de Biodireito e Direito dos Animais*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 127-141, jan./jun. 2017.

A saúde dos pets: relações entre a indústria farmacêutica e a medicalização da vida animal

*Kênia Mara Gaedtke
Bárbara Luiza Gaedtke*

De acordo com o IBGE, em 2013, o Brasil apresentava a quarta maior população de animais de estimação do mundo: 132,4 milhões, sendo 90,1 milhões de cães e gatos. Em 2021, o Instituto Pet Brasil atualizou esses valores através da sua inteligência comercial: a estimativa total chega a 149,6 milhões de animais de estimação¹. A partir de um levantamento anual apresentado pela ABINPET², é possível observarmos quantitativamente o impacto dos pets na economia nacional. O segmento de produtos e serviços para animais de estimação representa 0,38% do Produto Interno Bruto, o que supera, por exemplo, a venda da linha branca de geladeira e fogão. Em cidades como São Paulo e Curitiba, e no Estado de Minas Gerais, o número de *pet shops* supera o de padaria³. O Brasil é o terceiro país em faturamento com o mercado pet, com 5,14% do mercado mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido. Foram R\$ 20,3 bilhões no ano de 2018 – em 2006, esse número era de R\$3,3 bilhões, ainda de acordo com a ABINPET.

Diante de uma sociedade que humaniza cada vez mais os animais de estimação, percebe-se a ampliação de ofertas e a complexificação de produtos e serviços destinados aos cuidados nos processos de adoecimento, envelhecimento e/ou morte desses animais. A medicalização da vida, já bastan-

¹ Disponível em: <https://institutopetbrasil.com/fique-por-dentro/amor-pelos-animais-impulsiona-os-negocios-2-2/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

² “Faturamento 2016 do setor pet aumenta 4,9% e fecha em r\$ 18,9 bilhões, revela ABINPET”. Disponível em: <http://abinpet.org.br/site/faturamento-2016-do-setor-pet-aumenta-49-e-fecha-em-r-189-bilhoes-revela-abinpet/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

³ Com 4.000 lojas, *pet shops* crescem e se igualam a padarias em SP. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/09/09/sao-paulo-tem-tantas-pet-shops-quanto-padarias.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

te discutida em relação à vida humana, se estende nos últimos anos também para as espécies animais tidas como *pets* dos humanos, inclusive para a saúde mental animal. Este processo foi identificado por Vlahos (2008), Segata (2012) e outros autores.

Este trabalho é a soma entre uma parte da tese de doutorado em sociologia política “‘Quem não tem filho caça com cão’: animais de estimação e as configurações sociais de afeto” (GAEDTKE, 2017) e os relatos da vivência empírica de uma médica veterinária, e tem como objetivo propor uma reflexão acerca da relação entre a medicalização da vida animal e o aumento significativo de investimentos na área da saúde animal realizados pelas maiores indústrias farmacêuticas do mundo.

A indústria farmacêutica na saúde humana e animal

O potencial da área da saúde animal vem sendo detectado há anos pelas grandes indústrias farmacêuticas, que apresentam investimentos volumosos em pesquisas de medicamentos animais – e também em marketing. A necessidade de ampliação das estratégias de marketing é um discurso que permeia todo o mercado pet, da formação do médico veterinário ao pet shop. Em um trabalho de conclusão de curso de 2013 do curso de medicina veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a autora defende a importância do marketing em seu ramo profissional. Ao apresentar os diferentes ramos do segmento pet, trata da questão da saúde:

a ampla variedade e similaridade com o mercado farmacêutico humano está intrinsecamente relacionada ao fato do pet estar fortemente inserido no seio familiar, recebendo os mesmos cuidados que os outros membros do grupo. Os grandes laboratórios humanos têm direcionado uma parcela de seus estudos e pesquisas para o mercado de produtos destinados aos pets, produzindo medicamentos como antibióticos e anti-inflamatórios, com características de uso semelhantes em ambos os mercados, humano e animal. Essa semelhança fica evidente quando encontramos nas prateleiras das pet shops suplementos que, por exemplo, auxiliam o animal a perder peso objetivando o combate à obesidade canina, usando os mesmos princípios ativos que a indústria farmacêutica humana (ELIZEIRE, 2013, p. 42).

Essa extensão dos produtos e serviços tradicionalmente destinados à saúde humana para a saúde animal deve ser encarada de maneira atenta e crítica, buscando compreender os interesses ligados a tal ação. Ao que tudo indica, mais do que “promover uma vida mais longa e propiciar qualidade

de vida ao animal de estimação” (ELIZEIRE, 2013), as indústrias farmacêuticas, ao investir fortemente no setor pet, buscaram novas soluções para suas próprias mazelas.

As ações dessas indústrias vêm sendo questionadas por uma série de estudos, há bastante tempo (ILLICH, 1981; BERMUDEZ, 1995; PAYER, 2002). Em Girona, Rovirá y Homedes (2009), enfatiza-se que, partindo da premissa de que o objetivo final da pesquisa farmacêutica deveria ser a obtenção de medicamentos que a sociedade necessite e possa pagar, o sistema não tem respondido às necessidades de saúde e muitas vezes comercializam os medicamentos a um preço muito elevado para pacientes e governos. O monopólio das empresas nas áreas de investigação, comercialização e promoção de medicamentos, e a falta de regulação por parte dos governos nacionais e órgãos internacionais também são criticados.

O caso dos medicamentos e sua produção por parte dos conglomerados farmacêuticos faz parte deste monstro fabril e comercial sem sentido que nós, humanos, temos construído para obter mais lucro no menor tempo possível (NOVOA *in* VELAZQUÉZ; CORREA, 2008, s/p., tradução minha).

Philippe Pignarre, ao tratar de *El grande secreto de la industria farmacéutica*, aponta que “essa indústria se mostra, ao mesmo tempo, arrogante e segura de si, mas sobressaltada pela extinção de prazos que ela não controla, muitas vezes sem bússola diante das promessas das equipes de pesquisa, e por vezes também ingênua e manipulada” (PIGNARRE, 2005, p. 14, tradução minha). Para o autor, as indústrias farmacêuticas estão em crise. “Pode-se dizer que a indústria farmacêutica tradicional está morta” (MAZZONI, 2004 *apud* PIGNARRE, 2005). O que fazer então? De acordo com Pignarre, vem-se utilizando um conjunto de ações (das aceitáveis até as mais discutíveis) para evitar um declive. Com rendimentos decrescentes, as indústrias farmacêuticas abusam de uma série de argumentos para fazer crer aos poderes públicos que é preciso manter os preços altos – e o principal argumento é sempre o de investimento em pesquisa. A expansão dos genéricos, que começou a ser discutida nos anos 1980, contribuiu para a crise no setor, ainda que rapidamente os industriais tenham recorrido a serem, eles mesmos, os fabricantes dos genéricos (como fez a Merck em 1994), ou criando filiais especializadas, ou ainda comprando um laboratório de genéricos já existente.

Além disso, encontram-se, entre as diferentes estratégias: “cosmetizar” os medicamentos; aumentar demanda a partir de políticas de preven-

ção; forçar mudanças de legislação sobre patentes; ou, até mesmo, criar novas doenças, vendendo seus produtos a pessoas que até então seriam consideradas saudáveis (MOYNIHAN; CASSELS, 2006). A longo prazo, o texto de Pignarre aponta que as fusões entre diferentes empresas da área e os avanços nos estudos sobre Genoma poderiam salvar a indústria farmacêutica (PIGNARRE, 2005).

Metodologia

Realizamos um levantamento teórico-crítico acerca das indústrias farmacêuticas e uma pesquisa empírica que abrangeu: i) Pesquisa de campo em um hospital veterinário em Curitiba – PR. Foram duas inserções nesse campo: uma em janeiro e outra em agosto de 2015. Foi possível observar os processos de luto e encaminhamentos pós-morte (cremação), conversar com responsáveis por animais e profissionais; ii) Pesquisa de campo no evento comercial *Pet South America*, em São Paulo – SP, nas edições de 2013 e 2015. Trata-se do maior evento para empresas da área veterinária e de *pet shops* no Brasil; iii) Reflexões acerca da experiência clínica de uma das autoras (Bárbara Luiza Gaedtker); iv) Análise documental e imagética de materiais publicitários sobre produtos e serviços destinados ao cuidado nos processos de adoecimento, envelhecimento e/ou morte de animais de estimação, especialmente os ligados às indústrias farmacêuticas e v) Levantamento de informações referentes aos investimentos, na área da saúde animal, das dez maiores indústrias farmacêuticas mundiais, tendo como base seus sites oficiais ou matérias jornalísticas do setor de economia.

Análise e discussão dos dados

De acordo com a revista *Exame*, na área de saúde⁴, há uma previsão de ampliação de até 13% para 2017, de produtos (como medicamentos, rações medicamentosas, equipamentos para clínicas e hospitais), e de serviços (como plano de saúde, especializações e tratamento médicos) que, antes exclusivos da medicina humana, se expandem cada vez mais para a veterinária:

⁴ “Mercado pet cresce graças a mudanças no comportamento dos donos de animais de estimação”. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/mercado-pet-cresce-gracas-a-mudancas-no-comportamento-dos-donos-de-animais-de-estimacao/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

A sofisticação dos tratamentos veterinários tem gerado vagas não só para profissionais de saúde como também para as áreas de apoio (vendas e logística, por exemplo). Na MedMep, empresa especializada em terapia com células-tronco, isso aconteceu depois que, em 2015, a companhia mudou o foco do negócio e *passou a oferecer tratamentos para animais, em vez de humanos*. Como a aplicação leva 15 minutos, não exige anestesia e resolve problemas penosos, como a displasia – que pode impedir os cãesinhos de andar –, a procura pelo serviço tem aumentado, a despeito do alto valor do tratamento, que custa entre 1 000 e 8 000 reais⁵ (grifo meu).

No quadro a seguir, apresentamos um mapeamento dos produtos, faturamento mundial e negociações envolvendo a área de saúde animal dessas empresas. Os dados apresentados foram retirados dos sites das próprias empresas ou de portais sobre economia, e enfocam os produtos voltados aos animais de companhia, mas é importante destacar que as empresas também apresentam produtos destinados aos animais de abate e diagnósticos veterinários.

Neste levantamento em específico, não se consideram as indústrias farmacêuticas exclusivamente focadas na saúde animal – por exemplo, as gigantes Boehringer Ingelheim, Idexx e Virbac –, afinal a questão é justamente enfatizar que as empresas tradicionalmente dedicadas à saúde humana então demonstrando cada vez mais interesse no mercado de saúde animal.

Quadro: As maiores indústrias farmacêuticas do mundo e sua relação com a saúde animal

Indústria	Produtos destinados à Saúde Animal
Johnson & Johnson (Janssen)	Vendeu a divisão de saúde animal da Janssen à Eli Lilly em 2011. Os valores não foram revelados ⁶ .
Pfizer ⁷ (Zoetis)	Considera-se líder no mercado de saúde animal. Produz, para cães e gatos, o antibiótico Convenia®, o antipulgas e carrapatos Revolution®, e para cães o tratamento anticâncer Palladia®. Em 2011, o faturamento da divisão de saúde animal foi de US\$2 bilhões, sendo 40% provenientes destes três medicamentos.
Novartis ⁸ (Novartis Animal Health)	Realizou acordo com outras duas farmacêuticas para centralizar na pesquisa e produção em medicamentos para câncer humano. Antes de vendê-la à Eli Lilly, em 2015, a divisão de saúde animal teve faturamento de US\$1,1 bilhão (2013).

⁵ Idem, acesso em: 22 ago. 2017.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/eli-lilly-compra-divisao-de-saude-animal-da-janssen-pharmaceutica.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

⁷ Disponível em: <https://animalhealth.pfizer.com/sites/pahweb/Pages/Global.aspx>. Acesso em: 10 ago. 2017.

⁸ Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3841502/novartis-completa-venda-de-divisao-de-saude-animal-eli-lilly>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Merck, Sharp; Dohme ⁹ (MSD Animal Health)	Assim como a Pfizer, também se considera a líder no mercado de saúde animal. Apresenta uma variada linha de produtos para animais de companhia, que variam de um país para outro. No Brasil, dentre antibióticos, antimicrobianos, vacinas, eutanásico e outros, oferece atualmente 25 produtos. Seu faturamento na divisão de animais, em 2012, foi de US\$3,4 bilhões ¹⁰ .
Roche Holding	Não investe no setor
Sanofi ¹¹ (Merial)	Merial é a empresa do grupo que é responsável pelo setor de saúde animal. Seus principais produtos para animais de companhia são Frontline® e NexGard® (antipulgas e carrapatos) e Heartgard® para prevenir problemas cardíacos em cães. Faturamento no ano de 2012: US\$2,8 bilhões ¹² .
Bayer (Bayer Animal Health)	Apresenta mais de trinta produtos para cães e gatos, distribuídos nas seguintes categorias: Ambiente, antibióticos, antipulgas, carapaticidas, nutrição, sarnicidas, vermícidias. Mantém um portal <i>online</i> específico para proprietários de pets, que podem inserir álbuns de fotos dos animais, criar uma “agenda do amigo” (com anotações de vacinas, banhos, etc.) e participar de campanhas de adoção ¹³ . Faturamento da divisão animal em 2012: US\$1,68 bilhões ¹⁴ .
Glaxo Smith Kline	Atualmente não investe no setor de saúde animal. Realizou acordo com outras duas farmacêuticas para centralizar na pesquisa e produção em vacinas humanas, enquanto Eli Lilly investiria em saúde animal.
Amgen	Não investe no setor.
McKesson ¹⁵	Não investe diretamente no setor, ainda que sua linha cirúrgica seja utilizada por médicos veterinários. De qualquer modo, não apresenta dados específicos de faturamento nessa área.
Gilead	Não investe no setor.
Teva (Teva Animal Health)	De acordo com o site <i>VinNews</i> ¹⁶ , a divisão de saúde animal da companhia foi encerrada em 2009 após problemas com o controle de qualidade da Food and Drug Administration (FDA) norte-americana. O antigo site (tevaanimalhealth.com) está fora do ar.
Astra Zeneca	Não investe no setor.

⁹ Informações disponíveis em: <http://www.msd-saude-animal.com.br/especies/animaisdecompanhia/index.aspx>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁰ Conforme informativo setorial do BNDES. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/Informe_27.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

¹¹ Disponível em: http://en.sanofi.com/products/animal_health/animal_health.aspx. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹² Idem nota de rodapé 10.

¹³ Disponível em: <https://www.bayerpet.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁴ Idem nota de rodapé 10.

¹⁵ Disponível em: <http://www.mckesson.com/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁶ Disponível em: <http://news.vin.com/VINNews.aspx?articleId=13539>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Abbott	Vendeu sua divisão de saúde animal à Zoetis/Pfizer em 2015, por US\$225 milhões ¹⁷ .
Eli Lilly (Elanco) ¹⁸	Inseriu-se no mercado de saúde animal com um antibiótico, em 1953. Ainda que seus produtos sejam mais voltados para animais de abate, a empresa divulgou que pretende ampliar a oferta no setor pet. Dentre os investimentos na área de saúde animal, estão a compra dessas divisões da Johnson & Johnson em 2011 e da Novartis em 2014. Para animais de companhia, a marca Elanco oferece cinco produtos nos EUA, e no Brasil, um único produto, o antipulgas mastigável, Comfortis TM , apresentado na Pet South America de 2012 ¹⁹ .

De fato, nos últimos vinte anos, a prática de prescrever, para animais, medicamentos desenvolvidos para humanos, cresceu substancialmente. Nesse sentido, as empresas iniciaram experimentação com uma estratégia mais direta: vender drogas desenvolvidas especialmente para animais de estimação – ainda que contenham exatamente as mesmas substâncias dos produtos destinados aos humanos –, inclusive de modificação comportamental e de estilo de vida, muitas vezes sob demanda dos próprios responsáveis pelos animais. Para a médica veterinária entrevistada por Vlahos (2008), que trabalha no Centro de Medicina Veterinária do F.D.A., “à medida que as pessoas estão vendo drogas mais sofisticadas e complexas para si mesmas, elas querem a mesma qualidade para os seus animais de estimação” (*op. cit.*, p. 453):

A categoria que mais rápido cresce é o cuidado com a saúde, com tratamentos anteriormente reservados às pessoas – tratamentos de canal, quimioterapia, lipoaspiração, comprimidos para o humor – estão sendo administrados a animais de estimação (VLAHOS, 2008, p. 453).

A própria visão de saúde (e doença) do animal de estimação que vem se estabelecendo nas sociedades contemporâneas demonstra estar ligada a essa nova configuração social de afeto, e já há indícios suficientes na literatura e nas pesquisas empíricas para nos fazer afirmar que a medicalização da vida, que ocorre em nossa espécie humana, prolonga-se também para as espécies dos animais estimados.

¹⁷ Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia-e-Negocios/noticia/2015/02/zoetis-finaliza-compra-de-divisao-de-saude-animal-da-abbott.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁸ Disponível em: <http://www.elanco.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2017.

¹⁹ Disponível em: <http://cachorrobom.blogspot.com.es/2012/10/chega-ao-brasil-divisao-da-elanco-saude.html>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Como isso ocorre de maneira tão intensa? Algumas das respostas parecem estar nas estratégias maciças de divulgação e publicidade das indústrias farmacêuticas, que, em geral (seja em relação aos medicamentos para humanos, seja para animais), apresentam duas frentes de ações: uma voltada para médicos veterinários, atuantes ou em formação, e outra que enfoca diretamente o cliente, no caso o responsável por animal de estimação. No caso da abordagem com os profissionais, realizam-se campanhas publicitárias maciças em publicações da medicina veterinária, que permitiriam um controle sobre os assuntos publicados, bem como patrocínio de eventos da área médica em questão, da mesma maneira como Girona, Rovirá e Homedes (2009) demonstram que ocorre na medicina humana.

Tal prática enquadra-se num entendimento legal, mas vem sendo criticada por muitos autores, que afirmam que o propagandista de laboratório, ao influenciar os hábitos de prescrição dos médicos, dirige-os prioritariamente à satisfação dos interesses das empresas, em detrimento daqueles dos consumidores (BARROS, 1983), e que o aumento, em frequência e intensidade, da relação entre indústria farmacêutica e médicos, leva a situações que podem interferir na graduação, na educação continuada, nas publicações científicas e na própria prática médica, comprometendo a independência do profissional e colocando em risco o prestígio da profissão (MARQUES FILHO, 2010).

As indústrias farmacêuticas estão presentes na maioria dos eventos de medicina veterinária no Brasil e no mundo, como expositoras e patrocinadoras – neste caso, algumas vezes entram na programação oficial do evento com palestras em que apresentam os medicamentos. Em alguns eventos, são representadas pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, como é o caso da feira Pet South America. Em outros, atuam com a marca fantasia. O 41º World Animal Veterinary Association Congress, realizado na Colômbia, em setembro de 2016, contou com o patrocínio das empresas Zoetis, Elanco, Bayer, MSD e Merial. O 10º Southern European Veterinary Conference, na Espanha, em outubro de 2016, foi patrocinado por Zoetis, Merial, Bayer e Ipexx. No Brasil, o maior patrocinador é MSD, mas Elanco, Zoetis, Bayer e Virbac também estão presentes em vários eventos. Sobre essa última empresa, eu havia registrado no diário de campo da pesquisa no hospital, em janeiro de 2015, que, “nos dias seguintes, reparo que a marca Virbac está presente em várias situações, nos cartazes, em alguns jalecos dos veterinários, em folhetos explicativos, etc.”.

Para Pessanha e Carvalho (2015), as empresas globais do setor buscam novos mercados através do processo de humanização dos animais, sendo esta uma ação orientada também para países com economias em crescimento.

O objetivo seria induzir mudanças de atitudes do consumidor no sentido de acentuar o papel dos animais como ‘companheiros leais’ e ‘membros da família’. As atitudes dos consumidores em relação a cães e gatos seriam moldadas por campanhas educativas e de sensibilização, bem como por atividades de *marketing* integrado, que podem incluir feiras, criação de clubes, promoção de eventos “esportivos”, co-patrocínio de campanhas de vacinação gratuita e lançamento de publicações, entre outros (PESSANHA; CARVALHO, 2015, p. 192).

Mas não são somente as grandes indústrias farmacêuticas que buscam estratégias para persuadir os profissionais. Segundo os relatos das veterinárias entrevistadas ao longo da pesquisa de doutorado, na cidade de Curitiba algumas farmácias de manipulação oferecem 30% de comissão por receita. Assim, alguns profissionais estariam receitando a manipulação de todo e qualquer medicamento, inclusive daqueles cuja fórmula industrializada seria mais barata e facilmente encontrável, como analgésicos, por exemplo.

Uma outra vertente do marketing ligado ao mercado pet está voltada diretamente para o responsável pelo animal de estimação – e nem sempre é fácil definir quais publicidades são destinadas para qual público (o profissional da área ou o responsável pelo animal). Mas há alguns apontamentos nesse sentido, pois os humanos que têm pets vêm sendo cada vez mais bombardeados com campanhas que, em geral, relembram suas responsabilidades e associam afeto, cuidado e consumo.

Assim, é perceptível que a publicidade e a vigilância biopolítica, de certa forma, andam juntas. Essa vigilância biopolítica das relações interespecíficas, de caráter intervencionista, regulador e moralizante (LEWGOY; SORDI; PINTO, 2015), fica evidente no discurso da responsabilização que está afixado a uma série de produtos e serviços.

A experiência dentro da rotina clínica de pets mostra que *nós*, médicos veterinários, recebemos com frequência “visitas técnicas” de promotores e vendedores representando as principais indústrias farmacêuticas que abrangem o mercado veterinário. Essas visitas, que possuem a intenção de apresentar produtos novos e, conseqüentemente vendê-los, inicia-se já durante a graduação durante eventos e até mesmo em sala de aula.

Dessa forma, hoje a formação do médico veterinário, foca na medicalização dos pacientes, sempre utilizando os produtos veterinários das grandes empresas, e pouco se aprofunda em qual a fisiopatologia real da doença a ser tratada.

Além disso, a normalização da humanização dos pets também é iniciada já durante a graduação, dificultando ainda mais uma visão abrangente do médico veterinário sobre o seu paciente, tornando muito mais fácil a medicalização do que o tratamento da causa, que muitas vezes inclui mudanças na rotina dessa família multiespécie.

Conclusões

Dentre as quinze maiores indústrias farmacêuticas do mundo, é possível averiguar investimentos na área de saúde animal em cinco delas, que compraram divisões de outras três empresas. As empresas que se desfizeram de suas divisões de saúde animal, ao que tudo indica, fizeram muito menos por interesse comercial na área e muito mais por acordos realizados entre as próprias indústrias – de concentrar-se em determinadas áreas.

Nos últimos vinte anos, a prática veterinária era a de prescrever, para animais, medicamentos desenvolvidos para humanos. No entanto, as empresas têm investido fortemente na experimentação com uma estratégia mais direta: vender drogas desenvolvidas especialmente para animais de estimação, inclusive de modificação comportamental e de estilo de vida, muitas vezes sob demanda dos próprios responsáveis pelos animais. Se, por um lado, este fato está vinculado à crise que as indústrias farmacêuticas vêm enfrentando nos últimos anos, como apontado pelos autores acima, por outro lado, o que eles parecem não ter identificado é a incrível capacidade dessas indústrias de expandir o seu negócio, tornando-o interespécie.

O que se percebe é que o conjunto de ações das empresas ligadas à saúde animal causam uma forte persuasão tanto de médicos veterinários (que já inicia durante o curso de graduação e permanece durante a prática clínica) quanto dos responsáveis, através de campanhas publicitárias que vinculam medicalização ao afeto, no sentido do “quem ama cuida”. Sendo assim, as motivações, estratégias e os impactos da expansão do consumo interespécie visado pelas indústrias farmacêuticas estão, cada vez mais, profundamente interligadas às configurações de afeto por animais de estimação.

Referências

- BARROS, José Augusto C. Estratégias mercadológicas da indústria farmacêutica e o consumo de medicamentos. *Revista de Saúde Pública*, v. 17, n. 5, p. 377-386, 1983.
- BERMUDEZ, Jorge Antonio Zepeda. Indústria farmacêutica, estado e sociedade: crítica da política de medicamentos no Brasil. In: *Saúde em Debate* (Série Phármakon), Hucitec, 1995.
- ELIZEIRE, Mariane Brascher. *Expansão do mercado pet e a importância do marketing na medicina veterinária*. Trabalho de Conclusão de Curso (Medicina Veterinária), UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.
- GAEDTKE, Kênia Mara. “Quem não tem filho caça com cão”: animais de estimação e configurações sociais de afeto”. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC), Florianópolis, 2017.
- GIRONA, Lourdes; ROVIRÁ, Joan; HOMEDES, Núria (eds.). *Medicamentos – entre la salud y el mercado*. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 2009.
- ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra Oliveira. Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 17, n. 2, p. 75-100, 2015.
- PAYER, Lynn. *Disease-Mongers: How doctors, drug companies and insurers are making you feel sick*. New York: John Wiley & Sons, 2002.
- PESSANHA, Lavinia; CARVALHO, Roberto Luís. Famílias, animais de estimação e consumo: um estudo do marketing dirigido aos proprietários de animais de estimação. *Signos do Consumo*, v. 6, n. 2, p. 187-203, 2015.
- PIGNARRE, Philippe. *El gran secreto de la industria farmacéutica*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- SEGATA, Jean. *Nós e os outros humanos, os animais de estimação*. Tese (Doutorado) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, SC, 2012.
- VLAHOS, James. “Animais de estimação movidos a drogas”. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 449-469, 2008.

O javali, o capim-annoni e a emergência de paisagens ferais no extremo sul do Brasil¹

Caetano Sordi²

Introdução

Na primeira década deste século, em um artigo publicado com o sugestivo título “The war of roses”, o biólogo Brendon Larson (2005, p. 495) desafiava seus colegas de profissão a refletirem “sobre as dimensões éticas e retóricas da sua linguagem ao se referirem às espécies exóticas invasoras”. Na esteira do que já havia proposto o filósofo Mark Sagoff (1999), alguns anos antes, Larson exortava os profissionais da sua área a abandonarem as metáforas militares prevalentes no campo conhecido como biologia das invasões e adotarem um vocabulário científico alternativo. Para ele, a linguagem das invasões biológicas conduzia o público a uma percepção inadequada das dinâmicas envolvidas na proliferação de espécies não nativas em ambientes autóctones, assim como levava a resultados improdutivos do ponto de vista dos objetivos da ecologia da conservação. Desde então, uma extensa literatura no debate ambiental tem discutido a questão do idioma das espécies invasoras, sobretudo o impacto sociocultural das suas incômodas ressonâncias com o racismo e a xenofobia (COMAROFF; COMAROFF, 2001; McNEELY, 2011; SIMBERLOFF, 2011; FALL, 2013).

No entanto, mais recentemente, alguns estudos têm sugerido que a prática dos ecólogos de campo envolvidos no manejo de espécies invasoras é apenas parcialmente formatada pelas metáforas bélicas dominantes na literatura clássica, prevalecendo um idioma científico mais afim a categorias como “serviços ecossistêmicos” e “resiliência”³ (DRUSCHKE *et al.*, 2016).

¹ Este capítulo é uma versão modificada de “O javali, o capim-annoni e as paisagens ferais do Brasil Meridional”, artigo publicado em *Ruris* (Campinas), v. 13, n. 2, 2021. DOI: 10.53000/rr.v13i2.17039.

² Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: caetano.sordi@gmail.com.

³ Por outro lado, pode ser argumentado que, se esse idioma não está próximo da guerra, ao menos está próximo da ideia da ecologia como economia.

Autores como Mc Neely (2011) e Kueffer (2013), por sua vez, destacam a diversidade de percepções a respeito de espécies exóticas entre segmentos de uma mesma população nacional, ao passo que outras análises têm mostrado que, ainda em contextos permeados por metáforas militares e retóricas de guerra, nem sempre o conflito entre sociedade e organismos não nativos é articulado nos mesmos termos do modelo territorial e de comando-e-controle da guerra moderna (SORDI, 2020a).

Para além dessa discussão, argumento, neste capítulo, que é possível se pensar as espécies exóticas invasoras e seus múltiplos efeitos na realidade a partir da noção antropológica de paisagem⁴. Mais precisamente, a partir de desenvolvimentos teóricos contemporâneos que apontam para uma compreensão das paisagens como configurações temporais e dinâmicas, abertas à composição criativa entre distintas trajetórias e fluxos vitais. Na esteira de Ingold (2000), Tsing (2005, 2019, 2021) e Kirksey (2015), proponho que essas paisagens podem ser lidas como o produto de ecologias emergentes que perturbam classificações previamente estabelecidas, o que instaura algo como um “novo selvagem” (*new wild*). Nesse sentido, procurarei demonstrar que os processos de expansão de duas espécies consideradas invasoras pela ecologia da conservação no sul do Brasil – isto é, o javali asselvajado europeu (*Sus scrofa*) e o capim-annoni (*Eragrostis plana* Nees) –, podem ser encarados como manifestações visíveis, ou expressões superficiais, de projetos de transformação da paisagem que se dão em uma escala temporal e social muito maior que a agência desses organismos em si.

Com efeito, diversos autores têm alertado que o excessivo foco do debate público sobre o impacto pontual de algumas espécies tende a obliterar a conjuntura dos fatores socioambientais e econômicos que permitiram sua proliferação. Para Suzanna Lidström e colegas (2015), trata-se de um mecanismo retórico que desvia a atenção pública das causas para consequências, além de auxiliar na constituição de “bodes expiatórios” e vilões individuais para problemas mais abrangentes. Já para Tsing (2021, p. 177), seriam as relações dessas criaturas “com as infraestruturas imperiais e industriais, e não sua natureza intrínseca, que provocam tantos problemas”.

⁴ Por si só, o conceito de “espécie exótica invasora” comporta três termos filosoficamente problemáticos. Nesse sentido, vale recordar a discussão sobre a noção essencialista de espécie biológica, colocada em xeque por teorias como as da coevolução e da simbiose (McFALL-NGAI, 2008), assim como o contraste entre o pensamento substancialista ocidental e cosmologias que não operam a partir de noções de espécies biológicas como entidades discretas e reificadas (INGOLD, 2000).

Nas últimas décadas, os javalis e o capim-annoni têm sido foco de intensas queixas do setor rural gaúcho e de consternações por parte de ambientalistas e agentes do Estado. Ambos figuram em listas de espécies nocivas em nível local, nacional e internacional, sendo o javali considerado uma das “100 piores espécies invasoras do mundo”, de acordo com o Grupo de Especialistas em Espécies Invasoras (ISSG, na sigla em inglês) da IUCN (LOWE *et al.*, 2004). Desde 2013, a caça ao animal é permitida no Brasil para fins de controle populacional (BRASIL, 2013, 2019). Trata-se do único vertebrado de grande porte cujo abate por meios cinegéticos é autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Já a *Eragrostis plana* Nees é uma gramínea sul-africana introduzida no Brasil em meados dos anos 1940 que tem se expandido rapidamente nos ambientes campestres do sul do país, competindo com a vegetação nativa e causando prejuízos aos produtores rurais (BORGES DE MEDEIROS; FOCHT, 2007; FOCHT, 2008).

Durante a etnografia que realizei na fronteira brasileiro-uruguaia, entre 2014 e 2016, identifiquei que, em certo sentido, o combate às duas espécies era percebido pelos agentes locais como aspectos diferentes de um mesmo problema de fundo (SORDI, 2020a, 2020b)⁵. Meus interlocutores – em sua maioria, produtores rurais dedicados à criação bovina e ovina – sugeriam, constantemente, que a propagação dos javalis e a expansão da gramínea sul-africana estavam, de alguma forma, associadas. Em outros termos, tudo se passava como se ambas as espécies fossem personagens de uma mesma “fenomenologia apocalíptica” (DALLA BERNARDINA, 2019, p. 91) das transformações socioambientais recentes. A elas somavam-se outros fatores cruciais, como o declínio da pecuária como modo de vida e o avanço de monocultivos florestais e agrícolas sobre as pastagens naturais. A propósito dessa associação sinérgica entre forças de arruinamento do campo nativo, Alexandre, um criador de ovelhas sediado na região da Serra do Caverá, município de Rosário do Sul, ofereceu o seguinte prognóstico do que poderia acontecer no espaço de algumas gerações:

Daqui a cem anos, toda essa reserva [APA do Ibirapuitã] não vai ter mais criação de ovinos e nem de bovinos. Ela vai ser só mato, e só javali. As áreas

⁵ Esta pesquisa se deu no marco do projeto “Antropologia e Espécies Animais Exóticas: o caso do Javali europeu asselvajado no Brasil” (CNPq/Universal/2014-2017). O trabalho de campo esteve concentrado no interior e nas imediações da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã, unidade de conservação de uso sustentável localizada entre os municípios de Alegrete, Rosário do Sul, Santana do Livramento e Quaraí.

pastoris tão diminuindo a cada dez anos cerca de dez por cento. Então, eu te diria o seguinte: o meu neto não vai sobreviver de lá [propriedade da família]. Pode ser que a minha filha sobreviva. Mas meu neto, só de árvores, de capim, não vai sobreviver (transcrição de entrevista, junho de 2014).

Inspirado por essas reflexões, este capítulo explora os vínculos entre a expansão das duas espécies e os processos de transformação sociotécnica dos campos sulinos em uma perspectiva antropológica e histórica. Nesse sentido, buscamos contribuir para um entendimento das paisagens do capitalismo tardio – o Antropo ou Capitaloceno das discussões contemporâneas (HARRAWAY, 2016; MOORE, 2022) – como formações espaço-temporais *ferais*. Isto é, domínios socioecológicos em que os processos de modernização ambiental abandonados, fracassados ou superados, especialmente nas fronteiras coloniais e neocoloniais da periferia global, abrem margem para uma proliferação de vitalidades múltiplas, nem sempre convergentes com os interesses e desejos de seus introdutores e propagadores humanos (TSING, 2021).

Em outras oportunidades, discuti as ressonâncias entre as duas espécies em uma perspectiva etnográfica, destacando as percepções locais sobre como o modo de existência de javalis e do capim-annoni perturbam as rotinas produtivas da pecuária extensiva, especialmente a *taskscape* (INGOLD, 2000) da criação ovina (SORDI, 2020a, 2020b). Neste capítulo, adoto uma perspectiva de mais longa duração, enfatizando o papel das duas espécies na história ambiental e fundiária dos campos sulinos. Dessa forma, a análise se vale de fontes históricas e bibliográficas que permitem remontar a trajetória do *Sus scrofa* e da *Eragrostis plana* Nees em seu contexto local.

O capítulo se estrutura da seguinte maneira: primeiramente, reviso alguns elementos da antropologia contemporânea da paisagem que serve de inspiração teórica mais abrangente para este artigo. Em seguida, reconstituo a história ambiental e fundiária dos campos sulinos para demonstrar que eles sempre foram, de certa forma, paisagens ferais em mutação. Na sequência, abordo a trajetória de introdução e expansão de cada uma das espécies, enfatizando suas vinculações com processos de modernização agropecuária que saíram do controle de seus proponentes ou deflagraram consequências não-desejadas. Por fim, delinheiro alguns desdobramentos possíveis para o exame antropológico da associação entre gramíneas e javalis, a partir das discussões contemporâneas sobre vitalidades animais e vegetais (COCCIA, 2018).

Ressonâncias e fricções das paisagens

Noção central para a geografia, as ciências da Terra e a arqueologia, a paisagem apresenta uma trajetória mais recente e uma expressão teórica, de certo modo secundária, nas ciências sociais, em contraste, por exemplo, com o conceito de território. Uma acepção bastante habitual do conceito é a de paisagem como o ambiente natural transformado pela ação humana, isto é, o resultado da manipulação do entorno físico pelas sociedades ao longo da história. Desse modo, a paisagem tem figurado, na literatura socioantropológica, como uma construção dos seres humanos, tanto no plano físico quanto no simbólico (FILIPUCCI, 2016). Para essas leituras, a paisagem também é portadora de memória e identidade para seus habitantes: um aspecto que tem sido particularmente enfatizado no campo do patrimônio cultural (SCIFONI, 2016). No entanto, para o geógrafo Augustin Berque (1984), proponente da chamada “mesologia”, a paisagem não é apenas o produto da constituição do espaço vivido humano, ao que denomina “ecúmeno” (a paisagem como “marca”), mas a base mesma que proporciona o engendramento da vida social, seus modos de percepção e ação (a paisagem como “matriz”).

Em antropologia, essa concepção generativa da paisagem é enfatizada por Ingold a partir da noção de “habitar” (*dwelling*). Extraído e adaptado da hermenêutica existencial de Martin Heidegger (2008), o habitar ingoldiano se vale da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty (2006; 2015) e da psicologia ecológica de James Gibson (1979) para oferecer uma visão da paisagem que intenta superar a dicotomia entre organização cognitiva do espaço e modelamento (*shaping*) material do mundo, além de relativizar a primazia do humano nesse processo. Para Ingold (2000), a paisagem, pensada como uma configuração temporal, pode ser pensada a partir da noção original de *taskscape*. Ao mudar o prefixo da palavra paisagem em inglês, substituindo *land* (terra) por *task* (tarefa, atividade), Ingold salienta que a paisagem resulta do – e se renova pelo – processo vital de todos os seres que a habitam:

É a todo o conjunto de tarefas, em seu entrelaçamento mútuo, que me refiro pelo conceito de *taskscape*. Assim como a paisagem é um arranjo de características (*features*) relacionadas, então, analogamente, a *taskscape* é um arranjo de atividades relacionadas. Assim como a paisagem é qualitativa e heterogênea, podemos nos questionar sobre uma *taskscape*: “Como ela é?”, mas não “Quanto dela há?”. Em suma, a *taskscape* está para o trabalho assim como a

paisagem está para a terra, e, certamente, como um conjunto de valores de uso está para o valor em geral⁶ (INGOLD, 2000, p. 195).

Sob esse ângulo, mais do que um substrato material para a sociedade e a cultura, a paisagem é pensada por Ingold (2000, p. 200) como um “campo generativo”. Ela é um fenômeno que emerge das relações estabelecidas entre os organismos e seu ambiente, ao mesmo tempo que se constitui como o meio que abriga e possibilita tais relações. Este é um primado relacional importante, uma vez que implica afirmar que “nossas ações não transformam o mundo apenas, mas são parte e parcela do próprio mundo transformando-se a si mesmo” (INGOLD, 2000, p. 200).

Conforme Gruppuso e Whitehouse (2021, p. 558), para Ingold, “a paisagem se desenvolve concomitantemente à *taskscape*, social e ecologicamente, através das atividades que moldam a terra”. Nesse sentido, ela é um conceito que permite superar a oposição entre a dimensão sociocultural da paisagem e sua visão naturalista, ao mesmo tempo que fornece uma crítica poderosa à “noção óptica de paisagem”, segundo a qual ela seria apenas uma porção da superfície da terra capturada pelo olhar. Para Ingold, portanto, a paisagem é um fenômeno eminentemente *temporal* (em sua dupla acepção como história e como duração), calcado na ressonância entre os ritmos vitais de seus habitantes.

Outro autor que tem se dedicado a pensar a paisagem como fenômeno temporal é o filósofo da geografia Gary Backhaus (2003, p. xiii), que a define como “a manifestação geográfica (espacial) de processos tensionais”. Essas tensões, por sua vez, são entendidas por Backhaus (2003, p. xiii) como as “funções de balanceamento, ordenação e medida que permitem a relativa permanência no tempo de entidades vivas e não vivas”. As entidades que compõem uma paisagem estão em permanente negociação de sua existência com o meio, em um contexto marcado por distintos desequilíbrios tensionais que ameaçam sua perenidade. Assim, se a paisagem pode ser pensada como um conjunto de *ressonâncias*, ela também pode ser pensada como uma arena de *dissonâncias*, o que sugere as imagens contrastivas da ruptura e do choque.

Backhaus (2003, p. xi) destaca que os desequilíbrios e tensões que formatam uma paisagem devem ser distinguidos das suas manifestações positivas e localizadas no que chama de “ontologia superficial (*surface onto-*

⁶ Tradução do trecho conforme versão em português do ensaio publicada em Bessa (2020, p. 125).

logy) dos mundos vividos (*lifeworlds*)”. Sob essa perspectiva, fenômenos como o aparecimento de enormes crateras no solo da Sibéria, ocorridos nos últimos anos, devem ser entendidos como sintomas localizados de tensionamentos mais amplos, como as mudanças climáticas. Da mesma maneira, a formação de imensas paisagens urbanas deterioradas no *Rust Belt* norte-americano⁷, ou no vale do Ruhr alemão, manifestariam tensões constituintes do atual estágio do processo de globalização, marcado pela desindustrialização do mundo euro-atlântico e o deslocamento de seu setor secundário para a periferia global. O mesmo pode ser dito de exemplos mais próximos, como a savanização da Amazônia, e a desertificação do Semiárido Nordeste, entre outros.

Com relação às espécies exóticas invasoras, seu vínculo com processos mais gerais de transformação socioeconômica e ambiental tem sido frequentemente assinalado pela literatura. Este é um ponto que tem sido sublinhado por autores como Lidström *et al.* (2015), para os quais processos de invasão biológica só ganham sentido se articulados na análise aos demais distúrbios que lhes são associados. Mesmo um autor bastante ortodoxo da biologia das invasões, como Daniel Simberloff (2011; 2013), reconhece que, na maior parte das vezes, as janelas de oportunidade abertas para a proliferação de invasoras advêm de processos ambientais de degradação mais antigos, como a acidificação de rios, o desmatamento, a poluição atmosférica, entre outros.

Por esses motivos, em complemento a uma abordagem do caráter temporal da paisagem como ressonância, entendo ser importante pensá-lo também como um conjunto de fricções, contaminações e ressurgências. Para Tsing (1995, p. 5), “como metáfora, a ideia de fricção nos lembra que encontros heterogêneos e desiguais podem levar a novos arranjos culturais e de poder” Em seu trabalho dos anos 1990 sobre o impacto da globalização no Sudeste Asiático, a autora descreve a “confusão criada pelo capitalismo na floresta tropical indonésia” (TSING, 1995, p. 4). Mais precisamente, é apontado como o alinhamento de interesses entre madeireiras japonesas e políticos locais teria permitido um novo modo de se produzir a floresta, no qual tudo que não pertencesse à família dos dipterocarpos – isto é, as árvores visadas pelas madeireiras – “era simplesmente desconsiderado como refugio” (TSING, 1995, p. 15).

⁷ Região de perfil industrial do Nordeste e Meio-Oeste dos Estados Unidos, que passou a experimentar declínio socioeconômico a partir dos anos 1980.

Por outro lado, Tsing assinala que a fricção entre a atividade das madeireiras e os modos locais de se agenciar a floresta forneceu às populações nativas uma oportunidade de articulação de seus modos de vida no idioma global da biodiversidade. Para a autora, portanto, casos como este demonstram que a globalização e seus processos de homogeneização da paisagem nunca funcionam como uma “máquina bem lubrificada” (2005, p. 6). Eles se realizam por meio de um instável jogo de resistências e fricções. É bem frequente, ademais, que esses processos ensejem o que Marisol de la Cadena (2009, p. 163) qualifica de uma “disputa ontológica entre os seres sensíveis locais e a Natureza universal”, entendida não só como o ponto de vista dos especialistas, mas também como o efeito uniformizante sobre o ambiente produzido por políticas públicas verticalizadas e grandes projetos de desenvolvimento.

Recentemente, Tsing tem aproximado suas discussões anteriores sobre globalização e monocultivos com as novas biológicas “substantivistas” da simbiose e a etnografia multiespécie (McFALL-NGAI, 2008; KIRKSEY; HELMREICH, 2010; KIRKSEY, 2015)⁸. Essa aproximação tem resultado em uma leitura do Antropoceno como um conjunto de manchas (*patches*) heterogêneas marcadas pela presença de seres ferais:

em inglês, o termo ‘feral’ (feral) se refere a animais que escaparam da domesticação. Ampliamos o termo para destacar como seres vivos e não vivos podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera que chamamos de infraestruturas (TSING, 2021, p. 177).

Com efeito, a feralidade, juntamente com outras noções propostas por Tsing (2019, 2021) em sua obra recente – “agilidades”, paisagens daninhas”, “ruínas”, etc. –, tem se mostrado um conceito bastante produtivo para se pensar arranjos biossociais marcados pela interação entre infraestruturas humanas e organismos indisciplinados, seus conflitos e alianças múltiplas. Como veremos a seguir, a história dos campos sulinos mostra que as espécies que nos interessam encontraram um conjunto de ambientes marcados por sucessivas feralizações. Em certa medida, nos termos de Ber-

⁸ O termo “biologia substantivista” é empregado por Tsing (2021) em analogia à distinção “formalismo” versus “substantivismo” na antropologia econômica. Para a autora, perspectivas como a teoria da simbiose, de Lynn Margulis, e a hipótese de Gaia, desenvolvida por esta em colaboração com James Lovelock, são expressões de um pensamento ecológico que não se restringe aos pressupostos atomistas e utilitaristas que subjazem à ortodoxia neodarwinista e à sociobiologia.

que (1984), o asselvajamento tem sido a marca dessas paisagens ao longo dos últimos cinco séculos, e, bem por isso, uma matriz de possibilidades de proliferação para os javalis e a *Eragrostis plana*.

Os campos sulinos: ferais desde o princípio?

Para uma visão ecologicamente ingênua, o termo “exótica”, na expressão “espécie exótica invasora”, sugere que tudo se passa como se os organismos e populações assim caracterizados se instalassem em ambientes prístinos e originários, a-históricos, que se alteram (para pior, sempre) a partir da sua chegada. No entanto, a migração de espécies de uma região a outra do planeta não é um fenômeno necessariamente nocivo. Ao contrário, a mobilidade da vida e suas formas é uma das forças que sempre determinaram, e continuam a determinar, a história da Terra. Em verdade, mesmo os biólogos das invasões mais ortodoxos reconhecem que foi a intensa mobilidade humana nos últimos cinco séculos, desencadeada pela expansão do capitalismo, que acelerou a mobilidade biológica em um nível sem precedentes. Nesse sentido, coube ao capital, elevado ao status de força geológica, suturar “as cicatrizes de Pangeia”, conforme a célebre formulação do geógrafo Alfred Crosby (2011).

Sob esse aspecto, os campos sulinos brasileiros⁹ têm sido ambientes ferais há vários séculos. Essa constatação não visa a minimizar a gravidade dos danos ambientais e econômicos relacionados à proliferação de javalis e do capim-annoni, mas a deslocar o foco da sua agência intrínseca e sugerir que sua expansão é sintoma de um capítulo recente na longa história dessas paisagens como fronteiras de exploração colonial (MOORE, 2022). Segundo Crosby (2011), ao longo de seu processo de expansão, as potências europeias divisaram estratégias diferentes para os territórios conquistados às expensas dos povos nativos. Assim, enquanto as zonas intertropicais se caracterizaram pelo predomínio dos sistemas produtivos de tipo *plantation*, nas regiões de latitudes temperadas – as “neoeuropas”, segundo Crosby –, os colonos buscaram reproduzir sistemas agrários mais parecidos com aque-

⁹ Os campos sulinos são um domínio geográfico que compreende não apenas o Bioma Pampa, mas também os ecossistemas campestres da Mata Atlântica no Planalto Meridional, associados às matas de araucária. Pillar e Vélez (2010, p. 84) os definem como “ecossistemas típicos da região sul do Brasil [que] se desenvolvem sob clima temperado e úmido, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano”.

les do Velho Continente, a partir do transplante e aclimação de suas espécies domésticas animais e vegetais, sua “biota portátil”.

No caso da América colonial portuguesa, a conquista dos territórios formadores do atual Brasil meridional, consolidada apenas no início do XX, foi acompanhada de um intenso debate sobre a necessidade de expansão da agricultura (mais notadamente, do trigo), em substituição ao pastoreio extensivo como modo de subsistência (PESAVENTO, 1994; FARINATTI, 2010). Com efeito, em meados do século XVII, a “preia do gado xucro”, verdadeira caça a rebanhos asselvajados, já havia se estabelecido como o modo de vida predominante na região. À época da conquista lusa, esses rebanhos constituíam enormes criatórios espontâneos (*vacarias*) que se estendiam do atual Uruguai até o planalto de Santa Catarina, sendo o gado capturado esporadicamente para a produção de couro e consumo de carne. Muito provavelmente, este gado era oriundo das reses introduzidas pelos jesuítas espanhóis para o abastecimento das suas reduções, ainda no século XVI.

Em ambos os lados da fronteira colonial, a ressonância técnica entre saberes pastoris e militares fazia dos *gaudérios*, como eram chamadas as populações mestiças e errantes que apresavam o gado, uma mão de obra bastante útil em tempos de guerra, mas considerada perigosa em tempos de paz (BARETTA; MARKOFF, 1978; BARRÁN, 2012). Assim, mesmo com o processo de ocupação do território por meio da doação de sesmarias e a sedentarização dos *gaudérios* como peões de estância, as autoridades coloniais portuguesas continuaram a encarar com preocupação a manutenção do modo de vida pastoril a longo prazo, que viam como tendente à violência e à indisciplina. Portanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a coroa portuguesa passou a promover a imigração de colonos açorianos para o sul do Brasil, a fim de efetivar a posse do novo território em bases mais “confiáveis”.

Além de garantir o povoamento das terras conquistadas, as autoridades coloniais almejavam que os colonos desenvolvessem a cultura do trigo, em substituição ao pastoreio predominante (GOES FILHO, 2020; PESAVENTO, 1994). No entanto, diversos fatores levaram ao arruinamento desse cultivo incipiente, como a presença de pragas e a facilidade de aquisição do gado, uma atividade de maior prestígio entre os colonos. O abandono da triticultura em prol do pastoreio se consolidou já nas primeiras décadas do século XIX, catalisado pela expansão da fronteira luso-brasileira nos conflitos do período joanino e pós-independências nacionais. Assim, a pecuária extensiva, baseada em um complexo arranjo social de latifundiários,

grandes e pequenos criadores, posseiros, peões e escravos, perenizou-se como o modo de produção predominante no extremo sul do Brasil e principal pilar da ruralidade gaúcha, situação que perdurou praticamente inabalada, até meados do século XX (FARINATTI, 2010).

De fato, desde sua introdução no século XVII, o gado bovino se adaptara muito bem ao campo nativo, o que sempre o colocou em situação de vantagem com relação à agricultura nos campos sulinos. Nos séculos XVIII e XIX, sua abundância e prolificidade chamaram a atenção de diversos naturalistas que visitaram a região, como Darwin e Saint-Hillaire (CROSBY, 2011). Há razões ecológicas para tanto. Pillar e Vélez (2010) caracterizam os campos sulinos tal qual ecossistemas bastante particulares, cuja dinâmica sempre esteve associada à ocorrência de distúrbios naturais e antrópicos, como a herbivoria e queimadas. Conforme esses autores:

Grandes herbívoros pastadores, que constituíam a extinta megafauna, coevoluíram com as espécies de gramíneas na América do Sul desde o início do Mioceno. Além disso, adaptações de muitas herbáceas aos efeitos do fogo indicam uma história evolutiva de convivência com este distúrbio. Há evidências, cobrindo os últimos 40 mil anos, de que as queimadas têm ocorrido desde o início do Holoceno, provavelmente de origem antrópica e facilitadas pela extinção dos grandes pastadores nesse período (PILLAR; VÉLEZ, 2010, p. 85).

Por conseguinte, Pillar e Vélez entendem que a introdução do gado pode ser considerada, de um ponto de vista ecológico, como “reintrodução de um processo ecossistêmico antes desempenhado pela megafauna pastadora, mantidas as devidas proporções” (PILLAR; VÉLEZ, 2010, p. 85) A ação de pastejo dos ruminantes eurásianos “modifica a estrutura da vegetação pela seleção entre plantas palatáveis e não palatáveis e influência na microvariação topográfica, incrementando a heterogeneidade espacial dos habitats” (PILLAR; VÉLEZ, 2010, p. 85). Por esse motivo, os autores não veem sentido na implementação de políticas de preservação do campo nativo que não prevejam a presença de atividades pastoris de baixa intensidade, haja vista a intensa simbiose que o gado e o campo nativo desenvolveram ao longo dos séculos.

De fato, os animais de rebanho não são encarados como “exóticos” pelas populações sulinas, cujas taxonomias se orientam por outras categorias e classificações¹⁰. Ovelhas, bovinos e outros animais de criação, como

¹⁰ Por exemplo, a distinção entre *animal* e *bicho* para distinguir fauna doméstica (de criação) e silvestre. Há também uma série de termos que indicam estados intermediários ou ambíguos de domesticidade/feralidade, como *guaxo*, *alçado*, *xucro* etc.

cães e cavalos, são parte essencial da *taskscape* pastoril que configura a lida campeira como um modo de vida (PEREIRA *et al.*, 2016). É a ressonância dos seus modos de existência com as tarefas e propósitos humanos que fundamenta sua percepção como locais ou nativos. Em suma, como já argumentei em outras oportunidades, javalis e gramíneas são encarados como invasores e nocivos em tais contextos porque impõem ruídos aos ritmos produtivos, causando dissonâncias na percepção de como os ambientes campestres *devem* funcionar (SORDI, 2020a). Vejamos, na sequência, como isso acontece em cada caso, e de que maneira as espécies enfocadas assinalam o arruinamento de alguns processos de modernização dedicados a transformar os campos sulinos em outro tipo de ambiente.

Javalis e javaporcos: da aclimação ao risco ecológico e sanitário

Para Crosby (2011), o “vai e vem” da biota portátil do imperialismo ecológico europeu não cumpriu apenas objetivos econômicos, mas também estéticos. Em outros termos, as “criaturas do império” a que se refere Anderson (2006) também representaram o desejo dos colonizadores de moldar os neotrópicos e as neoeuropas à imagem e semelhança de seus ambientes originais, isto é, torná-los mais familiares e “civilizados”. Nesse sentido, a trajetória dos javalis, que hoje assombram as propriedades rurais dos campos sulinos, remete, em parte, ao desejo de um aristocrata em reformar a paisagem agrária da região platina e torná-la mais europeia. Trata-se de Aarón de Anchorena (1877-1965), herdeiro de uma das famílias de estancieros mais tradicionais daquele país.

Em 1905, Anchorena tomou uma parte adiantada da herança de sua mãe e adquiriu 11.000 hectares de campo no Departamento de Colonia, no Uruguai, onde instalou uma estância experimental para aclimações. Para dar vida ao seu projeto, Don Aarón, como era conhecido, contratou engenheiros agrônomos, arquitetos e paisagistas vindos da Europa, dentre os quais o alemão Hermann Bötrich, que o assessorou na construção de um notável parque em estilo inglês, com mais de duzentas espécies arbóreas e arbustivas importadas de todo o planeta (RONZONI, 2015). Atualmente, o imóvel é de propriedade da Presidência do Uruguai, servindo como parque público e residência de campo do chefe de Estado.

Sendo um aficionado pela caça desportiva, Anchorena também introduziu diversos animais em sua propriedade, como o cervo indiano axis (*Axis axis*) e alguns javalis, importados do Cáucaso, na década de 1920. De acordo com Lombardi *et al.* (2007), a fuga de alguns desses animais e seu cruzamento com lotes domésticos e de vida livre nas décadas seguintes teria sido o evento original do processo de invasão biológica que hoje se estende para além da fronteira com o Brasil, Rio Grande do Sul adentro.

No entanto, como bem sugere Crosby (2011), a partir dos relatos de viagem de Darwin e outras fontes, já existia certo contingente de porcos asselvajados vagando pela pampa uruguaia e brasileira antes do século XX, descendentes dos porcos trazidos pelos europeus durante a colonização. Descrições de suínos ferais anteriores aos javalis de Anchorena podem ser encontradas em relatos do naturalista francês August de Saint-Hilaire (1779-1853). Em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, decorrida entre 1820-1821, Saint-Hilaire descreve a seguinte situação, bastante similar a algumas práticas ainda presentes na zona rural gaúcha:

Os habitantes dessa cabana, conforme disse-me meu guia, não possuem animais; mas vivem da carne de porcos selvagens que apanham com o laço. Esses animais são os porcos domésticos que escaparam para os campos e aí se reproduzem prodigiosamente. Têm a mesma origem que os cachorros e os jumentos selvagens (2002, p. 225).

A descrição de Saint-Hilaire sugere que história dos campos sulinos pode ser contada a partir de sucessivos processos de feralização, redomesticação e referalização. A proliferação de javalis em tempos recentes não é nenhuma novidade, mas ressoa experiências com criaturas do império contidas em um fundo histórico comum aos países do Prata e outras fronteiras coloniais (BULAMAH, 2020), cujas paisagens presentes e futuros possíveis estão sempre já prenhes de passado (INGOLD, 2000). Atualmente, no entanto, os javalis são considerados uma espécie invasora em todo o território nacional brasileiro, o que aponta para a confluência desses processos localizados no extremo sul do país com outras histórias de projetos fracassados de modernização e colonização.

Conforme Pedrosa *et al.* (2015), seriam identificáveis três ondas de disseminação do animal no Brasil. A primeira, representada pelo chamado porco-monteiro do Pantanal, remontaria à segunda metade do século XIX. A segunda onda, centrada na fronteira sul, teria sido desencadeada pelos descendentes dos espécimes importados por Anchorena ao Uruguai, em

finais da década de 1980. A terceira, por fim, teria origem na importação de javalis europeus e canadenses para criação e abate em vários pontos do país, vinculados ao agronegócio. Segundo os autores, na década de 1990, suinocultores das regiões Sul e Sudeste teriam sido seduzidos pela perspectiva de ganhos econômicos com a moda gastronômica das carnes exóticas.

Com o passar do tempo, no entanto, o negócio mostrou-se pouco rentável, em parte, devido às dificuldades técnicas de manejo do javali em ambientes confinados. Os criadores passaram, então, a selecionar animais cada vez maiores e mais pesados por meio do cruzamento com porcos domésticos para compensar o investimento perdido na importação. Esse processo resultou no agigantamento da linhagem híbrida em relação ao estoque importado original, que passou a ser chamada de “javaporco”. Em 1998, já sensibilizado pelo estado da proliferação do animal no extremo sul, o Ibama proibiu a importação de novos lotes e suspendeu o licenciamento de novos criatórios, o que levou, segundo os autores, a uma grande leva de solturas de javalis e javaporcos em vários pontos do país.

Na fronteira com o Uruguai, os descendentes dos animais introduzidos por Anchorena, nos anos 1920, protagonizam, hoje, um conflito com os proprietários rurais em torno da predação de cordeiros. Esta é uma situação que singulariza a pampa gaúcha com relação à “guerra ao javali” mais geral travada no resto do Rio Grande do Sul e do Brasil, onde predominam os ataques à lavoura e aos cultivos agrícolas (SORDI, 2020a, 2020b). Nesse contexto, pudemos verificar a prevalência de metáforas que associam a predação de ovinos ao abigeato, em uma economia moral do conflito com a fauna silvestre e assilvestrada, semelhante ao que ocorre com relação a grandes carnívoros em outros locais (LESCUREUX, 2006; SÜSSEKIND, 2014).

Sob outro aspecto, essas analogias também remetem às tensões sociais existentes na pecuária sulina entre patrões e empregados, patrões e peões, a partir de uma associação constitutiva do imaginário gaúcho entre feralização e traição. Em um quadro mais geral, entretanto, nossos interlocutores encaravam a presença dos javalis em seus campos como mais um dos fatores agravantes, em sinergia com muitos outros, do processo de declínio socioeconômico da região Sul do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas e da pecuária extensiva como um modo de vida específico, associado a um tipo de paisagem que lhe é correlata (SORDI, 2020a, 2020b).

Entre os vários riscos representados pelos javalis neste contexto, também se destacam preocupações de ordem sanitária. Suas recorrentes intera-

ções com animais de criação, sejam eles bovinos ou ovinos, mas, principalmente, lotes domésticos de *Sus scrofa*, são percebidas por autoridades sanitárias e ambientais como potenciais ameaças às cadeias produtivas agropecuárias. Os principais temores do Sistema Veterinário Oficial brasileiro com relação aos javalis e javaporcos se dão em torno da possibilidade de uns animais transmitirem doenças de alto impacto econômico, como a Peste Suína Clássica e a Peste Suína Africana, comprometendo, assim, o status da suinocultura brasileira perante a Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA, antiga OIE).

Entre os criadores de gado e ovelha da fronteira meridional, no entanto, os riscos sanitários associados ao javali evocam, sobretudo, o trauma dos grandes sacrifícios de animais decorrentes de surtos de febre aftosa ocorridos em décadas anteriores. A febre aftosa é uma doença infecciosa viral com longo histórico de controvérsias envolvendo o abate sanitário como mecanismo de controle e erradicação de focos (MEPHAM, 2001; WOODS, 2004a, 2004b). Na fronteira brasileiro-uruguaia, prevalece a memória social de um surto da doença, ocorrido em Santana do Livramento, que resultou no abate de mais de 10 mil bovinos e 5 mil ovinos em 2001, além da interdição de mais de 2 mil propriedades. Embora a maior parte dos pecuaristas ressalte a importância do reconhecimento da região como zona livre da doença, há diversas tensões entre o *modus operandi* da inspetoria sanitária e algumas práticas locais de criação. Retornarei a esse ponto mais adiante. Passemos agora ao capim-annoni.

Capim-annoni: de panaceia forrageira a erva daninha

No final do século XIX e início do XX, a emergência de novas elites agrárias ligadas à lavoura e à aplicação sistemática de conhecimentos científicos à produção agrícola aprofundou a percepção sobre a pecuária extensiva como um modo de produção arcaico e destinado à estagnação, tanto no Uruguai (ÁLVAREZ, 2012) como no Brasil (DA ROS, 2012). Com o esgotamento da fronteira pecuária¹¹, uma das maneiras habituais de a elite local aumentar a produtividade – isto é, o conflito armado com seus vizi-

¹¹ Segundo Da Ros (2012, p. 64), a ocupação das áreas pastoris no RS já estava praticamente concluída na segunda metade do século XIX. “As únicas áreas devolutas localizavam-se nas Serras do Uruguai e na Serra Geral, as quais eram totalmente cobertas por florestas.”

nhos platinos para aquisição de terra e gado – também arrefeceu, de maneira que a estância foi se descaracterizando como unidade militar e pastoril.

Assim, tradicionalmente limitada à expansão do fator de produção terra, e baseada em uma exploração pouco tecnificada dos animais e do campo natural, a pecuária sulina chegou ao final do século XIX já estagnada, sendo encarada por parte da elite urbana como um entrave à modernização. Seu histórico de sublevações contra o poder central, ademais, permanecia um motivo de desconfiança pelas demais elites brasileiras, o que resultou em um forte incentivo do poder central à imigração europeia e à colonização do Planalto rio-grandense por atividades outras que a pecuária extensiva.

Assumindo o poder em um momento de ocaso da criação e da charqueada, a ditadura do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) (1891-1927), de inspiração positivista, procurou estabelecer uma aliança pragmática com os setores ligados à pecuária, cedendo a algumas de suas pressões e reivindicações, ao mesmo tempo que buscava modernizar e diversificar a produção rural do estado (PESAVENTO, 1994). Nesse período, a figura do diplomata e político liberal Francisco de Assis Brasil (1857-1938) exerceu um papel predominante nas iniciativas de modernização agropecuária. Seu projeto tecnocientífico culminou com a construção, em 1912, de uma granja modelo na localidade de Pedras Altas, empreendimento bastante semelhante ao de Anchorena no Uruguai, no qual realizou uma série de experimentos e introduções: o cavalo árabe, o gado Devon e Jersey, a ovelha Karakul.

Em decorrência dos problemas de adaptação das novas raças ao ambiente sulino, criadores e governo do estado também procuraram inovar e encontrar soluções no campo da saúde animal, com a disseminação das vacinas e a construção de banheiras carrapaticidas. No entanto, a elite agrária reconhecera que a adaptação desses animais às paisagens gaúchas estava estreitamente ligada à questão das pastagens e seu manejo:

Em uma tese defendida no 3º Congresso de Criadores, em 1913, Ulisses Nonohay argumenta que os problemas do gado atribuídos à raça estão simplesmente na alimentação, e sugere à diretoria do congresso fazer uma “propaganda intensa do melhoramento dos campos como condição essencial para o melhoramento dos gados” (ZARTH, 2016, p. 80).

Assim, entre os anos 1920 e 1960, as estações agrônômicas do governo do Estado intensificaram as experiências com forrageiras, testando a aclimação adaptação de diversas espécies ao solo e ao clima dos campos sulinos. Para Zarth (2016, p. 81), no entanto, essas “eram experiências um

tanto inconsistentes em termos econômicos, na medida em que não consideravam esses aspectos no seu sentido mais amplo, como a própria estrutura agrária das áreas pastoris”. É justamente nesse contexto de experimentações que se insere a trajetória feral da *Eragrostis plana* Nees, no sul do Brasil. Reis (1993) e Focht (2008) indicam que os primeiros registros da gramínea no Rio Grande do Sul remontam à década de 1950, época da sua provável introdução acidental juntamente a um lote de capim de Rhodes (*Chloris gayana* Kunth) e de capim-chorão (*Eragrostis curvula* Nees), importado da África do Sul para a Estação Experimental Zootécnica de Tupaciretã.

Em 1951, o pecuarista Ernesto José Annoni teria identificado a planta em uma de suas fazendas, no município de Sarandi. Essa versão, no entanto, conflita com informações coletadas por Reis (1993), junto a antigos funcionários da Estação Experimental, segundo os quais a *Eragrostis plana* teria sido introduzida apenas em 1958, naquela instalação. Em todo caso, ainda segundo Reis (1993, p. 6), “o Sr. Ernesto José Annoni reconheceu, tempos depois, que levou, para Sarandi mudas, de *E. plana* recolhidas no acostamento da ferrovia sita a adjacente a E.E.Z. de Tupanciretã”. Isto é particularmente interessante do ponto de vista de uma ecologia feral das infraestruturas (TSING, 2021), na medida em que um dos interlocutores nos relatou, certa vez, que o annoni era uma planta que “gostava de corredor”, pois sempre a avistava às margens das rodovias e caminhos vicinais.

A história de Ernesto José Annoni, o homem que batizou e a quem se atribui a disseminação da planta nos campos sulinos, é ilustrativa das dinâmicas envolvidas nas mutações da paisagem agrária gaúcha da segunda metade do Século XX. Empresário rural e prefeito da cidade de Carazinho por duas vezes (de 1951 a 1955 e de 1959 a 1964), Annoni adquiriu, na década de 1940, uma das parcelas residuais da antiga Fazenda Sarandi, que passou a se chamar oficialmente Sarandi-Annoni (DICKEL, 2019). De acordo com Gehrardt e Zarth (2019), o latifúndio original, a Fazenda Sarandi (ou Sarandy), chegou a ter 71.160 ha. e compreendia as terras doadas ao Sargento-Mor João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, em 1831. Na segunda metade do século XIX, a propriedade foi legitimada por seus sucessores, a família Vergueiro, com base na Lei de Terras de 1850. Nesse processo, foram anexados outros 12 mil hectares à propriedade, tornando-a um dos maiores latifúndios do Rio Grande do Sul.

Em 1906, a propriedade foi vendida por Nicolau de Araújo Vergueiro a empresários uruguaios que iniciaram um projeto de colonização com

imigrantes europeus a partir de 1917. É preciso, no entanto, destacar que as terras da Fazenda Sarandi, até o início do século XX, estavam em boa parte cobertas por florestas de araucária, nas quais abundava a erva-mate (GEHRARDT; ZARTH, 2019). Assim sendo, os projetos de colonização levados a cabo na região envolveram um processo de expropriação do modo de subsistências de caboclos, extrativistas de erva-mate e outros pequenos agricultores, cujas expulsão e segregação social estão na origem das tensões fundiárias vividas no noroeste do Rio Grande do Sul, nas décadas subsequentes. Segundo Dickel (2019, p. 20), o latifúndio residual da Fazenda Sarandi, adquirido por Annoni em 1940, “proporcionava lucros satisfatórios à família proprietária”, a partir de atividades como a exploração florestal, a pecuária extensiva, o arrendamento e a parceria com pequenos colonos.

Na década de 1960, a partir da descoberta (ou introdução) da *Eragrostis plana* em suas terras, o Grupo Rural Annoni passou a comercializá-la com o nome de capim-annoni-2, sendo difundida por seu proprietário como “uma forrageira excelente e revolucionária”, de massa verde abundante e boa tolerância à intempérie (REIS, 1993, p. 7). Em verdade, a planta demonstrou ter, contudo, baixo valor nutritivo e pouca palatabilidade para ruminantes, além de competir com o campo nativo de forma desigual. Desde então, considera-se que o capim-annoni é a espécie exótica invasora de mais difícil controle nos campos gaúchos, cobrindo uma área de dois milhões de hectares, ou cerca de 20% da superfície de campos nativos no Rio Grande do Sul (BORGES DE MEDEIROS; FOCHT, 2007).

Além de se notabilizar como ponto de propagação da *Eragrostis plana*, a Fazenda Annoni também protagonizou alguns dos eventos mais dramáticos da luta pela terra e das questões fundiárias das décadas de 1970 e 1980. Classificada como “latifúndio por exploração”, nos termos do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964), que previa a desapropriação de grandes propriedades para fins de reforma agrária, a Fazenda Annoni foi objeto de uma intensa disputa entre a família proprietária, o Estado e agricultores sem-terra, que acabou culminando com a sua desapropriação durante o governo Médici e posterior ocupação em uma série de eventos emblemáticos relacionados à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (DICKEL, 2019).

De certa forma, a comercialização do capim-annoni pelo Grupo Rural homônimo, na década precedente à desapropriação da Fazenda, pode ser lida como um dos efeitos da transformação dos latifúndios em “empresas

rurais”, uma das formas que o Estado brasileiro encontrara para dar continuidade à estrutura fundiária concentrada no marco do novo Estatuto da Terra (BRUNO, 1997). Conforme Dickel (2019, p. 23), o aumento da produtividade agrícola “mediante o uso de novas tecnologias e métodos mais ‘racionais’ de exploração do solo também constituía princípios que norteavam a política agrícola do período, harmonizando a utilização da terra com o processo de industrialização do país”.

Como dito anteriormente, meus interlocutores costumavam salientar certa predileção do capim-annoni pelos campos degradados (*sujos*) e as faixas de domínio das estradas. Levando-se em conta o histórico de relações entre a trajetória da *Eragrostis plana* e as questões fundiárias gaúchas, é relevante destacar que, para um expressivo número de trabalhadores rurais contemporâneos, os pequenos trechos de pastagem entre o alambrado e o leito das estradas, onde oannoni prospera, são também espaços de criação. Trata-se da prática conhecida como *gado de corredor*: pequenos lotes de animais conduzidos por campeiros pobres, muitos deles habitantes das franjas rururbanas das cidades da pampa. É comum ouvir na região, portanto, “que o corredor é o campo do pobre” – uma expressão repleta de significados sociais e políticos.

No presente, a prática de *gado de corredor* tem sido alvo de autuações pelos órgãos de vigilância sanitária, como parte das medidas adotadas pelo governo estadual gaúcho para o reconhecimento do Rio Grande do Sul como zona livre de febre aftosa sem vacinação pelo Ministério da Agricultura e a OMSA¹². Desse modo, uma atividade e um espaço que sempre figuraram no imaginário patronal local como protagonizado e habitado por seres perigosos e daninhos – são figuras que transitam nos corretores: os abigeatários, os gaúchos errantes, os contrabandistas, os predadores noturnos, etc. – também ganham agora uma conotação sanitária, articulada no idioma da biossegurança (KECK, 2014; LAKOFF, 2007).

Considerações finais

Neste capítulo, procurei mostrar que os conceitos antropológicos de paisagem e feralização são instrumentos de grande valia para a compreensão dos processos de invasão biológica a partir de uma perspectiva ecológi-

¹² Durante a escrita deste capítulo, em maio de 2021, a OIE acabara de conferir este status ao Rio Grande do Sul.

ca não reducionista. Mais do que apontar a pertinência ou impertinência de determinados vocabulários que permeiam o debate científico e político sobre espécies exóticas invasoras e ameaças sanitárias, a compreensão desse fenômeno pela via da paisagem nos auxilia a pensar a proliferação de vitalidades ferais em contextos de degradação e arruinamento dos projetos e infraestruturas modernas sob outra perspectiva (TSING, 2021), bem como suas fricções com modos locais de habitar e produzir o ambiente (INGOLD, 2000).

Nesse sentido, não há como dissociar a expansão das duas espécies invasoras aqui enfocadas dos projetos de modernização agropecuária dos campos sulinos de que são historicamente tributários. De um lado, a introdução de javalis respondeu à demanda por uma paisagem mais “europeia” e “civilizada”, capaz de servir como matriz – no sentido de Berque (1984) – para as mesmas práticas cinegéticas que constituem o *ethos* aristocrático da “caça maior” no Velho Continente. De outro, o capim-annoni foi propagado como a solução para o problema da baixa produtividade das pastagens por representantes de uma classe agrária declinante, em um contexto de transições produtivas tendentes à expansão agrícola. Ao longo do tempo, a trajetória vital de ambas as espécies fugiu ao controle de seus introdutores originais, o que acentuou tendências de feralização já inscritas na paisagem desde a era colonial e promoveu uma “fenomenologia apocalíptica” das transformações ambientais (DALLA BERNARDINA, 2019) por parte daqueles que a habitam.

Por outro lado, à parte de suas semelhanças e trajetórias comuns, javalis e gramíneas invasoras engendram possibilidades de ação e reação distintas, inerentes às condições animal e vegetal de existência. Quanto a isso, Dominique Lestel afirma que:

Uma verdadeira interatividade vem com um homem que pode coordenar suas ações, através de *encadeamentos complexos e significantes*, com as do animal, pelo viés do amansamento, da domesticação, da caça, do ritual de combate, etc. Esse não é o caso do vegetal. (...) A temporalidade das ações vegetais, cuja existência não se coloca em dúvida, é por demais lenta para representar qualquer significado para o homem. Concorde-se ou não, a mobilidade interativa com o homem é um atributo maior de inteligência. Sob essa ótica é interessante notar que a ameaça vegetal, por exemplo, é sempre percebida em termos de “massa” ou de “coletivo” e vivenciada sob o modo da “propagação”, como uma epidemia, mais do que sob o da “estratégia”, como pelo animal (LESTEL, 2011b, p. 42).

Com efeito, as diferenças de percepção de risco envolvendo as temporalidades animal e vegetal apresentam desafios que transcendem os obje-

tivos imediatos deste artigo. De toda forma, trata-se de um eixo possível de desdobramento para as questões aqui colocadas, na linha do que tem sido proposto como uma “virada” ou filosofia do vegetal (COCCIA, 2018). Para concluir, basta reconhecer, por ora, que uma espécie, por si só, não produz um ambiente, quanto mais uma espécie a que se designam os problemáticos atributos de “exótica” e “invasora”. Em suma, se a presença dos javalis e do capim-annoni nos campos sulinos tem algo a nos ensinar, é o fato de que as antigas recomendações antropológicas em prol do holismo metodológico continuam válidas e pertinentes para as abordagens contemporâneas multiespecíficas e mais que humanas, especialmente quando combinadas a ecologias substantivas da simbiose e a compreensões da paisagem como fenômeno histórico e temporal.

Referências

- ÁLVAREZ, Maria Fernanda T. Tornar-se nativo / a resistência do liso. In: STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. M. (orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. p. 153-173.
- ANDERSON, Virginia. *Creatures of empire: how domestic animals transformed early America*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BACKHAUS, Gary. Introduction. In: BACKHAUS, Gary; MURUNGI, John. *Tensional landscapes: the dynamics of boundaries and placements*. Lanham: Lexington Books, 2003. p. xi-xxix.
- BARETTA, Silvio R. D.; MARKOFF, John. Civilization and Barbarism: cattle frontiers in Latin America. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 587-620, 1978.
- BARRÁN, José Pedro. *Historia de la sensibilidad en el Uruguay*. La cultura “bárbara” (1800-1860). El disciplinamiento (1860-1920). Montevideo: Banda Oriental, 2012.
- BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. *Espace géographique*, Paris, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.
- BESSA, Altamiro S. (org.). *A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.
- BORGES DE MEDEIROS, Renato; FOCHT, Telmo. Invasão, prevenção, controle e utilização do capim-annoni-2 (*Eragrostis plana* Nees) no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista agropecuária gaúcha*, Porto Alegre, v. 13, n. 1-2, p. 3-28, 2007.

BRASIL. *Instrução Normativa n. 3*, de 31 de janeiro de 2013. Autoriza o controle populacional do javali – *Sus scrofa* – em todo território nacional e dá outras providências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ibama.

BRASIL. *Instrução Normativa n. 12*, de 25 de março de 2019. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ibama.

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra* (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

BULAMAH, Rodrigo C. Pode um porco falar? Doença, sistemas e sacrifício no Caribe. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 57, p. 57-92, 2020.

COCCIA, Emmanuele. *A vida das plantas: uma metafísica da mistura*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Naturing the nation: Aliens, apocalypse and the postcolonial state. *Journal of South African Studies*, v. 27, n. 3, p. 627-651, 2001. DOI:10.1080/13632430120074626.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DALLA BERNARDINA, Sergio. Le gibier du apocalypse: chasse et théorie du complot. *Ethnologie Française*, Nanterre, n. 39, p. 79-88, 2009.

DA ROS, César Augusto. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. *World Anthropologists Network*, n. 4, p. 139-171, 2009. Disponível em: http://ramwan.net/old/documents/05_e_Journal/journal-4/jwan4.pdf. Acesso em: 9 abr. 2022.

DICKEL, Simone. A Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul: disputa de direitos, luta pela terra e ação dos sujeitos. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 8, n. 2, p. 18-36, 2019.

DRUSCHKE, Caroline G.; MEYERSON, Laura A.; HYCHKA, Kristen. From resoration to adaptation: the changing discourse of invasive species management in coastal New England under global environmental change. *Biological Invasions*, v. 18, n. 3, p. 2.739-2.747, 2016. DOI: 10.1007/s10530-016-1112-7.

FALL, Juliet J. Biosecurity and ecology: beyond the nativism debate. In: DOBSON, Kezia; TAYLOR, Sarah L.; DOBSON, Andrew (eds.). *Biosecurity: the socio-politics of invasive species and infectious diseases*. London: Routledge, 2013. p. 167-182.

FARINATTI, Luis. A. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha rio-grandense (século XIX). In: PINÓS DA COSTA, Behnur; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Maria Eliana Graeff (orgs.). *A sustenta-*

bilidade da Região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, 2010, p. 62-87.

FILIPPUCCI, Paola. Landscape. In: *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. 2016. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/landscape>. Acesso em: 30 ago. 2021 (verbete).

FOCHT, Telmo. Ecologia e dinâmica do capim-annoni-2 (*Eragrostis plana* Nees), uma invasora dos campos sulinos: prevenção da sua expansão. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

GEHRARDT, Marcos; ZARTH, Paulo A. Ervateiros em conflito: extrativismo da erva-mate, ervais públicos e privatização. In: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. *Estado, configuração da terra e conflitos agrários: norte do RS e oeste de SC*. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 135-152.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GOES FILHO, Synesio S. *Alexandre de Gusmão (1695-1753): o estadista que desenhou o mapa do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

GRUPPUSO, Paolo; WHITEHOUSE, Andrew. Exploring Taskscapes: an introduction. *Social Anthropology*, 28, 3, p. 588-597, 2020. DOI: 10.1111/1469-8676.12789.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, ano 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar [1951]. In: *Ensaios e conferências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 11-38.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

KECK, F. “From Purgatory to Sentinel: ‘Forms/Events’ in the Field of Zoonoses.” *The Cambridge Journal of Anthropology*, v. 32, n. 1, p. 47-61, 2014.

KIRKSEY, S. Eben; HELMREICH, Stefan. The emergency of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v. 4, n. 5, p. 546-576, 2010. DOI: 10.1111/j.1548-1360.2010.01069.x.

KIRKSEY, Eben. *Emergent ecologies*. Durham: Duke University Press, 2015.

KUEFFER, Christoph. Integrating Natural and Social Sciences for Understanding and Managing Plant Invasions. In: LARRUE, S. (ed.). *Biodiversity and Society in the Pacific Islands*. Marseille: Presses Universitaires de Provence; Canberra: ANU ePress, 2013. p. 73-98.

LARSON, Brendon M. H. The war of the roses: demilitarizing invasion biology. *Frontiers in Ecology and Environment*, v. 3, n. 9, p. 495-500, 2005. DOI: 10.2307/3868637.

LAKOFF, Andrew. “From Population to Vital System: National Security and the Changing Object of Public Health”. *ARC Working Paper*, v. 7, 2007.

LESCUREUX, Nicolas. Towards the necessity of a new interactive approach integrating ethnology, ecology and ethology in the study of the relationship between Kyrgyz stockbreeders and wolves. *Social Science Information*, v. 45, n. 3, p. 463-478, 2006. DOI:10.1177/0539018406066536.

LESTEL, Dominique. *As origens animais da cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LIDSTRÖM, Suzanna; WEST, Simon; KATZSCHNER, Tania; PÉREZ-RAMOS, Maria Isabel. Invasive Narratives and the inverse of slow violence: alien species in science and society. *Environmental Humanities*, n. 7, p. 1-40, 2015. DOI: 10.1215/22011919-3616317.

LOWE, S.; BROWNE, M.; BOUDJELAS, S.; De POORTER, M. *100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a selection from the Global Invasive Species Database*. ISSG, IUCN, 2004.

MCFALL-NGAI, M. The squid-vibrio association: a naturally occurring experimental model of animal-bacterial partnership. In: HUFFNAGLE, G.; NOVERR, M. (eds.). *Gut microbiota and regulation of the immune system*. Austin: Landes Bioscience Press, 2008. p. 102-112.

Mc NEELY, Jeffrey A. Xenophobia or conservation: some human dimensions of invasive alien species. In: ROTHERHAM, Ian D.; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and Introduced plants & animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 19-38.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLEAU-PONTY. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MEPHAM, Ben. “Foot and Mouth Disease and British Agriculture: Ethics in a Crisis.” *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 14, p. 339-47, 2001.

MOORE, Jason W. *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

PEDROSA, Felipe; SALERNO, Rafael; PADILHA, Vinicius B.; GALETTI, Mauro. Current distribution of invasive feral pigs in Brazil: economic impacts and ecological uncertainty. *Natureza e Conservação*, n.13, p. 84-87, 2015. DOI: 10.1016/j.ncon.2015.04.005.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PEREIRA, Fabíola Mattos; RIETH, Flávia M. S.; KOSBY, Marília. Inventário Nacional de Referências Culturais – Pecuária, Bagé/RS. In: BEVILAQUA, Ciméa Barbato; VELDEN, Felipe Vander (orgs.). *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas*

antropológicas entre humanos e animais. São Carlos: EdUFSCar; Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 189-206.

PILLAR, Valério P.; VÉLEZ, Eduardo. Extinção dos campos sulinos em unidades de conservação: um fenômeno natural ou um problema ético. *Natureza e Conservação*, v. 8, n. 1, p. 84-86, 2010.

REIS, José C. L. Capim-annoni-2: origem, morfologia, características, disseminação. In: MACEDO, Wilfredo (org.). *Reunião Regional de Avaliação da Pesquisa com Annoni 2*. Bagé: Embrapa, 1993. p. 5-21.

RONZONI, Raul. *Anchorena: la leyenda del patricio aventurero*. Montevideo: Fin de Siglo, 2020.

SAGOFF, Mark. Who is the invader? Alien species, property rights and the Police power. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D.; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 79-108.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>. Acesso em: 9 abr. 2022 (verbete).

SIMBERLOFF, Daniel. The rise of modern invasion biology and American attitudes towards introduced species. In: ROTHERHAM, Ian Rotherham D. Rotherham; LAMBERT, Robert A. (eds.). *Invasive and introduced plants and animals: human perceptions, attitudes and approaches to management*. London: Earthscan, 2011. p. 121-135.

SIMBERLOFF, Daniel. *Invasive species: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SORDI, Caetano. Mobilização e predação: a guerra contra espécies invasoras sob duas perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, p. 207-237, 2020.

SORDI, Caetano. Bicho bandido: wild boars, biological invasions and landscape transformations on the Brazilian-Uruguayan border (Pampas region). *Social Anthropology*, v. 28, p. 614-628, 2020. DOI: 10.1111/1469-8676.12785.

SÜSSEKIND, Felipe. *O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

TSING, Anna L. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

TSING, Anna L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, Anna L. O antropoceno mais que humano. *Ilha: Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

WOODS, Abigail. "The Construction of an Animal Plague: Foot and Mouth Disease in Nineteenth-Century Britain." *Social History of Medicine*, v. 17, n. 1, p. 23-39, 2004a.

WOODS, Abigail. Why slaughter? The cultural dimensions of Britain's foot and mouth disease control policy, 1892-2004. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, v. 17, p. 341-62, 2004b.

ZARTH, Paulo A. Introdução de novas raças de gado no sul do Brasil (1870-1950). *História: debates e tendências*, Passo Fundo (RS), v. 16, n. 1, p. 72-91, 2016.

PARTE 4

Ambiente e sociedade: uso e gestão de recursos comuns

Esclarecendo pressupostos na gestão costeira: análise dos valores e incertezas embutidos nos índices de qualidade de praias¹

Briana Angélica Bombana
Eduard Ariza

Introdução

A análise das praias como sistemas socioecológicos (SSE) (por exemplo, DEFEO; MCLACHLAN, 2005, BOTERO; HURTADO, 2009) começou a ser desenvolvida apenas nos últimos anos, após quase três décadas de uso de análises e ferramentas de classificação e certificação, que, apesar de contribuir para esse corpo de conhecimento, falharam em abordar verdadeiramente a complexidade existente desses sistemas (ARIZA *et al.*, 2008). Embora tradicionalmente seja considerada um processo objetivo, a escolha de quais componentes e interações são necessários para entender o comportamento dos SSE é influenciada pelos valores, interesses e antecedentes dos cientistas (ROSEN, 1993; SAREWITZ, 2004; BREMER; GLAVOVIC, 2013). Fazer ciência para as políticas públicas envolve, portanto, uma série de renúncias. Dessa forma, as abordagens para a gestão das praias como SSE têm tradicionalmente focado em um número muito limitado de funções das praias, tais como sua função como locais de recreação no verão e espaços de amortecimento em caso de tempestades (JAMES, 2000; LOZOYA *et al.*, 2014; ARIZA *et al.*, 2016). Este processo tem priorizado narrativas específicas por sobre outras, resultando em uma falta de escrutínio do funcionamento geral destes sistemas.

¹ Traduzido do artigo original da revista *Ecological Indicators*, volume 91, Briana Bombana & Eduard Ariza, *Clarifying some assumptions of coastal management: Analysis of values and uncertainties embedded in beach quality indexes*, p. 376-385, direitos autorais 2023, com permissão da Elsevier pelo número de licença 5555910818034.

A avaliação aqui apresentada escolhe e explora a contribuição potencial da Ciência Pós-Normal (CPN) – uma perspectiva epistemológica tomada como guia, a qual enfatiza os altos riscos e incertezas envolvidos em problemas socioecológicos e alternativas (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1990) – à gestão das praias, destacando os contextos e narrativas nela escondidos. Em termos práticos, nós avaliamos criticamente o conhecimento embutido nos índices de qualidade de praia existentes. Nós começamos a análise com o BQI (consulte a Seção 2) e a expandimos para outros cinco índices conhecidos de qualidade de praias, por meio da identificação, triagem e avaliação de seus pressupostos científicos. Para tanto, nós aplicamos uma das ferramentas operacionais da CPN: o método NUSAP.

Antecedentes dos índices de qualidade de praias e sua estrutura epistemológica

1. A evolução das ferramentas de gestão de praias

Uma linha consolidada de pesquisa em praias levou ao desenvolvimento de práticas e ferramentas de gestão. No primeiro livro dedicado a este tópico, a gestão de praias é definida como um “subconjunto da gestão costeira, mas com particular referência à gestão local pragmática” (WILLIAMS; MICALLEF, 2009). Aqui, prêmios, esquemas de classificação e certificação e conjuntos de indicadores para medir o desempenho das praias são identificados desde 1985, quando o esquema de classificação e certificação da Bandeira Azul foi desenvolvido como uma resposta da indústria do turismo à crise do turismo de massa e seus impactos subsequentes nos recursos naturais (FRAGUELL *et al.*, 2013).

Após o esquema de classificação e certificação da Bandeira Azul, diferentes iniciativas começaram a aparecer em diferentes países (por exemplo, LEATHERMAN, 1997; MORGAN, 1999), concebidas para apoiar a atividade de lazer costeiro nas praias, considerando, de forma muito limitada, os aspectos ambientais (WILLIAMS; MICALLEF, 2009). Mais importante, elas representavam as praias como uma fotografia estática ao invés de um sistema dinâmico, já que sua metodologia usual consistia em preencher uma lista de requisitos de desempenho das praias (e.g. MIR-GUAL *et al.*, 2015), classificando “onde ocorrem as ‘melhores praias’” (WILLIAMS;

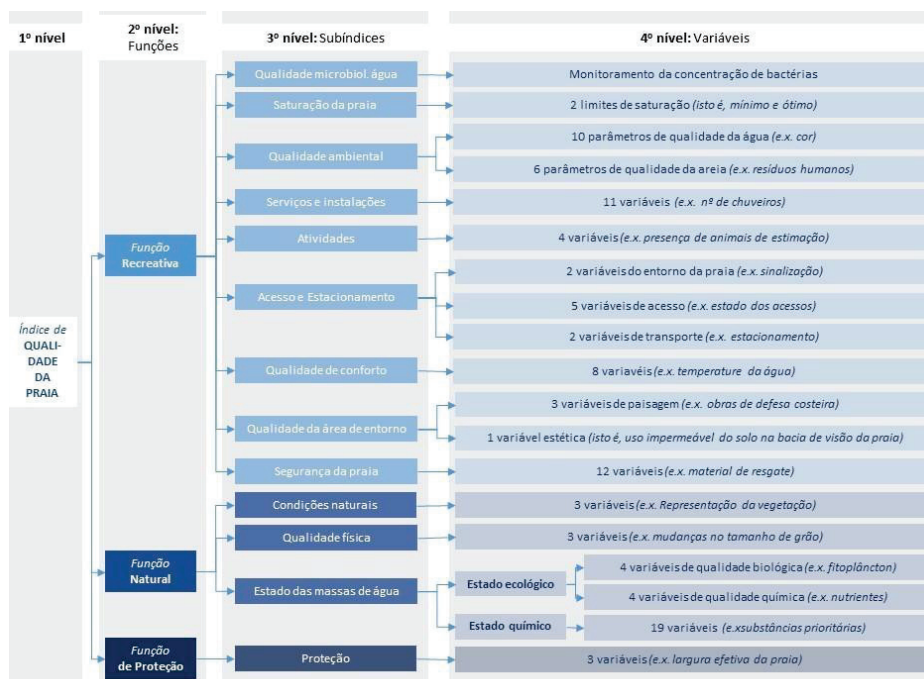
MICALLEF, 2009), a maioria deles independentemente das especificidades e interações socioecológicas.

No final da década de 1990, os últimos avanços nas pesquisas sobre sustentabilidade propondo abordagens mais sistêmicas, principalmente os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) (SEIFFERT, 2009), começaram a convergir com a pesquisa em gestão de praias (YEPES *et al.*, 1999). Isso levou a um processo mais integrativo através da inclusão de diferentes partes interessadas na análise e na tomada de decisão, como é o caso da norma espanhola UNE-EN ISO 14.001 (WILLIAMS; MICALLEF, 2009). No entanto, os padrões de qualidade foram limitados em sua cobertura dos sistemas socioecológicos de praia devido a sua vocação para a competitividade no mercado do setor turístico (YEPES, 2005).

O novo século trouxe uma virada, quando as praias foram expressamente definidas como sistemas socioecológicos, e a abordagem de gestão baseada em ecossistemas foi incluída na estrutura conceitual do campo em questão (ARIZA *et al.*, 2008). Desde então, os cientistas têm proposto que os ativos naturais das praias devem ser melhor incorporados aos esquemas clássicos de classificação e certificação de praias (FRAGUELL *et al.*, 2016, LUCREZI *et al.*, 2015), bem como novas metodologias para capturar a complexidade das praias, a fim de fornecerem informações para uma gestão sustentável (ARIZA *et al.*, 2010; BOTERO *et al.*, 2015; CERVANTES; ESPEJEL, 2008; SEMEOSHENKOVA *et al.*, 2015, TODD; BOWA, 2016; LUCREZI *et al.*, 2016).

O Índice de Qualidade de Praia (do inglês, BQI: *beach quality index*; ARIZA *et al.*, 2010, 2012) foi o primeiro índice projetado para atender a diferentes sistemas e funções de praia em uma estrutura integrada (WILLIAMS; MICALLEF, 2009). Hierarquicamente organizado em quatro níveis (Figura 1), o primeiro corresponde à ferramenta total, e o segundo às três funções de praia identificadas (natural, proteção e recreação), seguido por um terceiro nível composto por 13 subíndices, que finalmente implantam as variáveis de medição correspondentes (quarto nível).

Figura 1: A organização estrutural dos componentes do BQI



Fonte: Adaptado do BQI (ARIZA *et al.*, 2010).

2. A avaliação das incertezas

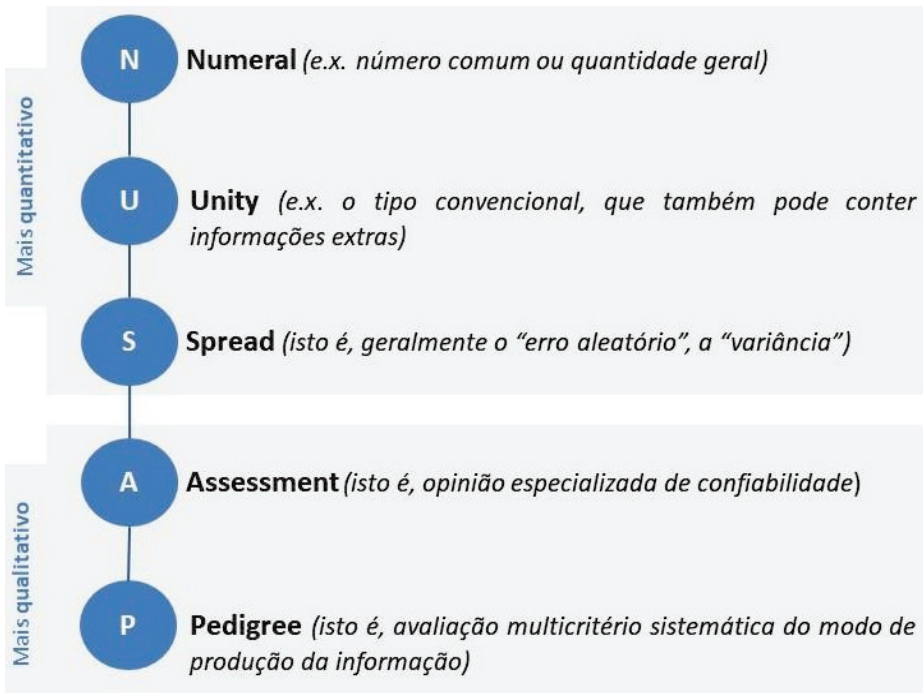
As metodologias desenvolvidas até a data² para capturar as praias como sistemas multidimensionais (mais na Tabela 1) incluíram narrativas não acadêmicas de forma limitada, ou seja, somente através da inclusão pontual das percepções dos usuários da praia. Elas não consideraram a avaliação multidimensional das incertezas durante o processo de construção dos índices (WALKER *et al.*, 2003), e não incluíram verificações de sua utilidade como guia para decisões políticas nos assuntos da praia.

A CPN, mais do que um guia epistemológico, busca trazer as incertezas dos problemas complexos contemporâneos para o centro dos estudos acadêmicos (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1990). Ela oferece uma alternativa para a análise e o diagnóstico de incertezas: o método NUSAP (Figura 2).

² Lembramos que este artigo foi originalmente publicado no ano de 2018.

NUSAP é um acrônimo para, respectivamente, os termos Numeral, Unidade, Propagação, Avaliação e Linhagem/ascendência³ (do inglês, *Numeral, Unity, Spread, Assessment and Pedigree*). Enquanto Numeral e Unidade se referem à abordagem da estatística tradicional, a Propagação amplia as dimensões de incerteza e inexatidão, a Avaliação de confiabilidade inclui a avaliação metodológica e a Linhagem/ascendência integra a qualidade do processo de produção, considerando-se as estruturas epistemológicas existentes; de forma que a carga de valores subjacentes às avaliações acadêmicas possa ser destacada (VAN DER SLUIJS *et al.*, 2003).

Figura 2: As dimensões da incerteza, avaliadas pelo método NUSAP



Fonte: Adaptado de FUNTOWICZ; RAVETZ (1990); VAN DER SLUIJS *et al.* (2003).

³ No nosso caso, o *pedigree* não mostra ascendência, mas é uma descrição avaliativa do modo de produção (e, quando relevante, de uso antecipado) da informação. Portanto, nessa tradução, optou-se por manter o termo em inglês “pedigree” para referir-se à descrição mencionada.

O NUSAP pode ser implementado por uma matriz de avaliação de *pedigree*, a qual pode assumir diferentes formas (por exemplo, VAN DER SLUIJS *et al.*, 2003; KLOPROGGE *et al.*, 2011; LAES *et al.*, 2011) através de um conjunto de critérios de *pedigree*, como objetividade do analista e (des)acordo entre pares sobre a base de conhecimento. A matriz usada em Van der Sluijs e Wardekker (2015) foi adaptada para este trabalho (mais detalhes abaixo) e representa um processo estrutural quali-quantitativo para avaliar os pressupostos, números e teorias por trás do conhecimento disponível.

Quando Mayumi e Giampietro (2006) discutiram as quatro fontes de incertezas apresentadas por Knight (1964) – percepção, antecipação, efeito e implementação –, eles selecionaram o primeiro como crucial para a CPN. A percepção e a subsequente representação da “realidade” que nos cerca são constringidas por certas limitações, de acordo com as quais os fatos devem ser abordados tendo em conta os meios utilizados para colocar uma questão compartilhada em perspectiva. A este respeito, o tratamento da propriedade de robustez (do inglês, *strength*) é a parte mais inovadora do método NUSAP, pois é uma maneira de reagir à incerteza da percepção, especialmente devido ao foco na avaliação do processo de produção da informação (RAVETZ; FUNTOWICZ, n.d.). Até o momento, o método NUSAP não foi utilizado para a análise das narrativas e pressupostos das praias como SSE, bem como das suas incertezas associadas. Assim, a presente pesquisa fornecerá uma nova contribuição metodológica e analítica para o campo em questão, ao abordar o desafio epistemológico da complexidade das praias e os índices de qualidade das praias.

Métodos

A identificação dos índices de qualidade das praias para a sustentabilidade foi realizada através de uma busca na base de trabalhos científicos *Scopus* utilizando os termos “praia” e “índices”. Aqueles que abordam as praias como um sistema multidimensional (Tabela 1) foram selecionados.

Tabela 1: Referência, objetivo principal e desenho dos índices de praia

Índices (nomes em inglês)	Autores	Objetivo principal e desenho do índice
Beach Quality Index (BQI)	ARIZA <i>et al.</i> (2010, 2012)	Avalia a qualidade das praias urbanas e semiurbanas, que pondera e permite comparar três conjuntos de subíndices. Cada uma delas corresponde a uma das três funções da praia: recreativa, protetora e natural. Além disso, foram realizadas avaliações econômicas.
Integrated Beach Evaluation Index (IBVI)	CERVANTES; ESPEJEL (2008)	Avalia a qualidade das praias urbanas arenosas recreativas através da ponderação de um conjunto de subíndices, divididos em capacidade recreativa, opinião e atitude dos usuários, e subíndices monetários.
Index of Environmental Quality in Tourist Beaches (ICAPTU, acrônimo em espanhol)	BOTERO <i>et al.</i> (2015)	Avalia a qualidade ambiental das praias por meio da qualidade ecossistêmica, sanitária e recreativa das praias.
Semeoshenkova <i>et al.</i> Index	SEMEOSHEN-KOVA <i>et al.</i> (2015)	Avalia a qualidade das praias analisando a qualidade ambiental, o bem-estar humano e a riqueza.
Beach Health Index (BHI)	TODD; BOWRA (2016)	Analisa a saúde das praias oceânicas, estudando as funções das praias enfatizadas pelo BQI.
Beach Evaluation Index (BEI)	LUCREZI <i>et al.</i> (2016)	Avalia as praias arenosas por meio de um conjunto de indicadores: descrição da praia (recreação e gestão), dimensão humana (atitude e opinião dos utentes da praia) e cálculos monetários.

A avaliação do conhecimento dos índices acima mencionados foi conduzida por meio de um conjunto metodológico a seguir delineado, da forma em que foi abordado cronologicamente. Vinte e cinco pressupostos principais (Apêndice I) foram identificados e pontuados. Nós identificamos/testamos “in situ”, com o apoio dos atores⁴ da costa catalã, os pressupostos n° 2, e n° 7 a 25, do Apêndice 1, pertencentes ao BQI (desenvolvido para a costa catalã). A avaliação foi, então, ampliada aos pressupostos do restante dos índices selecionados (pressupostos n° 1 a 6 do Apêndice I). Mais tarde, no presente artigo, discutiremos os dez pressupostos mais fracos resultantes de todo o processo.

⁴ Por atores, consideramos aquelas pessoas responsáveis, interessadas ou afetadas pela gestão da praia.

1. Pré-identificação de pressupostos: destaque de dimensões e narrativas da costa catalã

Uma reunião multissetorial (*multi-atores*) foi realizada em Barcelona no dia 1º de abril de 2016, para codificar as dimensões, narrativas e prioridades da gestão de praias da costa catalã. Estavam presentes na reunião cinquenta e sete partes interessadas dos três níveis de governo⁵ (ou seja, estatal, regional e municipal), o setor privado (por exemplo, empresas de consultoria e organizações de certificação), instituições acadêmicas, a sociedade civil organizada (por exemplo, plataformas de cidadãos em prol do meio ambiente) e uma combinação dos tipos referidos (por exemplo, clusters para o desenvolvimento de atividades náuticas). Esta foi a primeira tentativa conhecida de integrar a sociedade civil organizada na escala da Catalunha. De forma conjunta, os assistentes destacaram e discutiram as questões costeiras mais proeminentes. Ao adaptar a Metodologia de Planejamento Participativo e Gestão Associada (POGGIESE, 1993), a reunião identificou:

1.1. Dimensões que compõem os sistemas socioecológicos das praias catalãs

Seguindo MUNDA (2005), para esta pesquisa, as dimensões foram conceituadas como um nível de análise amplo o suficiente para exibir objetivos específicos, indicadores e variáveis. As dimensões compreenderam uma ou mais funções e elementos do BQI. Por exemplo, a dimensão Morfodinâmica inclui a função de proteção das praias, mas também outros elementos, como o transporte de sedimentos.

As dimensões do SSE praia na costa catalã são: 1. Atividade recreativa, 2. Morfodinâmica, 3. Ecologia e patrimônio natural, 4. Economia da praia, e 5. Governança e gestão. Devido à complexidade desta última dimensão, o que requereria uma análise mais profunda, nós decidimos não explorá-la diretamente neste estudo.

1.2. Narrativas da costa catalã

As diferenças nos valores sociais, perspectivas e interesses são manifestadas através de narrativas, ou seja, a ‘história’ que as explica (GAR-

⁵ Destacamos que, ainda que apresentem semelhanças, as divisões administrativas da Espanha são diferentes das existentes no Brasil. Neste caso, consideramos respectivamente, o Estado espanhol (estatal), a Comunidade Autônoma da Catalunha (regional) e os municípios (municipal).

NÅSJORDET *et al.*, 2012). O(s) objetivo(s) de qualquer estudo relacionado à gestão, como é o caso das ferramentas de avaliação como indicadores, é o reflexo da(s) narrativa(s) sendo levadas em consideração. Assim, quando caracterizadas, as narrativas apoiam a identificação de vieses subjacentes aos índices de praias. Para a costa catalã, as seguintes narrativas foram delineadas como prevalecentes (MOLINA, 2016):

1. Crescimento econômico: As praias são um recurso para turismo e lazer;

2. Desenvolvimento sustentável: As praias são espaços naturais e públicos. O turismo é uma das principais atividades econômicas do litoral. Há necessidade de regulamentação, inclusão social e proteção ambiental;

3. Gestão integrada da zona costeira: As praias são um espaço natural. A gestão está muito focada em serviços e instalações turísticas. Há a necessidade de princípios integrativos e de uma visão sistêmica;

4. Proteção ambiental: As praias são espaços naturais de grande importância. É essencial proteger a zona costeira, especialmente porque apenas algumas áreas não são altamente impactadas pelas atividades humanas.

Os diferentes processos e relações que ocorrem dentro e entre uma ou mais dimensões foram explicados pelas partes interessadas usando uma ou mais narrativas, isto é, estas se distribuem transversalmente através das dimensões (MOLINA, 2016).

2. Identificação e avaliação de pressupostos

Os autores compilaram uma lista de vinte e cinco suposições principais (Apêndice I) por meio do contraste entre os processos de criação dos índices selecionados e a análise mencionada acima e a literatura sobre indicadores socioecológicos (por exemplo, MARTINEZ-ALIER *et al.*, 1998; MUNDA, 2005; GARNÅSJORDET *et al.*, 2012; GIAMPIETRO; SALTELLI, 2014). Dado que a nossa motivação primeira foi verificar se as praias eram realmente abordadas como SSE, a busca por pressupostos focou na parcialidade da conceituação (escolhas pré-analíticas (KOVACIC, 2015)) por trás da estrutura índices de qualidade de praias.

Os pressupostos científicos podem conectar diferentes conceitos relacionados, como visto em Van der Sluijs e Wardekker (2015), portanto, torná-los explícitos pode reduzir o viés das avaliações, aumentar a qualidade do conhecimento de base e melhorar a avaliação da incerteza (KLOPROGGE *et al.*, 2011). Vale ressaltar, no entanto, que os autores que constroem os

pressupostos também podem exibir limites particulares de conhecimento e perspectivas (KLOPROGGE *et al.*, 2011). Para minimizar a arbitrariedade e subjetividade do julgamento especializado qualitativo (VAN DER SLUIJS *et al.*, 2003), neste estudo, os pressupostos foram avaliados por meio dos critérios exibidos na matriz de *pedigree* da Tabela 2, de acordo com os quais pontuações podem ser outorgadas dentro de uma faixa de debilidade de 0 (baixa) a 4 (alto).

Tabela 2: Matriz de avaliação *pedigree*

	Baixa debilidade		Alta debilidade		
Pontuação	0	1	2	3	4
Influência de limitação de recursos	Sem limitações	Pouca influência	Influência moderada	Influência importante	Completamente influenciado
(Im)Plausibilidade	Muito plausível	Plausível	Aceitável	Pouco plausível	Fictício ou especulativo
Espaço para escolha	Sem alternativas disponíveis	Nº muito limitado de alternativas	Nº pequeno de alternativas	Nº médio de alternativas	Ampla gama de alternativas
(Des)Acordo entre pares	Acordo completo	Alto grau de acordo	Escolas que competem	Baixo grau de acordo (estágio embrionário)	Baixo grau de acordo (controvérsias)
Objetividade do analista	Insensível	Pouco Sensível	Moderadamente sensível	Altamente sensível	Muito altamente sensível
Influência nos resultados globais das dimensões em questão	Pouca ou nenhuma influência	Impacto local nos cálculos	Impacto notável em um passo maior dos cálculos	Impacto moderado no resultado final	Impacto importante no resultado final

Fonte: Adaptada de VAN DER SLUIJS; WARDEKKER (2015).

Os critérios de *pedigree* (VAN DER SLUIJS; WARDEKKER, 2015) são:

- **Influência das limitações de recursos:** avalia se o pressuposto foi incluído devido a limitações de recursos (como dados, dinheiro, tempo, *software*, recursos humanos, etc.). Sem estes, o analista teria incorporado um pressuposto diferente.
- **(Im) Plausibilidade:** Este valora o nível de concordância, principalmente com base numa avaliação (intuitiva), entre o pressuposto e a “realidade” observada.

- Espaço de escolha: analisa o número de pressupostos alternativos disponíveis para além do pressuposto escolhido. Em geral, pode-se dizer que um espaço de escolha maior torna as preferências do analista mais arbitrárias.
- (Des)acordo entre pares: O acordo ou desacordo dos pares neste corpo de conhecimento é valorizado na seleção do pressuposto. Isso pode variar nos diferentes corpos de conhecimento.
- Objetividade do analista: analisa até que ponto o pressuposto pode ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelas preferências do analista: pontos de vista, interesses, antecedentes culturais, disciplinas e trajetória pessoal.
- Influência nos resultados globais da(s) dimensão(ões) em questão: Isso avalia o impacto que a escolha do pressuposto poderia ter sobre o resultado final da dimensão em questão.

2.1. O caso da Catalunha: avaliação dos pressupostos do BQI

Da lista de vinte e cinco, aqueles pressupostos relacionados ao BQI (pressupostos nº 2 e 7 a 25) foram testados *in situ* (por partes interessadas), antes da identificação e pontuação dos pressupostos presentes em todos os índices selecionados. O referido teste foi realizado por intermédio de grupos focais (GFs) e um questionário online, aplicando a matriz de *pedigree* (Tabela 2) em um processo estendido de revisão por pares. Este processo de revisão também verificou a influência dos vieses particulares dos presentes autores (KLOPROGGE *et al.*, 2011), por uma avaliação inicial, em cada GF, dos pressupostos redigidos.

2.1.1. O desenvolvimento dos grupos focais

Nós organizamos e conduzimos quatro GFs (Tabela 3), cada um deles correspondendo às dimensões de praia identificadas na reunião multiatores que, por sua vez, são explicados por uma ou mais narrativas (coluna da direita da Tabela 3). Ao todo, 24 representantes de diferentes instituições participaram dos encontros, satisfazendo, assim, requisitos das metodologias de GFs (BRYMAN, 2012). Primeiro, foram apresentados os subíndices do BQI relacionados ao assunto específico do GF. Em segundo lugar, revisamos a redação dos pressupostos correspondentes por intermédio da sua leitura e discussão de forma conjunta. Por fim, nós avaliamos os pressupostos através da aplicação da matriz de *pedigree*.

Tabela 3: Structure of the FGs regarding the sub-indexes and narratives approached, and the number and profile of the participants

Grupo focal	Subíndices correspondentes	Participantes		Narrativas principais abordadas
		Nº	Perfis principais	
Atividade Recreativa	Qualidade microbiológica da água*; Saturação da praia; Qualidade ambiental; Serviços e instalações; Atividades; Acesso e estacionamento; Qualidade de conforto e Segurança praial.	6	Pares acadêmicos: 1 especialista em Percepção Social, 2 especialistas em Turismo e Lazer Costeiro, 1 especialista em Gestão Integrada de Praias. Governo local: 1 tomador de decisão em Assuntos Ambientais, 1 especialista em Mobilidade Reduzida.	Crescimento econômico.
Ecologia e patrimônio natural	Qualidade da área de entorno, condições naturais e o estado ecológico e químico do corpo de água*	5	Pares acadêmicos: 1 especialista em Gerenciamento Integrado de Praias, 1 especialista em Geografia Costeira. Administração Regional: 1 especialista em Ordenamento do Território. Empresa de consultoria: 1 fabricante e usuário de Informações Costeiras. Sociedade civil organizada: 1 ativista de Proteção Ambiental.	Proteção ambiental, gestão integrada de zonas costeiras.
Morfodinâmica	Qualidade física e proteção	6	Pares acadêmicos: 2 especialistas em Geologia Costeira, 1 especialista em Engenharia Costeira. Administração do Estado: 2 especialistas em Engenharia Costeira. Empresa de consultoria: 1 especialista em Restauração de Praias.	Crescimento econômico, desenvolvimento sustentável.
Economia	Métodos disponíveis de valoração econômica, especificamente o Método de Custo de Transporte e os Preços Hedônicos.	7	Pares acadêmicos: 1 especialista em Geografia Econômica, 1 especialista em Geografia Costeira, 1 especialista em Gestão Integrada de Praias, 1 especialista em Sustentabilidade, 1 especialista em Economia do Turismo, 1 especialista em Economia Costeira, 1 especialista em Sistemas de Informação.	Crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e gestão integrada de zonas costeiras.

* Conforme previsto pelo BQI, o Índice Microbiológico de Qualidade da Água e o Índice de Estado Químico e Ecológico do Corpo de Água (anteriormente chamado de Índice de Poluição Areia-Água) são atualizados para os novos requisitos da União Europeia (EU), respectivamente, a Diretiva 2006/7/EC e a Diretiva 2000/60/EC.

2.1.2. Questionários *online*

Uma pesquisa *online* (em www.surveymonkey.com) foi utilizada como ferramenta complementar para testar os pressupostos da dimensão da ecologia e do patrimônio natural, ou seja, pressupostos nº 2, 16, 17, 18 e 19 do Apêndice I. Quatro especialistas avaliaram esses pressupostos usando a

matriz de pedigree. Concomitantemente, foram solicitados a comentar sobre a identificação e a redação dos pressupostos sobre praias.

2.2. *Expansão do teste na Catalunha: Revisão, comparação e destaque dos pressupostos*

Os procedimentos seguidos para avaliar os pressupostos do BQI permitiram que os autores finalmente pudessem especificar os pressupostos relacionados a todos os índices de qualidade de praia considerados (pressupostos nº 1 a 6 do Apêndice I), aos quais eles também inferiram pontuações de *pedigree* (aplicação da Tabela 2). Esses pressupostos foram identificados, escritos e pontuados pelos autores da pesquisa. Esse processo serviu para iniciar uma ampla discussão sobre a qualidade do conhecimento produzido no campo dos instrumentos de avaliação de praias.

Devido a diferenças nos assuntos abordados e na pontuação dada por cada grupo de atores, nós revisamos e homologamos as pontuações de *pedigree* identificadas para ambos os pressupostos associados ao BQI e demais índices. Isto serviu para estabelecer comparações entre pressupostos e, principalmente, destacar os dez mais fracos, ou seja, aqueles que apresentaram as pontuações mais altas de média de *pedigree* e do critério de influência nos resultados globais. Nós focamos nossa discussão nesses dez pressupostos mais fracos. A fim de esclarecer isso, apresentamos uma tabela de pontuação (Tabela 4) e o diagrama (Figura 3) na próxima seção.

Tabela 4: Pontuação de pedigree dos pressupostos selecionados

	Pressupostos	Influência da limitação de recursos	(Im)Plausibilidade	Espaço para escolha	(Des)Acordo entre pares	Objetividade do analista	Pontuação média de pedigree	Influência nos resultados finais da dimensão em questão
I	A observação (e medição) dos processos relacionados às atividades recreativas, ao patrimônio natural e ecologia, e à morfodinâmica das praias são suficientes para analisar a sustentabilidade desses SSE	2 (Moderadamente influenciado)	2,5 (Aceitável a pouco plausível)	3 (Número médio de alternativas)	2 (Escolas que competem)	3,5 (Altamente a muito altamente sensível)	2,2	4 (Impacto importante no resultado final)

II	Características específicas, tais como o tipo de sedimento da praia, a forma da praia, o grau de urbanização e o tipo de residência no entorno não influenciam os processos do SSE praia	2,5 (Moderadamente a importante influenciado)	4 (Fictício ou especulativo)	3 (Número médio de alternativas)	1 (Alto grau de acordo)	1,5 (Pouco a moderadamente sensível)	2	4 (Impacto importante no resultado final)
III	A satisfação do usuário da praia é o objetivo principal dos estudos do SSE praia	1 (Sem limitações)	2,5 (Aceitável a pouco plausível)	2,5 (Número pequeno a médio de alternativas)	4 (Baixo grau de acordo (controvérsias))	3 (Altamente sensível)	2,2	4 (Impacto importante no resultado final)
IV	Os diferentes processos do SSE praia são comensuráveis	1,5 (Pouco a moderadamente influenciado)	4 (Fictício ou especulativo)	2 (Número pequeno de alternativas)	4 (Baixo grau de acordo (controvérsias))	2,5 (Moderadamente a altamente sensível)	2,3	4 (Impacto importante no resultado final)
Pontuação média		1,8	3,3	2,6	2,8	2,6	2,2	4
V	A avaliação da qualidade do entorno (artificialização da área em uma faixa interior de 500m ao redor da praia e em uma faixa marítima de 200m a partir da praia emersa), do estado das condições naturais da parte emersa da praia, e do estado ecológico, físico-químico das massas de água, fornece uma medida adequada da gestão do patrimônio ecológico e natural das praias catalãs	2 (Moderadamente influenciado)	1,5 (Plausível a aceitável)	2 (Número pequeno de alternativas)	2 (Escolas que competem)	2,5 (Moderadamente a altamente sensível)	1,17	3 (Impacto moderado no resultado final)

BOMBANA, B. A.; ARIZA, E. • Esclarecendo pressupostos na gestão costeira: análise dos valores e incertezas embutidos nos índices de qualidade de praias

VI	O monitoramento do estado (e potencial) do sistema de dunas é adequado e suficiente para determinar o património da parte emersa das praias catalãs. Esse estado (e potencial) do sistema de dunas é determinado pela avaliação numérica da presença de sistema típico de espécies florais de dunas na Catalunha, a extensão da área de vegetação de duna em relação à parte controlada pelo vento e a avaliação visual da dimensão do habitat	3 (Importantemente influenciado)	2,5 (Aceitável a pouco plausível)	3 (Número médio de alternativas)	2 (Escolas que competem)	1,5 (Pouco a moderadamente sensível)	2	2 (Impacto notável em um passo grande dos cálculos)
VII	A morfodinâmica da praia deve ser avaliada por meio da análise da capacidade da praia para proteção costeira e os impactos humanos na estrutura física da praia	1 (Sem limitações)	2 (Aceitável)	2 (Número pequeno de alternativas)	2 (Escolas que competem)	2,5 (Moderadamente a altamente sensível)	1,6	3 (Impacto moderado no resultado final)
VIII	A largura efetiva da praia, a linha de alcance de tempestade e a largura mínima da praia permitem uma boa representação da capacidade das praias para a proteção costeira. O uso do modelo <i>SBeach</i> é adequado para calcular a capacidade de proteção da praia nas praias catalãs	2,5 (Moderadamente a importante-mente influenciado)	2,5 (Aceitável a pouco plausível)	2 (Número pequeno de alternativas)	2 (Escolas que competem)	1 (Pouco sensível)	1,7	2 (Impacto notável em um passo grande dos cálculos)

IX	Os impactos antropogênicos na qualidade física das praias podem ser identificados pelas mudanças no tamanho de grão, superfície da praia e regime de ondas	2 (Moderadamente influenciado)	2,5 (Aceitável a pouco plausível)	1 (Número muito limitado de alternativas)	1 (Alto grau de acordo)	1 (Pouco sensível)	1,3	2 (Impacto notável em um passo grande dos cálculos)
X	Todos os valores das praias podem ser expressos em termos monetários	1 (Sem imitações)	4 (Fictício ou especulativo)	3 (Número médio de alternativas)	2 (Escolas que competem)	3 (Altamente sensível)	2,2	3 (Impacto moderado no resultado final)
Pontuação média		1,9	2,5	2,2	1,8	1,9	2,6	2,5
Pontuação total média		1,5	2,3	2	1,8	1,8	1,6	2,6

Resultados e discussão

1. Robustez dos índices

A Tabela 4 apresenta as pontuações atribuídas aos dez pressupostos mais fracos. Eles se revelaram um tanto robustos (a pontuação média do pedigree é de 1,6 de 4). As deficiências mais importantes foram detectadas, respectivamente, para (im)plausibilidade (2,3), espaço de escolha (2), objetividade dos analistas (1,8), (des)acordo entre pares (1,8) e a influência nas limitações de recursos (1,5). A influência nos resultados globais, embora analisada à parte, apresentou a maior pontuação (2,6).

1.1. Análise individual dos principais pressupostos

I - A observação (e medição) dos processos relacionados às atividades de lazer, patrimônio natural e ecologia, e a morfodinâmica das praias são suficientes para analisar a sustentabilidade destes SSE

As ferramentas de gestão analisadas apresentaram subíndices correspondentes predominantemente às dimensões das atividades recreativas, patrimônio natural e morfodinâmica, marginalizando outros, como aqueles destacados pela reunião participativa multiatores ou por alguns dos índices (por exemplo, BEI, BQI, BHI e IBVI da Tabela 1), ou seja, as dimensões da economia da praia, da gestão integrada-governança, e da cultura e religião-espiritualidade. Nossa experiência de caso demonstrou que as praias como SSE seriam mais bem compreendidas se os índices também contabilizassem as dimensões marginalizadas, abordando suas narrativas explicativas e

as transformando em novos subíndices (com objetivos particulares). Ou seja, uma visão mais holística da praia é necessária.

II - Características específicas como o tipo de sedimento da praia, a forma da praia, o grau de urbanização e o tipo de residência no seu entorno não influenciam os processos das praias como SSE

Apesar do reconhecimento parcial por aqueles que desenvolveram os índices estudados sobre a influência de características específicas das praias nos elementos e processos do SSE, a maioria de seus subíndices não incluía variáveis para endereçá-las. Exceções são encontradas nos subíndices de serviços e instalações (no BQI, o índice de SEMEOSHOVA *et al.* e o BHI), que respondem pelo grau de urbanização no entorno da praia. Se os subíndices não diferenciarem as características (especificidades locais) necessárias para uma avaliação robusta, o estado dos diferentes elementos ou processos de praia não é devidamente avaliado. As limitações de recursos demandam uma priorização das mais relevantes para cada subíndice. Por exemplo, o grau de urbanização, embora central para serviços e instalações, não influenciaria o conforto do usuário diretamente, o qual inclui aspectos da estrutura da praia morfológica (por exemplo, inclinação, largura) e condições climáticas.

III - A satisfação dos usuários da praia é o principal objetivo dos estudos sobre praias

A satisfação dos usuários da praia, apoiada pelas narrativas correspondentes ao turismo e lazer (crescimento econômico e, parcialmente, desenvolvimento sustentável; MOLINA, 2016), parece prevalecer sobre outros objetivos de gestão de praia em todos os índices. No BQI, os subíndices correspondentes à dimensão da atividade recreativa são predominantes. Mesmo quando são incluídos os subíndices para as dimensões da morfodinâmica e patrimônio natural e ecologia, isso é feito com o objetivo de promoção de certos tipos de recreação. Por exemplo, variáveis para medir a gestão de resíduos são especialmente focadas nos impactos potenciais desses resíduos na percepção dos usuários, ao invés de outros impactos mais ligados ao SSE geral. Vale ressaltar, no entanto, que esse pressuposto aumentaria em plausibilidade quando o foco dos estudos está naquelas praias com maiores níveis de urbanização e, geralmente, com mais serviços e instalações (LOZOYA *et al.*, 2014).

Conforme reconhecido pelos autores dos índices (ARIZA *et al.*, 2010; BOTERO *et al.*, 2015; CERVANTES; ESPEJEL, 2008; SEMEOSHENKOVA *et al.*, 2015; TODD; BOWA, 2016; LUCREZI *et al.*, 2016), estes foram principalmente construídos para praias recreativas, enfatizando uma preferência pela satisfação do usuário da praia. No entanto, a restrição da análise a apenas um objetivo (ou seja, promover a satisfação do usuário) não explicará adequadamente a complexidade dos processos e inter-relações da praia. Os processos socioecológicos que ocorrem nas praias não cessam apenas porque estas são gerenciadas principalmente como espaços recreativos, portanto subíndices que respondem a outros processos do SSE além das atividades recreativas também devem ser incluídos. Este pressuposto obstrui conceituações mais integradas e coletivas (BREMER, 2013; GARNÅSJORDET *et al.*, 2012), mantendo a visão reducionista da praia como um espaço meramente recreativo (JAMES, 2000; LOZOYA *et al.*, 2014).

IV - Os diferentes processos do SSE praia são comensuráveis

As ferramentas analisadas utilizam procedimentos de ponderação e agregação (ou seja, uma cadeia de cálculo) para estabelecer um único resultado, expresso por um número ou classe de avaliação, e lidam apenas rudimentarmente com sua inexatidão embutida. Embora os índices procurassem valorizar as diferentes representações não equivalentes de praias (KOVACIC, 2015), eles assumem que diferentes elementos, processos e inter-relações podem ser comparados e ponderados da mesma forma, traduzindo-os inadequadamente em subíndices e variáveis práticas. Em outras palavras, eles assumem comensurabilidade (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 1998).

As críticas aos índices compostos, especialmente por parte de alguns economistas, destacam que diferentes representações não equivalentes das praias não podem ser reduzidas sem a perda de informações relevantes e um inevitável conflito entre narrativas (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 1998; MUNDA, 2004; GIAMPIETRO; SALTELLI, 2014). Mais tempo e novas ferramentas e métodos participativos seriam necessários para melhor considerar as representações não equivalentes da praia, mas uma mudança para uma lógica incomensurável é a principal prioridade nessa direção. Por exemplo, o índice de Semeoshenkova *et al.* (2015), apesar de usar ponderação (ou seja, classificação dos subíndices e variáveis) e uma agregação linear, exibiu os resultados por meio de um gráfico de radar que destaca as diferentes dimensões analisadas.

V - *A avaliação da qualidade do entorno (artificialização do interior continental em uma faixa de 500m ao redor da praia, e artificialização do mar na parte da praia imersa em uma faixa de 200m), do estado das condições naturais na parte da praia emersa, e os aspectos ecológicos, físico-químicos e estado químico das massas de água fornecem uma medida adequada para a gestão da ecologia e do patrimônio natural das praias da Catalunha*

Embora os subíndices da qualidade do entorno, condições naturais, e o estado das massas de água abrangem os principais aspectos ecológicos e do patrimônio natural ocorrentes nas praias, parte dos seus atributos naturais pode estar sendo negligenciada. No caso da Catalunha, sugestões para uma análise mais completa da dimensão em questão incluiu subíndices para a medição de valores geológicos (por exemplo, dunas antigas), espécies de fauna (e.g. *Charadrius alexandrinus*) e patrimônio da parte da praia submersa (e.g. construções biogênicas marinhas mediterrâneas).

VI - *O monitoramento do estado (e potencial) do sistema dunar é adequado e suficiente para determinar o patrimônio natural da parte emersa das praias catalãs. Este estado (e potencial) é determinado pela avaliação numérica da presença de espécies da flora do sistema dunar na Catalunha, a extensão da vegetação de duna em relação à parte controlada pelo vento da praia e a avaliação visual da dimensão do habitat*

Na análise da dimensão da ecologia e do patrimônio natural (parte emersa da praia), assume-se que a sua avaliação seria suficientemente realizada através do monitoramento das características acima mencionadas sobre o estado dos sistemas dunares da Catalunha. Apesar disso, nem todas as praias da Catalunha têm potencial para abrigar dunas naturais (PINTÓ *et al.*, 2014). Conforme observado por um dos respondentes ao questionário: “áreas arenosas com materiais mais grosseiros (que nunca formam cinturões de dunas e, conseqüentemente, nunca apresentam espécies da flora dunar) poderiam receber um baixo valor de conservação, apesar de estarem bem preservadas”. Uma medida mais bem adaptada ao contexto catalão valorizaria outros ativos da parte emersa das praias, considerando uma faixa mais ampla de tipos de praias (não apenas aqueles com sistemas de dunas em potencial). A observação de outras espécies vegetais que não as dunares, bem como falésias e comunidades de invertebrados, foi discutida.

VII - *A morfodinâmica da praia deve ser avaliada por meio da análise da sua capacidade de proteção costeira e impactos humanos sobre a estrutura física da praia*

A observação de outros atributos/processos além da capacidade de proteção costeira e impactos humanos na estrutura física contribuiria para uma visão mais ampla da dimensão morfodinâmica da praia. Alguns exemplos desses atributos/processos são aqueles que contribuem para a evolução costeira (por exemplo, mudança de formas de praia e, em última análise, características geomorfológicas) e filtragem de água (por mudanças de pressão no leito em zonas de surf). Parte do viés dado pelo pressuposto relaciona-se ao habitual destaque dado à função de proteção na praia pelas ferramentas de gestão (JAMES, 2000).

VIII - *A largura efetiva da praia, o alcance da tempestade⁶ e a largura mínima da praia permitem uma boa representação da capacidade das praias para a proteção costeira. O uso do modelo SBeach é adequado para calcular a capacidade de proteção de praias em praias catalãs*

Os primeiros fatores que enfraquecem a plausibilidade desse pressuposto são as limitações do modelo, *SBeach*, que estima a capacidade de proteção da praia através do cálculo da largura efetiva da praia, o alcance da tempestade e a largura mínima da praia. Este modelo (LARSON; KRAUS, 1989 em THIELER *et al.*, 2000) foi projetado para prever e erosão de praias e dunas causada por tempestades, e a formação e o movimento de barras arenosas. Ele, então, assume a dinâmica da praia como um processo unidimensional (movimento *cross-shore* devido às ondas); apesar de ser uma realidade tridimensional, nenhuma perda ou ganho de sedimentos; e processos *longshore* uniforme (ou seja, eles não são considerados) (THIELER *et al.*, 2000). Além disso, o modelo requer um processo de calibração, a fim de ser aplicado na área de estudo, o qual não é geralmente realizado.

Este pressuposto também exclui condições importantes que decisivamente afetam a proteção costeira, como a altura da parte aérea das praias arenosas e a rotação praiial ocorrendo em praias de bolso⁷, como ocorre em uma parte significativa da costa catalã. A principal alternativa a isto seria fazer uma análise da evolução da linha de costa para cada praia, permitin-

⁶ Do inglês, *storm reach*.

⁷ Do inglês, *pocket beaches*.

do a identificação de tendências de erosão/acrecção. Assim, ao invés de estimar a largura efetiva da praia, o alcance da tempestade e a largura mínima da praia, indicaria o potencial das praias para proteção costeira. Outras incertezas técnicas e metodológicas estariam embutidas nessa nova alternativa; no entanto, poderia reduzir a demanda por recursos e incluir as praias de bolso, tornando-se uma medida mais adequada para a realidade catalã.

IX - Os impactos antrópicos na qualidade física das praias podem ser identificados pelas mudanças no tamanho de grão, superfície da praia e regime de ondas

O BQI assume que processos não antropogênicos (naturais) não são capazes de alterar o tamanho do grão, a superfície da praia ou o regime das ondas. No entanto, dinâmicas naturais também seriam responsáveis por tais mudanças em algumas áreas costeiras; por exemplo o tamanho do grão pode variar nas praias adjacentes a desembocaduras de rios. Os rios são um agente de transporte que contribuem com sedimentos de tamanho de grão variável. Nesse sentido, a presente hipótese pode potencialmente induzir em erros na estimativa dos impactos antropogênicos. Como uma alternativa para o cálculo dos impactos antrópicos, uma sugestão foi feita e se refere à verificação direta da existência de intervenções anteriores (obras oficiais de engenharia) realizadas no litoral (por exemplo, alimentação de praias). Incertezas em relação a esse método foram enfatizadas, como a não identificação de alimentações de areia não oficiais; no entanto diminuiria a demanda de recursos para a análise.

X - Todos os valores de praia podem ser expressos em termos monetários

Todos os métodos de valoração econômica aplicados no IBVI, BQI e BEI – o método de custo de viagem (TCM)/preço hedônico (HP) – são apoiados pelo pressuposto em questão, que é epistemológico, fundamentado no campo da economia ambiental. Todos os valores de praia podem ser expressos em termos monetários, ou seja, são comensuráveis. Em contraste, a abordagem da economia ecológica representa a análise dos sistemas socioecológicos por meio de uma estrutura plural, em vez de confiar exclusivamente em valorações monetárias, assumindo a incomensurabilidade de valores e considerando as complexas relações do SSE.

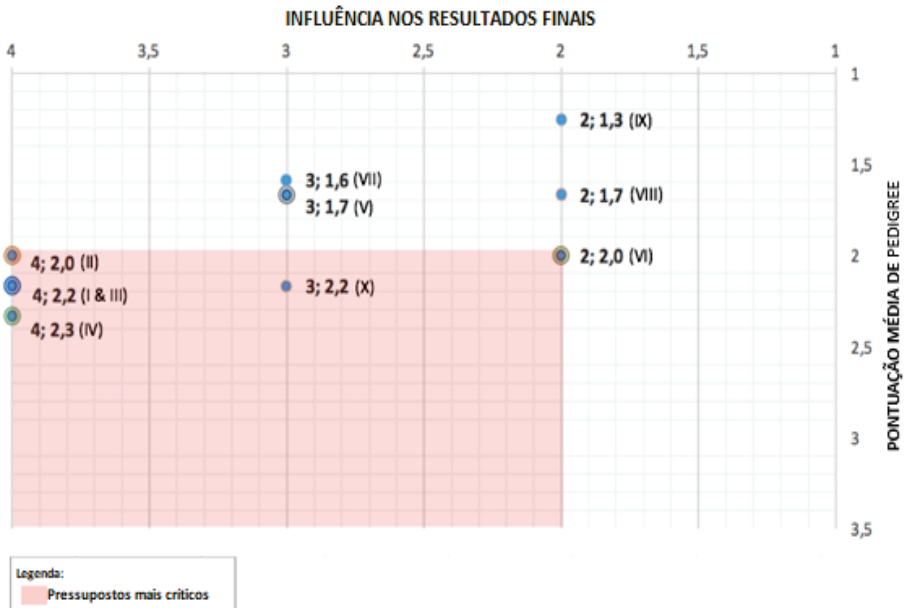
Perguntas como “É possível colocar um termo monetário em uma determinada espécie ou processo, que pode se desdobrar em uma variedade

de outros valores?” são destacadas (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1994). Sugestões alternativas a este pressuposto implicaria um conjunto mais amplo de valorações econômicas e não econômicas, tais como arcabouços multi-critérios (MUNDA, 2005). Embora isso possivelmente envolva mais recursos, inferimos que a escolha desse pressuposto é muito mais influenciada pela escolha pré-analítica por uma certa conceituação de valorações de praia.

1.2. Avaliação final dos principais pressupostos

A pontuação média do *pedigree* de cada pressuposto foi plotada em contraposição aos resultados do critério sobre influência nos resultados globais (Figura 3; como em KLOPROGGE *et al.*, 2011), a fim de agrupar os mais críticos. De lista de dez pressupostos, seis são colocados no canto inferior esquerdo do gráfico, demarcado pela área de cor vermelha clara em que o valor médio de *pedigree* e a influência dos resultados são \geq a 2, correspondendo ao “quadrante mais fraco”.

Figura 3: Diagrama de diagnóstico para a pontuação do *pedigree* dos pressupostos dos índices: aqueles localizados no canto inferior esquerdo são os mais críticos. Para melhor visualização, a escala dos eixos não corresponde à dos critérios (0 a 4)



Seguindo a representação gráfica acima mencionada, nós resumimos o que descobrimos ser os aspectos mais importantes de cada critério analisado, colocando alguns exemplos de pressupostos individuais. O grupo de pressupostos relacionados a todos os índices (I a IV) apresentou pontuações médias mais altas (alta debilidade) para todos os critérios em comparação com os pressupostos estritos ao BQI (V a X), exceto pelo pressuposto X. Essa diferença parece estar ligada a uma carga conceitual maior (e abstrata) dos pressupostos referentes a todos os índices, que são responsáveis por definir a forma como os subíndices são enquadrados para representar a praia como SSE. Os outros pressupostos (do BQI) referem-se a questões mais concretas e objetivas.

Em particular, as pontuações mais altas para o critério de influência nos resultados globais correspondem a pressupostos localizados na hierarquia mais alta dos índices (primeiro ou segundo nível; veja a hierarquia BQI na Figura 1), e podem ser encontradas em todos os índices selecionados. Além disso, por exemplo, o pressuposto IX, que é o mais forte dos dez, refere-se a um subíndice específico no terceiro nível do BQI. A influência nos resultados finais pode ser benéfica ou prejudicial para a qualidade da avaliação dependendo se o pressuposto é fraco ou forte. Uma alta influência é positiva no caso de pressupostos fortes (média de *pedigree* mais baixa em outros critérios).

As pontuações de (im)plausibilidade mostraram uma lacuna entre os índices e a “realidade” que procuram representar. O que os índices de praia afirmam fazer e o que eles realmente entregam carece de correspondência como em Giampietro e Saltelli (2014), pelo menos para aqueles pressupostos que carregam uma maior carga conceitual. Os modelos e índices podem estar errados quando o julgamento científico passa a ser externo ao que está em jogo (ALLEN *et al.*, 2017). Contrastando as narrativas identificadas com ambos os critérios de objetividade do analista e o (des)acordo entre pares destaca-se o papel da formação e interesses científicos na formulação dos índices.

A análise mostrou uma priorização das narrativas relacionadas à recreação de sol e praia em todos os índices, de alguma forma ainda reproduzindo as abordagens tradicionais (JAMES, 2000, LOZOYA *et al.*, 2014). Se outras narrativas, como a proteção ambiental, forem incluídas de forma mais equilibrada, diferentes objetivos e atributos poderiam ter sido adicionados na forma de dimensões e subíndices. De fato, as dimensões da praia, como SSE,

que não estão diretamente relacionadas com as narrativas para o desenvolvimento da atividade recreativa, compartilham da necessidade de inclusão de mais subíndices para melhor atender a seus objetivos (como nos pressupostos V e VII) e atualizar os existentes (por exemplo, pressuposto VIII).

O aconselhamento para outros objetivos de gestão de praia ao invés de recreação (e combiná-los em uma estratégia de gestão de uma praia determinada) requer mais desenvolvimentos, embora alguns autores já tenham avançado neste assunto. McLachlan *et al.* (2013) sugerem a adequação de algumas praias para a ocorrência de um uso misto (conservação e recreação) e Dadon (2018) sugere que uma gestão da praia de sucesso pode implantar diferentes objetivos resultantes de diversas intensidades de três forçantes de mudança: a demanda por serviços de qualidade, o uso e lazer públicos, e a sustentabilidade ambiental.

A inclusão de novos níveis de complexidade através dos objetivos de análise pode, se bem-feita, ser uma solução para os problemas existentes (ALLEN *et al.*, 2017). O primeiro passo para (re)construir índices deve ser incluir a pluralidade de narrativas e referências externas, estabelecendo diferentes dimensões, elementos e especificidades da praia (GARNÅSJORDET *et al.*, 2012; MAYUMI; GIAMPIETRO, 2006) que compõem este sistema complexo. No entanto, sem os processos reflexivos de avaliação necessários, nós não podemos buscar a síntese e a harmonia (PODGER *et al.*, 2016), nem dar conta de todas as narrativas existentes. Devemos, assim, aceitar diferentes valores, interesses e posições para uma determinada estrutura de dados e subíndices, o que apoiaria o enfrentamento dos pressupostos relevantes.

A pontuação média para o espaço de escolha demonstrou que, embora pequeno, há espaço para atualizações de índices que sejam capazes de fornecer aproximações mais realistas da complexidade no futuro. As alternativas aos pressupostos (re)enfatizaram as possibilidades de incluir outras narrativas na forma de subíndices além daqueles com foco em atividades recreativas e de incluir subíndices mais adequados às especificidades locais. Nesse sentido, os participantes dos GFs sugeriram a substituição de alguns dos índices BQI com outros mais realistas, que são mais relevantes ao caso catalão (por exemplo, pressupostos VIII e IX), apesar das incertezas que essas mudanças implicariam, o que destacou a tendência acadêmica para a idealização acima do pragmatismo (ARNOTT *et al.*, 2016). Complementarmente, observando que as menores pontuações médias de fraqueza fo-

ram encontradas para o critério de influência das limitações de recursos, inferimos que a melhoria adicional de subíndices mais adequados não dependeria necessariamente de mais recursos.

Como já mencionado nos Métodos (Seção 3), a identificação e a avaliação de pressupostos não é um processo objetivo (KLOPROGGE *et al.*, 2011), mas, ao fazê-lo por meio da inclusão da participação adequada de partes interessadas, pode ajudar a melhorar a gestão de incertezas (MAYUMI; GIAMPIETRO, 2006). A constante troca entre as partes interessadas da praia e a tentativa de identificar e relatar as principais falhas dos índices de praia devem ser promovidas (MARTÍNEZ; DOPHEIDE, 2014). O desenvolvimento dos índices a partir de uma abertura da ciência, com maior escrutínio público e foco na precaução, poderia levar a resultados mais democráticos, legitimados e criativos (BREMER; GLAVOVIC, 2013). Recomendamos, portanto, uma análise mais aprofundada do NUSAP para cada um dos índices abordados neste estudo. Também, uma extensão da análise do NUSAP para índices que abordam outras áreas e problemas costeiros (por exemplo, índices de vulnerabilidade) podem ser apreciados. Isso ajudaria a construir capacidades sobre o processo de avaliação do conhecimento, gerar uma dinâmica inclusiva e aprimorar a discussão em torno das incertezas na gestão costeira.

Conclusões

A análise efetuada indicou que os pressupostos são um tanto robustos, embora deva ser dada especial atenção aos critérios de influência nos resultados globais, (im)plausibilidade e espaço de escolha. As pontuações mais altas (maior debilidade) corresponderam aos “pressupostos de todos os índices”, que apresentaram uma característica abstrata (menor correspondência com objetivos particulares) e maiores cargas conceituais. Por exemplo, o pressuposto mais fraco (número IV) é conceitualmente carregado pela escolha por uma análise de comensurabilidade, que leva a comparações de diferentes representações não equivalentes das praias, como SSE em todos os índices, pelo menos em seus níveis superiores de hierarquia, e sem um processo adequado de comunicação.

Os índices estudados abordaram a complexidade das praias recreativas de forma limitada. Suas avaliações são tendenciosas e não levam completamente em conta tipos alternativos de recreação e processos (ecológi-

cos, econômicos e de morfodinâmica) que são importantes para a sua sustentabilidade. Na maioria dos casos, a forma como os resultados dos índices é implantada não reflete representações não equivalentes do sistema praias, mesmo quando o foco na dimensão da atividade recreativa foi parcialmente compensado pela inclusão de outras dimensões. Eles também relatam as incertezas existentes de forma insuficiente. No que diz respeito aos pressupostos do BQI, sua maior contextualização e correspondência com objetivos mais concretos levaram a pontuações médias de pedigree mais baixas (maior robustez), embora a análise tenha refletido a predominância das narrativas de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, estabelecendo também um foco na recreação. Outras narrativas sugeriram a necessidade de subíndices e dimensões novos ou adaptados.

Observou-se uma dificuldade ao colocar em prática o discurso de sistemas complexos quando da estruturação de todos os índices. Isso foi especialmente denunciado pela pontuação média de (im)plausibilidade para todos os pressupostos e por uma tendência a confiar em dados científicos descontextualizados. Especificidades concernentes a narrativas, processos e manifestações particulares da complexidade (por exemplo, diversidade epistemológica e ontológica), precisam ser reconhecidas e levadas em consideração pela interface entre a ciência e a política, sempre que possível. Por exemplo, a incerteza irreduzível significa que, ainda que os subíndices de ecologia e patrimônio natural apresentassem altos valores de conservação, interações negativas poderiam estar ocorrendo, que poderiam ser uma ameaça direta a certas espécies devido a mudanças em uma variável não observada.

As sugestões de melhoria identificadas em todos os índices reforçaram o potencial da abordagem da CPN para apoiar a avaliação da qualidade de conhecimento. A observação de diferentes narrativas tornou concebível uma compreensão mais holística das praias como SSE. A presente análise foi especialmente útil para encontrar e avaliar pressupostos carregados conceitualmente e embutidos em todos os índices, bem como por reiterar que a influência da dependência do caso de estudo na definição de objetivos concretos (visto os pressupostos do BQI) pode dar suporte a avaliações mais robustas.

Finalmente, é importante notar que o apelo à abertura e à pluralização da ciência discutida neste estudo não busca negar a competência especializada dos cientistas, mas sim posicioná-los como mais um elemento na estrutura geral de possíveis epistemologias de praia.

Agradecimentos:

A primeira autora contou com o apoio do Ministério da Educação (Brasil) com uma bolsa CAPES (99999.001355/2015-05). Eduard Ariza reconhece o apoio de um contrato de Ramón y Cajal (RYC-2013-13392) do Ministerio de Economía y Competitividad (Espanha). Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto POLICLIMA (CSO2016-76842-C2-1-R) (Espanha). Finalmente, ambos os autores reconhecem a centralidade e agradecem sinceramente a todos os participantes deste estudo.

Referências

- ALLEN, T. F. H. *et al.* Mapping degrees of complexity, Complicatedness, and Emergent Complexity, *Ecol. Complexity*, in press, 2017.
- ARIZA, E. *et al.* Beyond performance assessment measurements for beach management: application to spanish mediterranean beaches. *Coastal Manage*, v. 36, n. 1, p. 47-66, 2008.
- ARIZA, E. *et al.* Proposal for an integral quality index for urban and urbanized beaches. *Environ. Manage*, v. 45, n. 5, p. 998-1.013, 2010.
- ARIZA, E. *et al.* On the relationship between quality, users' perception and economic valuation in nw mediterranean beaches. *Ocean Coastal Manage*, 63, p. 55-66, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2012.04.002>.
- ARIZA, E. *et al.* Is socio-ecological culture really being taken into account to manage conflicts in the coastal zone? Inputs from Spanish mediterranean beaches. *Ocean Coastal Manage*, 134, p. 183-193, 2016.
- ARNOTT, J. C. *et al.* Evaluation that counts: a review of climate change adaptation indicators & metrics using lessons from effective evaluation and science-practice interaction. *Environ. Sci. Policy*, 66, p. 383-392, 2016.
- BOTERO, C.; HURTADO, Y. Tourist beach sorts as a classification tool for integrated beach management in Latin America. *Coastline Rep.*, 13, p. 133-142, 2009.
- BOTERO, C. *et al.* Design of an index for monitoring the environmental quality of tourist beaches from a holistic approach. *Ocean Coastal Manage*, 108, p. 65-73, 2015.
- BREMER, S. Framing a 'post-normal' science-policy interface for integrated coastal zone management. In: *Global challenges in integrated coastal zone management. John Wiley & Sons Ltd.*, p. 179-191, 2013.
- BREMER, S.; GLAVOVIC, B. Mobilizing knowledge for coastal governance: re-framing the science-policy interface for integrated coastal management. *Coastal Manage*, v. 41, n. 1, p. 39-56, 2013.

- BRYMAN, A. *Social Research Methods*. Oxford University Press, 2012.
- CERVANTES, O.; ESPEJEL, I. Design of an integrated evaluation index for recreational beaches. *Ocean Coastal Manage*, v. 51, n. 5, p. 410-419, 2008.
- DADON, J. R. Beach management, beyond the double standard for client demands and environmental sustainability. In: Beach management tools – concepts, methodologies and case studies. *Spring*, p. 619-634, 2018.
- DEFEO, O.; MCLACHLAN, A. Patterns, processes and regulatory mechanisms in sandy beach macrofauna: a multi-scale analysis. *Mar. Ecol. Prog. Ser.*, 295, p. 1-20, 2005.
- FRAGUELL, R. *et al.* After over 25 years of accrediting beaches, has blue flag contributed to sustainable management? *J. Sustainable Tourism*, v. 24, n. 6, p. 882-903, 2016.
- FRAGUELL, R. *et al.* Las Certificaciones Ambientales Como Sistemas de Gestión de Los Usos Recreativos de Las Playas. In: Hacia Un Nuevo Modelo Integral de Gestión de Playas. *Documenta Universitaria*, Girona, Spain, p. 15-28, 2013.
- FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. Uncertainty and quality in science for policy. *Kluwer Academic Publishers*, 1990.
- FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. The worth of a songbird: ecological economics as a post-normal science. *Ecol. Econ.*, v. 10, n. 3, p. 197-207, 1994.
- FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. R. *La Ciencia Posnormal: Ciencia Con La Gente*, 1990.
- GARNÅSJORDET, P. A. *et al.* Sustainable development indicators: from statistics to policy. *Environ. Policy Governance*, v. 22, n. 5, p. 322-336, 2012.
- GIAMPIETRO, M.; SALTELLI, A. Footprints to nowhere. *Ecol. Indicators*, 46, 610-621, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolind.2014.01.030>.
- JAMES, R. J. From beaches to beach environments: linking the ecology, human-use and management of beaches in Australia. *Ocean Coastal Manage*, v. 43, n. 6, p. 495-514, 2000.
- KLOPROGGE, P. *et al.* A method for the analysis of assumptions in model-based environmental assessments. *Environ. Modell. Software*, v. 26, n. 3, p. 289-301, 2011.
- KNIGHT, F. H. *Risk, Uncertainty and Profit*. A. M. Kelley, New York, 1964.
- KOVACIC, Z. *Complexity Theory in quality assessment: Case Studies in Sustainability Science for Governance*. Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), 2015.
- LAES, E. *et al.* On the contribution of external cost calculations to energy system governance: the case of a potential large-scale nuclear accident. *Energy Policy*, v. 39, n. 9, p. 5.664-5.673, 2011.

BOMBANA, B. A.; ARIZA, E. • Esclarecendo pressupostos na gestão costeira: análise dos valores e incertezas embutidos nos índices de qualidade de praias

LEATHERMAN, S. P. Beach rating: a methodological approach. *J. Coastal Res.*, v. 13, n. 13, p. 253-258, 1997.

LOZOYA, J. P. *et al.* Users expectations and the need for differential beach management frameworks along the costa brava: urban vs. natural protected beaches. *Land Use Policy*, 38, p. 397-414, 2014.

LUCREZI, S. *et al.* Managing beaches and beachgoers: lessons from and for the blue flag award. *Tourism Manage*, 48, p. 211-230, 2015.

LUCREZI, S. *et al.* An assessment tool for sandy beaches: a case study for integrating beach description, human dimension, and economic factors to identify priority management issues. *Ocean Coastal Manage*, 121, p. 1-22, 2016.

MARTINEZ-ALIER, J. *et al.* Weak comparability of values as a foundation for ecological economics. *Ecol. Econ.*, v. 26, n. 3, p. 277-286, 1998.

MARTÍNEZ, J.; DOPHEIDE, E. Indicators: from counting to communicating. *J. Educ. Built Environ.*, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2014.

MAYUMI, K.; GIAMPIETRO, M. The epistemological challenge of self-modifying systems: governance and sustainability in the post-normal science era. *Ecol. Econ.*, v. 57, n. 3, p. 382-399, 2006.

MCLACHLAN, A. *et al.* Sandy beach conservation and recreation: guidelines for optimising management strategies for multi-purpose use. *Ocean Coastal Manage*, 71, p. 256-268, 2013.

MIR-GUAL, M. *et al.* A critical view of the blue flag beaches in Spain using environmental variables. *Ocean Coastal Manage*, 105, p. 106-115.

MOLINA, M. *Percepcions Sobre Política Pública Costanera a Espanya: El Cas de Catalunya*. Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), 2016.

MORGAN, R. A novel, user-based rating system for tourist beaches. *Tourism Manage*, v. 20, n. 4, p. 393-410, 1999.

MUNDA, G. Social multi-criteria evaluation: methodological foundations and operational consequences. *Eur. J. Operational Res.*, v. 158, n. 3, p. 662-677, 2004.

MUNDA, G. 'Measuring sustainability': a multi-criterion framework. *Environ. Dev. Sustainability*, v. 7, n. 1, p. 117-134, 2005.

PINTÓ, J. *et al.* Assessing current conditions of coastal dune systems of Mediterranean developed shores. *J. Coastal Res.*, v. 30, n. 4, p. 832-842, 2014.

PODGER, Dimity *et al.* Revealing values in a complex environmental program: a scaling up of values-based indicators. *J. Cleaner Prod.*, 134, p. 225-238, 2016.

POGGIESE, H. *Metodología FLACSO de Planificación-Gestión (Planificación Participativa y Gestión Asociada)*, 1993.

- RAVETZ, J.; FUNTOWICZ, S. *NUSAP – The management of uncertainty and quality in quantitative information*. Disponível em: <http://www.nusap.net/sections.php?op=viewarticle&artid=14> (September 28, 2017).
- ROSEN, R. On models and modeling. *Appl. Math. Comput.*, v. 56, n. 2-3, p. 359-372, 1993.
- SAREWITZ, D. How science makes environmental controversies worse. *Environ. Sci. Policy*, v. 7, n. 5, p. 385-403, 2004.
- SEIFFERT, M. E. *ISO 14.001 – Sistemas de Gestão Ambiental: Implantação Objetiva e Econômica*. 3. ed. São Paulo, Brazil: Editora Atlas S.A., 2009.
- SEMEOSHENKOVA, V. *et al.* *Development and application of an integrated beach quality index (BQI)*. Ocean Coastal Manage, 2015.
- VAN DER SLUIJS, J. P. *et al.* Towards A Synthesis Of Qualitative And Quantitative Uncertainty Assessment: Applications Of The Numeral, Unit, Spread, Assessment, *Pedigree (Nusap) System*, v. 25, n. 2, p. 6, 2003.
- VAN DER SLUIJS, J. P.; WARDEKKER, J. A. Critical appraisal of assumptions in chains of model calculations used to project local climate impacts for adaptation decision support – the case of baakse beek. *Environ. Res. Lett.*, v. 10, n. 4, 45005, 2015.
- THIELER, E. *et al.* The use of mathematical models to predict beach. *J. Coastal Res.*, v. 16, n. 161, p. 48-70, 2000.
- TODD, D. J.; BOWA, K. Development of beach health index for the Gold Coast, Australia. *J. Coastal Res. Special Issue Coconut Creek*, v. 75, n. 75, p. 710-714, 2016.
- WALKER, W. E. *et al.* Defining uncertainty: a conceptual basis for uncertainty management in model-based decision support. *Integr. Assess.*, v. 4, n. 1, p. 5-17, 2003.
- WILLIAMS, A.; MICALLEF, A. *Beach Management: Principles and Practice*. Eds. Allan Williams and Anton Micallef. UK/USA: Earthscan, 2009.
- YEPES, V. Sistemas de Gestión de Calidad Y Medio Ambiente Como Soporte de La Gestión Municipal de Las Playas. *Equipamiento y servicios municipales*, 117, p. 52-62, 2005.
- YEPES, V. *et al.* Gestión Turística de Las Playas: Aplicabilidad de Los Modelos de Calidad. *Revista de Obras Públicas*, v. 3, n. 385, p. 25-34, 1999.

A virada cosmopolita e as inovações de baixo carbono: o caso da certificação da soja

Julia S. Guivant

Introdução

Desde 2019, estão ocorrendo mudanças significativas na cadeia de fornecimento de soja, com as crescentes preocupações globais pelas mudanças climáticas e o aumento dramático dos níveis de desmatamento no Brasil sob o governo Bolsonaro, que passou a ter seus piores níveis desde 2007. O Instituto Nacional de Estudos Espaciais (INPE) informou um aumento de 85% no desmatamento na Amazônia de 2018 para 2019, assim como em níveis preocupantes em outros biomas. Nos primeiros quatro meses de 2020, estima-se que 1.202 km² foram desmatados na Amazônia brasileira, 55% a mais do que no mesmo período de 2019, que foi o pior ano em uma década. A produção de soja é a segunda maior causa de desmatamento no Brasil após a pecuária. Rajão *et al.* (2020) apontaram que cerca de 10% dos propriedades com soja na Amazônia e no Cerrado desmataram de forma potencialmente ilegal, desrespeitando os percentuais de reserva mínima impostos pelo Código Florestal de 2008. O Cerrado é a atual fronteira de expansão da soja, especialmente na região conhecida como MATOPIBA, que se refere às porções de Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e responde por cerca de 60% da produção total de soja do Brasil, cerca de 20 vezes a quantidade cultivada na Amazônia.

A reação internacional, fundamentalmente desde a União Europeia, tem alertado empresas e investidores a gerenciarem os diversos riscos de reputação. Essas pressões impactam produtores de alimentos, varejistas, investidores e operadores de commodities a reavaliar suas cadeias de suprimentos, em um esforço para combater o desmatamento e alcançar metas ambientais. Ainda com o novo governo de Lula da Silva (desde janeiro 2023), que adota estratégias significativas de controle ambiental na Amazônia e no Cerrado, as pressões internacionais continuam.

Neste contexto, a Round Table for Responsible Soy (RTRS), criada em 2006, adquire relevância, ao apelar com sua certificação a uma produção de soja em áreas não desmatadas e com diminuição das emissões de carbono. As *Round Tables* (nas cadeias de soja, óleo de palma, frutos do mar, biocombustíveis, por exemplo) são uma forma específica e recente da governança privada global ambiental (PONTE, 2014; PONTE; CHEYNS, 2013). No complexo da soja, as normas voluntárias de sustentabilidade (NVS) apresentam, no caso da RTRS, significativa importância. De acordo com Cechin e Nonnenberg (2023, p. 5) “as NVS consistem num conjunto de normas criadas por entidades privadas utilizando os mesmos princípios de normas técnicas e conceitos relacionados à sustentabilidade, que são conferidos via programas de certificação. Por esse motivo, as NVS costumam ser mais abrangentes que os padrões públicos como é o caso das medidas sanitárias e fitossanitárias e as barreiras técnicas ao comércio, pelo fato de incluírem requisitos mais rigorosos que os submetidos às regulamentações da Organização Mundial do Comércio”. Segundo esses autores, os sistemas NVS possuem diferentes denominações, incluindo-se padrões, padrões de qualidade, regras de sustentabilidade, padrões voluntários de sustentabilidade, padrões privados, sistemas de padrões, certificação, rótulos ecológicos e esquemas de certificação. Ainda que existam algumas diferenças nas nomenclaturas, o caráter privado remete a grupos multissetoriais ou grupos dominados por organização não governamental (CECHIN; NONNENBERG, 2023, p. 38).

Essas características correspondem com a RTRS, que se apresenta como uma organização multilateral com o objetivo de facilitar o diálogo global sobre a produção de soja, em particular, e inclui cinco princípios e 108 indicadores de cumprimento progressivo e obrigatório, como cumprimento legal e boas práticas empresariais, condições de trabalho responsáveis, relações comunitárias responsáveis, responsabilidade ambiental, boas práticas agrícolas, zero desmatamento e zero conversão na produção de soja. Pela metodologia da RTRS, uma tonelada de soja certificada é equivalente a um crédito de produção de soja responsável, que pode ser trocado através da Plataforma de Comercialização de Créditos da RTRS, permitindo que compradores em qualquer lugar do mundo fomentem a produção sustentável por meio do mecanismo. Ao adquirir os créditos, as empresas ou organizações podem declarar, publicamente, seu apoio à produção responsável, capitalizando o investimento. Posteriormente, o crédito é repas-

sado aos produtores na forma de prêmio sobre o preço. A certificação RTRS, válida por cinco anos e com auditorias anuais de seguimento obrigatórias, permite que os produtores possam ganhar de 2 a 5 dólares por tonelada de soja adicionais. Este valor é reduzido, frente ao preço de uma tonelada de soja (cerca de 380 dólares). Isso explica que, de acordo com dados de 2019, a participação da produção certificada no Brasil em relação a total fosse de 2,93% (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2023).

O Brasil é o maior produtor de soja RTRS no mundo, sendo responsável por mais de 85% do volume total de soja certificada. De acordo com dados da RTRS¹, contam-se mais de 560.000 hectares de áreas preservadas – reservas legais e zonas de amortecimento e para cada hectare plantado em fazendas certificadas pela RTRS ~ 0,6 hectare de área protegida. Quanto ao perfil dos produtores, o foco permanece no Cerrado, onde os dois principais estados que têm volume são Mato Grosso e Maranhão, respectivamente.

Neste capítulo, analisamos como as crescentes pressões internacionais de diferentes atores à política ambiental do governo Bolsonaro podem influenciar uma possível transição sustentável da cadeia da soja no Brasil. Para esta análise, recorreremos à teoria da cosmopolitização, formulada originalmente por Ulrich Beck, e a integramos com a teoria multi-level (MLP) associada sobretudo à contribuição de Frank Geels (2005; 2011; 2018). Estas duas teorias permitem iluminar a complexidade das transformações recentes na certificação RTRS como possível parte de transição para a sustentabilidade de alguns setores da cadeia de soja. Ainda há poucas contribuições na área de cadeias agroalimentares desde a MLP (EL BILALI, 2020; HINRICH, 2014; SPAARGAREN *et al.*, 2014; HASSINK *et al.*, 2018; OLLIVIER *et al.*, 2018; DAVIDSON *et al.*, 2016). Consideramos relevante estudar as cadeias de abastecimento de alimentos e as estratégias ambientais das empresas envolvidas desde uma perspectiva que evite o nacionalismo metodológico (extensamente questionado por Beck), no que é um problema da MLP, já que a maioria das pesquisas são feitas fundamentalmente no Norte global (EL BILALI, 2020; LACHMAN, 2013).

Nossa hipótese é que, com os questionamentos ao desmatamento e queimadas nas áreas de produção de soja, os debates que tiveram lugar na década de 2000 com foco na transgenia, no uso do glifosato e nos conflitos fundiários (GUIVANT, 2006, 2009; GUIVANT; MACNAGHTEN, 2015),

¹ Disponível em: <https://responsiblesoy.org/?lang=en>. Acesso em: 20 maio 2022.

vão perdendo centralidade frente a novas e mais intensas pressões internacionais, como expõe o caso da RTRS, que passou a trabalhar com padrões superiores à própria lei no Brasil, que permite que os produtores desmatem uma parte da propriedade para realizar a atividade agropecuária. O material de estudo de caso foi dividido seguindo a estrutura conceitual de três níveis da MLP (nicho, regime e paisagem), e utilizando relatórios científicos, literatura científica sobre práticas agrícolas, publicações de atores de nicho e várias análises na mídia.

A teoria da cosmopolitização

Ulrich Beck (2012; 2017) iniciou um projeto com o objetivo de propor novos avanços teóricos, metodológicos e empíricos para desenvolver a sociologia cosmopolita. Ele reconheceu a necessidade de dar maior materialidade a suas propostas articulando estas com pesquisas empíricas. O foco passou a ser a mudança climática, como um dos mais relevantes problemas globais que preocupam populações e governos. A cosmopolitização é caracterizada como uma inclusão forçada, no sentido que todos passamos a estar imperativamente e coercitivamente conectados, ainda que os riscos globais possam afetar países, estados e culturas de formas diferentes (BECK, 2011, p. 1.348), num processo assimétrico, permeado de relações de poder e força. Ainda que com essas desigualdades, Beck observa que, desde a perspectiva do cosmopolitanismo –, a natureza endêmica dos riscos globais pode criar possibilidades para uma nova civilidade global. Mas as alternativas não são inevitáveis e podem emergir como resultado de uma reflexividade transnacional, cooperação global e ações coordenadas (BECK; GRANDE, 2007; 2010, p. 417).

Seguindo a pista desta teoria, com o reconhecimento de novos riscos, como a mudança climática, podem ser identificadas comunidades cosmopolitas em torno de tecnologias de baixo carbono. O novo conceito de comunidade, tal como proposto por Beck e colegas (BECK *et al.*, 2013) para captar realidades que estão em processo, ainda não cristalizadas, é definido como “a self-aware association of individuals with its own specific norms of integration, forms of conflict (internal and external) and consensus based legitimacy among its members – originates in this universe of concepts and theories of reproducing social order” (BECK *et al.*, 2013). Tais comunidades ou coalizões cosmopolitas envolveriam um movimento global de ideias, tecnologias, cientistas e empreendedores, consumidores, etc. (TYFIELD, 2013).

Em particular, as comunidades cosmopolitas em torno de inovações tecnológicas de baixo carbono podem ser uma possibilidade de resposta ao mundo à beira do risco climático. Elas incluem novas constelações de atores sociais, não necessariamente em relações face a face, mas compartilhando equivalentes experiências de riscos climáticos, com potencialidades de ação coletiva.

Os diversos aspectos para caracterizar as comunidades cosmopolitas foram observados na análise da RTRS: constelação de atores transnacionais com processo de decisão cosmopolítico; centralidade do script da mudança climática que gera novas normas internacionais com standards e princípios; ações políticas coletivas com outras redes cosmopolitas; e especificidades nos conflitos nacionais frente à dinâmica cosmopolita da rede, como entre a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e o Grupo Amaggi (GUIVANT, 2016; 2020) e com os movimentos ambientalistas. A RTRS procura incorporar o ponto de vista dos críticos. No início, incorporou as críticas da soja transgênica, propondo a soja responsável. E posteriormente, como veremos a seguir, a partir das mudanças que têm lugar na paisagem, seguindo a teoria multilevel, as críticas ao desmatamento.

As transições sociotécnicas

As transições sociotécnicas podem envolver não apenas mudanças na tecnologia, mas também práticas de consumo, políticas, significados culturais, infraestruturais e modelos de negócios. Em particular, as transições de sustentabilidade têm várias outras características que as tornam um tema especial de pesquisa: multidimensionalidade e coevolução, processo multi-ator, relação entre estabilidade e mudança, processo de longo prazo, abertura e incerteza, contestação de valores e papel central da política pública. A isso se pode acrescentar que são objeto de debates, devido a sua complexidade e longo prazo envolvido (GEELS, 2018; KERN; MARKAL, 2016; EL BILALI, 2019).

A primeira agenda de pesquisa em transições de sustentabilidade foi publicada em 2010 (<https://transitionsnetwork.org>) e, a partir daquele momento, houve um significativo crescimento de produção acadêmica na área. Na última década, a abordagem das transições desenvolveu insights importantes em relação às transformações sociais em larga escala necessárias para responder às mudanças climáticas. Lachman (2013) aponta os

quadros de abordagens das transições mais notáveis: a perspectiva multinível sobre transições sociotécnicas (MLP), a gestão estratégica de nicho (SNM), a gestão de transição (TM), sistemas de inovação tecnológica (TIS), paradigma tecnoeconômico (TEP), entre outras. A perspectiva multinível (MLP), que aqui adotamos, foi desenvolvida por Arie Rip e René Kemp (1998) e foi aprimorada extensamente por Frank Geels e Johan Schot (2007).

Particularmente, a MLP fornece uma teoria heurística e flexível para entender a dinâmica das transições de baixo carbono, permitindo ricas análises empíricas que abordam contextos e agências, dimensões materiais (mercados, recursos, concorrência) e dimensões não materiais (crenças, atitudes, estratégias). De acordo com esta teoria, as transições surgem através de processos de interação dentro e entre três níveis analíticos: nichos, regimes e a paisagem sociotécnica. Os nichos são espaços onde ocorrem atividades inovadoras. O regime sociotécnico inclui a rede de atores e grupos sociais, as regras (formais e informais) que mantêm para executar o sistema dominante, e as técnicas. Regimes raramente se submetem à transformação ou reconfiguração, e tendem a mudar apenas gradualmente. Por sua vez, a paisagem sociotécnica não pode ser mudada facilmente no curto prazo e inclui eventos e tendências como mudanças demográficas, tendências macroeconômicas, desenvolvimentos políticos, guerras e crises, profundos valores culturais e sociais, e mudanças climáticas. Mudanças na paisagem podem gerar oportunidades para nichos e/ou representam uma fonte de pressão para a mudança de regime. Mudanças radicais podem se desenrolar à medida que desenvolvimentos paisagísticos e pressões internas atuam para desestabilizar o regime, criando oportunidades para que inovações de nicho surjam e desloquem tecnologias, instituições e interesses entrenchados. Desenvolvimentos paisagísticos pressionam o regime, o que leva a rachaduras, tensões e janelas de oportunidade. Interações subsequentes entre nichos e regimes ocorrem em múltiplas dimensões (por exemplo, mercados, regulamentos, significados culturais, tecnologias) e são desenvolvidas por atores que lutam, negociam, buscam, aprendem e constroem coalizões à medida que navegam em transições.

A MLP (GEELS; SCHOT, 2007) distingue entre diferentes caminhos de transição, dependendo da natureza (simbiótica ou competitiva) e o tempo das interações entre os níveis. Estes incluem: processo de reprodução (regime estável na ausência de pressão da paisagem), transformação (nicho-inovações insuficientemente desenvolvido, pressão da paisagem esti-

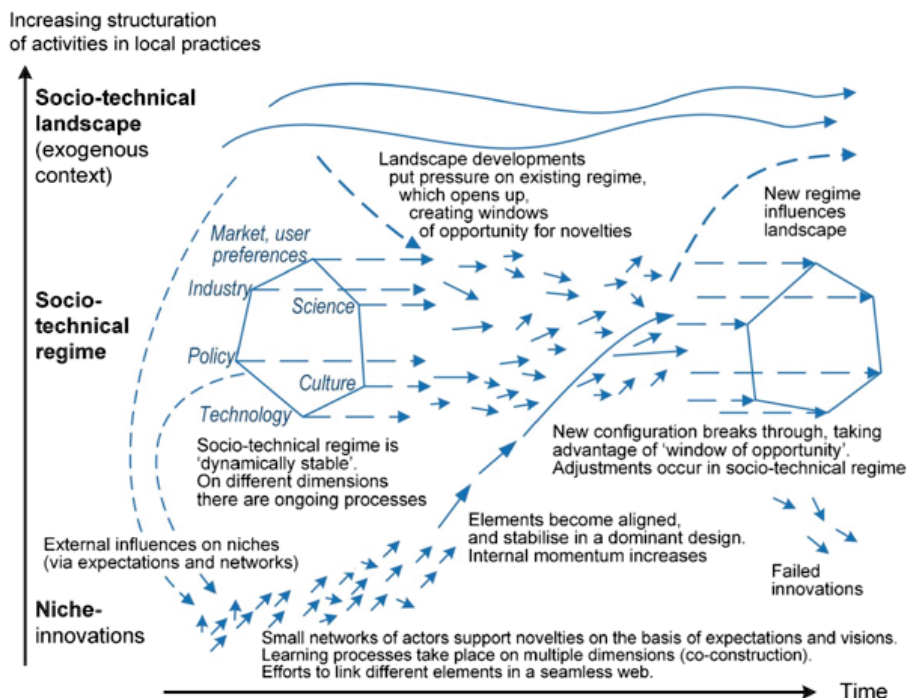
mula o regime a se ajustar gradualmente), desalinhamento e realinhamento (nicho-inovações insuficientemente desenvolvidos, grande pressão do landscape desestabiliza o regime causando seu desalinhamento em volta de um nicho que cria um novo regime), substituição tecnológica (inovações suficientemente desenvolvidas desde nichos técnicos quando ocorre pressão do landscape sobre o regime) e reconfiguração (inovações simbióticas do nicho incorporadas ao regime e desencadeiam ajustes adicionais sob o cenário pressão). Outro caminho de transição inclui a possibilidade de uma sequência de caminhos de transição, ou seja, quando a transição começa a seguir um caminho, mas depois muda para outro (ver Figura 1).

A explicação básica de Geels (2011) é que a desestabilização envolve pressões de ambientes externos (por exemplo, mercados em declínio, erosão da legitimidade), que criam problemas para empresas em setores (por exemplo, perdas financeiras, piora da reputação), que prejudicam seu compromisso com o regime existente. A desestabilização precoce implica que os atores formulem dúvidas e façam perguntas sobre a adequação das práticas, tecnologias, crenças, modelos de negócios existentes.

Mais recentemente, frente a diversos questionamentos (por exemplo, HASSINK *et al.*, 2018; SPAARGAREN *et al.*, 2014), Geels (2018) e Kohler *et al.* (2019) propõem uma estrutura conceitual mais flexível que permita múltiplas combinações entre esses processos centrais, assim como a inclusão do conceito de agência, interações entre as fronteiras entre os níveis e multi-regimes em interação.

No referente a seu impacto, podemos citar o número crescente de publicações mais a influência da teoria na forma como a Agência Europeia do Meio Ambiente (EEA), a UE e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas abordam as políticas relativas à energia, descarbonização e perda de biodiversidade (TURNHEIM, B.; ASQUITH, M.; GEELS, F. W., 2020).

Figura 1: A perspectiva multi-level



Fonte: Geels *et al.* (2017).

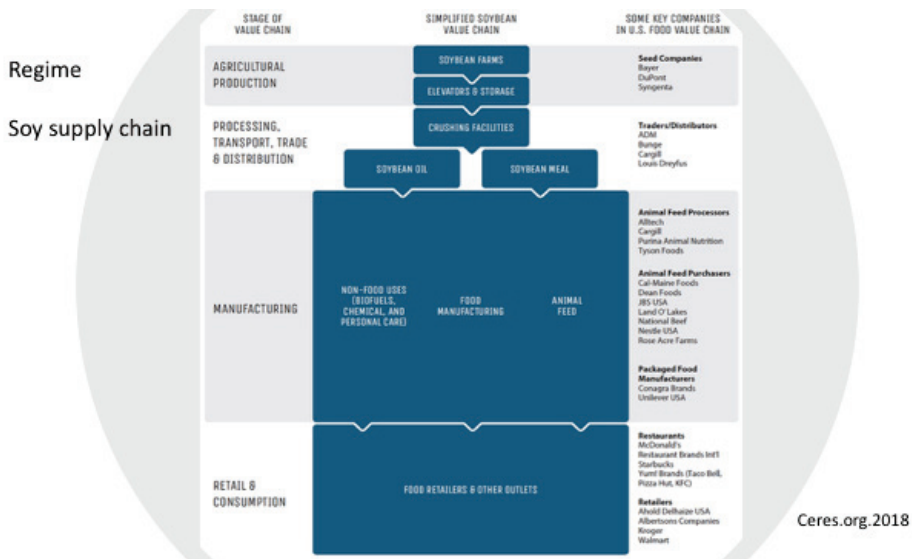
As transições sociotécnicas e a comunidade cosmopolítica RTRS

No plano da **paisagem** global em que a produção de alimentos ocorre, incluem-se valores e instituições políticas, sociais e culturais que formam sua espinha dorsal estrutural. Uma das transformações mais importantes no referente à cadeia da soja é a nova regulação da EU, que entrou em vigor em 29 de junho de 2023, e que visa a reduzir o impacto do mercado da UE no desmatamento global e na degradação florestal. Este **“Regulamento de desmatamento da UE”** ou **“EUDR”** exige que as empresas que comercializam gado, cacau, café, dendê, borracha, soja e madeira, bem como produtos derivados destas matérias-primas, realizem uma ampla diligência na cadeia de valor para garantir que os bens não resultem de desflorestação recente (após 31 de dezembro de 2020), degradação florestal ou violações das leis ambientais e sociais locais. As empresas devem se preparar para as novas exigências, aplicáveis a partir de 30 de dezembro de 2024.

No plano do **regime**, situa-se a longa cadeia da soja (ver Figura 2), que articula produtores, comerciantes, processadores e consumidores, envolvendo interesses políticos, corporativos, químicos e ambientais (HETHERINGTON, 2014). Os posicionamentos, discursos e alianças em torno da certificação RTRS remetem a alguns questionamentos das normas, regras e práticas que regem o regime dominante, e a conflitos que dividem o regime.

No **nicho**, incluem-se principalmente ONGs nacionais e internacionais, movimentos sociais, pequenos agricultores (orgânicos/não transgênicos), associações de consumidores, especialistas, acadêmicos e novas tecnologias para rastreabilidade (Ver Tabela 2).

Figura 2: O regime da cadeia da soja



Fonte: Ceres Report (2018).²

A seguir, nos concentraremos na dinâmica do regime frente a novas tendências da paisagem e de possibilidades abertas desde o nicho para implementar estratégias de rastreabilidade. A partir de uma pesquisa de campo em agosto de 2016 com os agricultores de Cuiabá (Mato Grosso), uma das áreas produtivas mais importantes da soja no país, identificamos divergências significativas entre os produtores de soja em relação à adoção ou

² Disponível em: <https://www.ceres.org/annual-report/2018>. Acesso em: 1 jun. 2022.

não dos critérios RTRS. A Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA) decidiu não participar da RTRS e iniciou outro programa, a Soja Plus, junto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE). O programa tinha como meta incluir treinamentos sobre gestão da propriedade rural, além de questões de saúde e segurança no trabalho e adequação de construções rurais. Essas metas são apresentadas como necessárias para o que se identifica como demandas de sustentabilidade do produtor de soja. Na homepage da Aprosoja, a primeira descrição coloca o programa como sendo “de melhoria contínua oferecido sem qualquer custo para o produtor”³. Nas entrevistas com os representantes da Aprosoja, o custo da certificação foi ressaltado como uma das principais diferenças entre este programa e a RTRS. O valor da adesão é gratuito. Mas, na entrevista com a representante do Departamento de Sustentabilidade do Grupo Amaggi, foi colocado que os produtores associados a RTRS têm um apoio significativo da empresa, diminuindo os custos.

Além disso, o presidente da Aprosoja na época explicou a resistência para aderir à certificação RTRS por considerar que o grupo Amaggi, holding poderoso do agronegócio, com sede em Cuiabá (MT), e um dos principais promotores da RTRS, estava atrelado a grupos ambientalistas, em especial Greenpeace. Supreendentemente, definiu a Blairo Maggi, braço político do grupo, como “marionete” de Greenpeace. Entre 2003 e 2004 esta ONG tinha classificado Maggi como responsável por metade da devastação ambiental brasileira. De acordo com a interpretação do presidente da Aprosoja, a partir desse momento Maggi mudou de atitude e, em especial durante as negociações sobre o novo Código Florestal, seus posicionamentos seguiam acriticamente os da ONG. Efetivamente, após ter sido questionado pelo Greenpeace, o grupo Amaggi admitiu a alta devastação ambiental e criou um comitê de governança para aprimorar as práticas de sustentabilidade (por exemplo, desestímulo à pecuária extensiva por causar desmatamento, e boicote a frigoríficos que criassem o gado em áreas de desmatamento ilegal). Posteriormente, e antes da certificação RTRS, o Forest Footprint Disclosure (FFD), espécie de guia que orienta a decisão de cerca de 70 dos maiores fundos de investimento no mundo, com sede na Inglaterra, concedeu ao Grupo o título de “socioambientalmente correta” no agronegócio.

³ Disponível em: <http://www.aprosoja.com.br/aprosoja/projeto/soja-plus>. Acesso em: 2 jul. 2019.

O conflito expõe diferenças nas estratégias ambientais e políticas entre os grandes produtores de soja no país. Durante o governo Bolsonaro, a Aprosoja pressionou para o fim da Moratória da Soja. Esta iniciou em 2006, quando um pacto foi firmado entre governos, agroindústria e organizações de defesa ambiental para que não se compre soja produzida em região de desmatamento do bioma Amazônia. Em 2016, a moratória foi renovada por tempo indeterminado. Este tipo de acordo pode ter mais eficácia do que a legislação por serem acordos entre os setores envolvidos – e não regras verticais que precisam de fiscalização de órgãos públicos e são difíceis de serem implementadas. Entretanto, um estudo, realizado em 2020, com base em registros públicos e imagens de satélite, em parceria entre a Trase (plataforma que monitora o risco de desmatamento associado a cadeias de commodities agrícolas desenvolvida pela Global Canopy e pelo Stockholm Environment Institute), o Imaflora e o Instituto Centro de Vida (ICV), constataram que 92% da supressão vegetal registrada em fazendas de soja mato-grossenses entre 2008 e 2019 ocorreram de forma ilegal⁴. Desde a vigência do acordo, a área de soja fora de conformidade tem crescido ano a ano, em especial na safra 2018/2019.

A partir de 2017, organismos ambientais, que fazem parte do nicho, têm proposto medida semelhante para proteger o Cerrado, região onde mais se amplia o agronegócio sobre a vegetação nativa, especialmente na região do Matopiba – porções de Cerrado dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, principal fronteira do desmatamento. Diversas ONGs (WWF Brasil, The Nature Conservancy, Earth Innovation Institute, Greenpeace Brasil, IPAM, Imaflora, etc.) organizadas na SOS Cerrado, integrada por 159 empresas de bens de consumo rápido, incluindo Tesco e Marks and Spencer, além de outros compradores de soja brasileira, como Unilever e McDonald's, publicaram o Manifesto do Cerrado⁵, com base na necessidade de maior controle da produção de soja. Posteriormente, diversos investidores e empresas, que aceitam pressionar os *traders* a implementar um vigoroso sistema de rastreabilidade e monitoramento, baseado nos princípios da Accountability Framework Initiative (AFI), emitiram uma declaração de apoio. A AFI constitui um conjunto de diretrizes e definições para

⁴ Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2020/06/traseissuebrief4pt.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

⁵ Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/manifestodocerrado/. Acesso em: 1 jun. 2022.

orientar as empresas a cumprir com credibilidade os compromissos de acabar com o desmatamento e as violações dos direitos humanos de suas cadeias de fornecimento de commodities.

Mas os conflitos dentro do regime também permeiam a divisão entre os atores que apoiam e os que questionam a Moratória da Soja para o Cerrado. A proposta enfrenta fortes resistências de grandes empresas do setor e da chamada bancada ruralista, influente grupo de parlamentares com ligação ao agronegócio (FRANCHINI; VIOLA; GUIVANT, 2023). Somaram-se a Embrapa e a ABIOVE. Em nota divulgada na mídia no mês de junho de 2019, a Aprosoja se posicionou “totalmente contrária” a qualquer pacto do gênero. A entidade ressaltou que “o agro é sustentável”. Ainda em fins de 2020, o debate continuava acirrado entre a ABIOVE e a SOS Cerrado⁶. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) seguiu o argumento contrário, junto com a Cargill e outras tradings.

A partir da 2019, com a divulgação de dados preocupantes sobre desmatamento e queimadas, fundamentalmente na Amazônia, uma nova dinâmica passou a permear o regime, com diversas iniciativas de boicote, em especial de diversos setores da EU (Tabela 1), ligados à importação de soja, como já foi mencionado anteriormente. Ainda que a China seja o principal mercado de destino da oleaginosa brasileira e também foi o país que mais contribuiu para a expansão das vendas externas de soja em grãos no período de 2022, a EU, o Irã e a Rússia contribuíram para o crescimento das vendas do produto. No referente ao farelo de soja, em primeiro lugar está a União Europeia (43,4%), seguida de Indonésia (15,2%) e Tailândia (13,8%) (MAPA, 2022).

Tabela 1: Lista cronológica de exemplos de ameaças de boicote

Data	Ações
Janeiro 2019	A Nestlé, que visa a eliminar o desmatamento de suas operações nos próximos três anos, parou de comprar grãos de soja brasileiros da empresa Cargill, depois que uma revisão não conseguiu rastrear as oleaginosas de volta a plantações específicas, levantando preocupações de que foram produzidas em terreno convertido. https://www.estadao.com.br/economia/desmatamento-da-amazonia-leva-nestle-e-hem-a-rever-fornecedores/

⁶ Disponível em: <https://abiove.org.br/en/abiove-na-midia/abiove-reage-as-criticas-de-membros-do-sos-cerrado/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GUIVANT, J. S. • A virada cosmopolita e as inovações de baixo carbono:
o caso da certificação da soja

Março 2020	O governo do Reino Unido apresentou um projeto de lei que proíbe o uso de certas commodities associadas ao desmatamento por grandes empresas e exige que elas realizem a devida diligência sobre o risco de desmatamento em suas cadeias de suprimentos. https://www.cov.com/en/news-and-insights/insights/2021/12/eu-and-uk-due-diligence-obligations-for-deforestation-risk-products
Junho 2020	Fundos de investimento que gerenciam ativos que somam perto de US\$ 4 trilhões pediram ao Brasil que suspenda o desmatamento na Amazônia em uma carta aberta na qual alertaram que a perda da biodiversidade e as emissões de carbono representam um “risco sistêmico” aos seus portfólios https://exame.com/brasil/gestores-de-fundos-de-r-20-tri-pedem-que-o-brasil-detenha-desmatamento/
Julho 2020	A norueguesa Grieg Seafood emitiu títulos no valor de 1 bilhão de coroas norueguesas (US\$ 105 milhões) com uma condição que os recursos não cheguem à Cargill, a trading de grãos dos EUA que foi acusada de não proteger as florestas tropicais na Amazônia. O produtor de salmão usará o dinheiro arrecadado com o título de cinco anos para financiar projetos ambientais, incluindo aquicultura sustentável e controle da poluição. A empresa disse que não compraria da subsidiária Aqua Nutrition da Cargill até que sua empresa-mãe tivesse “reduzido significativamente” seu “risco de desmatamento relacionado à soja no Brasil”. https://www.ft.com/content/bd0f4705-36fa-4e74-8018-ca1f50771835
Agosto 2020	A Noruega suspendeu as doações que apoiam projetos para conter o desmatamento no Brasil. A Noruega trabalha em estreita colaboração com o Brasil para proteger a floresta amazônica há mais de uma década e pagou cerca de US\$ 1,2 bilhão ao Fundo Amazônia, ao qual é de longe o maior doador. Mas o governo do presidente Jair Bolsonaro mudou unilateralmente a estrutura de governança do fundo e fechou o comitê gestor que seleciona os projetos a apoiar, sem fazer nenhuma proposta formal para a composição de um novo comitê. A Alemanha também suspendeu 35 milhões de euros (US\$ 39 milhões) em financiamento para a preservação da Amazônia no Brasil devido ao aumento do desmatamento. https://www.theguardian.com/world/2019/aug/16/norway-halts-amazon-fund-donation-dispute-brazil-deforestation-jair-bolsonaro
Setembro 2020	Cofco International, maior processadora de alimentos da China e uma das maiores compradoras de commodities agrícolas do mundo, passará a exigir rastreabilidade de toda a soja proveniente do Brasil até 2023. A empresa afirma possuir rastreabilidade de toda a soja produzida no Cerrado, região que abrange os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que são os principais produtores da commodity. O objetivo declarado da Cofco é evitar a compra de soja proveniente de áreas desmatadas. https://exame.com/brasil/sinal-amarelo-bloqueio-cargill-cofco-rastrear-soja-brasileira/
Setembro 2020	A declaração conjunta dos países europeus instou o Brasil a tomar medidas reais para reverter uma tendência de aumento do desmatamento na Amazônia, ameaçando que poderia haver ramificações econômicas se isso não acontecesse. Os países, que fazem parte do grupo Amsterdam Declarations Partnership, enviaram uma carta aberta ao vice-presidente do Brasil. Eles expressaram preocupação com o fato de o país estar retrocedendo em relação a um forte histórico anterior de proteção ambiental. Segundo o órgão, as multinacionais com participações no Brasil estão cada vez mais incapazes de cumprir suas metas ambientais e podem se sentir forçadas a investir em outros lugares. https://www.dw.com/en/european-nations-warn-brazil-over-amazon-deforestation/a-54954854

Dezembro 2020	A Unilever prometeu eliminar fornecedores ligados ao desmatamento na produção de óleo de palma, soja e embalagens como parte de um compromisso mais amplo para enfrentar as mudanças climáticas. https://insidefmcg.com.au/2020/12/22/unilever-unveils-deforestation-free-supply-chain-promise/
Dezembro 2020	Uma coalizão de grandes empresas assinou em dezembro de 2020 uma carta pública aos grandes comerciantes de soja para pedir pela definição de práticas de mitigação do impacto ambiental causado pelas suas cadeias produtivas no Cerrado. Receberam o manifesto as empresas ADM, Bunge, Cargill, COFCO Internacional, LDC e Glencore. Todas as 160 empresas signatárias do Manifesto do Cerrado também assinam a carta pública deste mês. Entre as companhias estão gigantes como a Nestlé, GPA, Danone, Mondelez e Walmart. https://exame.com/esg/multinacionais-pressionam-traders-de-soja-para-preservacao-do-cerrado/
Janeiro 2021	A Bremnes Seashore, uma das maiores produtoras de salmão da Noruega, anunciou que, a partir de janeiro de 2021, não vai mais comprar a soja brasileira. O motivo é o mesmo alegado pela também gigante norueguesa de salmão Grieg Seafood, que suspendeu em junho deste ano a compra de soja brasileira da Cargill: preocupação com o desmatamento no Brasil, que representa um risco para as empresas atingirem suas metas de sustentabilidade. https://globorural.globo.com/Noticias/Empresas-e-Negocios/noticia/2020/12/empresa-de-salmaa-da-noruega-decide-nao-comprar-mais-soja-do-brasil.html#
Janeiro 2021	O presidente da França, Emmanuel Macron, fez críticas ao desmatamento da Amazônia e citou especificamente a soja brasileira, relacionando-a ao problema ambiental. “Continuar a depender da soja brasileira seria apoiar o desmatamento da Amazônia”, afirmou Macron. https://www.estadao.com.br/economia/depender-da-soja-brasileira-e-o-mesmo-que-apoiar-o-desmatamento-da-amazonia-diz-macron/
Janeiro 2021	Sete grandes redes de supermercado francesas – Carrefour, Casino, Auchan, Lidl, Système U, Mousquetaires e Leclerc – anunciaram que vão incorporar cláusulas de não desmatamento vinculado à soja nos contratos com fornecedores a partir de janeiro de 2021. A regra inclui o Brasil ao proibir a importação de soja de áreas do Cerrado desmatadas após 1º de janeiro de 2020. O compromisso abrange tanto o desmatamento ilegal quanto o legal. https://globorural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2020/11/sete-redes-de-supermercado-da-franca-anunciam-bloqueio-soja-de-areas-desmatadas.html
Fevereiro 2021	O banco francês BNP Paribas, principal grupo bancário europeu, anunciou que vai fortalecer a sua política de combate ao desflorestamento no Brasil, exigindo total rastreabilidade da produção das empresas e negócios que financia. O banco “compromete-se, assim, a incentivar os seus clientes produtores ou compradores de carne ou soja da Amazônia e do Cerrado no Brasil a comprometerem-se com desflorestamento zero e a demonstrarem o seu progresso de forma transparente”, disse o banco numa nota. Em particular, o BNP Paribas frisou que “não financiará a produção ou compra de carne bovina ou soja de terras desflorestadas ou convertidas após 2008 na Amazônia”. Em relação ao Cerrado, “incentivará os seus clientes a não produzirem ou comprarem carne bovina ou soja em terras desflorestadas ou convertidas (...) posteriormente a 01 de janeiro de 2020, de acordo com os padrões globais”. A ausência de um mapeamento exaustivo das terras no Cerrado impede, por enquanto, de ir além deste incentivo. Além disso, o BNP Paribas informou que solicitará aos seus clientes a rastreabilidade total dos setores de carne bovina e soja até 2025 (https://www.ambientemagazine.com/bnp-paribas-anuncia-medidas-contra-o-desflorestamento-no-brasil/).

Fevereiro 2021	A União Europeia (UE) deseja que o Brasil se comprometa com metas de sustentabilidade, entre elas a redução de desmatamento na Amazônia, como uma condição complementar antes de assinar o acordo de livre-comércio com o Mercosul. O bloco europeu propôs uma declaração política à parte, focada no meio ambiente e com metas e objetivos concretos, como condição para seguir com o processo de assinatura e ratificação parlamentar do tratado. https://exame.com/brasil/embaixador-da-ue-antes-de-acordo-com-mercosul-europa-quer-brasil-engajado-em-pauta-ambiental/
Fevereiro 2021	Quatro meses depois de fazer críticas públicas contra o desmatamento no Brasil, o presidente Joe Biden e membros do alto escalão do novo governo dos EUA receberam nesta semana um longo dossiê que pede o congelamento de acordos, negociações e alianças políticas com o Brasil enquanto Jair Bolsonaro estiver na Presidência. O texto recomenda que Biden restrinja importações de madeira, soja e carne do Brasil, “a menos que se possa confirmar que as importações não estão vinculadas ao desmatamento ou abusos dos direitos humanos”, por meio de ordem executiva ou via Congresso. (https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55927385).
Fevereiro 2021	O maior produtor de frango da Europa, o Groupe LDC, adotou novas medidas para parar de comprar soja ligada ao desmatamento no Brasil. Este é mais um anúncio que aumenta a pressão sobre os comerciantes globais de soja. Após a campanha conjunta das ONGs Mighty Earth e Canopée, o Groupe LDC acaba de anunciar que pedirá a seus fornecedores rastreabilidade detalhada e a exclusão da soja cultivada em terras desmatadas ou convertidas após 1º de janeiro de 2020 na região do Cerrado brasileiro. https://www.mightyearth.org/2021/02/23/europes-largest-poultry-company-pledges-to-stop-buying-soy-from-deforested-land-in-the-cerrado-after-2020/ .

Fonte: A autora.

As reações do setor não demoraram. Por exemplo, os fornecedores brasileiros de soja para a indústria do salmão, CJ Selecta, Caramuru e Imcopa, anunciaram compromissos com uma data limite de agosto de 2020 para impedir que o desmatamento entre em suas cadeias de suprimentos, pressionando os principais comerciantes do Brasil – Amaggi, LDC, ADM, Bunge, Cargill, Viterra e COFCO. Entretanto, falta comprovação se tais práticas foram de fato assumidas. A promessa envolve o veto à comercialização de soja cultivada em terras desmatadas após agosto de 2020 em todo o Brasil, o que faz com que ele vá além de acordos anteriores entre tradings, que se aplicavam apenas à Amazônia. As três companhias abastecem principalmente a indústria de salmão da Noruega. O compromisso é o primeiro do gênero entre fornecedores de soja brasileiros, colocando pressão sobre grandes players, como a Cargill e a Bunge.

A Cargill manifestou, frente ao veto da indústria norueguesa de salmão, que estaria desenvolvendo e implantando novas tecnologias para ana-

lisar e prever atividades de desmatamento, e apelando a produtores rurais que maximizem a produção em campos existentes. A companhia prometeu investir US\$ 30 milhões em novas abordagens após reconhecer que ela e outras empresas de alimentos não atingiriam a meta de eliminar o desmatamento de importantes cadeias de suprimentos até 2020. Ainda não há dados que demonstrem isso, e se efetivamente há transformações no regime.

A exigência de rastreabilidade e de soja originária de áreas não desmatadas, a partir de iniciativas de compradores internacionais, está refletindo na RTRS. Se, em 2020, os principais clientes se concentravam no Norte Europeu, agora esta demanda está se espalhando para países como Polônia, Finlândia, Turquia, Japão, além da América Latina. O aumento da compra de soja certificada advém da pressão de acionistas, já que empresas que são membros da RTRS, como as traders, compram de todos os tipos de produtores, mas os acionistas demandam mais compras com certificação (HECKER, 2021). Junto com os cinco princípios centrais da certificação (cumprimento legal e boas práticas empresariais; condições de trabalho responsáveis; relações comunitárias responsáveis; responsabilidade ambiental e boas práticas agrícolas), a RTRS diz assegurar zero desmatamento e zero conversão na produção de soja na nova versão 4.0 do Padrão RTRS de Soja Responsável⁷, de 2022.

Entretanto, a rastreabilidade é limitada em muitas cadeias de suprimentos de commodities (MOL; OOSTERVEER, 2015). Em particular, a soja oferece maiores desafios especialmente na fiscalização nos portos (WBCSD, 2021). Há uma vasta rede de operadores intermediários, como cooperativas, armazéns e entrepostos revendedores, situados entre a lavoura e as grandes compradoras – as tradings. No caso da soja, as tradings não plantam (exceto a brasileira Amaggi, que cultivava 5% do volume comercializado), mas operam junto às fazendas financiando sementes, insumos e defensivos agrícolas e, depois, comprando e exportando sua produção. Juntas, dez tradings responderam em 2019 por 77% da soja exportada, que seguiu, principalmente, para China e União Europeia. Entre as principais companhias operando no Cerrado, Cargill, Louis Dreyfus Company, ADM, Cofco e Viterra não divulgam informações sobre o rastreamento de fornecedores indiretos até o nível da fazenda. Por sua vez, a Amaggi afirma que realiza

⁷Disponível em: <https://responsiblesoy.org/wp-content/uploads/2023/03/Padrao-RTRS-de-Producao-de-Soja-Responsavel-V4.0.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

99% de rastreabilidade e monitoramento – em nível de polígono – de seus fornecedores diretos no Cerrado e Amazônia (REPÓRTER BRASIL, 2022).

Em vários estágios da cadeia de suprimentos – em instalações de armazenamento, plantas de processamento e embarcações marítimas –, os produtos de várias fontes são misturados e a identidade da fonte original é perdida. Mesmo quando as empresas têm informações sobre o local de produção, como para algumas cadeias de suprimentos certificadas, muitas vezes relutam em publicar essas informações em alta resolução (MOL; OOSTERVEER, 2015). O Soft Commodities Forum (SCF), um consórcio de seis tradings agrícolas, anunciou em 2021 ter atingido 100% de rastreabilidade de seus fornecedores diretos da soja no Cerrado brasileiro. No entanto, informações como nome, tamanho e localização das fazendas não são divulgadas. A falta de transparência é uma das principais queixas de observadores internacionais que acompanham a cadeia de perto.

Tabela 2: As Tecnologia de Rastreabilidade da Cadeia de Suprimentos no Setor de Soja

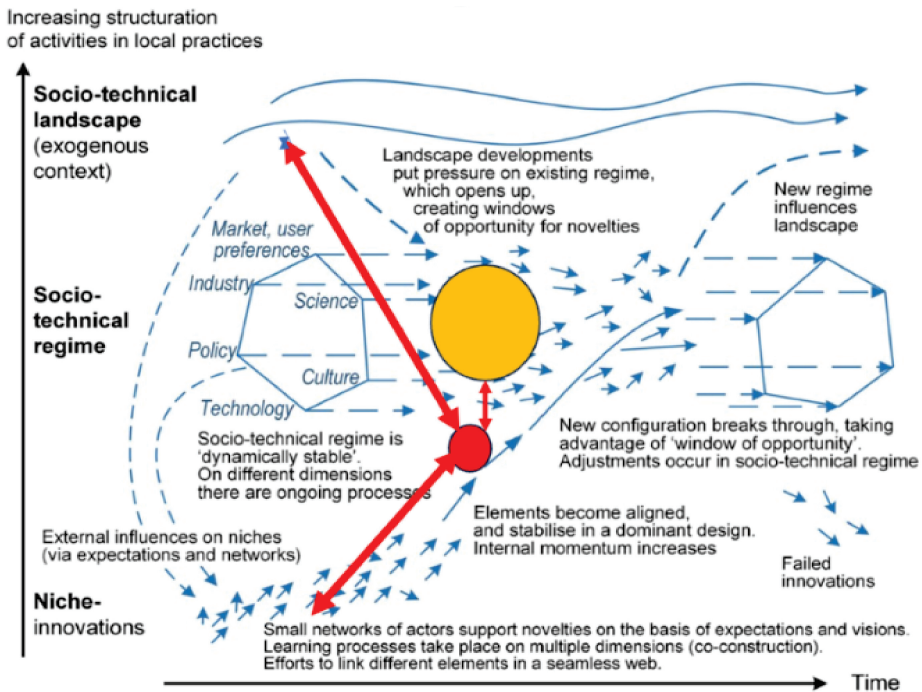
Technology	Use Case(s)	Example(s)
Remote sensing	Monitoring of soybean planting and associated deforestation	Orbital Insight, Trase, Sourcemap, INPE, GFW Pro, Asner Lab, Planet Inc., DroneDeploy, PrecisionHawk
Genomics	Verifying soy genotype, which can be used to trace	DNA barcoding (ETH Zurich); Oritain
Big data and machine learning (AI)	Estimation of soy crop yields	Descartes Labs soy forecast
Blockchain	Transparency and governance for supply chain traceability, taxation, and import/export documentation; "Smart contracts" which execute automatically when certain criteria are fulfilled	IBM Food Trust traceability system
Devices (IoT)	Tracking of grains stored in warehouses for quality assurance	CropMetrics

Fonte: Ferguson *et al.* (2020).

Outro passo importante para fazer frente às demandas de soja em áreas não desmatadas foi dado pela RTRS ao ser aceita como membro da ISEAL Alliance, que assume ter um papel na formulação e aplicação de

princípios e procedimentos de governança administrativa entre órgãos de normalização de sustentabilidade. A ISEAL não está isenta de questionamentos sobre seus procedimentos. Paiement (2016) analisou empiricamente como os membros avaliam o ISEAL em relação à participação, conformidade com o código, seus papéis na redação dos códigos e preocupações sobre os desenvolvimentos futuros no ISEAL, e conclui que as capacidades regulatórias do ISEAL foram superestimadas. Isto não impede a RTRS de apresentar esta inserção como um grande logro no caminho de sua transparência, e com impacto entre seus parceiros.

Figura 3: Dinâmicas da cadeia da soja de acordo com a TML



Fonte: Baseado em Geels *et al.* (2017).

As potenciais transformações na cadeia da soja no referente às relações entre o nicho, o regime e a paisagem podem ser vistas na Figura 3. Os dois blocos (amarelo e vermelho) representam as duas tendências no regime: Uma resistente e crítica a estratégias em direção à sustentabilidade (ainda que se identifique como sustentável), enquanto a outra se manifesta aberta-

mente a favor. Esta última é influenciada diretamente pelas transformações da paisagem e pode levar a novas tendências dentro do regime. Esta tendência e as transformações na paisagem podem, por sua vez, influenciar o nicho, que já está desenvolvendo novas tecnologias de rastreabilidade para o setor. A seta vermelha menor mostra potenciais influências do bloco favorável a certas transformações na produção e comercialização da soja no bloco menos favorável.

Conclusões

O caso da RTRS pode ser visto como emblemático para entender potencialidades e limitações do processo de surgimento de comunidades cosmopolitas de inovação de baixo carbono, com implicações para novos padrões de relação entre consumo, distribuição e produção alimentar. Ao complementar a análise com a teoria multi-level, foi possível incluir outros atores e dinâmicas sociotécnicas considerando as transformações do plano da paisagem, com as reações de empresas e países da União Europeia ao novo patamar de desmatamento no Brasil durante o governo Bolsonaro. Precisa-se, no futuro, avaliar as respostas dos atores da cadeia da soja frente à nova legislação da União Europeia aprovada em 6 de dezembro de 2022, que tem como foco proibir a importação de produtos que contribuem para o desmatamento. Entre os produtos listados na legislação, estão cacau, café, soja, óleo de palma, madeira, carne bovina e borracha, assim como vários materiais associados, como couro, chocolate e carvão vegetal. A importação de tais produtos será proibida caso estes sejam oriundos de regiões desmatadas após dezembro de 2020. Em dois anos será avaliado se outros produtos – como o milho – deverão ser incluídos na lista.

Esta nova legislação poderá ser uma janela de oportunidades para a comunidade sóciotécnica que forma a RTRS, a qual passou a enfatizar seu papel na exigência de soja de áreas não desmatadas. Ainda que a soja certificada permaneça muito limitada em comparação com a não certificada, ela gera tensões dentro do regime, num processo complexo e cheio de nuances frente às pressões advindas da paisagem e de outros atores da cadeia da soja. A adaptação à nova demanda implica, dentro da RTRS, incorporar as críticas ambientais, realizadas por outros atores, como centrais no seu discurso e nos critérios exigidos aos produtores. E o nicho, com novas tecnologias de rastreabilidade, está em sintonia com tal demanda.

Os problemas trazidos em décadas anteriores pela transgenia da soja passaram quase totalmente para o passado da RTRS (e do debate ambiental global). A RTRS passa a tentar garantir, ainda com as dificuldades de rastreabilidade da soja (com novas tecnologias advindas do nicho), uma certificação que inclua qualidade ambiental com padrões de baixo carbono e de zero desmatamento. Esta transformação no foco da RTRS mostra as tensões e conflitos dentro do regime, com atores com diferentes estratégias. Podemos concluir que as pressões desde a paisagem levam a uma tentativa de adaptação dos poderosos atores da cadeia da soja em direção a novos discursos e práticas que se definem como sendo sustentáveis, mas isso não implica, neste momento, uma transição para a sustentabilidade dentro do regime.

Referências

- BECK, U. Climate for change, or how to create a green modernity? *Theory, Culture & Society*, v. 27, n. 2-3, p. 254-266, 2010.
- BECK, U. Cosmopolitanism as Imagined Communities of Global Risk. *American Behavioral Scientist*, v. 55, n. 10, p. 1.346-1.361, 2011.
- BECK, U. *The Metamorphosis of the World: How Climate Change is Transforming Our Concept of the World*. London: Polity, 2017.
- BECK, U.; BLOK, A.; TYFIELD, D.; ZHANG, J. Cosmopolitan communities of climate risk: conceptual and empirical suggestions for a new research agenda. *Global Networks*, v. 13, n. 1, 2013.
- BECK, U.; GRANDE, E. (eds.). Varieties of second modernity: extra-European and European experiences and perspectives [special issue]. *The British Journal of Sociology*, v. 61, n. 3, 2010.
- BUSINESS Council for Sustainable Development (WBCSD). Commodities Forum progress report Building transparent and traceable soy supply chains in Brazil's Cerrado region. Geneva, 2021.
- CECHIN, A.; NONNENBERG, M. J. *Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS) e implicações sobre as exportações de produtos do agronegócio –SOJA*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Brasília, 2023.
- DAVIDSON, D.; K. JONES; PARKINS, J. Food safety risks, disruptive events and alternative beef production: a case study of agricultural transition in Alberta. *Agric Hum Values*, 33, p. 359-371, 2016.
- EL BILALI, Hamid. The Multi-Level Perspective in Research on Sustainability Transitions in Agriculture and Food Systems: A Systematic Review. *Agriculture*, 9, p. 74, 2020.

GUIVANT, J. S. • A virada cosmopolita e as inovações de baixo carbono: o caso da certificação da soja

FERGUSON, B.; SEKULA, J.; SZABÓ, I. *Technology Solutions for Supply Chain Traceability in the Brazilian Amazon: Opportunities for the Financial Sector*. Igarapé Institute | Strategic Paper 48 | August, 2020.

FONSECA, Paulo F. C.; GUIVANT, Julia S. A dramaturgia dos peritos na ciência regulatória brasileira: o caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26, p. 123-144, 2019.

FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; GUIVANT, J. S. Brazilian Agriculture and the International Political Economy of Climate Change. In: SØNDERGAARD, N.; DIAS, C. de Sá; BARROS PLATIAU, A. F. (eds.). *Sustainability Challenges of Brazilian Agriculture. Governance, Inclusion, and Innovation*. Springer: Suíça, 2023.

GEELS, F. W. The dynamics of transitions in socio-technical systems: A multi-level analysis of the transition pathway from horse-drawn carriages to automobiles (1860-1930). *Technol. Anal. Strateg. Manag.*, 17, p. 445-476, 2005.

GEELS, F. W. The multi-level perspective on sustainability transitions: Responses to seven criticisms. *Environ. Innov. Soc. Trans.*, 1, p. 24-40, 2011.

GEELS, F. W. *Socio-Technical Transitions to Sustainability*, 2018. Disponível em: <http://environmentalscience.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199389414.001.0001/acrefore-9780199389414-e-587>.

GEELS, F. W.; SCHOT, J. Typology of sociotechnical transition pathways. *Res. Policy.*, 36, p. 399-417, 2007.

GUIVANT, J. S. Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, 2006.

GUIVANT, J. S. Governance of GMOs and the constraints for a definition of the public arena. In: DASGUPTA, Samir (org.). *Understanding the global environment*. New Delhi: Pierce Education, 2009. p. 354-380.

GUIVANT, J. S. Certifications of supply chains as low-carbon innovation cosmopolitan networks. In: *The Seoul Conference on Climate Change and Risk Society*, University of Seoul, 2014.

GUIVANT, J. S. Ulrich Beck's Legacy. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 19, p. 227-238, 2016.

GUIVANT, J. S. Da controvérsia à certificação: o caso da Round Table of Responsible Soy. In: NEVES, F.; FONSECA, P. (orgs.). *Meio ambiente em transformação*. Rio de Janeiro, Editora 7Letras, 2021.

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, P. An analysis of the GM crop debate in Brazil. In: Phil Macnaghten; Susana Carro-Ripalda (org.). *Governing agricultural sustainability*. 1. ed. London: Routledge, 2015. p. 74-104.

KERN, F.; MARKARD, J. Analysing Energy Transitions: Combining Insights from Transition Studies and International Political Economy. In: VAN DE GRAF, T.;

SOVACOO, B. K.; GOSH, A.; KERN, F.; KLARE, M. T. (eds.). *The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy*. London, UK: Palgrave Macmillan, 2016. p. 291-318.

KHOLER, J.; GEELS, F. *et al.* An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 31, p. 1-32, 2019.

HASSINK, J.; GRIN, J.; HULSINK, W. Enriching the multi-level perspective by better understanding agency and challenges associated with interactions across system boundaries. The case of care farming in the Netherlands: Multifunctional agriculture meets health care. *J. Rural Stud.*, 57, p. 186-196, 2018.

HECKER, J. X. Grow, Forest, Grow. *Europe Equity Research*. J. P. Morgan Cazenove, 2021. <https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/01/JPMorgan-2021-01-Grow-Forest-Grow-A-Toolkit-for-Investors-Concerned-about-Deforestation.pdf>.

HETHERINGTON, K. Regular Soybeans: Translation and Framing in the Ontological Politics of a Coup. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, v. 21, #1, 2014.

HINRICHS, C. C. T. Transitions to sustainability: A change in thinking about food systems change? *Agric. Hum. Values*, 31, p. 143-155, 2014.

INTERNATIONAL Trade Center (ITC), 2023. *Standards Map*. Disponível em: <https://www.standardsmap.org/en/home>.

LACHMAN, D. A. A survey and review of approaches to study transitions. *Energy Policy*, 58, p. 269-276, 2013.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), 2022. *Nota à Imprensa*. Disponível em: [www.gov.br>notaaimprensa09_2022](http://www.gov.br/notaaimprensa09_2022).

MOL, A.; P. OOSTERVEER. Certification of Markets, Markets of Certificates: Tracing Sustainability in Global Agro-Food Value Chains. *Sustainability*, v. 7, n. 9, p. 12.258-12.278, 2015.

OLLIVIER, G.; MAGDA, D.; MAZÉ, A.; PLUMECOCQ, G.; LAMINE, C. Agro-ecological transitions: What can sustainability transition frameworks teach us? An ontological and empirical analysis. *Ecology and Society*, 2018.

PAIEMENT, P. ISEAL Alliance and the Administrative Governance of Transnational Sustainability Standards. *Tilburg Law Review*, v. 21, 2, p. 144-168, 2014.

PONTE, Stefano. "Roundtabling' Sustainability: Lessons from the Biofuel Industry. *Geoforum*, 54, p. 261-72, 2014.

PONTE, Stefano; CHEYNS, Emmanuelle. "Voluntary Standards, Expert Knowledge, and the Governance of Sustainability Networks." *Global Networks*, v. 13, n. 4, p. 459-77, 2013.

RAJÃO, R.; SOARES-FILHO, B.; NUNES, F.; BOENER, J.; MACHADO, L.; ASSIS, D.; OLIVEIRA, A.; PINTO, L.; RIBEIRO, V.; RAUSCH, L.; GIBBS, H.;

FIGUEIRA, D. The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science*, 369, p. 246-248, 2020.

RAJÃO, R. *et al.* The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. *Biological Conservation*, 2022.

REPÓRTER BRASIL. *O rastro da destruição da soja no Cerrado*. Monitor 18. Publicação em conjunto com a Environmental Action Germany (DUH), 2022.

RIP, A.; KEMP, R. Technological change. In: RAYNER, S.; MALONE, E. L. (eds.). *Human Choice and Climate Change*. Columbus, OH, USA: Battelle Press, 1998; p. 327-399.

RODRIGUEZ, L. D. *Transições sócio-técnicas para uma mobilidade de baixo carbono: uma análise do nicho dos ônibus de baixa emissão para o caso do Brasil*. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2018.

ROSENBLOOM, D.; HARRIS BERTON, James Meadowcroft. Framing the sun: A discursive approach to understanding multi-dimensional interactions within socio-technical transitions through the case of solar electricity in Ontario, Canada. *Research Policy*, 45. p. 1.275-1.290, 2016.

SPAARGAREN, G.; OOSTERVEER, P.; LOEBER, A. *Food Practices in Transition: Changing Food Consumption, Retail and Production in the Age of Reflexive Modernity*. Abingdon, UK: Routledge, 2013.

TALLONTIRE, Anne; OPONDO, Maggie; NELSON, Valerie; Martin, Adrienne. Beyond the vertical? Using value chains and governance as a framework to analyse private standards initiatives in agri-food chains. *Agriculture and Human Values*, v. 28, n. 3, p. 427-441, 2011.

TRUFFER, B. *et al.* A perspective on the future of sustainability transitions research. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 42, p. 331-339, 2022.

TURNHEIM, B.; ASQUITH, M.; GEELS, F. W. Making sustainability transitions research policy-relevant: Challenges at the science-policy interface. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 34, p. 116-120, 2020.

VASCONCELOS, A.; BERNASCONI, Paula; GUIDOTTI, Vinícius; SILGUEIRO, Vinícius; VALDIONES, Ana; CARVALHO, Tomás; BELLFIELD, Helen; GUEDES PINTO, Luis Fernando. Desmatamento ilegal e exportações brasileiras de soja: o caso de Mato Grosso. *TRASE, IMAFLORA*, 2020. Disponível em: globalcanopy.org/wp-content/uploads/2020/12/TraseIssueBrief4_PT.pdfWorld.

Experiências e práticas cotidianas de mulheres indígenas no sul da Amazônia colombiana

*Ivón Natalia Cuervo
Eunice Sueli Nodari*

Introdução

A Colômbia é o terceiro país com maior biodiversidade, precedida pelo Brasil e pela Indonésia. Estes três lideram a lista de “países megadiversos”, cujos territórios abrigam entre 60% e 80% da biodiversidade vegetal e animal da Terra (MITTERMEIER; GOETTSCHE, 1997). Por sua vez, o Brasil e a Colômbia fazem parte dos países que compartilham a Grande Região amazônica¹, que constitui o maior bioma de floresta tropical úmida do mundo e contém a maior bacia hidrográfica (GUTIERREZ *et al.*, 2004). Entre muitos de seus serviços ecossistêmicos, a floresta amazônica se destaca em especial pela produção de água e a regulação do ciclo hidrológico e da temperatura terrestre (NOBRE, 2014) – funções ecológicas fundamentais para a continuidade da vida de todas as espécies.

Quanto à diversidade cultural, a região amazônica colombiana é habitada por 62 povos indígenas que falam cerca de 42 línguas nativas. As relações históricas dos povos indígenas com seus territórios ancestrais possibilitaram o desenvolvimento de práticas de gestão territorial, que contribuem tanto para conservar o entorno ambiental quanto para dar continuidade às suas tradições culturais (DE LA CRUZ *et al.*, 2020).

Apesar da importância da diversidade biológica e cultural dessa região, as ações realizadas até agora para deter o desmatamento e a degradação ambiental não são suficientes (WHEELER, 2022). As principais

¹ Os nove países que contêm áreas do bioma amazônico são: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

atividades que causam impactos negativos sobre a floresta amazônica são a apropriação de terras, a construção de vias (legais e ilegais), a expansão agroindustrial, as atividades extrativistas em grande escala, a pecuária extensiva e o desenvolvimento de atividades ilegais, como a mineração de ouro nos rios e o narcotráfico (EL POR QUÉ..., 2020). Essas fazem parte das práticas predatórias do modelo de desenvolvimento econômico capitalista que se impõe sobre a natureza, herdeiro da mentalidade colonialista que trata a natureza como objeto de dominação e exploração para a satisfação das necessidades e prazeres dos seres humanos (CUERVO *et al.*, 2022).

Contrapõem-se, aqui, a noção do uso do território meramente racional, em que as forças do mercado mundial exploram seus “recursos naturais”, e a noção do uso do território como espaço geográfico e social compartilhado pelas pessoas que o habitam e trabalham nele (SANTOS, 2005). Esta última visão se complementa com a noção de “territórios-natureza” para identificar “uma inter-relação permanente dentro dos povos indígenas na Colômbia. Inter-relação que reconhece o território e o que chamamos de natureza tanto como seres vivos, com capacidade de agir, quanto como atores políticos” (ULLOA, 2016, p. 126, tradução nossa).

Para os povos indígenas amazônicos, existe uma relação de reciprocidade com os territórios-natureza que habitam. Enquanto os territórios são concebidos como seres vivos que outorgam o necessário para o bem-viver, os indígenas, e especialmente as mulheres, usam seus conhecimentos tradicionais para cuidar e dar continuidade a todas as formas de vida.

O fato de suas práticas cotidianas estarem ligadas com o entorno ambiental implica que as mulheres indígenas sejam as mais afetadas pelas transformações socioambientais e que se movimentem socialmente para defender o cuidado do corpo, do território e do não humano (ULLOA, 2016; AGARWAL, 2004).

Neste artigo, analisamos as maneiras em que um grupo de mulheres indígenas do território multiétnico de Tarapacá, localizado ao sudeste da Amazônia colombiana, se relaciona com esse território-natureza, fazendo frente às diferentes pressões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Utilizamos um enfoque metodológico qualitativo, tomando como fonte principal os depoimentos de 20 mulheres na faixa etá-

ria entre 29 e 89 anos², entrevistadas em Tarapacá e em Leticia, que é a cidade mais próxima. A maior parte das mulheres entrevistadas moram em Tarapacá, e quatro migraram para Leticia. Realizamos entrevistas em profundidade, a partir de uma amostragem intencional, e observação participante durante três momentos em campo entre os anos de 2020 e 2022. As fontes documentais são constituídas por artigos acadêmicos localizados nas bases de dados EBSCO, SciELO e Scopus.

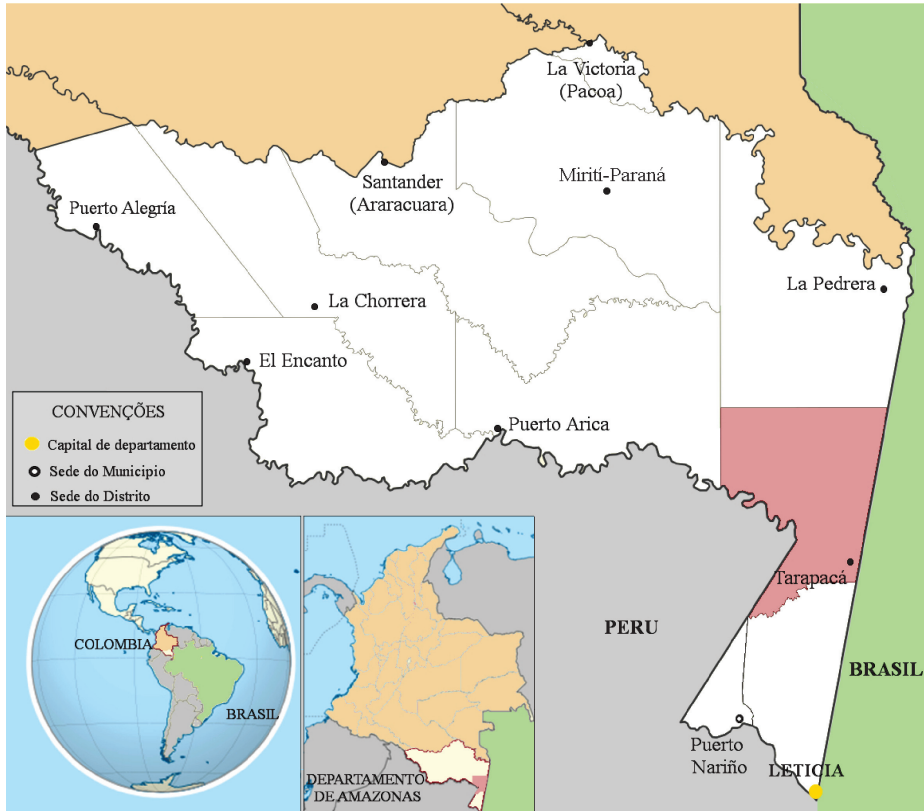
Tarapacá tornou-se uma área não municipalizada³ do estado de Amazonas (Colômbia), localizada a 962 quilômetros ao sudeste de Bogotá e a 148 quilômetros ao nordeste de Leticia, que é a capital estadual (Figura 1). Segundo o mais recente Censo Nacional de População (DANE, 2018), Tarapacá possui 2.831 habitantes⁴, 53% são homens e 47% são mulheres. Do total populacional, 88,6% são indígenas, 7,4% não se identificam com um grupo étnico, 3,7% não informaram se pertencem ou não a um grupo étnico e 0,4% são afrodescendentes. É uma população predominantemente jovem, sendo 56% menores de 19 anos de idade.

² Todas as entrevistas foram realizadas em espanhol e as citações presentes no texto estão mantidas na língua original, a fim de manter uma maior aproximação sociolinguística entre a voz das depoentes, seu território e a forma como falam. Outrossim, ao citar as pessoas entrevistadas, mantivemos seus nomes originais, conforme acordado com elas durante as entrevistas, salvo aquelas cuja vida corria algum risco por causa do tema citado.

³ Na Colômbia, uma área não municipalizada é uma divisão da área rural de um departamento que inclui um centro povoado, mas que não chega a ter o status legal de município conforme a organização territorial estabelecida a partir da Constituição Nacional de 1991.

⁴ Este dado representa um aumento da população de Tarapacá em 17,6%, em comparação com os 2.407 habitantes que tinha em 2005 (DANE, 2005). Porém, segundo ambos os censos (2005 e 2018), a proporção de 53% homens e 47% mulheres se mantém estável.

Figura 1: Localização e divisão política de Amazonas (Colômbia) com Tarapacá em destaque



Fonte: Aguirre-Neira (2020).

A seguir, explicamos brevemente o processo de domesticação da paisagem desenvolvido pelos povos indígenas amazônicos através do sistema de pousio e da seleção e reprodução das espécies vegetais. Em seguida, analisamos, com base nas entrevistas realizadas em campo, os diferentes usos dados à produção nas roças e os significados que as mulheres atribuem a essas. Por último, acrescentamos um contraponto à prática cotidiana das roças, mostrando como essa tradição milenar está se perdendo devido às rápidas mudanças culturais que estão ocorrendo no território local. Essas mudanças respondem às precárias condições de vida locais – que contrastam com as expectativas das gerações mais jovens de adotar outros modos de vida –, bem como à influência das economias ilícitas que estão se fortalecendo na região.

Conhecimentos tradicionais e domesticação da paisagem

Em contraposição com os imaginários da “natureza prístina” e do “vazio demográfico” da floresta da América do Sul, divulgados pelos naturalistas europeus do século XIX, estudos arqueológicos estimam que 13.000 anos antes do presente os seres humanos se espalharam pela floresta que hoje conhecemos como Amazônia e contribuíram com a expansão e distribuição das espécies vegetais (LEVIS, 2018, p. 17).

Como resultado desse longo processo de domesticação da paisagem⁵, as espécies vegetais que resultaram mais úteis para os seres humanos estão mais perto dos lugares de moradia e se encontram de forma mais abundante. Essa constatação também contradiz a ideia da “natureza intocada” ou a “mata virgem”, porque a floresta foi criada e transformada pelo trabalho dos povos indígenas ao longo de milênios. Adicionalmente, a diversidade da vegetação nativa é conservada pelo manejo ambiental feito pelas populações indígenas.

Enfrentando as limitações dos solos pobres da região, os povos indígenas desenvolveram técnicas para a produção de alimentos, ou seja, “grandes sociedades pré-colombianas domesticaram extensas porções da sua paisagem para torná-las mais produtivas” (CLEMENT *et al.*, 2015, p. 2). As “terras pretas de índio”, que são as mais férteis da Amazônia, são resultado desse processo de domesticação da paisagem. Em sua tese sobre a domesticação da floresta amazônica, Levis (2018) caracteriza as terras pretas da seguinte forma:

Solos antropogênicos que são bons marcadores de sociedades sedentárias pré-colombianas tornaram-se mais comuns desde 2500 até 500 AP. Durante este período, as sociedades com estratégias de uso intensivo da terra para a produção de alimentos e a gestão dos recursos ocuparam extensas porções da bacia (LEVIS, 2018, p. 13, tradução nossa).

A principal estratégia produtiva desenvolvida pelas populações nativas da Amazônia é o sistema agrícola de pousio, o qual as famílias indígenas amazônicas chamam de *chagra*. Nele se abre uma roça, onde se realiza

⁵ Como enfatiza Clement (1999), a domesticação da paisagem é um processo, em parte inconsciente e em parte consciente, em que “a intervenção humana na paisagem tem como consequência mudanças ecológicas na paisagem e na demografia de suas populações de plantas e animais, resultando numa paisagem mais produtiva e segura para os humanos” (p. 191). Cf.: CLEMENT, Charles R. 1942 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources. I. The relation between domestication and human population decline. *Economic Botany*, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.

o plantio por dois ou três anos. Após esse tempo de uso, o que fica da roça é cortado e queimado, e a terra é deixada em repouso para se regenerar com a ajuda das cinzas das roças anteriores, que se tornam nutrientes para as próximas.

Como explica a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2019), a diversidade de plantas usada na roça compõe um tipo de banco de sementes comunitário: “As roças são bancos genéticos naturais, que estão em contínua adaptação perante as mudanças climáticas e os predadores. Os povos indígenas estão renovando o banco genético o tempo todo. São reservatórios da diversidade genética vegetal, diversidade humana e cultural” (informação verbal)⁶. Nesse sistema, os homens são os responsáveis por roçar e preparar o terreno, enquanto as mulheres plantam e cuidam dos cultivos. O momento da colheita é compartilhado por homens e mulheres.

Em Tarapacá, a horticultura⁷ é praticada, principalmente, pelas mulheres. Na roça, elas plantam sementes e propágulos que coletam da floresta ou que intercambiam entre parentes e vizinhas. De modo que elas tornam esses espaços em microcosmos da floresta amazônica, testemunhas de histórias de transumância e de relações socioambientais que transformaram a paisagem.

Corroborando com Guérin *et al.* (2021), entendemos a reprodução social como o conjunto das atividades e as relações sociais necessárias para a sustentabilidade da vida. Não obstante, o trabalho das mulheres na reprodução social, geralmente, não é remunerado. Por meio dos seus trabalhos produtivo e reprodutivo, as mulheres amazônicas garantem a autonomia

⁶ Manuela Carneiro da Cunha é reconhecida por suas pesquisas em Antropologia histórica e por sua militância política pelos direitos dos povos indígenas do Brasil. Entrevista concedida a Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena. [s.l.]: *Tutaméia*, 2019. 1 vídeo (74 min.). Publicado por Tutaméia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzbWWNxFenY&lc=Ugyuf3jtzqBgf6j0MCl4AaABA>. Acesso em: 27 set. 2022.

⁸ Com horticultura, fazemos referência ao sistema de pousio (roça-de-toco) das *chagras*. Corresponde às práticas de cultivo dos indígenas na floresta amazônica, que consistem em roçar-queimar-plantar cultivos transitórios que duram em geral três anos. Quando a terra perde fertilidade é deixada repousar para se regenerar. Segundo Gasché e Vela (2012), este sistema de cultivo foi criado pelos povos indígenas para se adaptarem às terras pouco férteis da floresta amazônica, diferenciando-se das terras pretas férteis da agricultura. Por esse motivo, estes autores preferem usar o termo “*bosquesinos*” para quem trabalha a terra da floresta, no lugar de “camponeses” (Veja-se: GASCHÉ, Jorge; VELA, Napoleón. *Sociedad bosquesina*, tomo I: Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana – IIAP, 2012). Doravante, continuaremos usando o termo *chagra*, dada a especificidade do uso local desta palavra.

alimentar (PALACIO; NIETO, 2013; DE LA CRUZ, 2015), são guardiãs das sementes nativas, conservam a sociobiodiversidade⁸ e os conhecimentos tradicionais associados às plantas nativas, velam pela saúde de suas famílias e mantêm as relações de hospitalidade e reciprocidade (CUERVO *et al.*, 2022b; MAHECHA, 2015).

As práticas, ou “maneiras de fazer” (DE CERTEAU, 1990, p. XLI), das mulheres no cotidiano geram alternativas econômicas sustentáveis para a comunidade. As mulheres indígenas da Amazônia dependem do ambiente como fonte de economia para suprir as necessidades básicas; o fruto do seu trabalho na floresta e nas hortas se orienta a alimentar e curar suas famílias; e o produto da venda dos “excedentes” normalmente é destinado para pagar as despesas básicas da família. Embora os trabalhos produtivo e reprodutivo das mulheres da floresta sejam fundamentais para a vida humana e a conservação da sociobiodiversidade, ainda é feito em condições precárias e é invisibilizado na perspectiva do sistema econômico capitalista (SHIVA, 2016).

As *chagras*: onde brotam diversos poderes e tradições

A *chagra* é o primeiro espaço de socialização dos conhecimentos tradicionais na Amazônia colombiana. Para as mulheres indígenas, levar seus filhos e filhas para a *chagra* é o modo em que lhes ensinam a se relacionar com o entorno ambiental. Na Figura 2, observamos mulheres de três gerações da mesma família trabalhando na *chagra*, ao fundo (de boné), no centro da imagem e quase se camuflando com a vegetação está a avó; à sua frente está a neta; e à frente desta, destacando-se no primeiro plano, tem-se a filha. Este é um espaço social de aprendizado intergeracional, em interação com a terra e as plantas.

⁸ Entendemos por sociobiodiversidade a articulação das diversidades sociocultural e biológica em um mesmo espaço social. Para aprofundar no uso deste conceito, veja-se DINO, Nicolao. Ética, meio ambiente e sociobiodiversidade: na trilha do desenvolvimento sustentável. *Cadernos Eletrônicos Direito Internacional Sem Fronteiras*, v. 2, n. 2, p. e20200238, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/95>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Figura 2: Socialização de saberes na *chagra*



Fonte: Ivón Natalia Cuervo (2021).

São as mulheres que decidem o que plantar, como fazer a rotação das culturas de acordo com os ciclos de inundação e seca e como distribuir a colheita (os alimentos para serem consumidos pela família, para oferecer a outras pessoas ou para vender).

Conforme assinalam Palacio e Nieto (2013), a *chagra* é o espaço de poder das mulheres. E esse poder, que lhes é negado há tanto tempo em aspectos fundamentais da vida, reivindica a importância da sua experiência, levando-as a tomar decisões relevantes em relação à soberania alimentar, enquanto asseguram que seus conhecimentos e experiências sejam transmitidos às novas gerações.

Uma “*buena chagra*” se caracteriza por sua diversidade em plantas alimentícias, medicinais e ornamentais, o que é motivo de orgulho para elas e é o ponto de referência das “mulheres trabalhadoras”. Elisa Bereca, uma das mulheres entrevistadas, tem na sua *chagra* um banco de sementes, pois reproduz tudo o que encontra na floresta e compartilha com suas vizinhas, sendo pelo uso e consumo dessas plantas que se conserva e se reproduz a sociobiodiversidade. Segundo ela:

*A mí siempre me ha gustado la chagra y la comida no me ha faltado. Siembro yuca, plátano, sandía, ají dulce, mango, guama, copoazú, lo que yo encuentro lo voy sembrando. En la casa, tengo mi pacera de cebolla y siembro remedios vegetales, yo no tengo hijos pequeños, pero tengo remedios vegetales, aunque sea en un baldecito los siembro y ahí están naciendo. Ahora son pocas las mujeres que trabajan en la chagra, porque los primeros vivientes de aquí ya fallecieron. A las mujeres de ahora no les gusta trabajar en la chagra, porque es trabajoso, eso no es solo decir: “Voy a hacer una chagra”. ¡Chagra es chagra!*⁹

No seu depoimento, Elisa compara o trabalho das mulheres adultas nas *chagras* com as escolhas que as moças fazem por outros modos de vida. Principalmente, porque essas últimas se ocupam em atividades diferentes às que exercem suas avós e mães. As filhas adolescentes tendem a não assumir sua parte do trabalho na *chagra*; algumas delas se dedicam exclusivamente às atividades escolares com a intenção de sair do distrito para arranjar um emprego ou continuar estudando. As migrações rural-urbanas das moças de territórios indígenas são recorrentes em várias comunidades da Amazônia colombiana (LASPRILLA, 2009). Algumas abandonam os estudos e se dedicam a atividades remuneradas. Porém, na sede de Tarapacá as alternativas de emprego para as mulheres são reduzidas. Algumas vendem alimentos cultivados na *chagra* (Figura 3) ou vendem comida preparada (almoços ao meio dia ou espetos de frango à noite). Outras trabalham como empregadas no comércio local.

⁹ Elisa Bereca, 71 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Tarapacá (Amazonas), 29 de junho de 2022. A classificação taxonômica das plantas mencionadas por Elisa é a seguinte: *yuca* (*Manihot esculenta*), *plátano* (*Musa sp.*), *sandía* (*Citrullus lanatus*), *ají dulce* (*Capsicum sp.*), *mango* (*Mangifera sp.*), *guama* (*Inga edulis*), *copoazú* (*Theobroma grandiflorum*).

Figura 3: Venda ambulante dos produtos de *chagras*



Fonte: Ivón Natalia Cuervo (2021).

A diminuição do plantio das *chagras* representa uma perda cultural e social a longo prazo, porque a *chagra* é mais do que um lugar onde se planta, é onde as mulheres indígenas organizam o espaço e garantem a soberania alimentar e a saúde de suas famílias. Além disso, o início de uma *chagra* tem um significado simbólico. Marca o estabelecimento em um território, também delimita uma propriedade em uma terra indígena (a *chagra* pertence a quem a trabalha), e a primeira tarefa de um casal que inicia sua união conjugal é fazer sua própria *chagra*.

Segundo a entrevistada Flor Gómez-Bombaire, uma tradição da etnia Uitoto é que quando vai ser implantada uma maloca¹⁰, centro social e político da comunidade, se planta uma *chagra* e seu fruto é distribuído na festa de posse:

Mi abuelo era capitán de maloca en Arica [Amazonas]. Cuando él murió mi abuela era todavía fuerte. Mi tío no tenía mujer, entonces como él no tenía mujer él le dijo a mi mamá: “Usted y yo vamos a trabajar”. Entonces se organizaron, lo primero que tenían que hacer era armar la maloca. Armamos la maloca y sembramos la chagra con toda clase de frutas que se dan en la fiesta de inauguración de la maloca. Ahí presentaron a mis hermanas mayores, como para que ellas fueran quedando en la maloca. Cuando los que están al frente de la maloca fallecen, ponen a otros, pero mis

¹⁰ A maloca é um espaço amplo em um território indígena construído para o encontro social e político da comunidade, e serve também como lugar de abrigo e proteção. Para mais informações sobre a arquitetura e a função simbólica da maloca, veja-se: DUQUE, Juan Pablo. La maloca amazónica. *Credencial Historia*. [Bogotá]: Casa Editorial El Tiempo [online], 2019. Disponível em: <https://www.revistacredencial.com/historia/temas/la-maloca-amazonica>. Acesso em: 25 nov. 2022.

*hermanas salieron de Arica, se murió mi tío, se murió mi tía y quedó mi mamá con mi otro tío todavía.*¹¹

No mesmo relato, Flor comentou que, dentro da tradição da mesma etnia, existem plantas que são consideradas próprias das mulheres – principalmente as alimentícias e as medicinais – e outras que são concebidas como plantas próprias dos homens, a coca (*Erythroxylum coca*) e o tabaco (*Nicotiana tabacum*), plantas sagradas com as quais se manejam conhecimentos xamanísticos:

Mi mamá nos decía que nosotros debemos cuidar la tierra y sembrarla. Ella nos decía que hay que sembrar cosas de mujer para que la tierra esté contenta, sembrar el ají, la piña, el macambo, el ñame, el maní y la yuca, esas son siembras de mujer. Con eso, una mujer sostiene el hogar. Las plantas de hombre son la coca y el tabaco. Ese es el trabajo de lo que siembra el hombre. Por eso, cuando usted llega a una maloca, el hombre les brinda su coca a los hombres que mambean y la mujer ofrece el ají con carne.

Algumas famílias da etnia Ticuna praticam um rito de passagem no momento da primeira menstruação de uma moça, em que, no final de um tempo de jejum e isolamento dela, se comemora uma festa conhecida como “*pelazón*”¹². Para esse ritual a família prepara uma *chagra* especial, conforme narrou Virginia Valdemar, 47 anos, quando entrevistada:

*Cuando mi hijita, que ahorita está por allá en Bogotá, se hizo señorita, hicimos fiesta con ella. La primera vez que le llegó su periodo la encerramos para que nadie la viera. Ocho meses la tuve encerrada a mi hija. Se hizo bien limpia, salió gordita y su cabello le creció hasta acá [señala el largo del cabello sobre la espalda]. Hicimos una chagra para eso mismo, a los 8 meses ya estaba en cosecha, la casa ya lista. Cuando ya estaba todo listo, hicimos cacería. Le pedimos a su tío que nos colaborara, porque el dueño de la fiesta no va a hacer nada. Y mientras eso, nosotros hicimos la bebida que es el payabará. El día del final del encierro se hace la pelazón, por eso se hace la fiesta. Se espera la noche de luna llena, los antiguos vienen haciendo así la fiesta, porque esa noche amanece la luna y alumbrá la maloca.*¹³

¹¹ Flor Gómez-Bombaire, 48 anos, mulher uitoto. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Tarapacá (Amazonas), 25 de outubro de 2021. A classificação taxonômica das plantas mencionadas por Flor é a seguinte: *ají* (*Capsicum sp.*), *piña* (*Ananas comosus*), *macambo* (*Theobroma bicolor*), *ñame* (*Colocasia esculenta*), *el maní* (*Arachis hypogaea*) e *yuca* (*Manihot esculenta*).

¹² Para aprofundar no tema da “*pelazón*”, veja-se: RAMOS, Hugo. *El ritual Tikuna de la pelazón en la Comunidad de Arara, sur del trapecio amazónico: una experiencia etnográfica* (Dissertação (Mestrado) – Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonía, Leticia, 2010).

No Brasil, os Ticuna fazem um ritual de passagem similar, a Festa da Moça Nova. Veja-se: MATAREZIO, Edson. Do ponto de vista das moças: a circulação de afetos na Festa da Moça Nova dos Ticuna. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 15, n. 1, e20190065, p. 1-21, 2020.

¹³ Virginia Valdemar, 47 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Tarapacá, em 4 de novembro de 2021. No depoimento citado, *payabará* é uma bebida tradicional de mandioca.

Destarte, a cultura da *chagra*, por tratar-se de uma prática cotidiana muito antiga, faz parte da construção de sua identidade. Atualmente são, sobretudo, as mulheres indígenas com mais de 40 anos de idade as que trabalham na *chagra*, enquanto as moças passam mais tempo estudando e preferem empregos que lhes permitam ganhar mais dinheiro em menos tempo. Este fato social indica uma mudança cultural muito forte, que talvez não tenha retorno.

O trabalho na *chagra* é árduo. Elas têm de limpá-la constantemente com um facão, no calor úmido da floresta, que pode chegar a 30 °C. Para algumas mulheres em Tarapacá, trabalhar na *chagra* não foi uma opção que elas escolheram, mas uma obrigação que assumiram. É assim que Virginia Silva, 71 anos, conta sua história:

*Empecé a trabajar en la chagra cuando era niña. Ahí crecí con mi abuela, porque yo era huérfana de madre. Mi nieto también trabaja con un machete desde que tenía cinco años. Le gusta mucho la chagra, más que estudiar, y yo le digo: “Estudie, hijo, para que no se ande quemando la espalda como su abuela”.*¹⁴

Esse conselho da avó Virginia é consistente com a análise de Echeverri (2008) sobre as ações da etnoeducação na região amazônica colombiana. Ele explica que, para os povos indígenas desta região, a educação nas escolas é assumida como um meio de acessar o conhecimento dos “brancos” e, assim, poder aspirar a outras opções de trabalho e de ascensão social. Por esta razão, a maioria das moças e rapazes que sonham com um modo de vida diferente migram para as cidades.

María Cuarán, 29 anos, fala sobre a *chagra* como uma tradição cultural profundamente enraizada para sua família:

*Desde que yo tengo conciencia, mi mamá nos criaba con todo natural. En la cultura de nosotros, la chagra es lo primordial, esa es la base de la economía de la cultura de los indígenas de acá, porque ahí se cultivan los frutales, las hierbas medicinales y el plátano y la yuca. Siempre, una chagra va a estar a la orilla del río, porque ahí nosotros pescamos.*¹⁵

A diversidade de plantas encontradas na *chagra* é uma evidência das migrações, humanas e não humanas, e constitui um microcosmo da diversidade biológica da floresta. Assim, através do seu trabalho, as mulheres contribuem para a conservação da vegetação nativa. Tradicionalmente, os homens derru-

¹⁴ Virginia Silva, 71 anos, mulher bora. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Tarapacá, em 4 de novembro de 2021.

¹⁵ María Cuarán, mulher ticuna, 29 anos. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Letícia (Amazonas) em 7 de março de 2020.

bam as árvores e preparam o terreno, e as mulheres plantam e cuidam dos cultivos. Ambos participam na colheita. A Figura 4 retrata a derrubada controlada da floresta por seus moradores para fazer *chagra* e abrir novas trilhas.

Figura 4: Derrubada da floresta



Fonte: Ivón Natalia Cuervo (2021).

No contexto da pandemia de COVID-19, as *chagras* foram a principal fonte de autossuficiência alimentar, porque, estando isolados das cidades que movimentam o comércio e sem maiores possibilidades de emprego, algumas pessoas que tinham abandonado esta prática voltaram a plantar. De acordo com o depoimento de Julia Carvajal:

Como la pandemia surgió de un momento para otro, nos quedamos sin trabajo, porque nadie quería dar trabajo. Nosotros, los que dependemos de los trabajos temporales, nos preocupamos, porque a veces no había en qué trabajar. Entonces, con mi esposo dijimos: “Vamos para la chagra”. Nuestra primera chagra queda como a 40 minutos a pie desde la casa. La que queda más lejos, está a tres horas y media yendo en lancha de motor. Allí nos fuimos a vivir, con los papás de mi esposo, cuando comenzó la pandemia. Todo el mundo se puso a hacer chagras para tener comida y tratando de alejarse del pueblo.¹⁶

¹⁶ Julia Carvajal, 36 anos, mulher mestiça. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Tarapacá, 29 out. 2021.

Embora a pandemia tenha sido um fator que motivou as famílias a replantar culturas de ciclo curto, como a mandioca e a banana-da-terra, e expandiu o cultivo de plantas medicinais como o gengibre (*Zingiber officinale*) e o jambu (*Acmella oleraceae*), de uso cultural da população em tratamentos contra o vírus, atualmente são cada vez menos as mulheres que se dedicam ao trabalho nas *chagras*. Conforme explica Adalguiza Ahuanari, liderança indígena de Tarapacá, uma das razões desta situação é que falta estabelecer um mercado que faça viável a comercialização dos seus produtos:

Yo digo que nosotros tenemos muchas necesidades, la alimentación de los hijos, el estudio de los hijos... Y, de pronto, la gente se dedica más a buscar trabajos con los que le llega más rápido el recurso [dinero]. Aquí [en la chagra] trabajamos solo para sustentar a la familia, pero, si usted llega a tener mucho producto ¿A dónde lo va a vender? Porque yo he visto que hay gente que tiene su chagra, y a veces el producto se daña, pues mucha gente trae para vender y no hay dónde vender.¹⁷

Por mais que seja desejável manter as *chagras* para preservar a diversidade biológica e cultural da Amazônia, isto não aconteceria pela imposição de um modo de vida “tradicional”, porque os modos de vida que os seres humanos escolhem estão em constante construção e são produto de uma combinação de afinidades afetivas e racionais, em que a tradição é uma variável que pode não ser tão forte quanto o anseio por melhorar as condições de vida de vida – próprias e da família. Seria preciso gerar as condições para que as novas gerações possam ver nas *chagras* uma atividade viável para se sustentar, de modo que essa atividade passe a ser considerada como uma possibilidade dentro dos seus projetos de vida.

Considerações finais

As *chagras* são o espaço social onde os povos indígenas amazônicos desenvolvem distintas atividades que sustentam a vida, são um lugar significativo para socializar os conhecimentos e as tradições, construir a identidade cultural e desenvolver um sentido de pertença com o território. Por meio desta tradição milenária, as pessoas nativas domesticaram a paisagem e desenvolveram modos de vida próprios.

Porém, os vínculos tradicionais e afetivos com o território estão mudando, porque as famílias de Tarapacá não conseguem suprir suas necessi-

¹⁷ Adalguiza Ahuanary, 52 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo em Tarapacá, 9 de novembro de 2021.

dades básicas dentro do território e, além disso, precisam migrar para as cidades para ter acesso a serviços de saúde especializados ou à educação superior.

Os mais propensos a deixar o território rural são os/as jovens, que atualmente constituem mais da metade da população local em idade de trabalhar. Percebemos que, a longo prazo, o envelhecimento da população em Tarapacá e a diminuição da força de trabalho para manter as *chagras* podem se acentuar, trazendo novas problemáticas à cultura local.

Para mudar essa situação, seria necessário combater as causas estruturais da pobreza. Para tanto, o Estado colombiano pode, por exemplo, fortalecer os processos de planejamento territorial para chegar a um acordo com a população local sobre os investimentos em saúde, educação e geração de empregos. Também é necessário melhorar a infraestrutura do distrito e fortalecer os circuitos curtos de comercialização, os processos de transferência de tecnologia, o acesso à terra e às oportunidades de crédito, como parte dos incentivos para continuar trabalhando no território rural. Isso, por sua vez, poderia desacelerar a tendência dos jovens de se envolverem em economias ilícitas, como o tráfico de drogas e a mineração de ouro nos rios.

Diante desse panorama desafiador, concluímos que a persistência das mulheres e homens que trabalham nas *chagras* em Tarapacá pode ser entendida como uma forma de resistência e defesa dos territórios-natureza contra a expansão de culturas ilícitas que causam impactos ambientais por meio do desmatamento e do uso de substâncias tóxicas, bem como rupturas no tecido social – danos que podem levar muito tempo para alguma reparação.

Referências

AGARWAL, Bina. El debate sobre género y medio ambiente: lecciones de la India. In: VÁZQUEZ, Verónica; VELÁZQUEZ, Margarita (eds.). *Miradas al futuro: Hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género*. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004. p. 239-285.

AGUIRRE-NEIRA, Juan Carlos. *Diversidade e conhecimento local associado de camucamu [Myrciaria dubia (Kunth) McVaugh] de povos indígenas na Amazônia colombiana*. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2020.

CLEMENT, Charles *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. *Proc. R. Soc. B.*, v. 282, n. 20150813, p. 1-9, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.

CUERVO, Ivón Natalia; NODARI, Eunice Sueli; GRISOTTI, Marcia; VERNAL, Javier Ignacio. Por una Panamazonía viva y saludable: la perspectiva del Buen Vivir. *PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 37-97, set./dez. 2022a. DOI: 10.5965/198472462353022037.

CUERVO, Ivón Natalia; NODARI, Eunice; AGUIRRE-NEIRA, Juan Carlos. Construcción social del territorio amazónico de Tarapacá, desde la perspectiva de las mujeres indígenas que lo habitan. In: CUVI, Nicolás; CORREA, Jennifer; DUQUE, Jazmín; ESPINOZA, Ismael (comp.). *Contribuciones a la historia ambiental de América Latina*. Memorias del X Simposio SOLCHA. Quito: Flacso Ecuador: Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental (SOLCHA), 2022b. p. 76-86.

DANE. *Censo Nacional de Población y Vivienda*. 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivienda-2018>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DE CERTEAU, Michael. *La invención de lo cotidiano: Artes de hacer*, v. 1, Oficio de la historia. México: Universidad Iberoamericana, 1990.

DE LA CRUZ, Pablo Emilio *et al.* Traditional Knowledge in the Colombian Amazon: Tensions Between Indigenous Territorial Autonomy and Environmental Governance. In: *Socio-Environmental Regimes and Local Visions*. Cham: Springer, 2020. p. 27-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-49767-5>.

DE LA CRUZ, Pablo Emilio. *Ferías de Chagras en la Amazonia colombiana: contribuciones a los conocimientos tradicionales y al intercambio de productos de las asociaciones indígenas y de mujeres de Tarapacá*. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural) – El Colegio de la Frontera Sur, San Cristóbal de las Casas, 2015. Disponível em: <http://ecosur.repositorioinstitucional.mx/jspui/handle/1017/1413>. Acesso em: 6 maio 2022.

ECHEVERRI, Juan Álvaro. ¿De Chagrera a Secretaria? Balance de algunas acciones en etnoeducación en el Amazonas colombiano. In: BERTELY, María; GASCHÉ, Jorge; PODESTÁ, Rossana (coord.). *Educando en la diversidad cultural*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2008. p. 135-165.

EL POR QUÉ y el cómo de la deforestación en la Amazonia colombiana. *FCDS* – Fundación para la Conservación y Desarrollo Sostenible, [Bogotá], 6 dez. 2021. Disponível em: <https://fcds.org.co/publicaciones/el-por-que-y-el-como-de-la-deforestacion-en-la-amazonia-colombiana/>. Acesso em: 2 set. 2022.

GUTIÉRREZ, Franz; ACOSTA, Luis; SALAZAR, Carlos. *Perfiles Urbanos en la Amazonia Colombiana: Un enfoque para el desarrollo sostenible*. Bogotá: SINCHI, 2004.

LASPRILLA, Victoria. *Chagras y mujeres indígenas: significado y función del trabajo femenino en la comunidad indígena Ticuna San Sebastián de los Lagos*. (Dissertação de Mestrado em Estudos Amazônicos) – Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), Universidad Nacional de Colombia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/9672>.

LEVIS, Carolina. *Domestication of Amazonian Forests*. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Wageningen University & Research. Wageningen. DOI <https://doi.org/10.18174/448424>. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2561872295?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>.

MAHECHA, D. *Del mito de la invisibilidad femenina la complementariedad: Representaciones de lo femenino en la Amazonia colombiana*. Documento de trabajo. Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonía, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI). 2015, p. 1-13. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/11864>.

MITTERMEIER, Russell; GOETTSCHE MITTERMEIER, Cristina. *Megadiversity: Earth's biologically wealthiest nations*. México: CEMEX, 1997.

NOBRE, Antonio. *El futuro climático de la Amazonía: informe de evaluación científica*. São José dos Campos: ARA/CCST/INPE/INPA, 2014. Disponível em: http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/EI_Futuro_Climatico_de_la_Amazonia.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

PALACIO, German; NIETO, Juana Valentina. Mujeres Indígenas, Globalización, Alimentos y Políticas Sociales en el Trapecio Amazónico. *Mundo Amazónico*, [s. l.], v. 4, p. 77-116, 2013. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/35608>. Acesso em: 2 set. 2022.

SANTOS, Milton. “O retorno do território”. *OSAL – Observatorio Social de América Latina*, v. 6, n. 16, jun. 2005.

SHIVA, Vandana. *Staying alive: Women, ecology, and development*. North Atlantic Books, 2016 [1988].

ULLOA, Astrid. Cuidado y defensa de los territorios-naturalezas: mujeres indígenas y soberanía alimentaria en Colombia. In: RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer. *Sustentabilidad desde abajo: luchas desde el género y la etnicidad*. Berlin: Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin, 2016. p. 123-142.

WHEELER, Graycen. Amazon losing far more carbon from forest degradation than deforestation: study. *Mongabay*, [California], 9 fev. 2022. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2022/02/amazon-losing-far-more-carbon-from-forest-degradation-than-deforestation-study>. Acesso em: 5 set. 2022.

A produção de base ecológica como estratégias de saúde(s)

Flavia Soares Ramos

Introdução

Consumir alimentos de base ecológica é comumente relacionado a um *estilo de vida saudável*. No entanto, da perspectiva produtiva, não se trata de um estilo de vida, mas de decisões majoritariamente conscientes baseadas em motivações multicausais. Neste capítulo, iremos analisar as motivações de agricultores e agricultoras de 68 unidades produtivas da Região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina, Sul do Brasil, para produzir a partir de diferentes matrizes de base ecológica. Iremos observar se e como seus discursos evidenciam aspectos de saúde, direta ou indiretamente, e em que medida a produção de alimentos de base ecológica pode ser considerada uma estratégia de saúde coletiva.

Assim, na primeira etapa iremos apresentar o cenário da produção agrícola e de base ecológica, especialmente na Região da Grande Florianópolis. A seguir, iremos esboçar o perfil sociodemográfico das/os participantes da pesquisa, culminando em uma análise dos seus discursos sobre suas motivações para a conversão para a produção de base ecológica (no caso de ex-agricultoras/es do estilo convencional) ou a entrada nesse setor (no caso de pessoas de origem urbana), e verificar suas articulações com aspectos de saúde.

Os dados utilizados neste estudo são parte de um conjunto de dados mais amplos coletados através de um questionário para a pesquisa de doutorado da autora (RAMOS, 2022). Para aquela pesquisa, coletamos informações, direta ou indiretamente¹, de 152 agricultores e agricultoras de 68

¹ Utilizamos a estratégia metodológica do IBGE para a coleta de informações nos Censos, em que se identifica o responsável pela unidade para coletar informações sobre os demais moradores, sendo esse a/o “informante” (IBGE, 2016). Em nossa pesquisa, consideramos o informante a pessoa que, após a explicação dos objetivos da pesquisa, foi indicada/o ou como a/o responsável pela unidade. Solicitamos que a/o informante validasse as informações pessoais dos demais – também cadastrados no CNPO –, mas consideramos as respostas em relação à

unidades produtivas, as/os quais estavam inscritos no Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos (CNPO), instrumento esse disponível no website do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No entanto, como o presente estudo tem o objetivo de analisar especialmente uma questão aberta/qualitativa do questionário referente à motivação para a produção de base ecológica, optamos em utilizar apenas as informações coletadas diretamente com os 68 informantes.

Produções agrícolas de bases ecológicas no Brasil e na Região da Grande Florianópolis

Estamos acostumados a ouvir o termo “orgânico” para referir-se a um determinado tipo de alimento livre de agrotóxico ou ao sistema de produção que o produz, mas neste estudo iremos utilizar, na medida do possível, o termo mais amplo: “produções agrícolas de bases ecológicas”. Essa é uma escolha que tem o objetivo de demarcar a existência de diversas modalidades de produção agrícolas que buscam, de modo geral, preservar os ecossistemas e o meio ambiente, e cujos produtos devem ser livres de elementos químicos sintéticos ou geneticamente modificados (SOUZA-SEIDL; BILLAUD, 2015). Dentre as diversas modalidades de produção de base ecológica, existem a agroecologia, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a permacultura, a agricultura natural, a agricultura ecológica, entre outras (DULLEY, 2003). A essa diversidade de modalidades, estão relacionados diferentes atores, com motivações e interesses específicos, tendo colocações diversas nos mercados.

No Brasil, as divergências relativas a essas modalidades atualmente estão acomodadas em ordenamentos legais amplos, como a Lei n. 10.831 de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), que dispõe sobre agricultura *orgânica* no país. Embora tenha-se optado pelo termo “orgânico” como um guarda-chuva conceitual, a lei foi formulada a partir do conceito de agroecologia², tendo como objetivo reconhecer a diversidade sociocultural dos

unidade produtiva a partir do ponto de vista da/o informante, embora possam haver divergências entre os pontos de vista.

² Nesse estudo, não temos o objetivo de aprofundar especificamente sobre a polarização do debate entre agricultura orgânica *versus* agroecologia, discussão essa já consolidada na academia (ASSIS; ROMEIRO, 2002; ABREU *et al.*, 2015) e também pelos movimentos sociais. Mas, embora a agricultura orgânica corresponda a sistemas agrícolas que produzem alimentos “limpos” por não admitir o uso de fertilizantes, pesticidas ou aditivos sintéticos, bem como de

atores envolvidos e, conseqüentemente, seus diferentes modos de produção, organização e certificação, como se verifica no primeiro artigo:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

A regulamentação do setor certamente foi/é um fator de atração para agricultores e agricultoras, uma vez que oferece garantias e reconhecimento, embora a motivação possa ser multicausal. Ou seja, pode estar relacionada a interesses financeiros (produtos de maior valor, redução na dependência externa, geração de emprego e renda, por exemplo), sociais (reconhecimento e valorização do trabalho agrícola), ambientais (produção melhor integrada aos ciclos da natureza e/ou de acordo com os recursos naturais), e de saúde, conforme iremos abordar em mais profundidade neste estudo.

Por ora, assinalamos que o incremento na demanda por alimentos de base ecológica é um fenômeno mundial, que se observa também em nível nacional e local. De acordo com Vilela *et al.* (2019), verificou-se uma ampliação de 15% em áreas dedicadas à produção orgânica no mundo entre 2015 e 2018 e 12,8% em número de produtores. No Brasil, cruzando os dados disponibilizados pelo IBGE e pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, os autores afirmaram que as unidades produtivas de base ecológica representavam 0,3% dos estabelecimentos brasileiros em 2017, ou seja, 15.865 unidades, com taxa de crescimento anual de 14,5% entre 2014 e 2017.

Em 2017, o estado catarinense ocupava o 4º lugar no ranking nacional em quantidade de Unidades Produtivas Orgânicas (UPOs), com 1.129 produtores cadastrados, ou seja, 7,69% do total de unidades catarinenses, segundo análises da Comissão Estadual da Produção Orgânica em Santa Catarina (CPOrg-SC). A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão

organismos geneticamente modificados (OGMs), não há em suas bases teóricas limitações para produção em escala industrial ou, ainda, a previsão ou incentivo para o desenvolvimento de tecnologias sociais ou a valorização dos saberes locais e tradicionais. Assim, com o aumento da demanda por estes alimentos “limpos”, tem-se observado o processo de convencionalização dos orgânicos (NIEDERLE, 2014, p. 84).

Rural de Santa Catarina informou um crescimento de 211% no número de produtores certificados entre 2010 e 2018 (EPAGRI, 2018)³.

Especificamente quanto à Região da Grande Florianópolis, local do nosso estudo, calculamos um crescimento de 550% nas unidades produtivas de base ecológica entre 2001 e 2017. Para isso, relacionamos os dados do Levantamento da Agricultura Orgânica de Santa Catarina, realizado em 2001 pelo Instituto CEPA/EPAGRI (OLTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN, 2002), que indicou a existência de 58 estabelecimentos agropecuários com manejo orgânico na Região da Grande Florianópolis, e os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), que identificou 377 unidades nos municípios que fizeram parte desta pesquisa (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo:
Região da Grande Florianópolis, SC



Fonte: Elaborada pela autora.

³ Pelo lado do consumo, pesquisa da Organics em 2017 revelou que a região Sul do Brasil era a maior consumidora de alimentos de base ecológica do país. A saúde era apontada como o principal fator de motivação para 57% dos participantes, seguido, de longe, por preocupações com o meio ambiente (17%) (ORGANIS; MARKET ANALYSYS, 2017).

A Região da Grande Florianópolis (RGF) está localizada na parte litorânea central do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, sendo composta por 22 municípios. Destes, nove fazem parte da Região Metropolitana de Florianópolis (RM) e treze – todos com menos de 50 mil habitantes – compõem sua área de expansão (AE), conforme Lei Complementar Estadual de Santa Catarina 495 de 2010. Em 2018, a região tinha uma população de 1.189.947 habitantes, o que correspondia a 16,82% da população catarinense de acordo com os dados do IBGE compilados pelo Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas.

A Região da Grande Florianópolis é ainda subdividida em três microrregiões, a saber, de Florianópolis (capital e seu entorno), de Tijucas (a noroeste de Florianópolis) e do Tabuleiro (sudoeste de Florianópolis), as quais têm características diferentes (SILVA; MATTEI, 2013). A maior concentração populacional está na microrregião de Florianópolis, onde a economia é mais dinâmica em torno das atividades de serviços, privados e públicos, turismo e tecnologia. A região como um todo, porém, acolhe ainda atividades industriais e é reconhecida como grande produtora de horti-frutigranjeiros (ESPÍNDOLA, 2020).

Esse último aspecto econômico está relacionado com o fato de que os municípios da Região da Grande Florianópolis, em sua grande maioria, são pequenos e, como afirma Maria de Nazareth Wanderley (2001, p. 34), “o pequeno município é parte integrante do mundo rural” e dependente dele. Isso fica claro em nosso estudo quando estabelecemos um coorte dos municípios pelo número de habitantes: dos dez municípios com maior número de estabelecimentos agropecuários, oito são municípios com menos de 10 mil habitantes.

Combinando os dados acerca do número de habitantes de cada município (segundo estimativas do IBGE em 2018) e o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (segundo IBGE 2017), percebemos que, quanto menor o município em número de habitantes, maior é a porcentagem de pessoas dedicadas a atividades em estabelecimentos agropecuários. Ou seja, os onze municípios com menos de 10 mil habitantes têm em média 32,91% do pessoal ocupado com atividades em estabelecimentos agropecuários, enquanto nos oito municípios com população entre 10 mil e 100 mil habitantes a taxa de ocupação em estabelecimentos agropecuários cai para 2,75%. Já nos três municípios com mais de 100 mil habitantes, os quais pertencem a uma área de intensa conurbação que concentra 75,98%

da população regional, essa taxa é de apenas 0,15%. Essa informação nos permitiu verificar a existência de um cinturão verde no entorno da capital (figura 2), que garante a produção agrícola para o abastecimento regional, especialmente com a oferta de alimentos frescos, como frutas, verduras e legumes.

Figura 2: Mapa da representação da relação entre população e produção agrícola/pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas na RGF



Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE (2017, 2018), compilados pela autora.

Para Gelbeck *et al.* (2018, p. 555), a produção de alimentos frescos para o próprio mercado regional em áreas de forte concorrência intersetorial pelas terras é uma estratégia que permite com que os agricultores extraiam maior renda da sua unidade produtiva, especialmente quando se trata de um produto com qualidade diferenciada, como no caso dos alimentos de base ecológica.

Perfil sociodemográfico das/os agricultoras/es de base ecológica da RGF

Participaram dessa pesquisa informantes de 68 unidades produtivas, dentre os quais 44 eram homens e 24 eram mulheres inscritas no Cadastro Nacional Produtores Orgânicos (CNPO). A média de idade das/os informantes era de 47,5 anos em 2020, havendo uma diferença de 15 anos entre a média de idade dos homens e das mulheres (50 e 35 anos, respectivamente). Um terço das/os informantes foram classificadas/os como novas/os agricultoras/es de origem urbana ou seja, “indivíduos nascidos e/ou socializados majoritariamente no meio urbano e que tenham exercido atividades laborais consideradas urbanas, mas que optaram em trabalhar com produção agrícola” em um determinado momento (RAMOS, 2022, p. 26-27).

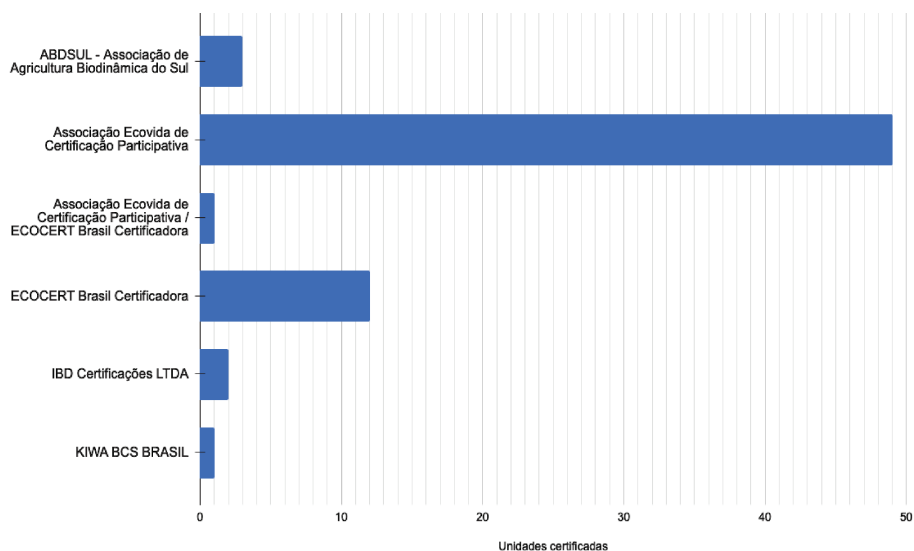
Quanto ao regime de trabalho, 49 pessoas informaram ter dedicação exclusiva às atividades da unidade produtiva, 17 trabalhavam em tempo parcial, e 2 não estavam trabalhando na unidade quando a pesquisa foi realizada. Os dados indicaram que o trabalho agrícola de base ecológica na região era realizado, sobretudo, a partir da mão de obra familiar: em 56 das 68 unidades participantes da pesquisa, as atividades eram realizadas com a participação de mais de um membro da família. A contratação de mão de obra externa de modo eventual ou regular foi relatada em 18 unidades produtivas (26,5% das unidades).

Por conta do recorte de pesquisa⁴, 62 unidades produtivas participantes eram certificadas apenas para a Produção Primária Vegetal/Animal, e seis também tinham processamento certificado. A produção das unidades participantes era certificada por 5 certificadoras, duas das quais pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG): Associação Ecovida de Certificação Participativa e Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABDSul); e três por empresa de auditoria externa: Ecocert Brasil Certificadora, IBD Certificações Ltda. e KIWA BCS Brasil. No entanto, é notável a predominância da certificação pela Associação Ecovida, seguindo a mesma tendência de todos os estados do Sul do Brasil, característica relacionada à trajetó-

⁴ Quando fizemos a seleção dos cadastros, excluimos os cadastros de certificação exclusiva para processamento porque nosso foco era para casos dedicados à atividade agrícola primária. No entanto, quando a atividade agrícola estava combinada com outras atividades certificadas, a consideramos como parte da pesquisa.

ria de entidades não governamentais de apoio à agricultura orgânica nessa região (VILELA *et al.* 2019)⁵.

Figura 3: Distribuição das entidades certificadoras na RGF



Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto ao número de produtos certificados em cada unidade produtiva, verificamos que a maioria das unidades é diversificada e dedica-se ao policultivo. Nesse sentido, dezoito informantes afirmaram que suas unidades têm mais de 50 produtos certificados, chegando a 124 em uma das unidades. Apenas seis unidades têm apenas um produto certificado, o que não significa necessariamente que apenas uma cultura seja produzida e mesmo comercializada de forma direta ao consumidor final. Essa especialização normalmente ocorre em um item diferenciado no mercado, como cogumelos ou frutas exóticas, por exemplo.

Além da diversidade de produtos, pode-se observar que há uma diversificação dos canais de comercialização (quadro 1): foram mencionadas 12 possibilidades de venda, sendo comum a combinação de diferentes canais. Das 68 unidades, 18 informaram acessar regularmente apenas um canal

⁵ Sobre a trajetória da Rede Ecovida de Agroecologia e a criação da Associação Ecovida como Opac, ver ROVER (2011).

de comercialização; as demais, porém, acessavam regularmente dois (24), três (16), quatro (5), até cinco e seis (uma unidade cada)⁶. Ferramentas da internet também foram apontadas como importantes para a divulgação do trabalho e dos produtos em 30 unidades produtivas.

Quadro 1: Frequência de acesso aos canais de comercialização em unidades produtivas de base ecológica da Região da Grande Florianópolis

Opções apresentadas e incluídas por indicação das/os informantes	% das unidades totais (68)
mercados, supermercados, lojas de produtos especializados (orgânicos e/ou naturais)	41,17%
feira	36,76%
venda em casa	29,41%
compras institucionais	23,52%
atravessador (ceasa/ outros agricultores/feirantes)	20,58%
CSA, CCR, cestas	19,11%
entrega a domicílio	17,64%
cooperativas	13,23%
empresa/agroindústria	11,76%
entrega a restaurantes/cafês/pousadas (comercio final)	10,29%
não comercializa ⁷	4,41%
loja virtual	1,47%
Círculo de distribuição Rede Ecovida	1,47%
Escolas particulares	1,47%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados reforçam a leitura de Niederle e Almeida (2013) de que o mercado de alimentos orgânicos é caracterizado atualmente por um processo de diversificação e segmentação dos canais de comercialização, de

⁶ Em outubro de 2020, retomamos a pesquisa apenas com as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana identificados no início daquele ano, e notamos que a Pandemia de Covid-19 levou a alterações na forma de comercialização: se por um lado a venda nas feiras foi reduzido, houve um aumento nas entregas a domicílio e participação em grupos de consumidores. Também foi relatada uma brusca redução das compras institucionais (RAMOS, 2022).

⁷ Uma das três pessoas que informou não comercializar, o faz de forma diferenciada porque usa toda a sua produção para o abastecimento do seu próprio restaurante.

modo que, “não raro, a trajetória social deste produto começa na mesma unidade familiar de produção e, a partir dela, desdobra-se em diferentes redes (mercados), com intermediários e destinos distintos” (Ibidem, p. 38). Os informantes também reforçaram a importância do município de Florianópolis para a comercialização dos alimentos, seja para o consumidor final (através de cestas de produtos, entregas a domicílio, experiências de CSA e CCR’s, feiras) ou não (supermercados, lojas de varejo, sacolões). Isso reafirma a atuação da região como cinturão verde da região metropolitana, bem como nos sugere que a prática de agricultura de base ecológica na região encontra respaldo financeiro por parte da demanda. Nesse sentido, a comercialização dos produtos garante que 48 informantes tenham a agricultura como principal fonte de renda.

Em busca da saúde nos discursos das/os agricultoras/es

Além das perguntas objetivas do questionário aplicado por telefone junto as/aos agricultoras/es de base ecológica, as quais tinham como objetivo traçar o perfil sociodemográfico das pessoas⁸ e levantar as características gerais das unidades e da produção, havia também algumas perguntas abertas de ordem mais qualitativa. Nesses casos, as respostas das/os informantes foram transcritas pela pesquisadora, tentando manter ao máximo as palavras, termos e expressões utilizados por elas/es.

No presente estudo, nos dedicamos a verificar as relações entre produção de base ecológica e saúde a partir das suas falas, tomando por base as respostas da pergunta número 13 do questionário: Quais os motivos principais para produzir orgânicos?

Conhecendo o campo (RAMOS, 2016; RAMOS, 2022), sabíamos que havia uma forte correlação entre a motivação para a produção de alimentos de base ecológica e a busca por saúde, não apenas individual e física, mas também coletiva e mental, a depender de como analisamos e interpretamos os discursos.

De todo modo, antes de qualquer coisa, identificamos que o uso do termo “saúde” em si para indicar as motivações foi o mais recorrente na

⁸ Interessava-nos, sobretudo, identificar sua origem rural ou urbana, para podermos implementar a segunda e principal etapa da pesquisa de doutorado. Para mais detalhes sobre a metodologia da pesquisa exploratória, na qual se baseia esse estudo, ver RAMOS, 2022.

sim, mencionaram um parente que usava agrotóxico e que havia desenvolvido câncer, ou o marido e outras pessoas da família que haviam se intoxicado por agrotóxico, ou a família que enfrentou doenças decorrentes da plantação de tabaco.

O que nos chamou a atenção, além disso, foi o uso da palavra “veneno” como sinônimo para agrotóxico, tendo sido utilizado em maior frequência: por 11 vezes foi mencionado “veneno” e 9 vezes “agrotóxico”. Sabemos que o uso dos termos faz parte de uma batalha narrativa e simbólica, e assim o termo veneno reitera um posicionamento crítico contra o que se quer vender como “defensivo agrícola”, mas que está posto na constituição brasileira como agrotóxicos (POZZETTI; GOMES, 2018). Os agrotóxicos incluem herbicidas, inseticidas, fungicidas, bactericidas, acaricidas, rodenticidas, reguladores de crescimento, entre outros, e são considerados fundamentais por alguns setores, como os vinculados ao agronegócio e as empresas fornecedoras desses insumos.

No campo do agronegócio brasileiro, iremos apenas citar a pressão política liderada pela bancada ruralista para a aprovação de mais agrotóxicos e pela redução da fiscalização, em nome do aumento da produtividade de itens destinados, sobretudo, à exportação (Ver PL 6299/2002). Já observando a propaganda das empresas fornecedoras, tomamos como exemplo a Syngenta, em cuja página inicial de seu website se define como “*a leading science-based agtech company. We help millions of farmers around the world to grow safe and nutritious food, while taking care of the planet*”¹¹. No site da companhia no Brasil, é afirmado que os agrotóxicos “são produtos químicos utilizados, em especial, no setor de **produção agrícola**, para **proteger plantas e grãos** de pragas e doenças que possam, em questão de poucos dias, comprometer o desenvolvimento de plantações inteiras”¹² (grifo original). Em ambos os exemplos, o foco está claramente na produtividade.

Nos discursos das agricultoras e agricultores de base ecológica, notamos que a preocupação com os agroquímicos não é expressa apenas para com as pessoas que os aplicam (as próprias agricultoras e agricultores) ou moram na unidade produtiva, mas se estende para os consumidores e para o meio ambiente, de maneira consistente. Assim, dentre as motivações indicadas, a produção e distribuição de alimentos sem agrotóxicos foi mencionada de diferentes formas:

¹¹ Disponível em: <https://www.syngenta.com/en/company>.

¹² Disponível em: <https://syngenta.com.br/voce-sabe-o-que-sao-agrotoxicos-e-para-que-servem>.

P: Quais os motivos para produzir orgânicos?

“Fornecer alimento para alguém que daria para sua família.”

“(...) que os produtos possam melhorar a qualidade de vida do cliente e não matá-lo.”

“Não precisa usar agrotóxico, saúde pra nós, para os consumidores e para terra.”

Além da questão da contaminação pelos agrotóxicos – em pessoas (agricultoras e agricultores, e consumidores dos alimentos) e no meio ambiente –, um outro aspecto importante do uso desses produtos é a dependência gerada entre a empresa fornecedora e as/os agricultores, impactando na sua condição financeira e na falta de autonomia, ambos elementos mencionados pelos participantes da pesquisa e que podem ser relacionados com a saúde mental. Ou seja, além da mais óbvia relação com a possibilidade de acesso a bens e serviços, uma condição financeira estável favorece o bem-estar e a sensação de segurança. Assim e em concordância com Poletto (2009), entendemos que o acesso ou a escassez de recursos financeiros é um fator importante no que concerne à saúde mental das agricultoras e agricultores. A fala de um dos agricultores entrevistados por ela revela essa tensão:

O agricultor vive por causa do sonho, senão morria. Dá pra paga as conta e não sobra nada. Problema são os preços não é que a gente não gosta de trabalha na roça. Pra mim é a pior coisa fica devendo e não pode paga. Me preocupo muito com o que devo, passo noites sem dormir [...] (FAMÍLIA – C)” (POLETTTO, 2009, p. 150).

Essa situação foi relatada por uma família do estado catarinense que cultivava cebola no método convencional e, assim, comprava as sementes, os agrotóxicos (especialmente fungicidas, inseticidas e herbicidas) e outros insumos. Segundo seu relato, a primeira parte da comercialização era destinada a cobrir os gastos com os insumos, sendo o recurso disponível para a família aquilo que sobrava do pagamento dessa primeira despesa.

Em nossa pesquisa, um dos informantes indicou como motivação o “desejo de produzir alimentos, mas sem ser dependente de mercado externo de insumos, tendo autonomia”. Assim, mesmo que se trabalhe mais, como mencionado por alguns participantes, uma vez que muitos produzem suas próprias sementes e insumos (fertilizantes e caldas naturais, por exemplo) e realizem mais atividades de manejo (capina, controle manual de plantas e insetos, desenvolvimento de tecnologias sociais), eles não se sentem reféns das companhias que vendem os insumos, ditam como devem ser manejados as culturas e ainda, muitas vezes, definem o preço que o produto deve ser vendido.

Além disso, foi muito mencionado o melhor preço dos produtos de base ecológica, ou “limpos” e “diferenciados”, seja pela abertura de mercado ou pela crescente valorização desse tipo de alimento, de forma que a produção de base ecológica tem se revelado para muitos como uma importante fonte de renda e de oportunidades. O melhor preço também pode estar relacionado com o fato de que há maior diversificação dos canais de comercialização, em especial dos canais de venda direta, como feiras e venda na própria unidade produtiva, mas também a partir de organizações de grupo, como as Células de Consumo Responsáveis (CCR)¹³ e experiências de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), cuja aderência das unidades participantes desta pesquisa chega a quase 20%.

A venda direta não favorece apenas melhores rendimentos para as/os agricultoras/es, mas também propicia a prática de preços mais acessíveis aos consumidores, uma vez que exclui a figura do atravessador ou atravessadores, algo que foi mencionado como motivação nessa pesquisa. Além disso, podemos considerar que o contato direto entre produtores e consumidores é um importante fator de valorização das pessoas que produzem e da atividade. Um dos informantes evidenciou alguns destes elementos em sua fala na segunda etapa da pesquisa (em outubro de 2020):

P: Qual é a modalidade de comercialização que você mais gosta? Por quê?
“CSA. Pois há um APREÇO pelo trabalho e um entrosamento/integração e cooperação entre os consumidores, gerando outros “produtos” – invisíveis, porém muito mais valiosos que as mercadorias, que é a consolidação de uma cultura de protagonismo, responsabilidade, afetuosidade, solidariedade e empoderamento cívico” (informante da unidade 4, grifo original, in: RAMOS, 2022).

O reconhecimento e valorização do trabalho e dos conhecimentos por parte dos consumidores dos produtos finais, mas também da sociedade como beneficiária dos serviços ambientais, elevam a autoestima das agricultoras e agricultores e os fazem sentir-se parte importante de um todo. Isso tem a capacidade de romper estereótipos e preconceitos em relação às pessoas do campo, os quais estão arraigados historicamente e foram refor-

¹³ Na Região da Grande Florianópolis, vem sendo desenvolvido o projeto das CCR's com o apoio do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF-UFSC), com o objetivo de viabilizar mercados mais justos e rentáveis para agricultores familiares e acompanhar o aumento da demanda por alimentos de base ecológica. Para saber mais, ver: <https://celulasconsumo.ufsc.br/>.

cados pelo processo de modernização da agricultura a partir dos anos 1950 (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Como já mencionado, a maioria das/os informantes faziam parte da Rede Ecovida de Agroecologia e eram certificadas/os pela Associação Ecovida. O conhecimento de experiências vinculadas a essa rede através de parentes, amigos e vizinhos, foi mencionado por alguns informantes como um dos estímulos para a adesão e conversão de suas produções para base ecológica, bem como a dinâmica da organização e do trabalho em rede, em que se valorizam o saber e os conhecimentos de cada um:

“Buscamos a Rede Ecovida para ter contato com outros agricultores: troca de saberes, experiência; viabilidade econômica, agregar valor ao alimento.”
“Mudamos para Ecovida por conta dos custos e porque outras pessoas no município estavam nessa certificadora e montaram um grupo.”
“Pela validação do trabalho, garantia pra quem consome. É um elemento a mais pra agregar confiança, principalmente no início. Mas certificar pela Rede Ecovida vai além do certificado, tem muita troca com outros agricultores.”
“Conheceram a Ecovida através do [amigo/parente] e gostaram da dinâmica da rede/grupo.”¹⁴

Essas falas demonstram a importância de pertencer a um grupo, de ser amparado por uma comunidade, de ser aceito como nó em uma rede que tenha objetivos em comum. Para isso, cada agricultor e agricultora é considerado um igual em sua diferença, e essas diferenças são valorizadas porque compõem a diversidade de ferramentas e conhecimentos necessários para encarar os desafios que se colocam localmente. Isso se posiciona diretamente em contraponto ao modelo difusionista no qual se baseou o serviço de extensão rural no Brasil durante a fase de modernização da agricultura, e que ainda é vigente, especialmente na agricultura convencional (RAMOS; NODARI, 2020).

Em nossa interpretação das respostas, não nos passou despercebido a diferença do significado da produção agrícola de base ecológica e tudo que a ela se relaciona, para os novas/os agricultoras e agricultores de origem urbana e para aquelas/aqueles que converteram sua produção anteriormente convencional. Para as/os primeiras/os, que vieram de cidades, trata-se mais de uma busca por “estilo de vida” que se opõe ao que tinham experienciado nas cidades e está vinculado ao que denominam como filosofia de vida, havendo em seus discursos especialmente apelo ecológico:

¹⁴ Respostas para a pergunta 14 do questionário: Quais os principais motivos para certificar?

P: Quais os motivos para produzir orgânicos?

“Quando resolvemos produzir, seria apenas se fosse orgânico, com métodos conservacionistas para a terra, sem agressão química. Essa é uma filosofia que está com a gente há muito tempo.”

“qualidade de vida, fugir do caos da cidade, viver com mais tranquilidade; viver da agricultura orgânica porque combina com nossos ideais de ambiente e de qualidade de vida.”

Para as/os agricultoras/es que vinham de outras formas de produção anteriores, a produção de base ecológica aparece como uma possibilidade de melhoria quanti-qualitativa, tanto no que concerne ao melhor retorno financeiro mas também em relação à saúde, especialmente pela abolição do uso de agrotóxicos, que, por sua experiência direta, se mostraram prejudiciais:

P: Quais os motivos para produzir orgânicos?

“Usar veneno estava fazendo mal e estava com dificuldade de comercializar o que produzia.”

“Por ter a referência da agricultura convencional [os pais eram integrados no oeste catarinense], queria fazer diferente.”

Em ambos os grupos, porém, podemos identificar que a produção de base ecológica é encarada como uma estratégia de saúde, sua e dos outros, e em diferentes dimensões.

Considerações finais

Nesse estudo, nos interessou identificar se e como as agricultoras e agricultores relacionam a produção de base ecológica e saúde a partir da análise das suas motivações para esse tipo de produção. Mesmo não sendo o tema da pesquisa original, notamos que entre as motivações, a busca e a promoção da saúde foi um aspecto muito mencionado, diretamente e indiretamente. Ou seja, através dos discursos, verificamos que “saúde” não era entendida apenas como aquilo que existe na ausência da doença, ou no nível individual, ou físico, mas que correspondia também a aspectos sociais, coletivos, físicos e mentais.

Pode-se evidenciar que as diferentes modalidades de produção de base ecológica parecem favorecer ambientes de trabalho e de vida mais protegidos de agrotóxicos e outros produtos comuns utilizados pela agricultura convencional, bem como a autonomia financeira e social em relação às companhias e atravessadores; e ainda a manutenção e conservação do patrimônio natural, ecológico e sociocultural do seu entorno, como paisa-

gens, recursos hídricos, sementes crioulas, tradições e saberes, entre outros. Todos esses elementos, em conjunto, afirmam os alimentos orgânicos, da produção ao consumo, como uma importante estratégia de saúde coletiva.

Referências

ABREU, Lucimar Santiago de; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillaume; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Controvérsias e relações entre agricultura orgânica e agroecologia. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (orgs.). *Rede de agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 171-198.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica? controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

BRASIL. *Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto de regulamentação da produção orgânica*. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

DULLEY, Richard Domingues. Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica? *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 33, n. 10, out. 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/seto3-1003.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

EPAGRI. *O valor da Epagri: o trabalho que impulsiona o agronegócio catarinense, 009-2018*. Florianópolis, 2018. 32p. (Epagri, Documentos, 285). Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_epagri/DOC/DOC-285-Relatorio-Epagri-2018.pdf. Acesso em: 3 maio 2021.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Configurações socioespaciais das estruturas produtivas catarinenses pós-2000. *Rev. Entre-Lugar.*, Dourados, Mato Grosso do Sul, v. 11, n. 21, p. 159-182, jun., 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342193665_CONFIGURACOES_SOCIOESPACIAIS_DAS ESTRUTURAS_PRODUTIVAS_CATARINENSES_POS-2000. Acesso em: 5 jan. 2022.

GELBCKE, Daniele Lima. *Agroturismo e Produção do Espaço nas Encostas da Serra Geral: Entre a Ideia e a Prática*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89187/231348.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2021.

GELBCKE, Daniele Lima; ROVER, Oscar José; BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz; SILVA, Clécio Azevedo da; VIEGAS, Mauricio da Trindade. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis/SC, Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 539-560, out. 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_a_proximidade/ESA26-3_a_proximidade_PDF. Acesso em: 21 jan. 2021.

IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2010* / IBGE. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016 720 p. (Relatórios metodológicos, ISSN 0101-2843; v. 41) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020 e 6 set. 2022.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 20 abr. 2019.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

NIEDERLE, Paulo Andre. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contra movimentos e novos circuitos de comércio. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-97, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/117313>. Acesso em: 9 ago. 2021.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. *Agricultura orgânica em Santa Catarina*. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepaa/publicacoes/organicos.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

ORGANIS; MARKET ANALYSIS. *Consumo de produtos orgânicos no Brasil: primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos*. 2017. Disponível em: <http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org%C3%A2nicos-no-Brasil-Relat%C3%B3rio-V20170718.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

POLETTTO, Angela Regina. *Processo de trabalho e saúde mental de trabalhadores agrícolas familiares da microrregião de Ituporanga, Santa Catarina*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2011/10/Ángela-Regina-Poletto.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

POZZETTI, Valmir César; GOMES, Wagner Robério Barros. O princípio da precaução e o Pacote do Veneno. O Projeto de Lei nº 6.299/2002 e as estratégias para enfraquecer a fiscalização dos agrotóxicos no Brasil. *Rev. de Direito Agrário e Ambiental*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 71-90, jul./dez. 2018.

RAMOS, Flavia Soares. *Entre a teoria e a prática agroecológica: onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na região da Grande Florianópolis*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168135/340738.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

RAMOS, Flavia Soares; NODARI, Eunice Sueli. Diálogos entre sociologia e extensão rural. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/3320>. Acesso em: 21 jan. 2022.

RAMOS, Flavia Soares. *Um estudo relacional sobre as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana e sua participação no setor agroalimentar da Região da Grande Florianópolis (SC)*. Tese (Doutorado) – Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234835>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ROVER, Oscar José. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. *Ciências Sociais*, São Leopoldo (Unisinós), v. 47, n. 1, p. 56-63, jan./abr. 2011. Disponível em: http://revistas.unisinós.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1044. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, Maicon Cláudio da; MATTEI, Lauro. Breves notas sobre a demografia na Região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI. *Revista NE-CAT*, ano 2, n. 3, p. 89-101, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://necat.paginas.ufsc.br/files/2012/08/REV.-3-NECAT-COMPLETA-REVISADA-LM.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SOUZA-SEIDL, Renata; BILLAUD, Jean-Paul. O casamento entre os circuitos curtos e a agricultura de base ecológica como elemento-chave de sustentabilidade agrícola em metrópoles. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (orgs.). *Rede de agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 134-167.

VILELA, Gisele Freitas; MANGABEIRA, João Alfredo de Carvalho; MAGALHÃES, Luciola Alves; TÔSTO, Sérgio Gomes. *Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – Campinas*: Embrapa Territorial, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197399/1/5058.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.*

Aceitabilidade social e o papel da população local durante a construção da barragem de Belo Monte (Brasil)¹

Vanessa Boanada Fuchs

Guillaume Leturcq

Márcia Grisotti

Altamira, município do estado brasileiro do Pará, é o local onde foi construída a barragem de Belo Monte e o espaço de um conflito entre diferentes esferas de governo, bem como entre as autoridades públicas e privadas, que estão no centro do debate sobre a aceitabilidade social desse mega-projeto de infraestrutura².

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento (principalmente na América Latina), o Estado tem historicamente desempenhado um papel central na promoção de grandes planos e projetos de desenvolvimento econômico. No entanto, a literatura sobre a aceitabilidade social desses projetos se preocupa principalmente com observações exclusivas da relação entre as empresas e as populações envolvidas, negligenciando muitas vezes o papel fundamental do Estado, o mesmo que influencia o contexto no qual os projetos são implantados. O estudo de Belo Monte pode ajudar a esclarecer algumas questões levantadas sobre o papel do Estado na aceitabilidade social e, assim, ampliar a literatura para além do binômio empresa-população atingida. O caso específico de Belo Monte nos permite examinar o papel das empresas que investem no desenvolvimento local, bem como seu lugar no jogo de responsabilidades com o Estado, na prestação de serviços públicos e na implantação de políticas locais. Ambas as situações são fundamentais para alcançar a aceitabilidade social do projeto (ou a licença social para operar).

¹ Este artigo foi originalmente publicado em francês na revista *Éthique Publique*, v. 18, n. 1, 2016. Algumas revisões foram incluídas nesta versão em português.

² A barragem de Belo Monte está localizada na Volta Grande do rio Xingu, no sudoeste do estado do Pará, no norte do Brasil. A barragem afeta vários municípios, e seu lago cobre uma área de 516 km².

Iniciamos com um exemplo para ilustrar esse “jogo de responsabilidades”: durante uma reunião do Comitê Gestor de Saúde, vinculado ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), em novembro de 2014, em Altamira (Pará), ocorreu uma discussão paradigmática entre o coordenador de assuntos de saúde da empresa responsável pela construção da barragem hidrelétrica de Belo Monte e o Secretário da Saúde do município de Altamira. O primeiro argumentava que o aumento do número de casos de sífilis em gestantes ilustrava o fracasso das políticas de saúde (e de educação) na região, enquanto o segundo rebatia dizendo que esse aumento estava ligado aos efeitos da obra na cidade, apontando, assim, os 30.000 homens que vieram trabalhar na obra da barragem, sem que as condições adequadas e as medidas de preparação tivessem sido implementadas anteriormente (GRISOTTI, 2016).

Além das discussões específicas ligadas às questões de saúde, propomos utilizar esse exemplo como base de uma análise mais aprofundada do conjunto de responsabilidades expostas pelos dois atores sociais. A pesquisa empírica realizada na região de Belo Monte teve como objetivo demonstrar as novas configurações e deficiências do processo de governança relacionadas aos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil. A governança é estabelecida em um contexto no qual as responsabilidades entre as entidades públicas e privadas são turvas, não transparentes e conflituosas. O exemplo brasileiro serve como objeto de estudo para avaliar a relevância da literatura sobre a aceitabilidade social (em inglês, *social license to operate*), especialmente em situações nas quais o papel do Estado pode se confundir com o papel do empreendedor privado, uma situação ainda pouco ilustrada na literatura.

Com esses dois objetivos em mente, a primeira seção do capítulo analisa as contribuições da literatura sobre a aceitabilidade social ligada à implementação de projetos de infraestrutura de grande escala ou de extração de recursos naturais. Nas segunda e terceira seções, exploramos o caso da barragem de Belo Monte (Brasil), que apresenta um desafio concreto para a gestão de políticas públicas. O exemplo também contribui para a discussão sobre a aceitabilidade social, uma vez que o caso de Belo Monte enfrentou controvérsias sociais em função da indefinição do papel dos atores envolvidos. Em outras palavras, a relação tripartite entre o Estado, as empresas privadas e a comunidade atingida não estava clara, gerando problemas na gestão das obrigações e das responsabilidades (relacionadas à barragem e

às políticas públicas). A situação confusa teve consequências diretas para a percepção e a aceitabilidade social da barragem. Por fim, apresentamos a ideia, não desprezível, de que o Estado desempenha um papel fundamental na aceitabilidade social dos grandes projetos de desenvolvimento, além das autorizações formais e legais dos projetos (por exemplo, as diversas licenças ambientais). O Estado pode atuar como parte integrante do projeto, variando seu grau de envolvimento desde um interesse em investimentos indiretos na região até um interesse mais direto como ator e investidor no próprio projeto. Entretanto, como os interesses do Estado não são homogêneos, eles podem, paradoxalmente, influenciar a aceitabilidade social do projeto, indo teoricamente contra seu próprio interesse em realizá-lo. Nesse sentido, a teoria sobre a aceitabilidade social e os atores diretamente interessados pela inclusão social dos projetos deve ampliar seu escopo para incluir a figura central do Estado, não apenas nas ações oficiais, mas também nas expressões múltiplas e contraditórias de seus interesses, que são mais ou menos fragmentados e, às vezes, contraditórios ao desejo de inclusão do projeto.

Aceitabilidade social

“Aceitabilidade social” é um conceito relativamente recente, utilizado em análises sobre atividades industriais e extrativas que potencialmente podem causar impactos sociais, econômicos e ambientais significativos em um determinado território.

A aceitabilidade social refere-se à forma como uma localidade/comunidade recebe um projeto quando ele é implementado. É uma questão do nível de aceitabilidade do projeto por parte dos participantes locais, diretamente ou indiretamente atingidos. O conceito de aceitabilidade social vai além das formalidades e da burocracia exigidas, antes, durante e depois da execução do projeto, e é mais inteligível na sua formulação inglesa, *social licence to operate*. Assim, além das licenças ambientais emitidas pelas autoridades governamentais competentes e exigidas para a operação (licenças operacionais legais ou administrativas), os empreendedores estão cada vez mais preocupados com a pressão da sociedade civil, bem como de seus próprios acionistas, devido à necessidade de obter anteriormente uma “licença social”, o que implica a aprovação dos atores locais envolvidos (RAUFFLET *et al.*, 2012).

O conceito de aceitabilidade social, no campo dos estudos organizacionais, tem uma origem fluída associada à prática; aparentemente derivado dos estudos de Corporate Social Responsibility (CSR) e de filantropia corporativa (BOUTILIER; THOMSON, 2011; LABELLE; PASQUERO, 2006), para os quais a boa inserção social de um projeto e o “valor agregado” que ele pode trazer para as comunidades atingidas teriam um impacto positivo na imagem da empresa. Por esse motivo, as empresas criam departamentos especializados no fomento de redes de diálogos com as populações atingidas, bem como “projetos sociais” ligados ao principal negócio do empreendedor – todas essas medidas constituem uma técnica de inclusão social promovida pelos departamentos de relações públicas, marketing, etc. (SEGUIN *et al.*, 2008). Uma boa imagem e a inclusão social de um empreendedor têm contrapartidas financeiras? Não há uma resposta completa para essa pergunta, mas os autores concordam sobre a facilidade com que um projeto pode ser realizado, na medida em que a aceitabilidade social pode variar de diversos níveis (RAUFFLET, 2014; BOUTILIER; THOMSON, 2011).

Além disso, as pesquisas demonstram que os custos de inserção de um projeto podem aumentar substancialmente na presença de resistência ou de conflito entre os atores locais. No pior dos casos, o projeto pode até ser interrompido, o que seria outro motivo para as empresas e os governos buscarem um nível mínimo de aceitabilidade social para assegurar uma legitimidade das decisões tomadas, relativas ao projeto. Uma boa aceitabilidade social minimiza o custo adicional associado a possíveis conflitos com a população local, principalmente durante a implantação dos projetos. Entretanto, isso normalmente levaria a um atraso dos planos de construção e, conseqüentemente, a um aumento nos custos.

De outro lado, as visões mais críticas, sobre a teoria da aceitabilidade social e as práticas de responsabilidade social das empresas (RSE) para obter uma “licença social”, explicam que as populações envolvidas ainda não têm o direito de recusar um projeto (BANERJEE, 2008). As medidas destinadas a criar um diálogo envolvendo os atores locais e a promover projetos sociais, associados à atividade principal da empresa, baseiam-se na presunção que o projeto é, ou será, construído no final. Em geral, nem a literatura, nem as práticas das empresas oferecem espaço suficiente para que as populações atingidas possam rejeitar totalmente o projeto.

No Brasil, assim como em outros países, em função das pressões sociais e dos compromissos assumidos em relação aos direitos humanos, vá-

rios mecanismos de participação popular (geral) e dos atingidos (específicos) estão sendo desenvolvidos, o que significa que os governos estão começando a se envolver cada vez mais em questões relacionadas à aceitabilidade social dos projetos de desenvolvimento. No entanto, o direito de “dizer não” não é de forma alguma um *a priori*. Pelo contrário, a decisão de um empreendedor ou das autoridades governamentais de não prosseguir com um projeto pode ser uma fonte de possíveis conflitos sociais e de cálculos financeiros, mas está sempre ligada a tentativas malsucedidas de implantação e não ligada a processos anteriores de consulta e de participação das pessoas diretamente envolvidas.

Uma lacuna na literatura, que os autores críticos do conceito de aceitabilidade social poderiam estudar com mais profundidade, diz respeito às dinâmicas da relação tripartite entre as empresas, os poderes dos governos central e local e as várias comunidades locais e dos grupos de interesses (que não necessariamente têm interesses convergentes) (BEAUDRY; FORTIN; FOURNIS, 2014). Aqui, destacamos um aspecto particular: o papel do Estado no processo que leva ou não à aceitabilidade social.

Muitas vezes, a noção de aceitabilidade social considera a coesão social como um pré-requisito, como se todo o grupo de pessoas em uma localidade fosse necessariamente uma comunidade, cuja coesão deve ser mantida e para a qual a aceitabilidade pode ser oferecida (BOWEN *et al.*, 2010). Em muitos casos, a coesão social ainda está em construção, o que é o caso, em particular, de muitas localidades amazônicas formadas por uma amálgama de diversas ondas de migrantes vindo de períodos anteriores e que acompanharam os booms econômicos e de várias populações autóctones. O termo *Hybrid forums*³, usado por Callon, Lascoumes e Barthe ([2001] 2009), embora importante, é limitado para a aplicação nesse contexto, já que a heterogeneidade dos atores envolvidos no processo também pode ser encontrada em um mesmo grupo de atores que apresentam vulnerabilidades influenciadas por interesses difusos e não transparentes. A ausência de uma estrutura de coesão social anterior é ainda mais complicada quando o papel do Estado é negligenciado no processo (ou no estudo) da aceitabilidade social.

³ “Hybrid forums” é um termo para designar as controvérsias que aparecem nos espaços de debates públicos. Fóruns, “because they are open spaces where groups can come together to discuss technical options involving the collective; hybrid because the groups involved and the spokespersons claiming to represent them are heterogenous, including experts, politicians, technicians, and laypersons who consider themselves involved” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE [2001], 2009, p. 18).

Em muitos casos, especialmente na América Latina, o Estado (colonial ou pós-colonial) tem atuado historicamente como promotor do “desenvolvimento” (FURTADO, 1976) e, conseqüentemente, como ator da ocupação territorial em regiões de fronteira: o caso da Amazônia brasileira é emblemático. Durante as diversas fases de ocupação e de construção do território amazônico, especialmente durante o chamado período “nacional-desenvolvimentista”, o governo brasileiro atuou como empreendedor. Além da extração de produtos florestais, tal como a borracha, por empresas estatais, o Estado realizou processos de expansão do território brasileiro, por meio da construção de imensas estradas, barragens hidrelétricas e de diversos projetos de mineração. Ao mesmo tempo, o governo introduziu programas incentivando as migrações de pessoas para a Amazônia (MORAN, 2016).

A sucessão de períodos de *booms* e declínios econômicos em torno desses projetos, não só levou a um certo conformismo entre a população amazônica, mas também moldou a forma como ela vê (e suspeita) as iniciativas chamadas de “desenvolvimento” (BOANADA FUCHS, 2015). De modo geral, para apaziguar uma parte da população e conquistar seu apoio, às políticas de desenvolvimento brasileiras utilizam uma variedade de práticas marcadas pelo clientelismo, a personalização e o patrimonialismo. Assim, os benefícios do desenvolvimento são distribuídos a uma parte dos atores-chave para garantir um certo nível de aceitabilidade social. Entretanto, essa distribuição é condicionada e sujeita à aceitação incondicional do projeto proposto. Essas práticas políticas não são o tema de nosso capítulo, mas podem ser examinadas com mais detalhes no trabalho clássico de Victor Nunes Leal (1948) e nos trabalhos posteriores de Schwartzman (1982), Mainwaring (1990), Hagopian (1996), Weyland (1996), Banck (1998), Roniger (1998) e Gohn (2000).

Nas décadas de 1980 e 1990, a Amazônia entra em um período de declínio no número de grandes projetos, principalmente devido à crise econômica nacional e internacional, combinada com a hesitação dos investidores privados em um contexto neoliberal pouco regulado e incerto, a ação dos movimentos de proteção ambiental e, finalmente, a “nova consciência” dos agentes financiadores (como o Banco Mundial) em relação aos impactos negativos gerados pelos projetos de desenvolvimento. Os custos sociais dos projetos estavam começando a ser considerados pelo seu justo valor.

A Constituição de 1988, promulgada durante o período de redemocratização do país, possibilitou a criação de arranjos institucionais de des-

centralização e de participação da população, visando ao controle social da gestão, da supervisão e da deliberação das políticas sociais e dos projetos de desenvolvimento. Graças a ela, houve um deslocamento da política pública federal para o nível local, possibilitando a transferência das principais decisões políticas federais para os estados e municípios (governadores e prefeitos). Porém, na prática, se produziu mais uma desconcentração de funções federais do que uma verdadeira descentralização, em função da dependência dos estados e dos municípios em relação à distribuição dos recursos financeiros, que estão ainda concentrados no nível federal. Além disso, novas relações de tomada de decisão foram implementadas para promover o diálogo entre os órgãos governamentais e os representantes da sociedade civil. No entanto, a participação popular e o controle social (como os conselhos gestores), considerados como fatores indispensáveis para a democracia representativa e para a eficácia das políticas públicas e dos projetos de desenvolvimento, ainda precisam ser efetivados, especialmente para mediar a relação com o Estado e as empresas privadas.

Atualmente, o Estado brasileiro retomou seu papel de empreendedor, especialmente em alguns projetos nacionais de exploração de recursos naturais. A nova fase “neodesenvolvimentista” é caracterizada por uma parceria entre o Estado e parceiros privados, tendo como objetivo a exploração de commodities ou recursos naturais. O contexto jurídico-político (a existência de democracia e de regulamentos para a participação social) e o contexto econômico (o Brasil está se beneficiando do aumento dos preços das commodities, como os outros países do BRICS⁴) criam condições ideais para a implementação de políticas de distribuição dos benefícios ligados ao desenvolvimento. Esse mesmo modelo de desenvolvimento é também criticado por muitos autores e diversos movimentos sociais, principalmente em função dos impactos negativos sobre o meio ambiente (BURCHARDT; DIETZ, 2014; GUDYNAS, 2009 2012; SVAMPA, 2011). No entanto, os desafios de alcançar a “aceitabilidade social” ainda estão presentes, principalmente quando os projetos atingem os direitos humanos e os recursos essenciais para a reprodução das populações, especialmente os povos indígenas (ZHOURI, 2010).

Apesar de vários órgãos e agências governamentais representarem diversos interesses do binômio Estado/sociedade no processo de licenciamen-

⁴ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

mento ambiental, as diferenças de poder entre as entidades e a primazia da vontade de uma sobre as outras prejudicam o papel imparcial do Estado como mediador e dificultam a aceitabilidade social. No que diz respeito ao papel do Estado como garantidor dos direitos e da ordem, confundido com o papel do empreendedor, as comunidades atingidas não sabem a quem recorrer para a proteção de seus direitos ou para a negociação de direitos. Além disso, o próprio Estado-empendedor e seus parceiros privados podem entrar em conflito sobre algumas questões, responsabilidades e obrigações, levando a uma confusão entre as políticas públicas de Estado e as atividades inseridas no âmbito do projeto de desenvolvimento específico (política de governo).

Esse tipo de conflito e o papel ambíguo assumido pelo Estado na relação tripartite com as empresas e as populações envolvidas são o tema da situação analisada a seguir.

Belo Monte e a integração social conflituosa do projeto na Amazônia brasileira

A busca global por produtos e fontes de energia gerou uma rápida expansão do uso de terras agrícolas para a produção de cereais e de biocombustíveis, para a construção de grandes barragens hidrelétricas e o desenvolvimento de atividades de mineração. As ondas de expansão da ocupação territorial não são necessariamente novas no contexto da extensão das fronteiras amazônicas. A novidade é que as intervenções na Amazônia são agora influenciadas por uma convergência “neodesenvolvimentista”, marcada por um aumento no número de projetos construídos simultaneamente (combinado com o tamanho e o escopo geográfico dos projetos), acompanhada de grandes injeções de recursos financeiros nacionais (proporcionais às reservas geradas pelo aumento dos preços das commodities) e uma nova coordenação pan-amazônica, ou seja, novas relações cada vez mais fortes entre países com territórios florestais amazônicos (SVAMPA, 2011; LITTLE, 2013).

As barragens hidrelétricas são um exemplo de projetos de desenvolvimento de grande escala que trazem um fluxo repentino de pessoas e recursos financeiros para a Amazônia. Elas representam um evento amplo que tem um impacto de curto e longo prazo nas trajetórias de uma região cujas características e escopo específicos ainda são pouco compreendidos (MORAN, 2016).

A usina hidrelétrica de Belo Monte foi planejada na década de 1970, como parte de uma política de desenvolvimento do governo militar. Entretanto, houve uma série de impedimentos para sua construção. Em 1989, por exemplo, foi realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, com a participação de órgãos governamentais, da mídia e de grupos ambientalistas nacionais e internacionais. O encontro foi marcado por um episódio que repercutiu em toda a mídia do país: enquanto um engenheiro responsável pelo projeto apresentava seus pontos de vista, a índia Tuíra se levanta no meio da multidão e coloca um facão no rosto do engenheiro. A ação e imagem representou o primeiro embate entre os povos indígenas atingidos no Xingu e o setor elétrico na região de Altamira. A partir de então, os movimentos ambientalistas intensificaram seus protestos contra a construção da barragem, mas, apesar dessas ações, a construção da barragem foi iniciada em 2010, com o apoio do governo federal brasileiro como empreendedor.

Ao longo do processo de concepção e até o início da construção em 2010, uma série de interesses e discursos emergiram de vários atores sociais, entre eles as populações indígenas, a mídia, os engenheiros, as empresas de construção, o governo, os consultores, os ambientalistas, vários setores da população local, etc. Todos os atores estavam inseridos em diversas áreas e interesses que, de acordo com a concepção de Bourdieu (2003), são compostos por propriedades integradas (capitais simbólicos como convenções, comportamentos, formas sociais específicas, formas de linguagem, etc.) e competem internamente em cada domínio para manter ou melhorar sua própria posição social (ZARPELON; GRISOTTI, 2013).

A rápida mudança que ocorreu na cidade de Altamira (a cidade mais próxima de Belo Monte, onde se concentra a maior parte da mudança social regional) e a falta de tempo para que os moradores planejassem seu futuro produziram uma série de expectativas e incertezas socioeconômicas sobre a melhor forma de se adaptar ao novo modo de vida. Os indivíduos com capital econômico, que se anteciparam às mudanças se beneficiaram economicamente do aumento da demanda, enquanto os outros, na maioria das vezes, esperaram se beneficiar das melhorias indiretas trazidas pela obra, como a construção de hospitais, de escolas e do sistema de saneamento (LETURCO; GRISOTTI, 2016).

Parece claro que os atores não têm os mesmos recursos de poder no momento do processo de tomada de decisão, em relação à implementação

de projetos de desenvolvimento. E isso ocorre apesar do fato de a legislação ambiental exigir audiências públicas obrigatórias para explicar o processo antes da construção de tais obras. As audiências públicas representam um processo administrativo de participação pública, aberto a qualquer indivíduo ou grupo social. Seu principal objetivo é legitimar decisões e ações públicas futuras. No entanto, elas têm pouco peso nos processos de construção e implementação dos projetos de desenvolvimento; por isso, é através de outros meios que as vozes e opiniões da população são ouvidas.

Os efeitos negativos das barragens incentivaram as populações locais a se organizarem, como um contrapoder em relação ao Estado e às empresas do setor energético. Desde o final do século XX, existe um movimento social nacional no Brasil que luta contra a construção de barragens hidrelétricas e reivindica direitos para as famílias atingidas (Movimento das Atingidos por Barragens). Embora esse movimento esteja presente em Altamira há vários anos, ele ainda não conseguiu se estabelecer como uma força importante que representa a população local. De acordo com um líder local do MAB⁵, o processo de criação de grupos de base é mais demorado e mais complexo do que em outras barragens no Brasil. Outras instituições nacionais estão presentes em Altamira para ajudar a população local, mas não como um movimento social representativo. Entre elas, podemos destacar o Instituto Socioambiental (ISA), que tem um papel de defesa da população autóctones, mas que concretamente é mais ativo em determinadas áreas específicas (as Reservas Extrativistas [Resex], por exemplo).

A inadequação dos movimentos nacionais incentivou a afirmação de outros movimentos sociais locais. O mais conhecido é o Movimento Xingu Vivo para Sempre, um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientais da região de Altamira. Ele tentou representar⁶ todas as populações locais que poderiam ser atingidas pela construção da barragem (pescadores, população indígena, trabalhadores, a população urbana de Altamira, etc.). Nos anos de implantação da usina de Belo Monte, o coletivo ganhou legitimidade por meio de suas lutas cotidianas, mas não funcionou como ator de referência para as famílias atingidas pela barragem, pois continuou limitado em termos de reconhecimento e de apoio para a população de Altamira.

⁵ Entrevista realizada em outubro de 2015, em Altamira/PA.

⁶ De acordo com o site da organização.

Durante a construção da usina, o único grupo populacional que ao defender seus direitos obteve um retorno positivo é aquele das populações indígenas. Elas não hesitaram em se manifestar e usar ações fortes para pressionar e acessar as negociações, apesar de uma estrutura institucional cada vez mais limitada localmente, devido à perda de mais de 70% dos funcionários em três anos na Fundação Nacional do Índio (MPF, 2016⁷). O exemplo das populações indígenas é interessante, pois elas foram o único grupo social a exercer um contrapoder frente à Norte Energia⁸ e a ter visto algumas de suas ações terem resultados positivos.

O fato de as populações indígenas terem praticamente tomado conta dessa área de protesto levanta questionamentos sobre a ausência de outros grupos. Uma possível explicação está na diversidade geográfica e populacional de Altamira. A população é composta por indígenas que vivem na região há muito tempo; garimpeiros instalados desde o final do século XIX; migrantes nordestinos e do sul do Brasil que chegaram quando a rodovia Transamazônica foi construída na década de 1970; e, finalmente, uma população mista formada junto a construção da barragem. As famílias de diversas origens vivem em espaços distintos: o rio Xingu, com suas muitas ilhas e margens largas; os lotes agrícolas espalhados ao longo da Transamazônica e a cidade de Altamira e suas periferias diversas. Por fim, todas as famílias têm várias atividades econômicas, muitas baseadas na agricultura e na pesca. A diversidade dos três componentes – origem familiar, local de moradia e atividade econômica – é a base de uma população local mista e complexa, o que pode ser um fator desorganizador na constituição de um movimento representativo da população local.

O Fórum de Defesa de Altamira, o mais recente grupo, formado em março de 2015, é composto por movimentos sociais, organizações locais e várias instituições. Seu objetivo era lutar contra a emissão da licença de operação da barragem de Belo Monte⁹. No entanto, esse grupo reflete o vazio que existia em termos de representação da população local em sua defesa. Em nossa pesquisa de campo, constatamos uma série de tentativas inúteis de luta contra a usina de Belo Monte e de defesa da população local.

⁷ A Funai é um instituto federal que visa a proteger os interesses desse grupo populacional específico. Disponível em: www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/justica-suspende-licenca-de-operacao-de-belo-monte-por-desobediencia-a-decisao-judicial-1.

⁸ A empresa responsável pela construção da barragem de Belo Monte.

⁹ Disponível em: www.margemesquerdadoxingu.blogspot.fr/2015/03/forum-em-defesa-de-altamira-e-criado.html.

Os grupos que se opuseram à construção da barragem (ou, pelo menos, à forma como ela foi construída) conseguiram, em diversas oportunidades, interromper temporariamente a construção de Belo Monte com decisões judiciais que mencionavam os problemas da insuficiente participação das populações locais durante o processo obrigatório de licenciamento ambiental. Mesmo assim, a influência dos movimentos sociais locais continuou limitada na medida em que a barragem foi finalizada e a população local, tendo de se resignar ao novo modo de vida.

Há diferentes perspectivas sobre as condições necessárias para preparar uma região frente à construção de um projeto ou para reparar os danos causados. Nesse sentido, a confusão entre as responsabilidades da empresa e do Estado está crescendo e ajuda a aumentar a animosidade local em relação ao projeto, comprometendo, assim, o nível de aceitabilidade social a longo prazo, embora a construção esteja finalizada. Após essa observação, devemos agora explicar o papel do Estado na aceitabilidade social.

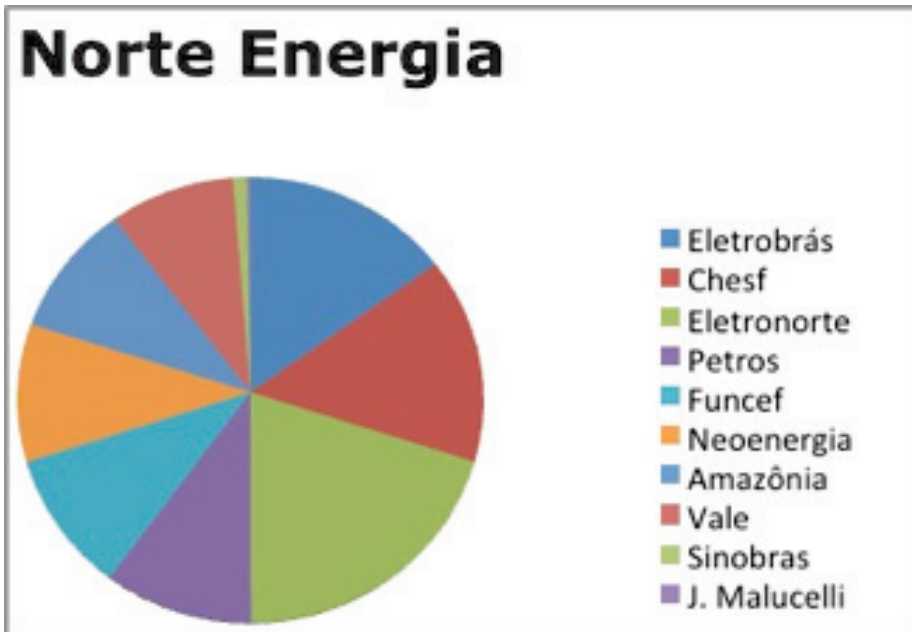
O papel do Estado na aceitabilidade social e o exemplo do PDRS Xingu

O principal problema inerente à aceitabilidade social dos projetos de desenvolvimento é a falta de atenção dada ao papel central do Estado na implementação dos projetos. Em áreas onde o interesse econômico da exploração dos recursos naturais é alto, mas onde ainda há falta de acesso à infraestrutura e aos serviços, como na Amazônia, o Estado tem um papel que precisa ser considerado pelos pesquisadores. Seja por sua relativa ausência (em termos de escopo das políticas públicas) ou por sua presença direta (como promotor de um projeto), as variações na forma como o Estado se posiciona têm influência direta na inserção social do projeto.

No caso de Belo Monte, o Estado esteve diretamente envolvido no financiamento do projeto via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inicialmente, os custos de construção da usina de Belo Monte, de acordo com os estudos de viabilidade realizados em 2002, foram estimados em US\$ 3,7 bilhões, mas, já em 2010, os custos foram ajustados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para cerca de US\$ 7,1 bilhões. Belo Monte recebeu cerca de 22,5 bilhões de dólares do BNDES, o que a torna a infraestrutura mais cara do Brasil (FONSECA; MOTA, 2013). Além disso, o consórcio Norte Energia (NESA), responsável pela operação

de Belo Monte, não era formado apenas por empresas privadas, mas também por empresas públicas, e alguns fundos de pensão públicos eram acionistas diretos da NESA. As empresas estatais detêm oficialmente cerca de 49% da NESA, incluindo a Eletrobrás e a Eletronorte (veja a figura abaixo).

Acionistas da Norte Energia



Fonte: Boanada Fuchs (2015).

O interesse de longa data do Estado em integrar a Amazônia continua, com foco na geração de energia como uma espécie de catalisador para as indústrias e de facilitador do acesso aos recursos naturais da região. De fato, várias empresas privadas envolvidas no consórcio estão também na encruzilhada entre investimentos público-privado desde a privatização do setor energético brasileiro (BOANADA FUCHS, 2016). Sevá Filho (2014) aponta, por exemplo, que o estado de Minas Gerais tem uma participação de 23% na empresa Cemig (que é acionista da Amazônia, uma empresa privada que é acionista da NESA). Além disso, os fundos de pensão dos trabalhadores das empresas meio-públicas controladas pelo Estado também detêm 20% do consórcio. No total, a NESA completa aproximadamente 78% de propriedade do Estado (SEVA FILHO, 2014).

Dado o envolvimento das empresas públicas e do financiamento de bancos estatais¹⁰, entendemos o interesse direto do governo federal em obter a aprovação de Belo Monte e seu envolvimento para obter apoio social na realização do projeto. Como observamos anteriormente, os procedimentos colocados em prática pelo governo para realizar uma consulta social sobre o projeto no quadro do licenciamento ambiental foram reduzidos a uma mera formalidade, deixando pouco espaço para a população local expressar suas opiniões.

Já no âmbito do governo estadual (Pará) e para os municípios, apesar dos incentivos ligados aos possíveis royalties decorrentes da construção da barragem, havia uma preocupação inerente às pressões e aos riscos sociais, ambientais e econômicos que os projetos desse porte trariam para uma região, cujas infraestruturas e serviços públicos já eram inadequados e ainda menos preparados para lidar com as consequências. A posição dos representantes municipais e estaduais do Pará em relação ao projeto oscilou ao longo dos anos, em função das condições sociais, ambientais e econômicas e das percepções dos efeitos produzidos antes, durante e depois da construção da barragem.

O apoio de alguns membros da sociedade civil local, como comerciantes e políticos, é importante e estava vinculado à elaboração de um plano de desenvolvimento regional mais amplo. A coalizão pró-barragem fez um lobby junto ao governo federal e ao setor elétrico para garantir que os termos de referência para a concessão do projeto incluíssem um desenvolvimento regional paralelo, com o objetivo de preparar (ou compensar) a região para receber um projeto dessa envergadura.

Entre os protestos sociais (descritos acima) e o apoio flutuante dos políticos locais, em outubro de 2010, o governo federal instituiu um Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDRS) por decreto do Presidente da República, para o qual a barragem de Belo Monte representava a peça central de um catalisador para o desenvolvimento.

¹⁰ Os acionistas do Consórcio Norte Energia são os seguintes: Eletrobras 15%, Chesf 15%, Eletronorte 20%, Petros 10%, Funcef 10%, Belo Monte Participações S. A. (Neoenergia S. A.) 10%, Amazônia (Cemig e Light) 9,8%, Vale 9%, Sinobras 1%, J. Malucelli Energia 0,3%. Eletrobras, Chesf, Eletronorte, Petros, Funcef e Cemig são empresas relacionadas à energia ou fundos de pensão de interesses públicos.

O PDRS Xingu teve como objetivo

implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que possibilitem o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de mais de 400 mil pessoas que vivem nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. O PDRS Xingu nasceu da ideia que a implementação de grandes obras de infraestrutura (asfaltamento da Transamazônica e construção da usina hidrelétrica de Belo Monte) é uma oportunidade de oferecer para uma região historicamente marcada pela fragilidade da presença do Estado, políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento, durante e após a construção dessas obras (PDRS Xingu).

O Plano foi financiado por investimentos públicos e por uma contribuição da NESA (estabelecida pela legislação)¹¹, em um valor total de aproximadamente US\$ 200 milhões, distribuídos em um período de vinte anos, para vários projetos propostos pelos municípios atingidos e por organizações da sociedade civil. Todos os projetos eram selecionados por um comitê gestor (criado em 2011), que era um júri composto por representantes do governo local, representantes do governo federal, da sociedade civil e do consórcio NESA (BRASIL, 2010; 2011). As formas de competição pelo acesso aos recursos financeiros e o estabelecimento das responsabilidades públicas e privadas, bem como a falta de transparência, foram motivos de conflitos entre os diversos atores envolvidos. Apesar do caráter aparentemente democrático de sua constituição e da possibilidade de debate público sobre as prioridades para a aplicação dos recursos de Belo Monte, ainda permanecem dúvidas sobre as formas e as origens do financiamento da iniciativa privada, bem como sobre a real estratégia do governo federal para gerar uma aceitabilidade social da barragem nos municípios envolvidos e entre suas populações.

Desde o início da implantação do PDRS, o debate sobre a construção ou não da barragem deixou de ser relevante. Em outras palavras, a aceitabilidade social é pressuposta, e é simplesmente uma questão de como a barragem será construída na região. Assim, ficou estimulada a competição local pelo acesso ao financiamento, em uma região que antes era marcada por uma forte falta de recursos e uma fraca presença do Estado, especialmente na forma de serviços públicos precários. Essa é um dos diversos

¹¹ A contribuição do consórcio para o PRDS do Xingu se deve a um requisito incluído no Edital de Leilão da usina de Belo Monte pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

motivos pelos quais vários movimentos sociais e entidades da sociedade civil publicaram uma carta aberta às autoridades públicas, em maio de 2011, questionando a criação do Plano e o processo de seleção das entidades que participam do comitê gestor, alegando que “a única função dessa empresa será legitimar as decisões que serão tomadas pelo próprio governo”. Além disso, os atrasos na implementação concreta do PDRS Xingu acabaram deixando a coalizão pró-barragem cética e alimentaram o medo de que as promessas do PDRS Xingu não seriam cumpridas quando a barragem fosse concluída. Até mesmo a prefeita de Altamira, Odileida Maria Sampaio, que em 2011 planejava fazer campanha a favor da construção da barragem, denunciou publicamente o consórcio NESAs e o governo federal por não “cumprirem sua parte do acordo”¹². No mesmo ano, ela e outros políticos locais escreveram uma carta ao Presidente da República, pedindo a suspensão da licença ambiental concedida para a construção de Belo Monte. A falta de preparo da região para um projeto desse porte (situação que não seria corrigida pela implementação simultânea do PDRS Xingu) gerou ainda mais impasses em decorrência da confusão entre as responsabilidades públicas e privadas e as iniciativas sociais da população local.

Enquanto o projeto estava sendo finalizado e as 18 turbinas entrando em funcionamento, ainda há várias disputas sobre a implementação de projetos sociais ligados a uma melhor integração de Belo Monte na região. O conflito descrito na introdução de nosso artigo entre o Secretário de Saúde de Altamira e o Diretor de Saúde da NESAs é uma clara ilustração da relação nebulosa entre os interesses públicos e privados e entre as diversas áreas do Estado (conforme descrito acima), especialmente devido à falta de clareza quanto às competências legais de cada um dos atores sociais. Há, portanto, uma dependência entre a implementação do PDRS Xingu e a aceitabilidade do projeto de Belo Monte. No nosso caso, devemos nos perguntar se Belo Monte realmente obteve sua licença social. Parece-nos que a aceitabilidade social do projeto é precária, pois se perdeu nos meandros das discussões sobre as responsabilidades dos projetos locais de desenvolvimento associados à barragem. Belo Monte se tornou uma condição *sine qua non* para que a região se beneficiasse de serviços básicos.

¹² Declaração obtida em uma reunião do PDRSX em Altamira em 2011 (BOANADA FUCHS, 2015).

Considerações finais

Este capítulo analisou as limitações da literatura sobre “aceitabilidade social” e a “licença social para operar”, chamando a atenção sobre a necessidade de incorporar adequadamente o papel do Estado no processo de implementação dos projetos de desenvolvimento, o que tem como repercussões diretas sobre a aceitabilidade social. Embora a literatura sobre aceitabilidade social, que se concentra na relação bilateral entre a empresa e a população envolvida, possa ser válida em determinados contextos, no Brasil (e mais especificamente no caso estudado de Belo Monte), essa abordagem é limitada em termos de compreensão do grau conflitante e flutuante da aceitabilidade social em relação ao projeto. Para entender essa situação, recomendamos que os estudos de aceitabilidade social incorporem uma análise mais ampla do contexto sociopolítico de cada projeto. Consequentemente, o Estado é parte integrante da análise, especialmente no contexto “neodesenvolvimentista” da América Latina, onde o Estado assume todos os papéis ao mesmo tempo: de empreendedor (em parceria com o setor privado), promotor de políticas públicas e garantidor dos direitos dos cidadãos.

Além disso, sugerimos que o Estado tenha uma maior centralidade nos estudos sobre aceitabilidade social. Em nosso caso, o contexto sociopolítico e histórico da presença ou ausência do Estado na região amazônica é crucial para estabelecer uma situação estável e sustentável de aceitabilidade social. Além dos atos formais do Estado, como leilão de concessão e permissão legal para operar a usina hidrelétrica, também é importante considerar suas diversas ações, programas sociais ou planos de desenvolvimento paralelos, como foi o caso do PDRS Xingu. No entanto, a falta de transparência e de objetivos claros inviabilizou a possibilidade deste Plano trazer desenvolvimento sustentável para a região e compensar os efeitos negativos de Belo Monte.

No caso brasileiro, para entender o papel predominante do Estado e suas relações com o setor privado e a sociedade civil, recorreremos à literatura sociopolítica que trata da tradição política brasileira – marcada aqui por características como clientelismo, patrimonialismo e personalização. Observamos que essas práticas influenciaram historicamente o apoio social a políticas e os projetos por meio de distribuição de algumas vantagens condicionais. Dessa forma, o acesso a determinados benefícios e serviços (principalmente em regiões precárias), que em outros contextos seriam conside-

rados serviços públicos básicos, permanece diretamente associado e condicionado à implementação do projeto.

Do ponto de vista histórico, a descentralização e os mecanismos de participação promovidos pela Constituição de 1988 não levaram necessariamente a um aumento do controle social sobre as políticas públicas. Além disso, a falta de transparência nas relações público-privado, em que o papel do Estado se confunde com o papel do empreendedor, intensificou as relações conflituosas nas dinâmicas da relação tripartite entre empresas, os governos federal e municipal e as diversas comunidades locais e grupos de interesses, gerando problemas na gestão das obrigações e responsabilidades pelos impactos sociais; uma confusão que pode ter consequências diretas na percepção e na aceitabilidade social da barragem.

Essa é exatamente a situação vivida na região de Altamira, na Amazônia brasileira. Os recursos destinados ao desenvolvimento de uma região historicamente marcada pela precariedade dos serviços públicos foram condicionados, no âmbito do PDRS Xingu, à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Isso nos leva a pensar que o plano de desenvolvimento regional, apesar de incluir grande parte da sociedade civil no comitê gestor tripartite, é, de certa forma, uma versão revisitada e neodesenvolvimentista de uma antiga política clientelista. O clientelismo do PDRS envolve o Estado, a iniciativa privada e as populações envolvidas em um círculo vicioso no qual a participação social é uma mera formalidade. Inicialmente, a prática do clientelismo estatal pode ser percebida pelos empreendedores como uma forma positiva de obter um apoio local e, assim, obter um acesso rápido à “licença social de operar”. No entanto, no longo prazo, a aceitabilidade social de projetos como Belo Monte se revelou instável, evoluindo ao longo do tempo (e dependendo do grupo social) segundo a oferta e a realização ou não dos benefícios prometidos pelo governo e pelo consórcio construtor. Nesse processo de implantação de planos de desenvolvimento que estão condicionados ao projeto principal, as responsabilidades das entidades públicas e privadas também se fundem, gerando ainda mais situações propícias a controvérsias e conflitos que, por sua vez, prejudicam a sustentabilidade e a estabilidade da “licença social para operar” obtida anteriormente.

Todas as pessoas realmente interessadas em agregar um valor social à atividade principal de um projeto liderado por empresas, em um contexto como o descrito acima, precisam estar cientes da influência particular e predominante do Estado. O Estado deve ser considerado tanto: i)

por sua influência nas estruturas do debate público sobre a inserção regional do projeto; ii) por seu papel ativo na promoção do desenvolvimento (onde as responsabilidades públicas e privadas acabam se misturando); iii) e pela reprodução de práticas políticas históricas amarradas (como o clientelismo) que acabam condicionando a distribuição de benefícios à população local (inclusive o acesso aos serviços públicos) a uma aceitação do projeto.

Referências

BEAUDRY, R.; FORTIN, M.-J.; FOURNIS, Y. La normativité de l'acceptabilité sociale: écueils et réactualisation pour une économie territorialisée. *Éthique publique*, v. 16, n. 1, 2014.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRASIL. *Decreto n. 7.340*, de 21 de outubro de 2010.

BRASIL. *Resolução n. 01*, de 17 de junho de 2011.

BOANADA FUCHS, V. *Breaking the walls down: the practice of prior, free, and informed consultation between colonial designs and a new environmental governance framework (the Belo Monte case)*, Genève, IHEID, 2015.

BOANADA FUCHS, V. Blaming the weather, blaming the people: socio-environmental governance and a crisis attitude in Brazilian electricity sector. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, apr./jun. 2016.

BOUTILIER, R. G.; THOMSON, I. Modelling and measuring the social license to operate: fruits of a dialogue between theory and practice. 2011. Disponível em: <http://sociallicense.com/publications/Modelling%20and%20Measuring%20the%20SLO.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.

BOWEN, F.; NEWENHAM-KAHINDI, A.; HERREMANS, I. When Suits Meet Roots: The Antecedents and Consequences of Community Engagement Strategy. *Journal of Business Ethics*, v. 95, n. 2, p. 297-318, 2010.

BURCHARDT, H. J.; DIETZ, K. (Neo-)extractivism – a New Challenge for Development Theory from Latin America. *Third World Quarterly*, v. 35, n. 3, p. 468-486.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain – Essai sur la démocratie technique*, Paris, édition du Seuil / Version anglaise publiée en 2009, Acting in an uncertain world. An essay on technical democracy. Traduction de Graham Burchell. Cambridge: The MIT Press, [2001] 2009.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

- FONSECA, B.; MOTA, J. *BNDES na Amazônia: 17 dos 20 maiores investimentos têm ações de MPs*, 2013. Disponível em: www.apublica.org/2013/10/bndes-na-amazonia-17-dos-20-maiores-investimentos-tem-aco-es-ministerio-publico/.
- FURTADO, C. *Economic Development of Latin America: Historical Background and Contemporary Problems*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- GRISOTTI, M. A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. *Ambiente & Sociedade*, 2016.
- GUDYNAS, E. Si eres tan progresista ¿por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas. *Ecuador Debate*, v. 79, n. 5, p. 61-82, 2010.
- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 128-146, 2012.
- HAGOPIAN, F. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LABELLE, F.; PASQUERO, J. Alcan et le “partenalisme”: les mutations d’un modèle de responsabilité sociale au cours du XXe siècle. *Entreprises et histoire*, v. 4, n. 45, p. 74-96, 2006.
- LEAL, V. N. Coronealismo, enxata e voto. O Município e o regime representativo no Brasil. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, 1948.
- LITTLE, P. E. *Megaproyectos en la Amazonía*. Un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía, 2013.
- MAINWARING, S. P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO PARÁ (MPF). *Justiça suspende Licença de Operação de Belo Monte por desobediência a decisão judicial*, 2016.
- MORAN, E. F. Roads and Dams: Infrastructure-driven transformations in the Brazilian Amazon. *Ambiente & Sociedade*, 2016.
- O’DONNELL, G. *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*. Berkeley: Institute of International Studies, 2016.
- RAUFFLET, E. De l’acceptabilité sociale au développement local résilient. *Vertigo*, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2014.
- RAUFFLET, E. *et al.* Social Licence. In: IDOWU, Samuel O. *et al.* (dir.). *Encyclopedia of Corporate Social Responsibility*. Berlin Heidelberg: Springer-Verlag, 2012. p. 2.223-2.230.
- RONIGER, L. The comparative study of clientelism and the changing nature of civil society in the contemporary world. In: RONINGER, Luis; GUNES-AYATA, Ayse (dir.). *Democracy, Clientelism and Civil Society*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994. p. 1-18.

FUCHS, V. B.; LETURCO, G.; GRISOTTI, M. • Aceitabilidade social e o papel da população local durante a construção da barragem de Belo Monte (Brasil)

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SÉGUIN, F.; TAÏEB, H.; DEMERS, C. *Le management stratégique: de l'analyse à l'action*. Montréal: Les Éditions Transcontinental, 2008.

SEVÁ FILHO, A. O. Profanação Hidrelétrica de Btyre/Xingu: Fios Condutores E Armadilhas (até setembro de 2012). In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice. *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA Publicações, 2014. p. 170-205.

SUBHABRATA, B. B. Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. *Critical Sociology*, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008.

SVAMPA, M. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?. Más allá del desarrollo. Quito: Abya Yala/ Fundación Rosa Luxemburg, Quito, Ecuador. *Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo*, p. 185-218, 2011.

TOURAINÉ, A. *Les sociétés dépendantes: essais sur l'Amérique Latine*. Paris: Ducaslot, 1976.

WEYLAND, K. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: Unexpected Affinities. *Studies in Comparative International Development*, v. 31, n. 3, p. 3-31, 1996.

ZARPELON, J. T. G.; GRISOTTI, M. Entre discursos e práticas: análise do discurso do Governo Lula (2003-2010) no contexto da construção da usina Belo Monte. *Estudos de Sociologia*, v. 18, p. 387-404, 2013.

ZHOURI, A. "Adverse Forces" in the Brazilian Amazon: Developmentalism versus Environmentalism and Indigenous Rights. *Journal of Environment & Development*, v. 19, n. 3, p. 252-273, 2010.

A Educação Ambiental crítica e os Bens Comuns

Cristiano Kerber

Introdução

O discurso ecológico tomado como consenso nos dias de hoje é produto de um longo processo de constituição do que chamamos de “sujeito ecológico” (CARVALHO, 2001), ou seja, de uma noção de humano e de sociedade que, em relação com o seu espaço de vida, também identificado como “natureza” ou “meio ambiente”, provoca determinados conflitos. Compreende-se, desse modo, que a racionalidade e os valores construídos em torno da questão ambiental derivam de dinâmicas históricas, sociais, políticas e culturais específicas que este trabalho pretende refletir.

A degradação ecológica causada pelo modelo de produção industrial, vigente desde meados do século XVIII, só foi devidamente pautada no âmbito público após a Segunda Guerra Mundial e, em especial, no Norte Global, a partir das contradições do denominado consenso industrialista que, segundo o sociólogo Fernando Mires (1990), apregoava os benefícios indefinidos da industrialização à vida humana, no tocante ao domínio da natureza e uso racional dos recursos naturais. No entanto, os resultados devastadores da guerra possibilitaram a abertura de um campo de debate em que, predominantemente, as nações participantes do conflito pesaram os impactos sobre o ambiente do seu desenvolvimento tecnológico.

Na década de 1960, constituiu-se, então, o Clube de Roma, organização formada por intelectuais e empresários, na tentativa de formular uma agenda política visando a disseminar uma nova perspectiva socioambiental. Este coletivo sistematizou pela primeira vez um conjunto de argumentos contrários à industrialização progressiva e ao crescimento demográfico, apontando seus efeitos preocupantes sobre a natureza. A organização foi fundada em 1968, em Roma, capital italiana, e suas atividades seguem até à atualidade, como importantes interlocutores da opinião pública sobre a questão da sustentabilidade.

É importante mencionar que o processo de declínio do consenso industrialista no Ocidente (MIREs, 1990) coincide com a fundação de organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, além da construção de novos tratados internacionais que organizam a geopolítica dali em diante. Consideramos que o marco traumático do fim da Segunda Guerra Mundial tenha se tornado um catalisador de um novo conjunto de ideias acerca da modernidade, da industrialização e dos benefícios da tecnologia no campo militar.

Nesse sentido, conferências e encontros internacionais tornam-se lócus do ascenso desta nova perspectiva, tendo na Conferência de Estocolmo, em 1972, o seu marco inicial. Além disso, em 1975, ocorre a Conferência de Belgrado, na antiga Iugoslávia, em que pela primeira vez a Educação Ambiental aparece como uma questão central para o discurso ecológico em nível planetário, convertendo-se em uma reconhecida estratégia social para evitar e reparar os efeitos nocivos da degradação ambiental. Desta conferência, surge a Carta de Belgrado, primeiro documento assumido como compromisso pelas Nações Unidas focando na difusão da Educação Ambiental como política pública. A Conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco teve um papel importante no reconhecimento de problemas como a fome, a pobreza e a exploração do trabalho no contexto dos países capitalistas e socialistas. A Educação Ambiental figurou como uma plataforma fundamental para a resolução destas questões.

No entanto, embora a Educação Ambiental seja tratada como homogênea na maioria das vezes, esta é constituída a partir de diversas perspectivas e contradições, as quais provocam desafios na implementação da política. Diante disso, o objetivo deste trabalho é o de discutir de que forma a Educação Ambiental se constituiu como estratégia de enfrentamento à crise socioambiental, apontando as características de suas vertentes principais, com enfoque em sua forma crítica. Além disso, discutimos a singularidade da atividade educativa na promoção da sustentabilidade, pontuando, de forma introdutória, a potencialidade dos Bens Comuns em um projeto societário mais amplo, ao articular o papel da ação política em torno da gestão comum dos recursos ambientais com a consolidação de novos valores relacionados à natureza.

Neste trabalho, propomos a analisar criticamente, e desde um ponto de vista interpretativo, a articulação entre a formação do discurso ecológi-

co na modernidade e a educação ambiental, bem como as contribuições das teorias dos Comuns a esta discussão.

Fundamentos da Educação Ambiental

O que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação. Não é mais aceitável lidar com esses problemas cruciais de uma forma fragmentária.

(Carta de Belgrado, 1975)

Embora realizar uma arqueologia do termo “educação ambiental” pudesse ser uma tarefa importante, entendemos como elementar discutir os fundamentos que tornaram esta uma estratégia global de enfrentamento à crise socioambiental.

As características altissonantes da ordem global capitalista imposta, sobretudo, pelas nações do referido “Norte Global”, repercutiram como suprassumo da modernidade até que seus resultados ecossistêmicos pudessem ser sentidos das classes mais baixas e vulneráveis até aquelas mais abastadas, em que tal preocupação demorou a pairar. A noção de que o Planeta apresenta “limites para o crescimento”¹ demográfico e para a industrialização, algo propagado pelo Clube de Roma, envolvendo toda a humanidade em uma concepção de comunidade planetária, encerrou de modo quase que definitivo a hegemonia do pensamento utilitarista na questão dos recursos ambientais. Mas, como veremos adiante, estas formas de pensar não desaparecem; elas se reconfiguram conforme novas circunstâncias políticas, econômicas e culturais.

Em 1972, quando da realização da Conferência de Estocolmo, a análise das condições adversas à vida humana levou a uma sistemática reflexão

¹ Em 1972, foi lançado o livro *Os limites do crescimento*, de autoria de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, e William W. Behrens III, em que, a partir de modelos matemáticos, construiu-se hipóteses relacionadas à possibilidade de colapso ecológico e econômico das sociedades humanas dado, principalmente, ao crescimento da população e de seus níveis de consumo de recursos. O livro, que havia sido encomendado pelo Clube de Roma, foi o responsável por disseminar rapidamente uma visão demografista acerca da crise socioambiental.

sobre “o que fazer” para deter o problema da crise socioambiental, principalmente relacionada ao esaurimento de recursos, à poluição e ao agravamento da insegurança alimentar e o surgimento de várias doenças. Entre os diversos debates que compõem a “Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano” (1972), a educação para as questões ambientais surge como coadjuvante, mas, de modo determinante, como uma das propostas possíveis para tratar desta problemática. Segundo o documento,

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (ONU, 1972).

Portanto, a educação ambiental emerge como estratégia de enfrentamento à crise socioambiental, partindo do pressuposto de que a denominada “opinião pública” possui um impacto significativo nas mudanças a serem observadas e situadas em um processo de preservação ambiental. Alguns anos depois, na Conferência de Belgrado, solidifica-se essa perspectiva socioecológica orientada para questões educativas, visando, sobretudo, a uma mudança de consciência das crianças e jovens frente às contradições do sistema econômico. Devido a Conferência ter sido realizada em uma nação socialista, a Iugoslávia, no contexto da Guerra Fria, questões como a exploração e a fome, em uma crítica nítida ao capitalismo industrial, foram relacionadas ao desequilíbrio ambiental.

A partir de então, vários encontros foram organizados com a intenção de estruturar a Educação Ambiental em um nível global, produzindo consensos acerca de sua função social e sobre seus modos de implementação.

Apesar de a crítica aos problemas socioambientais estarem em ascensão desde o pós-guerra, em parte significativa do mundo ocidental,

a Conferência de Tbilisi, em 1977, na Geórgia, foi o ponto de partida de um programa internacional de educação ambiental, conforme o desejo unânime dos Estados-Membros. Contribuiu, particularmente, para especificar a natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos, características e estratégias pertinentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional. A Conferência de Tbilisi concluiu também que a educação ambiental – ele-

mento essencial de uma educação global e permanente, voltada para a solução dos problemas e com a ativa participação de todos – contribuirá para orientar os sistemas de educação no sentido de uma idoneidade maior, maior realismo e maior interpenetração com o meio natural e social, visando facilitar o bem-estar das comunidades humanas (IBAMA, 1997, p. 7).

O esforço global em se criar meios de fundamentar ações educativas a partir da UNESCO demonstrou claramente a preocupação com as questões ambientais de diversos países do mundo e é notável a unidade que se desenvolveu, inclusive, rompendo a cortina de ferro durante a Guerra Fria. Como afirma Reigota (1994), a Educação Ambiental tornou-se consenso em termos de ser uma estratégia possível frente à crise socioambiental vigente; fato que produziu uma série de eventos e iniciativas, bem como o comprometimento dos Estados-parte em inserir este elemento em sua educação em um contexto histórico de ampliação do sistema educacional em várias partes do mundo.

Daquele “ponto zero” até a atualidade, muitas coisas mudaram. Porém, de fato, a Educação Ambiental é uma das alternativas mais mobilizadas no processo de construção do conhecimento e da intervenção sobre as questões de ordem ecológica. As autoras Santos e Toschi (2015) explicam que, por muito tempo, a EA esteve diretamente relacionada às ciências da natureza devido ao apelo à questão “natural”, ou seja, à preservação dos biomas, no entanto, um dos principais desafios analisados pelos autores é o de justamente superar essa fragmentação e tratar de modo interdisciplinar tal conhecimento e prática socioambiental, como requer, inclusive, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil (BRASIL, 1997).

No Brasil, e na maior parte dos países, a Educação Ambiental alicerçou-se em uma concepção naturalista de meio ambiente, e tornou-se sinônimo de ecologia, uma área das ciências biológicas. Desse modo, segundo Santos e Toschi (2015) houve a predominância de um modelo conservacionista na EA, em detrimento de discussões de ordem social, política e econômica mais profundas e interrelacionadas, levando a certa homogeneidade no trato das questões socioambientais nos contextos escolares.

A despeito das problemáticas disso, que serão observadas a seguir, a Educação Ambiental possui um papel legal importante para a transposição de conhecimentos científicos para o ambiente escolar em busca de construir relações mais harmônicas entre os humanos e o seu meio. Segundo a lei federal nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental,

Art 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, s/p).

Esta concepção normativa é a que norteia as práticas educacionais relacionadas à questão ambiental, e o teor da lei expressa a necessidade de vinculação às diversas dimensões da vida social que envolvem a temática ambiental, algo em que se enfrentam ainda muitos desafios devido aos próprios valores da sociedade contemporânea que contradizem tal necessidade.

Como apontam Ventura e Souza (2010), as preocupações que mobilizam a Educação Ambiental e, que em larga medida, mobilizam os estudantes e suas reflexões durante os projetos partem de premissas próprias da sociedade de consumo em que vivemos, baseadas na forma-mercadoria, sem que haja uma discussão aprofundada sobre aspectos outros que não apenas aqueles centrados no ambiente natural e na relação individual com este. Na construção do conhecimento e da prática na Educação Ambiental,

[...] a ausência de um horizonte histórico implica a incerteza sobre a origem de valores como egoísmo, ganância e ambição, apontados pelos estudantes como um dos pilares da crise ambiental. A tensão entre a origem desses valores como inerentes à natureza humana ou a uma forma de organização societária (como o capitalismo) constitui-se em um dos grandes entraves para o enfrentamento efetivo da crise; por algumas vezes, inclusive, limitando o potencial transformador. Isso porque confundir tais valores com a condição humana implica mudar a natureza humana para reverter o quadro de crise, o que se traduz em uma imobilidade (VENTURA; SOUZA, 2010, p. 29).

Portanto, os autores trazem como fundamental que a Educação Ambiental, para além de uma estratégia institucional de enfrentamento aos problemas socioambientais, deve ser crítica em relação ao próprio sistema vigente, o que veremos adiante e que não é um consenso dentro do enquadramento conceitual presente na EA.

Educação Ambiental: vertentes e contradições

A construção do fenômeno socioambiental contemporâneo implicou a construção de um novo sujeito das relações, do discurso e da prática. Assim, a pesquisadora Isabel Carvalho (2005) reflete que a educação ambiental implicou, em larga medida, na incorporação por parte dos profissionais deste ramo de um *ethos* ecológico específico, que compreende

saberes e fazeres ligados a noções delimitadas pelo pensamento ecológico dominante, ou seja, alicerçado nos valores capitalistas. Assim, enquanto há um convergente contramodelo ao conservadorismo na questão ambiental, que abrange aspectos sociopolíticos complexos em perspectiva com os desafios do modelo econômico do tempo presente, “é possível notar certa descontinuidade entre o discurso ambiental politizado (...) e a vigência de uma ética e uma estética naturalista que se perpetua no imaginário dos sujeitos ecológicos” (CARVALHO, 2005, p. 57).

Em consonância com esta reflexão, o sociólogo Philippe Pomier Layrargues defende que, sobremaneira, a Educação Ambiental como é tomada na contemporaneidade está mais ligada à reprodução que à mudança social, nos termos de sua vinculação à ética dominante. Layrargues (2006) pensa a Educação Ambiental como política, ou seja, como campo de debate, crítica e atuação ativa dos indivíduos e dos grupos sociais, considerando a busca por mudanças como horizonte. No entanto, o ambientalismo radical de meados do século XX legou uma certa noção de neutralidade ideológica à pauta ecológica, na contramão de versões mais críticas deste movimento, contradizendo sua principal interface, que é a relação coletiva global com o ambiente, “porque não se trata apenas de estabelecer uma nova relação entre os humanos e a natureza, mas dos humanos entre si, e destes com a natureza” (LAYRARGUES, 2006, p. 73).

Para fins de interpretação, a maioria dos autores do campo da Educação Ambiental apontam certa heterogeneidade nos modos em como a crítica aos problemas de ordem socioambiental são incorporados ao ambiente escolar. Portanto, constituem-se historicamente correntes ou vertentes, com características específicas, cuja relação com as concepções ecológicas presentes na sociedade será apresentada a seguir.

Em primeiro lugar, podemos mencionar como corrente predominante, ligada historicamente aos primeiros esforços dos organismos internacionais em trazer ao enfoque a questão ambiental, a Educação Ambiental Conservadora ou Conservacionista (SANTOS; TOSCHI, 2015). Esta perspectiva teórica-política é muito anterior à emergência do debate ambiental como o conhecemos. Por conta disso, também, até os dias de hoje goza de determinado espaço no âmbito da construção das políticas públicas em Educação Ambiental. Sem hesitação, podemos identificar as bases desta perspectiva ainda no período de industrialização e urbanização europeia, em que se estabelece uma dicotomia clara entre a cidade e o campo, sendo o pri-

meio marcado pelo progresso e pela racionalidade, enquanto ao segundo ficou legado o rótulo de atrasado e arcaico (CARVALHO, 2001).

A Educação Ambiental Conservadora/Conservacionista é uma postura pedagógica inspirada por uma visão reducionista da relação entre humanos e natureza, colocando-os como danosos ao ambiente, sem que haja uma crítica social e política. A ideia é que a EA contribua na estimulação de sentimentos positivos das novas gerações pela natureza, mas, privilegiando os ambientes “intocados”. Assim, fazem-se trilhas pela natureza, projetos de conscientização e cuidado dos recursos. Visa apenas à mudança de comportamentos individuais. Segundo Antônio Carlos Diegues (2008), essa concepção naturalista instituiu-se como um mito da modernidade, em que se acredita que há, de fato, uma radical separação entre a sociedade e o meio-ambiente, o que produz a necessidade de que o Estado crie espaços verdes como forma de compensar a deterioração ecológica, levando, por outro lado, a conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais que, historicamente, tiveram papel elementar na reprodução dos ecossistemas.

Em suma, o nascedouro da perspectiva conservadora está em uma romantização da ecologia, sua valorização como coisa em si e, mais, uma crítica à ação humana de forma generalista. Neste sentido, as imagens do bom selvagem contribuíram para a construção de uma ideia de que fosse possível uma relação mais harmônica com o meio. No entanto, o conservadorismo está, justamente, no fato de que esta concepção de Natureza e de Homem está calcada em uma residualização dos aspectos físicos e naturais do planeta, sem que se compreenda a contribuição dos próprios humanos na transformação da paisagem e em sua diversificação ao longo do tempo.

A implicação educativa dessa concepção traduz-se em uma hierarquia rígida entre humanos e não humanos, provocando, desse modo, uma ética com relação aos recursos naturais, mas não uma crítica ao sistema econômico ou mesmo uma reflexão sobre formas mais sustentáveis de se viver com a natureza e não longe dela.

Por outro lado, a Educação Ambiental Pragmática é uma postura pedagógica inspirada por uma visão ecoeficiente, em que se busca resolver os problemas ambientais por meio de ações técnicas. É uma ideia hegemônica na atualidade, que se baseia na noção de que “cada um faz a sua parte”, em que se constrói um discurso de Consumo Responsável, concentrando-se na mudança climática e na crise hídrica, sem que se faça um esforço de pensar estruturalmente, até porque é fortemente influenciada pelo ideá-

rio neoliberal. Na realidade escolar, busca conscientizar e ensinar as crianças e jovens a terem comportamentos mais sustentáveis, porém não há um debate sobre responsabilização ou sobre políticas públicas. Privilegia-se a transmissão de conhecimentos técnicos sobre o referido fenômeno.

A ideologia ecoeficiente ou evangelho da ecoeficiência, como foi tratada por autores como Martínez-Alier (1997), é uma corrente do pensamento ambiental caracterizada por uma crítica à visão idealista de natureza, substituindo-a por uma representação mecânica e produtiva. Podemos identificar no Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, e na Conferência Eco+92, os responsáveis pela consolidação desta perspectiva.

Desta concepção ambiental derivou o que ficou conhecido como Educação Ambiental Pragmática,

[...] que abrange sobretudo as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 80 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 90 (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9).

É fato notável que esta expressão do debate ecológico no campo educacional guiou-se pelas novas exigências do capital, em uma fase de reorganização produtiva posterior às duas guerras mundiais, e no bojo da Guerra Fria. A emergência desta corrente na Educação Ambiental precisa ser analisada mediante as transformações sociais que a impulsionaram e a tornaram hegemônica, inclusive, porque o debate ambiental passa a se basear quase que exclusivamente sobre fundamentos liberais devido ao declínio das ideias socialistas no fim dos anos 80 do século XX.

O conceito de “desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO, 1991), largamente utilizado no Brasil e no mundo, representa com perfeição este constructo ideológico a partir do qual se referenciam as práticas educativas no campo socioambiental em projetos que visam à solução de problemas individuais com base em cálculos racionalizantes, em que não há, do mesmo modo que na corrente conservacionista, uma perspectiva crítica em relação ao modelo social. De modo geral, o pragmatismo ambiental previne-se da crítica, alimentando a ideia de que a insustentabilidade das relações humanas é incontornável, portanto o que deve ser feito é apenas redimir por ações ecoeficientes os problemas causados. A inclusão sistemática de atividades relacionadas à reciclagem e ao consumo consciente retira completamente o olhar do campo produtivo.

Por fim, essas duas correntes são conflitadas pela Educação Ambiental Popular ou Crítica, que é uma postura pedagógica influenciada pelos pressupostos da educação popular, que se desenvolveu no contexto brasileiro e de outros países da periferia do capitalismo nas últimas décadas. Nesta perspectiva, o objetivo é que os sujeitos educados ambientalmente sejam responsáveis e críticos acerca das relações entre humanos e não humanos e com o meio em que vivem. Neste sentido, visa à superação da separação entre humanidade e natureza, em prol de uma visão cooperativa, além de que pensa a transformação do modo de produção que gerou diversos dos problemas ambientais existentes. Usa-se da interdisciplinaridade para proporcionar os contextos de aprendizagem e ação ambiental. No entanto, ainda há um enorme desafio em transpor a EA em sua forma crítica para a educação básica, ficando, muitas vezes, restrita às universidades e ONGs.

A crítica no âmbito das políticas educacionais sobre o meio ambiente remete a processos de disputa pela construção de sentido na formulação dos currículos da educação básica. Podemos falar em um movimento contra-hegemônico, que passa a considerar que a Educação Ambiental deve apresentar uma contestação ao modelo vigente, demonstrando como os sujeitos podem assumir seu papel histórico na sustentabilidade ambiental, para ir além de mudanças culturais situadas.

A herança da crítica ambiental nos remete, obviamente, à Ecologia Política, entre os quais estão diversos pesquisadores, como o já citado Martínez-Alier (1997), os quais pensam a relação entre os seres humanos e o ambiente desde a perspectiva dos conflitos socioambientais. A partir de uma conceituação básica da Educação Ambiental Crítica, podemos tomar a discussão proposta por Carlos Loureiro (2007, p. 66), em que elucida que:

A sua marca principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza. Reconhece, portanto, que nos relacionamos na natureza por mediações que são sociais, ou seja, por meio de dimensões que criamos na própria dinâmica de nossa espécie e que nos formam ao longo da vida (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero, etnia, nacionalidade, etc.). Somos sínteses singulares de relações, unidade complexa que envolve estrutura biológica, criação simbólica e ação transformadora da natureza.

Obviamente, a intenção não é lançar fora o bebê com a água do banho; a crítica socioambiental apresentada pela vertente crítica considera os avanços da Educação Ambiental e a relevância de sua gradual intro-

dução nas atividades educativas, porém estabelece como questão primeira que o social e o político sejam trabalhados em conformidade com os aspectos ecológicos da crise socioambiental. No âmbito da crítica à Educação Ambiental, encontra-se a perspectiva freireana, adotada não apenas no Brasil, como em várias partes do mundo, como aparato ao desenvolvimento educacional.

A proposta freiriana considerada aqui pressupõe que a Educação Popular alcance a compreensão de que o ser e o mundo são inacabados, e toda a ação pode interferir na humanização ou desumanização; que a educação crítica deve produzir um aluno-sujeito cidadão; a formação deve ser continuada e permanente, tendo em vista a necessidade de se constituir uma práxis pedagógica. Diante disso, a Educação Ambiental vê-se imbuída de colaborar definitivamente com a formação do sujeito, não para que seja ético do ponto de vista ambiental, mas para que seja um cidadão ético na totalidade, levando a todos os âmbitos da vida os processos de subjetivação que impulsionam a participação política e a crítica.

Consideramos a abordagem freiriana extremamente válida, inclusive para pensar o avanço teórico do campo da Educação Ambiental e a articulação com o fenômeno dos Comuns, que será discutido a seguir, pois,

a dimensão formativa do ser humano, para Paulo Freire, está intimamente ligada a transitoriedade do movimento da consciência ingênua, acrítica, onde a explicação da realidade-mundo é um caminho dado, para uma consciência crítica que compreende a realidade-mundo a partir das causas e efeitos dos fatos, sendo essa a estrutura do que ele denominou de processo de conscientização (DUTRA; CAMARGO; SOUZA, 2021, p. 615).

Neste sentido, o educador ambiental compreende que o processo educacional não está imune às contradições internas da intersubjetividade dos indivíduos; existe aqui uma noção construtivista importante para que se realize uma ponte consistente entre a teoria e a prática na dimensão socioambiental. A conscientização, defendida por Freire e seus seguidores, não compreende a apreensão dos conteúdos formais de uma determinada área do conhecimento, tampouco a produção de uma ansiedade com relação a problemas socioambientais como lixo, extinção da biodiversidade, poluição do ar, etc., mas a conscientização em termos de educação ambiental pressupõe, literalmente, tomar ciência de dada realidade em sua complexidade, para que se produza uma leitura informada do mundo e da sua responsabilidade nele. Os estudantes devem ser capazes de fazer conexões, articular conhecimentos e produzir uma prática distin-

ta em relação aos estágios anteriores de desenvolvimento do intelecto, a fim de que a própria Educação Ambiental seja ela mesma um espaço de emancipação coletiva.

Nesses termos, este artigo busca refletir de que forma a inserção dos Bens Comuns na prática educativa pode contribuir a este projeto de emancipação coletiva, que envolve uma abordagem não essencialista da natureza e uma crítica ao utilitarismo neoliberal.

Bens Comuns e a construção de uma nova subjetividade ambiental

Certamente, há um consenso quanto à necessidade de uma consciência ambiental, mediada por processos educativos, a fim de alcançar a sustentabilidade ecológica. Nesses termos, a Educação Ambiental constitui-se em três campos distintos e interconectados; ela é um campo do conhecimento científico (NETO, 2009), um conjunto interdisciplinar de práticas educativas, formais ou não (KNECHTEL, 2001), e uma parte fundamental das políticas públicas na área ambiental (TAMAIIO, 2008), atribuindo-lhe um status de valor perante a crise socioambiental.

Assim, a vertente crítica em Educação Ambiental influencia e é influenciada por processos mais amplos da sociedade capitalista, que envolvem o modo como a ciência é construída, a partir de seus paradigmas, como a educação institucional responde às demandas socioambientais, bem como quais são as ações dos Estados-nação a este respeito.

A Educação Ambiental Crítica possui como tarefa deslocar o debate ambiental da esfera da ecologização radical, centrada em um certo naturalismo abstrato, para um olhar diagnóstico e interessado sobre o mundo social em sua totalidade. Por conta disso, argumentamos que a teoria dos Comuns pode contribuir significativamente na construção de estratégias de Educação Ambiental relevantes, situadas na realidade concreta e, de fato, críticas, mesmo que os diversos trabalhos neste campo ainda não tenham se apropriado desta perspectiva.

Os Bens Comuns, ou apenas Comuns, são formas de apropriação e gestão coletiva de recursos, sejam eles naturais ou não, fundamentados em um sistema de reciprocidade e acesso equitativo regido por regras e normas produzidas pelos próprios grupos e comunidades que usufruem de tais bens. O ponto crítico da discussão está em que os Comuns emergem como possi-

bilidades de gestão para além da ação do Estado ou do Mercado, revalorizando a coletividade como protagonista.

O debate em torno dos Comuns se torna mais evidente quando a economista Elinor Ostrom (1990), a partir de um extenso estudo empírico sobre a governança de recursos de uso comum, contrapõe-se às teorias convencionais, de base malthusiana, que defendiam a privatização ou estatização dos recursos como única forma de geri-los de modo equilibrado. Ostrom demonstra que, a despeito da representação feita acerca dos seres humanos como egoístas e maximizadores de ganhos, na realidade concreta existem formas eficientes de cooperação entre as comunidades que, através da autogestão, encontram maneiras sustentáveis de viver.

No entanto, qual o ponto de contato entre a Educação Ambiental e os Bens Comuns? Considera-se que uma Educação Ambiental, especialmente crítica, envolve a dissolução do limite entre a escola e o mundo e, principalmente, que o micro e o macro se contaminem por meio da ação social dos indivíduos, não através de práticas individuais, mas pela construção de consensos que não se limitem à esfera das ciências da natureza.

Certamente, esta mirada envolve um desafio primário que é o de repensar a própria educação, justamente porque além de ser uma prática pedagógica, já consolidada no currículo e, portanto, padronizada, a Educação Ambiental é uma política pública que demanda planejamento, orçamento, recursos humanos, processos avaliativos, materiais, etc. No entanto, a ascendência do debate em torno dos Comuns e a observação da constância que diversas práticas de resistência ao neoliberalismo vêm ganhando força demonstram que essa ponte precisa ser criada.

Em suma, educar ambientalmente pode transformar-se em educar comunitariamente à medida em que os sujeitos se envolvem em algo além da mera compreensão de conceitos e aplicação de determinadas técnicas, objetivando o bem-estar comum (HARDT; NEGRI, 2016), que é, antes de mais nada, um estado social produzido por processos de luta política coletiva envolvendo também, e de modo fundamental, a escola e seu papel criador.

Ao discutir a relação entre a escolarização e a mudança social, em “Para que servem as escolas?”, Michael Young (2007) estabelece uma percepção negativa do idealismo que ainda envolve o âmbito escolar e o conhecimento curricular, fazendo a defesa do lugar da escola na sociedade contemporânea, a fim de produzir e transmitir o “conhecimento poderoso” que favorece as classes sociais historicamente afastadas do poder.

Esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo (YOUNG, 2007, p. 1.294).

O autor, nesse sentido, reabilita e redimensiona a capacidade da escola em oferecer subsídios ao desenvolvimento intelectual das novas gerações através de um ensino situado socialmente e potencialmente crítico acerca do mundo que envolve a realidade particular de cada um. Assim, gostaríamos de evidenciar que a configuração já estabelecida da Educação Ambiental em termos generalistas e estanques à realidade social constitui um impedimento ao desenvolvimento de uma consciência objetiva acerca da crise socioambiental, ao passo de que o “conhecimento poderoso”, neste caso, é um currículo que possibilita ir além do senso comum, produzindo processos de catarse por meio da ação social dos indivíduos que constituem o espaço escolar.

Nesse sentido, demonstra-se que, ao mesmo passo que o debate educacional, e especificamente o da Educação Ambiental, precisa se abrir às contribuições da teoria dos Comuns para que se estabeleça um novo olhar crítico sobre as relações entre grupos sociais e destes com a Natureza, os próprios teóricos dos Comuns devem observar mais de perto o valor do espaço escolar e das disputas sociais em torno do currículo para as transformações pretendidas por este movimento teórico-político.

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), há em curso a consolidação de “uma nova razão do mundo”, sustentáculo do ideal de um novo “homem” neoliberal, empreendedor, autocentrado, individualista e resiliente. Assim, a articulação entre educação e os Comuns prescinde da construção de uma subjetividade que se realiza no Comum, articulando as vivências pessoais às coletivas, em um exercício de alteridade que só pode acontecer na prática.

Conforme as contribuições de Paulo Freire acerca do debate educacional, podemos entender que a participação dos indivíduos em relação, com suas idiossincrasias e experiências fortalecem qualquer proposta, seja em um nível científico, educativo ou social, pois sempre é político e envolve a práxis, qual seja, a prática social como forma de transformação do mundo, de modo informado e reflexivo.

Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso

ponto de vista, importa constatar. Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade (FREIRE, 1981, p. 35).

Romper a visão dicotômica entre sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, ciência e política é, certamente, um grande desafio, entretanto, observando a formação e o desenvolvimento da Educação Ambiental em suas vertentes conservadoras e liberais, incluindo sua perspectiva crítica, em alguns casos, exige-se uma renovação de perspectiva que visamos a apontar. Assim, refletimos que a Educação Ambiental deva articular melhor suas dimensões (campo científico; prática pedagógica; política pública) em torno da construção de marcos de aprendizagem significativa que envolvam os sujeitos aprendizes com a realidade concreta.

Reconhecemos a necessidade teórica, e o quanto é imprescindível que os estudantes compreendam os fenômenos em seu nível macrossocial, porém, como bem demonstraram McGinnis e Elinor Ostrom (1992), o desenho de uma planejamento social que envolva as comunidades na gestão de seus recursos pode, também, produzir efeitos de longo prazo e de amplo espectro, inclusive, fortalecendo as práticas de gestão dos comuns globais. São dimensões que não se encontram estanques, mas articuladas pela experiência social.

Assim, a despeito de os valores da sociedade capitalista serem a competitividade, a meritocracia, a mercantilização e a produtividade, uma Educação Ambiental que consiga realmente produzir efeitos sobre a subjetividade dos estudantes deve reorientar os seus olhares a estilos de vida e contato com o meio mais participativos, cooperativos e homeostáticos, a partir do envolvimento da escola com a comunidade, da construção de projetos autogestados pelos estudantes ou por práticas socioambientais que questionem o modelo econômico dominante.

Substancialmente, a força da Educação Ambiental encontra-se na construção de pontes entre o conhecimento situado dos estudantes e o conhecimento científico, e na constituição de maneiras de se utilizar isso para uma vida coletiva mais sustentável. Nesse sentido, a resolução de conflitos socioambientais deve ser central na prática em Educação Ambiental. Segundo Layrargues,

[...] apesar do caráter explicitamente antropocêntrico da Educação para a Gestão Ambiental, pudemos verificar que sua prática limita-se à conjuga-

ção de um componente da educação para a cidadania com a educação ambiental, unindo demandas sociais por melhores condições de vida e por melhores condições ambientais. Além disso, a Educação para a Gestão Ambiental, por definição, carrega implicitamente o potencial da formação e exercício da cidadania de uma determinada classe social – a mais afetada pelos riscos ambientais – no âmbito do fortalecimento do espaço público, quando ele está relacionado ao meio ambiente entendido como local de vida cotidiana. Portador da ação coletiva, através da participação democrática no destino da sociedade como principal instrumento pedagógico, superpõe, portanto, o interesse coletivo ao direito individual. Essa talvez seja a maior lição que deva ser aqui registrada (LAYRARGUES, 1998, p. 28).

Portanto, a consolidação da perspectiva crítica em Educação Ambiental exige a construção de uma nova subjetiva ambiental alicerçada em uma concepção de humano e de sociedade para além do paradigma capitalista. Dardot e Laval (2017) apresentam o Comum como uma nova racionalidade que emerge a partir da crítica aos moldes neoliberais do Estado contemporâneo, que alinha o autoritarismo político e a liberalização econômica em nome da manutenção das classes dominantes em seu lugar de poder. Destarte, a revolução dos Comuns implica a auto-organização como base da construção reflexiva de uma ética ambiental informada pela prática, elemento *sine qua non* da resiliência humana frente à crise socioambiental estabelecida e, infelizmente, ainda pouco mitigada.

Considerações finais

Este trabalho representou o esforço de sintetizar o processo idiossincrático de desenvolvimento da questão socioambiental na modernidade, enfocando a Educação Ambiental como estratégia de mitigação dos problemas ambientais.

A emergência da Educação Ambiental coincide, historicamente, com a consolidação de um discurso ecológico voltado à defesa da natureza em si, ethos incorporado por um novo ser, o “sujeito ecológico”, de que fala Carvalho (2001). Neste sentido, estamos falando da construção de subjetividades que envolvam um conjunto específico de fazeres e práticas de intervenção sobre a realidade concreta.

Durante o século XXI, tornou-se lugar comum a importância do debate acerca da sustentabilidade da vida humana, tomado, muitas vezes, por perspectivas naturalistas e utilitárias, encampadas por vertentes da Educação Ambiental, como a conservadora e a pragmática. Em ambas perspecti-

vas, o ser humano surge como vilão da história, egoísta por natureza, e deve ser contido ou pela constituição de espaços verdes, inabitados, livres da ação humana, o que já provou-se ser apenas uma mitologia moderna (DIEGUES, 2008), ou pelo uso racional dos recursos e pelo controle privado e estatal irrestrito, como apontam as agendas contemporâneas relacionadas à concepção de desenvolvimento sustentável.

No entanto, desde os anos 1980, o ecologismo radical vem sendo criticado a partir de diferentes vozes da intelectualidade e dos movimentos sociais sobre o papel dos próprios seres humanos na conservação ecológica por meio de uma ação consciente e transformadora, pois entende-se que os problemas de ordem ambiental não são causados pelos humanos, mas pelo modelo de produção vigente e os valores difundidos por ele. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica, representada, entre tantos outros, por Paulo Freire, busca não se moldar às exigências do mercado, mas propõe a pauta ecológica como eminentemente política, a partir da qual, a defesa da sustentabilidade envolve sobremaneira a luta por uma nova sociedade.

Por conta desse movimento crítico, este trabalho refletiu sobre os Bens Comuns como possibilidade de se avançar no debate ambiental. Devido ao paradigma ecológico moderno ter se baseado em noções hobbesianas e malthusianas de homem, como apontado em trabalho anterior (KERBER, 2022), perdeu-se de vista o potencial cooperativo e emancipador da ação humana a partir de suas coletividades, algo retomado em uma perspectiva econômica e neoinstitucional pela pesquisadora Elinor Ostrom.

A perspectiva dos Bens Comuns como formas coletivas e comunitárias de gerir recursos, incorporada nas últimas décadas pela academia e pelos movimentos populares, apresenta condições de ser inserida nos contextos escolares como forma de estimular a autonomia dos estudantes, a articulação entre conhecimento científico e prática social, bem como de produzir mudanças objetivas e subjetivas nas comunidades em que se inserem estas atividades. A Educação para o Comum possibilita tornar o campo educativo um espaço de resistências, em que as relações entre humanos e natureza são relativizadas e aprofundadas criticamente.

Referências

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (orgs.). *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 51-63.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 198 p.

DUTRA, Thiago; DE CAMARGO, Tatiana Souza; DE SOUZA, Diogo Onofre Gomes. As relações teórico-metodológicas entre o pensamento de Paulo Freire e a educação ambiental crítica e transformadora: um olhar a partir dos temas geradores. *Ambiente & Educação*, v. 26, n. 1, p. 603-632, 2021.

IBAMA. *Educação ambiental: as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi*. UNESCO. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multitude: War and democracy in the age of empire*. Penguin, 2005.

KNECHTEL, Maria. *Educação Ambiental: uma prática interdisciplinar*. Desenvolvimento e meio ambiente, v. 3, 2001.

LAYRARGUES, Philippe P. Educação para a gestão ambiental: será esta a sucessora da educação ambiental. *MATA, SF et al.*, p. 108-113, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-103.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 6, p. 1-15, 2011.

- LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Educação ambiental crítica: contribuições e desafios*. Conceitos e práticas em educação ambiental na escola, p. 65, 2007.
- KERBER, Cristiano. *O discurso ecológico, a educação ambiental e os comuns*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- MARTÍNEZ-ALIER, Juan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de revalorização*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MCGINNIS, Michael; OSTROM, Elinor. Institutional analysis and global climate change: Design principles for robust international regimes. *Global climate change: social and economic research issues*, p. 45-85, 1992.
- MIRES, Fernando. *El discurso de la naturaleza: ecología y política en América Latina*. Editorial Dept. Ecuménico de Investigaciones, 1990.
- NETO, Jorge Megid. Educação ambiental como campo de conhecimento: a contribuição das pesquisas acadêmicas para sua consolidação no Brasil. *Pesquisa em educação ambiental*, v. 4, n. 2, p. 95-110, 2009.
- ONU. *Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano*. 1972. Disponível em: DHnet – Direitos Humanos na Internet. Acesso em: 7 out. 2022.
- OSTROM, Elinor. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge university press, 1990.
- REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, p. 59-101, 1991.
- SANTOS, Jéssica de Andrade; TOSCHI, Mirza Seabra. Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica. *Fronteiras: journal of social, technological and environmental science*, v. 4, n. 2, p. 241-250, 2015.
- TAMAIIO, Irineu. A política pública de educação ambiental. *Educação Ambiental no Brasil*, p. 2, 2008.
- VENTURA, Gabriela; SOUZA, Isabel Cabral Félix de. Refletindo sobre a relação entre a natureza humana, valores capitalista e a crise ambiente: contribuições para a promoção da Educação Ambiental crítica. *Ambiente & Educação*, v. 15, p. 13-34, 2010.
- YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. *Educação & sociedade*, v. 28, p. 1.287-1.302, 2007.

Avanços e bloqueios na gestão de áreas protegidas. Uma análise do conflito socioecológico no Parque Nacional da Lagoa do Peixe

Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite

Fabiana Jacomel

Erika Ikemoto

Marcia Grisotti

Introdução

O agravamento da crise socioecológica global vem exigindo a reflexão sobre abordagens inovadoras de investigação que sejam capazes de contribuir efetivamente para a superação do paradigma analítico-reducionista, fundamentado na separação sociedade-natureza. A adoção de uma abordagem sistêmica complexa, com a integração dos diferentes campos de conhecimentos e saberes, vem constituindo-se como uma via de pesquisa-ação-formação para a compreensão dos problemas que afetam sociedade-natureza simultaneamente e para a formulação de políticas públicas alternativas ao desenvolvimento que contribuam na mitigação de conflitos socioecológicos.

Nessa perspectiva, o capítulo aponta reflexões geradas no desenvolvimento de uma pesquisa no campo na área da ecologia humana sistêmica sobre o conflito decorrente da criação de uma unidade de conservação (UC) de proteção integral em um território tradicional de pesca artesanal. Partindo da premissa de compatibilidade entre os objetivos de conservação da biodiversidade do parque nacional da Lagoa do Peixe e o direito de pescadores e pescadoras artesanais em manter seu modo de vida tradicional, a argumentação textual busca demonstrar que o caráter híbrido do território em disputa confere uma dupla proteção ao parque.

Nesse sentido, pretende-se apontar caminhos alternativos às práticas de gestão dos recursos comuns – historicamente baseadas numa visão ex-

cludente e dicotômica entre sociedade e natureza – que contribuam para a consolidação de um olhar ampliado sobre o conflito entre a gestão do parque nacional e os pescadores-pescadoras artesanais tradicionais da Lagoa do Peixe. Nesse enfrentamento, nossa aposta passa pela abertura ao diálogo de saberes e mecanismos de cogestão dos recursos naturais no território, com a integração dos conhecimentos ecológicos tradicionais no manejo e uso dos recursos de uso comum.

Crise planetária e a contribuição da pesquisa interdisciplinar sobre sistemas socioecológicos

No contexto do agravamento da crise socioecológica global (MEADOWS, 1972; MEADOWS *et al.*, 2007; IPCC, 2014; UN GEO-6, 2019), a compreensão do conjunto de problemas interdependentes associados à crescente degradação das bases biofísicas de sobrevivência da espécie humana vem mobilizando – ainda que uma parcela diminuta – a sociedade e a opinião pública esclarecida quanto à urgência de desvelar novas formas de gerir os sistemas socioecológicos no planeta. Cientistas das mais diversas áreas apontam que o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a perda da biodiversidade, as mudanças no uso do solo e as alterações nos ciclos do nitrogênio e do fósforo encontram-se a um ponto de não retorno; enquanto outras macrovariáveis ainda estão sendo quantificadas, tais como: a acidificação dos oceanos, as perturbações no ciclo hidrológico global, e os aerossóis de origem antropogênica presentes na atmosfera (STEFFEN *et al.*, 2007; STEFFEN *et al.*, 2015; STEFFEN *et al.*, 2018; ARAGÃO, 2017). De acordo com a Organização das Nações Unidas, os danos ao planeta serão desastrosos para a saúde humana se ações não forem tomadas. E qualquer atraso nas ações de mitigação do efeito estufa aumenta o custo para que sejam cumpridas as metas do Acordo de Paris¹, podendo torná-las inalcançáveis (ONU, 2019).

¹ Trata-se de um compromisso internacional discutido entre 195 países signatários. Adotada durante a Conferência das Partes – COP 21, em Paris, no ano de 2015, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, acrônimo em inglês) visa a minimizar as consequências do aquecimento global a partir do ano de 2020. Em 2016, o Brasil fez sua ratificação. In: BRASIL. *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação*. 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/acordo-de-paris>. Acesso em: 13 ago. 2023.

Para a jurista Valérie Cabanes, que atua na área do direito internacional humanitário, esses pontos de não retorno caracterizam “um processo de extinção irreversível de espécies com consequências catastróficas para a humanidade”, uma vez que as relações ocorrem em cadeia e, portanto, quando a biosfera é danificada, sua erosão gera impactos sobre o clima. Assim, a cobertura vegetal e os solos não cumprem mais seu papel crucial na regulação climática, no armazenamento e na reciclagem do carbono. Além disso, “em certas áreas, o desmatamento costuma provocar o desaparecimento definitivo das nuvens e das chuvas. Já a acidificação dos oceanos reflete sobre a perda de plâncton marinho, bloqueando a retenção de carbono pelos oceanos” (VIEIRA; GASPARINI, 2021, p. 262).

Face à crescente fragmentação e degradação dos ecossistemas, decorrentes do estilo de desenvolvimento predatório dominante nas sociedades humanas na modernidade e da constatação de que, mundialmente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 não serão devidamente cumpridos – salvo poucas exceções –, existem evidências indicando que, no cenário do Antropoceno, os estados nacionais estariam adotando uma postura conservadora ou reformista (ARAGÃO, 2017). Como se sabe, a noção de *Antropoceno* emerge entre autores de peso na comunidade internacional após as constatações da aceleração das “tendências pesadas” do industrialismo desde a época do pós-guerra. Desde então, fala-se de uma nova época geobiológica¹, na qual nós humanos chegamos a interferir, em vários aspectos de forma irreversível, na regulação do *metabolismo* planetário (CRUTZEN, 2002; 2006; BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; VIEIRA, 2019).

Cidades, florestas, lagos, oceanos, centenas de milhões de quilômetros quadrados estão devastados e são inabitáveis para seres humanos e animais. Ecossistemas, outrora de vida abundante, tornaram-se cemitérios silenciosos ao serem consumidos pela poluição industrial, pela acumulação de dejetos, por resíduos de medicamentos, pelo escoamento de fertilizantes e pesticidas. Onde ainda reside um pouco de biodiversidade e fertilidade, o ser humano parece estar disposto a tirar vantagem disso até não sobrar nada. O tráfico de animais silvestres, a caça furtiva, a pecuária, a agricultura intensiva e o desmatamento esgotam a biosfera e aceleram a sexta extinção em massa de espécies (GANCILLE, 2019, p. 97).

² O Antropoceno sucederia ao Holoceno, que teve início há aproximadamente 10.000 anos com o fim do período glacial (CRUTZEN, 2006).

Assim, chegamos a um ponto em que a gravidade da problemática ambiental, incluindo suas projeções sociais, econômicas e políticas, evidencia as limitações e a insuficiência das abordagens convencionais de pesquisa para diagnosticar a raiz dos problemas, prevenir ou elaborar políticas capazes de deter ou reverter – ao menos em parte – a degradação ambiental em curso no planeta. Para Holland García (1994), as principais limitações dos enfoques predominantes, são: (i) a fragmentação dos problemas ambientais que vêm sendo analisados sob uma ótica setorial, ignorando as características sistêmicas dos processos; e (ii) a necessidade de reformular os enfoques tradicionais disciplinares, com os objetivos de estender os seus domínios de aplicação e possibilitar a articulação das análises disciplinares em torno de uma problemática de pesquisa comum.

Para Vieira (2005), a crise socioecológica global coloca as sociedades humanas frente a desafios inéditos, exigindo novos enfoques de planejamento e gestão, e a reorganização das tradições do pensamento ecológico. Dentre as implicações éticas, políticas e epistemológicas da chamada revolução ambiental, o principal desafio do eixo epistemológico consiste na expansão das fronteiras do conhecimento através da superação do paradigma analítico-reducionista. Para tanto, em obediência às premissas de uma linha de pensamento não dual, de sistemas imbricados em sistemas, o autor compreende a rede de interdependências e complementaridades entre seus componentes, com base na hipótese de que “os fenômenos situados em qualquer nível da hierarquia de organização da natureza – de células e indivíduos a organizações, cidades ou relações internacionais – podem ser descritos e analisados enquanto ‘**sistemas complexos**’”³ (VIEIRA, 2005, p. 14, grifo nosso).

Dessa forma, as relações sociedade-natureza deixam de ser consideradas compartimentadas e separadas do universo dos valores, das normas, da criação institucional e dos espaços de tomada de decisão política. De

³ Os termos “complexidade” e “sistemas” não são aprofundados neste artigo. Cabe dizer que as referências feitas às implicações do *pensamento sistêmico-complexo* na busca de compreensão da problemática socioecológica contemporânea fundamenta-se na proposta do biólogo austriaco Ludwig von Bertalanffy relativa a uma *Teoria Geral de Sistemas*. Além disso, esse enfoque analítico é associado ao processo de maturação progressiva dos trabalhos sobre sistemas auto-organizadores realizados por Humberto Maturana e Francisco Varela. No potencial de auto-organização dos sistemas autopoieticos, estão embutidas as dimensões da adaptação, da aprendizagem e da coevolução (BERTALANFFY, 1973; MATURANA; VARELA, 2001; HOLLING, 1978; BERKES; FOLKE, 2003; BERKES, 1998).

modo que ao tratarmos das populações humanas, ecossistemas e comunidades como aquelas de organismos presentes na natureza, estamos tratando de sistemas vivos. Sistemas se organizam gerando entidades identificáveis e observáveis, não sendo, em princípio, objetos de pesquisa passíveis de análise causal. Além disso, diante da interligação entre os sistemas sociais e ecológicos, a distinção entre os dois é sempre arbitrária e artificial. Assim, o enfoque teórico dos problemas socioecológicos só pode ser concretizado por meio de uma prática interdisciplinar intensiva (VIEIRA, 2005; JOLLI-VET, PAVÉ, 2000).

Portanto, faz-se necessário considerar que os desafios na gestão dos recursos naturais envolvem tanto elementos estruturais do meio físico-biológico quanto do social, como a produção, a tecnologia, a geração e transmissão da cultura, a organização social e política, a economia, entre outros. Por sua vez, as diversas relações existentes constituem a dinâmica dos elementos de um sistema que funciona como uma totalidade organizada sistêmica complexa. Por definição, os sistemas complexos integram um conjunto de unidades que interagem entre si e que exibem propriedades coletivas emergentes (BERTALANFY, 1973; MATURANA; VARELA, 2001). Esta característica exclui a possibilidade de análise e interpretação de um sistema complexo pela simples adição de estudos setoriais de cada elemento, de forma que as interações entre a totalidade e as partes não pode ser analisada fracionando o sistema em um conjunto de áreas parciais que correspondem ao domínio disciplinar de cada elemento.

Vieira (2005) argumenta que os imensos obstáculos suscitados pela crise global reforçam a necessidade de reorganização das diversas tradições de pensamento ecológico incorporadas nas disciplinas do campo das ciências humanas e sociais, dando ênfase à ecologia humana revitalizada pelo paradigma sistêmico. Essa mudança de paradigma contribuiria para a busca de explicações sobre as causas dos processos de evolução dos sistemas sociais a partir de determinadas condições ecológicas, bem como sobre as causas de mudanças específicas nos sistemas ecológicos a partir de determinadas condições vigentes na organização e dinâmica de funcionamento dos sistemas sociais.

A pesquisa sobre os modos de apropriação e sistemas de gestão de recursos comuns vem se constituindo como um campo emergente de investigação em ecologia humana sistêmica, bem como as pesquisas sobre conhecimento ecológico tradicional, ética ecológica, ecologia política, história ambiental e economia ecológica, trazendo importantes contribuições

no campo da gestão de recursos naturais (VIEIRA, 2005). Nesse campo, a cooperação entre especialistas é considerada essencial na perspectiva de uma aprendizagem transdisciplinar, a partir do compartilhamento de objetivos comuns fundamentados numa visão mais ampla dos processos de produção e aplicação do conhecimento científico (VIEIRA, 2005, 2016; VIEIRA; FLORÊNCIO, 2022).

Por sua vez, a análise de sistemas socioecológicos, a partir de uma perspectiva inter-transdisciplinar envolvendo diferentes níveis de realidade e saberes, pode contribuir para uma melhor compreensão das identidades de povos e comunidades tradicionais, enquanto expressões de modos de vida e visões de mundo particulares. Cabe situar que, no tocante aos processos de expropriação, a questão que discorremos aqui no texto não se trata do envolvimento com determinada atividade profissional com fins comerciais, supostamente passível de substituição ou indenização. Ela vai além; envolve a dimensão sociocultural, tendo o campo das ciências sociais relevante contribuição, abordando a cultura como um “tecido de significados a partir do qual o ser humano interpreta sua experiência e guia suas ações” (GEERTZ, 1973, p. 145); e a identidade como um processo social e dinâmico, que envolve a definição de limites entre ‘nós’ e ‘eles’ (FINKE; SÖKEFELD, 2018), muitas vezes em “trincheiras de resistência” (CASTELLS, 1999, p. 56).

Para Garcia (1994), as ações em pesquisas inter-transdisciplinares sobre sistemas socioecológicos devem ser dirigidas, em um primeiro momento, a barrar os processos que representam uma deterioração progressiva do sistema, favorecendo a reorientação do sistema produtivo, conduzindo à resiliência ecossistêmica, não apenas em termos de produtividade e conservação do meio biofísico, mas que permitam que os benefícios gerados promovam melhorias, diretas ou indiretas, na qualidade de vida das populações locais envolvidas nos processos produtivos.

Nessa perspectiva, torna-se mais que fundamental aos planejadores e gestores o reconhecimento das interdependências entre os processos naturais e socioculturais, transcendendo a preocupação da dinâmica desenvolvimentista no plano estritamente biofísico, com a incorporação de um “tratamento paciente e rigoroso das características de um longo processo de intercâmbio dos fatores geobiofísicos, psicossociológicos, socioculturais e sociopolíticos” (VIEIRA, 2005). Nesse contexto, a concepção de estratégias alternativas ao desenvolvimento, concebidas na linha das pesquisas transdisciplinares sobre os sistemas socioecológicos, pode contribuir na proposição de

pistas para o enfrentamento da policrise global, tendo em vista transcender as limitações das políticas setoriais e de corte reducionista (VIEIRA, 2023).

Áreas protegidas na modernidade

Nesse novo cenário de crise multidimensional – sem precedentes –, a criação de áreas protegidas torna-se uma estratégia globalmente reconhecida para a conservação da biodiversidade. Trata-se de uma proteção especial que permite englobar estas áreas como “empreendimentos ecológicos da modernidade” (FERREIRA, 2018), constituindo-se um instrumento de promoção de uma política mais ampla de proteção aos sistemas socioecológicos e de um modelo de desenvolvimento capaz de produzir resultados benéficos para os ecossistemas e sociedade a curto, médio e longo prazo.

No Brasil, as UC são arranjos institucionais da política brasileira de gestão territorial da biodiversidade pautada pela conservação, uso sustentável e repartição de benefícios associados ao patrimônio genético de seus componentes, tripé da Convenção da Diversidade Biológica⁴. Atualmente, 334 UC federais integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza⁵, abrangendo em torno de 171.424.192 milhões de hectares. Apesar da reconhecida contribuição das UC na proteção territorial e ambiental, em muitos casos a criação de áreas especialmente protegidas se dá em sobreposição a territórios de povos e comunidades tradicionais, gerando conflitos pelo território e pelo direito de acesso e uso dos recursos comuns⁶.

⁴ A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas, estabelecido durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A CDB foi ratificada no Brasil pelo Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 16 ago 2023.

⁵ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. As UC são divididas em dois grupos: a) proteção integral que tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei; b) uso sustentável: que tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

⁶ Em se tratando de “uma classe de recursos naturais frente aos quais a exclusão (ou o controle do acesso) é difícil, e onde cada usuário é capaz de subtrair do acervo compartilhado com todos os demais usuários” (VIEIRA *et al.*, 2005, p. 414). Uma categoria que remete ao direito ou à liberdade de usar irrestritamente certos bens e espaços comuns, como: águas, florestas, vegetação, bosques, terras cultiváveis, pastagens, animais, etc. (CAPRA; MATTEI, 2018).

De Paula (2021) entende que os conflitos por territórios no interior das UC conformam as faces modernas da expropriação da terra e da restrição do acesso aos recursos de uso comum. Porto-Gonçalves (2012), ao abordar o movimento de reapropriação social da natureza pelos camponeses e povos indígenas na América Latina, argumenta que os territórios abrangidos pelas UC passam a se resumir à base física de exercício da soberania do poder do estado sobre um bem da União, invisibilizando, muitas vezes, a existência de povos e culturas, e de outras formas de habitar a terra.

Segundo diagnóstico nacional realizado pelo órgão gestor das UC federais, foram identificadas 185 interfaces territoriais entre as UC e povos e comunidades tradicionais, envolvendo 94 UC de proteção integral e 44 UC de uso sustentável (MADEIRA *et al.*, 2015). Esses dados apontam para a necessidade de se estabelecer estratégias para tratamento dos conflitos nas áreas sobrepostas, capazes de conciliar os direitos desses povos com os objetivos de conservação da biodiversidade, respeitando a natureza híbrida dos territórios, as diferentes relações sociedade-natureza e os diferentes conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais. Destaca-se o reconhecimento científico e empírico do papel dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade (DAWSON *et al.*, 2021), da mesma forma que a manutenção dos modos de vida tradicionais depende da conservação da biodiversidade.

Palomo *et al.* (2014), ao analisar a evolução histórica do conceito de área protegida diante dos desafios do Antropoceno, reflete sobre a adequação da abordagem socioecológica aplicada à gestão das UC, incorporando o bem-estar humano e a justiça social como premissas fundamentais que devem nortear as políticas públicas e práticas de gestão. No entanto, ainda que no campo teórico a incorporação de abordagens socioecológicas na gestão de áreas protegidas tenha avançado nas últimas décadas (FERREIRA, 2019; PALOMO *et al.*, 2014), o predomínio da vertente preservacionista acaba influenciando a tomada de decisão dos gestores públicos em situações de conflito entre interesses sociais, econômicos e ambientais, conforme exemplifica o estudo realizado por Menezes e Siena (2010), em pesquisa realizada na Amazônia Legal.

Por conseguinte, as políticas acabam falhando e os problemas na regulação das áreas protegidas acabam se tornando menos resilientes, devido à negligência do caráter imbricado das relações ecossistêmicas. Como se sabe, um dos vetores que podem ocasionar a ausência de uma maior flui-

dez sobre os sistemas de regulação das áreas protegidas refere-se à tendência de as organizações de se manterem persistentes em seus posicionamentos – atrelados a uma imagem deturpada das situações, sem o exercício de uma *cogestão adaptativa* – “presas a uma síndrome de comando-e-controle” (GUNDERSON *et al.*, 1995, p. 497, tradução livre).

Essa trajetória errática de atuação tem procedido desde a década de 1990, quando ecólogos e *experts* envolvidos na concepção de sistemas alternativos de gestão de recursos naturais renováveis pressupunham que as mudanças ambientais são passíveis de previsão e controle. A maior parte dos modelos convencionais, de corte biologizante, permanece fiel a esta crença. Isso mesmo apesar dos avanços científicos relativos à incorporação das contribuições geradas no campo da biologia da cognição (que emergiu ainda no início dos anos 1970), e que vem sendo sistematicamente negligenciada (VIEIRA, 2023). Cabe salientar que a dimensão da *não linearidade* permeia o comportamento de sistemas complexos, ou seja, neles, os nexos de causa e efeito são opacos; por implicação, sua dinâmica é inerentemente imprevisível (BERKES; FOLKE, 1998; BERKES *et al.*, 2003; WEBER, 2000; VIEIRA, 2005). Desse modo, superar as limitações do pensamento linear exige “mais lucidez na aceitação das incertezas inescapáveis que cercam a dinâmica dos sistemas socioecológicos, implicando o abandono de enfoques de planejamento e gestão centrados na expectativa de retorno a supostos pontos de equilíbrio” (VIEIRA, 2005, p. 15).

Os problemas não são, portanto, passíveis de solução com base no conhecimento de pequenas partes do todo ou em pressupostos de constância ou estabilidade de relações fundamentais – ecológicas, econômicas ou sociais. Suposições de que tal constância é a regra pode dar um sentido confortável de certeza, mas é espúrio. Tais suposições produzem políticas e ciência que contribuem para uma patologia de instituições rígidas e míopes, sistemas naturais cada vez mais vulneráveis, e dependências públicas (HOLLING, 1995, p. 34, tradução livre).

Para Holling (1995), a miopia institucional trata-se de uma síndrome que diz respeito à natureza extremamente recalcitrante, devido à inércia das instituições e à incapacidade quase patológica de se renovarem ou se reestruturarem. É “essa rigidez institucional que tipicamente leva ao fracasso”. Reconhecer o fracasso, é, portanto, o primeiro passo para uma “mudança nos rumos das discussões e das ações de arenas controladas por agências, onde novas iniciações políticas passam a ser criadas” (GUNDERSON *et al.*, 1995, p. 495, tradução livre).

Para Vieira e Sampaio (2022), não deveríamos continuar operando com o mesmo tipo de pensamento que nos conduziu à “encruzilhada do Antropoceno”. E “a abertura de novas possibilidades de intervenção emancipadora (antecipativa-preventiva e não apenas reativa-remedial)” dependeria das chances de êxito de uma transformação pela base da cosmovisão mecanicista e antropocêntrica, que se impôs na cultura do industrialismo. Em outras palavras, daqui em diante teríamos de “reaprender a habitar a Terra à luz de parâmetros epistemológicos, ontológicos e ético-políticos radicalmente novos”. Esse novo ângulo de visão decorre da “tomada de consciência da curva de evolução do pensamento socioecológico contemporâneo num sentido sistêmico-biocognitivista e ecocêntrico” (VIEIRA; SAMPAIO, 2022, p. 170).

Para tanto, as novas formas de contestação do *establishment* devem forjar um desacoplamento seletivo das malhas da cultura industrialista globalizada, tendo em vista “construir os alicerces de um projeto contracultural inspirado no pensamento sistêmico-transdisciplinar e na tomada de consciência da nossa interconexão substancial com o mundo natural”. Para o Professor Paulo Freire Vieira, essa poderia ser “a maneira mais lúcida de fazer avançar – agora sem ilusões e certezas messiânicas – uma dinâmica de aprendizagem readaptativa em tempos de aguçamento acelerado da crise global” (VIEIRA, 2023, p. 586).

O contexto do parque Nacional da Lagoa do Peixe e seus agenciamentos sociopolíticos

O parque nacional da Lagoa do Peixe, localizado nos municípios Mostardas e Tavares no estado do Rio Grande do Sul (figura 1), é uma UC com cerca de 34.400 hectares, criada sob um regime de proteção integral, com os objetivos de “proteger amostras dos ecossistemas litorâneos da região sul do Brasil e promover a conservação de diversas espécies de aves migratórias que dependem desses ecossistemas para manutenção de seu ciclo vital”. Abriga um conjunto interdependente de ecossistemas litorâneos típicos da região Sul do Brasil, entre restingas, banhados, campos de dunas, campos alagados, lagoas e lagunas, faixa de praia e uma área marinha. Estes ambientes constituem habitat para grande diversidade de espécies de aves (Figura 2), com destaque para as migratórias que encontram condições adequadas para alimentação e repouso durante sua longa jornada – de

mais de 10.000 km de voo, entre a região ártica da América do Norte e a região da Patagônia, no hemisfério sul (FNMA *et al.*, 1999).

A importância ecológica da Lagoa do Peixe foi reconhecida em 1986 com a criação do parque nacional pelo decreto nº 93.546 (BRASIL, 1986), no âmbito da política de criação de UC da natureza na costa brasileira. A categoria parque nacional tem como objetivo básico “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

Em 1991, o parque foi incluído na Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas como Sítio de Importância Internacional. Em 1993, foi reconhecido como Sítio Ramsar⁷ por sua importância para a conservação das áreas úmidas e, principalmente, das aves migratórias, e em 1999 passou a ser Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul.

Localizado entre uma estreita faixa de terra e água entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, o parque abrange a integridade da Lagoa do Peixe (Figura 3), sistema socioecológico que possui atributos únicos de importância global, responsável pelo fornecimento de diversos serviços, ou funções ambientais, como regulação do fluxo da água, troca de nutrientes

⁷ Estabelecida em fevereiro de 1971, a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, conhecida como Convenção de Ramsar, está em vigor desde 1975, e somente em 1996 foi incorporada plenamente ao arcabouço legal do Brasil com a promulgação do Decreto nº 1.905/96 (BRASIL, 1996). A Convenção é um tratado intergovernamental criado inicialmente com o intuito de proteger os habitats aquáticos importantes para a conservação de aves migratórias, e que, ao longo do tempo, ampliou sua preocupação com as demais áreas úmidas de modo a promover sua conservação e uso sustentável, bem como o bem-estar das populações humanas que delas dependem (MMA, 2023). Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zonas-umidas-convencao-de-ramsar.html>. Acesso em: 7 ago. 2023). Até junho de 2021, 171 países aderiram à Convenção. “A sua instância de formulação e aprovação de diretrizes e recomendações sobre conservação, gestão e uso racional/sustentável das áreas úmidas é a Conferência das Partes Contratantes – COP, que ocorre a cada três anos. Um dos principais documentos aprovados pela COP é o Plano Estratégico da Convenção (2016 e 2024).” Dentre outras formas de cooperação, a convenção atua envolvendo diferentes tratados, como: “a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (CITES), a Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS), e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)”. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1#:~:text=A%20Conven%20%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ramsar%20%C3%A9%20um%20tratado%20intergovenamental,o%20uso%20racional%20de%20%C3%A1reas%20%C3%BAmidas%20no%20mundo>. Acesso em: 1 set. 2023.

entre terra e mar, moderação de eventos extremos como secas e inundações, ambiente para aves, recursos pesqueiros de uso comum, fonte de subsistência e renda para pescadores locais, entre outros.

O nome do parque está associado à importância da Lagoa do Peixe, a maior laguna existente dentro da UC, com cerca de 35 quilômetros de comprimento e dois quilômetros de largura. Apesar da denominação, a Lagoa do Peixe é, na verdade, uma laguna, comportando-se como um ambiente lagunar estuarino semifechado, onde ocorrem trocas e intercâmbios com os sistemas vizinhos. A laguna é formada por uma sucessão de pequenas lagoas interligadas, caracterizando um reservatório natural de água salobra, com baixas profundidades, um local propício para alimentação das aves. A área também é um berçário para o desenvolvimento de diversas espécies marinhas, como o camarão-rosa, tainha e linguado, e atrai várias espécies de aves, migratórias e residentes, que também encontram farta alimentação na laguna e em suas marismas (FNMA *et al.*, 1999). A diversidade de recursos pesqueiros existente parece estar associada ao processo de abertura da barra da Lagoa do Peixe, que vem sendo realizado de forma artificial pelos agricultores e pescadores locais, possibilitando o controle do nível de água e a entrada de larvas de peixes e crustáceos na laguna.

A Lagoa do Peixe é um território tradicional de pesca artesanal utilizado como principal meio para reprodução física e cultural de pescadores e pescadoras artesanais (Figuras 4), cuja tradição é repassada de geração em geração na esfera familiar (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009). Constitui-se em “espaço construído culturalmente, mediante suas representações e práticas de trabalho, explicitadas em termos de pertencimento que esboçam em relação ao lugar em que exercem a atividade pesqueira” (ADOMILLI, 2002).

A dinâmica da pesca artesanal, elemento fundamental do funcionamento do sistema socioecológico da Lagoa do Peixe, exerce influência positiva na biodiversidade local, contribuindo, por exemplo, com a entrada de larvas de peixes e crustáceos a partir da abertura artificial da barra. Desconsiderando a intrínseca relação entre a pesca artesanal e a biodiversidade local, a criação do parque nacional impôs severas restrições e modificações ao modo de vida dos pescadores artesanais tradicionais que historicamente ali vivem, alterando suas territorialidades, regimes de apropriação dos recursos de uso comum, entre outros elementos. A criação do parque sob um território tradicional de pesca evidencia, portanto, a contradição da política pública de UC da natureza que, ao mesmo tempo, contribui para a proteção do

território contra as pressões externas de desenvolvimento, favorece a conservação da biodiversidade e implica em injustiças sociais e modificações no modo de vida de uma comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais, fundamentais para o resiliência do sistema socioecológico.

Nesse contexto, observa-se um conflito histórico entre gestores públicos e pescadores tradicionais⁸ na implementação da política de UC, com origem no processo de criação do parque ancorado numa visão dualista entre sociedade-natureza que, em nome da conservação da biodiversidade para fins globais, tenta invisibilizar a existência de diferentes formas de habitar a terra, como o modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais na Lagoa do Peixe. Esta contradição é amplamente analisada na obra de Diegues (2004) *O mito moderno da natureza intocada*. O autor argumenta que a transposição do modelo de área natural protegida, oriundo dos Estados Unidos em meados do século XIX para os países do sul global, que considera as áreas naturais como espaços vazios onde não é permitida a presença de moradores, acaba entrando em conflito com a realidade, uma vez que, na prática, essas áreas são habitadas por uma diversidade de povos indígenas e outras comunidades tradicionais, que desenvolveram formas próprias de apropriação comunal dos recursos naturais mediante vasto conhecimento construído com o mundo natural, contribuindo para a diversidade biológica atual.

Diversos estudos demonstram os conflitos gerados com a implementação desta política pública na Lagoa do Peixe. Pereira (2013) aponta que o conflito é resultante do modelo de parque nacional que não reconhece a tradicionalidade da atividade de pesca da comunidade de pescadores artesanais, resultado da disputa entre diferentes visões de mundo. Para Adomilli (2002), a política ambiental implementada no parque e as estratégias de intervenção sobre os pescadores apontam para uma tentativa de extinção

⁸ Os pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa do Peixe são sujeitos de direito do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo o decreto, compreende-se por: I – *Povos e Comunidades Tradicionais*: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II – *Territórios Tradicionais*: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

do modo de vida desse grupo e de suas relações com o meio ambiente. Pereira (2013) discute, ainda, que a historicidade e memória dos pescadores artesanais podem estar sendo negligenciadas na Lagoa do Peixe. A imposição de uma norma que proibiu a entrada de novos pescadores no cadastro anual de autorização da pesca e não reconheceu o direito do exercício da pesca de esposas e filhos dos pescadores afetou o cotidiano da atividade de pesca na esfera familiar – condição para a manutenção do modo de vida tradicional dessa comunidade, e essas medidas indicam para uma tentativa de apagamento de um modo de vida tradicional associado à Lagoa do Peixe.

O alijamento dos pescadores de seus direitos e a ausência de diálogo contribuíram para o acirramento de conflitos entre esses atores sociais e o órgão gestor do parque ao longo do tempo (ALMUDI; KALIKOSKI, 2009; PEREIRA, 2013), transformando o território tradicional dos pescadores artesanais em um território de exclusão e de luta (Alvite; Ferreira, 2022).

Em 1993, com a escalada do conflito entre a gestão do parque e pescadores artesanais decorrente da proibição da pesca, iniciou-se um processo de cadastramento anual dos pescadores e emissão de autorização precária de pesca. Esse processo ocorreu entre 1993 e 1999. Apesar da iniciativa de diálogo com os pescadores por parte da gestão do parque, observa-se o predomínio de uma visão preservacionista da natureza na implementação da UC. O plano de manejo (FNMA *et al.*, 1999), principal instrumento de gestão, traz poucas informações sobre o histórico da pesca artesanal no território e considera as áreas de moradias dos pescadores dentro do parque como ocupações ilegais e passíveis de realocação, em desacordo aos dispositivos da Convenção nº 169 da OIT⁹. O plano de manejo qualifica a

⁹ A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho trata sobre Povos Indígenas e Tribais. Foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, sendo ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003. A Convenção oferece uma definição para povos tribais em países independentes, sendo aqueles “*cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial*”. O artigo 16º da Convenção estabelece que: “1. *Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser trasladados das terras que ocupam.* 2. *Quando, excepcionalmente, o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.* 3. *Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento*” (grifo nosso).

pesca artesanal como uma atividade conflitante com o parque, criando um “programa para a eliminação gradativa da pesca dentro da Lagoa do Peixe e na faixa costeira do Parque”, com prazo de execução de 5 anos (FNMA *et al.*, 1999). A definição desta norma desconsidera os direitos desses sujeitos sociais, negando sua história e memória, e com isso tenta invisibilizar a existência pretérita desta comunidade tradicional que tem na relação com a Lagoa do Peixe os elementos constituintes da sua identidade e modo de vida, confrontando o artigo nº 216 da Constituição Federal¹⁰.

Em 2019, somente após 33 anos da criação do parque, foi firmado um acordo de pesca formal (termo de compromisso) entre o órgão gestor da UC e os pescadores-pescadoras artesanais da Lagoa do Peixe. A implementação do acordo tem possibilitado maior participação desses atores sociais nos processos de tomada de decisão sobre o manejo e uso dos recursos naturais, subsidiados pelo monitoramento participativo da pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*; *F. brasiliensis*), principal pescaria local (ALVITE; FERREIRA, 2022; SILVA, 2022). O monitoramento do instrumento de gestão em longo prazo e dos resultados observados no sistema socioecológico e na garantia do território tradicional de pesca artesanal deve ser considerado como condição essencial do acordo de pesca, corroborando conclusão apontada por Alvite e Ferreira:

não basta apenas reconhecer o direito de apropriação comunal dos bens comuns, mas é imperativo que a efetiva implementação do termo de compromisso fortaleça o processo de reconhecimento do território de luta dos pescadores artesanais, como condição permanente para manutenção da identidade desses sujeitos especiais de direito, com a garantia e permanência em seus territórios tradicionais de pesca no contexto de uma nova territorialidade (2022, p. 16).

Análise exploratória sobre o conflito e a dupla proteção no parque nacional da Lagoa do Peixe

Para produzir novos conhecimentos sobre essa problemática complexa e considerando que as abordagens de gestão dos conflitos nas áreas

¹⁰ “Artigo nº 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

de sobreposição entre UC e territórios tradicionais têm sido construídas de forma fragmentada e técnico-científica – desconsiderando as diferentes formas de conhecimento, como aquelas atribuídas aos saberes locais –, visualiza-se como necessário um reposicionamento epistemológico e metodológico na produção de conhecimento sobre práticas de gestão e manejo dos recursos naturais. Novamente, os apontamentos de Vieira (2005; 2023), nos remetem a nossa capacidade de influenciar de forma decisiva os enfoques dominantes de planejamento, baseado em abordagens inter-transdisciplinares aplicadas a sistemas socioecológicos complexos.

Nessa linha de pensamento, a concepção dos conflitos decorre de processos que influenciam sociedade e natureza simultaneamente e que, portanto, precisam ser analisados a partir de múltiplos olhares, a partir de uma abordagem interdisciplinar e intercultural. A geração de conhecimento inter-transdisciplinar sobre essa problemática deve contribuir com ações concretas e políticas ao desenvolvimento, atuando como agentes transformadores do conflito gerado com a criação de uma UC de proteção integral sobre um território tradicional de pesca artesanal, capazes de impulsionar mecanismos de cogestão dos recursos naturais com protagonismo dos pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa do Peixe, contribuindo na superação da visão antropocêntrica de dominação da natureza e subordinação de povos e culturas.

O funcionamento do sistema socioecológico da Lagoa do Peixe deve ser analisado continuamente, subsidiando a formulação de políticas ao desenvolvimento que considerem as diferentes cosmovisões existentes no território e que visem a reverter os processos deteriorantes nos ecossistemas e no modo de vida dos pescadores artesanais. Os recursos comuns estão no cerne dos sistemas ecológicos e, portanto, os sistemas de gestão e governança dos recursos comuns são determinantes na regulação das relações entre sistemas naturais e sociais em longo prazo, conferindo importância ao enfoque teórico dos bens comuns para compreender as dinâmicas dessas interações nos territórios (OAKERSON, 1992; BERKES, 2005, 2009, 2021).

Como já apontamos anteriormente, um sistema complexo precisa ser considerado de maneira integrada, caso contrário, pode comprometer os “serviços ambientais”, tais como a regulação do nível da água e da biodiversidade na Lagoa do Peixe. Os conflitos de interesses e percepções que vêm se perpetuando na região têm comprometido, portanto, diretamente: o regime sazonal da pesca local, a qualidade de vida dos pescadores artesa-

nais e uma série de compromissos constitucionais supracitados. Indiretamente, atinge a comunidade em geral, a dinâmica de funcionamento dos ecossistemas, os “corredores ecológicos” que conectam as UCs e outros ecótonos adjacentes, abrangendo, então, os habitats naturais dos quais os sistemas socioecológicos dependem.

O reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades tradicionais nos territórios híbridos e a adoção de um padrão de interação cooperativo entre o órgão gestor da UC e os pescadores artesanais são elementos centrais para uma mudança na abordagem de gestão do parque. Isso pode se dar a partir da implementação de práticas que conciliam os objetivos de conservação da biodiversidade com o modo de vida e bem-estar social desta comunidade tradicional. A partir de um levantamento prévio das diferentes configurações socioinstitucionais, que ao longo dos últimos 37 anos tem sido refletidos sobre a estrutura de gestão do parque nacional e seus impactos ao modo de vida desta comunidade tradicional – associado a um processo de pesquisa-ação-formação –, acredita-se poder gerar novos mecanismos que propiciem uma visão, e uma gestão, de fato, integrada e compartilhada dos ecossistemas e comunidades envolvidas (VIEIRA, 2005; BERKES, 2004; 2021).

Trata-se de uma proposta embrionária – incerta –, mas que vem sendo trabalhada de forma empírica, no intuito de avaliar a possibilidade de uma mudança de percepção dos tomadores de decisão, favorecendo o processo de empoderamento de outros autores na “arena política”. Trata-se também de um novo fôlego na condução do processo de reparação histórica, daqueles que vêm lutando por terem suas vidas transtornadas pela implantação do parque, ao contrário das instituições da modernidade, sob as quais as sociedades organizadas “procuram diluir o conflito, canalizá-lo dentro de formas previsíveis, submetê-lo a regras precisas e explícitas, contê-lo e, às vezes, orientar para o sentido preestabelecido o potencial de mudança” (PASQUINO, 1996, p. 229). A ideia é avaliar o tratamento dado ao conflito até então, tendo em vista sua capacidade para adquirir uma fisionomia plena e possibilidade real de mudança (ACSELRAD; BEZERRA, 2010). De forma que novas alternativas possam ser traçadas, por meio do esboço e da análise de cenários prospectivos – negativo e positivo (ou, tendencial e normativo) –, considerando os *atores envolvidos em situação* e as respostas oriundas das configurações socioinstitucionais e ecossistêmicas (VIEIRA, 2005; OAKERSON, 1992).

Oakerson (1992) desenvolveu um modelo de análise para a gestão de bens comuns, consoante ao estudo em tela. A “modelização” trata-se de uma prática comum, representando um recurso importante na mediação tanto para o enfoque teórico quanto para a *démarche* interdisciplinar (JOLLIVET; PAVÉ, 2000). O modelo dele favorece a hibridização de diferentes enfoques teóricos, através da delimitação de quatro macrovariáveis relacionadas: (i) a dos bens comuns e os atributos tecnológicos, (ii) a dos arranjos de tomada de decisão, (iii) a da lógica de atores envolvidos e seus respectivos padrões de atuação e, (iv) a referente aos *outcomes*, ou seja, aos resultados dessas interações (OAKERSON, 1992). Tal proposta, visa, portanto, a melhor compreender os condicionamentos estruturais e as dinâmicas de funcionamento dos sistemas socioecológicos no âmbito da UC, contribuindo com um novo prisma para a abordagem e o tratamento dos conflitos que se sobrepõem sobre o sistema de gestão incidente.

Reitera-se, desta forma, a importância da noção de *integração transdisciplinar*, comumente usada nas últimas duas décadas para denotar uma via promissora de abordagem de problemas complexos que repousa na cooperação entre atores sociais acadêmicos e não acadêmicos (MAX-NEEF, 2004; VIEIRA, 2016). Esta nova via de conhecimento contrasta “com um conjunto de práticas voltadas para a busca de integração meramente *multi e interdisciplinar*, envolvendo a cooperação de especialistas vinculados a pelo menos duas disciplinas – monodisciplinas – e que compartilham objetivos comuns fundamentados numa visão mais ampla e integrada dos processos de produção e aplicação do conhecimento científico” (VIEIRA, 2005, p. 18).

Neste capítulo, a perspectiva transdisciplinar é assumida como uma modalidade muito mais interativa e comunicativa de se fazer pesquisa socioecológica, forjando uma versão mais complexa de prática interdisciplinar associada a algumas correntes clássicas de *pesquisa-ação*, como a de Michael Thiollent (1985). Por meio dela, busca-se, de um ponto de vista essencialmente pragmático, agregar ao compartilhamento de uma visão sistêmica do mundo uma abertura mais decidida e permanente ao diálogo de saberes (BERKES, 1998; LEFF, 2000; MORIN, 2011; VIEIRA, 2016). O intuito passa pela retirada dos pesquisadores de suas “torres de marfim”, envolvendo-os no atendimento de demandas sociais associadas ao funcionamento de sistemas descentralizados e participativos de planejamento e gestão do desenvolvimento local ou comunitário. Nesse diálogo, cientistas, tecnólogos e leigos passariam a se envolver num “processo de aprendiza-

gem recíproca por ensaio e erro, *efetivado em comunidades de aprendizagem*". Essas comunidades descortinam contextos socioculturais onde são reconhecidos que os problemas estudados afetam a sociedade como um todo, não devendo ser considerados unicamente "os interesses estritamente cognitivos dos atores vinculados ao *establishment* científico-tecnológico" (VIEIRA, 2005, p. 19).

Referências

- ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Inserção econômica internacional e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010. p. 34-62.
- ADOMILLI, G. K. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS*. 2002. 114 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3320>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- ALMUDI, T.; KALIKOSKI, D. C. Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil: meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 20, p. 47-57, jul./dez. 2009.
- ALVITE, C. M. C.; FERREIRA, I. V. Território de Luta de Pescadores Artesanais Tradicionais no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. *Mares Revista de Geografia e Etnociências*, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/171>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- ARAGÃO, Alexandra. O Estado de Direito Ecológico no Antropoceno e os limites do Planeta. In: LEITE; DINNEBIER (orgs.). *Estado de Direito Ecológico: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza*. São Paulo: Inst. O Direito por um Planeta Verde, 2017. p. 20-37.
- BERKES, Fikret; COLDING, Johan; FOLKE, Carl. *Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BERKES, Fikret; FOLKE, Carl (eds.). *Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 342-362.
- BERKES, Fikret. From Community-Based Resource Management to Complex Systems: The Scale Issue and Marine Commons. 1 Março, 2004. Current Word Count = 5669. Prepared for: *Millennium Ecosystem Assessment Bridging Scales and*

Epistemologies Conference, Alexandria Egypt, March 17-20, 2004. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/bridging/papers/berkes.fikret.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

BERKES, Fikret. Revising the Commons Paradigm. *Natural Resources Institute*, Canadá, Universidade de Manitoba, 2009, p. 261-263.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. (orgs.). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 46-72.

BERKES, Fikret. *Toward a new social contract: community-based resource management and small-scale fisheries*. Canadá, University of Manitoba: TBTI Global Book Series, 2021.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *The shock of the Anthropocene: the earth, history, and us*. Traduzido por David Fernbach. 1-20. UK: VERSO, 2016. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/postgraduate/masters/modules/en9b5worldlitanthropocene/bonneuil_and_fressoz-welcome_to_the_anthropocene.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL (Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos). *Decreto 1905, de 16 de maio de 1996*. Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971. Brasília, 1996. Disponível em: [D1905 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL (Presidência da República). *Decreto 93.546, de 06 de novembro de 1986*. Cria o parque nacional da Lagoa do Peixe. D.O.U de 07/11/1986, pág. n° 16.687. Brasília, 1986. Disponível em: Base Legislação da Presidência da República – Decreto n° 93.546 de 06 de novembro de 1986 (presidencia.gov.br). Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. *Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2000.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPRA, Frijot; MATTEI, Ugo. *A revolução ecojurídica*. O Direito Sistemático em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Cultrix, 2018.

CRUTZEN, Paul Josef. Geology of Mankind. *Revista: Nature*, 415, 23, 2002. Disponível em: <http://courses.geo.utexas.edu/courses/387H/PAPERS/Crutzen2002.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CRUTZEN, Paul Josef. The Anthropocene: the current human-dominated geological era. *Paths of Discovery*. Pontifical Academy of Sciences, Acta 18, Vatican City. 2006. 199-211. Disponível em: <http://www.casinapioiv.va/content/dam/accademia/pdf/acta18/acta18-crutzen.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2019.

DAWSON, N.M. *et al.* The role of Indigenous peoples and local communities in effective and equitable conservation. *Ecology and Society*, v. 26, n. 3 (9), 2021. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol26/iss3/art19/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DE PAULA, C. Q. Comunidades tradicionais pesqueiras e unidades de conservação: uma leitura a partir do território. In: SOUZA, R. M.; SANTOS, S. S.; SANTOS, E. A.; ARAGÃO, M. C. (org.). *Unidades de conservação e comunidades tradicionais: desafios da sobrevivência dos espaços e identidades*. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 43-62. Disponível em: <http://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/03/ebook-pesca.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/CEC, USP, 2004.

FERREIRA, I. V. *Unidades de conservação da natureza em terras indígenas no Brasil: conflitos e potenciais de transformação*. 2019. 278p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/207111>. Acesso em 27 jul. 2023.

FINKE, P.; SÖKEFELD M. Identity in Anthropology. In: CALLAN, H.; COLEMAN, S. (ed.). *The international encyclopedia of anthropology*. Wiley Blackwell, 2018.

FNMA; FURG; IBAMA; NEMA; UFPel. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – Fase 2*. 1999. 465p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/parna-da-lagoa-do-peixe/copy_of_PM.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

GANCILLE, Jean-Marc. *Ne plus se mentir*. Petit exercice de lucidité par temps d'effondrement écologique. Paris: Rue de l'Échiquier, 2019.

GARCIA, R. Interdisciplinarietà y sistemas complejos. In: LEFF, H. (org.). *Ciencias sociales y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 85-125.

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. Basic books, 1973.

GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, Crawford Stanley; LIGHT, Stephen S. Barriers Broken and Bridges Built: A Synthesis. Part 2, case studies. In: GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, Crawford Stanley; LIGHT, Stephen S. (eds.). *Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions*. New York; Chichester: Columbia University Press, 1995. p. 489-532.

HOLLING, C. S. *Adaptive environmental assessment and management*. New York: Wiley, 1978.

HOLLING, C. S. Science, sustainability and resource management. In: BERKES, F.; FOLKE, C. (org.). *Linking social and ecological systems*. Management practices

and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 342-362.

HOLLING, Crawford Stanley. Whats Barriers? Whats Bridges? In: GUNDERSON, Lance H.; HOLLING, C. S.; LIGHT, Stephen S. (eds.). *Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions*. New York; Chichester: Columbia University Press, 1995. p. 3-33.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change. Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II, and III to the *Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Core Writing Team, R.K. Pachauri, and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 2014, 151 p. Disponível em: <https://archive.ipcc.ch/report/ar5/syr/>. Acesso em: 10 set. 2020.

JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-112.

MADEIRA, J. A. *et al.* Interfaces e sobreposições entre unidades de conservação e territórios de povos e comunidades tradicionais: dimensionando o desafio. Culturas e Biodiversidade: o presente que temos e o futuro que queremos. *Anais do VII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e II Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*, Florianópolis, 2015, 896p (617)-(626). Disponível em: https://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/files/2015/11/SAPIS_ELAPIS_bq.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

MATURANA, Humberto, R.; VARELA, Francisco, J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MAX-NEEF, Manfred. A. *Fundamentos de La transdisciplinaridad*. Apostila, 1-22. Valdivia, Chile: Universidad Austral de Chile, 2004.

MEADOWS, Dennis L. (org.). *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis. *Limites do crescimento: a atualização dos 30 anos*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MORIN, E. *A Cabeça Bem-feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MENEZES, D. S.; SIENA, O. O ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na Amazônia Legal. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 17, n. 54, p. 479-498, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/DS9ppb44Hp5GNkmYRyFGnFf/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2023.

OAKERSON, R. J. Analyzing the commons: a framework. In: BROMLEY, D. W. (ed.). *Making the commons work: theory, practice, and policy*. San Francisco: ICS, 1992. p. 41-59.

ONU. Danos ao planeta serão desastrosos para a saúde humana se ações não forem tomadas, diz o relatório. Abado Desenvolvimento Sustentável no site. Flora Pereira, Gerente de Comunicação e Informação Pública, ONU Meio Ambiente no Brasil. *Reportagem on-line*. Publicada em 13/03/2019. Atualizada em 06/05/2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/saude-humana-ficara-em-apuros-se-acoes-urgentes-nao-forem-tomadas-para-protetger-meio-ambiente-alerta-relatorio-global-da-onu/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PASQUINO, Gianfranco. Verbete: Conflito. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI; Nicola. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: EdUNB, 1993. p. 225-230.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Ecologia Política da América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Rev. Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jan./jun. 2012. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PALOMO, I. *et al.* Incorporating the Social-Ecological Approach em Protected Areas in the Anthropocene. *BioScience*, p. 181-191, mar. 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article/64/3/181/224408>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PEREIRA, C. R. *A perspectiva histórica dos pescadores tradicionais sobre a Lagoa do Peixe: antes e depois da criação do Parque Nacional*. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/8975>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SILVA, L. B. *O termo de compromisso participativo como instrumento de luta e resistência do território pesqueiro tradicional no parque nacional da Lagoa do Peixe*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022. Disponível em: https://reat.furg.br/images/O_TERMO_DE_COMPROMISSO_PARTICIPATIVO_COMO_INSTRUMENTO_DE_LUTA_E_RESISTNCIA_DO_TERRITRIO_PESQUEIRO_TRADICIONAL_NO_PARQUE_NACIONAL_DA_LAGOA_DO_PEIXE_RS_2.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; McNEILL, J. R. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? *Ambio. Dec.*, v. 36, n. 8, p. 614-621. 2007. doi: 10.1579/0044-7447(2007)36[614:taahno]2.0.co;2. 614-621, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18240674/>. Acesso em: 01 out. 2023.

STEFFEN W.; ROCKSTRÖM, J.; RICHARDSON, K.; LENTON, T. M.; FOLKE, C.; LIVERMAN, D.; SUMMERHAYES, C. P.; BARNOSKY, A. D.; CORNELL, S. E.; CRUCIFIX, M.; DONGES, J. F.; FETZER, I.; LADE, S. J.; SCHEFFER, M.; WINKELMANN, R.; SCHELLNHUBER, H. J. Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. *Proc Natl Acad Sci U S A*, 115(33), p. 8.252-8.259, 14 aug. 2018. doi: 10.1073/pnas.1810141115. Epub 2018 Aug 6. PMID: 30082409; PMCID: PMC6099852. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30082409/>. Acesso em: 02 out. 2023.

STEFFEN, W.; RICHARDSON, K.; ROCKSTROM, J.; *et al.* ‘Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet’. *Science*, 10.1126/science.1259855. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270898819_Planetary_Boundaries_Guiding_Human_Development_on_a_Changing_Planet . Acesso em: 30 jul. 2019.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 108 p.

UN Environment. Global Environment Outlook – GEO-6: planet, healthy people. United Nations Environment Programme, Nairobi. *Relatório*, 2019. 749p. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/27539/GEO6_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 jul. 2020.

VIEIRA, P. F. A ética do desenvolvimento na era do Antropoceno. Uma perspectiva ecocêntrica-transdisciplinar. In: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. A. C.; PHILIPPI Jr., A. (eds.) *Ética socioambiental*. Barueri: Manole, 2019. p. 17-40.

VIEIRA, P. F. Ecodesenvolvimento: desvelando novas formas de resistência no Antropoceno. In: SOUZA, C. M. M. *et al.* *Novos Talentos*. Processos de educação para o ecodesenvolvimento. Blumenau: Nova Letra, 2016. p. 23-63.

VIEIRA, Paulo Freire; Florêncio, Rui Dias. Reverência pela vida: por uma contracultura ecocêntrica no antropoceno. *INTERthesis. Revista Internacional Interdisciplinar*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 19, p. 1-21, jan. 2022.

VIEIRA, Paulo Freire; GASPARI, Marina Favrim. Uma Nova Ordem Ecojurídica para Regenerar a Terra. In: VIEIRA, P. F.; GASPARI, M. F. Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas. Edição especial. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), p. 258-269, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/81394/44105> . Acesso em: 5 out. 2023. Vol. 57, p. 106-134, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.76169. e-ISSN 2176-9109.

VIEIRA, P. F. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. (orgs.). *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 333-377.

VIEIRA, Paulo Freire. Mercantilização da ecossfera ou novo projeto de civilização? aprendendo a lidar com sistemas complexos na encruzilhada do antropoceno. In: RUSCHEL, Caroline Vieira; MILIOLI, Geraldo (org.). *O comum e os comuns: teoria e prática para um bem viver planetário*. Criciúma, SC: Ediunesc, 2023. p. [580]-627. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/10204> . Acesso em: 11 ago. 2023.

VIEIRA, Paulo Freire. “*Novos Talentos: Processos de educação para o ecodesenvolvimento*”, organizada por Cristiane Mansur de Moraes Souza, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Alan Ripoll Alves e Liliane Cristine Schlemmer Alcântara. Blumenau: Nova Letra Editora, 2016. p. 23-63.

VIEIRA, Paulo Freire; SAMPAIO, Carlos Alberto C. Eossocioeconomias na encruzilhada do Antropoceno: uma perspectiva sistêmica-transdisciplinar. *Revista Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 12, n. 12.022, p.168-208.

VON BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

WEBER, Jacques. Gestão de Recursos Renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (org.). *Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 115-146.

Figura 1: Localização do parque nacional da Lagoa do Peixe



Fonte: OBSERVA/UFSC, Maicon R. Caxueira.

Figura 2: Diversidade de espécies de aves que ocorrem nos ecossistemas protegidos pelo parque nacional da Lagoa do Peixe



Fomte: CEMAVE/ICMBio, Danielle Paludo.

Figura 3: Vista aérea da barra da Lagoa do Peixe e suas interconexões com os demais ecossistemas protegidos no parque nacional



Fonte: Parque Nacional da Lagoa do Peixe/ICMBio.

Figura 4: Pescadores artesanais tradicionais da Lagoa do Peixe



Fonte: CNPT/ICMBio, Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite.

Autores e autoras

Fernando Dias de Avila-Pires é Bacharel e Licenciado em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro), 1957-1958. Doutor em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo (hoje Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Fº), 1971. Fellow, John Simon Guggenheim Memorial Foundation, USA, 1959 e 1962. Foi Professor e Pesquisador Titular do Departamento de Medicina Tropical, Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, desde 1993, Vice-Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1990-1993, e é Membro da Academia Brasileira de Ciências.

Márcia Grisotti é professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado no Laboratório de Antropologia Social, Collège de France, Paris. Foi professora visitante na Michigan State University e na Amsterdam University. Exerceu funções administrativas como chefe de departamento, coordenadora de programas de pós-graduação, coordenadora científica do Programa Erasmus Fellow Mundus. Atualmente é coordenadora do Núcleo de Pesquisa ECOS, coordenadora do comitê de pesquisa Sociologia da Saúde da Sociedade Brasileira de Sociologia, membro da rede de pesquisadores seniors do projeto Earth System Governance e do INCT Brasil Plural. Possui experiência de pesquisa em sociologia da saúde e políticas de saúde e meio ambiente.

Luís Gouveia é licenciado e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador colaborador no CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH) e bolseiro de pós-doutoramento no ADVANCE, Centro de Investigação Avançada em Gestão do ISEG. Seus principais interesses de investigação situam-se nos domínios da sociologia pragmática, sociologia dos envolvimento e gramáticas de comunalidade.

Catarina Delaunay é Investigadora no CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), Lisboa. É professora auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa. Atualmente, coordena o Grupo de Investigação 5: Saúde, População e Bem-estar, do CICS.NOVA, e o grupo de trabalho “Regulação em Saúde” da NOVA saúde Health Systems and Policies. É membro da Direção das Redes de Investigação em Sociologia da Saúde e da Medicina das Associações Europeia e Portuguesa de Sociologia (ESA e APS). Seus principais interesses de investigação situam-se nos domínios da Sociologia da Saúde e da Medicina e dos Estudos de Ciência e Tecnologia.

Stella Volpe é doutora em ciência política pelo Institut d’Etudes Politiques d’Aix-en-Provence e pesquisadora em ciência política (MESOPOLHIS – Universidade de Aix-Marseille – CNRS – Sciences Po Aix). Stella Volpe trabalha sobre mudanças em sistemas democráticos, privilegiando uma abordagem comparativa, diacrônica ou sincrônica. A ambição interdisciplinar que está no centro de sua atividade científica se reflete em sua produção científica.

Daniel Granada é doutor em etnologia e história pela Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense e University of Essex, Pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGAS e Universidade do Porto. Professor adjunto no Departamento de Ciências Sociais e Naturais da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural, da Rede Covid Humanidades (PPGAS UFRGS) e do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (Universidade Aberta – Lisboa).

Priscila Pavan Detoni é professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Passo Fundo, no curso de Medicina e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural, da Rede Covid Humanidades (PPGAS UFRGS). Doutora em Psicologia Social e Institucional, Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Eliana Elisabeth Diehl é graduada em Farmácia e mestra em Ciências Farmacêuticas pela UFRGS, doutora em Saúde Pública pela ENSP,

Fundação Oswaldo Cruz. Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. É membra do comitê gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural e do Grupo Temático Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Pesquisadora da rede “Saúde: práticas locais, experiências e políticas públicas” e do Núcleo de Estudos de Saberes e Saúde Indígena. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: saúde indígena, política de atenção à saúde indígena e assistência farmacêutica.

Maria Conceição de Oliveira é graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC (2003), com período sanduíche na Université de Provence – Aix-Marseille I (2001); e, Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023). Atuou como Coordenadora do Curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul de 2015 a 2018. Atualmente é docente adjunto A da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua como Supervisora do Programa Mais Médicos desde 2015.

Fabiane Rosa Gioda, graduada em fisioterapia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de Fisioterapia da Sociedade Educacional Leonardo da Vinci-Blumenau. Pesquisadora da área de sociologia política da saúde junto a comunidades Haitianas e professora colaboradora do curso de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Faculté des Sciences de Réhabilitation de Léogâne (FSRL) – Université Episcopale of D’HAITI (UNEPH).

Lucas Faial Soneghet é doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Integra o grupo de pesquisa Sociofilo – Colaboratório de Teoria Social, sediado no IFCS/UFRJ, e o grupo Metamorfozes da Sociologia, financiado pelo CNPq. É livre

pesquisador, docente e tutor no Ateliê de Humanidades – Instituição de livre estudo, pesquisa, escrita e formação, onde também atua como editor e produtor do podcast República de Ideias. Atua nos temas: saúde; morte e morrer; cuidado; corpo; teoria social. Vencedor prêmio Capes-tese 2023.

Lucas Maciel Ferreira é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui Mestrado em Sociologia, Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFSC. Integrante do Núcleo ECOS, pesquisa a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), Humanização na Saúde e o ativismo das religiões de matriz africana no SUS.

Manoela Costa é doutoranda no programa de pós-graduação interdisciplinar em ciências humanas. Possui bacharelado em nutrição e mestrado em saúde coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integra o Instituto Kadila de Estudos da África e Diáspora. Atua como pesquisadora no Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra. Áreas de concentração de estudo são: políticas públicas, determinantes sociais de saúde e racismo.

Muriel Figuié é socióloga no CIRAD-France (instituto francês de pesquisa, www.cirad.fr) e pesquisadora visitante na Universidade E. Mondlane (Moçambique). Ela desenvolve investigações em sociologia do risco e da alimentação, aplicada à governança da biossegurança nos sistemas alimentares e agrícolas, com um enfoque nos riscos sanitários ligados aos animais e às zoonoses emergentes. Ela analisa estes riscos como um produto do Antropoceno e da modernidade agrícola, num contexto de urbanização e globalização e questiona os impactos da governança destes riscos sobre as agriculturas marginalizadas. Tem uma experiência de mais de 25 anos de colaborações internacionais em diversos países (Vietnam, Moçambique, Brasil...). Para mais informações <https://agents.cirad.fr/Muriel%20FIGUIE>

Júlia Rapôso Gomes de Souza é Socióloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é estudante de pós-graduação em Gestão de Projetos. Foi por 6 anos integrante do Núcleo de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde (ECOS-UFSC). Possui experiência de

pesquisa em epistemologia da ciência, relação humanos e não humanos e intercâmbio acadêmico.

Isaura Wayhs Ferrari é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, em intercâmbio com o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Possui Mestrado em Sociologia e Bacharelado em Ciências Sociais. Integrante do Núcleo ECOS (Ecologia Humana e Sociologia da Saúde), sua pesquisa é centrada na análise dos discursos de grupos antivacinação e em manifestações de hesitação vacinal na prática médica no Brasil.

Kênia Gaedtke é professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e Doutora em Sociologia Política pela mesma universidade, com período de doutoramento sanduíche na Universitat Rovira I Virgili (Catalunha). Participou da primeira turma do curso Pós Graduado Animais e Sociedade da Universidade de Lisboa, em que atualmente é docente. Pesquisadora nas áreas da sociologia e antropologia da saúde, direitos humanos e animais e estudos animais.

Bárbara Luiza Gaedtke é bacharel em Medicina Veterinária pelo Instituto Federal Catarinense (IFC). Atua desde 2017 na clínica médica de pequenos animais, acompanhando na prática a relação entre humanos e seus animais.

Caetano Sordi é professor adjunto do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Universidade de Aberdeen (Escócia). Pesquisador do Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA/CNPq/UFSC). Atuou como técnico antropólogo no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Possui experiência nas áreas de antropologia e ambiente, relações humano-animais, biossegurança e patrimônio cultural.

Briana Angélica Bombana é pesquisadora de pós-doutorado no Departamento de Geografia da Universitat Autònoma de Barcelona. Graduada em Oceanografia, possui Doutorado em Geografia e Mestrado

em Gestão Integrada de Zonas Costeiras. Integrante do Núcleo Transdisciplinar de Desenvolvimento & Meio Ambiente (NMD) e do Grupo de Pesquisa INTERFASE, a sua pesquisa se situa na interface entre ciência e as políticas públicas de gestão e governança marinho-costeira.

Eduard Ariza é professor adjunto do Departamento de Geografia na Universitat Autònoma de Barcelona. Doutorado em Ciências do Mar pela Universitat Politècnica de Catalunya e pós-doutorado nessa mesma universidade, bem como no Centre Internacional d'Investigació dels Recursos Costaners, e na Florida International University. Atualmente, é coordenador do Arctic Research Centre e do Grupo de Pesquisa INTERFASE. Possui experiência de pesquisa em governança e gestão marinho-costeira, indicadores para a gestão sustentável das áreas costeiras e governança do aumento do nível do mar.

Julia S. Guivant é Doutora em Sociologia e professora titular aposentada do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua como professora voluntária nos Programas de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no de Sociologia e Ciência Política. Atualmente é vice-presidente da diretoria da ESOCITEbr, lead Faculty of the Earth System Governance Project, pesquisadora visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Mudança Climática. Tem diversas publicações nas áreas de sociologia ambiental e sociologia da ciência e da técnica.

Ivón Natalia Cuervo é Socióloga pela Universidad Nacional da Colômbia (UNAL), Mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde (ECOS-UFSC) e do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA-UFSC). Possui experiência de pesquisa na área dos estudos socioambientais com perspectiva de gênero.

Eunice Sueli Nodari é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999) com Pós-Doutorado na Stanford

University nos EUA (2015/2016) e na Universidade Federal de Minas Gerais (2016). É mestra em História pela University of California – Davis (1992) e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (1976). Coordenadora do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA).

Flavia Soares Ramos é Licenciada em Ciências Sociais, Mestra em Sociologia Política e Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é pesquisadora colaboradora no Laboratório de Estudos Rurais (LERU), do Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFSC). Seus principais interesses de pesquisa são Agricultura Familiar, Ruralidades, Agroecologia, Desenvolvimento Rural, Extensão Rural, Gênero e Meio Ambiente.

Vanessa Boanada é jurista de formação e professora de desenvolvimento internacional e sustentabilidade da Universidade de St.Gallen (Suíça), onde também exerce o cargo de Diretora do Instituto para a América Latina. Possui doutorado em Desenvolvimento Internacional pelo IHEID Genebra e pós-doutorado em Sociedade e Meio Ambiente (Universidade de Campinas/Michigan State University). Sua área de pesquisa foca nas transformações das relações homem-natureza, impactos socioambientais e nos direitos humanos.

Guillaume Leturcq é geógrafo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Departamento Interdisciplinar. Doutor em Geografia Social e Regional pela Le Mans Université (França). Foi professor visitante na Universidade Livre de Bruxelas, na Sorbonne e na Universidade Federal de Santa Maria. Possui experiência de pesquisa sobre espaços de vida, migrações e territórios energéticos. Autor do livro *Dams in Brazil*, Springer 2017.

Cristiano Kerber é licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (SPO-UFSC) e integrante do Núcleo de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde (ECOS-UFSC). Atualmente leciona sociologia na Secretaria de Educação de Santa Catarina e possui pesquisas em ecologia política, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e gestão de bens comuns.

Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite, mãe, bióloga (UNESP), mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas (UFMA) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Integrante e colaboradora dos núcleos de pesquisa da UFSC: NMD, OBSERVA e ECOS. Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), lotada no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). Sua pesquisa tem como foco as interfaces entre as unidades de conservação da natureza e os territórios de povos e comunidades tradicionais.

Fabiana JacomeI é doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil, integrante e colaboradora dos Núcleos de pesquisa: ECOS, NMD e LABIMHA (UFSC). Atua junto ao Fórum Catarinense Contra o Impacto dos Agrotóxicos e Transgênicos, e junto às organizações da sociedade civil de cunho socioecológico na Zona Costeira Centro-Sul do Estado de Santa Catarina.

Erika Ikemoto atua como analista ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (CNPT/ICMBio). Sua pesquisa busca subsidiar o fortalecimento da pesca artesanal tradicional na região sul do Brasil. Possui PhD em Gestão da Biodiversidade (School of Anthropology and Conservation/University of Kent).

Muitas das problemáticas apresentadas neste livro encontram suporte nos debates atuais sobre as estratégias científicas de resolução de problemas, especialmente as questões ambientais globais e complexas da atualidade, nas quais “os fatos são incertos, os valores estão em disputa, os riscos são altos e as decisões são urgentes” (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997). O diagnóstico, as informações sobre a exposição aos riscos socioambientais dependem, cada vez mais, de fatores socioantropológicos. Por isso, as ciências humanas e sociais, através de suas peculiares ferramentas teóricas e metodológicas, detêm, muitas vezes, a chave para a explicação de padrões epidemiológicos particulares e para o auxílio na construção de uma consciência de interdependência, requerida para a governança global em saúde e ambiente (GRISOTTI, 2020). Os capítulos que refletem a multiplicidade de temáticas e abordagens exploradas pelos autores/as, estão dispostos em quatro partes: (1) Saúde e Sociedade: mapeando controvérsias, incertezas e riscos; (2) Violência estrutural e saúde; (3) Relações humanos e animais não humanos e (4) Ambiente e sociedade: uso e gestão de recursos comuns.